EDITORA
MOMENTO JURÍDICO

DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

VOLUME 15

Organizadora
Emanuelle Góes Oliveira

RIO BRANCO – ACRE · 2026

DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

VOLUME 15

Emanuelle Góes Oliveira
Organizadora

DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

VOLUME 15

EDITORA
MOMENTO JURÍDICO

Rio Branco — Acre
2026

DADOS EDITORIAIS

© 2026 Editora Momento Jurídico e autores. Todos os direitos reservados.

A presente obra, *Desafios do Direito Contemporâneo*, Volume 15, reúne artigos acadêmicos de autoria múltipla e configura obra coletiva para os fins do art. 5º, VIII, "h", da Lei nº 9.610/1998.

Publicação digital de acesso aberto. É permitida a citação e o uso acadêmico de trechos, desde que indicada a fonte. A reprodução integral ou a transmissão por qualquer meio depende de autorização da organizadora e da editora, ressalvadas as hipóteses legais.

Os autores respondem individualmente pelas ideias, argumentos, interpretações e conclusões de seus textos, bem como pela exatidão das citações e referências, que não representam necessariamente o posicionamento da editora, do conselho editorial ou da organizadora.

Título	Desafios do Direito Contemporâneo — Volume 15
Organizadora	Emanuelle Góes Oliveira
Editora	Editora Momento Jurídico
Local e ano	Rio Branco — Acre, 2026
Edição	1ª edição, digital
Formato	E-book (PDF), A5, 659 páginas
Acesso	Aberto
ISBN	_____

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios do direito contemporâneo : volume 15 [recurso eletrônico] / organização de Emanuelle Góes Oliveira. — Rio Branco, AC : Momento Jurídico, 2026.

659 p. : il. ; PDF.

Vários autores. Inclui referências.

ISBN _____

1. Direito – Brasil. 2. Direito constitucional. 3. Direito penal. 4. Direito de família. 5. Direitos da criança e do adolescente. I. Oliveira, Emanuelle Góes (org.). II. Título.

CDD 340 · CDU 34

Ficha catalográfica elaborada por _____ — CRB ___/_____

CONSELHO EDITORIAL E EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Williane Tibúrcio Facundes
Arthur Braga de Souza
Ícaro Maia Chaim
Leonardo Silva de Oliveira Bandeira

ORGANIZADORA

Emanuelle Góes Oliveira

AUTORES E COAUTORES

Alcides Marini Filho
Ana Caroline Arruda do Lago
Ana Vitória Oriá da Fonseca
Analy Alves de Souza
Arthur Braga de Souza
Cleilson Taumaturgo de Abreu
Dawid Nicácio de Albuquerque
Eduardo Oliveira dos Santos
Estefany Diniz de Araújo
Gustavo Pablo Ferreira Santos
Izael Willian da Silva Carvalho
Jeferson Oliveira de Souza
Joab Figueiredo de Souza Maciel
Juan D'Alessandro Sousa Freitas
Júlia Magalhães Lopes
Leonardo Silva de Oliveira Bandeira
Lucas Maia de Souza
Luís Fernando de Oliveira Melo
Márcia Andréa Moraes Camarão
Maria Eduarda Lobão de Castro Pinho
Rebeca dos Santos Azevedo
Regina Tomé de Almeida
Sara Isabelle Ximenes da Silva
Simmel Sheldon de Almeida Lopes
Williane Tibúrcio Facundes
Yasmin Barros Martins

EDITORA

Editora Momento Jurídico

PROJETO GRÁFICO E NORMALIZAÇÃO EDITORIAL

Leonardo Bandeira

LOCAL DE EDIÇÃO

Rio Branco — Acre

APRESENTAÇÃO

A série *Desafios do Direito Contemporâneo* chega ao seu Volume 15 reafirmando o compromisso da Editora Momento Jurídico com a difusão qualificada da produção científica jurídica. Esta edição reúne vinte e um artigos, resultantes de trabalhos de conclusão de curso de graduação em Direito, escritos por discentes em coautoria com seus orientadores, que examinam as tensões entre o ordenamento jurídico brasileiro e as transformações sociais, tecnológicas e institucionais do tempo presente.

Os textos estão organizados em cinco partes temáticas, que vão da separação dos poderes à proteção dos animais, passando pelo Direito Penal e pela política criminal, pela infância e adolescência e pelas relações de família, gênero e envelhecimento. Várias pesquisas partem da realidade amazônica e acreana, como a segurança nas fronteiras do estado e a persecução dos crimes digitais na Região Norte, o que dá à coletânea um ponto de vista próprio sobre problemas que são nacionais.

Este volume adota um padrão editorial pensado para a leitura em tela e para a circulação acadêmica: paginação contínua, sumário com as páginas reais, e, na abertura de cada capítulo, o nome completo dos autores, o resumo, as palavras-chave e a indicação de como citar. Cada capítulo também é publicado em arquivo próprio, com a mesma paginação do livro, para facilitar a consulta, a citação e a indexação em bases de pesquisa.

A obra preserva a singularidade de cada pesquisa e, ao mesmo tempo, reúne os textos em uma unidade editorial comum, comprometida com a clareza, a sobriedade visual e o respeito à autoria. Que a leitura destes artigos inspire novas indagações e contribua para o aperfeiçoamento contínuo das instituições e das práticas do Direito.

Emanuelle Góes Oliveira
Organizadora

INTRODUÇÃO

Os artigos deste volume têm uma preocupação em comum: compreender como o Direito responde a conflitos que mudam mais depressa do que as leis. As cinco partes que se seguem dão a medida dessa amplitude e podem ser lidas em sequência ou de forma independente.

A **Parte I**, *Constituição, Estado e Segurança Pública*, abre com um estudo sobre a separação dos poderes e os limites constitucionais de suas prerrogativas, com atenção ao ativismo judicial e às decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal. Seguem-se a análise dos limites constitucionais da liberdade de expressão diante do discurso de ódio, um balanço do impacto das leis antirracistas no Brasil e um exame da segurança nas fronteiras do Acre e do papel dos governos federal e estadual na sua proteção.

A **Parte II**, *Direito Penal e Política Criminal*, reúne cinco pesquisas: a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública e as divergências entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça; a distinção entre as consequências administrativas e penais da condução sob influência de álcool; a responsabilização do policial de folga que porta arma de fogo embriagado; a efetividade da tutela penal dos crimes cibernéticos e das *deepfakes* na Região Norte, à luz da Lei nº 14.155/2021; e os desafios da ressocialização de detentos.

A **Parte III**, *Infância, Adolescência e Proteção Integral*, trata de dois temas que se tocam. De um lado, o sistema socioeducativo: a possibilidade de aumento do tempo de internação de adolescentes e a relação entre reincidência e eficácia das medidas socioeducativas. De outro, a adultização infantil, examinada primeiro sob o ângulo da pressão social e depois no ambiente das redes sociais, com as lacunas normativas que a exposição digital revela.

A **Parte IV**, *Família, Gênero e Envelhecimento*, percorre o princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo, os efeitos jurídicos da relação entre avós e netos, os limites da guarda compartilhada em contex-

tos de violência doméstica, os avanços e desafios na proteção às vítimas dessa violência e os direitos das pessoas idosas no acesso à saúde.

A **Parte V**, *Propriedade, Regulação e Meio Ambiente*, encerra o volume com a função social da propriedade e suas tensões com o direito à moradia, a juridicidade dos jogos de azar on-line e a urgência de sua regulação, e o conflito entre a proteção do bem-estar animal e as práticas culturais dos rodeios e das vaquejadas.

Convida-se o leitor a percorrer estas páginas com espírito crítico e com a certeza de que o debate jurídico se renova a cada nova geração de pesquisadores.

Emanuelle Góes Oliveira
Organizadora

SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 8

PARTE I — CONSTITUIÇÃO, ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA 13

1 **A separação dos poderes e os limites constitucionais de suas prerrogativas: fundamentos, tensões e perspectivas no Estado Democrático de Direito** 14
Cleilson Taumaturgo de Abreu · Leonardo Silva de Oliveira Bandeira

2 **Liberdade de expressão versus discurso de ódio: limites constitucionais** 43
Luís Fernando de Oliveira Melo · Williane Tibúrcio Facundes

3 **O impacto das leis antirracistas no Brasil** 77
Gustavo Pablo Ferreira Santos · Williane Tibúrcio Facundes

4 **A segurança nas fronteiras do Acre e a implementação de políticas públicas: o papel dos governos federal e estadual** 118
Dawid Nicácio de Albuquerque · Arthur Braga de Souza

PARTE II — DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL 141

5 **A aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública e as contradições entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça** 143
Eduardo Oliveira dos Santos · Williane Tibúrcio Facundes

6 **A distinção entre as implicações penais e administrativas na condução sob influência de álcool: uma análise dos artigos 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro** 174
Ana Caroline Arruda do Lago · Simmel Sheldon de Almeida Lopes

7 **Embriaguez e porte de arma de fogo por policial de folga: uma análise da responsabilização penal** 201
Izael Willian da Silva Carvalho · Arthur Braga de Souza

8 **A efetividade da tutela penal dos crimes cibernéticos e das deepfakes na Região Norte: uma análise crítica da aplicação da Lei nº 14.155/2021** 223
Regina Tomé de Almeida · Leonardo Silva de Oliveira Bandeira

9 **Ressocialização de detentos: desafios e caminhos para a reinserção social** 258
Joab Figueiredo de Souza Maciel · Williane Tibúrcio Facundes

PARTE III — INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E PROTEÇÃO INTEGRAL **285**

10 **Análise da possibilidade de aumento do tempo de internação de adolescentes no Brasil** 286
Estefany Diniz de Araújo · Arthur Braga de Souza

11 **A reincidência entre adolescentes em conflito com a lei no Brasil e a eficácia das medidas socioeducativas** 309
Juan D'Alessandro Sousa Freitas · Williane Tibúrcio Facundes

12 **A pressão social e a adultização infantil: desafios jurídicos na proteção dos direitos da criança no contexto contemporâneo** 338
Jeferson Oliveira de Souza · Williane Tibúrcio Facundes

13 **A adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais: implicações jurídicas e desafios normativos para a proteção integral no ambiente digital** 373
Sara Isabelle Ximenes da Silva · Williane Tibúrcio Facundes

PARTE IV — FAMÍLIA, GÊNERO E ENVELHECIMENTO **402**

14 **O princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo** 403
Márcia Andréa Moraes Camarão · Simmel Sheldon de Almeida Lopes

15 **Efeitos jurídicos da relação avoenga – direitos e deveres dos avós** 429
Júlia Magalhães Lopes · Simmel Sheldon de Almeida Lopes

16 **Guarda compartilhada e violência doméstica: limites e desafios na proteção do melhor interesse da criança** 469
Rebeca dos Santos Azevedo · Alcides Marini Filho

17 **Avanços e desafios na proteção às vítimas de violência doméstica no ordenamento jurídico brasileiro** 490
Maria Eduarda Lobão de Castro Pinho · Williane Tibúrcio Facundes

18 **Direitos dos idosos em situações de saúde: acesso a tratamentos, cuidados e a efetividade da proteção jurídica** 523
Yasmin Barros Martins · Williane Tibúrcio Facundes

PARTE V — PROPRIEDADE, REGULAÇÃO E MEIO AMBIENTE 556

19 **A função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro: tensões com o direito à moradia** 557
Lucas Maia de Souza · Williane Tibúrcio Facundes

20 **A juridicidade dos jogos de azar on-line: lacunas normativas, riscos sociais e a urgência regulatória** 593
Analy Alves de Souza · Williane Tibúrcio Facundes

21 **Tensões jurídicas entre proteção ao bem-estar animal e práticas culturais: análise da legislação brasileira e da jurisprudência sobre rodeios e vaquejadas** 626
Ana Vitória Oriá da Fonseca · Williane Tibúrcio Facundes

PARTE

I

CONSTITUIÇÃO, ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA

Separação de poderes, liberdades públicas, igualdade racial e fronteiras

1 A separação dos poderes e os limites constitucionais de suas prerrogativas: fundamentos, tensões e perspectivas no Estado Democrático de Direito 14
Cleilson Taumaturgo de Abreu · Leonardo Silva de Oliveira Bandeira

2 Liberdade de expressão versus discurso de ódio: limites constitucionais 43
Luís Fernando de Oliveira Melo · Williane Tibúrcio Facundes

3 O impacto das leis antirracistas no Brasil 77
Gustavo Pablo Ferreira Santos · Williane Tibúrcio Facundes

4 A segurança nas fronteiras do Acre e a implementação de políticas públicas: o papel dos governos federal e estadual 118
Dawid Nicácio de Albuquerque · Arthur Braga de Souza

A separação dos poderes e os limites constitucionais de suas prerrogativas: fundamentos, tensões e perspectivas no Estado Democrático de Direito

Separation of powers and the constitutional limits of their prerogatives: foundations, tensions, and perspectives in the democratic rule of law

Cleilson Taumaturgo de Abreu[1]
Leonardo Silva de Oliveira Bandeira[2]

COMO CITAR
ABREU, Cleilson Taumaturgo de; BANDEIRA, Leonardo Silva de Oliveira. A separação dos poderes e os limites constitucionais de suas prerrogativas: fundamentos, tensões e perspectivas no Estado Democrático de Direito. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 14-42.

RESUMO

Introdução: A separação dos Poderes constitui fundamento essencial do Estado Democrático de Direito, ao distribuir funções entre Legislativo, Executivo e Judiciário e estabelecer mecanismos de controle recíproco destinados a evitar a concentração de poder. **Objetivo:** Analisar os fundamentos históricos e constitucionais da separação dos Poderes, suas prerrogativas, os mecanismos de freios e contrapesos e as tensões contemporâneas decorrentes da atuação institucional, com ênfase no Poder Judiciário. **Método:** O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise da Constituição Federal de 1988, doutrina jurídica, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e estudos relacionados às competências dos Poderes, ao controle de constitucionalidade, à judicialização da política, ao ativismo judicial e às decisões monocráticas do Supremo Tribunal

[1] Discente do 10º período do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário Uninorte. Especialista em Direito Civil, Docência do Ensino Superior e Legal Operations: Dados, IA e Performance Jurídica (PUC/PR). Coordenador do NEAD/Uninorte. Advogado (Casas, Ricardo, Bandeira & Soares Advocacia). E-mail: leonardo.bandeira@uninorteac.com.br.

Federal. **Resultados:** A análise mostrou que a Constituição estabelece autonomia funcional entre os Poderes, mas admite funções atípicas e mecanismos de controle recíproco para preservar o equilíbrio institucional. Verificou-se que a ampliação da jurisdição constitucional e do protagonismo do STF tem intensificado debates sobre os limites da intervenção judicial nas esferas do Legislativo e do Executivo. Também foram identificados riscos de desequilíbrio institucional quando mecanismos de controle ou decisões judiciais ultrapassam os limites das competências atribuídas constitucionalmente aos diferentes Poderes estatais. **Conclusão:** Conclui-se que a separação dos Poderes não corresponde a uma divisão rígida, mas a um sistema dinâmico de autonomia, cooperação e controle. A preservação do Estado Democrático de Direito exige que cada Poder exerça suas prerrogativas dentro dos limites constitucionais, evitando interferências indevidas e assegurando equilíbrio, legitimidade democrática e estabilidade institucional.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Controle de constitucionalidade. Judicialização da política.

ABSTRACT

Introduction: The separation of powers is an essential foundation of the Democratic Rule of Law, distributing state functions among the Legislative, Executive, and Judiciary and establishing reciprocal control mechanisms designed to prevent the concentration of power. **Objective:** To analyze the historical and constitutional foundations of the separation of powers, their prerogatives, checks and balances, and contemporary tensions arising from institutional action, with emphasis on the Judiciary. **Method:** The study was conducted through bibliographic and documentary research, analyzing the 1988 Federal Constitution, legal doctrine, scientific articles, academic studies, and publications addressing the powers of state institutions, judicial review, judicialization of politics, judicial activism, and single-justice decisions of the Federal Supreme Court. **Results:** The analysis showed that the Constitution establishes functional autonomy among the branches of government while allowing atypical functions and reciprocal control mechanisms to preserve institutional balance. It also showed that the expansion of constitutional jurisdiction and the growing prominence of the Federal Supreme Court have intensified debates regarding the limits of judicial intervention in the spheres of the Legislative and Executive branches. Risks of institutional imbalance were also identified when oversight mechanisms or judicial decisions exceed the limits of constitutionally assigned powers. **Conclusion:** The separation of powers does not represent a rigid division, but rather a dynamic

system of autonomy, cooperation, and control. Preserving the Democratic Rule of Law requires each branch to exercise its prerogatives within constitutional limits, preventing undue interference and safeguarding institutional balance, democratic legitimacy, and stability in the functioning of Brazil's constitutional and democratic system.

Keywords: Judicial activism. Judicial review. Judicialization of politics.

INTRODUÇÃO

A separação dos Poderes é um dos fundamentos centrais do constitucionalismo moderno e do Estado Democrático de Direito. Ao distribuir as funções estatais entre Legislativo, Executivo e Judiciário, esse princípio busca evitar a concentração excessiva de autoridade e estabelecer mecanismos institucionais de limitação do poder. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consolidou essa estrutura ao prever a independência e a harmonia entre os Poderes, assegurando autonomia funcional e equilíbrio institucional.

A organização constitucional brasileira, contudo, não estabelece uma divisão absoluta entre os Poderes. Cada um exerce funções típicas e, em determinadas situações, funções atípicas previstas no próprio texto constitucional. Esse modelo é complementado pelo sistema de freios e contrapesos, por meio do qual Legislativo, Executivo e Judiciário exercem mecanismos recíprocos de fiscalização e controle. Assim, a autonomia institucional convive com instrumentos destinados a conter abusos e preservar a ordem constitucional.

Nas últimas décadas, entretanto, as relações entre os Poderes passaram a apresentar novas tensões, especialmente em razão da ampliação da jurisdição constitucional e do protagonismo assumido pelo Poder Judiciário. Fenômenos como a judicialização da política, o ativismo judicial e o uso de decisões monocráticas pelo Supremo Tribunal Federal têm intensificado debates sobre os limites da atuação judicial e seus possíveis impactos sobre as competências constitucionalmente atribuídas ao Legislativo e ao Executivo.

Diante desse cenário, torna-se necessário examinar até que ponto o exercício das prerrogativas constitucionais permanece compatível com o princípio da separação dos Poderes e com a preservação do equilíbrio institucional. Este artigo analisa os fundamentos históricos e constitucionais da separação dos Poderes, as competências e os mecanismos de controle recíproco entre eles, bem como as tensões contemporâneas decorrentes da atuação institucional, com ênfase nos limites do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito.

1 SEPARAÇÃO DE PODERES NO CONSTITUCIONALISMO

A separação de Poderes é um dos pilares estruturantes do constitucionalismo moderno, sendo arquitetada como um mecanismo institucional destinado a evitar a concentração de poder e preservar as liberdades individuais. A formulação clássica dessa teoria é atribuída a Montesquieu, que defendeu a divisão das funções estatais entre Legislativo, Executivo e Judiciário como forma de impedir o despotismo e garantir a limitação do poder político.

No constitucionalismo contemporâneo, esse princípio mantém uma relevância central, pois estabelece a base organizacional do Estado e assegura a existência dos mecanismos institucionais para equilibrar as relações entre órgãos governamentais. Nesse sentido, a separação funcional dos Poderes concebe um instrumento essencial para a efetiva consolidação do Estado de Direito e também para uma proteção das garantias democráticas.

No âmbito atual, contudo, a teoria da separação de Poderes tem sido objeto de renovado debate acadêmico, especialmente diante do fenômeno da judicialização da política e expansão da jurisdição constitucional. Estudos apontam que o crescente protagonismo do Poder Judiciário, especialmente das cortes constitucionais, tem gerado tensões institucionais ao redefinir as fronteiras tradicionais entre as funções estatais (Simões, 2025; Alves; Ribeiro, 2025).

Embora essa atuação seja frequentemente justificada pela forte necessidade de assegurar a efetividade da Constituição e a proteção de direitos fundamentais, ela também gera questionamentos acerca dos limites da intervenção judicial nas esferas do Legislativo e do Executivo. Assim, a discussão não se limita à existência da separação dos Poderes, mas na definição dos critérios que garantam o equilíbrio institucional e a legitimidade democrática do Estado.

1.1 ORIGEM DA TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

A teoria da separação de Poderes constitui um dos fundamentos estruturantes do constitucionalismo moderno e organização do Estado democrático. Sua formulação está relacionada ao processo histórico de limitação do poder político e à superação das formas absolutistas de governo existentes entre os séculos XVI e XVIII (Franklin, 2025). A divisão das funções estatais surge como mecanismo institucional destinado a impedir a concentração de autoridade em um único órgão ou governante.

Franklin (2025) afirma que a preocupação central dessa teoria sempre esteve relacionada com a preservação da liberdade política, compreendida como a garantia de que nenhum indivíduo ou instituição detenha poder suficiente para agir de forma arbitrária. Essa separação de Poderes passa a representar não só uma técnica de organização estatal, mas também um instrumento fundamental de proteção dos direitos individuais e de manutenção do Estado de Direito.

Embora sua sistematização tenha ocorrido no Iluminismo, as raízes intelectuais dessa teoria são percebidas desde a Antiguidade. Aristóteles, ponderando acerca das formas de governo nas cidades-estado, observou diferentes funções no exercício do poder político. Isso promoveu uma percepção de que o governo não possui uma única função, mas que envolve múltiplas atividades que podem ser distribuídas entre diferentes estruturas.

Já no período moderno, o pensamento político de John Locke representa um marco importante no desenvolvimento da teoria da separação de Poderes. Na obra "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", Locke sugeriu a distinção entre três colocações primordiais do governo: o poder legislativo, que seria responsável por elaborar leis; o poder executivo, encarregado de aplicá-las; e o poder federativo, voltado à condução das relações externa do Estado (Dias, 2023).

Para Locke, o poder legislativo ocuparia uma posição de primazia, uma vez que emanaria da vontade da sociedade. Porém, mesmo reconhecendo essa superioridade funcional, Locke defendia que os demais Poderes deveriam atuar de forma autônoma, evitando concentração de autoridade que geraria abuso político. Portanto, a proposta lockeana refletiu a preocupação com a limitação do poder governamental e a proteção da liberdade e da propriedade individual.

Apesar das contribuições de Locke, foi Montesquieu quem conferiu à teoria sua formulação mais influente. Em "O Espírito das Leis", de 1748, Montesquieu analisou o sistema político inglês e identificou que havia três Poderes distintos: o Legislativo, responsável por elaborar as leis; o Executivo, encarregado de conduzir a administração pública e as relações externas; e o Judiciário, incumbido da aplicação da lei aos casos concretos (Moreira; Vasconcelos; Brito, 2023).

Feloniuk (2023) enfatiza que a inovação de Montesquieu não se limitou à mera identificação dessas funções, mas consistiu na defesa de que cada uma delas deveria ser exercida por órgãos independentes, capazes de atuar com autonomia e de limitar reciprocamente o exercício do poder. Para Montesquieu, a liberdade política somente poderia ser preservada quando nenhum poder fosse capaz de concentrar em si as funções de legislar, administrar e julgar.

Nesse sentido, Montesquieu formulou a conhecida máxima na qual tudo estaria perdido caso a mesma pessoa ou corpo político exercesse simultaneamente as três funções do Estado. Conforme afirmam Sousa e Ca-

bral (2023), a divisão do poder estatal, portanto, deveria ser um processo acompanhado por um sistema de controle mútuo, sistema esse que viria a ser conhecido posteriormente como sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*).

Para Almeida e Costa (2023) e Rezende e Rodrigues (2025), esse mecanismo implica que cada poder tenha instrumentos institucionais capazes de limitar eventuais excessos dos demais, evitando a tirania e a paralisia governamental. A separação de Poderes não se traduz em uma divisão absoluta ou estanque das funções estatais, mas em um arranjo institucional dinâmico, no qual coexistem autonomia funcional e mecanismos de controle recíproco.

A influência da teoria formulada por Montesquieu foi decisiva para a formação das constituições modernas, especialmente a partir das revoluções liberais do final do século XVIII. A Constituição dos Estados Unidos de 1787 (Leite, 2020) e a Constituição Francesa de 1791 (Martins; Reis, 2019) foram algumas das principais constituições que incorporaram explicitamente o princípio da separação dos Poderes como elemento estruturante indispensável para a organização estatal.

A partir desse momento, Moreira *et al*. (2024) ressaltam que essa divisão das funções governamentais se tornou um dos principais pilares do constitucionalismo, sendo amplamente adotada em diversos ordenamentos jurídicos ao redor do mundo. Souza (2019) destaca que a consolidação desse modelo refletiu a convicção de que a limitação institucional do poder político era condição imperativa para a preservação das liberdades individuais e para o funcionamento da democracia.

No constitucionalismo contemporâneo, a teoria da separação de Poderes teve importantes adaptações, sobretudo em razão da complexidade crescente das funções estatais e da ampliação do papel estatal na sociedade. As constituições atuais, embora mantenham a divisão entre Legislativo, Executivo e Judiciário, sabem que tais Poderes não atuam comple-

tamente isolados, mas possuem também funções atípicas que contribuem para o funcionamento do sistema institucional.

No caso brasileiro, a recepção da teoria ocorreu durante o período imperial, que se consolidou posteriormente nas constituições republicanas e teve sua expansão na Constituição de 1988. O texto desenvolve os Poderes da União como independentes e harmônicos entre si, reafirmando o modelo de distribuição funcional inspirado na tradição liberal. A consagração do princípio revela a importância da limitação do poder político e preservação do equilíbrio entre as estruturas estatais.

1.2 SEPARAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra o princípio da separação dos Poderes como um dos fundamentos estruturais da organização do Estado brasileiro (Brasil, 2022). O seu art. 2º estabelece que os Poderes da União são independentes e harmônicos entre si, sendo constituídos pelo Legislativo, Executivo e Judiciário (Monteschio, 2020; Brasil, 2022). Isso reflete a influência do constitucionalismo liberal e reafirma a importância da distribuição funcional do poder.

Monteschio (2020) afirma que, a separação de Poderes, nesse contexto, não representa apenas uma técnica de organização institucional, mas um mecanismo vital para evitar a concentração de autoridade e garantir equilíbrio às instituições públicas. Esse modelo estabelece limites jurídicos ao exercício do poder e assegura que cada instituição atue dentro de suas competências. Assim, a separação de Poderes é imperativa para preservar o Estado Democrático de Direito.

A Constituição de 1988 foi elaborada em um momento de redemocratização do país, após o período do regime militar, circunstância que reforçou a preocupação do constituinte em estabelecer mecanismos institucionais capazes de limitar o exercício do poder estatal. Nesse cenário, a divisão entre os três Poderes foi concebida como garantia de estabilidade

institucional e de proteção contra eventuais abusos de autoridade (Monteschio, 2020; Rocha, 2026).

No modelo constitucional brasileiro, cada poder tem funções que definem sua atuação no sistema político. O Poder Legislativo apresenta como atribuição primordial a elaboração das leis e a fiscalização dos atos do Executivo, tendo um papel central na representação democrática da sociedade. O Poder Executivo, por sua vez, é responsável pela condução da administração pública e pela implementação das políticas governamentais, coordenando a gestão estatal (Brunner *et al*., 2024).

Já o Poder Judiciário apresenta como função típica a solução de conflitos e a aplicação do direito ao caso concreto, garantindo a observância da ordem jurídica e a proteção dos direitos fundamentais. Dessa forma, entende-se que essa distribuição funcional possibilita, segundo Faria (2025), a especialização das atividades estatais, contribuindo de maneira significativa para uma maior eficiência e legitimidade no exercício do poder.

Entretanto, a Constituição brasileira também aceita que cada um dos Poderes exerça, em determinadas circunstâncias, certas funções atípicas, o que demonstra a flexibilidade do modelo de separação adotado. O Poder executivo, por exemplo, tem a capacidade de editar medidas provisórias com força de lei em certos casos de relevância e urgência, exercendo temporariamente função normativa e de acordo com art. 62 da Constituição (Brasil, 2022; Rodrigues, 2025; Pereira; Lunardi; Correia, 2024; Soares *et al*., 2025).

O Poder Legislativo também exerce funções atípicas de natureza administrativa e julgadora. Nos crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração do processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República, enquanto ao Senado Federal compete processá-los e julgá-los, conforme os arts. 51, I, e 52, I, da Constituição Federal (Brasil, 2022). O Judiciário também exerce funções administrativas e normativas internas, ligadas à organização de órgãos e

funcionamento da atividade jurisdicional (Buchmann; Schier, 2024). Essa separação de Poderes é interpretada como um sistema de equilíbrio institucional orientado pela cooperação.

Outro elemento fundamental do modelo constitucional brasileiro é o sistema de freios e contrapesos, que permite o controle recíproco entre os Poderes e impede a concentração de autoridade em uma única instituição. A Constituição estabelece mecanismos que viabilizam esse controle institucional. O Poder Legislativo dispõe de diferentes mecanismos constitucionais de controle sobre o Executivo. Entre eles estão a fiscalização dos atos do Poder Executivo, prevista entre as competências do Congresso Nacional, a instauração de comissões parlamentares de inquérito, disciplinada pelo art. 58, § 3º, e a autorização, pela Câmara dos Deputados, da instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, nos termos do art. 51, I, da Constituição Federal (Brasil, 2022; Buna, 2024).

O Executivo, por sua vez, dispõe de instrumentos como a sanção e o veto presidencial aos projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional, conforme o art. 66 da Constituição Federal (Brasil, 2022). Já o Poder Judiciário exerce o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, destacando-se a competência do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição, nos termos do art. 102 (Brasil, 2022; Oliveira; Azevedo, 2024). Esses mecanismos mostram que a separação de Poderes funciona como um sistema de equilíbrio e contenção mútua.

2 PRERROGATIVAS E SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS

O sistema constitucional estabelece um conjunto de prerrogativas institucionais atribuídas aos três Poderes do Estado, definindo-se competências específicas para o exercício das funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Todas essas prerrogativas transcorrem diretamente da Constituição Federal de 1988 e representam instrumentos jurídicos indis-

pensáveis e destinados a garantia plena do funcionamento regular das instituições democráticas (Brasil, 2022).

O Poder Legislativo exerce a função de elaborar as leis e fiscalizar os atos do Executivo, enquanto o Poder Executivo conduz a administração pública e implementa políticas governamentais. Já o Poder Judiciário interpreta e aplica o direito em casos concretos, solucionando conflitos e garantindo a observância da ordem constitucional. Essa distribuição funcional busca promover a especialização das atividades estatais e assegurar maior eficiência na atuação institucional.

Diante desse cenário, tem-se a emergência do sistema de freios e contrapesos como um mecanismo indispensável para preservar o equilíbrio entre os Poderes, bem como para evitar a concentração excessiva de autoridade (Santos, 2021). Inspirado na tradição do constitucionalismo liberal, o modelo constitui os principais instrumentos relacionados ao controle recíproco, os quais possibilitam a fiscalização e a limitação das ações de cada um dos Poderes.

Entre os principais mecanismos constitucionais de freios e contrapesos destacam-se o veto presidencial aos projetos de lei, previsto no art. 66; a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional, conforme o art. 49, X; e o controle de constitucionalidade exercido pelo Poder Judiciário, com especial destaque para as competências atribuídas ao Supremo Tribunal Federal pelo art. 102 da Constituição Federal (Brasil, 2022; Silva, 2025). Assim, esse sistema contribui para a manutenção da estabilidade institucional e para a preservação do Estado Democrático de Direito.

2.1 COMPETÊNCIAS DOS TRÊS PODERES

A organização do Estado brasileiro fundamenta-se na distribuição das funções estatais entre três Poderes distintos: Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa divisão funcional, consagrada pela Constituição Federal da República de 1988, possui como finalidade crucial a garantia do equilí-

brio institucional e o impedimento da concentração autoritária excessiva em um único órgão (Nunes, 2025).

Cada Poder tem competências peculiares que moldam sua atuação no sistema político, permitindo a especialização das funções governamentais e contribuindo para o funcionamento eficiente das instituições democráticas. Ao mesmo tempo, a Constituição estabelece os limites jurídicos que orientam o exercício dessas competências, fazendo com que a atuação de cada Poder seja feito dentro das atribuições constitucionalmente previstas (Lopes Filho, 2024).

Segundo Izumi (2025), o Poder Legislativo exerce, de forma predominante, a função de elaborar as normas jurídicas que regulam a vida em sociedade e estruturam o funcionamento do Estado. No âmbito federal, Sena (2022) afirma que essa função é desempenhada pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Entre suas atribuições estão a elaboração, discussão e aprovação de leis e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal, especialmente em seus arts. 44 e seguintes e 70 (Brasil, 2022; Sena, 2022).

Souza e Souza (2017) destacam que o Legislativo também exerce papel essencial na representação democrática da sociedade, uma vez que seus membros são eleitos diretamente pela população. Dessa forma, Brandão (2024) complementa que a atuação do Legislativo liga o processo de produção normativa à vontade popular, conferindo legitimidade às decisões políticas tomadas no âmbito estatal.

O Poder Executivo, por sua vez, tem como função a condução da administração pública e a execução das políticas governamentais. No plano federal, essa atribuição é exercida pelo Presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado e por vários órgãos da administração pública. Cabe ao Executivo implementar as leis aprovadas pelo Legislativo, administrar recursos públicos e formular políticas destinadas à promoção do desenvolvimento econômico e social (Almeida, 2024).

Ademais, o Executivo desempenha papel relevante na formulação de propostas legislativas e na condução das relações internacionais do Estado (Santos, 2024). De acordo com Abrucio (2024), a atuação administrativa e política do Poder Executivo o torna primordialmente responsável por toda a gestão cotidiana do aparato estatal e pela concretização das políticas públicas estabelecidas pelo ordenamento jurídico.

O Poder Judiciário, estruturado constitucionalmente nos arts. 92 e seguintes da Constituição Federal, exerce a função jurisdicional, que consiste na aplicação do direito aos casos concretos submetidos à apreciação dos tribunais (Brasil, 2022; Alves, 2023). Para Frederico e Alvarez (2024), a principal atribuição do Judiciário está relacionado com a solução de conflitos entre indivíduos, entre cidadãos e o Estado, ou entre os próprios órgãos estatais, garantindo a observância das normas jurídicas e a proteção dos direitos fundamentais.

No sistema constitucional brasileiro, o Judiciário também apresenta uma função essencial na preservação da supremacia da Constituição Federal através do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, destacando-se, nesse âmbito, a competência do Supremo Tribunal Federal prevista no art. 102 da Constituição Federal (Nunes, 2025). Essa competência, conforme afirmam Amato e Ribeiro (2024), permite que os tribunais invalidem normas ou decisões que contrariem a Constituição, garantindo integridade ao ordenamento jurídico e protegendo os princípios fundamentais do Estado.

Apesar da existência de funções típicas impostas a cada Poder, Campos e Silva (2021) dizem que o modelo constitucional brasileiro admite que certas funções sejam exercidas de maneira atípica, evidenciando a flexibilidade do sistema de separação de Poderes. O Poder Executivo, por exemplo, pode editar as medidas provisórias com força de lei em circunstâncias de relevância e urgência, conforme autoriza o art. 62 da Constituição Federal (Brasil, 2022).

O Poder Legislativo, por sua vez, exerce funções atípicas de natureza julgadora nos processos por crimes de responsabilidade, observada a distribuição constitucional de competências entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estabelecida nos arts. 51 e 52 da Constituição Federal (Brasil, 2022; Megali Neto, 2024). Já o Judiciário, além da atividade jurisdicional, destaca-se no exercício de funções administrativas relacionadas à gestão de seus órgãos e à organização da estrutura judicial. Tudo isso mostra que a separação de Poderes implica em uma distribuição funcional orientada pelo equilíbrio institucional.

2.2 SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS

O sistema de freios e contrapesos constitui um dos elementos centrais da teoria da separação de Poderes, representando um mecanismo institucional direcionado a garantir o equilíbrio entre as funções estatais. Inspirado na tradição do constitucionalismo liberal, especialmente nas ideias de Montesquieu, esse sistema estabelece instrumentos de controle recíproco entre os Poderes, permitindo que cada um exerça certa influência sobre a atuação dos demais (Silva, 2022).

Pereira, Jesus e Fernandes (2025) enfatizam que o objetivo fundamental desse arranjo é impedir uma concentração excessiva de poder e assegurar que nenhuma autoridade estatal exceda os limites estabelecidos pela Constituição. Assim, reconhece-se que esse modelo ajuda na preservação da ordem democrática e na manutenção do Estado de Direito, onde o exercício do poder político está sempre submetido a mecanismos de fiscalização e limitação institucional.

No ordenamento constitucional brasileiro, o sistema de freios e contrapesos é manifestado através de instrumentos jurídicos que possibilitam o controle mútuo entre Legislativo, Executivo e Judiciário (Nunes, 2025). O Poder Legislativo exerce diferentes mecanismos constitucionais de fiscalização sobre o Executivo, incluindo a convocação de autoridades para prestar informações, nos termos do art. 50, a instauração de comissões parlamentares de inquérito, conforme o art. 58, § 3º, e o processa-

mento e julgamento de autoridades por crimes de responsabilidade, de acordo com a distribuição de competências estabelecida nos arts. 51 e 52 da Constituição Federal (Esmeraldo, 2022).

O Executivo, por sua vez, dispõe de mecanismos que lhe permitem participar do processo legislativo, entre os quais o veto presidencial, disciplinado pelo art. 66, e a edição de medidas provisórias em casos de relevância e urgência, prevista no art. 62 da Constituição Federal (Brasil, 2022; Brito, 2023). Esses instrumentos mostram que, embora os Poderes tenham competências próprias, a Constituição prevê formas de interação que permitem equilibrar suas atuações institucionais.

O Poder Judiciário também exerce papel essencial nesse sistema de controle institucional, especialmente por meio do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Nesse sistema, destaca-se o Supremo Tribunal Federal, ao qual compete precipuamente a guarda da Constituição, nos termos do art. 102 da Constituição Federal (Brasil, 2022; Santos; Alves, 2025; Silva, 2022). No modelo brasileiro, Silva (2022) assevera que os tribunais têm competência para avaliar a compatibilidade das normas geradas pelos demais Poderes com a Constituição, podendo declarar a invalidade de atos que p contrariem seus princípios e regras fundamentais.

Nesse contexto, o STF ocupa uma posição de destaque como o guardião da Constituição, responsável por assegurar a supremacia constitucional e por preservar a integridade do sistema jurídico. A atuação do Judiciário, portanto, funciona como um importante mecanismo de contenção institucional, impedindo que decisões legislativas ou administrativas possam violar quaisquer limites estabelecidos pelo texto constitucional.

Porém, o correto funcionamento do sistema de freios e contrapesos depende da observância de um equilíbrio delicado entre controle e respeito às competências institucionais (Santos, 2021; Silva, 2022). Conforme aponta Santos e Alves (2025), o exercício dos mecanismos de fiscalização

não deve proceder em interferência indevida nas atribuições típicas de cada Poder, sob pena de comprometer o princípio da separação de Poderes.

Para Segatto (2024), o uso desses instrumentos exige fundamentação jurídica adequada e cautela, de maneira a preservar tanto a autonomia institucional quanto a efetividade do controle constitucional. Por fim, Lopes (2025) destaca que a busca por esse equilíbrio constitui um dos principais desafios presentes no constitucionalismo contemporâneo, principalmente quando se trata dos contextos de intensificação das tensões institucionais entre os Poderes do Estado.

3 LIMITES INSTITUCIONAIS ENTRE OS PODERES

A delimitação dos limites institucionais entre os Poderes é visto como sendo um elemento indispensável para o funcionamento equilibrado do Estado Democrático de Direito. Mesmo que a Constituição de 1988 estabeleça competências específicas para cada Poder, Maia *et al*. (2026) consideram que a dinâmica institucional frequentemente promove situações em que as fronteiras entre essas atribuições se tornam objeto de debate jurídico e político.

Ainda, a atuação de um Poder pode ecoar diretamente nas ações dos demais, principalmente quando estão em jogo questões com elevada relevância constitucional. Para Amato e Ribeiro (2024), a definição desses limites exige interpretação da Constituição e respeito aos princípios da independência e harmonia entre os Poderes. A preservação do equilíbrio institucional depende das competências constitucionais e do uso responsável dos mecanismos de controle recíproco.

Santos (2023) afirma que, nas últimas décadas, o cenário político-jurídico do Brasil tem mostrado o surgimento de tensões institucionais relacionadas à ampliação do papel do Poder Judiciário na resolução de temas tradicionalmente associados à esfera política. O fenômeno da judicialização política e o debate sobre o ativismo judicial acabam revelando

os desafios contemporâneos na delimitação das competências entre os Poderes do Estado.

Embora a intervenção judicial possa ser necessária para garantir a supremacia da Constituição e a proteção de direitos fundamentais, sua atuação excessiva pode provocar certos questionamentos quanto à legitimidade democrática e à preservação da autonomia dos demais Poderes. A reflexão acerca dos limites institucionais é crucial para assegurar que o exercício das prerrogativas estatais esteja de acordo com os princípios constitucionais e a estabilidade do sistema democrático.

3.1 ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A judicialização da política tem ocupado posição central nos debates atuais do Direito Constitucional, especialmente em democracias com constituições extensas e dotadas de forte conteúdo normativo. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 amplificou o rol de direitos fundamentais e fortaleceu os mecanismos de controle jurisdicional, atribuindo ao Judiciário, em especial ao Supremo Tribunal Federal, ao qual compete precipuamente a guarda da Constituição, conforme estabelece o art. 102 da Constituição Federal (Brasil, 2022; Rocha, 2024).

Esse arranjo institucional ajudou para que questões tradicionalmente tratadas no âmbito político passassem a ser discutidas e decididas no espaço judicial. Assim, a judicialização da política pode ser compreendida como o processo pelo qual conflitos de natureza política, social ou administrativa são transferidos para o Poder Judiciário, que passa a exercer uma funcionalidade relevante na definição de políticas públicas e na interpretação de normas constitucionais.

Esse fenômeno deriva, em grande parte, da própria estrutura constitucionalista contemporânea, a qual atribui às constituições papel central na organização da vida política e proteção dos direitos fundamentais. Ao ampliar o alcance das normas constitucionais e permitir que cidadãos, partidos políticos e instituições recorram ao Judiciário para garantir esses

direitos, a Constituição cria condições para que esse Poder atue como instância decisória na sociedade (Silva; Salviano, 2024).

Entretanto, a intensificação desse fenômeno tem sido escoltada por discussões acerca do chamado ativismo judicial. De maneira geral, o ativismo judicial refere-se a uma postura mais proativa do Poder Judiciário perante interpretação da Constituição, geralmente caracterizada por decisões que ampliam ainda mais o alcance das normas constitucionais ou que interferem em matérias tradicionalmente associadas à atuação do Legislativo e do Executivo (Lins; Silva; Azevedo, 2025).

Em certas circunstâncias, essa atuação é justificada pela necessidade de suprir omissões legislativas ou de garantir a efetividade de direitos fundamentais previstos na Constituição. No Brasil, casos julgados pelo STF evidenciam a presença do ativismo judicial. Basílio e Gomes (2024) citam decisões de reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, à interrupção da gravidez de fetos anencéfalos e à proteção de direitos de grupos minoritários.

Tais decisões se justificam baseadas na necessidade de garantir a efetividade dos direitos fundamentais e suprir lacunas deixadas pela inércia do Poder Legislativo. Nesse sentido, o ativismo judicial pode ser compreendido como um instrumento de proteção constitucional, capaz de promover avanços para a garantia de direitos e na consolidação da ordem democrática (Gregório; Teixeira, 2024).

A expansão do Judiciário também tem suscitado críticas no contexto da teoria constitucional e da ciência política. Entre as apreensões está o risco de desequilíbrio entre os Poderes, uma vez que a intervenção judicial em matérias de natureza política pode reduzir o espaço de instituições democraticamente eleitas. Ainda, decisões judiciais que substituem escolhas políticas podem gerar questionamentos quanto à legitimidade democrática do Judiciário.

3.2 DECISÕES MONOCRÁTICAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Na jurisdição constitucional brasileira, as decisões monocráticas proferidas por ministros do STF são objetos de intenso debate acadêmico e institucional. As decisões correspondem a pronunciamentos individuais de um ministro, sem deliberação prévia do colegiado, e previstas no regimento interno do tribunal para situações específicas, como a concessão de medidas liminares, a apreciação de recursos manifestamente inadmissíveis ou a análise de matérias urgentes (Korquievicz *et al*., 2024).

Balata Júnior, Souza e Silveira (2024) afirmam que a possibilidade de decisões monocráticas visam conferir maior celeridade ao processo judicial e permitir respostas rápidas em casos que demandam providências imediatas. Entretanto, quando tais decisões produzem efeitos significativos sobre políticas públicas, atos legislativos ou medidas administrativas, questiona-se os seus impactos sobre o equilíbrio institucional entre os Poderes.

A centralidade do STF tributa para ampliar a relevância dessas decisões. Como guardião da Constituição, nos termos do art. 102 da Constituição Federal, o STF desempenha papel central no controle de constitucionalidade e na interpretação das normas constitucionais (Brasil, 2022; Lemos, 2025). Assim, uma decisão monocrática pode suspender leis aprovadas pelo Congresso Nacional ou impedir a execução de políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo, ainda que de forma provisória.

Uma das principais críticas voltadas à recorrência das decisões monocráticas é a concentração de poder decisório nas mãos de um único ministro (Korquievicz *et al*., 2024). Segundo Silva e Moreira (2022), em tribunais constitucionais estruturados com base no princípio da colegialidade, a legitimidade das decisões costuma, geralmente, estar ligada ao debate entre membros da corte e à construção coletiva da fundamentação jurídica.

De acordo com Falsarella (2024), a deliberação colegiada melhora a qualidade argumentativa e reduz o risco de interpretações excessivamente individualizadas da Constituição. Em complemento, Nascimento e Medeiros (2025) apontam que, quando decisões de grande repercussão são tomadas de forma individual, pode emergir uma percepção de fragilidade institucional ou até mesmo de desequilíbrio no exercício da jurisdição constitucional.

Outro aspecto relevante é a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões judiciais. As decisões monocráticas têm, em muitos casos, caráter provisório e podem ser posteriormente revistas pelo plenário do tribunal, e seu uso frequente pode gerar instabilidade normativa e incerteza na aplicação das normas jurídicas (Nascimento *et al*., 2024). Em decisões que suspendem leis ou alteram políticas públicas por longos períodos, os efeitos podem ecoar no funcionamento das instituições políticas.

Apesar dessas críticas, é importante reconhecer que as decisões monocráticas desempenham papel relevante no funcionamento do sistema judicial, especialmente em situações que exigem respostas rápidas para evitar danos irreparáveis ou garantir a proteção de direitos fundamentais. A possibilidade de atuação individual do ministro permite que o tribunal atue com maior agilidade diante das situações emergenciais, preservando a efetividade constitucional (Balata Júnior; Souza; Silveira, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo torna evidente que a separação de Poderes ainda permanece como um dos pilares essenciais do Estado Democrático de Direito, fundamental para a organização institucional e para a limitação do poder político. A Constituição Federal de 1988 consolidou esse princípio ao estabelecer a independência e a harmonia

entre Legislativo, Executivo e Judiciário, além de instituir mecanismos de freios e contrapesos que controlam essas estruturas.

Observou-se, ainda, que a definição das competências de cada Poder, aliada à possibilidade de funções atípicas, revela um modelo flexível, guiado pelo equilíbrio institucional. Nesse sentido, a separação de Poderes não se mostra como uma divisão rígida, mas como um sistema dinâmico que busca harmonizar autonomia funcional e cooperação entre os órgãos estatais, assegurando uma estabilidade democrática e a efetividade da ordem constitucional.

Por outro lado, o estudo também demonstrou que o contexto contemporâneo impõe desafios à delimitação dos limites institucionais entre os Poderes, em especial diante do fortalecimento do Poder Judiciário e do protagonismo do STF. Fenômenos como a judicialização da política, o ativismo judicial e o uso de decisões monocráticas evidenciam tensões que podem comprometer o equilíbrio entre as funções estatais quando não observados critérios de legitimidade e autocontenção.

Embora a atuação judicial seja vital para a proteção dos direitos fundamentais e para a supremacia da Constituição, sua expansão deve acontecer dentro dos limites constitucionais, visando preservar a autonomia dos demais Poderes e a legitimidade democrática do sistema. Dessa forma, a manutenção do equilíbrio institucional exige constante reflexão, responsabilidade na atuação dos Poderes e fortalecimento dos mecanismos para a harmonia e a estabilidade do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Políticas públicas e desafios para a gestão local. **GVExecutivo**, v. 23, n. 3, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AmcD. Acesso em: 17 mar. 2026.

ALMEIDA, T. O. **Gestão de riscos no Poder Executivo Federal**: fatores percebidos como mais complexos de serem implementados. 2024. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2024. Disponível em: http://re positorio2.unb.br/bitstream/

10482/49794/1/2024_TatianaDeOliveiraDeAlmeida_DISSERT.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

ALMEIDA, P. H. C.; COSTA, S. P. M. O (des)controle do Poder Judiciário no Brasil: uma análise crítica sobre o sistema de freios e contrapesos na contenção do exercício do Supremo Tribunal Federal. **Revista Videre**, v. 15, n. 33, 2023. Disponível em: https://shre.ink/Ar0G. Acesso em: 6 mar. 2026.

ALVES, M. S. C. Jurisdição constitucional e políticas públicas: uma função social para o Poder Judiciário? **Revista Eletrônica da OAB-RJ**, v. 33, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistaeletronicaoabrj.emnuvens.com.br/revista/article/view/154. Acesso em: 17 mar. 2026.

ALVES, R. P.; RIBEIRO, M. B. A teoria das capacidades institucionais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: análise crítica de seus usos e dos problemas daí resultantes. **Revista Estudos Institucionais**, v. 11, n. 1, p. 195–216, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AbJ2. Acesso em: 4 mar. 2026.

AMATO, L. F.; RIBEIRO, R. M. Controle judicial de constitucionalidade, interpretação jurídica e separação de Poderes: o sincretismo da trajetória brasileira em perspectiva comparada. **Suprema – Revista de Estudos Constitucionais**, v. 4, n. 2, p. 273–303, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AUqk. Acesso em: 17 mar. 2026.

BALATA JÚNIOR, C. A. M.; SOUZA, S. M. B.; SILVEIRA, E. N. S. O constitucionalismo brasileiro tardio e as decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Direito da UNIFACS**, n. 293, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6Gs. Acesso em: 19 mar. 2026.

BASÍLIO, C. R.; GOMES, F. L. O ativismo judicial do STF no reconhecimento das relações homoafetivas: uma análise descritiva quanto a possibilidade de adoção de emenda constitucional em substituição ao ativismo judicial. **Revista da Seção Judiciária de Alagoas**, v. 1, n. 8, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6qt. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRANDÃO, M. S. **A participação social como mecanismo de legitimação dos processos de deliberação regulatória no Brasil**. 2024. Monografia (Especialização em Governança e Controle da Regulação) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília-DF, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AmHi. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº

116/2022. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: https://shre.ink/ABsr. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL, F. G.; *et al*. Constituição, emendas constitucionais e políticas públicas: a atenção governamental em mudanças constitucionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6oA. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRITO, T. C. **O presidente desidratado**: uma análise da dinâmica da relação Executivo-Legislativo no Brasil. 2023. Dissertação (Mestrado em Política e Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2023. Disponível em: https://shre.ink/AmPI. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRUNNER, T.; *et al*. Implementação de programas de integridade na administração pública: uma revisão sistemática de literatura. **Revista da CGU**, v. 16, n. 30, 2024. Disponível em: https://shre.ink/ABLs. Acesso em: 9 mar. 2026.

BUCHMANN, A. Z.; SCHIER, P. R. O papel do CNJ e os limites da sua atuação: uma análise à luz do Estado Democrático de Direito. **Revistaft: Ciências Humanas**, v. 28, n. 137, 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-papel-do-cnj-e-os-limites-da-sua-atuacao-uma-analise-a-luz-do-estado-democratico-de-direito/. Acesso em: 9 mar. 2026.

BUNA, A. L. C. As comissões parlamentares de inquérito no Senado brasileiro: perspectiva do controle político entre governo e minorias parlamentares. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, XIV, Salvador, 2024. **Anais**... Salvador: UFBA, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AU7X. Acesso em: 17 mar. 2026.

CAMPOS, A. P.; SILVA, T. D. A teoria da repartição de poderes (funções) estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no atual contexto do país. **Asa-Palavra**, v. 1, n. 35, 2021. Disponível em: https://shre.ink/Amkz. Acesso em: 17 mar. 2026.

DIAS, M. C. S. A divisão dos Poderes e a supremacia do legislativo no "Segundo Tratado sobre o Governo" de John Locke. **Revista Anthesis**, v. 11, n. 21, p. 1–11, 2023. Disponível em: https://shre.ink/Agnm. Acesso em: 4 mar. 2026.

ESMERALDO, M. F. **As comissões parlamentares de inquérito e o controle legislativo no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2022. Disponível em: https://shre.ink/Am4z. Acesso em: 18 mar. 2026.

FALSARELLA, C. M. A deliberação no Supremo Tribunal Federal. **Revista de Investigação Constitucional**, v. 11, n. 2, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6hd. Acesso em: 19 mar. 2026.

FARIA, G. C. **Eficiência no Setor Público**: uma revisão sistemática a partir da literatura nacional. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Formiga-MG, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AsHr. Acesso em: 9 mar. 2026.

FELONIUK, W. S. Montesquieu: a visão liberal que moldaria a Separação de Poderes. **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 4–26, 2023. Disponível em: https://periodicos.furg.br/cn/article/view/15731/10383. Acesso em: 4 mar. 2026.

FRANKLIN, E. H. C. Separação de Poderes no século XXI: Um modelo em transformação. **Migalhas**, n. 6.300, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AbYj. Acesso em: 4 mar. 2026.

FREDERICO, G. N.; ALVAREZ, A. P. Meios adequados de solução de conflitos como mecanismos de acesso à justiça. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 139–155, 2024. Disponível em: https://shre.ink/Am27. Acesso em: 17 mar. 2026.

GREGÓRIO, D. C. S.; TEIXEIRA, R. V. G. Os reflexos do ativismo judicial em face da ampliação do acesso ao Poder Judiciário como instrumento de tutela dos direitos da personalidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 85, p. 47–64, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L65r. Acesso em: 19 mar. 2026.

IZUMI, M. Y. A influência do Legislativo no conteúdo da agenda governamental. **Revista de Sociologia e Política**, v. 33, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AUOH. Acesso em: 17 mar. 2026.

KORQUIEVICZ, F.; *et al*. **Excessividade monocrática no processo decisório do STF. In: EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, Curitiba, 2024. Anais**... Curitiba: UniBrasil, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6GL. Acesso em: 19 mar. 2026.

LEITE, G. **Constitucionalismo norte-americano e a separação de Poderes**. 2020. Disponível em: https://shre.ink/Ar4H. Acesso em: 6 mar. 2026.

LEMOS, F. R. Q. **O STF deve ser o guardião da Constituição e também de si mesmo**. 2025. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-out-23/o-stf-nao-e-

apenas-o-guardiao-da-constituicao-e-tambem-o-guardiao-de-si-mesmo/. Acesso em: 19 mar. 2026.

LINS, A. G. T.; SILVA, L. N.; AZEVEDO, H. H. O governo dos juízes na era do ativismo judicial: o STF, a democracia representativa e o paradoxo da separação de Poderes no Brasil contemporâneo. **Revista Dataveni@**, v. 12, n. 2, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6qO. Acesso em: 19 mar. 2026.

LOPES, G. C. D. A crise da soberania e a ascensão do constitucionalismo global: desafios para a democracia e os direitos fundamentais. **Ânima – Revista Eletrônica do Curso de Direito UniOpet**, v. 30, n. 1, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LPcp. Acesso em: 18 mar. 2026.

LOPES FILHO, J. M. **Competências federativas**: na Constituição e nos Precedentes do STF. 3. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AUw8. Acesso em: 17 mar. 2026.

MAIA, B. A.; *et al*. O princípio da separação de Poderes: uma análise acerca do procedimento legislativo das medidas provisórias e das leis delegadas no contexto da Constituição da República de 1988. **Revista ReGeo**, v. 17, n. 3, p. 1–15, 2026. Disponível em: https://revistageo.com.br/revista/article/view/1841/1337. Acesso em: 19 mar. 2026.

MARTINS, T. P.; REIS, P. A. G. S. A Revolução Francesa de 1789 e a teoria da separação dos Poderes como marco para o início da constitucionalização do direito francês instrumentalizado pela Constituição de 1791. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 5, n. 1, p. 60–80, 2019. Disponível em: https://shre.ink/ArYw. Acesso em: 6 mar. 2026.

MEGALI NETO, A. Controle jurisdicional do processo de *impeachment*: superando a doutrina brossardiana do *impeachment*. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 55, p. 182–212, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AmkT. Acesso em: 17 mar. 2026.

MONTESCHIO, H. Tripartição de Poderes no Brasil: necessidade de realmente torná-los independentes e autônomos. **Revista Internacional COSINTER de Direito**, n. 11, 2020. Disponível em: https://shre.ink/ABBw. Acesso em: 9 mar. 2026.

MOREIRA, J. A. R. S.; VASCONCELOS, R. A.; BRITO, R. F. A divisão de Poderes em Montesquieu e o direito constitucional brasileiro: uma análise teórica. **JNT Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 41, p. 274–285, 2023. Disponível em: https://shre.ink/Agcz. Acesso em: 4 mar. 2026.

MOREIRA, S. B. L. C.; *et al*. A separação dos Poderes e o controle jurisdicional dos atos administrativos do poder executivo: um diálogo doutrinário com a casuística do MS 37.097/DF STF. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, v. 13, n. 13, p. 3610–3617, 2024. Disponível em: https://shre.ink/ArPB. Acesso em: 6 mar. 2026.

NASCIMENTO, R. D.; MEDEIROS, O. D. Limitação das decisões monocráticas e cautelares do STF: análise constitucional, riscos democráticos e potencialidades reformadoras (2004–2025). **Cognitio Juris**, v. 15, n. 58, 2025. Disponível em: https:// s hre.ink/L6uG. Acesso em: 19 mar. 2026.

NASCIMENTO, L. S.; *et al*. Precedentes, segurança jurídica e a ótica da previsibilidade. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 8, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6uq. Acesso em: 19 mar. 2026.

NUNES, M. O. **A Constituição de 1988 e a expansão do Poder Judiciário na política brasileira**. 2025. Monografia (Especialização) – Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AURh. Acesso em: 17 mar. 2026.

OLIVEIRA, S. C. S.; AZEVEDO, F. R. P. A evolução do controle de constitucionalidade a partir da Constituição de 1988. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AULh. Acesso em: 17 mar. 2026.

PEREIRA, G. T.; LUNARDI, F. C.; CORREIRA, P. M. A. R. Bicameralismo e tramitação de medidas provisórias: o papel do Senado Federal como ator institucional com poder de veto. **Revista de Direito da FGV**, v. 20, 2024. Disponível em: https:// shre.ink/Asc4. Acesso em: 9 mar. 2026.

PEREIRA, L. L. C.; JESUS, J. K. R.; FERNANDES, H. Quais são os limites do poder? Uma análise filosófico-jurídica do abuso do poder. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 4, 2025. Disponível em: https:// periodi corease.pro.br/rease/article/view/18971/11116. Acesso em: 18 mar. 2026.

REZENDE, C. S. F.; RODRIGUES, L. N. O sistema de freios e contrapesos no Poder Judiciário e o desequilíbrio entre os Poderes da República Brasileira à luz da Constituição de 1988. In: MOSTRA CIENTÍFICA – FACULDADES ANHANGUERA, Brasília, 2025. **Anais**... Brasília: Londrina Editora Científica, 2025. Disponível em: https://eventos.pgsscogna.com.br/anais/trabalho/21386. Acesso em: 6 mar. 2026.

ROCHA, L. R. **O papel do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição Federal**. 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-

papel-do-supremo-tribunal-federal-como-guardiao-da-constituicao-federal/ 24364348 51. Acesso em: 19 mar. 2026.

ROCHA, R. S. A separação de Poderes como fundamento para a efetivação dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito: da lógica da "última palavra" ao modelo dialógico de legitimidade constitucional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, 2026. Disponível em: https://shre.ink/AB5a. Acesso em: 9 mar. 2026.

RODRIGUES, H. F. **A devolução de medidas provisórias no Brasil**: entre o controle político e a controvérsia jurídica. 2025. Monografia (Especialização em Poder Legislativo e Direito Parlamentar) – Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília-DF, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Ascu. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, A. C. M. **O funcionamento do sistema de freios e contrapesos no âmbito do Poder Judiciário**. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Nove de Julho, São Paulo-SP, 2021. Disponível em: https:// bibliotecatede.uninove.br/ handle/tede/2499. Acesso em: 8 set. 2026.

SANTOS, F. A. Ativismo judicial: suas influências políticas no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 12, p. 37–55, 2023. Disponível em: https://shre.ink/L48w. Acesso em: 19 mar. 2026.

SANTOS, C. R. N. **ADPF do *Impeachment* à luz da análise da jurisprudência do STF**: parâmetros para a delimitação do conceito de atos *interna corporis* do Poder Legislativo. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AsQY. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, T. L. O Brasil e a reforma da governança global: desafios e oportunidades no G20 e no Conselho de Segurança da ONU. **Século XXI**, v. 15, n. 2, 2024. Disponível em: https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/239/204. Acesso em: 17 mar. 2026.

SANTOS, F. W. M.; ALVES, R. S. A separação dos Poderes e o controle judicial de políticas públicas: uma tensão necessária? **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, 2025. Disponível em: https://shre.in k/L4Tt. Acesso em: 19 mar. 2026.

SEGATTO, G. B. **A efetividade dos procedimentos administrativos e instrumentos de controle na Administração Pública**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2024. Disponível em: https://shre.ink/L4dR. Acesso em: 19 mar. 2026.

SENA, L. S. **A Constituição e o Congresso Nacional**: a *performance* constitucional do legislador brasileiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2022. Disponível em: https://shre.ink/AUJ4. Acesso em: 17 mar. 2026.

SILVA, M. C. **Competências e limites, entre legalidade e segurança jurídica, na regulamentação do processo e do procedimento em atos normativos secundários**: uma análise do regimento interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2022. Disponível em: https://shre.ink/L4dM. Acesso em: 19 mar. 2026.

SILVA, R. C. **Atuação monocrática do STF no controle concentrado**: a efetividade dos limites normativos e seu impacto no sistema de freios e contrapesos. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2022. Disponível em: https://shre.ink/AmwB. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, A. L. W. **Controle de Constitucionalidade do Processo Legislativo**: A atuação dos partidos políticos perante o Supremo Tribunal Federal. São Paulo: Editora Dialética, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AUKy. Acesso em: 17 mar. 2026.

SILVA, T. G.; MOREIRA, L. C. F. O princípio da colegialidade no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 10, n. 218, 2022. Disponível em: https://shre.ink/L6hI. Acesso em: 19 mar. 2026.

SILVA, G. G.; SALVIANO, M. C. **Ativismo judicial**: a expansão e o protagonismo do Poder Judiciário na sociedade brasileira. 2024. Disponível em: https://shre.ink/L6oD. Acesso em: 19 mar. 2026.

SIMÕES, R. W. C. Protagonismo judicial e separação de Poderes: a construção de diálogo institucional para contenção de crises decorrentes da interpretação constitucional pelo poder judiciário. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 6, p. 1–17, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AbJq. Acesso em: 4 mar. 2026.

SOARES, M. P.; *et al*. A constitucionalidade das medidas provisórias: uma avaliação crítica da sua utilização pelo Poder Executivo brasileiro. **Journal of Media Critiques**, v. 11, n. 27, p. 1–14, 2025. Disponível em: https://shre.ink/AsaH. Acesso em: 9 mar. 2026.

SOUZA, W. A. O princípio da separação de Poderes, limites ao poder do Estado e democracia. **Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**, v. 31, n. 2, p. 42–56, 2019. Disponível em: https://shre.ink/AImj. Acesso em: 6 mar. 2026.

SOUSA, Z. L.; CABRAL, T. L. I. O sistema de freios e contrapesos na teoria da separação dos Poderes. **Revistaft: Ciências Jurídicas**, v. 27, n. 121, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/o-sistema-de-freios-e-contrapesos-na-teoria-da-separacao-dos-poderes/. Acesso em: 6 mar. 2026.

SOUZA, C. F.; SOUZA, P. T. F. Direito e democracia – o significado das leis e do legislativo na teoria da democracia. **Revista do Direito**, v. 1, n. 51, p. 145–156, 2017. Disponível em: https://shre.ink/AmHf. Acesso em: 17 mar. 2026.

Liberdade de expressão versus discurso de ódio: limites constitucionais

Freedom of expression versus hate speech: constitutional limits

Luís Fernando de Oliveira Melo[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR

MELO, Luís Fernando de Oliveira; FACUNDES, Williane Tibúrcio. Liberdade de expressão versus discurso de ódio: limites constitucionais. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 43-76.

RESUMO

Este artigo analisa os limites constitucionais da liberdade de expressão diante da manifestação do discurso de ódio, considerando os desafios jurídicos decorrentes de sua expansão, especialmente no ambiente digital. A liberdade de expressão constitui direito fundamental indispensável à democracia, ao pluralismo e à participação social, mas não possui caráter absoluto. O discurso de ódio caracteriza-se por manifestações destinadas a promover hostilidade, discriminação, exclusão ou violência contra indivíduos ou grupos em razão de características identitárias. A pesquisa aborda sua origem e evolução, suas principais modalidades e a necessária distinção entre manifestações discriminatórias e opiniões ofensivas ou impopulares. Examina-se, ainda, a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a proporcionalidade como parâmetros para solucionar a colisão entre direitos fundamentais, bem como as possibilidades de responsabilização civil e penal de condutas ilícitas. Analisa-se a atuação do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, com destaque para o Caso Ellwanger, além de apresentar referências comparadas dos modelos norte-americano e europeu. No ambiente virtual, são discutidos os efeitos dos algoritmos, da polarização, das *fake news* e da

[1] Discente do 8º período do curso de Direito no Centro Universitário Uninorte, Rio Branco – AC.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

atuação das plataformas digitais na disseminação de conteúdos discriminatórios. Conclui-se que o enfrentamento do discurso de ódio exige equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, mediante critérios jurídicos proporcionais, análise contextual, proteção efetiva dos grupos vulneráveis e preservação do pluralismo democrático, evitando simultaneamente a normalização da intolerância e formas indevidas de censura estatal ou privada. Além disso, a educação digital e a transparência na moderação de conteúdos são essenciais para respostas institucionais legítimas e eficazes.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Discurso de ódio. Dignidade da pessoa humana. Direitos fundamentais. Redes sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the constitutional limits of freedom of expression in relation to hate speech, considering the legal challenges arising from its expansion, especially in the digital environment. The study starts from the understanding that freedom of expression is a fundamental right essential to democracy, pluralism, and social participation, but it is not absolute. Hate speech, in turn, consists of manifestations intended to promote hostility, discrimination, exclusion, or violence against individuals or groups because of identity characteristics. The research addresses its origin and development, its main forms, and the necessary distinction between discriminatory manifestations and offensive or unpopular opinions. It also examines human dignity, equality, and proportionality as parameters for resolving conflicts between fundamental rights, as well as the possibilities of civil and criminal liability for unlawful conduct. The paper further analyzes the decisions of the Federal Supreme Court and the Superior Court of Justice, highlighting the Ellwanger Case, and presents comparative references to the North American and European models. In the virtual environment, it discusses the effects of algorithms, polarization, fake news, and the conduct of digital platforms in spreading discriminatory content. The study concludes that confronting hate speech requires a balance between freedom and responsibility through proportional legal criteria, contextual analysis, effective protection of vulnerable groups, and preservation of democratic pluralism, while simultaneously avoiding the normalization of intolerance and improper forms of state or private censorship. In addition, digital education and transparency in content moderation are essential for legitimate and effective institutional responses.

Keywords: Freedom of expression. Hate speech. Human dignity. Fundamental rights. Social networks.

INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito, assumindo papel indispensável para a formação da opinião pública, o pluralismo político, a participação social e a circulação de ideias. No ordenamento jurídico brasileiro, essa garantia encontra expressa proteção na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 5º, que assegura a livre manifestação do pensamento e a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, além das garantias relacionadas ao acesso à informação. Entretanto, embora possua posição central no sistema constitucional, a liberdade de expressão não apresenta caráter absoluto, devendo ser exercida em harmonia com os demais direitos fundamentais.

Nesse contexto, ganha especial relevância o debate acerca do discurso de ódio, conhecido internacionalmente como *hate speech*. O fenômeno compreende manifestações verbais, escritas, simbólicas ou audiovisuais destinadas a promover hostilidade, discriminação, exclusão ou violência contra indivíduos ou grupos em razão de características identitárias, como raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade ou deficiência. Trata-se de questão particularmente complexa porque envolve, simultaneamente, a necessidade de preservar o livre debate de ideias e o dever de impedir que a liberdade comunicativa seja utilizada como instrumento de opressão, marginalização e violência simbólica.

A dificuldade aumenta quando se busca estabelecer uma fronteira objetiva entre o discurso de ódio e manifestações simplesmente ofensivas, impopulares, controversas ou politicamente incorretas. Em uma sociedade democrática, críticas, sátiras, opiniões desagradáveis e manifestações contramajoritárias devem receber proteção jurídica. Por outro lado, manifestações que assumem caráter discriminatório e apresentam potencial de estimular hostilidade, exclusão ou violência contra grupos vulneráveis podem ultrapassar os limites constitucionalmente protegidos. Essa

distinção é essencial para evitar, simultaneamente, a normalização da intolerância e a adoção de medidas estatais excessivamente restritivas.

O problema assume dimensão ainda maior no ambiente digital. As redes sociais ampliaram de maneira significativa as possibilidades de comunicação, permitindo que conteúdos sejam produzidos e compartilhados de forma instantânea e alcancem grande número de pessoas. Embora essa transformação tenha contribuído para a democratização da informação e para o fortalecimento da participação social, também facilitou a disseminação de discursos extremistas, conteúdos discriminatórios e desinformação. Algoritmos, mecanismos de recomendação, polarização e formação de bolhas virtuais podem ampliar a visibilidade de conteúdos emocionalmente intensos e contribuir para processos de radicalização.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar os limites constitucionais da liberdade de expressão diante do discurso de ódio, considerando os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proporcionalidade. Busca-se compreender de que maneira o ordenamento jurídico brasileiro enfrenta manifestações discriminatórias, quais são as possibilidades de responsabilização civil e penal e como os tribunais superiores têm solucionado conflitos entre liberdade de expressão e proteção dos direitos fundamentais.

Para tanto, o estudo examina a configuração jurídica do discurso de ódio, suas modalidades e seus impactos sociais; analisa os limites constitucionais impostos à liberdade de expressão; aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, com destaque para o Caso Ellwanger; e investiga os desafios decorrentes da utilização das redes sociais, da desinformação, dos algoritmos e da responsabilização das plataformas digitais. Ao final, pretende-se demonstrar que o enfrentamento do discurso de ódio exige equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, mediante critérios jurídicos proporcionais e contextualizados, capazes de proteger a dignidade humana e a democracia sem transformar o combate à intolerância em mecanismo de censura indevida.

1 O DISCURSO DE ÓDIO E SUA CONFIGURAÇÃO JURÍDICA

1.1 CONCEITO DE DISCURSO DE ÓDIO

O discurso de ódio, conhecido internacionalmente como *hate speech*, representa uma das principais problemáticas contemporâneas relacionadas aos limites da liberdade de expressão. Trata-se de manifestações verbais, escritas, simbólicas ou audiovisuais destinadas a promover hostilidade, discriminação, exclusão ou violência contra determinados indivíduos ou grupos sociais em razão de características identitárias, como raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade ou deficiência.

Segundo Daniel Sarmento (2006), o discurso de ódio consiste em manifestações que inferiorizam determinados grupos sociais e que têm potencial de estimular comportamentos discriminatórios, afetando diretamente a dignidade humana e a igualdade material. O autor ressalta que esse tipo de manifestação ultrapassa apenas a exposição de ideias, tornando-se um mecanismo de opressão e exclusão social.

Nesse sentido, André Gustavo Corrêa de Andrade (2023) afirma que o hate speech possui caráter ofensivo e discriminatório, sendo incompatível com os valores constitucionais democráticos, especialmente com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

É importante destacar que o discurso de ódio não se limita só a manifestações explícitas de violência. Muitas vezes, ele ocorre de maneira indireta, por meio de piadas, estereótipos, símbolos ou discursos aparentemente neutros, mas que reforçam preconceitos históricos e estruturas sociais discriminatórias. Além disso, o discurso de ódio apresenta grande potencial de disseminação em ambientes digitais, especialmente nas redes sociais, onde conteúdos discriminatórios podem atingir milhares de pessoas em poucos minutos. Tal fenômeno demonstra a necessidade de análise jurídica aprofundada sobre os limites da liberdade de expressão.

1.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO HATE SPEECH

O discurso de ódio possui raízes históricas profundas e esteve presente em diversos períodos da humanidade. Ao longo da história, manifestações discriminatórias foram utilizadas como instrumentos de perseguição, segregação e violência contra minorias sociais.

Na Antiguidade, já existiam discursos voltados à inferiorização de determinados grupos étnicos e religiosos. Entretanto, o fenômeno ganhou maior notoriedade durante os regimes totalitários do século XX, especialmente no nazismo alemão. Durante o regime nazista liderado por Adolf Hitler, discursos antissemitas foram amplamente utilizados como mecanismo de propaganda estatal. O regime nazista disseminava ideias de superioridade racial e incentivava a perseguição aos judeus, contribuindo diretamente para o Holocausto.

Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a reconhecer a necessidade de limitar manifestações discriminatórias capazes de incitar violência coletiva. Nesse contexto, surgiram importantes tratados internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 surgiu como um marco importante na proteção da dignidade humana e na vedação de práticas discriminatórias. A redemocratização do país fortaleceu o compromisso constitucional com os direitos fundamentais e a proteção de grupos historicamente vulneráveis.

Atualmente, o debate jurídico acerca do *hate speech* envolve questões relacionadas à moderação de conteúdo, responsabilização das plataformas digitais e equilíbrio entre liberdade de expressão e proteção da dignidade humana.

1.3 MODALIDADES DE DISCURSO DE ÓDIO

O discurso de ódio pode se manifestar de diversas maneiras, variando conforme o grupo social atingido e a finalidade da manifestação discriminatória. Uma das modalidades mais comuns é o discurso de ódio racial, direcionado contra indivíduos em razão de raça, cor ou etnia. Esse tipo de manifestação está diretamente relacionado ao racismo estrutural e histórico presente em diversas sociedades.

Também se destaca o discurso de ódio religioso, caracterizado pela hostilidade contra indivíduos ou grupos em razão de suas crenças religiosas. No Brasil, manifestações intolerantes contra religiões de matriz africana têm se tornado frequentes, especialmente no ambiente digital. Outra modalidade relevante é o discurso de ódio homofóbico, voltado contra pessoas LGBTQIA+. Essas manifestações frequentemente estimulam violência física, exclusão social e discriminação institucional. Há ainda discursos de ódio xenofóbicos, direcionados contra estrangeiros ou migrantes, bem como manifestações misóginas, voltadas contra mulheres.

Pamplona (2017) diferencia o ódio em duas categorias principais: o ódio expressivo e o ódio instrumental. O ódio expressivo decorre de emoções intensas, como raiva e ressentimento, enquanto o ódio instrumental possui finalidade política ou ideológica, sendo utilizado como ferramenta de manipulação social.

1.4 DISCURSO DE ÓDIO VERSUS OPINIÃO OFENSIVA

Um dos principais desafios jurídicos relacionados ao *hate speech* consiste em diferenciar discurso de ódio de simples opiniões ofensivas ou impopulares.

Em uma sociedade democrática, a liberdade de expressão protege manifestações críticas, opiniões controversas e discursos politicamente incorretos. Dessa forma, nem toda fala ofensiva deve ser automaticamen-

te considerada ilícita. Segundo a doutrina constitucional, o discurso de ódio caracteriza-se pela intenção discriminatória e pelo potencial de incentivar exclusão, hostilidade ou violência contra grupos vulneráveis.

Daniel Sarmento (2006) ressalta que críticas políticas, sátiras e manifestações humorísticas, ainda que desagradáveis, não configuram necessariamente discurso de ódio. Para o autor, a intervenção estatal somente se justifica quando houver efetiva violação da dignidade humana ou estímulo à discriminação.

Essa diferenciação é fundamental para evitar restrições excessivas à liberdade de expressão. O risco de censura indevida constitui preocupação constante em democracias constitucionais. Ao mesmo tempo, a ausência de limites pode favorecer a normalização de práticas discriminatórias e o fortalecimento de movimentos extremistas. Por isso, a análise jurídica do discurso de ódio exige interpretação cuidadosa do contexto, da intenção do emissor e dos impactos sociais da manifestação.

1.5 O IMPACTO SOCIAL DO DISCURSO DE ÓDIO

O discurso de ódio produz consequências profundas na sociedade, afetando não apenas as vítimas diretas, mas também o próprio funcionamento democrático.

Entre os principais impactos sociais, destaca-se a exclusão de grupos vulneráveis dos espaços públicos de participação política e social. Quando indivíduos são constantemente alvo de manifestações discriminatórias, ocorre redução de sua liberdade de participação no debate público. Além disso, o discurso de ódio contribui para a perpetuação de desigualdades históricas, reforçando preconceitos estruturais relacionados à raça, gênero, religião e orientação sexual.

Outro impacto relevante é o estímulo à violência física. Diversos estudos demonstram que discursos discriminatórios podem funcionar como mecanismo de legitimação de atos violentos contra minorias sociais. No ambiente digital, os danos tornam-se ainda mais amplos devido à

rapidez da disseminação das mensagens e à permanência dos conteúdos nas plataformas.

O discurso de ódio também compromete a própria democracia, pois enfraquece o pluralismo e dificulta o diálogo social. Em sociedades altamente polarizadas, manifestações extremistas tendem a intensificar conflitos e reduzir a tolerância democrática.

Dessa forma, o enfrentamento do *hate speech* não representa apenas proteção individual das vítimas, mas também defesa da democracia, da igualdade e dos direitos fundamentais.

2 LIMITES CONSTITUCIONAIS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

2.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO LIMITE CONSTITUCIONAL

A dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, estando prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Trata-se de princípio estruturante do ordenamento jurídico brasileiro, funcionando como parâmetro interpretativo para todos os direitos fundamentais.

A liberdade de expressão, embora indispensável ao regime democrático, não pode ser utilizada como instrumento de violação da dignidade humana. Dessa forma, quando manifestações ultrapassam os limites do debate legítimo e passam a atingir a honra, a igualdade e a integridade moral de indivíduos ou grupos sociais, torna-se legítima a intervenção do Estado.

Alexandre de Moraes (2021) afirma que os direitos fundamentais devem coexistir harmonicamente, não sendo admissível o exercício abusivo de um direito em detrimento de outro. Nesse contexto, a dignidade da pessoa humana atua como importante limite constitucional à liberdade de expressão.

A jurisprudência pátria também reconhece esse entendimento, especialmente em julgamentos envolvendo manifestações discriminatórias. Entende-se que a liberdade de expressão não protege discursos que incentivem intolerância, racismo ou violência contra grupos vulneráveis.

Além disso, a dignidade da pessoa humana possui relação direta com a ideia de mínimo existencial e reconhecimento social. Quando indivíduos são submetidos constantemente a manifestações discriminatórias, ocorre violação de sua condição de igualdade e pertencimento social.

Assim, o ordenamento jurídico brasileiro busca estabelecer equilíbrio entre a preservação da liberdade de expressão e a proteção da dignidade humana, evitando tanto a censura excessiva quanto a normalização de práticas discriminatórias.

2.2 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seus artigos 5º, incisos IV, IX e XIV, e no artigo 220, os princípios da liberdade de expressão, da manifestação do pensamento e da liberdade de informação (ou de imprensa). No entanto, assim como ocorre com os demais direitos e garantias fundamentais, tais liberdades não possuem caráter absoluto ou ilimitado.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que assegura esses direitos, a Constituição também prevê limites ao seu exercício, especialmente quando há possibilidade de violação a direitos de terceiros, como a vida privada, a honra e a imagem.

Dessa forma, a própria Carta Magna dispõe o seguinte:

> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> (...)
>
> IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

> (...)
>
> IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
>
> (...)
>
> XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (Brasil, 1988)

E, mais adiante, no art. 220:

> Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
>
> § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.
>
> § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.
>
> (...). (Brasil, 1988)

Esse conjunto normativo evidencia a centralidade da liberdade de expressão no sistema constitucional brasileiro.

Segundo a doutrina, a liberdade de expressão possui posição preferencial, sendo essencial para a democracia. Alguns autores defendem que esse direito é condição para o exercício de outros direitos fundamentais. Contudo, a própria Constituição estabelece limites à liberdade de expressão, evidenciando que ela deve ser exercida em harmonia com outros direitos fundamentais.

Nesse sentido, o discurso de ódio representa afronta direta aos valores constitucionais da igualdade material e da inclusão social. Isso porque manifestações discriminatórias reforçam desigualdades históricas e contribuem para processos de marginalização social.

No Brasil, o combate à discriminação ganhou maior relevância após a Constituição de 1988, resultando na criação de legislações específicas

voltadas à proteção de grupos historicamente vulneráveis, como a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

Segundo Robert Alexy (2008), os direitos fundamentais devem ser interpretados de maneira sistemática, considerando a necessidade de proteção efetiva da dignidade e da igualdade. Portanto, o princípio da igualdade funciona como fundamento jurídico essencial para a limitação de manifestações que promovam exclusão e intolerância.

2.3 A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E PENAL DO DISCURSO ILÍCITO

Embora a liberdade de expressão seja amplamente protegida pela Constituição Federal, seu exercício abusivo pode gerar responsabilização civil e penal.

No âmbito civil, o discurso ilícito pode ensejar indenização por danos morais, especialmente quando provoca ofensa à honra, à imagem ou à dignidade da vítima. O Código Civil Brasileiro estabelece que aquele que causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo.

No contexto digital, a responsabilização civil tornou-se ainda mais relevante em razão da ampla disseminação de conteúdos ofensivos em redes sociais e plataformas digitais. Comentários discriminatórios, publicações racistas e ataques virtuais frequentemente resultam em ações indenizatórias.

No âmbito penal, diversas normas podem ser aplicadas ao discurso de ódio. Destacam-se: Lei nº 7.716/1989, que define crimes resultantes de preconceito racial; Código Penal, especialmente os crimes contra a honra; Lei nº 14.532/2023, que alterou a disciplina penal da injúria racial e equiparou-a ao crime de racismo.

A responsabilização penal possui caráter repressivo e preventivo, buscando não apenas punir o agente, mas também desestimular manifestações discriminatórias.

Contudo, o debate jurídico acerca da criminalização do discurso de ódio envolve preocupações relacionadas à liberdade de expressão e ao risco de expansão excessiva do direito penal. Parte da doutrina entende que o direito penal deve ser utilizado apenas em situações graves, envolvendo efetivo estímulo à violência ou discriminação coletiva. Outros autores defendem maior rigor na repressão dessas condutas, especialmente diante do crescimento da intolerância no ambiente digital.

Assim, a responsabilização do discurso ilícito exige equilíbrio entre proteção da dignidade humana e preservação das liberdades democráticas.

2.4 A PROPORCIONALIDADE NA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A técnica que o Direito desenvolveu para lidar com as tensões e colisões de direitos fundamentais entre si ou entre eles e outros bens jurídicos relevantes, protegidos constitucionalmente é a ponderação, que consiste em atribuir pesos diferentes aos elementos jurídicos e factuais em questão, de tal modo que ajudem a definir qual direito, bem jurídico ou princípio terá precedência na situação concreta examinada (Barroso, 2025, p. 381)

O princípio da proporcionalidade constitui um dos principais instrumentos utilizados para solucionar conflitos entre direitos fundamentais. Desenvolvido principalmente por Robert Alexy, esse princípio busca garantir equilíbrio entre interesses constitucionais em colisão.

No caso do conflito entre liberdade de expressão e proteção da dignidade humana, a proporcionalidade permite avaliar se determinada restrição é legítima e necessária.

A aplicação desse princípio ocorre por meio de três etapas: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

As medidas restritivas devem ser adequadas para alcançar a finalidade pretendida. Assim, eventual limitação à liberdade de expressão pre-

cisa ser eficaz para proteger direitos fundamentais ameaçados. Entre as medidas possíveis, deve-se escolher aquela menos restritiva ao direito fundamental afetado. Isso significa que o Estado deve evitar intervenções excessivas ou desnecessárias. Há de realizar também a ponderação entre os benefícios da restrição e os prejuízos causados à liberdade de expressão.

O Supremo Tribunal Federal utiliza a proporcionalidade em julgamentos envolvendo manifestações discriminatórias, *fake news* e discursos extremistas. A aplicação desse princípio demonstra que a liberdade de expressão não possui caráter absoluto, devendo coexistir harmonicamente com outros direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, a proporcionalidade atua como mecanismo de contenção contra abusos estatais, evitando censura desproporcional e restrições arbitrárias ao debate público.

2.5 A PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA CONTRA DISCURSOS

A democracia depende da existência de debate público livre, plural e tolerante. Entretanto, manifestações extremistas podem ameaçar os próprios fundamentos democráticos, especialmente quando incentivam violência, intolerância ou ruptura institucional.

A experiência histórica demonstra que regimes autoritários frequentemente utilizam a liberdade de expressão para enfraquecer instituições democráticas. O nazismo alemão constitui exemplo clássico desse fenômeno.

No Brasil, o crescimento de discursos extremistas nas redes sociais reacendeu discussões sobre os limites da liberdade de expressão em contextos de radicalização política e desinformação.

O Supremo Tribunal Federal tem adotado posicionamento firme contra manifestações que atentem contra o regime democrático, especialmente em casos envolvendo ameaças às instituições, defesa de golpes de Estado e incentivo à violência política. Além disso, organismos internacionais de direitos humanos reconhecem que a liberdade de expressão pode

sofrer limitações legítimas quando utilizada para promover discursos de ódio, terrorismo ou incitação à violência coletiva.

Contudo, o combate a discursos extremistas deve ocorrer com cautela, evitando restrições excessivas capazes de comprometer o pluralismo político e a liberdade crítica.

Assim, o grande desafio consiste em proteger simultaneamente a democracia, os direitos fundamentais e a liberdade de expressão, sem permitir que qualquer desses valores seja utilizado para destruir os demais.

3 A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

3.1 O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal desempenha papel fundamental na definição dos limites da liberdade de expressão no ordenamento jurídico brasileiro. Como guardião da Constituição Federal, a Corte é responsável por interpretar os direitos fundamentais e solucionar conflitos envolvendo colisão de princípios constitucionais.

A jurisprudência do STF consolidou o entendimento de que a liberdade de expressão constitui direito essencial ao Estado Democrático de Direito, possuindo posição preferencial no sistema constitucional brasileiro. Isso significa que manifestações críticas, opiniões políticas e debates públicos devem receber ampla proteção jurídica.

Entretanto, o Tribunal também reconhece que a liberdade de expressão não possui caráter absoluto. Quando manifestações violam direitos fundamentais de terceiros ou incentivam discriminação e violência, torna-se possível a intervenção estatal.

Em diversos julgamentos, o STF reafirmou que discursos racistas, antissemitas, homofóbicos e discriminatórios não encontram proteção constitucional. Segundo a Corte, a liberdade de expressão não pode ser utilizada como instrumento de propagação do ódio e da intolerância.

Além disso, o Tribunal tem enfrentado questões relacionadas à disseminação de *fake news*, ataques às instituições democráticas e uso abusivo das redes sociais. Nessas situações, busca-se equilibrar a proteção da democracia com a preservação da liberdade crítica e do debate público.

Outro aspecto importante da jurisprudência do STF é o reconhecimento da necessidade de interpretação sistemática dos direitos fundamentais. Isso significa que a liberdade de expressão deve ser analisada em conjunto com princípios como dignidade da pessoa humana, igualdade e pluralismo político.

Portanto, a jurisprudência constitucional brasileira demonstra tendência de proteção ampla à liberdade de expressão, sem admitir manifestações que atentem contra a dignidade humana ou a própria ordem democrática.

3.2 O CASO ELLWANGER COMO MARCO JURISPRUDENCIAL

O Caso Ellwanger constitui um dos mais importantes precedentes da jurisprudência brasileira envolvendo discurso de ódio e liberdade de expressão.

O caso teve origem na condenação do escritor e editor Siegfried Ellwanger Castan, acusado de publicar obras antissemitas que negavam o Holocausto e promoviam ideias discriminatórias contra judeus.

A defesa alegava que o antissemitismo não configuraria racismo, sustentando que judeus não constituem raça, mas grupo religioso ou cultural. Também argumentava que a condenação violaria a liberdade de expressão.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Habeas Corpus nº 82.424/RS, rejeitou esses argumentos e manteve a condenação do acusado. O Supremo Tribunal Federal nos fundamentos da decisão diz de forma expressa no HC 82.424 o seguinte:

> Deve-se afastar a interpretação literal do art. 5º, XLII, da Constituição de 1988 e considerar o conceito de racismo de forma mais ampla,

> tendo em conta, além das características físicas das pessoas, o significado antropológico e sociológico do conceito. O pensamento do nacional-socialismo, no ponto, consistiu na ideia de que judeus e arianos formariam raças distintas; e os primeiros seriam inferiores e deveriam ser segregados e exterminados.
>
> (...)
>
> A liberdade de expressão, apesar de ser uma garantia constitucional, não é absoluta. Há limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar o discurso de ódio ou as manifestações que implicam ilicitude penal. (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2003)

O Tribunal entendeu que o racismo deve ser interpretado de maneira ampla, abrangendo práticas discriminatórias dirigidas contra grupos étnicos, religiosos ou culturais. Além disso, afirmou que manifestações antissemitas não estão protegidas pela liberdade de expressão.

O julgamento representou marco histórico na proteção dos direitos fundamentais e no combate ao discurso de ódio no Brasil. A decisão reforçou a ideia de que a liberdade de expressão não pode servir como escudo para práticas discriminatórias.

O precedente Ellwanger influenciou significativamente julgamentos posteriores envolvendo manifestações discriminatórias, consolidando entendimento de que o discurso de ódio não merece proteção constitucional. Além disso, o caso demonstrou a importância da atuação do Poder Judiciário na defesa da democracia e dos direitos humanos.

3.3 O POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça também possui relevante atuação na interpretação dos limites da liberdade de expressão, especialmente em questões relacionadas à responsabilidade civil e penal por manifestações ofensivas.

O STJ frequentemente julga casos envolvendo publicações em redes sociais, comentários ofensivos, *fake news* e danos morais decorrentes de discursos discriminatórios.

A jurisprudência do Tribunal reconhece que a liberdade de expressão deve ser exercida com responsabilidade, não sendo admissível sua utilização para ofender a honra, a imagem ou a dignidade de terceiros. Em diversos precedentes, o STJ confirmou condenações por danos morais decorrentes de publicações racistas, homofóbicas ou discriminatórias realizadas na internet. O Tribunal também reconhece que o ambiente virtual não constitui espaço livre de responsabilização jurídica. Assim, usuários de redes sociais podem responder civil e penalmente por conteúdos ilícitos divulgados na internet.

Outro ponto importante diz respeito à responsabilidade das plataformas digitais. O STJ possui entendimento de que provedores de aplicação podem ser responsabilizados quando deixam de remover conteúdo ilícito após notificação judicial. Além disso, o Tribunal tem analisado casos envolvendo colisão entre liberdade de imprensa e direitos da personalidade, buscando equilibrar interesse público da informação com proteção da dignidade humana.

Dessa forma, a jurisprudência do STJ contribui para consolidar mecanismos de proteção contra abusos praticados no exercício da liberdade de expressão.

3.4 JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL COMPARADA

O tratamento jurídico do discurso de ódio varia significativamente entre os diferentes países, refletindo contextos históricos, culturais e constitucionais distintos.

Nos Estados Unidos, prevalece modelo de ampla proteção à liberdade de expressão, fundamentado na Primeira Emenda da Constituição norte-americana. A Suprema Corte dos Estados Unidos entende que mesmo

manifestações ofensivas ou extremistas devem ser protegidas, salvo em situações excepcionais de incitação direta e imediata à violência.

Esse posicionamento decorre da tradição liberal norte-americana, que privilegia a mínima intervenção estatal sobre manifestações individuais.

Por outro lado, países europeus adotam postura mais restritiva em relação ao discurso de ódio. A Alemanha constitui exemplo emblemático em razão de sua experiência histórica com o nazismo.

O ordenamento jurídico alemão criminaliza manifestações nazistas, negação do Holocausto e discursos discriminatórios. A Corte Constitucional Alemã entende que a proteção da dignidade humana justifica limitações mais rigorosas à liberdade de expressão. Na França, o discurso de ódio também sofre severas restrições, especialmente em casos envolvendo discriminação racial, religiosa ou étnica.

A Corte Europeia de Direitos Humanos adota entendimento semelhante, reconhecendo que manifestações discriminatórias podem ser excluídas da proteção conferida à liberdade de expressão.

No âmbito internacional, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos determina que os Estados devem proibir manifestações que incitem discriminação, hostilidade ou violência.

Essas diferenças demonstram que o equilíbrio entre liberdade de expressão e combate ao discurso de ódio varia conforme a realidade constitucional e histórica de cada sociedade.

3.5 DIVERGÊNCIAS INTERPRETATIVAS E DESAFIOS JURISPRUDENCIAIS

Apesar dos avanços jurisprudenciais, ainda existem importantes divergências interpretativas relacionadas ao discurso de ódio e aos limites da liberdade de expressão.

Um dos principais desafios consiste na ausência de definição jurídica precisa para o *hate speech*. A inexistência de conceito legal espe-

cífico gera insegurança jurídica e amplia a subjetividade das decisões judiciais. Além disso, há dificuldades em diferenciar manifestações discriminatórias de opiniões ofensivas, humorísticas ou críticas políticas legítimas.

O crescimento das redes sociais também trouxe novos desafios ao Poder Judiciário. A velocidade de disseminação das informações dificulta a remoção de conteúdos ilícitos e amplia os danos causados pelas manifestações discriminatórias.

Outro problema relevante envolve o risco de censura excessiva. Parte da doutrina sustenta que interpretações muito amplas do discurso de ódio podem comprometer a liberdade crítica e o pluralismo democrático. Ao mesmo tempo, interpretações excessivamente permissivas podem favorecer a normalização da violência simbólica e da discriminação.

O avanço da inteligência artificial e dos algoritmos digitais também cria novos dilemas jurídicos relacionados à moderação automática de conteúdo e à responsabilização das plataformas.

Dessa forma, os tribunais enfrentam o desafio permanente de equilibrar liberdade de expressão, proteção da dignidade humana e preservação da democracia. A tendência aponta para soluções baseadas na ponderação de princípios, análise contextual das manifestações e fortalecimento da proteção dos direitos fundamentais.

4 DISCURSO DE ÓDIO E REDES SOCIAIS

4.1 O AMBIENTE DIGITAL E A AMPLIAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O avanço da internet e das tecnologias digitais provocou profundas transformações na forma como os indivíduos se comunicam e participam da vida pública. As redes sociais ampliaram significativamente a liberdade de expressão, permitindo que qualquer pessoa produza, compartilhe e divulgue conteúdos em escala global.

Plataformas como *Facebook, Instagram, X* (antigo *Twitter*), *TikTok e YouTube* democratizaram o acesso à informação e fortaleceram a participação social. Antes restrita aos grandes meios de comunicação, a circulação de ideias passou a ocorrer de forma descentralizada e instantânea.

Esse cenário trouxe importantes benefícios para a democracia, especialmente no fortalecimento do debate público, da mobilização social e da liberdade crítica. Movimentos sociais passaram a utilizar o ambiente digital como ferramenta de reivindicação política e defesa de direitos fundamentais.

Entretanto, a ampliação da liberdade comunicativa também favoreceu a disseminação de discursos extremistas, *fake news* e manifestações discriminatórias. A ausência de filtros institucionais, somada à rapidez da circulação das informações, potencializou a propagação do discurso de ódio.

Outro aspecto relevante consiste no chamado anonimato relativo. Embora usuários possam ser identificados judicialmente, a sensação de anonimato proporcionada pelo ambiente virtual frequentemente estimula comportamentos agressivos e intolerantes.

Além disso, o ambiente digital favorece a formação de comunidades ideologicamente homogêneas, conhecidas como "bolhas virtuais", nas quais discursos radicais tendem a ser reforçados e normalizados.

Nesse contexto, o desafio jurídico contemporâneo consiste em preservar a liberdade de expressão no ambiente digital sem permitir que ela seja utilizada como instrumento de violência simbólica, discriminação e desinformação.

4.2 ALGORITMOS, POLARIZAÇÃO E RADICALIZAÇÃO

Os algoritmos das plataformas digitais desempenham papel central na dinâmica comunicacional das redes sociais. Esses sistemas automatizados selecionam conteúdos com base em preferências, interações e padrões de comportamento dos usuários.

Embora os algoritmos tenham como finalidade aumentar o engajamento e personalizar a experiência digital, eles também podem contribuir para processos de polarização política e radicalização ideológica. Conteúdos emocionalmente intensos, polêmicos ou extremistas tendem a gerar maior número de curtidas, comentários e compartilhamentos. Como consequência, os algoritmos frequentemente priorizam esse tipo de material, ampliando sua visibilidade. Esse fenômeno favorece a disseminação de discursos de ódio e teorias conspiratórias, criando ambientes digitais marcados pela intolerância e pela hostilidade.

A polarização política intensificada pelas redes sociais também reduz a capacidade de diálogo democrático. Usuários passam a consumir predominantemente conteúdos compatíveis com suas próprias convicções, reduzindo o contato com opiniões divergentes. Além disso, grupos extremistas utilizam estratégias digitais sofisticadas para recrutar novos integrantes, disseminar ideologias radicais e mobilizar ações coletivas.

Diversos estudos apontam que ambientes altamente polarizados aumentam a probabilidade de violência política e enfraquecimento das instituições democráticas. Diante desse cenário, cresce o debate sobre a necessidade de maior transparência algorítmica e responsabilidade das plataformas digitais.

No entanto, também existem preocupações relacionadas ao risco de controle excessivo da circulação de informações e possível comprometimento da liberdade de expressão.

Assim, a discussão acerca dos algoritmos digitais envolve complexa relação entre tecnologia, democracia, direitos fundamentais e poder econômico das grandes plataformas digitais.

4.3 FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO

As *fakes news* representam um dos principais desafios contemporâneos relacionados à liberdade de expressão e à proteção da democracia.

Trata-se de conteúdos falsos ou manipulados disseminados com a finalidade de enganar, influenciar opiniões ou provocar instabilidade social.

A desinformação tornou-se especialmente preocupante no contexto das redes sociais, em razão da velocidade de circulação das informações e da dificuldade de verificação dos conteúdos compartilhados.

Durante processos eleitorais, por exemplo, a disseminação de informações falsas pode comprometer a integridade do debate público e influenciar indevidamente a vontade popular. Além disso, notícias falsas envolvendo minorias sociais frequentemente alimentam discursos discriminatórios e fortalecem movimentos extremistas.

O combate à desinformação envolve importantes desafios jurídicos e políticos. Por um lado, é necessário impedir a propagação de conteúdos fraudulentos capazes de causar danos coletivos. Por outro, medidas excessivamente restritivas podem comprometer a liberdade de expressão e favorecer práticas de censura.

No Brasil, o debate ganhou maior relevância com discussões acerca da regulação das plataformas digitais e da responsabilização pela divulgação de notícias falsas.

O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral passaram a atuar de maneira mais intensa em casos envolvendo desinformação eleitoral e ataques às instituições democráticas. Entretanto, ainda existe grande controvérsia acerca dos limites legítimos da atuação estatal no controle da desinformação.

A busca por soluções equilibradas exige cooperação entre Estado, plataformas digitais, imprensa e sociedade civil, além do fortalecimento da educação midiática e digital.

4.4 RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A atuação das plataformas digitais tornou-se elemento central no debate sobre liberdade de expressão e discurso de ódio na internet.

Empresas como Meta*, Google*, *X* (antigo *Twitter)* e *TikTok* exercem enorme influência sobre a circulação de informações no ambiente digital.

No Brasil, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabeleceu regras importantes sobre responsabilidade dos provedores de aplicação. O artigo 19 do Marco Civil prevê que as plataformas somente podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros caso descumpram ordem judicial específica de remoção. Esse modelo buscou proteger a liberdade de expressão e evitar práticas de censura privada realizadas pelas próprias plataformas.

Contudo, o crescimento da desinformação e dos discursos extremistas intensificou críticas ao modelo adotado pelo Marco Civil da Internet. Parte da doutrina sustenta que as plataformas deveriam possuir dever mais amplo de monitoramento e remoção de conteúdos ilícitos, especialmente em casos envolvendo racismo, terrorismo e incitação à violência. Outros autores alertam que ampliar excessivamente a responsabilidade das empresas pode estimular remoções arbitrárias e restringir indevidamente o debate público. Além disso, as plataformas digitais frequentemente utilizam termos de uso e políticas internas de moderação que nem sempre possuem transparência suficiente. A ausência de critérios claros para remoção de conteúdo gera preocupações relacionadas à liberdade de expressão, neutralidade política e concentração de poder nas grandes empresas de tecnologia.

Nesse contexto, o debate contemporâneo busca encontrar equilíbrio entre responsabilidade das plataformas, proteção da democracia e preservação das liberdades fundamentais.

4.5 REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E RISCOS À DEMOCRACIA

O crescimento do discurso de ódio, da desinformação e da radicalização política intensificou discussões sobre a necessidade de regulamentação das redes sociais. Defensores da regulação argumentam que a ausência de controle adequado favorece abusos, disseminação de *fake news* e

ataques às instituições democráticas. Segundo essa perspectiva, as plataformas digitais exercem poder significativo sobre o fluxo de informações e devem assumir maior responsabilidade pela proteção do ambiente democrático.

Por outro lado, críticos da regulação excessiva alertam para riscos de censura, controle político da informação e limitação indevida da liberdade de expressão. A preocupação torna-se ainda maior em contextos de instabilidade institucional, nos quais mecanismos regulatórios podem ser utilizados de forma abusiva contra opositores políticos ou manifestações críticas.

No Brasil, o debate ganhou destaque com projetos legislativos voltados ao combate à desinformação e à responsabilização das plataformas digitais. Entretanto, a construção de um modelo regulatório adequado exige cautela para evitar violações aos direitos fundamentais. Outro desafio importante envolve a dimensão global das plataformas digitais. Muitas empresas operam simultaneamente em diversos países, dificultando a aplicação uniforme das legislações nacionais. Além disso, o avanço tecnológico constante exige atualização permanente das normas jurídicas, especialmente diante de novas ferramentas de inteligência artificial e automação digital.

Nesse cenário, a regulação das redes sociais deve buscar equilíbrio entre proteção da democracia, combate ao discurso de ódio e preservação da liberdade de expressão.

5 ANÁLISE CRÍTICA DOS LIMITES ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO

5.1 O DESAFIO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO DISCURSO DE ÓDIO

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Direito contemporâneo consiste na definição precisa do que efetivamente configura discurso de ódio. Apesar da ampla utilização do termo no debate jurídico, político e

social, ainda não existe consenso absoluto acerca de seus limites conceituais.

A ausência de definição legal específica no ordenamento jurídico brasileiro contribui para insegurança jurídica e divergências interpretativas. Em muitos casos, a caracterização do *hate speech* depende da análise subjetiva do julgador, considerando contexto, intenção do emissor e potencial ofensivo da manifestação.

Parte da doutrina adota conceito mais restritivo, entendendo que apenas manifestações que incentivem violência direta ou discriminação concreta devem ser consideradas discurso de ódio. Outros autores defendem interpretação mais ampla, incluindo manifestações simbólicas e discursos que reforcem preconceitos estruturais. Essa divergência demonstra a complexidade do tema, uma definição excessivamente ampla pode comprometer a liberdade de expressão, permitindo restrições indevidas ao debate público e às manifestações críticas. Por outro lado, interpretações excessivamente restritivas podem dificultar a proteção de grupos vulneráveis e favorecer a normalização da intolerância.

Outro fator que aumenta a dificuldade interpretativa consiste na evolução constante das formas de comunicação. O discurso de ódio contemporâneo muitas vezes se apresenta de maneira indireta, por meio de ironias, memes, códigos simbólicos ou linguagem velada.

Dessa forma, a análise jurídica do discurso de ódio exige interpretação contextualizada e compatível com os princípios constitucionais da dignidade humana, igualdade e liberdade de expressão.

O desafio consiste justamente em construir critérios jurídicos objetivos capazes de diferenciar manifestações discriminatórias de opiniões legítimas, preservando simultaneamente os direitos fundamentais envolvidos.

5.2 O RISCO DA CENSURA E DO CONTROLE EXCESSIVO

A necessidade de combater o discurso de ódio não elimina preocupações relacionadas à preservação da liberdade de expressão e à proibição da censura.

A Constituição Federal de 1988 estabelece vedação expressa à censura prévia, especialmente no artigo 220, que assegura a livre manifestação do pensamento e da informação. Nesse contexto, parte da doutrina sustenta que restrições excessivas ao discurso podem gerar efeitos negativos para a democracia, comprometendo o pluralismo político e a liberdade crítica.

Além disso, existe preocupação relacionada à chamada "censura privada", praticada por empresas de tecnologia que removem conteúdos com base em políticas internas pouco transparentes. A concentração de poder comunicacional nas grandes plataformas digitais faz com que decisões privadas de moderação tenham impacto significativo sobre o debate público.

Outro problema relevante envolve a possibilidade de instrumentalização política do combate ao discurso de ódio. Em contextos autoritários, mecanismos de controle da informação podem ser utilizados para perseguir opositores e limitar críticas ao governo. Por essa razão, o enfrentamento do discurso de ódio deve ocorrer dentro dos limites constitucionais, observando princípios como legalidade, proporcionalidade e devido processo legal.

5.3 A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A proteção contra o discurso de ódio está diretamente relacionada à efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. A dignidade da pessoa humana, a igualdade e o pluralismo político constituem pilares essenciais da ordem constitucional brasileira. Quando indivíduos ou grupos sociais são alvo de manifestações discrimi-

natórias, ocorre violação desses princípios fundamentais. Nesse sentido, o Estado possui dever jurídico de proteger grupos vulneráveis contra práticas que promovam exclusão, violência simbólica e discriminação. A omissão estatal diante do discurso de ódio pode contribuir para a perpetuação de desigualdades históricas e enfraquecimento da democracia.

Além disso, o discurso discriminatório compromete a própria liberdade de expressão das vítimas. Pessoas constantemente atacadas e marginalizadas tendem a reduzir sua participação no debate público, o que afeta diretamente o pluralismo democrático. Dessa forma, limitar manifestações discriminatórias não significa necessariamente restringir a democracia, mas sim proteger as condições mínimas para que todos possam participar igualmente da vida pública.

O grande desafio jurídico contemporâneo consiste justamente em construir mecanismos eficazes de proteção da dignidade humana sem comprometer a liberdade de expressão e o pluralismo político.

5.4 O EQUILÍBRIO ENTRE LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

A convivência democrática exige equilíbrio permanente entre liberdade e responsabilidade. A liberdade de expressão constitui direito essencial, mas seu exercício deve ocorrer de maneira compatível com os demais direitos fundamentais. Nesse contexto, ganha relevância a ideia de responsabilidade comunicacional. Em sociedades extremamente conectadas, manifestações individuais possuem potencial de alcançar milhões de pessoas instantaneamente, produzindo impactos sociais significativos. A disseminação irresponsável de discursos discriminatórios, *fake news* e conteúdos extremistas pode gerar consequências concretas, como violência coletiva, perseguição social e instabilidade institucional. Por isso, a liberdade de expressão deve ser acompanhada de responsabilidade jurídica, ética e social. Isso não significa estabelecer controle estatal absoluto sobre as manifestações individuais, mas reconhecer que direitos fundamentais coexistem em um mesmo espaço democrático.

A educação digital desempenha papel fundamental nesse processo. O fortalecimento da consciência crítica e da cidadania digital pode contribuir para redução da intolerância e da desinformação nas redes sociais. As plataformas digitais também possuem responsabilidade relevante, especialmente na criação de mecanismos transparentes de moderação de conteúdo e combate a práticas abusivas. Ao mesmo tempo, o Poder Judiciário deve atuar com cautela, evitando tanto omissões quanto excessos repressivos.

Assim, o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade depende da atuação conjunta do Estado, da sociedade civil, das instituições democráticas e das empresas de tecnologia.

5.5 PERSPECTIVAS FUTURAS

O debate acerca da liberdade de expressão e do discurso de ódio tende a ganhar ainda mais relevância nos próximos anos, especialmente em razão das transformações tecnológicas e políticas contemporâneas. O avanço da inteligência artificial, por exemplo, cria novos desafios relacionados à produção automatizada de conteúdo, manipulação digital e disseminação em massa de desinformação.

Ferramentas capazes de criar vídeos falsos por meio de *deepfake* e inteligência artificial podem ampliar significativamente os riscos de manipulação política e ataques à reputação de indivíduos e instituições. Além disso, o crescimento das plataformas digitais fortalece discussões sobre soberania informacional, concentração de poder econômico e influência das empresas de tecnologia sobre a democracia.

No plano jurídico, é provável que surjam novas legislações voltadas à regulação das redes sociais, proteção de dados e combate à desinformação. Entretanto, qualquer avanço regulatório deverá observar rigorosamente os princípios constitucionais da liberdade de expressão, proporcionalidade e vedação à censura.

Outro aspecto importante envolve o fortalecimento da cooperação internacional. Como o ambiente digital ultrapassa fronteiras nacionais, o enfrentamento do discurso de ódio e da desinformação exige atuação coordenada entre diferentes países e organismos internacionais.

A educação também ocupará papel central nas perspectivas futuras. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação midiática e digital pode contribuir para formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Por fim, o futuro da democracia dependerá da capacidade das sociedades contemporâneas de equilibrar inovação tecnológica, liberdade de expressão e proteção dos direitos fundamentais.

O grande desafio jurídico e político do século XXI será justamente preservar o espaço democrático sem permitir que ele seja destruído pela intolerância, pela violência simbólica e pela desinformação sistemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo demonstra que a liberdade de expressão ocupa posição essencial no sistema constitucional brasileiro, constituindo condição necessária para a existência de uma sociedade democrática, plural e aberta ao debate. Entretanto, sua relevância não significa que possa ser exercida de maneira ilimitada. Como os demais direitos fundamentais, a liberdade de expressão deve conviver harmonicamente com a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a honra, a imagem e os demais valores protegidos constitucionalmente.

Nesse contexto, o discurso de ódio apresenta-se como um dos principais desafios contemporâneos à efetivação dos direitos fundamentais. Suas manifestações podem ultrapassar a simples expressão de uma opinião desagradável ou ofensiva e assumir caráter discriminatório, contribuindo para a exclusão social, a marginalização de grupos vulneráveis e, em determinadas situações, a legitimação da violência. O problema torna-se ainda mais complexo quando tais manifestações são disseminadas pelas

redes sociais, nas quais a velocidade e o alcance dos conteúdos potencializam seus efeitos.

O estudo também evidencia a importância da distinção entre discurso de ódio e manifestações legítimas, ainda que controversas ou impopulares. A inexistência de uma definição jurídica absolutamente precisa para o *hate speech* exige que sua caracterização seja realizada a partir das circunstâncias concretas, considerando o conteúdo da manifestação, seu contexto, sua finalidade, seu potencial discriminatório e seus possíveis efeitos. Essa análise é necessária para impedir tanto a insuficiência da proteção aos grupos vulneráveis quanto restrições excessivas ao debate público.

No âmbito jurídico, os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proporcionalidade assumem função fundamental para a solução das colisões entre direitos. A intervenção estatal deve ser adequada, necessária e proporcional em sentido estrito, evitando medidas arbitrárias ou excessivas. Nesse sentido, a responsabilização civil e penal pode constituir instrumento legítimo de proteção quando a manifestação ultrapassa os limites constitucionalmente estabelecidos, especialmente diante de condutas discriminatórias previstas na legislação brasileira.

A jurisprudência dos tribunais superiores também exerce papel relevante nesse processo. O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento segundo o qual a liberdade de expressão merece ampla proteção, mas não pode servir de fundamento para práticas discriminatórias ou para manifestações que atentem contra direitos fundamentais. O Caso Ellwanger tornou-se marco importante nesse debate ao reconhecer que manifestações antissemitas podem configurar racismo e não estão protegidas pela liberdade de expressão.

No ambiente digital, os desafios são ainda maiores. A atuação das plataformas, os algoritmos, a polarização, as *fake news* e a formação de comunidades virtuais homogêneas ampliam a complexidade da proteção dos direitos fundamentais. A discussão sobre a responsabilidade das pla-

taformas deve, portanto, considerar a necessidade de combater conteúdos ilícitos sem permitir que mecanismos privados de moderação ou intervenções estatais produzam censura arbitrária ou comprometam o pluralismo democrático.

Conclui-se, portanto, que o desafio contemporâneo não consiste em escolher entre liberdade de expressão e proteção contra o discurso de ódio, mas em estabelecer mecanismos capazes de garantir a coexistência desses valores. O enfrentamento das manifestações discriminatórias deve ocorrer com fundamento na Constituição, na proporcionalidade, na proteção dos direitos fundamentais e na análise concreta de cada situação. Paralelamente, medidas de educação digital, transparência na moderação de conteúdos e responsabilidade das plataformas podem contribuir para a construção de um ambiente comunicacional mais democrático.

Assim, preservar a liberdade de expressão significa também assegurar que todos tenham condições reais de participar do espaço público sem serem submetidos à discriminação e à violência. O fortalecimento da democracia depende, portanto, da capacidade das instituições e da sociedade de combater o discurso de ódio sem transformar esse combate em instrumento de censura, garantindo simultaneamente liberdade, igualdade, dignidade humana e pluralismo.

REFERÊNCIAS

ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros. 2008.

BARROSO, Luís R. **Curso De Direito Constitucional Contemporâneo** - 13ª Edição 2025. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.365. ISBN 9788553626861. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626861/. Acesso em: 25 set. 2025.

BARROSO, Luís Roberto; BARROSO, Luna van Brussel. **Democracia, mídias sociais e liberdade de expressão:** ódio, mentiras e a busca da verdade possível. Direitos Fundamentais & Justiça, Belo Horizonte, ano 17, n. 49, p. 285-311, jul./dez. 2023.

BENTIVEGNA, Carlos Frederico B. **Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade:** os limites entre o lícito e o ilícito. Barueri: Manole, 2019. E-book. p.302. ISBN 9788520463321. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520463321/. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 set. 2025

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.523, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em: 25 set. 2025

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 82.424/RS.** Relator: Min. Moreira Alves. Julgamento em 17 set. 2003. Diário da Justiça, Brasília, DF.

DA PAIXÃO, Alessandro. G.; SILVA, Debora. P.; CABRAL, Nuria. M. M. Liberdade de expressão e hate speech no estado democrático de direito. [*s. l.*] v. 01, pág. 23, 2018. **Revista de Direito**. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7085883.pdf. 25 set. 2025.

DANTAS JÚNIOR, João Fabrício. **A liberdade de expressão:** Os limites ao discurso de ódio à luz da Constituição Federal. JURIS - Revista da Faculdade de Direito, *[S. l.]*, v. 31, n. 2, p. 52–73, 2023. DOI: 10.14295/juris.v31i2.14451. Disponível em: https://periodicos.furg.br/juris/article/view/14451. Acesso em: 26 set. 2025.

DE ANDRADE, André Gustavo Corrêa. **LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO.** Revista da EMERJ, *[S. l.]*, v. 23, n. 1, p. 9–34, 2023. Disponível em: https://ojs.emerj.com.br/index.php/revistadaemerj/article/view/493. Acesso em: 26 set. 2025.

FILHO, João Trindade C. **Série IDP:**O discurso do ódio na jurisprudência alemã, americana e brasileira: como a ideologia política influencia os limites da liberdade de expressão. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. E-book. p.20. ISBN 9788547229665. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547229665/. Acesso em: 25 set. 2025.

MACEDO, Arthur L S. **Soberania digital:** liberdade de expressão, autorregulamentação e notícias falsas. Barueri: Manole, 2023. E-book. p.68. ISBN 9786555767865. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555767865/. Acesso em: 25 set. 2025.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.**

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais** - 12ª Edição 2021. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.14. ISBN 9788597026825. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026825/. Acesso em: 25 set. 2025.

MOURA, Marco A. **O Discurso do Ódio em Redes Sociais.** São Paulo: Lura Editorial (Lura Editoração Eletrônica LTDA - ME), 2016. ISBN 9788591993109.

PAMPLONA, D. A. **Discurso de ódio:** a extensão de proteção à liberdade de expressão em sistemas de defesa de direitos humanos e no Brasil. Revista Jurídica da Presidência, v. 19, n. 117, p. 190-216, 2017.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do hate speech**. Revista de Direito do Estado, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out./dez. 2006.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas.**

WALDRON, Jeremy. **The Harm in Hate Speech.**

O impacto das leis antirracistas no Brasil

The impact of anti-racist laws in Brazil

Gustavo Pablo Ferreira Santos[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR

SANTOS, Gustavo Pablo Ferreira; FACUNDES, Williane Tibúrcio. O impacto das leis antirracistas no Brasil. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 77-117.

RESUMO

Este artigo analisa o impacto das leis antirracistas no Brasil, considerando a evolução do ordenamento jurídico e os limites de sua efetividade social. O racismo constitui fenômeno histórico e estrutural, relacionado à formação social, política e econômica brasileira e à permanência de desigualdades que ultrapassam a esfera individual. O estudo examina os fundamentos constitucionais do combate à discriminação racial, com destaque para a dignidade da pessoa humana, a igualdade material e a criminalização constitucional do racismo como crime inafiançável e imprescritível. Aborda a evolução legislativa posterior à Constituição de 1988, destacando a Lei nº 7.716/1989, a Lei nº 9.459/1997, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas e a Lei nº 14.532/2023, que inseriu a injúria racial no âmbito da legislação de combate ao racismo. Também são consideradas a influência dos tratados internacionais de direitos humanos e a atuação dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, na formulação e consolidação das políticas antirracistas. O Brasil construiu significativo arcabouço normativo, combinando mecanismos repressivos, ações afirmativas e políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial. Entretanto, a persistência do racismo estrutural, a subnotificação, a resistência institucional, a seletividade penal, a insuficiência de

[1] Discente do 8º período do curso de Direito no Centro Universitário Uninorte, Rio Branco – AC.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

mecanismos de monitoramento e a desigualdade socioeconômica revelam distância entre validade jurídica e eficácia social. Conclui-se que a efetividade das leis depende de aplicação institucional qualificada, educação antirracista, políticas reparatórias, participação social e atuação coordenada dos órgãos do sistema de justiça. Nesse sentido, o Direito deve ultrapassar a dimensão simbólica e contribuir para democracia pluriétnica, inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: Leis antirracistas. Racismo estrutural. Igualdade racial. Ações afirmativas. Legislação brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes the impact of anti-racist laws in Brazil, considering the evolution of the legal system and the limits of their social effectiveness. It starts from the recognition that racism is a historical and structural phenomenon, related to Brazil's social, political, and economic formation and to the persistence of inequalities that go beyond the individual sphere. The study examines the constitutional foundations for combating racial discrimination, emphasizing human dignity, substantive equality, and the constitutional criminalization of racism as a non-bailable and imprescriptible crime. It then addresses legislative developments following the 1988 Constitution, highlighting Law No. 7,716/1989, Law No. 9,459/1997, the Racial Equality Statute, the Quota Law, and Law No. 14,532/2023, which incorporated racial insult into the scope of legislation addressing racism. The influence of international human rights treaties and the role of social movements, particularly the Black movement, in formulating and consolidating anti-racist policies are also considered. The analysis demonstrates that Brazil has established a significant legal framework combining repressive mechanisms, affirmative action, and public policies aimed at promoting racial equality. However, the persistence of structural racism, underreporting, institutional resistance, penal selectivity, insufficient monitoring mechanisms, and socioeconomic inequality reveal a gap between legal validity and social effectiveness. It concludes that the effectiveness of these laws depends on qualified institutional enforcement, anti-racist education, reparative policies, social participation, and coordinated action by justice system institutions. In this sense, law must move beyond symbolic dimensions and contribute to a multiethnic, inclusive, and egalitarian democracy.

Keywords: Anti-racist laws. Structural racism. Racial equality. Affirmative action. Brazilian legislation.

INTRODUÇÃO

O racismo constitui um dos principais obstáculos à concretização da igualdade e da dignidade da pessoa humana no Brasil. Embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tenha estabelecido fundamentos expressos para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além de determinar que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, a realidade social demonstra que a existência de normas jurídicas rigorosas não é suficiente, por si só, para eliminar desigualdades historicamente construídas. O próprio trabalho evidencia que o racismo brasileiro possui dimensão estrutural, alcançando instituições, relações sociais, mercado de trabalho, educação, segurança pública e acesso a direitos fundamentais.

A trajetória legislativa brasileira revela significativa transformação na forma de enfrentamento da discriminação racial. Durante longo período, a legislação conferiu tratamento limitado ao preconceito, sendo a Lei Afonso Arinos, de 1951, um primeiro marco de responsabilização, ainda sob a forma de contravenção penal. A Constituição de 1988 promoveu verdadeira ruptura paradigmática ao conferir ao racismo tratamento constitucional especialmente rigoroso. Posteriormente, a Lei nº 7.716/1989 passou a tipificar diversas condutas discriminatórias, enquanto a Lei nº 9.459/1997 introduziu a injúria racial no Código Penal. Esse processo de expansão normativa alcançou novo patamar com o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, e com as políticas de ações afirmativas, entre elas a Lei nº 12.711/2012.

Nesse processo, destaca-se ainda a atuação do Supremo Tribunal Federal e dos movimentos sociais. O Poder Judiciário desempenhou papel relevante na interpretação constitucional do racismo, especialmente no reconhecimento da natureza racial da injúria e na necessidade de conferir proteção mais efetiva às vítimas. O trabalho também ressalta que a evolução legislativa não ocorreu de maneira isolada, mas foi influenciada pela

mobilização do movimento negro e por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no campo dos direitos humanos. A influência desses instrumentos contribuiu para o fortalecimento da compreensão de que a igualdade não pode permanecer restrita ao plano formal, exigindo ações estatais capazes de enfrentar desigualdades históricas.

A promulgação da Lei nº 14.532/2023 representa, nesse contexto, importante marco da legislação contemporânea, ao inserir a injúria racial no âmbito da Lei nº 7.716/1989 e conferir maior rigor ao seu tratamento jurídico. A mudança legislativa evidencia o processo de ampliação da tutela penal contra manifestações de preconceito racial e demonstra a preocupação do ordenamento jurídico em reduzir espaços de impunidade. Entretanto, o endurecimento legislativo não elimina, isoladamente, as práticas racistas, sobretudo quando permanecem dificuldades relacionadas à identificação, registro, investigação e responsabilização dos atos discriminatórios.

É justamente nesse ponto que se estabelece a problemática central do estudo: em que medida o avanço das leis antirracistas brasileiras tem produzido efetiva transformação social e contribuído para a superação do racismo estrutural? A questão exige distinguir a eficácia jurídica das normas de sua eficácia social. Embora o ordenamento brasileiro disponha de instrumentos constitucionais, penais e de políticas públicas destinados à promoção da igualdade racial, permanecem desigualdades econômicas, subnotificação de crimes raciais, resistência institucional e dificuldades na implementação das políticas afirmativas.

Diante disso, o presente estudo tem como finalidade analisar a evolução e o impacto das principais normas antirracistas brasileiras, examinando seus fundamentos constitucionais, sua trajetória legislativa, a influência dos tratados internacionais e dos movimentos sociais, bem como sua aplicação no contexto social. Busca-se, ainda, compreender os limites existentes entre a previsão normativa e sua concretização, considerando o papel desempenhado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais instituições responsáveis pela proteção dos

direitos fundamentais. A pesquisa demonstra, assim, que o combate ao racismo demanda não apenas legislação rigorosa, mas também políticas públicas permanentes, educação antirracista, mecanismos de fiscalização e participação social.

1 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO COMBATE AO RACISMO NO BRASIL

O combate ao racismo no Brasil fundamenta-se, primordialmente, no princípio da dignidade da pessoa humana e no objetivo fundamental de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Para além das punições técnicas, o ordenamento jurídico busca a erradicação de estigmas históricos, promovendo a igualdade substancial em oposição à mera igualdade formal. Esse compromisso ético exige que o Estado não apenas reprima a discriminação, mas atue ativamente na proteção de grupos vulnerabilizados e na valorização da pluralidade étnico-racial que constitui a identidade nacional.

A proteção jurídica contra a discriminação é compreendida como um direito fundamental de terceira geração, focado na solidariedade e na preservação da paz social. O sistema de proteção visa garantir que o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e mercado de trabalho, não seja cerceado por preconceitos de origem ou cor. Assim, o enfrentamento ao racismo é encarado como um imperativo democrático, essencial para a manutenção da coesão social e para a garantia de que nenhum cidadão seja marginalizado em virtude de sua raça ou etnia.

Nesse contexto, a atuação do Direito busca desmantelar o racismo estrutural que permeia as instituições e as relações privadas. A meta é a construção de um ambiente onde a diversidade seja celebrada e os direitos fundamentais sejam usufruídos de forma plena por todos. A resposta jurídica, portanto, serve como um guia pedagógico para a sociedade, sinalizando que a intolerância é incompatível com os valores da República e

que a justiça social depende da superação definitiva de qualquer forma de exclusão baseada na ascendência ou cor da pele.

> A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, constitui um dos objetivos fundamentais que orientam a construção do Estado Democrático de Direito. (Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil não é um fenômeno acidental, mas um elemento estruturante da formação social, política e econômica do país. Diferente do modelo de segregação institucionalizado (como o Apartheid sul-africano ou as leis Jim Crow nos EUA), o racismo brasileiro consolidou-se através do Mito da Democracia Racial.

Após a abolição formal em 1888, o Estado brasileiro não promoveu políticas de integração. Pelo contrário, adotou teorias de branqueamento e eugenia. A ausência de reparação histórica criou um abismo onde a cor da pele tornou-se o principal marcador de exclusão socioeconômica. "A Lei Afonso Arinos (Lei n.º 1.390/1951) foi o primeiro esforço legislativo para punir o racismo, mas o tratava apenas como contravenção penal, demonstrando a leniência do Estado na época."

1.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A RUPTURA PARADIGMÁTICA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL, PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL

A promulgação da "Constituição Cidadã" de 1988 representou um divisor de águas. Ela abandonou a neutralidade formal para adotar uma postura ativa de combate às desigualdades.

1.2.1 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade (Art. 1º, III, CF) é o núcleo axiológico do sistema. No contexto racial, ela exige que o Estado proteja o indivíduo contra qualquer processo de desumanização ou estigmatização baseado na raça.

A ruptura paradigmática reside na transição da igualdade formal (todos são iguais perante a lei) para a igualdade material (tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades). Igualdade formal: uma barreira passiva contra a discriminação. Igualdade material: fundamenta as ações afirmativas (Cotas), reconhecendo que para atingir a justiça social, o Estado deve intervir positivamente em favor de grupos historicamente vulnerabilizados.

Figura 1 – Igualdade formal e igualdade material



Fonte: LinkedIn (reprodução).

Em resumo, a igualdade formal impede a discriminação arbitrária, enquanto a igualdade material promove a justiça social, tratando desigualmente os desiguais na exata medida de suas desigualdades.

1.3 CRIMINALIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DO RACISMO (ART. 5º, XLII, CF/88)

O constituinte originário, ciente da gravidade do problema, elevou o racismo a uma categoria de crime com tratamento rigoroso. O Art. 5º, inciso XLII, estabelece que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Essa norma garante que crimes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional não prescrevam e não permitam fiança, punindo severamente condutas discriminatórias.

1.3.1 Inafiançabilidade, Imprescritibilidade e Pena de Reclusão

Na Constituição Federal de 1988, os crimes que reúnem cumulativamente essas três características (são inafiançáveis, imprescritíveis e sujeitos a reclusão) são o racismo (Art. 5º, XLII) e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (Art. 5º, XLIV).

Na inafiançabilidade o crime de racismo não permite pagamento de fiança para a liberdade provisória do acusado, não sendo possível escapar da prisão preventiva ou do processo pela via financeira.

Já na imprescritibilidade o Estado brasileiro pode processar e condenar os autores de racismo a qualquer tempo, independentemente de quantos anos tenham se passado desde a ocorrência do fato.

A pena de reclusão diferencia-se da detenção por permitir o início do cumprimento da sanção em regime fechado. Essa rigorosidade técnica sublinha o racismo como uma agressão não apenas à vítima individual, mas aos valores éticos e democráticos que sustentam a República.

Portanto, a tríade de rigorismo imposta pelo Artigo 5º, XLII, da Constituição Federal á inafiançabilidade, imprescritibilidade e pena de reclusão, consolida o racismo como uma das condutas mais reprováveis do ordenamento jurídico brasileiro.

Ao impedir o pagamento de fiança, o constituinte remove a possibilidade de o poder econômico mitigar a gravidade da ofensa; ao decretar a imprescritibilidade, assegura que a justiça não seja cerceada pelo decurso do tempo, mantendo viva a pretensão punitiva do Estado diante de agressões à dignidade humana.

Somados à severidade da reclusão, esses preceitos transcendem a mera punição individual, funcionando como um mecanismo de defesa da

ordem democrática e um imperativo ético para o desmonte do racismo estrutural, reafirmando que o direito à igualdade é um valor absoluto e indisponível.

1.4 RACISMO COMO CRIME INAFIANÇÁVEL E IMPRESCRITÍVEL E O DEVER ESTATAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco no ordenamento jurídico brasileiro ao definir, em seu Artigo 5º, inciso XLII, que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível. Essa classificação reflete a gravidade do preconceito racial como uma afronta direta à dignidade humana e à ordem democrática. Recentemente, a Lei nº 14.532/2023 consolidou esse entendimento ao equiparar a injúria racial ao crime de racismo, eliminando brechas que permitiam penas mais brandas e garantindo que ofensas à honra baseadas em raça também fossem inafiançáveis e imprescritíveis.

Além do caráter punitivo, a Carta Magna impõe ao Estado o dever proativo de promover o bem de todos, sem preconceitos de cor ou origem (Art. 3º, IV). Esse mandado de otimização é detalhado pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que obriga o Poder Público a adotar ações afirmativas para corrigir desigualdades históricas e garantir a participação da população negra em setores estratégicos como educação e mercado de trabalho.

A importância de ressaltar o racismo como crime imprescritível reside na compreensão de que as feridas do preconceito são transgeracionais e estruturais. Ao retirar o limite temporal para a punição, o Estado brasileiro reconhece que a discriminação racial não é um evento isolado, mas uma violação contínua que compromete a coesão social. Essa proteção jurídica rigorosa serve como um mecanismo de memória e justiça, impedindo que a impunidade se estabeleça pelo simples decurso do tempo. É uma mensagem clara de que o Estado não tolera a hierarquização de seres humanos em qualquer época.

Ademais, o dever estatal de promoção da igualdade racial é o que transforma o direito abstrato em justiça material. Não basta punir o agressor; é imperativo que o Estado desmonte as estruturas de exclusão que mantêm a população negra em condições de vulnerabilidade. A implementação de cotas, o fomento à cultura afro-brasileira e o combate à violência institucional são passos vitais para que a democracia brasileira deixe de ser apenas formal e passe a ser plena. A igualdade racial, portanto, não é apenas um objetivo ético, mas uma condição indispensável para a própria legitimidade do Estado de Direito.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a constitucionalidade das cotas raciais, reiterou que a igualdade meramente formal (perante a lei) não é suficiente para corrigir séculos de escravidão e exclusão. É necessária a igualdade material, que trata os desiguais na medida de suas desigualdades. Sem esse compromisso ativo do Estado, a norma penal que torna o racismo imprescritível seria um instrumento isolado; com ele, torna-se parte de um projeto de nação que busca resgatar a dignidade de populações historicamente subalternizadas.

Por fim, a educação surge como o pilar preventivo desse dever estatal. A aplicação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, é um exemplo de como o Estado pode combater a raiz do preconceito. Ao reeducar a sociedade, o Estado cumpre sua função pedagógica, diminuindo a necessidade da sanção penal no futuro. A luta contra o racismo, portanto, é um esforço multidisciplinar que une a força coercitiva da lei à sensibilidade das políticas sociais, consolidando a democracia brasileira como um espaço de pluralidade e respeito mútuo.

Conclui-se que o sistema jurídico brasileiro evoluiu de uma proteção meramente formal para uma estrutura de combate ao racismo estrutural. A imprescritibilidade assegura que o tempo não apague a responsabilidade penal, enquanto o dever estatal de promoção da igualdade busca transformar a realidade socioeconômica, visando a construção de uma sociedade efetivamente justa e solidária. “Art. 5º, XLII - a prática do racismo

constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (Brasil 1988)".

2 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DAS NORMAS ANTIRRACISTAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

A história legislativa brasileira foi, por muito tempo, marcada pelo que a sociologia chama de "mito da democracia racial". Até 1988, o tratamento jurídico dado ao racismo era periférico e ineficaz. A Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/1951), embora pioneira, tipificava o preconceito apenas como contravenção penal, resultando em penas irrisórias que raramente chegavam à prisão.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 representou o primeiro grande esforço para institucionalizar o combate à discriminação. Sob forte pressão do Movimento Negro, o Brasil adotou uma postura de enfrentamento direto, elevando o racismo ao status de crime contra a coletividade.

O Artigo 5º, inciso XLII, da Constituição Federal de 1988, estabeleceu que: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

Esta norma é considerada um mandado constitucional de criminalização. Ela não apenas proibiu o racismo, mas obrigou o legislador ordinário a criar leis severas para puni-lo. A imprescritibilidade significa que o Estado nunca perde o direito de punir o agressor, independentemente de quanto tempo passe desde o crime.

A resposta imediata ao mandado constitucional foi a Lei nº 7.716, de 1989, de autoria do deputado e jornalista Carlos Alberto de Oliveira (Caó). Esta lei foi o divisor de águas que transformou a vontade constitucional em realidade prática.

A Lei Caó tipificou condutas de segregação, como impedir o acesso de pessoas negras a estabelecimentos comerciais, hotéis, elevadores sociais ou postos de trabalho. Foi a primeira vez que o sistema penal brasilei-

ro dispôs de ferramentas reais para encarcerar quem praticasse atos discriminatórios ostensivos.

O surgimento da injuria racial como passar dos anos, percebeu-se que muitos casos de racismo eram arquivados porque não se enquadravam perfeitamente na Lei Caó. O racismo era interpretado como uma ofensa a toda uma coletividade, enquanto as ofensas verbais direcionadas a indivíduos específicos (como xingamentos de cunho racial) eram tratadas como "injúria simples" no Código Penal.

Para sanar essa lacuna, a Lei nº 9.459/1997 introduziu o parágrafo 3º ao Artigo 140 do Código Penal, criando a Injúria Racial. A pena era mais alta que a da injúria comum, mas criou-se uma dualidade jurídica perigosa: racismo (Lei 7.716): Imprescritível e inafiançável. Injúria Racial (Art. 140, §3º): Prescritível e afiançável (na interpretação da época).

Essa diferenciação permitiu que, por décadas, agressores escapassem da justiça através da prescrição ou do pagamento de fiança, sob o argumento de que estavam apenas "ofendendo a honra" e não praticando "racismo"

A evolução legislativa também caminhou para o campo das políticas públicas. O Estado reconheceu que punir o agressor não era suficiente; era preciso reparar a desigualdade histórica. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial): Instituiu diretrizes para a promoção da igualdade, reconhecendo a necessidade de políticas de saúde, educação e cultura específicas para a população negra. Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas): Representou o auge das ações afirmativas, reservando vagas em universidades federais e institutos técnicos, medida validada pelo STF como constitucional e necessária para a justiça distributiva.

Um momento crucial na evolução das normas ocorreu no Judiciário antes de chegar ao Legislativo. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Habeas Corpus 154.248, decidiu que a injúria racial é, em essência, uma espécie do gênero racismo. Portanto, a injúria racial também

deveria ser considerada imprescritível. Essa decisão foi o "empurrão" necessário para a reforma legislativa que viria a seguir.

Em janeiro de 2023, o Brasil deu seu passo mais recente e vigoroso. A Lei nº 14.532 alterou a Lei Caó para incluir nela o crime de injúria racial.

Com essa mudança: a Injúria Racial agora é Racismo: deixou de ser um crime contra a honra no Código Penal para ser um crime de preconceito na Lei 7.716. Rigor Penal: A pena foi aumentada para reclusão de 2 a 5 anos. Inafiançabilidade e Imprescritibilidade: Não há mais dúvida jurídica; quem comete injúria racial está sujeito às mesmas regras rigorosas do racismo. Agravantes: A lei passou a prever penas maiores se o crime for cometido por duas ou mais pessoas, em contexto de lazer ou por funcionário público.

Contudo evolução legislativa das normas antirracistas pós-1988 demonstra um movimento de "fechamento de cerco" contra a impunidade. O ordenamento jurídico brasileiro percorreu um longo caminho: da invisibilidade para a criminalização de condutas segregacionistas, e finalmente para o reconhecimento de que a ofensa individual baseada na raça é uma agressão a todo o corpo social.

Embora a lei sozinha não elimine o racismo estrutural, ela serve como um instrumento pedagógico e coercitivo indispensável. O Brasil de 2026 possui um dos arcabouços jurídicos mais robustos do mundo no combate ao racismo, restando agora o desafio da aplicação plena e consciente dessas normas por todos os agentes do sistema de justiça. “A Lei nº 14.532/2023 representa o ápice da evolução normativa antirracista ao unificar a injúria racial ao gênero racismo, garantindo a imprescritibilidade da pena e eliminando brechas de impunidade que perduraram por décadas".

2.1 BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

A legislação antirracista no Brasil não é um produto isolado da política interna, ela é o reflexo de um diálogo contínuo entre a pressão dos movimentos sociais e o sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos. Desde 1988, o ordenamento jurídico brasileiro passou a internalizar compromissos globais que moldaram a forma como o Estado define, pune e previne o racismo, transformando a ética internacional em norma cogente no território nacional.

O alicerce desse diálogo é a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU (1965). Embora o Brasil a tenha ratificado em 1968, sua plena eficácia e interpretação sistemática só foram consolidadas com a Constituição de 1988.

A Carta Magna não apenas proibiu a discriminação, mas adotou o princípio da imprescritibilidade, uma diretriz internacional que reconhece que o racismo é uma violação tão profunda da dignidade humana que o tempo não pode apagar o direito do Estado de puni-lo. Esse mandado de criminalização constitucional serviu de ponte para que tratados posteriores fossem recebidos com maior densidade jurídica.

A Convenção Interamericana e a Lei 14.532/2023 foi um dos avanços mais recentes e significativos é fruto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala em 2013. O diferencial estratégico deste tratado foi sua ratificação pelo Congresso Nacional com o rito do Art. 5º, §3º da Constituição, o que lhe conferiu status de Emenda Constitucional.

Esta convenção foi o motor jurídico para a promulgação da Lei nº 14.532/2023. Antes dessa lei, o Brasil tratava a "injúria racial" (ofensa individual) como um crime menos grave e sujeito à prescrição, diferentemente do "racismo" (ofensa à coletividade). A influência do tratado internacional forçou o legislador a reconhecer que a distinção era artificial:

qualquer ofensa baseada na raça atenta contra o sistema democrático e a dignidade coletiva. Assim, a injúria foi formalmente equiparada ao racismo, tornando-se inafiançável e imprescritível, eliminando brechas de impunidade que perduraram por décadas.

Os tratados internacionais, como a Declaração e Programa de Ação de Durban (2001), também influenciaram o Brasil a ir além da legislação meramente penal. Durban estabeleceu que os Estados devem adotar medidas proativas para combater a desigualdade estrutural e os legados da escravidão.

Essa orientação internacional fundamentou juridicamente o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Lei de Cotas (2012). O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a constitucionalidade das cotas (ADPF 186), utilizou extensivamente os tratados internacionais para justificar que a igualdade não deve ser apenas "formal" (letra morta na lei), mas "material" (ações concretas do Estado para equilibrar as oportunidades históricas).

A evolução das normas antirracistas demonstra que o Brasil aceitou uma soberania compartilhada em matéria de Direitos Humanos. Ao submeter-se à jurisdição da Corte Interamericana e ao adotar tratados com força constitucional, o país vincula o seu sistema penal e administrativo a padrões globais de civilidade. A Lei nº 14.532/2023 é, portanto, o ápice de um processo de simbiose legislativa, onde o clamor das ruas brasileiras encontrou suporte nas normas universais para garantir que o racismo seja enfrentado com o rigor que a proteção da humanidade exige.

> A ratificação da Convenção Interamericana com status de emenda constitucional foi o catalisador jurídico que forçou o Brasil a extinguir a dualidade entre injúria racial e racismo, unificando o rigor punitivo sob a égide da Lei nº 14.532/2023

2.2 A CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA APÓS 1988 E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ANTIRRACISTAS

A redemocratização do Brasil em 1988 não foi apenas um processo de transição institucional, mas um campo de batalha simbólico e jurídico onde o movimento negro organizado desempenhou um papel central. Este artigo discute como a pressão social transformou a "democracia racial" em um conceito superado, exigindo do Estado brasileiro uma postura ativa de reparação e punição. Analisaremos a evolução das leis e a institucionalização de órgãos de promoção da igualdade racial como frutos diretos da mobilização popular.

2.2.1 O Movimento Negro como Sujeito Político e a Gênese da Constituição Cidadã

A história das leis antirracistas no Brasil é indissociável da história da resistência negra. Se hoje temos um arcabouço jurídico robusto, isso se deve à capacidade de articulação do Movimento Negro Unificado (MNU) e de outras organizações que, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, ocuparam os corredores do Congresso para exigir que o racismo fosse tratado com o rigor que a gravidade do crime exige.

Antes de 1988, o Estado brasileiro operava sob o manto do silenciamento. O racismo era visto como um desvio de conduta individual ou uma "falha de educação", e não como um sistema estruturante de desigualdades. A Constituição de 1988 rompeu esse ciclo ao inscrever, no seu texto original, que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Contudo, o texto constitucional era uma norma de eficácia limitada; precisava de leis ordinárias para ganhar "dentes".

A Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) foi a primeira grande vitória dessa pressão. Carlos Alberto de Oliveira (Caó), parlamentar negro e militante, foi a voz que traduziu o clamor das ruas em texto legal. Pela primeira vez, atos de discriminação no mercado de trabalho, na educação e no atendi-

mento público deixaram de ser contravenções leves para se tornarem crimes de reclusão. No entanto, o papel dos movimentos sociais não se encerrou na criminalização. O movimento percebeu que apenas punir o agressor não alterava a estrutura que mantinha a população negra na base da pirâmide socioeconômica.

Foi a partir dessa percepção que a estratégia mudou da punição para a reparação. A Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, que reuniu milhares de pessoas em Brasília, foi o catalisador que forçou o governo federal a admitir publicamente a existência do racismo e a começar a discutir políticas de ação afirmativa. Sem essa pressão de base, marcos como a Lei de Cotas (2012) seriam impensáveis dentro da inércia burocrática estatal.

2.2.2 A Institucionalização da Luta: Do Estatuto da Igualdade Racial à Lei nº 14.532/2023

A consolidação normativa atingiu um novo patamar com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003 e a posterior sanção do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto foi uma vitória agridoce; embora tenha sofrido vetos que retiraram dispositivos importantes sobre terras quilombolas e incentivos fiscais, ele consolidou o dever do Estado de implementar políticas públicas de saúde, educação e cultura específicas para a população negra.

Um dos subsegmentos mais importantes dessa evolução foi o reconhecimento do Racismo Institucional. Os movimentos sociais demonstraram que as instituições (polícia, judiciário, hospitais) reproduziam preconceitos de forma automática. Isso levou à necessidade de mecanismos de monitoramento, como as comissões de heteroidentificação em concursos públicos, que visam garantir a eficácia das cotas e evitar fraudes.

A evolução mais recente, e talvez a mais emblemática da convergência entre direito e movimento social, é a Lei nº 14.532/2023. Por décadas, a justiça brasileira utilizava a "injúria racial" como uma válvula

de escape para não condenar por racismo. A pressão de juristas negros e ativistas levou o Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, o Legislativo, a fechar essa lacuna. Agora, a injúria racial é tecnicamente e juridicamente racismo.

Essa mudança não foi apenas técnica; foi uma resposta à "pedagogia do movimento". O movimento negro ensinou à sociedade que a ofensa à honra de um indivíduo preto, baseada em sua cor, é uma tentativa de desumanização que atinge toda a coletividade negra. Ao transformar a injúria em crime imprescritível, o Brasil se alinha aos mais avançados tratados internacionais de Direitos Humanos, como a Convenção Interamericana contra o Racismo.

Portanto a consolidação das normas antirracistas pós-1988 não foi um presente do Estado, mas uma conquista arrancada por meio de décadas de denúncias, marchas e formulações intelectuais da militância negra. A trajetória que vai da Lei Caó à Lei 14.532/2023 reflete o amadurecimento da democracia brasileira: o reconhecimento de que a igualdade perante a lei só existe se houver mecanismos rigorosos para combater quem a viola e políticas ativas para incluir quem foi historicamente excluído. O desafio atual reside na aplicação dessas normas por um sistema judiciário que ainda carece de maior diversidade em seus quadros de decisão.

3 ANÁLISE JURÍDICA DA LEI Nº 7.716/1989 (LEI DO CRIME RACIAL)

A A Lei n° 7.716/1989, conhecida popularmente como a Lei do Crime Racial, é um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro no combate à discriminação. Ela regulamenta o mandado constitucional de criminalização previsto no Art. 5°, XLII, da Constituição Federal, que define o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

Ao longo das décadas, o alcance da lei foi expandido por interpretações pretorianas e reformas legislativas fundamentais, como a inclusão da

homofobia e da transfobia em seu escopo punitivo por decisão do Supremo Tribunal Federal.

O marco analítico mais recente e relevante é a promulgação da Lei n° 14.532/2023, que operou uma transmutação paradigmática ao deslocar a injúria racial do Código Penal para o bojo da Lei n° 7.716/1989. Essa alteração técnica eliminou a distinção prática entre o racismo direcionado à coletividade e a ofensa individual baseada em raça, submetendo ambos ao rigor da imprescritibilidade. Do ponto de vista processual, a ação penal passou a ser pública incondicionada, retirando da vítima o ônus de decidir pelo prosseguimento da persecução estatal. Assim, a análise jurídica contemporânea revela uma norma que transcendeu o caráter meramente simbólico para se tornar um instrumento de repressão severa, com penas de reclusão majoradas e mecanismos de interdição de direitos. O desafio atual reside na aplicação jurisdicional que reconheça o racismo estrutural, garantindo que o recrudescimento da lei se converta em efetiva proteção aos grupos historicamente vulnerabilizados.

> O crime de injúria racial reúne todos os elementos dos crimes de racismo, sendo, por conseguinte, imprescritível e inafiançável. A distinção entre a ofensa individual e a segregação coletiva é meramente formal, pois ambas as condutas emanam do mesmo preconceito estrutural que a Constituição Federal de 1988 visou extirpar do ordenamento jurídico brasileiro (Brasil, 1998).

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DE PROMULGAÇÃO E A ESTRUTURA NORMATIVA E PRINCIPAIS DISPOSITIVOS

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, representa o ápice do processo de redemocratização nacional e a superação definitiva do regime militar que perdurou por 21 anos. Conhecida como "Constituição Cidadã", ela emergiu de um cenário de intensa efervescência social e política, no qual a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 buscou traduzir os anseios de uma sociedade que clamava pelo restabelecimento das liberdades civis, pela justiça social e pela limitação do poder estatal. O contexto político era de transi-

ção, marcado pelo fim do ciclo autoritário e pela necessidade de reconstruir as instituições democráticas sob um novo pacto social que priorizasse a dignidade da pessoa humana acima de interesses puramente burocráticos ou autocráticos.

Do ponto de vista normativo, a Carta de 1988 apresenta uma estrutura analítica e abrangente, composta por um preâmbulo, uma parte dogmática organizada em nove títulos e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ao contrário de constituições anteriores, ela inverteu a lógica tradicional ao colocar os Direitos e Garantias Fundamentais logo nos primeiros capítulos, antes mesmo da organização do Estado. Entre seus principais dispositivos, destaca-se o Artigo 1º, que fundamenta a República na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e pluralismo político. Outro pilar fundamental é o Artigo 5º, que elenca um rol extensivo de direitos individuais e coletivos, protegidos sob a égide de cláusulas pétreas que impedem qualquer retrocesso legislativo que vise aboli-los.

Além da proteção às liberdades individuais, a estrutura normativa inovou ao constitucionalizar direitos sociais de segunda dimensão, estabelecendo um sistema robusto de seguridade social que engloba saúde, previdência e assistência. A Constituição também definiu uma nova repartição de competências entre União, Estados e Municípios, fortalecendo a federação e garantindo a separação harmônica entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em síntese, o texto constitucional de 1988 não é apenas um conjunto de regras jurídicas, mas um projeto de nação que visa a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, consolidando o Estado Democrático de Direito no Brasil.

3.2 TIPIFICAÇÃO PENAL DAS CONDUTAS DISCRIMINATÓRIAS E OS SUJEITOS ATIVO E PASSIVO DOS CRIMES RACIAIS

A configuração do Estado Democrático de Direito no Brasil, consolidada pela Constituição de 1988, estabeleceu um novo paradigma no tratamento jurídico das desigualdades e preconceitos estruturais. Ao elevar o

racismo à categoria de crime inafiançável e imprescritível, o constituinte originário não apenas puniu uma conduta isolada, mas reconheceu que a discriminação racial é um atentado direto à dignidade da pessoa humana e à harmonia social.

Nesse contexto, o Direito Penal assume uma função simbólica e preventiva, buscando desarticular práticas de exclusão que, por séculos, foram naturalizadas no tecido social brasileiro. A evolução legislativa, partindo da Lei nº 7.716/1989 até as recentes alterações promovidas pela Lei nº 14.532/2023, reflete o amadurecimento das instituições em compreender que o preconceito não se manifesta apenas no impedimento de acesso a espaços, mas também na ofensa moral qualificada pela raça.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como a norma penal tipifica as condutas discriminatórias e de que maneira identifica os sujeitos envolvidos nessa relação jurídica. A proteção da bem jurídica "igualdade" exige uma interpretação técnica precisa, distinguindo as nuances entre o racismo propriamente dito e a injúria racial, que agora convergem para um tratamento rigoroso e unificado. Além disso, a definição dos sujeitos ativo e passivo nos crimes raciais revela a natureza transindividual da lesão: enquanto o agressor ataca um indivíduo ou grupo, a ofensa reverbera em toda a coletividade, ferindo o projeto de uma sociedade plural e justa. Assim, o presente artigo analisa a tipificação penal dessas condutas e a dinâmica dos sujeitos envolvidos, fundamentando a importância da intervenção estatal máxima para a erradicação de práticas segregacionistas e o fortalecimento da cidadania plena no território nacional.

3.2.1 Tipificação Penal das Condutas Discriminatórias e a Equiparação da Injúria Racial ao Racismo

A tipificação penal das condutas discriminatórias abrange uma série de comportamentos que impedem o exercício de direitos fundamentais em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Inicialmente, a Lei nº 7.716/89 focava em atos de segregação explícita, como

impedir o acesso a estabelecimentos comerciais, escolas ou cargos públicos. Com a evolução doutrinária e jurisprudencial, percebeu-se que o racismo também se manifesta de forma insidiosa através de ofensas verbais direcionadas.

Um marco fundamental nessa tipificação foi o julgamento do STF que equiparou a injúria racial ao crime de racismo, culminando na Lei nº 14.532/2023. Atualmente, a injúria racial que consiste em ofender a dignidade de alguém utilizando elementos referentes a raça ou cor deixou de ser um crime de menor potencial ofensivo inserido apenas no Código Penal para ser integrada à Lei de Racismo. Essa mudança legislativa retirou a possibilidade de fiança em sede policial e extinguiu a prescrição da pretensão punitiva, tratando a ofensa à honra subjetiva com a mesma gravidade do racismo estrutural e institucional. Portanto, a tipificação moderna compreende tanto o impedimento de direitos (racismo propriamente dito) quanto a ofensa moral qualificada pela raça (injúria racial), unificando o tratamento rigoroso contra o preconceito.

3.2.2 Sujeitos Ativo e Passivo nos Crimes Raciais: Abrangência e Coletividade

No que tange aos sujeitos do crime, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa física que pratique, incite ou induza a discriminação ou preconceito. É importante notar que, embora o racismo seja frequentemente associado a maiorias sobre minorias, a lei é impessoal: qualquer indivíduo que utilize critérios discriminatórios vedados pela norma incorre no tipo penal. Em casos de racismo institucional, a responsabilidade penal recai sobre as pessoas físicas responsáveis pelas decisões ou atos segregacionistas dentro das organizações.

Quanto ao sujeito passivo, ocorre uma dualidade interessante. No crime de injúria racial, o sujeito passivo é a pessoa determinada que sofre a ofensa em sua honra. Já no crime de racismo clássico (Lei 7.716/89), o sujeito passivo é a coletividade, ou seja, um grupo indeterminado de pessoas pertencentes a certa raça ou etnia. A doutrina moderna reforça

que, mesmo quando uma pessoa específica é barrada em um estabelecimento por sua cor, o bem jurídico lesado transcende o indivíduo, atingindo a dignidade de todo o grupo social que ele representa. Assim, o Estado figura como o garantidor da paz social, sendo o racismo um crime de ação penal pública incondicionada, o que significa que o Ministério Público deve agir independentemente da vontade da vitima para punir o agressor.

3.3 BEM JURÍDICO TUTELADO E OS ASPECTOS PROCESSUAIS RELEVANTES

O bem jurídico tutelado nos crimes raciais transcende a mera proteção da honra individual, alcançando uma dimensão supraindividual que protege a dignidade da pessoa humana e o princípio da igualdade material, pilares do Estado Democrático de Direito. Enquanto em delitos comuns a lesão se circunscreve ao patrimônio ou à integridade física de um sujeito determinado, no racismo e na injúria racial a conduta atenta contra a própria organização social e a convivência harmônica entre os diferentes grupos que compõem a nação.

A tutela penal visa, portanto, resguardar o direito fundamental de não ser discriminado, assegurando que a identidade étnica, racial ou religiosa de um indivíduo não se torne um fator de vulnerabilização ou exclusão social. Dessa forma, o objeto jurídico protegido é a incolumidade do espírito de fraternidade e o respeito mútuo, elementos indispensáveis para a manutenção da paz pública. Sob essa ótica, a norma penal não busca apenas a retribuição pelo mal causado, mas atua como um mecanismo de defesa da ordem constitucional contra ideologias de superioridade que fragilizam o pacto democrático. A proteção incide sobre a identidade coletiva, garantindo que o pluralismo seja respeitado como um valor ético-político supremo, impedindo que a herança histórica de desigualdades seja perpetuada por atos de segregação.

No que tange aos aspectos processuais relevantes, a natureza desses crimes impõe ritos e condições de procedibilidade rigorosos. Com o advento da Lei nº 14.532/2023, consolidou-se o entendimento de que tan-

to o racismo quanto a injúria racial são crimes de ação penal pública incondicionada, o que significa que o Ministério Público possui o dever-poder de deflagrar a persecução penal independentemente da representação ou da vontade da vítima.

Essa característica reforça a ideia de que o interesse na punição é do Estado e da coletividade, e não apenas do ofendido. Além disso, a inafiançabilidade e a imprescritibilidade, determinadas pelo texto constitucional, retiram esses delitos da vala comum das infrações penais, impedindo que o decurso do tempo ou o pagamento de valores pecuniários apaguem a responsabilidade do agressor.

Contudo outro ponto processual de destaque é a impossibilidade de suspensão condicional do processo ou de transação penal em diversos casos, dada a gravidade abstrata da conduta e a necessidade de uma resposta penal que reafirme a vigência da norma antidiscriminatória, garantindo que a instrução processual sirva como instrumento de reparação simbólica e justiça social. Vale ressaltar que a produção probatória nesses casos costuma ser complexa, exigindo uma análise contextualizada do dolo específico de discriminar, muitas vezes amparada em depoimentos testemunhais e registros digitais que comprovam o ânimo segregacionista do agente

3.4 JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E OS LIMITES, LACUNAS E CRÍTICAS DOUTRINÁRIAS

A Jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros, notadamente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem desempenhado um papel fundamental na expansão e na concretização das normas de combate ao racismo, muitas vezes suprindo omissões legislativas históricas. O marco mais significativo dessa atuação reside na tese de que o conceito de racismo, para fins constitucionais, ultrapassa o aspecto biológico e alcança o racismo social, permitindo a criminalização da homotransfobia e a equiparação definitiva da injúria racial ao crime de racismo. No entanto, essa atuação proativa não é isenta

de críticas doutrinárias. Parte da academia argumenta que o Judiciário, ao realizar interpretações extensivas em matéria penal, poderia ferir o princípio da legalidade e da taxatividade, criando tipos penais por analogia, o que seria vedado pelo ordenamento jurídico.

Apesar dos avanços, persistem lacunas e limites que dificultam a plena eficácia da lei no cotidiano forense. Aponta-se que a estrutura do processo penal brasileiro ainda apresenta dificuldades na valoração da prova em crimes de cunho discriminatório, muitas vezes resultando na desclassificação de condutas graves para infrações mais leves sob a justificativa de ausência de "dolo específico".

As críticas doutrinárias também se voltam para a seletividade do sistema penal, que, embora possua leis rigorosas, encontra barreiras na aplicação prática contra o racismo institucional e estrutural. Existe um hiato entre o rigorismo da norma abstrata e a realidade das decisões de primeira instância, que por vezes ignoram a dimensão histórica da segregação racial no Brasil. Portanto, o desafio contemporâneo consiste em harmonizar a interpretação progressista dos tribunais com a segurança jurídica, garantindo que a repressão ao preconceito não seja apenas simbólica, mas uma ferramenta eficaz de transformação social.

4 ANÁLISE JURÍDICA DA LEI Nº 12.288/2010 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL)

A Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, representa um dos marcos legislativos mais significativos da história recente do Brasil. Ela surge como uma resposta do Estado à necessidade de transitar de uma igualdade meramente formal (prevista na Constituição) para uma igualdade material, buscando corrigir desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra no país.

Diferente de normas puramente punitivas, o Estatuto foca na implementação de ações afirmativas e em diretrizes para políticas públicas em áreas fundamentais como saúde, educação, cultura, lazer, trabalho e

acesso à terra. Sua função jurídica é servir como um programa de ação estatal para a superação do racismo sistêmico. "A eliminação do racismo não ocorre apenas com a mudança de corações e mentes, mas com a transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas que o reproduzem. (Silvio Almeida, em Racismo Estrutural).

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO-LEGISLATIVO

O percurso legislativo que culminou na Lei nº 12.288/2010 reflete a transição de um Estado omisso para um modelo de intervenção positiva. Após a abolição em 1888, o ordenamento jurídico brasileiro pautou-se por uma neutralidade que ignorava as disparidades estruturais, mantendo a população negra à margem da cidadania plena. O primeiro ensaio de enfrentamento ocorreu com a Lei Afonso Arinos (1951), contudo, limitava-se a tratar a discriminação como contravenção penal.

A ruptura paradigmática adveio com a Constituição Federal de 1988, que elevou o racismo ao status de crime inafiançável e imprescritível, fundamentando a posterior Lei Caó (1989). Entretanto, a eficácia meramente punitiva revelou-se insuficiente para desarticular o racismo institucional. Nesse cenário, o Estatuto da Igualdade Racial surgiu como o ápice de décadas de pressão dos movimentos sociais, consolidando a transição da igualdade formal para a material, institucionalizando ações afirmativas como ferramentas de reparação histórica e justiça social no Brasil.

Além da consolidação das ações afirmativas, o Estatuto da Igualdade Racial estabeleceu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), fundamental para a descentralização das políticas inclusivas. Essa estrutura jurídica obriga a articulação entre os entes federativos, garantindo que o direito à saúde, à educação e à terra ultrapasse o texto legal e alcance a eficácia social necessária à democratização do Estado.

4.2 PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DO ESTATUTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE MATERIAL

A Lei nº 12.288/2010 estabelece um novo paradigma no ordenamento jurídico brasileiro ao institucionalizar a transição da igualdade formal para a material. O Estatuto fundamenta-se no princípio da justiça distributiva, reconhecendo que a neutralidade estatal pós-abolição foi insuficiente para desarticular as desigualdades estruturais. Assim, a norma impõe ao Estado o dever de implementar intervenções positivas que visem à superação do racismo sistêmico e à promoção da dignidade humana.

As diretrizes do Estatuto orientam a descentralização e a transversalidade das políticas públicas por meio do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). O objetivo central é assegurar à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, garantindo direitos fundamentais em áreas como saúde, educação, trabalho e cultura. Essas ações não são meras faculdades administrativas, mas obrigações jurídicas de reparação histórica voltadas à correção de hiatos socioeconômicos herdados do período colonial.

Nesse cenário, as políticas públicas afirmativas surgem como o braço prático da igualdade material, utilizando mecanismos como reservas de vagas e incentivos específicos para neutralizar desvantagens acumuladas. Tais medidas buscam democratizar o acesso ao poder e aos recursos, transformando a estrutura social para que a equidade deixe de ser um conceito abstrato e se torne uma realidade concreta.

4.3 DIREITOS ASSEGURADOS À POPULAÇÃO NEGRA

Os direitos assegurados à população negra pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) representam a concretização de garantias fundamentais que visam reverter séculos de exclusão e marginalização.

Juridicamente, esses direitos não são privilégios, mas sim instrumentos de reparação histórica e justiça social, fundamentados no princípio da dignidade da pessoa humana.

A legislação brasileira estabelece que é dever do Estado e da sociedade garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, o que envolve o acesso a direitos básicos de forma equânime. Entre os principais direitos garantidos pelo Estatuto, destacam-se:

4.3.1 Educação

No âmbito da Educação, a norma estabelece o dever estatal de promover a igualdade de oportunidades mediante o ensino da história geral da África e da história da população negra no Brasil. Esta diretriz busca romper com a hegemonia eurocêntrica nos currículos escolares, combatendo o racismo epistêmico que invisibiliza a contribuição africana na formação da identidade nacional. A educação é tratada não apenas como um processo formal de escolarização, mas como um instrumento de emancipação social capaz de desconstruir estereótipos profundamente enraizados no imaginário coletivo.

Além disso, o incentivo a ações afirmativas no ensino superior visa democratizar o acesso ao conhecimento técnico-científico, permitindo que a população negra ocupe espaços de prestígio intelectual historicamente negados. A eficácia desse dispositivo depende de uma fiscalização contínua e da formação adequada dos profissionais da educação, garantindo que o conteúdo programático reflita, de fato, a pluralidade étnico-racial do país, fortalecendo a autoestima dos estudantes negros e promovendo uma consciência crítica em toda a sociedade sobre a importância da diversidade cultural brasileira.

4.3.2 Trabalho e renda

No que tange ao mercado de Trabalho e Renda, o Estatuto impõe diretrizes para a implementação de políticas que assegurem a igualdade de tratamento no setor público e privado. A desigualdade salarial e a sub-

representação em cargos de gestão são reflexos diretos de um racismo institucional que perpetua o abismo socioeconômico. A lei incentiva o Estado a adotar medidas como a reserva de vagas em concursos e a implementação de programas de diversidade em empresas, visando a superação da barreira de entrada e progressão de carreira. A promoção da autonomia financeira é central para a quebra do ciclo de pobreza, permitindo que a população negra tenha acesso a recursos que garantam sua subsistência e desenvolvimento.

O fomento ao empreendedorismo negro e o acesso facilitado ao crédito também surgem como estratégias para fortalecer o poder econômico desse grupo. Todavia, a mera previsão legal não basta; é necessária uma articulação robusta com o Ministério do Trabalho e sindicatos para punir práticas discriminatórias e premiar organizações que se destacam na promoção da equidade. Assim, a valorização do trabalho negro deixa de ser uma pauta assistencialista para se tornar um imperativo de justiça econômica e eficiência produtiva para o desenvolvimento nacional.

4.3.3 Saúde

No campo da Saúde, o ordenamento jurídico reconhece a existência de patologias com maior prevalência na população negra, como a anemia falciforme, e a necessidade de combate ao racismo institucional nas unidades de atendimento. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra orienta que o SUS deve adotar uma abordagem diferenciada que considere os determinantes sociais de saúde, visto que a marginalização histórica resulta em piores indicadores epidemiológicos. O acesso universal deve ser acompanhado pela humanização do atendimento, eliminando preconceitos que muitas vezes resultam em negligência médica ou subdiagnóstico. O Estatuto assegura o direito a ações preventivas e terapêuticas específicas, visando a redução das disparidades na expectativa de vida e na mortalidade materna e infantil.

A capacitação de gestores e profissionais de saúde para identificar e denunciar o racismo no cotidiano clínico é fundamental para garantir a

segurança jurídica do paciente. Além disso, o reconhecimento de saberes tradicionais e a integração de práticas de cura ancestrais em comunidades quilombolas fortalecem a rede de proteção à saúde. Portanto, garantir o bem-estar físico e mental da população negra é uma forma de concretizar o direito à vida em sua plenitude, combatendo a negligência histórica que vitimiza este grupo**.**

4.3.4 Cultura e identidade

Por fim, a proteção da Cultura e Identidade constitui um pilar de resistência e afirmação da cidadania negra, garantindo a preservação do patrimônio imaterial e material de matriz africana. O Estado tem o dever jurídico de proteger as manifestações culturais, as religiões de matriz africana e a memória das lutas quilombolas, impedindo a perseguição e o preconceito religioso.

A valorização da identidade negra é fundamental para o fortalecimento da coesão social e para o reconhecimento do Brasil como uma nação pluriétnica. O Estatuto promove o incentivo a produções artísticas que celebrem a estética e os valores negros, combatendo a marginalização de expressões como a capoeira, o samba e o candomblé. A proteção das comunidades quilombolas e de seus territórios tradicionais é um aspecto indissociável desse direito, pois a terra é o espaço onde a identidade é vivenciada e transmitida entre gerações.

A luta pela preservação cultural é também uma luta por soberania, permitindo que a população negra narre sua própria história a partir de sua perspectiva. Conclui-se que a eficácia da Lei 12.288/2010 reside na sua capacidade de transformar esses direitos em políticas públicas perenes que alcancem as camadas mais vulneráveis da sociedade, promovendo uma justiça reparatória integral.

4.4 INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO NORMATIVA E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA

A efetivação normativa do Estatuto da Igualdade Racial depende da articulação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que atua como o principal instrumento de descentralização das políticas afirmativas. Contudo, a implementação prática enfrenta obstáculos severos, como a escassez de recursos orçamentários específicos e a resistência institucional em converter diretrizes programáticas em ações concretas. A fragmentação administrativa entre estados e municípios compromete a capilaridade das metas, tornando a justiça reparatória um objetivo ainda distante da realidade cotidiana da população negra.

Além das barreiras orçamentárias, o racismo estrutural manifesta-se na burocracia estatal, dificultando a consolidação de mecanismos de monitoramento e avaliação de impacto das leis. O desafio reside em transpor a barreira do texto legal para garantir que instrumentos como as cotas e a proteção de territórios quilombolas possuam eficácia social plena. Sem um compromisso político robusto e a participação ativa da sociedade civil, o Estatuto corre o risco de tornar-se uma norma simbólica, desprovida de força coercitiva para transformar as hierarquias raciais brasileiras.

5 EFETIVIDADE DAS LEIS ANTIRRACISTAS NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO

A análise da exequibilidade das normas antirracistas no cenário brasileiro contemporâneo exige uma investigação sobre o hiato entre a validade jurídica e a eficácia social. Embora o ordenamento pátrio tenha evoluído de uma postura omissa para a criminalização constitucional do racismo e a institucionalização de ações afirmativas pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), a efetividade dessas garantias permanece tensionada pela persistência do racismo estrutural. No âmbito do Poder Judiciário, observa-se frequentemente uma resistência herme-

nêutica que desidrata a força cogente da norma, transmutando condutas segregacionistas em meros "dissabores" ou infrações de menor potencial ofensivo, o que compromete o caráter pedagógico e punitivo da legislação.

Ademais, a efetividade das políticas de promoção da igualdade material colide com a escassez de mecanismos de monitoramento e com a sub-representação étnica nos espaços decisórios de poder. A existência de um arcabouço normativo robusto não se traduz automaticamente em equidade socioeconômica, uma vez que a neutralidade formal do Estado muitas vezes mascara a perpetuação de privilégios históricos. Portanto, a eficácia plena das leis antirracistas demanda uma atuação coordenada entre o sistema de justiça e as políticas públicas transversais, assegurando que o Direito atue como um vetor de transformação das estruturas sociais e não apenas como um repositório de promessas abstratas.

5.1 DADOS EMPÍRICOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL

Os indicadores sociais brasileiros demonstram que a cor ou raça é um dos principais determinantes da posição do indivíduo na estrutura social. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), a disparidade de renda entre brancos e negros permanece abismal: trabalhadores brancos recebem, em média, cerca de 70% a mais do que trabalhadores pretos ou pardos, mesmo quando possuem níveis de instrução equivalentes. Essa discrepância revela a persistência do "teto de vidro" e do racismo institucional no mercado de trabalho, onde a qualificação educacional não se traduz em equidade salarial de forma automática.

No campo da segurança pública e do direito à vida, os dados são ainda mais alarmantes. O Atlas da Violência aponta sistematicamente que a população negra é a principal vítima de homicídios no país, representando mais de 75% das vítimas de mortes violentas intencionais. Esse fenômeno, frequentemente denominado pela doutrina como o "genocídio da juventude negra", expõe a seletividade do sistema de justiça criminal e

a vulnerabilidade habitacional e social desse grupo. Portanto, a análise empírica confirma que o racismo no Brasil não é apenas um fenômeno comportamental, mas uma variável estatística que condiciona as chances de sobrevivência e ascensão social.

5.2 A SUBNOTIFICAÇÃO DOS CRIMES RACIAIS E OS OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS À APLICAÇÃO DAS LEIS

A eficácia do sistema de justiça criminal no enfrentamento ao racismo esbarra no fenômeno crítico da subnotificação, que mascara a real magnitude da violência racial no Brasil. Juridicamente, a subnotificação é alimentada por uma barreira hermenêutica nos distritos policiais, onde condutas tipificadas como racismo (Lei nº 7.716/1989) são frequentemente desidratadas e registradas como injúria racial ou meros desentendimentos cotidianos. Essa desqualificação delitiva gera um "efeito silenciador" sobre a vítima, que, diante da perspectiva de impunidade ou da minimização do seu sofrimento pelas autoridades, opta por não judicializar o conflito, alimentando as cifras negras da criminalidade institucional.

Ademais, os obstáculos culturais e institucionais consolidam uma estrutura de resistência à plena aplicação das leis. O racismo institucional manifesta-se na falta de preparo técnico dos agentes públicos para lidar com o recorte racial, resultando em um atendimento revitimizante e na ausência de protocolos de investigação sensíveis às questões étnicas. A naturalização de privilégios e a negação do racismo estrutural pela própria máquina estatal dificultam a progressão de processos e a condenação de agressores. Portanto, a exequibilidade das normas antirracistas depende de uma reforma profunda na cultura organizacional das instituições de segurança e justiça, garantindo que a tipificação seja técnica e a acolhida, humanizada.

5.3 ANÁLISE DA EFICÁCIA SOCIAL E JURÍDICA DAS NORMAS E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

A exequibilidade das normas de promoção da igualdade racial e de repressão ao racismo no Brasil está intrinsecamente vinculada à atuação coordenada das instituições que compõem o sistema de justiça. A eficácia jurídica, compreendida como a capacidade da norma de produzir efeitos no plano do Direito, e a eficácia social, entendida como a efetiva observância da lei pela coletividade, dependem da postura proativa do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Sem o engajamento dessas instituições, o Estatuto da Igualdade Racial corre o risco de converter-se em uma "norma programática" desprovida de força impositiva.

O Poder Judiciário assume o papel de guardião último das garantias fundamentais, cabendo-lhe superar o formalismo excessivo que historicamente invisibilizou o racismo estrutural. A magistratura deve atuar na repressão de condutas segregacionistas, garantindo que a interpretação das leis seja pautada pela dignidade da pessoa humana e pela reparação histórica. É imperativo que o Judiciário reconheça a validade das ações afirmativas e das cotas raciais como mecanismos de justiça distributiva, evitando decisões que obstaculizem a progressão da igualdade material sob pretextos de uma neutralidade jurídica abstrata.

O Ministério Público, na qualidade de fiscal da ordem jurídica e defensor dos interesses sociais e individuais indisponíveis, desempenha uma função vital no controle das políticas públicas e na persecução penal de crimes raciais. Sua atuação deve transcender a esfera reativa, promovendo inquéritos civis públicos para compelir o Estado à implementação do SINAPIR e para combater o racismo institucional em órgãos públicos e empresas privadas. O fortalecimento de promotorias especializadas em direitos humanos e igualdade racial é medida urgente para garantir que as denúncias de discriminação sejam tratadas com o rigor técnico e a celeridade que a gravidade do tema exige. Por fim, a Defensoria Pública atua

como o principal instrumento de acesso à justiça para a população negra, majoritariamente vulnerabilizada socioeconomicamente.

O papel da Defensoria é essencial tanto na assistência jurídica individual às vítimas de racismo quanto na tutela coletiva de comunidades tradicionais e quilombolas. Ao garantir o direito de defesa e ao postular por indenizações e reparações civis, a Defensoria Pública assegura que a população negra não seja apenas destinatária da norma, mas protagonista na exigibilidade de seus direitos. A integração dessas três esferas é o que permite transformar o texto legal em ferramenta de emancipação social.

5.4 NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROPOSTAS LEGISLATIVAS E INSTITUCIONAIS

A consolidação da igualdade material no Brasil demanda o fortalecimento inadiável das políticas públicas, transpondo a barreira do simbolismo jurídico para alcançar a eficácia pragmática. A necessidade de robustecer o arcabouço normativo fundamenta-se na insuficiência das medidas meramente punitivas, exigindo um modelo de gestão que priorize a alocação de recursos orçamentários específicos para o SINAPIR. Sem a dotação de verbas vinculadas, as diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial permanecem como promessas programáticas, desprovidas de capilaridade para alterar as condições materiais de existência da população negra nas periferias e comunidades tradicionais.

No plano das propostas legislativas, surge a tramitação de normas que instituam mecanismos de governança e transparência nos processos de heteroidentificação, além da ampliação das cotas em todos os níveis da administração pública e no setor privado, mediante incentivos fiscais. Institucionalmente, propõe-se a criação de órgãos de controle interno nos tribunais e ministérios para monitorar o racismo institucional, além do fortalecimento da educação continuada de magistrados e agentes de segurança. O aperfeiçoamento dessas ferramentas é o único caminho para converter o Direito em um vetor de justiça reparatória e democratização do poder.

5.5 EDUCAÇÃO JURÍDICA ANTIRRACISTA E MEDIDAS PARA AMPLIAÇÃO DA EFETIVIDADE NORMATIVA

A educação jurídica antirracista constitui-se como um pilar indispensável para a desconstrução do formalismo jurídico que, historicamente, serviu de anteparo à manutenção de privilégios e à invisibilização do racismo estrutural. No Brasil, o ensino do Direito tem sido pautado por uma neutralidade abstrata que ignora as clivagens raciais na aplicação da norma.

Para reverter esse quadro, é imperativo que as matrizes curriculares das faculdades de Direito e as escolas de magistratura incorporem o "Direito Antidiscriminatório" como disciplina autônoma e transversal. Esta medida visa formar operadores capazes de identificar o racismo institucional e de aplicar o ordenamento jurídico sob uma ótica decolonial, assegurando que o sistema de justiça atue como promotor da igualdade material e não como reprodutor de exclusões.

Para a ampliação da efetividade normativa, as propostas devem transcender o campo teórico e alcançar a governança institucional. A implementação de protocolos de julgamento com perspectiva de raça, similares aos já existentes para questões de gênero no CNJ, é uma medida urgente para padronizar a resposta judiciária aos crimes de racismo. Além disso, o fortalecimento das comissões de heteroidentificação em concursos públicos e a criação de ouvidorias raciais especializadas garantem a higidez das ações afirmativas. Somente através de uma simbiose entre o letramento racial dos agentes públicos e a robustez dos mecanismos de controle social será possível transpor a barreira da eficácia simbólica e consolidar uma democracia pluriétnica efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que o ordenamento jurídico brasileiro apresentou significativa evolução no

enfrentamento ao racismo. A trajetória normativa demonstra a passagem de um modelo marcado pela limitada responsabilização da discriminação racial para uma estrutura constitucional e legal que reconhece a gravidade do racismo e estabelece instrumentos destinados tanto à repressão das condutas discriminatórias quanto à promoção da igualdade material. A Constituição Federal de 1988 constitui o principal marco dessa transformação, ao vincular a República à dignidade da pessoa humana, à igualdade e à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além de determinar que a prática do racismo seja considerada crime inafiançável e imprescritível.

A evolução posterior confirma o fortalecimento dessa proteção. A Lei nº 7.716/1989 concretizou o mandamento constitucional de criminalização do racismo, enquanto a Lei nº 9.459/1997 buscou enfrentar a insuficiência existente na tutela das ofensas raciais dirigidas individualmente. Posteriormente, o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, ampliou a perspectiva do combate ao racismo ao estabelecer diretrizes para políticas públicas relacionadas à educação, saúde, trabalho, cultura e demais áreas relevantes para a população negra. A Lei de Cotas também se insere nessa lógica de promoção da igualdade material, demonstrando que a superação das desigualdades históricas exige atuação positiva do Estado, e não apenas a proibição formal da discriminação.

A Lei nº 14.532/2023 representa outro importante momento dessa trajetória, especialmente pela incorporação da injúria racial ao sistema de proteção da Lei nº 7.716/1989. A alteração demonstra o reconhecimento de que a violência racial dirigida contra determinada pessoa não pode ser dissociada da estrutura de discriminação que historicamente atinge a população negra. Nesse processo, a atuação do Supremo Tribunal Federal também se mostrou relevante para a concretização dos princípios constitucionais, especialmente ao interpretar o racismo de forma mais abrangente e reconhecer a necessidade de conferir tratamento jurídico adequado às diferentes manifestações de discriminação.

Todavia, o estudo evidencia que a existência de um arcabouço normativo robusto não significa, automaticamente, a eliminação do racismo. Persiste um expressivo distanciamento entre a eficácia jurídica das normas e sua eficácia social. A subnotificação de crimes raciais, a resistência institucional, a insuficiência de mecanismos de monitoramento, a seletividade penal e a dificuldade de reconhecimento do racismo estrutural comprometem a concretização dos direitos previstos na legislação. O trabalho também identifica obstáculos relacionados à implementação das políticas afirmativas, especialmente diante da escassez de recursos, da fragmentação administrativa e da dificuldade de transformar diretrizes legais em ações permanentes.

Nesse sentido, combater o racismo exige atuação articulada entre legislação, instituições públicas e sociedade. O Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública possuem papel fundamental na garantia da efetividade das normas, mas essa atuação deve ser acompanhada de capacitação dos agentes públicos, mecanismos adequados de investigação, fortalecimento das políticas afirmativas e ampliação dos instrumentos de controle institucional. O próprio estudo propõe medidas como o fortalecimento das comissões de heteroidentificação, a criação de mecanismos especializados de controle e a adoção de uma educação jurídica antirracista, capaz de preparar os operadores do Direito para reconhecer as dimensões estrutural e institucional da discriminação.

Conclui-se, portanto, que as leis antirracistas brasileiras produziram avanços jurídicos relevantes e representam instrumentos indispensáveis para a proteção da população negra e para a promoção da igualdade racial. Entretanto, sua efetividade depende da capacidade do Estado de transformar a previsão normativa em práticas institucionais concretas. A legislação deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de transformação social, que envolva educação, políticas públicas, reparação histórica, fiscalização e participação da sociedade civil. Como reconhece o próprio trabalho, o desafio contemporâneo não consiste apenas em produzir novas normas, mas em assegurar que aquelas já existentes

sejam aplicadas de maneira efetiva, superando a distância entre o rigor da legislação e a realidade vivenciada pela população negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** Disponível em:https://polenlivros.com.br/racismo-estrutural. Acesso em 28 de abril em 2026

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

Oficial (Planalto): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 abril de 2026

BRASIL. **Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1390.htm. Acesso em 28 abril de 2026

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em

:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em 28 abril de 2026

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm. Acesso em 28 agosto de 2026

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 28 agosto 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 28 de abril de 2026

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 28 de agosto de 2026

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 28 março de 2026

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14532.htm. Acesso em 28 de março de 2026

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 186/DF**. Disponível em:

https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4128298. Acesso em 28 de agosto de 2026

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **HC 82.424/RS.** Disponível em :https://supremohistorico.stf.jus.br/index.php/habeas-corpus-n-82-424. Acesso em 28 agosto de 2026

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **HC 154.248/DF**. Disponível em:

https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5304102. Acesso em 28 de abril de 2026

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADO 26 e MI 4.733**. Disponível em:

https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4623449. Acesso em 28 de abril de 2026.

CNJ. **Diagnóstico sobre Racismo Institucional**. Disponível em:https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/11/diagnostico-racismo-institucional.pdf. Acesso em 28 de abril de 2026.

ONU. **International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination.** Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/ICERD_Portuguese.pdf. Acesso em 28 de abril de 2026

OEA. **Inter-American Convention Against Racism.** Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/tratados/arquivos/convencao-interamericana-contra-o-racismo.pdf. Acesso em 28 de agosto de 2026

ONU. **Declaração e Programa de Ação de Durban.** Disponível em:https://www.un.org/WCAR/durban.pdf. Acesso em 28 de agosto de 2026

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em:https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em 29 de agosto de 2026.

SEPPIR. **Relatórios de Gestão**. Disponível em:https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/relatorios-de-gestao. Aceso em 1 de setembro de 2026.

A segurança nas fronteiras do Acre e a implementação de políticas públicas: o papel dos governos federal e estadual

The security at the borders of Acre and the implementation of public policies: the role of the federal and state governments

Dawid Nicácio de Albuquerque[1]
Arthur Braga de Souza[2]

COMO CITAR
ALBUQUERQUE, Dawid Nicácio de; SOUZA, Arthur Braga de. A segurança nas fronteiras do Acre e a implementação de políticas públicas: o papel dos governos federal e estadual. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 118-140.

RESUMO

Introdução. O presente estudo aborda as extensas áreas de fronteira do território brasileiro, concentrando-se na atuação e na responsabilidade dos diferentes entes federativos na implementação de ações voltadas à segurança e à proteção dessas regiões. **Objetivo.** Analisar os impactos decorrentes da insuficiência de fiscalização no território acreano, destacando os principais problemas resultantes dessa deficiência, bem como as medidas de proteção e fiscalização implementadas pelos órgãos responsáveis. **Método.** Por meio de uma abordagem quantitativa, fundamentada na análise de dados estatísticos e em pesquisa bibliográfica, foi possível identificar a utilização das fronteiras do Acre como rota estratégica para a entrada e a disseminação de atividades ilícitas para o restante do Brasil. **Resultados.** Apesar dos esforços empreendidos pelos órgãos de segurança pública, as medidas adotadas ainda se mostram insuficientes. A ausência de uma fiscalização eficiente contribui para que esses territórios sejam diretamente afetados pelo tráfico de drogas, situação que se torna ainda mais preocupante no estado do Acre, devido à

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Servidor Público Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

sua extensa faixa de fronteira com o Peru e com a Bolívia, países que se destacam entre os principais produtores de cocaína da América do Sul. **Conclusão.** Portanto, há evidências de um aumento na ocorrência de atos ilícitos não apenas nos estados fronteiriços, mas também em diferentes regiões do território brasileiro. Nesse contexto, a insuficiência das ações de segurança pública, aliada à falta de cooperação internacional com os países vizinhos, contribui para a expansão do crime organizado e intensifica os impactos sociais sobre a população.

Palavras-chave: Fronteiras. Segurança pública. Criminalidade. Competência. Fiscalização.

ABSTRACT

Introduction. The present study addresses the extensive border areas of the Brazilian territory, focusing on the performance and responsibility of the different federative entities in the implementation of actions aimed at the security and protection of these regions. **Objective.** Analyze the impacts resulting from the insufficiency of inspection in the territory of Acre, highlighting the main problems resulting from this deficiency, as well as the protection and inspection measures implemented by the responsible bodies. **Method.** Through a quantitative approach, based on the analysis of statistical data and bibliographic research, it was possible to identify the use of Acre's borders as a strategic route for the entry and dissemination of illicit activities to the rest of Brazil. **Results.** Despite the efforts made by public security agencies, the measures adopted are still insufficient. The absence of efficient inspection contributes to these territories being directly affected by drug trafficking, a situation that becomes even more worrying in the state of Acre, due to its extensive border strip with Peru and Bolivia, countries that stand out among the main cocaine producers in South America. **Conclusion.** Therefore, there is evidence of an increase in the occurrence of illicit acts not only in the states that border it, but also in different regions of the Brazilian territory. In this context, the insufficiency of public security actions, combined with the lack of international cooperation with neighboring countries, contributes to the expansion of organized crime and intensifies the social impacts on the population.

Keywords: Borders. Public security. Criminality. Competence. Inspection.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a segurança pública nas extensas faixas fronteiriças do Brasil, compreendendo que essas regiões não se caracterizam apenas como espaços geográficos delimitados, mas também como áreas marcadas por intenso fluxo de integração social, demográfica e econômica.

A segurança pública, enquanto um dos pilares fundamentais dos direitos e garantias assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, possui significativa relevância para a qualidade de vida da população. Nesse sentido, a ausência de uma atuação estatal eficaz pode favorecer o surgimento e a expansão de problemas relacionados à criminalidade e à insegurança nas regiões fronteiriças.

Com ênfase no estado do Acre, este estudo busca compreender os desafios específicos enfrentados nessas localidades, analisando as competências dos poderes públicos na guarda e na proteção das fronteiras, à luz das particularidades do estado e de seus municípios. Além disso, destaca-se a importância de uma fiscalização eficiente, qualificada e estratégica nas fronteiras com os países vizinhos, como a Bolívia e o Peru, reconhecidos como importantes produtores de substâncias ilícitas, bem como a influência desses países sobre o aumento da atuação de organizações criminosas no território acreano.

A insuficiência da atuação dos entes públicos contribui para a formação de um ambiente vulnerável e propício à disseminação da violência, afetando diretamente o cotidiano da população local. Diante desse cenário, busca-se compreender o papel das instituições, especialmente no combate ao crime organizado nas regiões de fronteira.

Portanto, evidencia-se a necessidade de integração entre os entes federativos responsáveis pela segurança pública, aliada ao fortalecimento da cooperação internacional com os países limítrofes, a fim de garantir a

segurança, a paz social, a qualidade de vida da população e a soberania nacional.

1 A GRANDE EXTENSÃO TERRITORIAL DO BRASIL E SUAS FRONTEIRAS

Quando se trata de um país com grande extensão territorial, é importante analisar suas particularidades, principalmente nas áreas fronteiriças, a fim de compreender a dimensão das responsabilidades e dos desafios enfrentados. O Brasil possui um vasto território, com extensão de 8.510.417,77 km², sendo o quinto maior país do mundo em extensão territorial. Dividido em cinco regiões — Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste —, também se destaca por ser o maior país da América do Sul, fazendo fronteira com outros dez países e territórios: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Historicamente, o Brasil lutou por sua independência e enfrentou diversos conflitos para conquistar e consolidar seu território. Considerando sua vasta extensão geográfica e seus limites com outros países, torna-se importante compreender o conceito de fronteira, definido no art. 1º da Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979: “ É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira. (Brasil, 1979)”.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “o Brasil tem 588 municípios, distribuídos em 11 estados, com área total ou parcial localizada na faixa de fronteira” (Muniz, 2025). Essas áreas possuem características próprias, pois compartilham limites terrestres, fluviais e aéreos com países vizinhos, o que favorece as trocas culturais e econômicas, mas também apresenta uma série de desafios.

Devido à grande extensão do território brasileiro, as regiões mais distantes dos principais centros urbanos tendem a enfrentar maiores dificuldades relacionadas à gestão das áreas fronteiriças, especialmente no que diz respeito à fiscalização, à segurança e ao controle territorial. A Região Norte do Brasil destaca-se por sua vasta extensão e pela presença da Floresta Amazônica, que apresenta uma complexa rede de fronteiras em meio à mata fechada e a localidades de difícil acesso, circunstâncias que dificultam o controle por parte dos estados e municípios.

A Amazônia constitui uma extensa região territorial, estimada entre 6,7 e 7 milhões de quilômetros quadrados, da qual cerca de 60% está localizada no Brasil, estendendo-se também por outros oito países da América do Sul. A faixa de fronteira brasileira na região amazônica abrange áreas de sete estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, não incluindo Maranhão e Tocantins.

Suas características geográficas dificultam o acesso, uma vez que se trata de áreas remotas, com vegetação densa e rios que se estendem por milhares de quilômetros. Somadas à precariedade estrutural presente nessas regiões, essas condições podem favorecer a atuação e a expansão de atividades criminosas transfronteiriças.

A deficiência da fiscalização pode tornar a região amazônica atrativa para organizações criminosas provenientes de diferentes partes do país e até mesmo do exterior. Como consequência, os estados situados nessas áreas enfrentam diversos problemas, como narcotráfico, disputas territoriais, tráfico de pessoas, roubos e furtos. Essas atividades representam sérios riscos à população, que convive com o medo e a insegurança, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelo poder estatal na proteção, na fiscalização e na garantia da segurança dessas áreas.

O Acre é um dos estados brasileiros com extensa área territorial situada na faixa de fronteira. Segundo dados levantados pelo IBGE (2025), "o Acre tem cerca de 144.922,65 km² do seu território em área de fronteira, ou seja, 88% do território acreano". Sua área fronteiriça limita-se com

a Bolívia e o Peru, países que compõem, juntamente com o Brasil, a chamada tríplice fronteira.

Figura 01: Mostra a faixa de fronteira que delimita os territórios do Acre com o Peru e a Bolívia.



Fonte: Ferreira (2024).

Dos 22 municípios que compõem o território acreano, 17 estão situados na faixa de fronteira. São eles: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Manoel Urbano, Porto Walter, Plácido de Castro, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Xapuri. Desses municípios, quatro são reconhecidos como cidades gêmeas: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus. De acordo com o art. 1º da Portaria n.º 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como

> manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (Brasil, 2021).

Grande parte do território acreano está situada na faixa de fronteira com a Bolívia e o Peru, apresentando características que o diferenciam dos demais estados brasileiros. Por ser uma região com localidades remotas e de difícil acesso, o estado enfrenta grandes desafios para fiscalizar e proteger sua extensa faixa fronteiriça, circunstâncias que podem favorecer a ocorrência e a expansão de atividades ilícitas.

A deficiência da fiscalização contribui para que o Acre enfrente uma série de problemas relacionados à criminalidade em seus municípios. Muitos desses problemas estão associados à utilização do território acreano como rota para a entrada de drogas no país. Conforme Freitas (s.d.), "na América do Sul, a droga mais produzida é a cocaína, desse modo, os grandes produtores são Colômbia, Peru e Bolívia que garantem a distribuição da droga no planeta".

Dados indicam que os países andinos possuem significativa participação na produção e na distribuição de coca no continente, fornecendo matéria-prima essencial para a fabricação de cocaína. Segundo Souza, Teles e Lima (2018), "O estado possui uma extensa faixa de fronteira com a Bolívia e o Peru. Juntos, esses dois países são responsáveis por mais de 10% de todo o cultivo de coca no mundo, com mais de 90.000 hectares plantados".

A elevada demanda pelo mercado de cocaína incentiva não apenas a ampliação do cultivo da coca, utilizada como matéria-prima, mas também o processamento e a fabricação da droga. Nesse contexto, a fronteira acreana assume relevância como possível rota de entrada de produtos ilícitos relacionados ao crime organizado. Por meio dessas rotas, os traficantes transportam cocaína e matéria-prima destinada à sua fabricação, abastecem o mercado local e distribuem os produtos para outras regiões do país.

O transporte de mercadorias ilícitas no estado ocorre de diversas maneiras.

Em 2019, o Atlas da Violência voltou a abordar o tema das "novas rotas" de transporte de cocaína na região e afirmou que as mercadorias provenientes da Bolívia e do Peru chegavam "principalmente, ao Acre", de onde eram transportadas para outras regiões do país (Jacarandá, 2024, p. 87).

A BR-317, principal rodovia federal da tríplice fronteira, liga o Acre a outras regiões do Brasil e constitui uma das rotas utilizadas para o narcotráfico na região. A rapidez e a facilidade do transporte podem favorecer sua utilização para essa finalidade, especialmente diante das dificuldades de fiscalização pelas autoridades competentes.

As rotas fluviais também se destacam, pois atravessam regiões de países vizinhos e permitem a circulação por áreas de difícil acesso terrestre. É o caso do rio Acre, que nasce no Peru e participa da delimitação das fronteiras entre o Brasil, o Peru e a Bolívia, assim como dos rios Juruá e Purus, cujas nascentes se encontram na região andina do Peru e que percorrem o território acreano até desaguarem no rio Amazonas. Também são utilizados aviões de pequeno porte, que realizam voos de curto alcance e podem operar em pistas clandestinas.

A deficiência da fiscalização e das medidas de combate aos crimes transfronteiriços pode tornar o Acre um território estratégico para a atuação de organizações criminosas. Nos últimos anos, o estado registrou a expansão da atuação de facções criminosas, como o Comando Vermelho (CV), o Bonde dos 13 (B13) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), entre outras. As disputas pelo controle territorial têm contribuído para a ocorrência de conflitos violentos entre esses grupos.

A elevação da taxa de homicídios é associada, no contexto apresentado, às disputas entre facções pelo controle das rotas de drogas e dos pontos de venda de entorpecentes, conhecidos como "bocas". Em um estado marcado por índices de pobreza e pela escassez de empregos for-

mais, a possibilidade de obter ganhos financeiros com o tráfico pode atrair pessoas, especialmente jovens, para o ingresso em organizações criminosas.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelos órgãos estatais no controle das fronteiras acreanas também podem favorecer a ocorrência de diferentes modalidades criminosas. Entre elas, destacam-se o furto de animais, o contrabando de armas e munições, o abrigo a criminosos, os crimes ambientais, a imigração clandestina e a exploração sexual.

Os problemas de segurança pública que afetam o Acre estão relacionados, entre outros fatores, à atuação de organizações criminosas e às características de suas extensas fronteiras com o Peru e a Bolívia. A ausência de planejamento eficaz e de medidas adequadas de segurança pública pode agravar a vulnerabilidade da região à criminalidade. Nesse cenário, as dificuldades de atuação dos órgãos competentes repercutem diretamente sobre a população, que enfrenta situações de medo, insegurança e violência, comprometendo sua qualidade de vida.

2 SEGURANÇA PÚBLICA COMO DEVER DO ESTADO: A RESPONSABILIDADE DOS ENTES FEDERADOS

A União, enquanto ente federativo, possui responsabilidades fundamentais na implementação de medidas destinadas ao atendimento das necessidades da população, resguardando os direitos e as garantias previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Entre esses direitos, destaca-se a segurança, conforme estabelece o art. 5º da Constituição Federal: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]." (Brasil, 1988).

Como direito fundamental, a segurança constitui uma questão primordial a ser reconhecida e assegurada pelos entes federativos, uma vez que contribui para o bem-estar da população. Desse direito decorre o

dever estatal de adotar medidas concretas destinadas à sua efetivação, conforme previsto no art. 144 da Constituição Federal, segundo o qual: "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]".

Dessa forma, a atuação estatal é indispensável, pois cabe ao poder público, dentro de suas respectivas competências, formular e executar políticas públicas, bem como organizar e coordenar os órgãos responsáveis pela segurança, com o objetivo de preservar o bem comum e a integridade social.

A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possuem atribuições próprias no âmbito da segurança pública. Por isso, é fundamental que atuem de maneira integrada, mediante cooperação sólida e coordenada, adotando medidas eficazes que promovam o bem-estar coletivo e a paz social.

Por se tratar de um país de grande extensão territorial e marcado por significativas diferenças regionais, é importante analisar a cooperação entre os entes federativos na promoção da segurança pública. Conforme estabelece a Constituição Federal, embora a segurança pública constitua um dever do Estado, também é um direito e uma responsabilidade de todos, o que evidencia a importância da atuação conjunta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

De acordo com o art. 2º da Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018: "a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das competências e atribuições legais de cada um" (Brasil, 2018).

Dessa forma, cada ente federativo possui funções e atribuições próprias, exercidas dentro dos limites de suas competências, mas todos devem atuar de maneira articulada na busca de objetivos comuns.

Historicamente, no Brasil, os serviços de segurança pública são realizados majoritariamente pelos estados federados, por meio de suas polí-

cias de prevenção e investigação; pela União, por meio de suas organizações policiais de âmbito nacional; e, em menor proporção, por determinados municípios, mediante a atuação de suas guardas municipais (Santos *et al.*, 2025, p. 373).

A União é responsável, entre outras atribuições, pela administração e organização das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal, além de desempenhar funções relacionadas ao financiamento e à coordenação de políticas nacionais de segurança pública. Sua atuação também compreende a transferência de recursos aos demais entes federativos, observados os critérios e procedimentos legalmente estabelecidos.

Os estados, por sua vez, são responsáveis pela organização e manutenção de suas forças de segurança, incluindo as Polícias Militar, Civil e Penal e os Corpos de Bombeiros Militares, conforme as respectivas atribuições constitucionais e legais. Também lhes compete desenvolver políticas e planos de segurança pública, considerando as necessidades específicas de seus territórios, bem como promover a capacitação profissional e proporcionar os recursos necessários ao funcionamento dos órgãos competentes.

Os municípios, em conjunto com os demais entes federativos e dentro de suas competências, podem identificar as necessidades locais, desenvolver iniciativas de prevenção à violência e implementar medidas voltadas ao enfrentamento dos problemas de segurança pública. Entre essas iniciativas, destacam-se a criação de guardas municipais e a utilização de sistemas de monitoramento eletrônico, como câmeras de vigilância, observadas as disposições legais aplicáveis.

Além disso, a atuação integrada dos entes federativos encontra respaldo na Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018, cujo art. 1º institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a seguinte finalidade:

> Esta Lei institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS),

> com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. (Brasil, 2018).

Desse modo, é indispensável que os entes federativos atuem de maneira articulada, desempenhando suas respectivas atribuições na elaboração e na execução de políticas públicas voltadas à segurança, de modo a reafirmar o compromisso estatal com a proteção dos direitos e das garantias fundamentais dos cidadãos.

2.1 DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é uma atividade estatal desenvolvida por órgãos vinculados às diferentes esferas federativas, aos quais são atribuídas funções específicas de prevenção, policiamento, investigação e custódia, entre outras, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela legislação pertinente.

Os órgãos policiais organizados e mantidos pela União desempenham papel relevante na segurança pública nacional. Entre eles, destaca-se a Polícia Federal, à qual compete, entre outras atribuições, apurar infrações penais contra a ordem política e social, bem como aquelas praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas. Também lhe cabe prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, além de exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

A Polícia Rodoviária Federal, por sua vez, é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais, atuando na fiscalização e na promoção da segurança viária, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação. Já a Polícia Ferroviária Federal destina-se ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Os estados contam com Polícias Civis, Polícias Militares, Polícias Penais e Corpos de Bombeiros Militares, cujas atribuições são estabelecidas constitucional e legalmente.

Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, com atuação especialmente voltada à prevenção de infrações penais. Às Polícias Civis, ressalvada a competência da União, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

As Polícias Penais, por sua vez, são responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais, nos termos da Constituição Federal. Os Corpos de Bombeiros Militares desempenham funções relacionadas à defesa civil e outras atribuições definidas em lei, contribuindo para a proteção da vida e do patrimônio.

Os municípios, por sua vez, podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme previsto no art. 144, § 8º, da Constituição Federal e na legislação pertinente. Essas instituições também podem desempenhar atividades de proteção municipal preventiva, observados os limites de suas competências legais, além de atuar de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública. Entretanto, nem todos os municípios brasileiros possuem guardas municipais.

Cada um desses órgãos é organizado e mantido pelos respectivos entes federativos, conforme a distribuição constitucional e legal de competências. No entanto, é fundamental que exista cooperação entre as instituições, a fim de proporcionar respostas mais eficazes à criminalidade, potencializar os resultados das ações estatais e assegurar a promoção e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, especialmente no que diz respeito à segurança pública.

2.2 A RESPONSABILIDADE DA UNIÃO NA PROTEÇÃO DAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS

As fronteiras de um país possuem grande relevância, pois estão relacionadas à delimitação territorial, à soberania e à defesa nacional. A extensa área territorial brasileira faz com que suas fronteiras atravessem diversos estados, caracterizados por aspectos geográficos, sociais e econômicos distintos. Assim, é indispensável que os entes federativos empreguem esforços para assegurar a proteção dessas áreas, uma vez que a insuficiência da presença estatal pode ampliar sua vulnerabilidade à atuação criminosa.

Nesse contexto, torna-se importante analisar as responsabilidades e as competências relacionadas à proteção dos limites territoriais brasileiros e à segurança das regiões fronteiriças, especialmente nas áreas que estabelecem contato com os demais países do continente.

Os limites territoriais de um país estão diretamente relacionados à soberania nacional e às relações internacionais. No ordenamento jurídico brasileiro, determinadas atribuições relativas à proteção das fronteiras são de competência da União. Conforme estabelece o art. 21, inciso XXII, da Constituição Federal, compete à União: "compete à União: [...] executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras" (Brasil, 1988, art. 21º, inciso XXII).

Ademais, compete privativamente à União legislar sobre defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional, nos termos do art. 22, inciso XXVIII, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

No âmbito da persecução penal, a competência da Justiça Federal para processar e julgar crimes transnacionais depende do enquadramento da conduta nas hipóteses constitucionais e legais pertinentes. Nesse contexto, a transnacionalidade da infração pode constituir elemento relevan-

te para a definição da competência jurisdicional, observados os requisitos aplicáveis a cada caso.

Assim, os órgãos federais desempenham funções relevantes na proteção das regiões fronteiriças, especialmente no exercício das atribuições de polícia de fronteiras, na investigação de determinadas infrações penais e no patrulhamento das rodovias e ferrovias federais, conforme suas respectivas competências.

Desse modo, destaca-se a responsabilidade da União na proteção, na regulamentação e na legislação relacionadas às áreas de fronteira nacional, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal. Essa atuação ocorre diretamente, por meio de seus órgãos competentes, e de forma articulada com os estados, o Distrito Federal e os municípios, mediante políticas públicas e ações integradas de segurança, com o objetivo de contribuir para a proteção dos direitos e das garantias fundamentais dos cidadãos e para a preservação da soberania nacional.

3 A ATUAÇÃO DO ESTADO DO ACRE NA PROTEÇÃO E DEFESA DE SEUS LIMITES TERRITORIAIS

Nos últimos anos, diante da expansão da atuação de grupos criminosos nas regiões fronteiriças do Acre, observou-se o aumento da preocupação com a ocorrência de crimes transfronteiriços. Nesse contexto, a atuação do Governo do Estado tornou-se essencial para a elaboração de estratégias voltadas ao enfrentamento dessas práticas criminosas.

Em 2008, com o objetivo de articular e unificar as políticas e ações desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública, foi criado o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), por meio da Lei n.º 2.005, que instituiu a integração desses órgãos. Eis o teor do primeiro artigo:

> Art. 1º Fica criado o Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, com a finalidade de integrar as políticas e ações dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), Polícia Civil, Polícia Militar do Estado do Acre (PMAC), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC), Departamento Estadual

> de Trânsito (DETRAN), Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN), Departamento de Polícia Técnico-Científica e Instituto Socioeducativo do Estado do Acre (ISE). (Acre, 2008).

O SISP tem como finalidade promover a gestão integrada entre seus órgãos e entidades, possibilitando uma atuação operacional conjunta e coordenada, além de otimizar a utilização dos recursos humanos e materiais, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública.

Em 2023, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), foi atualizado o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) (que foi instituído em 2020 pelo Decreto n.º 7.582/2020), cuja finalidade é orientar as ações de enfrentamento à criminalidade até 2030. Entre suas diretrizes, destaca-se a prevista no art. 2º, inciso I:

> Definir ações estratégicas, metas e indicadores para a consecução dos objetivos do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social; alinhados com a Política Nacional de Segurança Pública e com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. (Acre, 2023).

O plano está relacionado à preservação da ordem pública, à segurança das pessoas e à proteção do patrimônio. Também orienta a implementação e o monitoramento de políticas públicas. Entre seus objetivos estão o combate à corrupção, ao tráfico de drogas, ao crime organizado, aos homicídios e aos feminicídios, bem como o fortalecimento das ações de controle nas fronteiras.

Como um dos integrantes da estrutura de segurança pública nas regiões fronteiriças do Acre, destaca-se o Grupo Especial de Operações em Fronteira (GEFRON), instituído pela Lei n.º 3.651/2020 e vinculado à estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Sua principal finalidade é prevenir e reprimir ilícitos característicos das regiões de fronteira.

3.1 A CRIAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE OPERAÇÕES EM FRONTEIRA

O GEFRON foi criado pelo Governo do Estado do Acre, em 2020, por meio da Lei n.º 3.651, como um dos órgãos integrantes da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Sua criação está relacionada à necessidade de oferecer uma resposta estratégica aos desafios decorrentes da configuração territorial do estado, com atuação prioritariamente preventiva e fiscalizadora nas áreas de fronteira internacional.

A chamada "tríplice fronteira", expressão utilizada no contexto das fronteiras do Acre com o Peru e a Bolívia, demanda atenção especial, sobretudo em razão dos desafios relacionados ao tráfico de drogas e a outras atividades ilícitas. A esse respeito, o secretário de Justiça e Segurança Pública, José Américo Gaia, afirma: "a geografia do nosso estado, com suas extensas fronteiras e rotas de tráfico, demanda uma vigilância contínua e uma atuação cada vez mais integrada."

Em resposta aos desafios impostos pelas particularidades geográficas do estado, o GEFRON atua estrategicamente no território acreano, inclusive em municípios mais remotos. Embora não mantenha presença fixa em todas as localidades, realiza ações por meio de bases operacionais, barreiras de fiscalização e atividades de policiamento ostensivo em rodovias estaduais, áreas urbanas e rios, além de participar de investigações e operações. Essas medidas contribuem para o enfrentamento da criminalidade nas regiões fronteiriças.

Entre as atribuições do grupo, destaca-se a atuação integrada dos órgãos de segurança pública no combate a crimes característicos das regiões fronteiriças, conforme estabelece o art. 2º da Lei n.º 3.651/2020:

> O GEFRON/AC atuará na região de fronteira brasileira, mais especificamente na abrangência do Estado do Acre, por meio de ações integradas da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e do Corpo de Bombeiros Militar, na prevenção e repressão ao tráfico de drogas, armas e explosivos, combate ao crime organizado e outros crimes e/

> ou incidentes típicos das regiões de fronteira, respeitadas as atribuições constitucionais e legais de cada instituição. (Acre, 2020).

A integração entre as forças de segurança revela-se essencial, uma vez que a cooperação institucional e o compartilhamento de informações de inteligência podem permitir respostas mais ágeis e eficazes no combate ao crime organizado. Nesse sentido, a atuação articulada entre os órgãos de segurança pública contribui para ampliar a proteção e fortalecer a segurança da população.

As características geográficas do estado do Acre tornam a atuação das forças de segurança pública especialmente desafiadora. A extensa área de florestas e rios dificulta as ações de fiscalização e controle. Ainda assim, o GEFRON tem desempenhado papel relevante no enfrentamento ao crime organizado, realizando apreensões em diferentes regiões do estado.

Com atuação estratégica e trabalho de inteligência, o grupo tem realizado diversas apreensões, cujos resultados são utilizados para demonstrar sua contribuição no combate à criminalidade. Segundo dados referentes ao período compreendido entre sua criação e 2024, foram registradas 609 ocorrências, além de um prejuízo estimado ao crime de R$ 85.400.200,45 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos mil, duzentos reais e quarenta e cinco centavos) (Moreira, 2024).

Além disso, conforme balanços estatísticos, somente em 2025 as operações resultaram na apreensão de 341.029 maços de cigarros, na recuperação ou apreensão de 52 veículos e na retirada de circulação de 798,80 quilos de entorpecentes (Xavier, 2025). Naquele ano, o prejuízo estimado ao crime organizado foi de aproximadamente R$ 14.167.863,00 (quatorze milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais).

Mais recentemente, apenas no primeiro quadrimestre de 2026, o GEFRON retirou de circulação aproximadamente 1,44 tonelada de entorpecentes e 5.700 maços de cigarros. Esses resultados foram apresentados

como recorde de apreensões em comparação com os anos anteriores, tendo sido estimada uma descapitalização de R$ 14.151.955,00 (quatorze milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) para o crime organizado (Xavier, 2026).

O território acreano apresenta condições que podem favorecer a expansão do crime organizado, especialmente em razão de sua extensa faixa de fronteira. A relação entre essa característica territorial e os índices de criminalidade exige atenção, pois as fronteiras possibilitam ampla integração internacional e demandam ações estratégicas contínuas por parte das autoridades competentes.

Diante desse cenário, torna-se importante desenvolver políticas públicas e estratégias capazes de enfrentar o crime organizado. Nesse contexto, destaca-se a atuação do GEFRON, que exerce atribuições relevantes para a segurança da população acreana, inclusive por meio de ações de policiamento urbano, rural e fluvial.

Com atuação voltada especialmente aos municípios acreanos situados na faixa de fronteira com o Peru e a Bolívia, o grupo integra o conjunto de instituições responsáveis pela segurança pública no estado. Sob o lema "A Força do Estado nas Fronteiras", sua atuação está direcionada ao enfrentamento dos crimes transfronteiriços. Por meio de operações e ações estratégicas, o grupo contribui para a proteção das comunidades locais e para o fortalecimento da segurança pública.

> Desde sua criação, o GEFRON tem se destacado no enfrentamento ao tráfico de drogas, contrabando e outros crimes transnacionais que afetam as regiões fronteiriças do Acre. Com apoio do governo estadual e parcerias institucionais, o grupo se consolida como uma das principais forças de segurança na proteção das fronteiras e na garantia da tranquilidade da população acreana. (França, 2024).

A segurança pública constitui um elemento fundamental para a preservação da paz social e para a promoção da tranquilidade e da convivência harmoniosa entre os cidadãos. Nesse contexto, o GEFRON desem-

penha papel relevante no reforço da proteção da população acreana, contribuindo para a construção de uma sociedade mais segura e para a melhoria da qualidade de vida nas regiões fronteiriças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas ao longo deste trabalho, conclui-se que a extensa faixa de fronteira brasileira representa não apenas um elemento geográfico, mas também um espaço estratégico que demanda atenção constante do poder público. A ausência ou insuficiência de políticas públicas eficazes nessas regiões contribui para o agravamento de diversas problemáticas, como a fragilidade da segurança, as dificuldades de desenvolvimento socioeconômico e a maior vulnerabilidade das populações locais.

Nesse contexto, evidencia-se que o estado do Acre enfrenta, de forma recorrente, os impactos decorrentes da insuficiência da atuação estatal em determinadas áreas fronteiriças. Observa-se a expansão da atuação de organizações criminosas, fenômeno associado ao aumento dos índices de criminalidade. Esse cenário é agravado pela proximidade com países que se destacam na produção de substâncias utilizadas na fabricação de entorpecentes, bem como de drogas já processadas. Em razão dessas circunstâncias, o território acreano pode ser utilizado como rota de entrada e circulação de produtos ilícitos, posteriormente distribuídos para outras regiões do país.

Apesar dos esforços empreendidos pelo Governo do Estado do Acre, as medidas adotadas ainda enfrentam limitações para conter integralmente os impactos decorrentes da dinâmica fronteiriça. Nesse sentido, destaca-se a importância de uma atuação mais ampla e efetiva do Estado brasileiro, mediante o fortalecimento dos mecanismos de proteção territorial e a articulação entre os diferentes entes federativos. Ademais, a cooperação com os países limítrofes revela-se indispensável, na medida em que favorece a integração internacional e contribui para o aprimora-

mento das estratégias de segurança, com vistas a proporcionar melhores condições de proteção e qualidade de vida à população local.

Dessa maneira, mostra-se necessária a ampliação dos investimentos e o aprimoramento do planejamento estratégico dos entes públicos, com o objetivo de fortalecer a presença estatal, fomentar o desenvolvimento regional e assegurar melhores condições de vida nas áreas de fronteira. Reafirma-se, portanto, a importância de uma atuação contínua e articulada nessas regiões, reconhecendo sua relevância para a soberania nacional, a segurança pública e a integração territorial do país.

REFERÊNCIAS

ACRE (Estado). **Lei nº 2.005, de 9 de junho de 2008**. Cria o Sistema Integrado de Segurança Pública e autoriza a instituição de suas regionais. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, AC, 09 jun. 2008. Disponível em: https://www.legis.ac.gov.br/detalhar/3517. Acesso em: 26 abr. 2026.

ACRE (Estado). **Decreto nº 11.291, de 19 de julho de 2023**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) 2021-2030 e revoga o Decreto nº 7.582, de 22 de dezembro de 2020. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, AC, 19 jul. 2023. Disponível em: https://legis.ac.gov.br/detalhar/5670. Acesso em: 26 abr. 2026.

ACRE (Estado). **Lei nº 3.651, de 10 de setembro de 2020**. Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Operações em Fronteira – GEFRON/AC e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, AC, 10 set. 2020. Disponível em: https://www.legis.ac.gov.br/detalhar/4087. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13675.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021**. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1-2, 6 out. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades-gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

FERREIRA, Edmilson. Rota de desenvolvimento que inclui Acre anima peruanos. **Ac24horas**, Rio Branco, 11 mar. 2024. Disponível em: https://ac24horas.com/2024/03/11/rota-de-desenvolvimento-que-inclui-o-acre-anima-peruanos. Acesso em: 21 fev. 2026.

FRANÇA, Miguel. Governador Gladson Cameli celebra os cinco anos do Gefron em Rio Branco. **Agência de Notícias do Acre**, Rio Branco, 28 nov. 2024. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/governador-gladson-cameli-celebra-os-cinco-anos-do-gefron-em-rio-branco. Acesso em: 27 abr. 2026.

FREITAS, Eduardo. Narcotráfico na América do Sul. **Mundo Educação**, [s.d.]. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/narcotrafico-na-america-sul. Acesso em: 20 fev. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Um país com quase seis mil municípios. **IBGE Educa,** [S.l.]. 26 ago. 2025. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22754-um-pais-com-quase-seis-mil-municipios. Acesso em: 28 ago. 2026.

JACARANDÁ, Rodolfo. A cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [S.l.]. 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6fbd1f9f-79dc-4ea5-8d86-19d20d6bffa2. Acesso em: 23 fev. 2026.

MOREIRA, Mariana. Grupo Especial de Operações em Fronteiras do Acre completa cinco anos com atendimentos de ocorrências e ações de combate ao crime. **Agência de Notícias do Acre**, Rio Branco, 14 out. 2024. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/grupo-especial-de-operacoes-em-fronteiras-do-acre-completa-

cinco-anos-com-atendimentos-de-ocorrencias-e-acoes-de-combate-ao-crime. Acesso em: 25 abr. 2026.

MUNIZ, Tacita. Acre tem 16 cidades com 100% dos seus territórios em faixa de fronteira e 4 cidades gêmeas. **G1 Acre**, Rio Branco, 15 jul. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/07/15/acre-tem-16-cidades-com-100percent-dos-seus-territorios-em-faixa-de-fronteira-e-4-cidades-gemeas.ghtml. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Jorge et al. Os municípios brasileiros e a segurança pública: uma revisão da literatura de acordo com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Minas Gerais, v. 18, n. 36, p. 370-398, jul./dez. 2025. Disponível em: https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/9870/6380. Acesso em: 20 mar. 2026.

SOUZA, Kelle; TELES, Thiago; LIMA, Ulisses. MPAC monitora fronteiras do Acre e mapeia rotas utilizadas por traficantes. **Ministério Público do Estado do Acre,** Rio Branco, 23 jul. 2018. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/os-caminhos-da-droga-que-sai-do-peru-e-bolivia-ate-chegar-ao-ac. Acesso em: 21 fev. 2026.

XAVIER, Ana. Gefron apresenta balanço das apreensões realizadas durante 2025. **Agência de Notícias do Acre**, Rio Branco, 17 dez. 2025. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/gefron-apresenta-balanco-das-apreensoes-realizadas-durante-2025/. Acesso em: 25 abr. 2026.

XAVIER, Ana. Segurança Pública divulga balanço com resultados históricos de apreensões na fronteira. **Agência de Notícias do Acre**, Rio Branco, 1 abr. 2026. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/seguranca-publica-divulga-balanco-com-resultados-historicos-de-apreensoes-na-fronteira. Acesso em: 25 abr. 2026.

PARTE

II

DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL

Tipicidade, responsabilização, crimes digitais e execução da pena

5 A aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública e as contradições entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça 143
Eduardo Oliveira dos Santos · Williane Tibúrcio Facundes

6 A distinção entre as implicações penais e administrativas na condução sob influência de álcool: uma análise dos artigos 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro 174
Ana Caroline Arruda do Lago · Simmel Sheldon de Almeida Lopes

7 Embriaguez e porte de arma de fogo por policial de folga: uma análise da responsabilização penal 201
Izael Willian da Silva Carvalho · Arthur Braga de Souza

8 A efetividade da tutela penal dos crimes cibernéticos e das deepfakes na Região Norte: uma análise crítica da aplicação da Lei nº 14.155/2021 223
Regina Tomé de Almeida · Leonardo Silva de Oliveira Bandeira

9 Ressocialização de detentos: desafios e caminhos para a reinserção social 258
Joab Figueiredo de Souza Maciel · Williane Tibúrcio Facundes

A aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública e as contradições entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça

The application of the principle of insignificance to crimes against Public Administration and the contradictions between the Federal Supreme Court and the Superior Court of Justice

Eduardo Oliveira dos Santos[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR

SANTOS, Eduardo Oliveira dos; FACUNDES, Williane Tibúrcio. A aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública e as contradições entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 143-173.

RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública, com especial atenção às divergências jurisprudenciais entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Parte-se da compreensão de que o princípio da bagatela atua no plano da tipicidade material, afastando a incidência penal quando a conduta apresenta reduzida ofensividade, desde que observados os vetores estabelecidos pelo STF. Examina-se, inicialmente, a relação entre insignificância, intervenção mínima, fragmentariedade e proporcionalidade. Em seguida, aborda-se a natureza pluriofensiva dos crimes contra a Administração Pública, destacando-se a proteção do patrimônio público, da moralidade, da probidade e da confiança institucional. A pesquisa

[1] Discente do 8º período do curso de Direito no Centro Universitário Uninorte, Rio Branco – AC.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

evidencia que o STJ adota orientação predominantemente restritiva, consolidada na Súmula n. 599, enquanto o STF admite, em determinadas hipóteses, o reconhecimento da insignificância mediante análise das circunstâncias concretas. Essa diferença decorre de distintas concepções acerca do bem jurídico, do interesse público e dos limites da intervenção penal. O estudo também discute os riscos da aplicação indiscriminada do princípio, especialmente quanto à microcorrupção, à fragilização da tutela do erário e à possível banalização da resposta penal. Conclui-se que a divergência entre as Cortes Superiores compromete a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões, tornando necessária a construção de parâmetros mais objetivos e a harmonização jurisprudencial. Propõe-se, ainda, o fortalecimento das instâncias administrativas e civis de responsabilização e, eventualmente, reformas legislativas pontuais, de modo a assegurar respostas proporcionais, eficazes e coerentes diante de condutas de reduzida lesividade.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Administração pública. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Segurança jurídica.

ABSTRACT

This article analyzes the application of the principle of insignificance to crimes against Public Administration, with particular attention to the jurisprudential divergences between the Federal Supreme Court and the Superior Court of Justice. It begins with the understanding that the principle of bagatelle operates at the level of material criminal typicity, excluding criminal liability when conduct presents reduced offensiveness, provided that the criteria established by the Federal Supreme Court are met. Initially, the relationship between insignificance, minimal intervention, fragmentarity, and proportionality is examined. The study then addresses the multi-offensive nature of crimes against Public Administration, emphasizing the protection of public assets, morality, probity, and institutional trust. The research demonstrates that the Superior Court of Justice adopts a predominantly restrictive approach, consolidated in Precedent No. 599, whereas the Federal Supreme Court, in certain circumstances, recognizes insignificance after examining the facts of each case. This difference results from distinct conceptions of the protected legal interest, the public interest, and the limits of criminal intervention. The study also discusses the risks of indiscriminate application of the principle, particularly regarding micro-corruption, weakening the protection of public funds, and the trivialization of criminal enforcement. It concludes that the divergence between the Superior Courts undermines legal certainty and the predictability of decisions, making it necessary to develop more

objective parameters and promote jurisprudential harmonization. It also proposes strengthening administrative and civil accountability mechanisms and, eventually, targeted legislative reforms, ensuring proportional, effective, and coherent responses to conduct involving limited harm.

Keywords: Principle of insignificance. Public administration. Federal Supreme Court. Superior Court of Justice. Legal certainty.

INTRODUÇÃO

O princípio da insignificância constitui importante instrumento de contenção do poder punitivo estatal, ao estabelecer que nem toda conduta formalmente enquadrada em um tipo penal apresenta relevância suficiente para justificar a intervenção do Direito Penal. Fundamentado na necessidade de uma atuação penal racional, proporcional e subsidiária, o princípio relaciona-se diretamente aos postulados da intervenção mínima, da fragmentariedade e da proporcionalidade, funcionando como mecanismo de exclusão da tipicidade material em situações nas quais a lesão ao bem jurídico se mostra inexpressiva. O Supremo Tribunal Federal consolidou quatro vetores para sua aplicação: mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Entretanto, a aplicação do princípio da insignificância assume contornos particularmente controvertidos quando envolve crimes contra a Administração Pública. Nessa esfera, a proteção penal não se limita ao patrimônio público em sua dimensão econômica, alcançando também a moralidade administrativa, a probidade, a regularidade da função pública e a confiança da coletividade nas instituições estatais. A Constituição Federal, ao estabelecer no artigo 37 os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, confere especial relevância à preservação da integridade da Administração Pública.

Nesse contexto, destaca-se a divergência entre o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. O STJ consolidou orientação res-

tritiva por meio da Súmula n. 599, segundo a qual o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública. A fundamentação está relacionada à natureza pluriofensiva desses delitos e à compreensão de que o reduzido valor econômico do prejuízo não elimina a lesão à moralidade administrativa e ao dever funcional. O STF, por outro lado, admite, em determinadas situações, a incidência da bagatela, desde que os elementos concretos do caso revelem reduzida ofensividade e ausência de lesão penalmente relevante.

A coexistência dessas orientações produz relevante problema jurídico, pois situações semelhantes podem receber tratamentos distintos conforme o tribunal responsável pela apreciação da matéria. A ausência de uniformização afeta a segurança jurídica, a previsibilidade das decisões e a coerência da política criminal, ao mesmo tempo em que evidencia a dificuldade de conciliar a proteção institucional da Administração Pública com os limites impostos pela intervenção mínima e pela proporcionalidade.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública, examinando os fundamentos dogmáticos do instituto, as peculiaridades dos crimes funcionais e as diferentes interpretações adotadas pelo STF e pelo STJ. Busca-se compreender as razões da divergência jurisprudencial, seus efeitos sobre a segurança jurídica e os riscos decorrentes tanto da banalização da insignificância quanto do excesso de intervenção penal.

Por fim, o trabalho procura apresentar alternativas para a superação das contradições identificadas, considerando a possibilidade de construção de critérios objetivos, harmonização jurisprudencial, fortalecimento dos mecanismos administrativos e civis de responsabilização e eventual aperfeiçoamento legislativo. A questão central consiste, portanto, em encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessária proteção da Administração Pública e a exigência de que o Direito Penal seja utilizado de maneira racional, proporcional e efetivamente necessária.

1 FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS DO PRINCÍPIO DA BAGATELA (INSIGNIFICÂNCIA PENAL)

O princípio da insignificância, também denominado princípio da bagatela, representa construção doutrinária e jurisprudencial voltada à delimitação material da tipicidade penal. Sua função é excluir da incidência do Direito Penal, condutas que, embora formalmente típicas, não ostentam ofensividade relevante ao bem jurídico tutelado.

Segundo afirmou Luiz Flávio Gomes (2002), bagatela significa ninharia, algo de pouca importância ou significância, sustentando que a insignificância opera no plano da tipicidade material, afastando a própria existência do crime, por inexistir um de seus elementos constitutivos (tipicidade).

Claus Roxin (2006), ao desenvolver a teoria da imputação objetiva, assevera que o Direito Penal deve se ocupar apenas de lesões juridicamente relevantes a serem tuteladas, sendo prescindível a intervenção estatal quando o desvalor da ação ou do resultado for ínfimo.

Portanto, o princípio da bagatela é a racionalização da intervenção penal, funcionando como limite material ao poder punitivo, sendo assim, a *ultima ratio* em casos que não incumbe restringir um dos maiores direitos fundamentais da pessoa humana: a liberdade.

1.1 O PRINCÍPIO DA BAGATELA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO E A DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ENTRE STF E STJ

No HC 84.412/SP (Brasil, 2004), o Supremo Tribunal Federal consolidou critérios objetivos para o reconhecimento do princípio, estabelecendo, assim, quatro vetores para a sua existência: mínima ofensividade da conduta; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; nenhuma periculosidade social da ação e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, também reconhece o princípio como regra geral aplicável a crimes patrimoniais comuns. Contudo, no que se refere aos crimes contra a Administração Pública, a corte adotou orientação mais restritiva, firmada na Súmula n. 599: "O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública" (STJ, 2017).

A divergência entre STF e STJ emerge justamente nesse ponto. Enquanto o STF, em determinadas hipóteses admite a aplicação do princípio, mesmo quando o bem jurídico tutelado é público (a exemplo do julgado no HC 107.701/DF e no HC 123.108/MG), desde que preenchidos os vetores da insignificância, o STJ tende a afastá-lo sob o fundamento de que os crimes contra a Administração Pública possuem natureza pluriofensiva e atingem a moralidade administrativa.

1.2 A CONTROVÉRSIA NA APLICAÇÃO AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A incongruência entre as cortes revela duas orientações político-criminais distintas: uma linha material-garantista, mais flexível, observável em parte da jurisprudência da Suprema Corte; e uma visão mais institucional-protetiva, mais rígida, adota comumente pelo STJ.

Do ponto de vista sistêmico, a ausência de uniformização gera insegurança jurídica, pois a solução do caso concreto pode variar conforme o tribunal competente para julgamento. Tal cenário compromete a coerência jurisprudencial e desafia o princípio da equidade.

Assim, o princípio da bagatela, embora consolidado no sistema penal brasileiro como instrumento de limitação do poder punitivo, encontra aplicação controvertida quando confrontado com delitos que tutelam bens jurídicos de natureza institucional, especialmente nos crimes contra a Administração Pública.

1.3 RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO MÍNIMA, FRAGMENTARIEDADE E PROPORCIONALIDADE

O princípio da insignificância é a manifestação concreta da intervenção mínima. Conforme ensina Francisco de Assis Toledo (2003), o Direito Penal deve atuar como "última ratio", reservando-se às lesões mais graves.

A fragmentariedade, derivada da intervenção mínima, determina que a apenas os bens jurídicos mais relevantes para a sociedade merecem a abordagem penal, devendo punir as condutas que causem maiores danos, o que coaduna com o objetivo principal do princípio da bagatela.

A proporcionalidade exige adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Punir penalmente uma conduta de ínfima ofensividade pode revelar desproporcionalidade na intervenção estatal, indo ao encontro com a linha adotada pelo STF.

1.4 REQUISITOS DOGMÁTICOS PARA APLICAÇÃO E OS LIMITES ESTRUTURAIS DO PRINCÍPIO

O Supremo Tribunal Federal consolidou quatro vetores clássicos no HC 84.412/SP (Brasil, 2004): i) mínima ofensividade da conduta; ii) nenhuma periculosidade da ação; iii) reduzido grau de reprovabilidade; e iv) inexpressiva da lesão jurídica provocada.

Tais critérios dialogam com a teoria da tipicidade material. Todavia, como alerta Juarez Tavares (2019), a insignificância não pode converter-se em instrumento de política criminal casuística. Seus limites estruturais decorrem da necessidade de preservação da função preventiva do Direito Penal.

2 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Os crimes contra a administração pública são aqueles que podem ser praticados ora por funcionários públicos, ora por particulares, tendo como sujeito passivo a Administração Pública, que é o conjunto de órgãos e entidades que executam as políticas públicas e gerenciam recursos a fim de satisfazer as necessidades gerais da sociedade.

2.1 BENS JURÍDICOS TUTELADOS: PATRIMÔNIO PÚBLICO E MORALIDADE ADMINISTRATIVA

A ação punitiva estatal contra os delitos praticados contra a administração pública não protege exclusivamente o patrimônio estatal sob a perspectiva econômica. O bem jurídico tutelado é complexo, pluriofensivo e institucional. Segundo leciona Luiz Regis Prado (2020), nesses delitos "a proteção penal dirige-se não apenas ao patrimônio público, mas também à regularidade, à probidade e à credibilidade da função administrativa".

A Constituição Federal (Brasil, 1988), ao consagrar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*), elevou a moralidade administrativa a patamar de norma estruturante do Estado Democrático de Direito**.** Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2020) esclarece que a moralidade administrativa constitui parâmetro jurídico objetivo de conduta, não se confundindo com moral comum, mas traduzindo padrão normativo exigível do agente público.

Hely Lopes Meirelles (2021) sustenta que a moralidade administrativa integra a própria legalidade do ato, de modo que "não basta ao administrador cumprir a lei formal; deve observar padrões éticos e finalísticos inerentes à função pública".

Sob esse prisma, a título de exemplo, o peculato (art. 312 do Código Penal) não ofende apenas o erário; compromete a confiança social depositada no agente público para o exercício daquela prestação de serviço.

Damásio de Jesus (2018) afirma que "o desvalor da ação, nos crimes funcionais, reside, sobretudo, na traição à função pública".

Eis o viés da questão na qual reside problemática da insignificância: é possível afirmar que uma lesão patrimonial ínfima seja irrelevante quando o bem jurídico também compreende a probidade administrativa?

Parte da doutrina sustenta que, mesmo diante de dano econômico mínimo, o abalo institucional não é necessariamente insignificante. Guilherme de Souza Nucci (2022) destaca que "a Administração Pública não pode tolerar desvios, ainda que mínimos, sob pena de corrosão gradual da moralidade".

De maneira divergente, outra corrente defende que a intervenção penal deve incidir apenas quando houver lesão material relevante. A tensão dogmática, portanto, existe na definição da densidade do bem jurídico protegido.

2.2 PECULIARIDADES DOGMÁTICAS DOS CRIMES FUNCIONAIS E A FUNÇÃO SIMBÓLICA DA TUTELA PENAL DA ADMINISTRAÇÃO

Os crimes funcionais próprios exigem qualidade especial do agente, revelando uma estrutura típica que intensifica o valor da conduta. Cezar Roberto Bitencourt (2024) afirma que tais delitos possuem "acentuada carga ética, pois punem o desvio do dever funcional".

Sob a perspectiva da teoria do bem jurídico, Claus Roxin (2006) sustenta que o Direito Penal moderno protege funções sociais essenciais, não apenas bens patrimoniais. A Administração Pública, estrutura organizadora do Estado desempenha função indispensável à ordem jurídica.

Nesse contexto, emerge a dimensão simbólica da tutela pena. Zaffaroni (2001) adverte que o Direito Penal frequentemente é utilizado como instrumento de afirmação simbólica de valores sociais. Nos crimes contra a Administração, a sanção penal reafirma a intolerância estatal à corrupção e ao desvio funcional.

Contudo, o risco do simbolismo excessivo é transformar o Direito Penal em mecanismo meramente retórico. Luigi Ferrajoli (2002) ensina que a legitimidade do sistema penal depende de sua racionalidade e proporcionalidade. A punição de condutas mínima lesividade pode desvirtuar essa racionalidade.

Assim, a peculiaridade dogmática desses delitos exige ponderação entre o caráter institucional do bem jurídico e a exigência de ofensividade concreta.

2.3 DEBATE DOUTRINÁRIO SOBRE A (IN)APLICABILIDADE DA BAGATELA

A doutrina divide-se essencialmente em três correntes: Corrente restritiva absoluta, que defende a inaplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes contra a Administração Pública, sob o argumento de que o bem jurídico é institucional e imaterial; Corrente intermediária, a qual admite a aplicação excepcional, mediante análise rigorosa da ofensividade; e Corrente ampliativa, que sustenta que todos os crimes, inclusive os funcionais, estão sujeitos ao crivo da tipicidade material.

A divergência revela concepções distintas sobre o papel do Direito Penal no controle da Administração.

2.4 RISCOS DA BANALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PENAL

A banalização da insignificância pode produzir dois efeitos antagônicos: o esvaziamento da tutela penal (se aplicada indiscriminadamente) e o inflacionamento simbólico do sistema (se afastada de forma absoluta).

Zaffaroni (2001) critica o expansionismo penal que ignora critérios de relevância material. Ferrajoli (2002), por sua vez, sustenta que a legitimidade da pena exige necessidade estrita.

A tolerância reiterada de pequenos desvios pode estimular a chamada microcorrupção, fenômeno descrito na criminologia como pequenas práticas ilícitas que, cumulativamente, produzem degradação institucio-

nal. Contudo, punir penalmente toda e qualquer conduta mínima pode gerar seletividade e desproporcionalidade.

A solução deve buscar equilíbrio entre repressão eficaz e racionalidade penal.

3 O POSICIONAMENTO DO STJ: PRECEDENTES VINCULANTES E RIGIDEZ INTERPRETATIVA

O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca da aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública caracteriza-se, de modo geral, por uma orientação restritiva, fundada na natureza pluriofensiva desses delitos e na necessidade de preservação da moralidade administrativa. A Corte tem desempenhado papel central na consolidação de uma política mais rigorosa no combate a desvios funcionais, ainda que de pequena monta.

3.1 CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL RESTRITIVA

A construção jurisprudencial do STJ consolidou-se no sentido de afastar, como regra, a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública, especialmente nos delitos de peculato.

Tal orientação baseia-se na compreensão de que esses crimes não tutelam exclusivamente o patrimônio público, mas também valores institucionais, como a probidade administrativa e a confiança da coletividade na atuação estatal. Nesse sentido, a Corte Superior afirma reiteradamente que o reduzido valor econômico do bem não é suficiente para afastar a tipicidade material, uma vez que o desvalor da conduta reside, primordialmente, na violação do dever funcional. Essa linha interpretativa encontra respaldo na doutrina de Guilherme de Souza Nucci (2002), que sustenta que a moralidade administrativa não comporta relativizações baseadas em critérios meramente patrimoniais, sob pena de banalização do ilícito penal. Do mesmo modo, Damásio de Jesus enfatiza que, nos crimes funci-

onais, o núcleo do injusto está na quebra do dever de fidelidade do agente público, o que justifica maior rigor na repressão penal (2018, p. 102).

Assim, a Corte Superior adota uma concepção de tipicidade material ampliada, na qual a lesão institucional se sobrepõe à análise quantitativa do dano.

3.2 ANÁLISES DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS DO STJ

A orientação restritiva do STJ não se limita a decisões isoladas, mas encontra-se reiteradamente afirmada em seus precedentes. Em diversos julgados, a Corte firmou entendimento de que o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública, mesmo quando o valor envolvido é irrisório, sob o argumento de que tais condutas atingem diretamente a moralidade administrativa.

A *ratio decidendi* desses precedentes pode ser sintetizada em três pilares: natureza pluriofensiva do delito (proteção simultânea do patrimônio e da moralidade administrativa); relevância institucional da conduta (quebra da confiança pública no agente estatal); e função preventiva da pena (necessidade de desestimular práticas ilícitas no âmbito da Administração).

Essa orientação aproxima-se da concepção de Direito Penal simbólico descrita por Eugenio Raúl Zaffaroni, na medida em que a sanção penal atua também como instrumento de reafirmação de valores sociais (Zaffaroni, 2001). Entretanto, diferentemente da crítica do autor ao simbolismo excessivo, o STJ utiliza essa dimensão simbólica como fundamento legítimo de intervenção penal.

3.3 FUNDAMENTOS DA VEDAÇÃO À APLICAÇÃO DA BAGATELA

A vedação expressa repousa em fundamentos dogmáticos e político-criminais: a moralidade administrativa (art. 37 da CF/88) é valor indisponível; a tutela não se limita ao viés econômico; e a aplicação do princípio poderia transmitir uma mensagem de tolerância estatal a pequenos

desvios, incentivando a reiteração delituosa por parte de agentes públicos.

3.4 CONTRADIÇÕES INTERNAS E FLEXIBILIZAÇÕES PONTUAIS E A ANÁLISE CRÍTICA DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO

Apesar do teor da Súmula n. 599 (STJ, 2017), a jurisprudência da Corte Superior registra flexibilizações excepcionais. Há decisões pontuais que admitem, em caráter excepcional, a aplicação do princípio da insignificância em crimes contra a Administração Pública.

Essas flexibilizações geralmente ocorrem quando presentes circunstâncias como: valor extremamente reduzido do bem; restituição imediata; ausência de habitualidade e mínima reprovabilidade concreta da conduta.

Nesse viés, tal oscilação revela uma tensão interna entre a rigidez institucional da proteção à administração e a exigência de proporcionalidade na intervenção penal.

Sob a perspectiva crítica, pode-se afirmar que a posição do STJ, embora coerente com uma política de proteção reforçada da Administração Pública, corre o risco de incorrer em excessos punitivos.

A recusa absoluta da insignificância pode representar afastamento da tipicidade material, aproximando o sistema penal de um modelo simbólico e menos racional. Por outro lado, a flexibilização pontual sem critérios claros pode gerar insegurança jurídica, evidenciando a necessidade de uniformização interpretativa.

4 O POSICIONAMENTO DO STF: OSCILAÇÕES INTERPRETATIVAS E AUSÊNCIA DE TESE VINCULANTE

O posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública caracteriza-se por significativa oscilação interpretativa, marcada pela ausência de uniformidade decisória e pela predominância de julga-

mentos casuísticos. Diferentemente do Superior Tribunal de Justiça, que construiu orientação mais rígida, o STF adota postura mais flexível, embora não consolidada em tese vinculante.

Essa dinâmica revela tensão entre a necessidade de proteção da Administração Pública e a observância dos princípios da intervenção mínima e da proporcionalidade, resultando em um cenário de incerteza jurisprudencial.

4.1 EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STF

A evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal demonstra que a Corte, ao longo do tempo, consolidou o princípio da insignificância como instrumento legítimo de exclusão da tipicidade material, especialmente em crimes patrimoniais de reduzida ofensividade.

A partir do julgamento paradigmático do HC 84.412/SP (Brasil, 2004), o STF consolidou parâmetros para exclusão da tipicidade material. Ao transpor essa lógica para a Administração Pública, a Corte divergiu do STJ: no HC 98.152/MG (Brasil, 2009), a Primeira Turma reconheceu a insignificância na tentativa de furto de bem público de valor insignificante. Do mesmo modo, no HC 107.701/DF (Brasil, 2012) e no HC 123.108/MG (Brasil, 2015), o Tribunal reafirmou que a condição de crime contra a administração pública, por si só, não impede de forma absoluta a incidência da bagatela. Essa evolução revela ausência de linearidade na construção jurisprudencial, com variações interpretativas influenciadas pelas circunstâncias concretas de cada caso.

4.2 CASUÍSTICA RECENTE E APLICAÇÃO RECORRENTE

A análise da casuística recente evidencia que o STF tem aplicado o princípio da insignificância em hipóteses envolvendo a Administração Pública, sobretudo quando o valor do bem é ínfimo e não há indícios de habitualidade ou reprovabilidade acentuada. Nesses casos, tende a privilegiar a análise material da conduta, considerando irrelevante a movimentação da máquina penal diante de lesões mínimas. A atuação jurisdi-

cional passa, então, a ser orientada pela ideia de racionalidade penal, evitando a imposição de sanções desproporcionais.

Porém, essa aplicação não ocorre de forma automática. Em diversas situações, a Suprema Corte recusa o reconhecimento da bagatela ao entender que a conduta do agente público compromete valores institucionais relevantes, independentemente do prejuízo econômico. A consequência dessa abordagem é a formação de um padrão decisório marcado pela seletividade e pela análise caso a caso, sem critérios rigidamente definidos, causando, portanto, insegurança jurídica.

4.3 FLEXIBILIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS TRADICIONAIS

Outro aspecto relevante do posicionamento do STF é a flexibilização dos critérios tradicionalmente utilizados para a aplicação do princípio da insignificância.

Conquanto a Corte tenha estabelecido parâmetros objetivos, observa-se que, na prática, tais critérios não são aplicados de forma uniforme. Em determinados julgados, a ausência de reprovabilidade significativa é relativizada diante da mínima lesão patrimonial. Em outros, a análise da periculosidade social assume maior relevância.

Essa flexibilização decorre da tentativa de adaptar o princípio às peculiaridades dos crimes contra a Administração Pública, nos quais o bem jurídico possui dimensão institucional. Assim, a Corte ora privilegia a ofensividade concreta, ora valoriza a necessidade de proteção da função pública, e esse movimento interpretativo evidencia a dificuldade de conciliar, em termos absolutos, a teoria da tipicidade material com a proteção de bens jurídicos de natureza difusa e institucional.

4.4 INEXISTÊNCIA DE PRECEDENTE VINCULANTE E A ANÁLISE CRÍTICA DA POSTURA INSTITUCIONAL DO STF

Um dos principais fatores que contribuem para a oscilação jurisprudencial da Suprema Corte é a inexistência de tese vinculante sobre a apli-

cação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública.

Até o momento, a Suprema Corte não submeteu a matéria à sistemática da Repercussão Geral (art. 1.035 do CPC/2015) tampouco editou Súmula Vinculante a esse respeito. Os julgados sobre o tema tramitam e são decididos predominantemente em sede de *Habeas Corpus* e Recursos Ordinários em *Habeas Corpus*, o que limita os efeitos da decisão às partes processuais envolvidas (*inter partes*).

Essa ausência de definição institucional pode ser interpretada sob duas perspectivas. De um lado, revela a cautela do Tribunal diante da complexidade do tema, evitando a fixação de regra inflexível em matéria que envolve o choque de princípios constitucionais de alta relevância. Essa postura concede adaptabilidade às particularidades de cada cenário casuístico. Por outro lado, a falta de uniformização compromete a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões, dificultando a atuação dos operadores do direito e gerando tratamentos desiguais para situações semelhantes.

Ademais, a ausência de critérios claros e basilares pode abrir brechas para decisões discricionárias, enfraquecendo a coerência do sistema penal e dificultando o controle da atividade jurisdicional.

5 A CONTRADIÇÃO ENTRE STF E STJ NO MESMO CERNE TEMÁTICO

O conflito entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça quanto à aplicação do princípio da bagatela nos crimes contra a Administração Pública constitui um dos pontos mais críticos e complexos da dogmática penal contemporânea no Brasil. Trata-se de um conflito interpretativo que transcende a mera diferença de entendimento jurisprudencial, refletindo distintas concepções acerca do papel do Direito Penal, da natureza do bem jurídico protegido e dos limites da intervenção estatal.

Essa contradição revela não apenas uma tensão entre Cortes Superiores, mas também um embate entre modelos de política criminal e diferentes formas de compreensão da tipicidade penal.

5.1 DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS SOBRE O BEM JURÍDICO

O ponto chave da divergência entre STF e STJ encontra-se na conceituação do bem jurídico protegido nos crimes contra a administração pública.

O STJ adota uma concepção ampliada e institucional do bem jurídico, segundo a qual tais delitos protegem não apenas o patrimônio público, mas também a moralidade administrativa, a probidade funcional e a confiança da coletividade na atuação estatal. Nessa perspectiva, a lesão não se limita ao viés econômico, sendo suficiente a violação do dever funcional para caracterizar a relevância penal da conduta.

Já o STF, em diversos julgados, tende a privilegiar uma leitura material do bem jurídico, centrada na efetiva lesividade da conduta. Logo, a análise da tipicidade não se esgota na constatação da violação formal do dever funcional, exigindo-se a demonstração de dano relevante ao bem jurídico.

Essa diferença conceitual impacta diretamente a aplicação do princípio da insignificância. Enquanto o STJ entende que a lesão institucional impede o reconhecimento da irrelevância penal, o STF admite, em determinadas hipóteses, que a ausência de prejuízo significativo afasta a tipicidade material, mesmo em crimes contra a Administração.

5.2 DISTINTAS LEITURAS DO INTERESSE PÚBLICO

A divergência manifesta-se, também, pela forma como cada Corte compreende o significado de interesse público.

O STJ adota uma visão normativa e estrutural da palavra, considerando que a integridade da Administração deve ser protegida de forma rigorosa e uniforme. Nessa lógica, qualquer desvio funcional, ainda que

irrisória, representa afronta relevante à ordem administrativa e deve ser reprimido penalmente.

De outro modo, o STF tende a adotar uma leitura mais pragmática e material do interesse público, avaliando se a intervenção penal é necessária e proporcional diante das circunstâncias concretas. A Corte, em diversos casos, entende que a persecução penal de condutas de ínfima relevância pode representar uso inadequado do aparato estatal, contrariando a racionalidade do sistema penal.

Essa diferença revela duas concepções distintas de proteção do interesse público: uma orientada pela preservação institucional da Administração e outra pela eficiência e proporcionalidade da resposta penal.

5.3 CONFLITOS HERMENÊUTICOS NA APLICAÇÃO PRÁTICA

A coexistência dessas duas orientações gera conflitos hermenêuticos relevantes na aplicação prática do Direito Penal.

Do ponto de vista hermenêutico, o conflito evidencia diferentes métodos de interpretação: enquanto o STJ privilegia uma interpretação sistemática e institucional, voltada à proteção da Administração Pública como valor estruturante; o STF adota uma interpretação teleológica e material, orientada pela análise da finalidade da norma penal e de relevância concreta da lesão.

A ausência de padronização entre esses métodos gera instabilidade decisória e dificulta a construção de parâmetros objetivos para a aplicação do princípio da insignificância.

5.4 IMPACTOS NA SEGURANÇA JURÍDICA E OS EFEITOS SISTÊMICOS NA POLÍTICA CRIMINAL

A divergência entre STF e STJ produz impactos significativos na segurança jurídica, afetando diretamente a previsibilidade das decisões judiciais e a igualdade na aplicação do Direito.

A segurança jurídica pressupõe que situações semelhantes sejam tratadas de forma uniforme, permitindo que os indivíduos orientem suas condutas com base em expectativas razoáveis quanto às consequências jurídicas de seus atos. Quando há dissenso entre as Cortes Superiores, essa previsibilidade é comprometida, gerando incerteza e instabilidade.

Além disso, a divergência afeta a própria coerência da política criminal. Enquanto o STJ adota postura mais rigorosa, reforçando a repressão a desvios funcionais, o STF sinaliza maior flexibilidade, admitindo a exclusão da tipicidade em hipóteses de mínima ofensividade.

Essa dualidade pode gerar efeitos contraditórios no sistema penal: de um lado, reforça-se a ideia de intolerância à corrupção, ainda que em níveis mínimos, de outro se promove a racionalização da intervenção penal, evitando a criminalização de condutas irrelevantes. A ausência de harmonização entre essas diretrizes dificulta a definição de uma política criminal coerente e consistente, podendo resultar em seletividade penal e tratamento desigual.

Por fim, a persistência dessa diferença evidencia a necessidade de uniformização interpretativa, seja por meio da fixação de tese vinculante, seja pela consolidação de critérios objetivos que permitam conciliar a proteção da Administração Pública com os princípios da intervenção mínima e da proporcionalidade.

6 CRÍTICA À APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BAGATELA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública demanda análise que ultrapasse os critérios tradicionais de aferição da tipicidade material. Trata-se de um campo em que a lógica penal se entrelaça com a dinâmica institucional do Estado, exigindo abordagem que considere não apenas a lesividade imediata da conduta, mas também seus efeitos estruturais, organizacionais e sistêmicos.

6.1 INCOMPATIBILIDADE DOGMÁTICA

A primeira crítica relevante diz respeito à dificuldade de compatibilização entre o princípio da insignificância e a estrutura dogmática dos crimes contra a Administração Pública. Enquanto a insignificância opera a partir de um critério de redução da relevância material da lesão, esses delitos se caracterizam por uma dimensão normativa que não se esgota no resultado econômico.

A tipicidade, nesses casos, está fortemente vinculada ao desvio da função pública. Isso significa que o núcleo do injusto não se limita ao dano causado, mas reside na própria ruptura do vínculo de confiança que legitima a atuação estatal. A aplicação da insignificância, ao focar na irrelevância do resultado, pode desconsiderar essa dimensão estrutural do tipo penal.

Além disso, a transposição automática de critérios utilizados em crimes patrimoniais comuns para o âmbito da Administração Pública revela inadequação metodológica. Os parâmetros de avaliação da ofensividade não são equivalentes, pois os bens jurídicos envolvidos possuem natureza distinta. Assim, a aplicação da insignificância nesses crimes pode gerar distorções na compreensão da tipicidade, fragilizando a coerência do sistema penal.

6.2 VIOLAÇÃO INDIRETA AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Outro ponto crítico refere-se aos efeitos indiretos da aplicação da insignificância sobre os princípios que regem a Administração Pública, especialmente a moralidade e a eficiência. A tolerância a condutas consideradas de pequena relevância pode contribuir para a formação de um ambiente institucional permissivo, no qual desvios passam a ser percebidos como aceitáveis. Ainda que cada ato isolado seja de pequena monta, sua aceitação reiterada pode comprometer a integridade dos padrões administrativos.

Ademais, a eficiência administrativa não se limita à gestão de recursos, mas envolve também a manutenção de processos íntegros e confiáveis. A ausência de resposta penal em determinadas situações pode reduzir o efeito dissuasório das normas, impactando negativamente a disciplina interna das instituições. A aplicação da insignificância, nesse contexto, pode produzir efeito simbólico inverso ao pretendido, enfraquecendo a percepção de obrigatoriedade das normas que regem a atuação do agente público.

6.3 RISCO DE ESTÍMULO À MICROCORRUPÇÃO

A análise crítica também deve considerar o risco de estímulo à chamada microcorrupção. Trata-se de fenômeno caracterizado pela prática reiterada de pequenas irregularidades que, individualmente, apresentam baixa lesividade, mas que, em conjunto, produzem significativo impacto negativo. A aplicação do princípio da insignificância, ao afastar a incidência do Direito Penal em casos isolados, pode dificultar a identificação desses padrões reiterados de conduta. Isso ocorre porque a análise fragmentada impede a visualização do comportamento em sua dimensão global.

Não obstante, a percepção de impunidade em relação a pequenas infrações pode incentivar a repetição de condutas semelhantes, criando um ciclo de tolerância que fragiliza os mecanismos de controle. O problema, nesse caso, não está na conduta isolada, mas na possibilidade de sua reprodução sistemática.

Esse cenário revela que a insignificância, quando aplicada de forma indiscriminada, pode atuar como fator de erosão progressiva da integridade administrativa.

6.4 FRAGILIZAÇÃO DA TUTELA PENAL DO ERÁRIO E AS ALTERNATIVAS SANCIONATÓRIAS ADMINISTRATIVAS E CIVIS

Por fim, a aplicação da insignificância pode resultar na fragilização da tutela penal do erário, especialmente quando não há atuação eficaz das instâncias alternativas de responsabilização.

Conquanto se sustente que determinadas condutas possam ser adequadamente tratadas nas esferas administrativa e civil, essa substituição nem sempre ocorre de forma eficiente. Em muitos casos, os mecanismos administrativos carecem de estrutura, celeridade ou efetividade, o que compromete a responsabilização do agente.

A retirada do Direito Penal, sem o fortalecimento simultâneo desses mecanismos, pode gerar lacunas de controle, reduzindo a capacidade do Estado de responder a condutas ilícitas, ainda que de pequena monta. Nesse contexto, a ausência de integração entre as diferentes esferas de responsabilização pode resultar em tratamento fragmentado e inconsistente, prejudicando a coerência do sistema jurídico.

Dessa forma, a aplicação do princípio da insignificância deve ser acompanhada de análise crítica sobre a efetividade dos instrumentos alternativos, sob pena de enfraquecimento global da tutela do patrimônio público.

7 POR QUE O STF AINDA NÃO FIRMOU TESE VINCULANTE? UMA ANÁLISE CRÍTICA-INSTITUCIONAL

A falta de uma tese vinculante do Supremo Tribunal Federal acerca da aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública não pode ser compreendida como mera omissão jurisdicional. Trata-se de um fenômeno com alto teor de complexidade, envolvendo fatores constitucionais, políticos-criminais e institucionais, tendo impacto diretamente nos limites estruturais da atuação da Corte em temas de elevada sensibilidade jurídica e social.

A dificuldade de uma uniformização de entendimento revela tensões internas ao próprio papel do STF enquanto Corte Constitucional, responsável simultaneamente pela proteção de direitos fundamentais e pela preservação de valores institucionais do Estado.

7.1 COMPLEXIDADE CONSTITUCIONAL DO TEMA

A primeira razão que explica a ausência de tese vinculante reside na complexidade constitucional do tema. A aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública envolve a colisão entre princípios fundamentais, tais como: a intervenção mínima do Direito Penal; a proporcionalidade da resposta estatal; a moralidade administrativa; e a proteção do patrimônio público.

Essa variedade de valores dificulta a criação de um critério único e abstrato que seja capaz de abranger todas as situações possíveis. Nesse contexto, a atuação do STF tende a privilegiar soluções concretas, evitando a fixação de parâmetros rígidos que possam gerar injustiças em casos específicos. Como observa Lenio Luiz Streck (2021), a interpretação constitucional não pode ser reduzida a fórmulas gerais desvinculadas da complexidade do caso concreto, sob pena de esvaziamento do próprio sentido da norma.

Assim, a falta de tese vinculante pode ser compreendida como reflexo da dificuldade de estabilização, em termos abstratos, de uma matéria que envolve múltiplas dimensões normativas.

7.2 PRESSÕES POLÍTICO-CRIMINAIS

Outro fator relevante diz respeito às pressões político-criminais que incidem sobre o Supremo Tribunal Federal. A criminalidade envolvendo a Administração Pública, especialmente em um contexto de forte demanda social por combate à corrupção, é tema altamente sensível.

A fixação de uma tese que admita, de forma clara, a aplicação da insignificância poderia ser interpretada como um relaxamento indevido da

repressão penal, gerando repercussões políticas e institucionais. Nesse cenário, a Corte tende a adotar postura mais cautelosa, evitando decisões que possam ser percebidas como lenientes. Conforme aponta André Ramos Tavares (2022), o Supremo Tribunal Federal frequentemente atua sob influência de contextos institucionais e expectativas sociais, o que impacta a forma como constrói seus precedentes.

7.3 FRAGMENTAÇÃO DECISÓRIA E CASUÍSTICA

A forma como os casos chegam ao STF também influencia a ausência de uniformização. Grande parte das discussões envolvendo o princípio da insignificância ocorre em sede de habeas corpus, instrumento que privilegia a análise de situações concretas e urgentes. Esse tipo de processo não favorece a construção de teses gerais, pois a decisão é baseada pelas particularidades do caso, e não pela formulação de diretrizes abstratas.

Além disso, a composição colegiada do Tribunal e a diversidade de entendimentos entre seus membros contribuem para a fragmentação decisória. A inexistência de consenso interno dificulta a consolidação de uma posição uniforme. Sob esse viés, a jurisprudência do STF acaba se desenvolvendo de forma incremental, por meio de decisões pontuais, sem que haja convergência suficiente para a fixação de tese vinculante.

7.4 AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL E PRUDÊNCIA INSTITUCIONAL

A manifestação de autocontenção judicial também pode ser apontada como causa para a falta de entendimento firmado. O STF, ao evitar a fixação de entendimento rígido, preserva margem de atuação para adaptar suas decisões às especificidades dos casos concretos. Essa postura pode ser compreendida como estratégia de prudência institucional, especialmente em temas que envolvem tensão entre garantias individuais e interesses coletivos.

A autocontenção permite que o Tribunal evite engessamento interpretativo, mantendo a elasticidade para responder a mudanças sociais e institucionais. Segundo destaca Daniel Sarmento (2006), a atuação das

Cortes Constitucionais deve equilibrar estabilidade e abertura interpretativa, de modo a preservar a legitimidade de suas decisões.

Assim, a ausência de tese vinculante não necessariamente indica fragilidade, podendo refletir escolha deliberada por uma atuação mais prudente.

7.5 NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPRETATIVA

Apesar das justificativas institucionais, a ausência de tese vinculante gera consequências práticas relevantes, especialmente no que se refere à segurança jurídica e à previsibilidade das decisões. Apesar das justificativas institucionais, a ausência de tese vinculante gera consequências práticas relevantes, especialmente no que se refere à segurança jurídica e à previsibilidade das decisões.

A ausência de entendimento mais estável poderia contribuir para a harmonização do sistema, reduzindo as divergências entre as Cortes Superiores e fortalecendo a coerência do ordenamento jurídico.

8 PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA

A persistência de entendimentos divergentes entre as Cortes Superiores quanto à aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública evidencia a necessidade de aperfeiçoamento do sistema jurídico. Não se trata apenas de uniformizar decisões, mas de construir parâmetros mais consistentes que permitam conciliar a proteção do interesse público com a racionalidade da intervenção penal. Nesse cenário, tornam-se indispensáveis medidas que promovam maior estabilidade interpretativa, sem comprometer a flexibilidade necessária à análise das particularidades de cada caso.

8.1 FIXAÇÃO DE TESE VINCULANTE PELO STF E A HARMONIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS CORTES

Uma das alternativas mais relevantes para superar a atual fragmentação consiste na definição, pelo Supremo Tribunal Federal, de um entendimento com força vinculante sobre a matéria. A ausência de diretrizes claras contribui para decisões oscilantes e dificulta a previsibilidade do sistema, o que impacta diretamente a segurança jurídica.

A fixação de uma tese não deve implicar a adoção de uma solução rígida e inflexível, mas sim o estabelecimento de balizas que orientem a atuação jurisdicional. Esses parâmetros poderiam indicar, por exemplo, em quais circunstâncias a insignificância é admissível e quais elementos devem ser considerados na análise da relevância da conduta.

A partir de um posicionamento mais estruturado, seria possível reduzir o distanciamento interpretativo entre o STF e o STJ, promovendo maior coerência no tratamento dos casos e evitando soluções contraditórias para situações semelhantes. Essa harmonização contribuiria para fortalecer a credibilidade do sistema judicial e facilitar a atuação dos operadores do direito.

8.2 CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA APLICAÇÃO DA INSIGNIFICÂNCIA E O REFORÇO DOS MECANISMOS ADMINISTRATIVOS SANCIONATÓRIOS

Outro caminho relevante consiste na construção de critérios mais objetivos para a aplicação do princípio da insignificância, especialmente em contextos que envolvam a Administração Pública. A simples avaliação do valor econômico da lesão mostra-se insuficiente para capturar a complexidade dessas situações.

A análise poderia considerar fatores como a posição ocupada pelo agente, o contexto em que a conduta foi praticada, a existência de eventual reiteração e os efeitos institucionais decorrentes do comportamento. A adoção de parâmetros mais amplos permitiria decisões mais equilibradas, evitando tanto o rigor excessivo quanto a tolerância indevida.

Paralelamente, é fundamental investir no fortalecimento das instâncias administrativas de controle. A responsabilização disciplinar, quando eficiente, pode atuar como alternativa adequada em hipóteses de menor gravidade, reduzindo a necessidade de intervenção penal. Para isso, é necessário que os órgãos de controle disponham de estrutura adequada, procedimentos céleres e mecanismos efetivos de fiscalização. A integração entre as esferas penal, administrativa e civil também se revela essencial. A atuação coordenada desses sistemas pode evitar lacunas de responsabilização e garantir respostas mais proporcionais às diferentes modalidades de ilícito.

8.3 REFORMAS LEGISLATIVAS PONTUAIS

A superação das controvérsias existentes também pode ser favorecida por intervenções legislativas específicas. Embora o princípio da insignificância seja tradicionalmente construído pela doutrina e pela jurisprudência, a ausência de previsão legal expressa contribui para a instabilidade interpretativa.

Uma possível solução seria a introdução de dispositivos que estabeleçam parâmetros mínimos para o reconhecimento da irrelevância penal, especialmente em relação a determinados tipos de crime. Essa previsão não eliminaria a necessidade de análise do caso concreto, mas forneceria diretrizes normativas que orientariam a atividade jurisdicional.

Outra medida relevante seria a previsão de mecanismos legais de desclassificação de condutas de baixa lesividade para ilícitos administrativos, com sanções proporcionais e eficazes. Isso permitiria uma resposta estatal mais adequada, sem a necessidade de acionar o sistema penal em todas as situações. Além disso, reformas que ampliem a transparência e o controle interno na Administração Pública podem contribuir para reduzir a ocorrência de condutas irregulares, atuando de forma preventiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo demonstra que o princípio da insignificância ocupa posição relevante na racionalização do sistema penal, funcionando como limite material à intervenção estatal diante de condutas cuja lesividade não alcança grau suficiente para justificar a resposta criminal. Sua aplicação decorre da própria necessidade de preservar a proporcionalidade da atuação punitiva e de reservar o Direito Penal às situações que efetivamente demandem sua incidência.

Nos crimes contra a Administração Pública, entretanto, a questão assume maior complexidade. O bem jurídico protegido possui natureza pluriofensiva e institucional, não se restringindo ao valor econômico eventualmente subtraído ou danificado. A proteção da moralidade administrativa, da probidade, da confiança social e da regularidade da função pública faz com que uma conduta de reduzido prejuízo patrimonial possa, em determinadas circunstâncias, apresentar relevância jurídica superior àquela revelada por seu aspecto econômico.

É justamente nesse ponto que se evidencia a principal divergência entre as Cortes Superiores. O STJ, apoiado na Súmula n. 599, adota orientação predominantemente restritiva, entendendo que a natureza institucional dos crimes contra a Administração Pública impede, como regra, o reconhecimento da insignificância. O STF, por sua vez, embora não adote uma posição de aplicação automática, admite a incidência do princípio em determinadas hipóteses, realizando análise das circunstâncias concretas e dos vetores tradicionalmente estabelecidos.

A divergência não representa apenas uma diferença de interpretação de dispositivos penais. Ela revela concepções distintas acerca do próprio papel do Direito Penal e da natureza do interesse público. De um lado, encontra-se a necessidade de preservar a integridade institucional da Administração e evitar que pequenos desvios sejam naturalizados ou reproduzidos. De outro, está a exigência de impedir que o sistema penal

seja utilizado de forma desproporcional em situações de reduzida ofensividade. A dificuldade está precisamente em estabelecer critérios capazes de conciliar essas duas exigências.

Outro aspecto relevante diz respeito à ausência de uma tese vinculante do STF sobre a matéria. Conforme demonstrado no trabalho, a predominância de decisões casuísticas favorece a flexibilidade necessária à análise das particularidades de cada situação, mas também contribui para a instabilidade jurisprudencial e para a dificuldade de tratamento uniforme de casos semelhantes.

Dessa forma, entende-se que a solução não deve consistir nem na aplicação indiscriminada da insignificância, nem em sua proibição absoluta. A resposta juridicamente mais adequada exige critérios objetivos, capazes de considerar não apenas o valor econômico da lesão, mas também a posição do agente, o contexto da conduta, a existência de habitualidade, a reprovabilidade concreta e os efeitos institucionais produzidos.

Também se mostra fundamental fortalecer os mecanismos administrativos e civis de responsabilização. Afastar a incidência penal em determinadas situações somente será compatível com a proteção do interesse público se houver instrumentos alternativos efetivos, céleres e proporcionais. A integração entre as esferas penal, administrativa e civil pode evitar tanto a impunidade quanto o excesso punitivo.

Conclui-se, portanto, que a superação da controvérsia demanda maior uniformização interpretativa, sem eliminar a necessária análise das circunstâncias concretas. A construção de balizas jurisprudenciais mais claras, associada ao fortalecimento dos mecanismos de controle administrativo e, se necessário, a reformas legislativas pontuais, poderá contribuir para um sistema penal mais coerente. O desafio consiste em proteger efetivamente a Administração Pública e seus valores constitucionais sem transformar o Direito Penal em instrumento de punição automática de toda irregularidade, preservando sua função de *última ratio* e garantindo respostas estatais proporcionais à efetiva gravidade das condutas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 599**. O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2017. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Sumula_599_2017_CEl.pdf. Acesso em: 07 jun. 2026.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte especial: crimes contra a Administração Pública e crimes praticados por prefeitos. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 13 jul. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 98.152/MG**. Relator: Min. Ellen Gracie. Julgado em 24 mar. 2009. Disponível em: https://stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC_98.152_Ementa__Acordao.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 84.412/SP**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 19 out. 2004. Publicado em 19 nov. 2004. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79595. Acesso em: 16 mai. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 123.108/MG**. Relator: Min. Roberto Barroso. Julgado em 3 fev. 2015. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10175198. Acesso em: 05 jun. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 107.701/DF**. Relator: Min. Gilmar Mendes. Julgado em 26 jun. 2012. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1845891. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus 246.885/SP**. Relatora: Min. Maria Thereza de Assis Moura. Julgado em 24 abr. 2014. Publicado no DJe em 4 ago. 2014. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?

componente=ITA&sequencial=1316819&num_registro=201201316925&data=20140804&formato=PDF. Acesso em: 11 ago. 2026

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 96-100.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GOMES, Luiz Flávio. **Princípio da insignificância e tipicidade material**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

JESUS, Damásio de. **Direito penal**: parte especial. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 47. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a administração pública**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro: parte especial**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

ROXIN, Claus. **Direito penal**: parte geral. Tomo I: Fundamentos. Estrutura da teoria do delito. Tradução de Luiz Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e hermenêutica**: uma nova crítica do direito**.** 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TAVARES, Juarez. **Fundamentos de teoria do delito**. 2. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019, p. 124–125.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

A distinção entre as implicações penais e administrativas na condução sob influência de álcool: uma análise dos artigos 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro

The distinction between criminal and administrative implications of driving under the influence of alcohol: an analysis of Articles 165, 165-A and 306 of the Brazilian Traffic Code

Ana Caroline Arruda do Lago[1]
Simmel Sheldon de Almeida Lopes[2]

COMO CITAR

LAGO, Ana Caroline Arruda do; LOPES, Simmel Sheldon de Almeida. A distinção entre as implicações penais e administrativas na condução sob influência de álcool: uma análise dos artigos 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 174-200.

RESUMO

Introdução. A embriaguez ao volante é um dos principais fatores de risco para a segurança viária, uma vez que a condução de veículo sob influência de álcool pode comprometer a capacidade de direção e colocar em risco os demais usuários das vias. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece sanções de natureza administrativa e criminal, destacando-se a disciplina dos artigos 165, 165-A e 306. **Objetivo.** O presente artigo analisa as implicações jurídicas da condução de veículo sob influência de álcool, com enfoque nos arts. 165, 165-A e 306 do CTB, buscando diferenciar as consequências administrativas e penais e seus respectivos requisi-

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte. Graduada em Administração pela União Educacional do Norte – Uninorte. Especialista em Administração Estratégica pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e Marketing e Growth pelo Centro Universitário União das Américas Descomplica.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialista em Direito Administrativo e Orçamentário e em Direito de Família. Advogado. Servidor público municipal.

tos. **Método.** A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise da legislação brasileira, de normas relacionadas à fiscalização de trânsito e de jurisprudência relacionada ao tema. **Resultados.** Observa-se que as esferas administrativa e penal possuem finalidades e requisitos distintos. A primeira apresenta caráter predominantemente preventivo e está relacionada ao exercício do poder de polícia, enquanto a responsabilização penal exige a configuração dos elementos previstos no art. 306 do CTB. Também foram analisados o tratamento jurídico da recusa ao teste do etilômetro, o princípio da não autoincriminação e a proporcionalidade das sanções. **Conclusão.** A análise evidencia que o enfrentamento da embriaguez ao volante exige equilíbrio entre a proteção da segurança viária e o respeito aos direitos fundamentais, de modo que a fiscalização e a aplicação das sanções ocorram dentro dos limites estabelecidos pela legislação e pela Constituição Federal.

Palavras-chave: Embriaguez ao volante. Código de Trânsito Brasileiro. Segurança viária. Poder de polícia. Não autoincriminação.

ABSTRACT

Introduction: Driving under the influence of alcohol is a major risk factor for road safety, as operating a vehicle under the influence of alcohol can impair driving ability and endanger other road users. The Brazilian Traffic Code (CTB) establishes administrative and criminal sanctions, notably through the provisions of Articles 165, 165-A, and 306. **Objective:** This article analyzes the legal implications of driving under the influence of alcohol, focusing on Articles 165, 165-A, and 306 of the CTB, and seeks to distinguish between administrative and criminal consequences and their respective requirements. **Method:** The research employed a qualitative approach, utilizing bibliographic and documentary analysis based on Brazilian legislation, traffic enforcement regulations, and relevant case law. **Results:** It is observed that the administrative and criminal spheres have distinct purposes and requirements. The administrative sphere is predominantly preventive in nature and relates to the exercise of police power, whereas criminal liability requires proof of the elements set forth in Article 306 of the CTB. The study also examined the legal treatment of refusing a breathalyzer test, the right against self-incrimination, and the proportionality of sanctions. **Conclusion:** The analysis demonstrates that addressing driving under the influence of alcohol requires a balance between ensuring road safety and respecting fundamental rights, ensuring that enforcement and the imposition of sanctions occur within the limits established by legislation and the Federal Constitution.

Keywords: Driving under the influence of alcohol. Brazilian Traffic Code. Road safety. Police power. Right against self-incrimination.

INTRODUÇÃO

A condução de veículo automotor é uma questão que envolve não apenas a conduta individual do motorista, mas também a segurança dos demais usuários das vias. Por essa razão, o Código de Trânsito Brasileiro estabelece diferentes formas de responsabilização para situações relacionadas ao consumo de álcool na direção, de acordo com as circunstâncias e os requisitos previstos em lei.

A Lei nº 9.503/1997 prevê, em seu artigo 165, como infração administrativa a conduta de dirigir sob a influência de álcool, já o artigo 306 estabelece a responsabilização criminal daquele que conduz veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou outra substância psicoativa. Embora estejam inseridos no mesmo diploma legal e relacionados à segurança viária, os dispositivos estabelecem formas distintas de responsabilização.

A distinção entre essas duas formas de responsabilização é importante na fiscalização de trânsito. A constatação da infração administrativa não significa, por si só, a configuração do crime previsto no art. 306, já que a responsabilização penal possui requisitos próprios. Da mesma forma, a recusa do condutor ao teste do etilômetro possui enquadramento específico previsto no art. 165-A do CTB e levanta questões relacionadas ao direito de não produzir prova contra si mesmo. Ao mesmo tempo, a Administração Pública exerce poder de polícia na fiscalização e na aplicação das medidas administrativas, devendo conciliar a proteção da segurança viária com as garantias asseguradas ao indivíduo.

Diante desse cenário, o presente artigo busca analisar as diferenças entre as implicações administrativas e penais decorrentes da condução sob influência de álcool, com enfoque nos artigos 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro. Para isso, são examinados os requisitos de

cada forma de responsabilização, o exercício do poder de polícia, a recusa ao teste do etilômetro, o princípio da não autoincriminação e a proporcionalidade das sanções.

Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise da legislação aplicável, de normas relacionadas à fiscalização de trânsito, da doutrina jurídica e de jurisprudência relacionada aos arts. 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais clara das diferenças entre as responsabilidades administrativa e penal relacionadas à embriaguez ao volante, especialmente quanto aos requisitos necessários para sua configuração e aos limites da atuação estatal, buscando demonstrar a importância de conciliar a efetividade da fiscalização e a proteção da segurança viária com o respeito aos direitos e às garantias fundamentais assegurados ao condutor.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA EMBRIAGUEZ AO VOLANTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Conduzir veículo automotor sob influência de álcool é conduta de elevada gravidade, sendo responsável por parcela significativa dos acidentes de trânsito no Brasil. O Código de Trânsito Brasileiro, CTB, estabelece, em seu artigo 1º, §2º, que o trânsito seguro é direito de todos e dever dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito, deixando claro que o foco principal da lei é a proteção à vida e à incolumidade pública.

Ao longo dos anos, a política voltada ao enfrentamento da embriaguez ao volante foi fortalecida com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.705/2008 e nº 12.760/2012, que ampliaram os meios de prova e tornaram as consequências jurídicas da conduta mais rígidas.

A criminalização da embriaguez ao volante decorre da necessidade de proteção da vida e da incolumidade pública, bens jurídicos expressa-

mente tutelados pelo Código de Trânsito Brasileiro (art. 1º, §2º). O tratamento jurídico da matéria envolve tanto a esfera administrativa quanto a penal, exigindo análise sistemática dos dispositivos legais aplicáveis.

Dirigir é um ato que envolve responsabilidade. O condutor, ao assumir o controle de um veículo, passa a exercer uma atividade potencialmente perigosa. Essa condição exige atenção, coordenação e capacidade de reação adequada. Quando o álcool interfere nessas funções, o risco deixa de ser meramente hipotético e passa a ser real.

A proteção da segurança viária, portanto, não se limita à punição após o dano. Ela envolve também mecanismos de prevenção, fiscalização e conscientização. É nesse contexto que se insere o tratamento rigoroso conferido à embriaguez ao volante.

1.1 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

Em 23 de setembro de 1997 o Código de Trânsito Brasileiro entrou em vigor, estabelecendo um conjunto de normas destinadas à organização e à segurança do trânsito. Desde então, a disciplina jurídica relacionada ao consumo de álcool por condutores passou por diversas alterações legislativas.

A Lei nº 11.705/2008, conhecida popularmente como Lei Seca, promoveu mudanças relevantes no tratamento da embriaguez ao volante, conferindo maior rigor às consequências administrativas e modificando a disciplina do crime previsto no art. 306 do CTB. Posteriormente, a Lei nº 12.760/2012 ampliou os mecanismos de fiscalização e os meios de prova relacionados à constatação da alteração da capacidade psicomotora, fortalecendo a atuação estatal no enfrentamento da condução sob influência de álcool.

No âmbito administrativo, a Lei nº 13.281/2016 introduziu o art. 165-A no CTB, estabelecendo sanções específicas para o condutor que se recusa a se submeter aos procedimentos destinados à verificação da influência de álcool ou de outra substância psicoativa. Com isso, o ordena-

mento passou a disciplinar de forma mais específica tanto a constatação da influência de álcool quanto a recusa aos procedimentos de fiscalização.

Essas alterações evidenciam a preocupação do legislador em ampliar a efetividade das normas relacionadas à embriaguez ao volante, buscando aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e fortalecer a resposta estatal à conduta. O trânsito passou a ser tratado como espaço que exige responsabilidade compartilhada, e não como território de escolhas exclusivamente privadas.

As modificações legislativas promovidas ao longo dos anos refletem uma mudança na forma como o Estado brasileiro passou a enxergar a segurança no trânsito. A embriaguez ao volante deixou de ser tratada apenas como comportamento imprudente do condutor e passou a ser compreendida como questão de interesse coletivo, diretamente relacionada à preservação da vida e à redução de sinistros de trânsito.

Nesse contexto, observa-se o fortalecimento da atuação estatal tanto na esfera preventiva quanto repressiva, com ampliação dos mecanismos de fiscalização e endurecimento das consequências jurídicas aplicáveis à conduta.

1.2 O BEM JURÍDICO TUTELADO

O bem jurídico protegido pelo art. 306 do CTB é a segurança viária, entendida como expressão da proteção à vida e à incolumidade pública. Protege-se a sociedade contra o risco gerado por motoristas embriagados, sem necessidade de dano concreto, pois se trata de crime de perigo abstrato, ou seja, se configura com a capacidade psicomotora alterada, seja por álcool ou substância psicoativa, sendo desnecessário demonstrar direção anormal ou lesão.

A opção legislativa por tipificar a conduta independentemente da ocorrência de resultado lesivo demonstra a antecipação da tutela penal, evitando que o dano concreto seja condição para intervenção estatal.

Nesse contexto, a proteção da coletividade justifica a adoção de medidas mais rigorosas, inclusive com limitação de direitos individuais.

A jurisprudência também caminha nesse sentido. O próprio Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Tema Repetitivo 901, consolidou o entendimento de que determinados crimes previstos no CTB possuem natureza de crime de perigo abstrato, dispensando a demonstração de dano concreto para configuração do ilícito.

Embora a tese firmada trate especificamente do art. 310, o entendimento reforça a lógica preventiva adotada pelo legislador em relação aos crimes de trânsito, especialmente aqueles voltados à proteção antecipada da segurança viária.

1.3 A DISTINÇÃO ENTRE ILÍCITO ADMINISTRATIVO E ILÍCITO PENAL

Um dos aspectos mais relevantes do tratamento jurídico da embriaguez ao volante é a coexistência de sanções administrativas e penais. O mesmo comportamento pode gerar consequências distintas, dependendo da situação concreta.

A infração administrativa, prevista nos arts. 165 e 165-A do CTB, possui caráter preventivo. Seu objetivo principal é retirar, mesmo que temporariamente, o condutor da circulação, aplicar multa e reforçar a necessidade de cumprimento das regras de trânsito.

Em relação ao crime previsto no art. 306, este exige demonstração de alteração da capacidade psicomotora. Aqui, a resposta do Estado assume natureza penal, com possibilidade de pena privativa de liberdade.

Essa distinção não é meramente formal. Ela demonstra que o ordenamento jurídico atua em diferentes níveis de intensidade. Nem toda infração administrativa se transforma automaticamente em crime. A esfera penal exige requisitos mais rigorosos, justamente porque envolve sanções mais gravosas.

A coexistência das esferas administrativa e penal demonstra que o ordenamento jurídico brasileiro admite múltiplas formas de responsabili-

zação decorrentes da mesma conduta, desde que observadas as particularidades e finalidades de cada instância. Enquanto a esfera administrativa busca proteção imediata da segurança viária, a penal atua na repressão de condutas consideradas mais gravosas ao interesse coletivo.

Esse modelo dual procura equilibrar prevenção e repressão, permitindo respostas proporcionais à gravidade da conduta.

1.4 O PAPEL DO ESTADO NA FISCALIZAÇÃO E NA PREVENÇÃO

A fiscalização do consumo de álcool por condutores é regulamentada pela Resolução nº 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que, conforme sua ementa, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, para aplicação do disposto nos arts. 165, 276, 277 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A norma estabelece parâmetros técnicos para aferição do teor alcoólico e para identificação de sinais externos indicativos de embriaguez, trazendo padronização e segurança jurídica na atuação fiscalizatória.

A fiscalização, nesse contexto, assume papel preventivo relevante. Ao realizar operações e blitz, o Estado não apenas identifica condutas ilícitas, mas também exerce função pedagógica. A presença constante da fiscalização tende a influenciar o comportamento dos condutores.

Além da função fiscalizatória, a atuação estatal no trânsito também possui dimensão educativa. A realização de operações de fiscalização como a Operação Lei Seca contribui para a conscientização dos condutores acerca dos riscos associados à condução sob influência de álcool, reforçando a ideia de que a responsabilidade na preservação da segurança viária é compartilhada.

Entende-se, portanto, que a prevenção não está apenas na punição, mas na percepção de que a conduta será efetivamente fiscalizada.

1.5 A TENSÃO ENTRE LIBERDADE INDIVIDUAL E PROTEÇÃO COLETIVA

Inevitavelmente, a criminalização da embriaguez ao volante envolve uma tensão entre liberdade individual e proteção coletiva. O consumo de bebida alcoólica, por si só, não é proibido. Trata-se de escolha pessoal. No entanto, essa liberdade encontra limite quando passa a afetar a segurança de terceiros.

É aqui que o direito atua, justamente nesse ponto de equilíbrio. A liberdade de consumir álcool não autoriza o indivíduo a assumir o volante em condições que comprometam sua capacidade de direção. A partir do momento em que a conduta gera risco relevante à coletividade, o Estado está legitimado a intervir.

Essa intervenção, contudo, deve respeitar garantias constitucionais, como o devido processo legal e o direito à não autoincriminação. O desafio do ordenamento jurídico é garantir segurança sem suprimir direitos fundamentais. De um lado, busca-se reduzir acidentes e preservar vidas. De outro, mantém-se a necessidade de prova, contraditório e respeito às garantias individuais.

Nesse cenário, percebe-se que a disciplina jurídica da embriaguez ao volante exige constante busca de equilíbrio entre proteção coletiva e preservação das liberdades individuais. A atuação estatal deve ocorrer de forma legítima e proporcional, garantindo efetividade à política de segurança viária sem afastar os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

2 A INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NOS ARTS. 165 E 165-A DO CTB

O art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro tipifica como infração gravíssima a conduta de dirigir sob influência de álcool ou substância psicoativa que determine dependência, prevendo penalidade de multa,

suspensão do direito de dirigir por doze meses, recolhimento da CNH e retenção do veículo.

2.1 A INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ART. 165 DO CTB E SUA LÓGICA PREVENTIVA

O art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que dirigir sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência constitui infração gravíssima. A penalidade prevista é bem alta: multa multiplicada por dez, suspensão do direito de dirigir por doze meses, além das medidas administrativas de recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação e retenção do veículo.

A lógica dessa previsão é essencialmente preventiva. Diferentemente do direito penal, que atua com caráter repressivo e exige maior rigor probatório, o direito administrativo sancionador possui finalidade própria dentro da atuação estatal, voltada à proteção da ordem administrativa e à tutela do interesse público, podendo assumir funções preventivas e repressivas.

Quando o Estado aplica a suspensão do direito de dirigir, está retirando, mesmo que temporariamente, o condutor do trânsito, reduzindo a probabilidade de que ele volte a dirigir sob influência de álcool naquele período. A multa elevada, por sua vez, funciona como mecanismo de desestímulo à conduta.

A severidade da penalidade revela a compreensão de que o trânsito envolve risco coletivo permanente e que determinadas condutas exigem resposta imediata, ainda que não tenham causado acidente.

2.1.1 Poder de polícia e limites da atuação administrativa

As penalidades previstas nos arts. 165 e 165-A possuem natureza administrativa e decorrem do exercício do poder de polícia do Estado, cuja finalidade é limitar direitos individuais em prol da segurança coletiva.

A atuação estatal na fiscalização de embriaguez ao volante constitui manifestação típica do poder de polícia administrativa. No âmbito do Direito Administrativo, esse poder permite que a Administração Pública imponha limites ao exercício de direitos individuais sempre que necessário para a preservação da segurança coletiva.

Embora lícita, a condução de veículo automotor é uma atividade que envolve risco potencial permanente. Por essa razão, o Estado deve exercer fiscalização sobre a circulação de veículos e sobre o cumprimento das normas de trânsito, estabelecendo os requisitos legais, impondo sanções administrativas e adotando medidas preventivas voltadas à redução de acidentes.

Nesse contexto, a atuação administrativa possui forte dimensão preventiva, embora também possa assumir caráter repressivo dentro da própria ordem administrativa, sem adquirir natureza penal. O direito administrativo busca impedir a permanência de situações que possam colocar a coletividade em risco. Assim, medidas como a suspensão do direito de dirigir, retenção do veículo e recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação representam instrumentos de proteção da segurança viária.

Além disso, determinados atos praticados pela administração no exercício do poder de polícia apresentam atributos próprios dos atos administrativos, como a presunção de legitimidade e, nas hipóteses admitidas pelo ordenamento jurídico, a autoexecutoriedade. Isso permite que determinadas medidas sejam aplicadas independentemente de autorização judicial prévia, especialmente diante da necessidade de resposta imediata a situações de risco no trânsito.

Todavia, esse exercício de poder não é absoluto. A atuação administrativa deve observar os princípios da legalidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e do devido processo legal, garantindo, assim, ao administrado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Embora o exercício do poder de polícia seja necessário à proteção do interesse público, sua atuação encontra limites estabelecidos pela

própria ordem jurídica. Nesse sentido, Di Pietro (2026) destaca que, mesmo diante de certa margem de discricionariedade administrativa, os meios empregados devem observar o princípio da proporcionalidade, não podendo ultrapassar o necessário à satisfação do interesse público que fundamenta a atuação estatal.

A finalidade do poder de polícia, portanto, não é eliminar os direitos individuais, mas estabelecer limites ao seu exercício quando houver necessidade de proteção de interesses coletivos. No trânsito, essa limitação se justifica pela própria necessidade de preservar a segurança viária, mas deve permanecer restrita ao necessário para alcançar essa finalidade, evitando que a atuação estatal ultrapasse os limites impostos pelo ordenamento jurídico.

O Código Tributário Nacional define o poder de polícia da seguinte forma.

> Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966). (Brasil, 1966).

No contexto do trânsito, o poder de polícia se manifesta por meio da fiscalização, da lavratura de autos de infração e da aplicação de penalidades. Contudo, a atuação administrativa não é ilimitada. O art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal assegura o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Isso significa que o condutor autuado tem direito de apresentar defesa prévia e interpor recursos administrativos.

Dessa forma, o exercício do poder de polícia no trânsito deve conciliar a necessidade de fiscalização e proteção da segurança viária com o

respeito às garantias do administrado. A aplicação das medidas administrativas deve estar fundamentada na legislação, observar a proporcionalidade e permanecer sujeita aos mecanismos de controle previstos no ordenamento jurídico, de modo a evitar abusos e assegurar maior segurança jurídica.

2.2 RECUSA AO TESTE DO ETILÔMETRO E O ART. 165-A DO CTB

A introdução do art. 165-A, incluído no Código de Trânsito Brasileiro pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, representou uma resposta legislativa à dificuldade prática de fiscalização, passando a prever como infração administrativa a recusa do condutor em se submeter aos procedimentos destinados à constatação da influência de álcool ou de outra substância psicoativa. Antes de sua criação, o art. 277, § 3º, já previa a aplicação das penalidades e medidas administrativas ao condutor que se recusasse a se submeter aos procedimentos destinados à verificação da influência de álcool ou de outra substância psicoativa. Com a nova previsão, a simples recusa passou a configurar infração autônoma, sujeita às mesmas penalidades do art. 165. Essa medida buscou preservar a efetividade da fiscalização sem a realização compulsória do teste.

Conforme disposto no art. 165-A do Código de Trânsito Brasileiro, constitui infração administrativa a recusa do condutor em se submeter a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar a influência de álcool ou substância psicoativa que determine dependência.

Como penalidades decorrentes da recusa, estão previstas a multa, correspondente a dez vezes o valor da infração gravíssima, e a suspensão do direito de dirigir por doze meses, além das medidas administrativas de recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo.

> Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:
>
> Infração - gravíssima;

> Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.
>
> Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro. (Brasil, 1997)
>
> Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277:
>
> Infração - gravíssima;
>
> Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.
>
> Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270. (Brasil, 1997).

A previsão do art. 165-A não traz a obrigatoriedade absoluta de realização do teste de etilômetro. Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, a produção compulsória de prova contra o próprio indivíduo, assim, o condutor tem a faculdade quanto à realização do teste.

Apesar de não haver a obrigatoriedade, o legislador atribuiu consequência administrativa à recusa, entendendo que a negativa compromete a atividade fiscalizatória do Estado. Temos, portanto, um mecanismo destinado a preservar a efetividade da política pública de combate à embriaguez ao volante.

No julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.224.374/RS, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade das sanções administrativas impostas ao condutor que se recusar a realizar o teste do etilômetro. No caso, a corte entendeu que a aplicação das penalidades previstas no art. 165-A do CTB não viola o princípio da não autoincriminação, uma vez que não há imposição compulsória de produção de prova, mas apenas consequência administrativa decorrente da recusa.

Esse entendimento reforça a legitimidade do poder de polícia exercido pelo Estado na fiscalização do trânsito e demonstra a preocupação do ordenamento jurídico com a preservação da segurança viária.

Destaca-se que a infração prevista no art. 165-A possui natureza autônoma em relação ao crime previsto no art. 306 do Código. O simples fato de recusar o teste não configura, por si só, crime. Para que haja responsabilização criminal, é indispensável a demonstração da alteração da capacidade psicomotora por outros meios de prova admitidos em direito, conforme §2º do art. 306.

A resolução nº 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito regulamenta os procedimentos de fiscalização e estabelece que, no parágrafo único do art. 6º, na hipótese de recusa, o agente de trânsito poderá lavrar o auto de infração com base na negativa do condutor, independentemente da comprovação técnica da embriaguez.

Do ponto de vista constitucional, a disciplina da recusa busca a compatibilização de dois relevantes valores jurídicos: a proteção da segurança viária, de natureza coletiva, e a preservação das garantias fundamentais do indivíduo. Ao não impor a compulsoriedade à realização do teste, o ordenamento respeita a integridade física e moral do condutor e ao mesmo tempo, ao prever a consequência administrativa para a recusa, preserva a autoridade do poder de polícia e não impede a fiscalização.

Desse modo, o disposto no art. 165-A configura instrumento normativo que busca equilibrar a efetividade da política pública de trânsito e o respeito aos direitos fundamentais.

2.3 O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E AS GARANTIAS DO CONDUTOR

Após a notificação da autuação, o condutor pode apresentar defesa prévia. Caso a penalidade seja aplicada, é possível interpor recurso perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).

Mantida a penalidade após o julgamento pela JARI, poderá ser interposto novo recurso perante o órgão competente, conforme a natureza da autoridade ou entidade responsável pela aplicação da penalidade e as hipóteses previstas no Código de Trânsito Brasileiro, o que demonstra que o processo administrativo de trânsito possui estrutura própria e mecanismos de revisão. A possibilidade de revisão das decisões contribui para reduzir erros e assegurar maior equilíbrio entre autoridade estatal e direitos individuais.

A garantia de contraditório e ampla defesa é essencial para legitimar a atuação administrativa. A sanção, embora não tenha natureza penal, pode gerar impactos significativos na vida do condutor, especialmente quando envolve suspensão do direito de dirigir.

A observância dessas garantias é fundamental para a legitimidade da atuação administrativa. Embora a administração pública possua prerrogativas decorrentes do poder de polícia, suas decisões permanecem sujeitas a controle administrativo e judicial, especialmente em casos em que houver alegação de ilegalidade, abuso de poder ou até mesmo ausência de fundamentação adequada.

2.4 A FUNÇÃO EDUCATIVA DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Além de sua função preventiva, a sanção administrativa também pode apresentar caráter repressivo no âmbito da própria ordem administrativa, sem que isso lhe confira natureza penal. Ao mesmo tempo, possui dimensão educativa, na medida em que busca estimular a mudança de comportamento do condutor e reforçar a importância do cumprimento das normas de trânsito. A suspensão do direito de dirigir e a obrigatoriedade de curso de reciclagem podem levar o condutor a refletir sobre sua conduta e sobre os riscos envolvidos na condução de veículos automotores.

Como visto, o sistema de trânsito não busca apenas punir, mas também reorientar comportamentos. Ao exigir curso de reciclagem para

reaver a habilitação, o Estado reforça a necessidade de conscientização quanto às responsabilidades no trânsito.

A embriaguez ao volante, muitas vezes, decorre de uma subestimação do risco por parte do condutor. A resposta administrativa demonstra que a liberdade de dirigir está condicionada ao cumprimento das normas e ao respeito à segurança coletiva.

Nesse sentido, a esfera administrativa desempenha papel relevante na política pública de redução de acidentes, atuando não apenas como instrumento de punição, mas, principalmente, como mecanismo de prevenção e educação para o trânsito.

3 AS IMPLICAÇÕES PENAIS DO ART. 306 DO CTB E OS LIMITES CONSTITUCIONAIS

O art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro tipifica a conduta de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de substância psicoativa que determine dependência, estabelecendo pena de detenção, multa e suspensão ou proibição de se obter habilitação para dirigir.

A criminalização dessa conduta apresenta a opção legislativa por uma tutela penal antecipada. Ao contrário dos crimes materiais, nos quais se exige a efetiva produção de dano, o art. 306 prescinde do sinistro ou lesão. A configuração do delito depende da constatação da alteração da capacidade psicomotora nas hipóteses e pelos meios previstos na legislação. A opção do legislador por criminalizar a embriaguez ao volante está diretamente relacionada à proteção de valores fundamentais da sociedade, especialmente a vida e a integridade física e a segurança coletiva no trânsito.

A Constituição Federal, ao assegurar no art. 5º a inviolabilidade do direito à vida, fornece fundamento axiológico para a intervenção penal em situações de risco significativo. No caso da embriaguez ao volante, o risco tutelado pela norma decorre da própria situação de condução do

veículo com a capacidade psicomotora alterada, uma vez que a falta de atenção, os reflexos reduzidos, a percepção comprometida e o tempo de reação alterado podem resultar em danos graves e irreversíveis.

Nesse contexto, o legislador adotou a antecipação da tutela penal, considerando suficiente a prática da conduta descrita no tipo para justificar a intervenção penal, independentemente da ocorrência de dano. Trata-se de hipótese de tutela preventiva, voltada a evitar que o dano de fato ocorra. A lógica é que, no trânsito, o custo social da espera pelo resultado lesivo é muito elevado. Assim, a criminalização da conduta busca prevenir tragédias, reforçando a ideia de que a liberdade individual de consumir álcool não pode se sobrepor ao direito coletivo à segurança.

3.1 ESTRUTURA DO TIPO PENAL E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

A estrutura do dispositivo busca estabelecer critérios objetivos para a constatação da alteração da capacidade psicomotora, com o estabelecimento de parâmetros quantitativos de concentração alcoólica (concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar), mas o dispositivo também admite a comprovação da alteração psicomotora por outros meios, não restringindo sua constatação à aferição exclusivamente técnica. A possibilidade de comprovação por sinais de alteração psicomotora reconhece que a embriaguez pode ser perceptível por elementos externos, como dificuldade de equilíbrio, fala desconexa, odor etílico acentuado, olhos avermelhados ou comportamento desorientado.

A configuração do delito exige, portanto, dois elementos centrais: a condução de veículo automotor e a alteração da capacidade psicomotora, ou seja, não basta a simples ingestão de álcool; é necessária a demonstração de que a substância provocou alteração capaz de comprometer a capacidade do condutor de conduzir o veículo com segurança. Esse requisito impede que o tipo penal seja interpretado como criminalização da mera presença de álcool no organismo, exigindo vínculo entre a substância ingerida e a capacidade de condução. O ordenamento jurídico não crimi-

naliza o ato de beber, mas sim o ato de dirigir com as capacidades necessárias à condução comprometidas.

Além da condução do veículo e da alteração da capacidade psicomotora, deve existir relação entre a influência da substância e o estado apresentado pelo condutor no momento da condução. A simples presença de álcool no organismo, se não atingir os parâmetros legais e não gerar comprometimento psicomotor, não é suficiente para caracterizar o delito.

Assim, o tipo penal do art. 306 busca equilibrar objetividade e proteção preventiva. Ele não pune a condição pessoal do indivíduo, mas sim a conduta de colocar em risco a segurança coletiva ao dirigir em estado que compromete a capacidade necessária para o exercício seguro da direção.

3.2 NATUREZA JURÍDICA: CRIME DE PERIGO ABSTRATO

O crime previsto no art. 306 é classificado como crime de perigo abstrato, pois não exige a ocorrência de resultado lesivo para sua configuração. Isso significa que a lei presume a existência de risco à coletividade a partir da própria conduta de dirigir com a capacidade psicomotora alterada, não sendo necessária a ocorrência de acidente ou dano concreto para que o delito esteja configurado.

O art. 306 antecipa a intervenção penal para o momento em que a conduta descrita no tipo é praticada, sem exigir a ocorrência de acidente ou de dano concreto. Isso não significa, contudo, que a mera ingestão de álcool seja suficiente para a configuração do delito, pois devem estar presentes os elementos previstos no próprio dispositivo legal.

Essa antecipação da tutela penal encontra fundamento na necessidade de proteção da vida e da incolumidade pública, bens jurídicos de elevada relevância constitucional. É importante destacar que o fato de o crime ser de perigo abstrato não elimina a necessidade de prova. A alteração da capacidade psicomotora deve ser demonstrada, seja pelos limites objetivos previstos no §1º do art. 306, seja por outros meios admitidos

pelo §2º. Assim, a natureza de perigo abstrato do delito não dispensa a demonstração dos elementos necessários à sua configuração, mas afasta a exigência de comprovação de dano ou perigo concreto.

> Art. 306. § 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por:
>
> I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou
>
> II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora.
>
> § 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova. (Brasil, 1997).

Ao escolher esse modelo, o legislador entendeu que, diante da gravidade dos acidentes de trânsito associados à embriaguez, a resposta exclusivamente administrativa poderia não ser suficiente para desestimular a conduta. Dessa forma, a criminalização atua como reforço à proteção da vida e da integridade das pessoas, revelando uma preocupação com a prevenção.

O art. 306 do CTB antecipa a tutela penal para o momento da criação do risco relevante, buscando evitar que a tragédia se concretize. Trata-se de uma forma de proteção preventiva da coletividade, que deve ser aplicada com cautela, sempre respeitando os limites constitucionais e as garantias do devido processo legal.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento semelhante em relação aos crimes de trânsito ao julgar o Tema Repetitivo 901. Na ocasião, o STJ firmou a tese de que o crime previsto no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro independe da ocorrência de lesão ou perigo concreto de dano, bastando a prática da conduta descrita no tipo penal.

Embora o entendimento trate especificamente do art. 310 do CTB, a tese reforça a orientação jurisprudencial de que determinados crimes de

trânsito possuem natureza preventiva, voltada à proteção antecipada da segurança viária e da coletividade. Nesse contexto, observa-se que há aproximação com a lógica adotada pelo art. 306 do CTB, que também busca impedir a exposição da coletividade a situações de risco decorrentes da condução de veículo em condições inadequadas.

3.3 PROVA, CONTRADITÓRIO E O PAPEL DO PROCESSO PENAL

A responsabilização penal pelo art. 306 exige produção de prova sob o contraditório judicial. O art. 155 do Código de Processo Penal estabelece que o juiz formará sua convicção com base nas provas produzidas em juízo:

> Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. (Brasil, 1941).

Isso significa que a simples autuação administrativa não é suficiente para fundamentar condenação criminal, a prova deve ser apresentada e discutida no processo penal, com possibilidade de contestação pela defesa.

Entre os meios de prova admitidos, destaca-se o teste de alcoolemia, além do exame clínico, da perícia, da prova testemunhal e dos registros audiovisuais. Essa ampliação dos meios probatórios buscou evitar que a recusa ao teste inviabilizasse a responsabilização.

É importante destacar que apesar da ampliação, não houve relaxamento no rigor da análise das provas. Para que haja a condenação, é exigido a demonstração consistente da alteração da capacidade psicomotora no momento da condução. Presunções genéricas ou meras suposições não são suficientes para sustentar a sanção penal.

Exigir o contraditório reforça que o Direito Penal não pode se basear apenas na lógica administrativa, a esfera penal exige maior grau de

certeza, justamente pelo fato de que, na esfera penal, as consequências tendem a ser mais graves.

3.4 A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E O EQUILÍBRIO ENTRE GARANTIAS INDIVIDUAIS E SEGURANÇA COLETIVA

O direito de não produzir provas contra si mesmo decorre do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. No contexto da embriaguez ao volante, esse princípio se manifesta especialmente na possibilidade de recusa ao teste de etilômetro.

A disciplina jurídica não impõe a realização do teste como condição para que o Estado exerça a fiscalização, mas estabelece consequências administrativas para a recusa, com penalidade específica prevista no art. 165-A do CTB. A recusa também não impede que, na esfera penal, sejam utilizados outros meios de prova admitidos em lei para demonstrar alteração da capacidade psicomotora. Essa disciplina busca conciliar a proteção das garantias individuais com a necessidade de fiscalização e segurança no trânsito, tendo sua constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 1.224.374/RS, submetido ao regime da repercussão geral (Tema 1.079).

Há aqui uma tensão entre a proteção da coletividade e a preservação dos direitos individuais. O ordenamento jurídico brasileiro optou por uma solução intermediária: não impõe o teste, mas também não permite que a recusa inviabilize completamente a atuação estatal.

O desafio está justamente nesse ponto: a proteção viária não pode se sobrepor de forma absoluta às garantias constitucionais, mas também não pode ser enfraquecida a ponto de tornar-se a norma ineficaz.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a recusa à realização do teste do etilômetro não presume automaticamente a embriaguez prevista no art. 165. Conforme o Informativo nº 612 do STJ, firmou-se o entendimento de que a recusa do condutor em se submeter aos procedimentos de fiscalização constitui infração autônoma,

sujeita às penalidades administrativas próprias, sem que isso implique no reconhecimento automático do estado de embriaguez.

Esse entendimento demonstra a tentativa de equilíbrio entre proteção das garantias individuais e a necessidade de preservação da segurança viária, ao mesmo tempo em que se reconhece o direito do condutor de não produzir prova contra si, admitindo a imposição de consequências administrativas decorrentes da recusa, preservando a efetividade da fiscalização estatal.

Interpretar o art. 306 do CTB em conjunto com os dispositivos constitucionais demonstra que a intervenção penal deve ocorrer dentro de limites claros. A tutela da vida e da segurança coletiva é essencial, mas precisa caminhar lado a lado com o respeito ao devido processo legal.

3.5 A PROPORCIONALIDADE DA PENA NO CRIME DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

A aplicação das penalidades previstas no art. 306 do CTB deve observar os princípios constitucionais da proporcionalidade e da individualização da pena. Apesar de o dispositivo estabelecer, além da pena privativa de liberdade, a suspensão ou a proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, a fixação da sanção não pode ocorrer de forma automática e desvinculada das circunstâncias do caso concreto.

O art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal assegura o princípio da individualização da pena, o que significa que a resposta do Estado deve ser aplicada de maneira proporcional à gravidade da conduta praticada pelo agente.

A observância da proporcionalidade é especialmente importante no contexto dos crimes de trânsito, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro prevê consequências severas tanto na esfera administrativa quanto na penal. Além da possibilidade de aplicação de pena privativa de liberdade, o condutor pode sofrer suspensão ou proibição do direito de dirigir,

aplicação de multa e outras restrições previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Embora a proteção da segurança viária constitua finalidade legítima e necessária, a atuação estatal não pode ocorrer de forma excessiva ou desarrazoada. A gravidade abstrata da conduta não afasta a necessidade de análise das circunstâncias concretas do caso, especialmente porque o Direito Penal deve atuar em conformidade com os princípios da razoabilidade e da intervenção mínima.

Nesse contexto, a própria jurisprudência tem reconhecido a necessidade de proporcionalidade entre a pena corporal e a restritiva relacionada ao direito de dirigir. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no Acórdão nº 1245467, proferido no julgamento da Apelação Criminal nº 0012485-27.2018.8.07.0003, firmou entendimento no sentido de que a suspensão ou proibição de se obter habilitação deve guardar proporcionalidade com a pena privativa de liberdade aplicada ao condenado.

Esse entendimento demonstra que a penalidade acessória não pode ser fixada de forma desproporcional, devendo respeitar os critérios utilizados na própria dosimetria da pena principal. Assim, na aplicação do art. 306 observa-se não apenas a finalidade preventiva da norma, mas também os limites constitucionais impostos ao exercício do poder punitivo estatal.

Nesse sentido, o princípio da proporcionalidade atua como importante mecanismo de controle da atuação estatal, evitando a aplicação de penalidades excessivas ou incompatíveis com a gravidade concreta da conduta praticada. A proteção da coletividade e da segurança no trânsito deve caminhar ao lado da preservação das garantias constitucionais asseguradas ao indivíduo, de modo que a repressão à embriaguez ao volante ocorra de maneira legítima e compatível com os valores constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo realizado, foi possível verificar que a embriaguez ao volante recebe tratamento distinto nas esferas administrativa e penal, ainda que relacionadas à proteção da segurança viária. A análise dos arts. 165, 165-A e 306 do Código de Trânsito Brasileiro demonstrou que cada dispositivo possui requisitos e consequências próprias, não sendo possível tratar a infração administrativa e o crime como se fossem situações juridicamente idênticas.

Na esfera administrativa, constatou-se que as medidas previstas nos arts. 165 e 165-A possuem importante função preventiva e fiscalizatória, estando relacionadas ao exercício do poder de polícia. Já na esfera penal, a responsabilização pelo art. 306 depende da comprovação da alteração da capacidade psicomotora nos termos previstos pela legislação, admitindo-se diferentes meios de prova. Nesse contexto, a recusa ao teste do etilômetro deve ser analisada separadamente, considerando as consequências administrativas previstas no art. 165-A e as garantias constitucionais relacionadas à produção de prova.

A pesquisa também evidenciou que a atuação estatal, embora necessária para a proteção da segurança viária, encontra limites nas garantias constitucionais. A aplicação das sanções deve observar o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a proporcionalidade, evitando que a busca pela efetividade da fiscalização resulte em medidas que findem por violar os direitos fundamentais.

Por fim, percebe-se que a embriaguez ao volante não pode ser tratada de forma única pelo Direito, pois as consequências administrativas e penais possuem finalidades e requisitos próprios. A atuação do Estado é necessária para preservar a segurança no trânsito, mas essa atuação não está acima das garantias asseguradas ao indivíduo. O desafio, portanto, não está apenas em punir a conduta, mas em fazê-lo de maneira juridica-

mente adequada, preservando simultaneamente a segurança viária e as garantias fundamentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689/1941. **Código de Processo Penal.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.503/1997. **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.760/2012. **Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12760.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.705/2008. **Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11705.htm. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.281/2016**. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13281.htm. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.172/1966. **Código Tributário Nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça**. Informativo de Jurisprudência n. 612**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.485.830/MG**. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior. Relator para o acórdão: Ministro Rogerio Schietti Cruz. Terceira Seção. Julgado em: 11 março 2015. Disponível em: https://

processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201402628503. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 1.224.374/RS. Tema 1.079 da repercussão geral.** Relator: Ministro Luiz Fux. Tribunal Pleno. Julgado em: 19 maio 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5742361. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). **Resolução nº 432/2013**. Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/ptbr/assuntos/transito/conteudo/legislacao/resolucoes/resolucao-432-13.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**. Acórdão 1245467, Apelação Criminal nº 0012485-27.2018.8.07.0003. Relator: Jair Soares. Segunda Turma Criminal. Julgado em: 23 abr. 2020. Publicado no PJe em: 11 maio 2020. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. *E-book*. ISBN 9788530998660. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998660/. Acesso em: 30 ago. 2026.

Embriaguez e porte de arma de fogo por policial de folga: uma análise da responsabilização penal

Drunkenness and possession of firearms by off-duty police officers: an analysis of criminal liability

Izael Willian da Silva Carvalho[1]
Arthur Braga de Souza[2]

COMO CITAR
CARVALHO, Izael Willian da Silva; SOUZA, Arthur Braga de. Embriaguez e porte de arma de fogo por policial de folga: uma análise da responsabilização penal. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 201-222.

RESUMO

Introdução. A segurança pública constitui importante dever estatal, sendo os agentes de segurança pública autorizados ao porte de arma de fogo em razão das atribuições inerentes às suas funções. O porte de arma de fogo por policial de folga sob influência de álcool apresenta elevada periculosidade social, especialmente diante da possibilidade de ocorrência de disparos, lesões corporais e homicídios. **Objetivo.** Analisa-se a possibilidade de responsabilização penal do policial de folga embriagado que porta arma de fogo, considerando a legislação vigente, os entendimentos jurídicos aplicáveis e as propostas legislativas relacionadas ao tema. **Método.** Para tanto, foi realizada pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, mediante análise da legislação brasileira, doutrina jurídica, casos concretos divulgados por veículos de comunicação e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. **Resultados.** Os resultados demonstraram que, embora não exista atualmente um tipo penal específico que criminalize de forma autônoma o porte de arma de fogo sob efeito de álcool, a

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Servidor Público Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

conduta pode gerar responsabilização por outros crimes, conforme as circunstâncias concretas. Verificou-se, ainda, que a embriaguez voluntária não afasta a imputabilidade penal, sendo aplicável a teoria da *actio libera in causa*. Constatou-se também a existência de propostas legislativas destinadas a aprimorar a regulamentação da matéria, bem como a possibilidade de adoção de medidas administrativas e disciplinares pelos Estados. **Conclusão.** Conclui-se que a criação de previsão penal específica, aliada ao fortalecimento dos mecanismos administrativos e disciplinares, mostra-se relevante para ampliar a prevenção de condutas dessa natureza e fortalecer a proteção da segurança pública.

Palavras-chave: Policial de folga. Embriaguez. Arma de fogo. Responsabilização penal. Segurança pública.

ABSTRACT

Introduction. Public security is a key state duty, with public security agents authorized to carry firearms due to the nature of their functions. In this context, an off-duty police officer carrying a firearm while under the influence of alcohol poses a significant risk to public safety, particularly given the potential for gunfire, bodily injury, and homicide. **Objective.** This study aims to analyze the potential for criminal liability regarding an intoxicated off-duty police officer carrying a firearm, considering current legislation, applicable legal interpretations, and relevant legislative proposals. **Method.** To this end, a qualitative study was conducted using a bibliographic and documentary approach, analyzing Brazilian legislation, legal doctrine, specific cases reported in the media, and bills currently before the National Congress. **Results.** The results demonstrated that, although there is currently no specific criminal offense that independently penalizes carrying a firearm while under the influence of alcohol, the conduct can lead to liability for other crimes depending on the specific circumstances. It was also found that voluntary intoxication does not negate criminal culpability, as the *actio libera in causa* theory applies. Furthermore, the study identified legislative proposals aimed at improving the regulation of this matter, as well as the potential for states to adopt administrative and disciplinary measures. **Conclusion.** The study concludes that establishing a specific criminal provision, combined with strengthened administrative and disciplinary mechanisms, is crucial for enhancing the prevention of such conduct and bolstering public security.

Keywords: Off-duty police officer. Intoxication. Firearm. Criminal liability. Public security.

INTRODUÇÃO

A segurança pública representa um dos principais deveres do Estado e constitui elemento essencial para a preservação da ordem social, da integridade física das pessoas e da proteção dos direitos fundamentais. Nesse contexto, os agentes de segurança pública exercem função de elevada relevância social, possuindo autorização legal para o porte de arma de fogo em razão das atribuições inerentes ao exercício de suas atividades profissionais.

Todavia, observa-se, no cenário brasileiro, a ocorrência recorrente de episódios envolvendo policiais que, durante o período de folga e sob a influência de bebida alcoólica, portam e utilizam armas de fogo, ocasionando situações de extremo risco à segurança coletiva.

Diante dessa realidade, surge relevante discussão jurídica acerca da responsabilização penal do agente que pratica essa conduta. Embora o ordenamento jurídico brasileiro possua mecanismos destinados à punição de eventuais resultados decorrentes dessa prática, como os crimes de disparo de arma de fogo, ameaça, lesão corporal e até mesmo homicídio, atualmente inexiste previsão penal específica voltada à criminalização do porte de arma de fogo sob a influência de álcool.

Nesse sentido, o estudo tem como objetivo geral analisar a possibilidade de responsabilização penal nesses casos, considerando os dispositivos legais atualmente existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Como objetivos específicos, busca demonstrar a periculosidade da conduta para a sociedade, analisar o entendimento jurídico acerca do porte de arma de fogo nessas circunstâncias, à luz da jurisprudência e da legislação vigente, bem como avaliar propostas legislativas relacionadas à responsabilização do agente nessas situações.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados casos concretos envolvendo policiais armados em estado de embriaguez, evidenciando a gravidade social e a recorrência da problemá-

tica. O segundo capítulo aborda as consequências penais da conduta, examinando os dispositivos legais aplicáveis, a teoria da *actio libera in causa* e o tratamento jurídico conferido pelo ordenamento brasileiro ao tema. Por fim, o terceiro capítulo analisa a necessidade de tipificação penal específica e outras formas de responsabilização, especialmente nas esferas administrativa e disciplinar.

1 CASOS CONCRETOS ENVOLVENDO AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA ARMADOS SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL

Este capítulo tem como finalidade apresentar e contextualizar episódios envolvendo policiais militares, civis ou penais que, estando de folga e sob indícios de embriaguez, portavam armas de fogo e se envolveram em ocorrências problemáticas, ocasionando riscos, lesões e até mesmo a morte de terceiros. Dessa forma, são analisados casos concretos ocorridos em diferentes unidades da Federação, com o objetivo de observar a recorrência desses episódios ao longo do tempo e compreender seus impactos nas esferas jurídica e social no contexto brasileiro.

Inicialmente, destaca-se o caso ocorrido em uma boate no Estado de São Paulo. Segundo o portal Metrópoles (2024), um policial militar foi preso após, movido por ciúmes, efetuar disparos de arma de fogo contra um funcionário do estabelecimento, em circunstâncias envolvendo uma mulher que exercia atividades de prostituição. De acordo com a reportagem, o policial realizou dois disparos contra a vítima, tendo um dos projéteis atingido uma das pernas do garçom.

De acordo com o boletim de ocorrência, o policial Matheus Henrique Siqueira Furtado estava de folga e portava um revólver calibre .38 de uso particular. Também ficou comprovado que o indivíduo havia consumido bebidas alcoólicas. O caso foi registrado como tentativa de homicídio por motivo fútil e com recurso que dificultou a defesa da vítima.

No Estado de Alagoas, situação semelhante ocorreu, sendo o fato noticiado pelo G1 (2025).

> Um policial penal foi preso após atirar para cima dentro de um bar no município de Rio Largo na região metropolitana de Maceió. Policiais militares do 8º Batalhão da Polícia Militar de Alagoas atenderam a ocorrência na noite do domingo (14). Na abordagem, os militares identificaram o condutor como um policial penal e constataram sinais de embriaguez.

Conforme a matéria, após o ocorrido no estabelecimento comercial, a Polícia Militar localizou o suspeito na BR-104, verificando que ele conduzia o veículo de forma irregular. Durante a abordagem, o indivíduo se apresentou como policial penal, sendo localizada, no interior do veículo, uma pistola calibre .40, e confirmado o consumo de bebidas alcoólicas. O condutor e o material foram encaminhados à Central de Flagrantes da cidade, onde foram adotados os procedimentos legais.

Por meio de nota oficial, a Polícia Penal do Estado comunicou que o caso estava sob apuração pelos setores competentes, ressaltando que não compactua com condutas que comprometam a segurança pública e que os procedimentos administrativos adequados foram instaurados (G1, 2025).

Em outra localidade do território nacional, desta vez no Estado de Minas Gerais, verificou-se a ocorrência de caso de igual natureza, conforme noticiado pelo jornal O Tempo (2025): "Um policial penal foi preso durante a 33ª Festa da Banana, na cidade de Piau, na Zona da Mata mineira. Ele foi detido por porte ilegal de arma de fogo e ameaça".

Segundo a matéria, o policial tentou acessar o palco do evento sem a devida autorização, sendo, então, impedido por um dos seguranças presentes. A Polícia Militar, que realizava o policiamento no local, foi acionada pelo próprio segurança, o qual relatou ter sido ameaçado por um homem armado. A guarnição, então, deslocou-se até o ponto indicado e identificou o suspeito.

Após a realização da busca pessoal, os militares encontraram uma arma de fogo municiada com 13 munições intactas. No momento em que a arma foi localizada, o indivíduo identificou-se como policial penal,

sendo, então, acompanhado até a base da Polícia Militar para os devidos procedimentos.

O boletim de ocorrência registrou que o policial penal apresentava sinais visíveis de embriaguez, forte odor de bebidas alcoólicas e dificuldades de coordenação motora, razão pela qual lhe foi dada voz de prisão pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e ameaça.

No Estado do Acre, também foram registrados episódios de grande repercussão envolvendo agentes públicos armados e em contexto de consumo de bebidas alcoólicas.

Um desses episódios ocorreu em um bar no interior do Estado, mais precisamente no município de Epitaciolândia, conforme noticiado pelo G1 AC (2021).

> Um vídeo que viralizou nas redes sociais na manhã deste domingo (28) mostra o sargento da Polícia Militar do Acre Erisson Nery armado após atirar contra um jovem durante uma confusão em um bar da cidade de Epitaciolândia, no interior do estado. Horas antes da confusão, o sargento postou que estava no local assistindo à final da Libertadores.

Conforme relatado na reportagem, o vídeo divulgado registra momentos posteriores aos disparos efetuados contra a vítima. As imagens mostram o policial portando a arma de fogo e apresentando sinais aparentes de embriaguez, sendo contido por sua esposa. Em determinado momento, o militar aproxima-se da vítima, que já se encontrava caída ao solo e ferida, e efetua nova agressão. Posteriormente, sua esposa intervém novamente, retirando o policial do local.

Segundo informações prestadas pela Polícia Militar, a guarnição foi acionada para atender à ocorrência no bar e, ao chegar ao local, constatou que a vítima se encontrava caída ao solo, enquanto o sargento não estava mais presente.

De acordo com o G1 AC (2021), a equipe de reportagem entrou em contato com o militar antes mesmo de ele se apresentar à autoridade po-

licial para prestar esclarecimentos. O policial afirmou ter agido daquela maneira após a vítima supostamente praticar importunação sexual contra sua esposa. Conforme sua versão, ao contestar a conduta, a mulher teria sido agredida fisicamente, circunstância que teria motivado a reação do sargento, o qual afirmou ter agido em defesa da companheira.

Segundo o G1 AC (2025), após quase quatro anos dos fatos, o acusado foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, em Rio Branco, tendo, posteriormente, sua pena fixada.

> O ex-sargento da Polícia Militar do Acre Erisson de Melo Nery foi condenado a nove anos de reclusão, três meses de detenção, além de 10 dias-multa em semiaberto por tentar matar o estudante de medicina Flávio Endres Ferreira, durante uma discussão em um bar em 2021 em Epitaciolândia, no interior do Acre.

Também no Estado do Acre, destaca-se, entre os casos até então mencionados, o de maior gravidade, ocorrido durante a Exposição Agropecuária do Acre, no ano de 2023, ocasião em que um policial penal efetuou disparos contra um casal, resultando na morte de uma das vítimas no dia seguinte.

De acordo com a Gazeta do Acre (2023), a Polícia Militar relatou que, no dia da tragédia, uma guarnição foi acionada para encerrar uma festa realizada em um bar localizado no interior do parque de exposições, a qual já havia ultrapassado o horário permitido.

Segundo consta na reportagem da Gazeta do Acre (2023): "Foi nesse momento, quando as pessoas estavam saindo, que os disparos foram ouvidos e um tumulto se formou. Ao chegarem ao local, os policiais encontraram Wesley e Rita já caídos, feridos por disparos"

De acordo com outro jornal local, o G1 AC (2023), na sequência dos acontecimentos, a guarnição da Polícia Militar identificou e localizou o suspeito do crime, procedendo à apreensão de uma pistola calibre .380 que se encontrava em sua posse.

O suspeito foi conduzido à delegacia de flagrantes para a adoção das providências cabíveis. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi acionado e realizou o encaminhamento das vítimas ao pronto-socorro de Rio Branco.

Em decorrência da gravidade dos ferimentos, uma das vítimas não resistiu e evoluiu a óbito no dia seguinte aos fatos.

Em conformidade com o que foi divulgado pelo jornal Folha do Acre (2025):

> O Tribunal do Júri da Cidade da Justiça, em Rio Branco, condenou nesta quinta-feira (18) o policial penal Raimundo Nonato Veloso da Silva Neto a 19 anos e 10 meses de prisão em regime fechado. Ele foi responsabilizado pelo homicídio de Wesley Santos da Silva, pela importunação sexual contra Rita de Cássia da Silva Lopes e ainda por lesão corporal grave.

Além da condenação, o juiz determinou a perda definitiva do cargo público e o encaminhamento das armas e munições apreendidas ao Exército Brasileiro, que ficou responsável por definir a destinação.

Diante dos casos descritos, observa-se que os agentes públicos estavam fora de serviço e, em contexto de consumo de bebidas alcoólicas, portavam armas de fogo, circunstância que resultou em intervenção policial, prisão e instauração de procedimentos administrativos e criminais. Diante disso, nota-se que tal situação não constitui fato isolado no cenário nacional.

As matérias jornalísticas evidenciam ocorrências que resultaram em disparos em vias públicas, lesões e homicídios, demonstrando a relevância da temática e justificando a análise jurídica acerca da responsabilização penal dos agentes de segurança pública envolvidos nesses contextos, problemática que será aprofundada nos capítulos seguintes.

2 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO PORTE DE ARMA DE FOGO SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL

A partir das ocorrências apresentadas, torna-se imprescindível avançar para a análise das consequências jurídicas decorrentes da conduta de policiais que, mesmo fora de serviço e sob efeito de álcool, portam ou utilizam armas de fogo em contextos inadequados.

Cumpre salientar que a combinação entre o consumo de bebidas alcoólicas e o manuseio de armas de fogo representa situação de extrema gravidade. O álcool compromete a capacidade cognitiva, reduz os reflexos e afeta diretamente o discernimento do indivíduo, tornando-o mais propenso a agir de forma impulsiva, agressiva ou negligente. Quando essa condição se associa ao porte de arma de fogo, o cenário torna-se ainda mais preocupante, pois amplia significativamente a probabilidade de ocorrência de resultados danosos, como lesões corporais e homicídios.

Nesse contexto, verifica-se que a prática produz relevantes consequências no âmbito penal, ainda que não exista, no ordenamento jurídico brasileiro, tipo penal específico que criminalize diretamente essa conduta de forma autônoma. É importante destacar que a ausência de tipificação específica não implica ausência de responsabilização penal, uma vez que o sistema jurídico brasileiro permite o enquadramento da conduta em diferentes tipos penais, a depender das circunstâncias do caso concreto.

No que se refere às possibilidades de responsabilização penal, destaca-se, inicialmente, o crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 da Lei nº 10.826/2003 (Brasil, 2003): “Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela”.

Entretanto, é importante esclarecer que nem todo disparo de arma de fogo realizado pelo agente configura, automaticamente, o crime previsto no art. 15 do Estatuto do Desarmamento. Para a incidência desse dispositivo, devem estar presentes as circunstâncias expressamente pre-

vistas no tipo penal, especialmente quanto ao local em que o disparo foi efetuado ou à direção em que a arma foi utilizada.

Desse modo, análise da responsabilização deve considerar as circunstâncias concretas de cada caso, verificando se a conduta praticada efetivamente se enquadra nos elementos exigidos pela norma penal.

Ademais, caso haja efetiva ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem, poderá configurar-se o crime de lesão corporal, previsto no art. 129 do Código Penal (Brasil, 1940).

Em situações mais graves, nas quais a conduta culmina no resultado morte, poderá incidir o crime de homicídio, previsto no art. 121 do Código Penal (Brasil, 1940), podendo, inclusive, haver a incidência de circunstâncias qualificadoras, a depender do caso concreto.

Entretanto, embora o ordenamento jurídico brasileiro preveja mecanismos de responsabilização para os resultados decorrentes dessa prática, inexiste, atualmente, tipo penal específico destinado à criminalização autônoma da conduta de portar ou utilizar arma de fogo sob efeito de álcool. Essa ausência de previsão legal específica pode suscitar discussão acerca da suficiência da tutela penal diante de uma prática de elevado grau de periculosidade social.

Cumpre destacar, ainda, que a embriaguez voluntária não exclui a imputabilidade penal do agente, conforme dispõe o art. 28, inciso II, do Código Penal (Brasil, 1940).

No que se refere à embriaguez voluntária, Capez afirma:

> Alguém que pratica um crime em estado de embriaguez completa, provocada por ingestão voluntária ou culposa de álcool ou substância entorpecente, não poderá provar que no momento da infração não sabia o que estava fazendo, pois a lei presume sua responsabilidade sem admitir prova em contrário (actio libera in causa – a sua ação foi livre na causa). (Capez, 2026, p.227).

A teoria da actio libera in causa, mencionada pelo autor, consiste em construção do Direito Penal utilizada para fundamentar a responsabi-

lização do agente que pratica infração penal em estado de embriaguez voluntária. Seu fundamento reside no entendimento de que, embora o indivíduo possa não possuir plena capacidade de discernimento no momento da prática da conduta criminosa, era plenamente capaz quando decidiu, voluntariamente, ingerir bebida alcoólica ou substância entorpecente. Assim, a liberdade da ação é considerada no momento em que o agente, de forma voluntária, coloca-se em estado de embriaguez, impedindo que essa condição seja utilizada, por si só, como mecanismo de afastamento da imputabilidade penal.

Complementando esse entendimento, Nucci dispõe:

> Com base no princípio de que a "causa da causa também é causa do que foi causado", leva-se em consideração que, no momento de se embriagar, o agente pode ter agido dolosa ou culposamente, projetando-se esse elemento subjetivo para o instante da conduta criminosa.
>
> Assim, quando o indivíduo, resolvendo encorajar-se para cometer um delito qualquer, ingere substância entorpecente para colocar-se, propositadamente, em situação de inimputabilidade, deve responder pelo que fez dolosamente – afinal, o elemento subjetivo estava presente no ato de ingerir a bebida ou a droga. Por outro lado, quando o agente, sabendo que irá dirigir um veículo, por exemplo, bebe antes de fazê-lo, precipita a sua imprudência para o momento em que atropelar e matar um passante. Responderá por homicídio culposo, pois o elemento subjetivo do crime projeta-se do momento de ingestão da bebida para o instante do delito. (Nucci, 2026, p.419).

Diante disso, no contexto da presente pesquisa, a teoria da *actio libera in causa* mostra-se relevante para a análise da responsabilização penal do agente que, de forma voluntária, ingere bebida alcoólica e posteriormente pratica uma conduta criminosa em estado de embriaguez. Contudo, sua aplicação não ocorre de maneira automática, sendo necessário verificar, no caso concreto, a relação entre a decisão de ingerir a bebida e a conduta posteriormente praticada, bem como o elemento subjetivo do agente.

Nesse sentido, a voluntariedade da ingestão de álcool, por si só, não significa que o agente deverá responder por qualquer resultado produzido durante o estado de embriaguez. É necessário analisar se no momento em que decidiu ingerir a bebida, o agente tinha condições de prever a possibilidade de praticar determinada conduta, se havia relação entre essa decisão e o delito posteriormente praticado, e se estavam presentes os elementos necessários para a configuração do respectivo delito.

No caso do policial de folga que, mesmo portando arma de fogo, decide voluntariamente consumir bebida alcoólica, a análise deve considerar as circunstâncias concretas da conduta posteriormente praticada. Assim, caso o estado de embriaguez seja seguido de disparo, lesão corporal, homicídio ou outra infração penal, deverá ser verificado se a conduta anterior de ingestão voluntária de álcool possui relação com o delito praticado e qual era o elemento subjetivo do agente, isto é, se houve dolo ou culpa, conforme as exigências do tipo penal aplicável.

Dessa forma, a teoria da actio libera in causa permite considerar a conduta anterior do agente na análise de sua responsabilidade penal, sem afastar a necessidade de verificar os demais elementos do crime e o elemento subjetivo exigido pela legislação penal.

Para melhor compreender a gravidade da conduta analisada, mostra-se pertinente estabelecer comparação com a condução de veículo automotor sob efeito de álcool, regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997). Diferentemente do que ocorre em relação ao porte de arma de fogo por agente embriagado, a legislação de trânsito brasileira prevê expressamente sanções administrativas e penais para o indivíduo que dirige sob a influência de bebida alcoólica.

No âmbito administrativo, o art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

> Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:
>
> Infração - gravíssima;

> Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.
>
> Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro
>
> Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses. (Brasil, 1997).

De igual modo, o art. 165-A da mesma lei prevê penalidades ao condutor que se recusa a realizar testes, exames clínicos ou quaisquer outros procedimentos destinados à constatação da presença de álcool no organismo.

Por outro lado, na esfera penal, o art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro tipifica como crime:

> Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:
>
> Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
>
> § 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por:
>
> I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou
>
> II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora. (Brasil, 1997).

O rigor adotado pelo Código de Trânsito Brasileiro relaciona-se aos elevados índices de acidentes e mortes associados ao consumo de álcool e à condução de veículos. A criminalização da conduta possui caráter preventivo, buscando impedir a ocorrência de resultados lesivos. Assim, observa-se que o legislador optou por reprimir a própria conduta conside-

rada perigosa, independentemente da ocorrência de resultado naturalístico.

Todavia, ao comparar esse cenário com a situação do policial que porta ou utiliza arma de fogo sob influência de álcool, percebe-se a ausência de previsão legal específica no ordenamento jurídico brasileiro. Embora a prática também apresente elevado potencial ofensivo e relevante risco social, inexiste, atualmente, previsão legal específica destinada à criminalização autônoma dessa conduta.

Diante dessa ausência de tipificação específica no ordenamento penal comum, mostra-se pertinente examinar os mecanismos previstos no Código Penal Militar para a repressão de condutas semelhantes.

Nesse sentido, verifica-se que o Código Penal Militar (Lei nº 1.001/1969) também dispõe de mecanismos relacionados à responsabilização por condutas envolvendo embriaguez de agentes militares. O art. 202 da referida lei prevê o crime de embriaguez em serviço, dispondo que: "embriagar-se o militar, quando em serviço, ou apresentar-se embriagado para prestá-lo" constitui infração penal militar (Brasil, 1969).

Entretanto, deve-se esclarecer que o referido dispositivo possui aplicação específica às situações em que o militar esteja em serviço ou se apresente embriagado para prestá-lo. Portanto, o art. 202 do Código Penal Militar (Lei nº 1.001/1969) não se aplica diretamente ao militar que, estando fora de serviço, encontra-se embriagado e portando arma de fogo.

Embora o dispositivo esteja diretamente relacionado ao exercício da função, sua existência demonstra a preocupação do legislador militar com os riscos decorrentes da atuação de militares em estado de embriaguez. A ausência de previsão semelhante para a situação do militar fora de serviço reforça a necessidade de discutir a existência de mecanismos jurídicos específicos destinados à prevenção e à responsabilização dessa conduta.

Ademais, a discussão acerca da criminalização da conduta também vem ganhando espaço no cenário legislativo nacional. Tramita atualmente no Senado Federal o Projeto de Lei nº 706/2024, de autoria da senadora Soraya Thronicke, que propõe alterações no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), com o objetivo de tipificar penalmente a conduta.

O referido projeto prevê penas de reclusão de até oito anos e multa para o indivíduo que portar arma de fogo sob influência de álcool, estabelecendo sanções mais severas nos casos de porte não autorizado ou envolvendo arma de uso restrito, além de propor que a conduta seja considerada crime inafiançável. O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Segurança Pública (CSP). Em seguida, o texto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, se aprovado, tramitará na Câmara dos Deputados.

Destaca-se também o Projeto de Lei nº 23/2023, de autoria do deputado federal Weliton Prado, que possui finalidade semelhante ao propor alterações no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), voltadas à restrição do porte de arma de fogo por indivíduo sob efeito de álcool ou substâncias psicoativas. Diferentemente do PL nº 706/2024, que busca tipificar penalmente a conduta de forma mais ampla, o PL nº 23/2023 possui enfoque específico nos agentes de segurança pública e privada, estabelecendo a suspensão do porte de arma quando o agente estiver em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas, ainda que fora de serviço.

A proposta também prevê a apreensão da arma de fogo e a adoção das medidas legais cabíveis pela autoridade competente. Atualmente, o projeto encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Diante do exposto, verifica-se que a associação entre o consumo de álcool e o porte de arma de fogo configura prática de elevada periculosidade social, capaz de gerar relevantes consequências jurídicas e colocar

em risco a segurança coletiva. Apesar da inexistência de tipo penal específico destinado à criminalização autônoma dessa conduta, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de mecanismos aptos à responsabilização penal do agente, conforme as circunstâncias do caso concreto.

Além disso, a comparação com a legislação de trânsito evidencia a adoção de tratamento específico em relação à condução de veículo automotor sob efeito de álcool, o que permite refletir sobre a necessidade de eventual disciplina normativa própria para a associação entre álcool e armas de fogo. Por fim, observa-se que os projetos legislativos atualmente em tramitação revelam preocupação do Poder Legislativo com os riscos decorrentes dessa prática, reforçando a relevância jurídica e social da presente pesquisa.

3 NECESSIDADE DE TIPIFICAÇÃO PENAL ESPECÍFICA E OUTRAS FORMAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ao longo deste trabalho, restou evidenciado que a conduta do policial que, durante seu período de folga, consome bebida alcoólica e continua portando sua arma de fogo expõe a sociedade a uma considerável situação de perigo. Os casos concretos apresentados no primeiro capítulo demonstraram que essa combinação pode ocasionar condutas graves, como disparos indevidos, lesões corporais e até mesmo homicídios. O segundo capítulo, por sua vez, demonstrou que, embora o ordenamento jurídico brasileiro permita a responsabilização do agente por crimes já previstos em lei, inexiste, atualmente, tipo penal específico destinado à criminalização autônoma dessa prática. Diante dessa realidade, torna-se necessário examinar a necessidade de criação de norma penal própria, bem como as possibilidades de responsabilização nas esferas administrativa e disciplinar.

A inexistência de norma penal específica evidencia, na perspectiva defendida neste trabalho, uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que, mesmo quando nenhum dano efetivo é causado, a própria

conduta apresenta relevante risco à segurança pública, independentemente da produção de resultado lesivo. Desse modo, a legislação atual faz com que a intervenção penal dependa, muitas vezes, da concretização de um resultado danoso. Com isso, o sistema jurídico deixa de atuar de forma preventiva diante de uma situação de perigo que, pelas suas características, demanda tutela compatível com sua gravidade.

A necessidade de criação de tipo penal específico para essa conduta encontra fundamento na lógica adotada pelo legislador no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), cujo art. 306 criminaliza a prática de: "Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência" (Brasil, 1997).

A previsão independe da ocorrência de acidente, uma vez que a própria conduta de conduzir veículo sob essas condições é considerada suficientemente perigosa para justificar a intervenção penal. A mesma lógica pode ser aplicada ao agente de segurança pública que, em estado de embriaguez, porta arma de fogo. Ainda que não ocorra disparo ou lesão, a conduta, por si só, cria situação de perigo. Por esse motivo, mostra-se justificável, segundo a perspectiva defendida neste trabalho, a intervenção penal de caráter preventivo, mediante a criação de previsão legal específica que permita punir a conduta antes da ocorrência de resultado danoso.

O tema abordado torna-se ainda mais relevante porque os agentes de segurança pública recebem treinamento técnico especializado e possuem autorização legal para portar armamento, inclusive fora do serviço, em razão da natureza de suas funções. Além disso, assumem o dever institucional de proteger a sociedade e preservar a ordem pública. Em razão dessa responsabilidade, exige-se que atuem com pleno controle de suas capacidades físicas e mentais.

Mesmo diante da ausência de previsão penal específica em âmbito federal, é possível a responsabilização na esfera administrativa, especial-

mente no âmbito estadual. Isso porque os militares estaduais estão vinculados às respectivas administrações estaduais, que possuem competência para organizar suas instituições militares e estabelecer normas próprias de disciplina e conduta. Nesse sentido, dispõe a Constituição Federal, em seu art. 42: "Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios." (Brasil, 1988).

Dessa forma, os Estados podem estabelecer mecanismos administrativos e disciplinares aplicáveis ao militar que portar arma de fogo em estado de embriaguez, observadas as normas que regem cada instituição e os limites de sua competência normativa. Embora o art. 42 da Constituição Federal trate especificamente dos militares estaduais, a possibilidade de responsabilização administrativa também pode alcançar outros agentes de segurança pública, como policiais civis e policiais penais, desde que observadas as normas funcionais específicas de cada instituição.

Cumpre destacar que o próprio Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) já demonstra preocupação com a matéria, ao estabelecer, em seu art. 10, § 2º: "A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas" (Brasil, 2003).

Diante disso, o Estado pode adotar medidas administrativas destinadas à prevenção e à repressão da conduta, observadas as normas aplicáveis a cada categoria profissional. Entre as providências possíveis, destacam-se a apreensão do armamento, a suspensão ou restrição do porte funcional e a instauração de procedimento administrativo disciplinar para apuração da conduta. Conforme a legislação e os regulamentos de cada instituição, poderão ser aplicadas as sanções disciplinares cabíveis, de acordo com a gravidade da infração e eventual reincidência.

Portanto, embora atualmente seja possível responsabilizar o policial por outras infrações previstas na legislação, permanece, segundo a hipótese defendida nesta pesquisa, uma lacuna quanto ao tratamento penal preventivo da conduta de portar arma de fogo sob influência de álcool. A criação de tipo penal específico poderia permitir uma intervenção estatal anterior à produção de resultados mais graves, reforçando a proteção da segurança pública e a confiança depositada pela sociedade nos agentes responsáveis por sua proteção.

Assim, conclui-se que o porte de arma de fogo por policial em estado de embriaguez, mesmo durante o período de folga, não constitui apenas uma escolha individual, mas uma conduta potencialmente capaz de colocar em risco toda a coletividade. Diante disso, mostra-se necessária a adoção de medidas eficazes de prevenção e responsabilização, tanto mediante eventual criação de previsão penal específica quanto pelo fortalecimento dos mecanismos administrativos e disciplinares, de modo a assegurar maior controle sobre essa prática e maior proteção à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que o porte de arma de fogo por policial de folga sob influência de álcool representa conduta de elevada periculosidade social, capaz de colocar em risco a integridade física de terceiros, a segurança coletiva e a credibilidade das instituições de segurança pública. Os casos concretos analisados evidenciaram que a associação entre o consumo de álcool e o porte de arma de fogo pode resultar em situações de extrema gravidade, verificando-se a ocorrência dessa prática em diferentes regiões do país, o que reforça a relevância da discussão proposta.

A análise da teoria da *actio libera in causa* permitiu concluir que a embriaguez voluntária não afasta, por si só, a imputabilidade penal do agente, especialmente quando este, de forma consciente, decide ingerir bebida alcoólica enquanto permanece armado. Ademais, a comparação

com o tratamento conferido pelo Código de Trânsito Brasileiro à embriaguez ao volante demonstrou que o legislador, em outras situações de risco, adota mecanismos de caráter preventivo destinados a evitar a produção de resultados lesivos.

Verificou-se, ainda, a existência de projetos legislativos voltados à criação de normas específicas sobre a matéria, evidenciando a existência de propostas destinadas ao aperfeiçoamento da legislação vigente e ao fortalecimento dos mecanismos de prevenção e responsabilização.

Também foi possível constatar que, mesmo diante da ausência de tipificação penal específica em âmbito federal, existem mecanismos de responsabilização administrativa e disciplinar aplicáveis aos agentes de segurança pública, observadas as normas próprias de cada carreira e instituição, especialmente em razão dos princípios da hierarquia e da disciplina.

Dessa forma, conclui-se que a adoção de normas mais específicas voltadas ao controle dessa prática mostra-se relevante para fortalecer a proteção da segurança pública, prevenir ocorrências graves e assegurar maior responsabilidade no exercício do porte de arma de fogo por agentes estatais, inclusive durante o período de folga.

REFERÊNCIAS

A GAZETA DO ACRE. **Jovem morto por policial penal na Expoacre tinha ido comemorar aniversário, diz namorada.** A Gazeta do Acre, ago. 2023. Disponível em: https://agazetadoacre.com/2023/08/noticias/policia/jovem-morto-por-policial-penal-na-expoacre-tinha-ido-comemorar-aniversario-diz-namorada/. Acesso em: 2 mar. 2026.

AGÊNCIA O TEMPO. **Policial penal é preso ao tentar invadir palco armado e embriagado em MG.** O Tempo, 13 jul. 2025. Disponível em: https://www.otempo.com.br/super-noticia/crimes/2025/7/13/policial-penal-e-preso- ao-tentar-invadir-palco-armado-e-embriagado-em-mg. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.345/2022.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2345663. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 4 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm. Acesso em: 4 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n° 3.804, de 2024. **Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir como crime inafiançável o porte de arma de fogo sob efeito de álcool ou substância psicoativa.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/162488. Acesso em: 7 maio 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal.** 33. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. ISBN 9786551770852. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/. Acesso em: 6 maio 2026.

FOLHA DO ACRE. **Policial penal que matou jovem na Expoacre é condenado a 19 anos de prisão e perde cargo**. Folha do Acre, set. 2025. Disponível em: https://

folhadoacre.com.br/2025/09/policial-penal-que-matou-jovem-na-expoacre-e-condenado-a-19-anos-de-prisao-e-perde-cargo/. Acesso em: 2 mar. 2026.

G1 AC. **Duas pessoas são atingidas por disparos de arma de fogo na última noite da Expoacre.** G1, 7 ago. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/08/07/duas-pessoas-sao-atingidas-por- disparos-de-arma-de-fogo-na-ultima-noite-da-expoacre.ghtml. Acesso em: 2 mar. 2026.

G1 AC. **Ex-sargento é condenado a mais de 9 anos de prisão por tentar matar estudante de medicina no Acre.** G1, 23 set. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2025/09/23/ex-sargento-e-condenado-a-mais-. Acesso em: 2 mar. 2026.

G1 AC. **Sargento de trisal atira em homem em bar no AC e diz que foi pra defender a mulher: "passou a mão nela".** G1, 28 nov. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/11/28/sargento-de-trisal-atira-em-homem- em-bar-no-ac-e-diz-que-foi-pra-defender-a-mulher-passou-a-mao-nela.ghtml. Acesso em: 2 mar. 2026.

G1 AL. **Policial penal é preso por disparo em bar e embriaguez ao volante em Rio Largo, Alagoas**. G1, 17 dez. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2025/12/17/policial-penal-e-preso-por-. Acesso em: 28 de fev. 2026.

METRÓPOLES. **PM é preso por ciúme de garota de programa em São Paulo.** Disponível em: https://www.metropoles.com/sao-paulo/pm-ciume-garota-de-programa-preso. Acesso em: 28 fev. 2026.

NUCCI, Guilherme de Souza**. Curso de Direito Penal:** volume 1. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999278. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999278/. Acesso em: 7 maio 2026.

SENADO FEDERAL**. Projeto define como crime inafiançável porte de arma sob efeito de álcool.** Brasília, DF, 11 out. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/11/projeto-define-como-crime-inafiancavel-porte-de-arma-sob-efeito-de-alcool. Acesso em: 7 maio 2026.

A efetividade da tutela penal dos crimes cibernéticos e das deepfakes na Região Norte: uma análise crítica da aplicação da Lei nº 14.155/2021

The effectiveness of criminal law protection against cybercrimes and deepfakes in the Northern Region: a critical analysis of the application of Law No. 14.155/2021

Regina Tomé de Almeida[1]
Leonardo Silva de Oliveira Bandeira[2]

COMO CITAR

ALMEIDA, Regina Tomé de; BANDEIRA, Leonardo Silva de Oliveira. A efetividade da tutela penal dos crimes cibernéticos e das deepfakes na Região Norte: uma análise crítica da aplicação da Lei nº 14.155/2021. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 223-257.

RESUMO

Introdução. O presente estudo trata da análise da efetividade da Lei nº 14.155/2021 no enfrentamento das condutas envolvendo *deepfakes* e estelionato eletrônico na Região Norte do Brasil, no período de 2021 a 2025. **Objetivo.** O objetivo geral é analisar a aplicação concreta da lei, cotejando as inovações normativas com a realidade empírica regional. **Método.** A metodologia adotada é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Foram analisados dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), legislação, doutrina especializada e jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. **Resultados.** Os resultados revelam crescimento significativo dos estelionatos por meio eletrônico na Região Norte, com 31.095 ocorrências registradas apenas em 2023, acompanhados de elevada heterogeneidade entre os estados e expressiva subnotificação.

[1] Discente do 8º período do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário Uninorte. Especialista em Direito Civil, Docência do Ensino Superior e Legal Operations: Dados, IA e Performance Jurídica (PUC/PR). Coordenador do NEAD/Uninorte. Advogado (Casas, Ricardo, Bandeira & Soares Advocacia). E-mail: leonardo.bandeira@uninorteac.com.br.

As *deepfakes* permanecem estatisticamente invisibilizadas, diluídas nas estatísticas gerais de fraudes eletrônicas. A análise comparativa entre casos de alta e baixa visibilidade evidenciou assimetria na resposta institucional: condutas envolvendo figuras públicas recebem maior atenção, enquanto os crimes patrimoniais digitais cotidianos apresentam baixos índices de elucidação. Os desafios técnico-investigativos regionais, a ausência de delegacias especializadas em grande parte dos estados, a concentração de recursos nas capitais e a insuficiência de capacitação técnica comprometem a efetividade da lei. **Conclusão.** Conclui-se que a Lei nº 14.155/2021, embora represente avanço normativo relevante, apresenta eficácia limitada na Região Norte, revelando traços de Direito Penal simbólico. A efetividade da tutela penal no ambiente digital depende de políticas públicas integradas, com aprimoramento normativo, fortalecimento institucional e redução das desigualdades regionais no acesso à justiça e à tecnologia.

Palavras-chave: Crimes cibernéticos. Deepfake. Lei 14.155/2021. Persecução penal. Região Norte.

ABSTRACT

Introduction. This study addresses the effectiveness of Law No. 14,155/2021 in combating conduct involving deepfakes and electronic fraud in Northern Brazil from 2021 to 2025. **Objective.** Within this context, the general objective is to analyze the practical application of the law, comparing normative innovations with regional empirical reality. **Method.** The methodology adopted is qualitative, bibliographical, and documentary in nature. Data from the 18th Brazilian Public Safety Yearbook (2024), legislation, specialized literature, and case law from the Court of Justice of the State of Acre were analyzed. **Results.** The findings reveal a significant increase in electronic fraud in Northern Brazil, with 31,095 reported occurrences in 2023 alone, accompanied by high heterogeneity among states and substantial underreporting. Deepfakes remain statistically invisible, diluted within general electronic fraud statistics. A comparative analysis between high- and low-visibility cases highlighted institutional response asymmetry: offenses involving public figures receive greater attention, whereas routine digital property crimes show low clearance rates. Regional technical-investigative challenges, the lack of specialized police stations in most states, resource concentration in state capitals, and insufficient technical training compromise the law's effectiveness. **Conclusion.** Thus, it is concluded that while Law No. 14,155/2021 represents a relevant normative advancement, it demonstrates limited efficacy in Northern Brazil, exhibiting traits of symbolic criminal law. The effectiveness of

legal protection in the digital environment does not rely solely on isolated legislative reforms, but rather on the implementation of integrated public policies encompassing regulatory improvements, institutional strengthening, and the reduction of regional disparities in access to justice and technology.

Keywords: Cybercrimes. Deepfake. Law 14.155/2021. Criminal prosecution. Northern Brazil.

INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias da informação transformou as interações sociais e consolidou o ambiente digital como espaço indispensável à vida contemporânea. Contudo, esse avanço viabilizou novas modalidades delitivas, destacando-se as *deepfakes*, conteúdos audiovisuais manipulados por inteligência artificial com elevado grau de realismo. O potencial lesivo dessas condutas atinge tanto bens individuais, como a honra e o patrimônio, quanto transindividuais, como a confiança nas instituições. Nesse contexto, a Lei nº 14.155/2021 atualizou o tratamento penal dos crimes patrimoniais digitais ao agravar penas e qualificar a fraude eletrônica (art. 171, § 2º-A, do Código Penal). Todavia, a efetiva repressão exige mais que atualização normativa: demanda estrutura investigativa e capacitação técnica, especialmente em regiões marcadas por limitações logísticas, como a Região Norte.

Diante disso, o problema de pesquisa consiste em analisar em que medida a Lei nº 14.155/2021 se mostra efetiva na investigação e repressão do estelionato eletrônico e das *deepfakes* na Região Norte, frente às suas dificuldades estruturais. O objetivo geral é analisar a aplicação concreta da lei no âmbito regional, cotejando as inovações normativas com a realidade empírica. Especificamente, busca-se: (i) mapear os registros de fraudes digitais nos estados da Região Norte entre 2021 e 2025; (ii) comparar a resposta institucional entre casos de alta e baixa visibilidade; (iii) identificar os desafios técnico-investigativos; e (iv) propor aprimoramentos normativos e institucionais.

A relevância do estudo reside na escassez de pesquisas sobre a efetividade da legislação penal em contextos regionais periféricos. A Região Norte apresenta singularidades geográficas e estruturais que desafiam o sistema de justiça criminal, justificando o recorte empírico. O trabalho divide-se em três capítulos: o primeiro examina a evolução legislativa e o enquadramento das *deepfakes*; o segundo analisa empiricamente a aplicação da lei na região; e o terceiro dedica-se à análise crítica e à proposição de melhorias. A metodologia adota abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, com recorte temporal de 2021 a 2025, amparada em dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, legislação, doutrina e jurisprudência do TJAC.

1 CRIMES CIBERNÉTICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Os crimes cibernéticos representam manifestação contemporânea da criminalidade cuja expansão decorre diretamente da intensificação da digitalização das relações sociais e econômicas, impondo ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal desafios estruturais relacionados à adequação típica, à produção probatória e à efetividade da tutela jurisdicional. O avanço das tecnologias da informação e comunicação ampliou significativamente as formas de interação no ambiente virtual, ao mesmo tempo em que viabilizou o surgimento de novas modalidades delitivas praticadas por meio de sistemas informáticos e redes digitais.

Nesse contexto, o cibercrime pode ser compreendido como a prática de infrações penais em que computadores, sistemas informáticos ou redes digitais são utilizados como instrumento, meio ou ambiente de execução. Essas condutas abrangem desde invasões de dispositivos e subtração de dados pessoais até fraudes financeiras e demais práticas que se valem indevidamente da infraestrutura tecnológica para a realização de ilícitos penais.

No ordenamento jurídico brasileiro, o enfrentamento dessas condutas demanda constante atualização normativa no âmbito do Direito Penal e Processual Penal, em razão da velocidade com que se transformam as dinâmicas tecnológicas e se sofisticam as práticas criminosas. Tal cenário impõe ao legislador o desafio permanente de adequação dos tipos penais e dos instrumentos investigativos, com vistas à proteção eficaz dos bens jurídicos atingidos.

Nesse cenário, a Lei nº 12.737/2012 representou marco inicial relevante ao tipificar a invasão de dispositivo informático no Código Penal, fortalecendo a tutela da privacidade e da segurança no ambiente digital. Posteriormente, a Lei nº 14.155/2021 promoveu alterações significativas ao agravar as penas dos crimes de furto e estelionato praticados por meio eletrônico, em resposta à expressiva expansão das fraudes digitais.

Apesar dos avanços legislativos, observa-se o surgimento de formas cada vez mais sofisticadas de criminalidade digital, impulsionadas pelo desenvolvimento de tecnologias emergentes. Entre essas inovações, destacam-se as *deepfakes*, consistentes na criação de conteúdos audiovisuais manipulados por inteligência artificial com elevado grau de realismo, capazes de simular pessoas e situações com aparência de veracidade.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de análise não apenas da evolução normativa do combate aos crimes cibernéticos, mas também do enquadramento jurídico das *deepfakes* e dos desafios inerentes à sua persecução penal. Entre tais desafios, destacam-se a produção e valoração da prova digital, o anonimato dos agentes, a volatilidade das evidências no ambiente virtual e a transnacionalidade dessas condutas, fatores que, em conjunto, tensionam a capacidade de resposta do sistema de justiça criminal sob uma perspectiva de efetividade jurisdicional.

1.1 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA

O enfrentamento legislativo dos crimes cibernéticos no Brasil passou por processo gradual de consolidação normativa, especialmente dian-

te da histórica insuficiência de tipos penais específicos voltados às condutas praticadas em ambiente digital. Essa lacuna normativa, sob a ótica da tipicidade penal, produziu déficits de subsunção típica e ampliou espaços de atipicidade material diante de condutas emergentes da criminalidade tecnológica.

Nesse contexto, a doutrina contemporânea enfatiza a necessidade de constante reconfiguração do Direito Penal diante da dinâmica tecnológica. Conforme Bastos (2016), a neutralidade normativa frente à inovação tecnológica revela-se incompatível com a função de tutela de bens jurídicos em um cenário de mutação contínua das formas de agressão penalmente relevantes.

O marco inicial relevante nesse processo foi a Lei nº 12.737/2012, que introduziu o art. 154-A, o qual passou a tipificar a invasão de dispositivo informático alheio mediante violação indevida de mecanismo de segurança, com finalidade de obtenção, adulteração ou destruição de dados sem autorização do titular, enquanto o art. 154-B disciplinou a ação penal, estabelecendo regra de procedibilidade condicionada à representação.

Segundo Delmanto (2016, p.548):

> Em boa hora o Legislador acrescentou este art. 154-A ao Código Penal. O avanço tecnológico, que tantas maravilhas e facilidades proporciona, traz também um grande risco de as pessoas terem a sua privacidade violada. São inúmeras as formas com as quais os chamados hackers conseguem acessar a memória de computadores alheios, geralmente por meio da internet.

Não obstante o avanço legislativo, a doutrina identifica déficits de completude normativa, especialmente na interface entre crimes informáticos e delitos patrimoniais tradicionais. Bastos (2016) aponta a assimetria dogmática entre bens jurídicos tutelados, o que compromete a coerência sistêmica na repressão às fraudes digitais.

Posteriormente, a Lei nº 14.155/2021 promoveu reestruturação relevante da tutela penal dos crimes patrimoniais praticados em ambiente digital, com majoração de penas e criação de figuras qualificadas. Segundo Cunha (2021), trata-se de resposta legislativa à intensificação da criminalidade econômica digital, marcada por elevada sofisticação executiva e redução de rastreabilidade.

Sob a ótica da política criminal, a reforma introduz maior densidade normativa ao sistema repressivo, especialmente ao tipificar o furto mediante fraude eletrônica (art. 155, §4º-B) e a fraude eletrônica no estelionato (art. 171, §2º-A), cuja distinção dogmática reside no elemento volitivo da vítima. No primeiro, há subtração sem manifestação de vontade válida; no segundo, há disposição patrimonial viciada por erro induzido. Já no plano processual, a modificação do art. 70 do Código de Processo Penal revela racionalidade de desconcentração jurisdicional, voltada à mitigação dos efeitos da dispersão espacial típica dos delitos informáticos.

Nesse contexto, a lógica fraudulenta não constitui fenômeno recente, mas estrutural às relações sociais, como observa Greco (2014, p. 236), ao afirmar que desde a formação das relações sociais o indivíduo se vale de artifícios para ocultar a verdade e obter vantagens indevidas.

> Desde que surgiram as relações sociais, o homem se vale da fraude para dissimular seus verdadeiros sentimentos e intenções para, de alguma forma, ocultar ou falsear a verdade, a fim de obter vantagens que, em tese, lhe seriam indevidas.

Em perspectiva sistêmica, a evolução legislativa evidencia processo incremental de adaptação do Direito Penal à criminalidade tecnológica. Todavia, sob a ótica da efetividade da tutela penal, a expansão tipológica isolada não se mostra suficiente, exigindo integração entre capacidade investigativa, tecnologia forense e cooperação jurídica internacional estruturada.

1.2 CONCEITO JURÍDICO DE DEEPFAKE E ENQUADRAMENTO TÍPICO

A *deepfake*, sob uma perspectiva técnico-jurídica, constitui produto da manipulação sintética de conteúdos audiovisuais por inteligência artificial generativa, com aptidão para simular identidade visual e sonora de terceiros com elevado grau de verossimilhança. Trata-se de tecnologia de potencial ofensivo multidimensional, apta a atingir simultaneamente bens jurídicos individuais e transindividuais.

Segundo um guia ilustrado do STF (2024):

> A expressão "*deepfake*" surge da união dos termos "*deep*" – extraída da tecnologia deep learning, "aprendizado profundo" – e "*fake*", que significa "falso", em inglês. Não existe uma palavra em português para descrever esse fenômeno. Contudo, em tradução livre as *deepfakes* nada mais são do que "falsidades profundas", ou seja, conteúdos falsos produzidos com um alto grau de elaboração.

Botelho e Nöth (2021) descrevem as Redes Adversárias Generativas (GANs) como arquitetura algorítmica estruturada em competição entre rede geradora e discriminadora, mecanismo que intensifica progressivamente o realismo das simulações e reduz a detectabilidade humana.

No plano dogmático, (Chesney; Citron, 2019 apud Ferreira; Leme, 2023) situam as *deepfakes* como tecnologia de aprendizado profundo de uso dual (dual use technology), apta a finalidades lícitas ou ilícitas, o que impõe dificuldades de delimitação do desvalor da conduta, especialmente na fronteira entre usos socialmente tolerados e práticas penalmente relevantes.

Sob a perspectiva dos direitos fundamentais, Oliveira e Ávila (2024) vinculam o fenômeno à tutela penal dos direitos da personalidade, especialmente imagem, honra e privacidade, evidenciando ampliação do risco jurídico-penal em ambientes de hiper-realismo digital. Já no âmbito da segurança da informação, Oliveira e Ávila (2024) apontam a utilização de *deepfakes* em ataques de engenharia social e fraudes biométricas, inserin-

do o fenômeno na esfera da criminalidade tecnológica de alta sofisticação.

Do ponto de vista estritamente penal, a ausência de tipificação específica impõe subsunção por adequação típica indireta. Assim, a calúnia (art. 138 do CP) exige imputação falsa de fato criminoso; a difamação (art. 139 do CP) tutela a reputação objetiva; o estelionato (art. 171 do CP), inclusive em sua forma eletrônica, exige induzimento a erro com vantagem ilícita; e a falsidade ideológica (art. 299 do CP) incide quando há inserção de declaração falsa com relevância jurídica.

Sob a ótica da tipicidade conglobante, a análise das *deepfakes* demanda avaliação não apenas formal, mas material da conduta, considerando sua inserção no sistema jurídico como unidade de valoração normativa. A multiplicidade de enquadramentos revela simultaneamente a plasticidade do Direito Penal e suas limitações estruturais diante de tecnologias disruptivas.

(Chesney; Citron, 2019 apud Ferreira; Leme, 2023) distinguem disinformation e misinformation, sendo a primeira caracterizada pelo dolo específico de enganar, elemento central na imputação subjetiva em contextos de manipulação audiovisual sintética.

Em perspectiva funcional do Direito Penal, o fenômeno se relaciona à tutela do Estado Democrático de Direito (Jhonatan Ferreira, 2024), especialmente quando utilizado para manipulação de processos eleitorais e erosão da confiança institucional, podendo atrair a incidência dos crimes previstos na Lei nº 14.197/2021.

A ausência de tipificação penal específica das *deepfakes* no ordenamento jurídico brasileiro deve ser analisada à luz do debate legislativo contemporâneo, especialmente diante da tramitação do Projeto de Lei nº 2.338/2023. A proposta estabelece um marco regulatório abrangente para a inteligência artificial no país, adotando uma abordagem baseada em risco e prevendo mecanismos de governança, transparência e responsabilização, com destaque para os sistemas de alto risco e para a mitigação de

danos decorrentes de conteúdos sintéticos. Embora o projeto não institua, até o momento, um tipo penal autônomo para as *deepfakes*, ele introduz instrumentos normativos relevantes, como o dever de transparência, o direito à explicação e a responsabilização objetiva em determinados casos, que podem incidir diretamente sobre a produção e circulação desses conteúdos.

Nesse contexto, evidencia-se que o legislador brasileiro tem priorizado, ao menos inicialmente, uma regulação de natureza preventiva e civil-administrativa, em detrimento da intervenção penal imediata. Tal opção reforça a atual dependência da subsunção das *deepfakes* aos tipos penais tradicionais, ao mesmo tempo em que sinaliza uma possível evolução futura para modelos mais específicos de tutela penal, conforme a maturação do debate regulatório e a intensificação dos riscos associados ao uso dessa tecnologia. Tal diretriz mostra-se especialmente relevante no contexto brasileiro, em que o Projeto de Lei nº 2.338/2023 já incorpora princípios de transparência e governança de sistemas de IA podendo servir como base normativa para a futura internalização de mecanismos específicos de rotulagem de conteúdos sintéticos, à semelhança do modelo europeu.

Em síntese, as *deepfakes* constituem categoria de risco penal emergente, cuja disciplina jurídica depende de construção interpretativa sistemática, em razão da insuficiência de tipificação específica e da necessidade de reconstrução dogmática da imputação penal em ambientes de inteligência artificial generativa.

1.3 DESAFIOS DA PERSECUÇÃO PENAL EM AMBIENTE DIGITAL

A persecução penal dos crimes cibernéticos enfrenta obstáculos estruturais inerentes às próprias características do ambiente digital. A transnacionalidade das condutas, o anonimato dos agentes, a volatilidade das provas e a elevada complexidade técnica das investigações comprometem a efetividade das fases de prevenção, apuração e repressão desses

delitos. Nesse sentido, Dias (2012) destaca que tais fatores impactam diretamente a capacidade de resposta do sistema de justiça criminal.

Um dos principais desafios reside na transnacionalidade das condutas. A ausência de fronteiras no ambiente digital permite a atuação simultânea em múltiplas jurisdições, dificultando a fixação de competência e a aplicação da lei penal. Dias (2012) observa, ainda, a existência dos chamados "paraísos cibernéticos", caracterizados por legislações permissivas ou pela ausência de cooperação internacional, o que favorece a impunidade e fragmenta a persecução penal.

A heterogeneidade normativa entre Estados agrava esse cenário, na medida em que determinadas condutas podem ser lícitas em algumas jurisdições e ilícitas em outras, incentivando a deslocação da atividade criminosa. Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha avançado com a Lei nº 14.155/2021, a cooperação internacional ainda depende de mecanismos formais que não acompanham a velocidade da criminalidade digital.

Sob a ótica da tipicidade funcional, observa-se a ausência de harmonização normativa entre os ordenamentos jurídicos, o que compromete a repressão eficaz das condutas praticadas em ambiente digital. Soma-se a isso o anonimato dos agentes, potencializado por tecnologias como criptografia, redes privadas virtuais (VPNs) e mecanismos de ocultação de identidade, os quais dificultam a identificação do autor e, por consequência, a atribuição de responsabilidade penal.

A volatilidade da prova digital constitui outro ponto crítico. Os dados eletrônicos apresentam elevada suscetibilidade à alteração, exclusão ou dispersão, o que compromete sua preservação e confiabilidade. Nesse sentido, Dias (2012) enfatiza a necessidade de procedimentos técnicos rigorosos na coleta e preservação dessas provas, a fim de assegurar sua integridade e validade no processo penal. A fragilidade da cadeia de custódia digital impõe rigor metodológico e atuação pericial especializada para garantir autenticidade e admissibilidade probatória.

No plano normativo, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabeleceu parâmetros relevantes para a guarda e acesso a registros digitais. Todavia, os prazos legais de armazenamento podem ser insuficientes diante da complexidade das investigações, especialmente em contextos transnacionais ou de elevada complexidade probatória. Ademais, a exigência de ordem judicial para acesso a dados, embora compatível com garantias constitucionais, pode impactar a celeridade investigativa diante da rapidez de apagamento ou migração de informações.

Sob uma perspectiva funcional do Direito Penal, observa-se que a estrutura normativa e procedimental vigente ainda não acompanha plenamente a dinâmica de produção e desaparecimento das evidências digitais. A elevada tecnicidade dos crimes cibernéticos impõe a necessidade de conhecimentos especializados em tecnologia da informação, perícia digital e análise de dados, além de constante capacitação dos agentes estatais.

Outro fator relevante é a cifra negra, caracterizada pela subnotificação dos crimes cibernéticos. Muitas vítimas deixam de comunicar as ocorrências por receio de danos reputacionais ou por descrença na efetividade da resposta estatal, o que contribui para a subestimação estatística do fenômeno. Soma-se a isso a sobrecarga do Poder Judiciário e a insuficiência de especialização técnica em determinados órgãos jurisdicionais, o que compromete a tramitação célere e adequada dos processos envolvendo crimes digitais.

Diante desse panorama, constata-se que os desafios da persecução penal em ambiente digital são múltiplos e interdependentes, exigindo respostas integradas do sistema de justiça criminal. Essas dificuldades tendem a se intensificar em contextos marcados por limitações estruturais e logísticas, especialmente em regiões com menor densidade de infraestrutura tecnológica e pericial, como na Região Norte do país, evidenciando a necessidade de fortalecimento institucional e descentralização da capacidade investigativa no enfrentamento da criminalidade cibernética.

2 APLICAÇÃO DA LEI 14.155/2021 NA REGIÃO NORTE

A Lei nº 14.155/2021 representou um avanço relevante na repressão aos crimes patrimoniais praticados em ambiente digital, ao promover a qualificação típica e o recrudescimento sancionatório das condutas de furto e estelionato cometidas por meio eletrônico. A reforma legislativa buscou adequar o sistema penal à crescente sofisticação das fraudes digitais, especialmente aquelas executadas mediante engenharia social, invasão de dispositivos e manipulação de dados, fenômenos que se intensificaram com a ampliação do uso de tecnologias da informação.

Todavia, a efetividade da norma penal não se esgota na sua previsão abstrata, dependendo, em grande medida, das condições concretas de aplicação pelos órgãos de persecução penal. Nesse sentido, a análise da incidência da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte revela um campo particularmente relevante de investigação, considerando as especificidades estruturais, geográficas e institucionais que influenciam a atuação estatal nessa localidade.

A Região Norte apresenta desafios singulares relacionados à extensão territorial, à dispersão populacional, às limitações de infraestrutura tecnológica e à desigual distribuição de recursos humanos especializados, fatores que impactam diretamente a capacidade investigativa e a produção probatória em crimes cibernéticos. Tais elementos podem comprometer a efetividade da persecução penal, sobretudo em delitos que exigem atuação técnica especializada, rapidez na coleta de evidências digitais e articulação com provedores de serviços, frequentemente situados fora da jurisdição local.

Além disso, a aplicação da Lei nº 14.155/2021 nesse contexto demanda análise sob a perspectiva da eficiência administrativa e da isonomia na tutela penal, na medida em que eventuais limitações estruturais podem gerar assimetrias na resposta estatal em comparação a outras regiões do país. A investigação empírica e doutrinária dessa realidade permite

compreender em que medida a inovação legislativa tem sido capaz de produzir efeitos concretos no enfrentamento da criminalidade digital.

Diante desse cenário, o presente capítulo tem por objetivo examinar a aplicação prática da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte, considerando os desafios operacionais enfrentados pelos órgãos de segurança pública e pelo Poder Judiciário, bem como avaliar a efetividade das medidas adotadas no combate aos crimes cibernéticos nessa realidade regional.

2.1 MAPEAMENTO DE CASOS DE DEEPFAKE NA REGIÃO NORTE (2021-2025)

A análise da aplicação da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte do Brasil demanda, como pressuposto metodológico, o mapeamento dos casos de fraudes digitais e *deepfakes* registrados nos estados que compõem a região (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) no período de 2021 a 2025. Este levantamento, contudo, enfrenta como primeiro e significativo obstáculo a escassez de dados estatísticos sistematizados e a dispersão das informações entre as diversas unidades federativas.

Ressalte-se, desde logo, que os dados oficiais disponíveis não individualizam, de forma específica, ocorrências envolvendo *deepfakes*, as quais permanecem estatisticamente invisibilizadas. Nesse contexto, tais práticas devem ser compreendidas como inseridas no fenômeno mais amplo das fraudes digitais e dos estelionatos eletrônicos, especialmente aqueles tipificados pelo §2º-A do art. 171 do Código Penal, introduzido pela Lei nº 14.155/2021.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), por meio do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apresenta dados relevantes sobre os crimes patrimoniais na Região Norte. No que se refere aos estelionatos por meio eletrônico, os registros revelam crescimento expressivo e heterogêneo entre os estados.

O Pará contabilizou 16.884 ocorrências em 2023, com taxa de 207,9 por 100 mil habitantes e aumento de 28,9% em relação ao ano anterior. Rondônia registrou 6.532 ocorrências, com taxa de 413,1 e crescimento de 10,1%. O Tocantins apresentou 4.043 casos, com taxa de 267,5 por 100 mil habitantes, com aumento de 31,4%. O Amazonas, embora com números absolutos inferiores (877 ocorrências), destacou-se pelo crescimento de 109,3%. Já o Amapá registrou 618 ocorrências, com taxa de 84,2 por 100 mil habitantes, com incremento de 62,6% (FBSP, 2024).

Esses dados evidenciam não apenas o crescimento das fraudes digitais na região, mas também significativa heterogeneidade entre os estados, indicando assimetrias estruturais na capacidade de registro, investigação e repressão desses delitos. Por outro lado, Acre e Roraima apresentaram números absolutos reduzidos, 248 e 1.893 ocorrências, respectivamente, o que não necessariamente indica menor incidência criminosa, mas possivelmente reflete limitações nos sistemas de notificação e subregistro de ocorrências.

Essa hipótese é reforçada pela análise dos estelionatos totais, que incluem tanto modalidades presenciais quanto eletrônicas, os quais apresentaram crescimento em todos os estados da Região Norte, com destaque para Rondônia (19,6%), Amazonas (13,2%) e Tocantins (4,5%) (FBSP, 2024). Tal cenário sugere expansão consistente da criminalidade patrimonial, com progressiva migração para o ambiente digital.

Lima e Bueno (2023, p. 93) observam que os estelionatos atingiram patamar recorde no Brasil, com mais de 1,8 milhão de ocorrências anuais, impulsionados sobretudo pela ampliação do uso de redes sociais e aplicativos de mensagens. Segundo os autores, diferentemente dos crimes patrimoniais tradicionais, que sofreram retração durante a pandemia, os golpes virtuais apresentaram crescimento exponencial, evidenciando uma reconfiguração estrutural da criminalidade econômica.

Na Região Norte, esse fenômeno assume contornos ainda mais complexos. A extensão territorial, a dispersão populacional e as limita-

ções de infraestrutura tecnológica e institucional dificultam tanto o registro quanto a investigação dos crimes digitais. Como destacam Lima e Bueno (2023, p. 96), a sobrecarga das polícias civis e a insuficiência de recursos humanos e tecnológicos comprometem a capacidade estatal de resposta, problema que se intensifica em regiões com menor densidade institucional.

A ausência de delegacias especializadas em crimes cibernéticos em grande parte dos estados nortistas contribui para a subnotificação e para a classificação inadequada das ocorrências. Muitos casos são registrados como estelionato comum, sem a devida identificação da qualificadora eletrônica, o que invisibiliza estatisticamente fenômenos mais sofisticados, como as *deepfakes* utilizadas em fraudes e manipulações de identidade digital.

No âmbito processual, a Lei nº 14.155/2021 introduziu o §4º ao art. 70 do Código de Processo Penal, estabelecendo que:

> Nos crimes previstos no art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção (Brasil, 1941).

Todavia, embora represente avanço sob a ótica normativa, sua efetividade prática na Região Norte encontra limitações estruturais significativas. Em localidades remotas, a ausência de unidades policiais estruturadas e a dificuldade de acesso a serviços públicos ainda constituem barreiras concretas ao registro de ocorrências e à instauração de investigações, o que compromete a eficácia da persecução penal.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre ilustra esse cenário. No Agravo de Instrumento nº 1001508-23.2024.8.01.0000, a Segunda Câmara Cível reconheceu a ocorrência de estelionato cibernético e determinou a suspensão imediata das cobranças indevidas, com funda-

mento na falha na prestação do serviço bancário e no dever de cautela das instituições financeiras (Acre, 2024). Em sentido semelhante, no Agravo de Instrumento nº 1001933-50.2024.8.01.0000, o Tribunal reafirmou esse entendimento, destacando a responsabilidade objetiva das instituições financeiras em casos de fraudes digitais (Acre, 2024).

Registre-se, por oportuno, que os acórdãos analisados tramitaram na esfera cível, e não na penal. Tal circunstância, longe de enfraquecer o argumento aqui desenvolvido, constitui evidência da hipótese central deste trabalho: a de que a resposta penal às *deepfakes* e às fraudes digitais na Região Norte permanece, em larga medida, invisível. A existência de pronunciamentos judiciais exclusivamente na esfera cível, versando sobre fatos que, em tese, poderiam ensejar responsabilização penal, indica que as vítimas têm buscado, preferencialmente, a tutela ressarcitória, em razão das limitações estruturais da persecução penal.

Nesse contexto, a utilização desses julgados como fonte documental configura escolha metodológica consciente, voltada a evidenciar o deslocamento da tutela jurídica para o âmbito civil e, por conseguinte, a insuficiência da resposta penal diante da complexidade dessas condutas. A atuação do Poder Judiciário, nesses casos, revela sensibilidade à proteção do consumidor e à contenção dos danos, mas também expõe as fragilidades do sistema penal frente às novas formas de lesão mediadas por tecnologias digitais.

Em síntese, o mapeamento dos casos de *deepfake* e fraudes digitais na Região Norte revela um cenário marcado por crescimento expressivo dos estelionatos eletrônicos, subnotificação de ocorrências, ausência de especialização institucional e fragilidade nos sistemas de coleta de dados. Tais fatores comprometem a efetividade da Lei nº 14.155/2021 e evidenciam a necessidade de fortalecimento da estrutura estatal, com investimentos em tecnologia, capacitação profissional e aprimoramento dos mecanismos de investigação e cooperação, especialmente em regiões periféricas do sistema de justiça criminal, nas quais a invisibilidade estatística

das *deepfakes* compromete não apenas a formulação de políticas públicas, mas também a própria compreensão da dimensão real do fenômeno.

2.2 ANÁLISE COMPARATIVA: CASOS DE ALTA E BAIXA VISIBILIDADE

A compreensão da real dimensão dos estelionatos, especialmente aqueles praticados por meio eletrônico, exige abordagem que ultrapasse a análise de dados quantitativos. Mostra-se essencial distinguir os níveis de visibilidade dos diferentes fenômenos delitivos, contrapondo-se os casos que alcançam ampla repercussão pública àqueles que permanecem invisibilizados no cotidiano, seja pela dificuldade de apuração, seja pela baixa capacidade institucional de resposta estatal. Tal distinção permite evidenciar não apenas a extensão do problema, mas também os entraves estruturais à efetividade da repressão penal.

De um lado, situam-se os casos de alta visibilidade, geralmente associados ao emprego de tecnologias sofisticadas, como as *deepfakes*, especialmente quando vinculadas ao contexto político-eleitoral ou à exposição de figuras públicas. Conforme apontam (Chesney; Citron, 2019 apud Ferreira; Leme, 2023), essas tecnologias possuem elevado potencial de manipulação informacional, sendo capazes de distorcer o debate público, comprometer a formação da vontade política e fragilizar a confiança nas instituições democráticas.

A utilização de inteligência artificial para simular falas, imagens ou comportamentos de agentes públicos produz impacto imediato, mobilizando não apenas a opinião pública, mas também órgãos de controle e regulação, a exemplo da Justiça Eleitoral. Trata-se, portanto, de fenômeno qualitativamente relevante, cuja gravidade transcende o prejuízo individual e alcança dimensões institucionais. Nesse sentido, Chesney e Citron (2019 *apud* Ferreira; Leme, 2023) apontam que tais tecnologias podem corroer a confiança em instituições públicas e privadas.

Em contraposição, observa-se a predominância dos casos de baixa visibilidade, que compõem a maior parcela dos crimes patrimoniais no

ambiente digital e que revelam uma profunda reconfiguração na dinâmica criminal brasileira. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), o Brasil registrou 1.965.353 ocorrências de estelionato em 2023, um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior. O referido Anuário destaca que este número já supera o total de roubos no país, evidenciando uma inversão relevante no padrão da criminalidade patrimonial.

Diferentemente dos casos de grande repercussão, esses delitos atingem, em regra, vítimas anônimas e envolvem fraudes cotidianas. A modalidade de estelionato por meio eletrônico respondeu por 235.393 registros, com crescimento de 13,6% em relação ao ano anterior, o que equivale a um golpe a cada 16 segundos (FBSP, 2024). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) indica que tais fraudes vêm se consolidando como relevante vetor de atuação do crime organizado no ambiente digital. A pulverização das condutas, aliada à dificuldade de rastreamento dos agentes e à frequente utilização de infraestrutura tecnológica transnacional, contribui para elevados índices de subnotificação e baixíssimas taxas de elucidação.

Essa assimetria entre visibilidade e incidência revela um problema estrutural: enquanto os casos de grande repercussão recebem resposta institucional mais célere e articulada, a massa de delitos cotidianos permanece em uma zona de baixa visibilidade no sistema de persecução penal, contribuindo para o aumento da cifra oculta da criminalidade. Tal cenário compromete a função preventiva e repressiva do Direito Penal, especialmente diante da migração progressiva da criminalidade para o ambiente digital.

No plano normativo, a Lei nº 14.155/2021 promoveu relevante incremento punitivo ao introduzir qualificadoras e causas de aumento de pena no âmbito do estelionato eletrônico. Destacam-se, nesse contexto, o §4º do art. 171 do Código Penal, que prevê aumento de pena quando o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, e o §2º-B, que majora a sanção quando há utilização de servidor localizado no exterior.

Todavia, a incidência prática destes dispositivos encontra limitação significativa na necessidade de identificação da autoria delitiva, o que raramente ocorre nos crimes digitais massificados. Conforme aponta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), as instituições policiais não dispõem de capacidade de resposta proporcional ao crescimento dessa modalidade criminosa.

Dessa forma, verifica-se que a efetividade das inovações legislativas permanece condicionada à superação de obstáculos investigativos estruturais. Em cenários de baixa resolutividade, tais previsões legais assumem, em certa medida, caráter simbólico, na medida em que sua aplicação concreta depende de condições raramente verificadas na prática investigativa. Assim, a discrepância entre a sofisticação normativa e a capacidade operacional do Estado evidencia um descompasso que compromete a eficácia da política criminal voltada ao enfrentamento das fraudes digitais.

Portanto, a análise comparativa entre casos de alta e baixa visibilidade revela um duplo desafio: de um lado, a necessidade de resposta institucional a ameaças como as *deepfakes*, que impactam diretamente o processo democrático; de outro, a urgência de aprimoramento dos mecanismos de investigação e repressão dos delitos patrimoniais cotidianos, que, por sua magnitude, atingem massivamente a população. Sem o fortalecimento estrutural das instituições responsáveis pela persecução penal, a tendência é a manutenção de um cenário em que a legislação penal, embora formalmente rigorosa, apresenta eficácia limitada no plano concreto.

2.3 DESAFIOS TÉCNICO-INVESTIGATIVOS REGIONAIS

A persecução penal dos delitos de estelionato digital não encontra obstáculos apenas na legislação ou na definição da competência jurisdicional. Ela esbarra, de forma significativa, em desafios de natureza técnica e estrutural que comprometem a efetividade da resposta estatal, especialmente quando considerada a realidade da Região Norte do Brasil. A com-

plexidade inerente aos cibercrimes exige aparato investigativo altamente especializado, dotado de recursos tecnológicos adequados e de profissionais devidamente capacitados, realidade ainda distante em grande parte das polícias judiciárias nortistas.

A doutrina especializada converge para a identificação de três eixos centrais de deficiência na investigação de crimes digitais: a insuficiência de equipamentos tecnológicos, a ausência de softwares forenses especializados e a capacitação inadequada dos agentes públicos.

Conforme aponta Dias (2012), o elevado grau de tecnicidade do cibercrime, frequentemente associado ao uso de criptografia, credenciais de acesso e servidores operando em redes transnacionais, como a *deep web* e a *dark web*, exige do investigador conhecimentos e ferramentas compatíveis para o rastreamento das operações, a identificação da autoria e a adequada coleta de provas digitais aptas à utilização em juízo. Nesse sentido, a autora destaca que a carência desses recursos "impõe elevada exigência técnica ao investigador, dificultando tanto a investigação quanto a produção probatória, o que eleva a probabilidade de impunidade" (Dias, 2012, p. 73).

Esse quadro se intensifica diante do avanço de tecnologias de falsificação digital, cuja detecção apresenta elevado grau de complexidade técnica. No caso das *deepfakes*, Oliveira e Ávila (2024) ressaltam que a identificação dessas manipulações demanda conhecimento especializado e multidisciplinar, envolvendo áreas como inteligência artificial, análise audiovisual e ciência de dados, competências que, em regra, extrapolam a formação tradicional dos órgãos de investigação.

Os autores também evidenciam uma dinâmica de constante evolução tecnológica, na qual os mecanismos de detecção buscam identificar padrões como inconsistências faciais ou anomalias visuais, ao passo que as ferramentas de criação se aperfeiçoam continuamente, tornando os conteúdos cada vez mais realistas e de difícil distinção.

Ao transpor essa problemática para a realidade da Região Norte, verifica-se que tais limitações assumem contornos ainda mais acentuados. Os dados apresentados por Souza (2025) evidenciam significativa disparidade na estrutura de enfrentamento aos crimes cibernéticos entre os estados da região.

Enquanto o Amapá dispõe de Delegacia Especializada de Repressão à Fraude Eletrônica (DRFE) e o Pará conta com Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC) estruturada em divisões específicas, outras unidades federativas apresentam capacidade institucional reduzida. O Estado do Acre, por exemplo, conta apenas com o Núcleo Especializado de Apoio a Investigações de Crimes Cibernéticos (NECIBER), cuja atuação se limita ao suporte técnico às demais unidades policiais, sem constituir unidade investigativa autônoma (Gadelha, 2021 apud Souza, 2025).

Em cenário ainda mais crítico, Souza (2025) aponta que, nos estados de Rondônia e Roraima, não se identificam estruturas formalmente especializadas no enfrentamento de crimes digitais. Tal realidade impõe às delegacias comuns, já sobrecarregadas com a criminalidade tradicional, a condução de investigações que demandam elevado grau de especialização técnica e recursos tecnológicos específicos, para os quais, em regra, não estão adequadamente preparadas.

Além da escassez de unidades especializadas, há um fator estrutural adicional: a concentração desses recursos nas capitais. Conforme evidenciado pelo referido estudo, mesmo nos estados que possuem estruturas voltadas ao combate ao cibercrime, estas permanecem centralizadas nos grandes centros urbanos.

Tal configuração revela-se incompatível com a natureza descentralizada e frequentemente transnacional dos delitos digitais. O agente pode atuar a partir de qualquer localidade, inclusive fora do território nacional, enquanto os meios técnicos para sua identificação permanecem geograficamente restritos, gerando entraves logísticos e comprometendo a celeri-

dade necessária à obtenção e preservação de dados telemáticos, os quais são, por sua própria natureza, voláteis.

Dessa forma, os desafios técnico-investigativos regionais configuram um dos principais entraves à efetividade da norma penal no âmbito dos crimes digitais. A conjugação entre deficiência de infraestrutura tecnológica, limitações na capacitação profissional, complexidade intrínseca das novas formas de fraude e concentração dos recursos especializados produz um cenário de baixa capacidade investigativa e reduzida resolutividade.

Tal realidade contribui diretamente para a manutenção de elevados índices de subnotificação e para o fortalecimento da percepção de impunidade, comprometendo, em última análise, a eficácia concreta do tipo penal de fraude eletrônica, cuja aplicação tende a se tornar residual, evidenciando o descompasso entre a sofisticação normativa e a capacidade operacional do Estado na Região Norte.

3 EFETIVIDADE PUNITIVA E PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO

A análise empreendida no capítulo anterior revelou as significativas limitações que comprometem a aplicação da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte, desde a escassez de dados sistematizados sobre *deepfakes* até a precariedade da infraestrutura investigativa. A constatação desses entraves, contudo, não esgota a investigação sobre a resposta penal estatal às fraudes digitais. Torna-se necessário, neste momento, examinar em que medida a reforma legislativa tem produzido efeitos concretos no enfrentamento da criminalidade cibernética e, sobretudo, identificar caminhos para o aprimoramento do sistema punitivo.

O presente capítulo dedica-se, portanto, a uma análise crítica da eficácia da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte, cotejando as expectativas doutrinárias que saudaram a inovação legislativa com a realidade regional documentada empiricamente. A partir desse diagnóstico, são examinadas as limitações estruturais e jurídicas que dificultam a persecução penal e,

ao final, apresentadas propostas de aprimoramento normativo e institucional voltadas a conferir maior efetividade à tutela penal no ambiente digital, especialmente em contextos marcados por assimetrias estruturais como as que caracterizam a Região Norte.

3.1 ANÁLISE CRÍTICA DA EFICÁCIA DA LEI NA REGIÃO NORTE

A Lei nº 14.155/2021 promoveu significativa reformulação no tratamento penal dos crimes patrimoniais praticados em ambiente digital, especialmente ao agravar as penas e introduzir qualificadoras específicas para condutas cometidas por meios eletrônicos. Dentre as principais inovações, destacam-se a alteração do art. 154-A do Código Penal, com supressão da exigência de violação de mecanismo de segurança e aumento da pena para o crime de invasão de dispositivo informático; a criação da qualificadora do furto mediante fraude eletrônica (art. 155, §4º-B); e a introdução da fraude eletrônica como forma qualificada de estelionato (art. 171, §2º-A), com recrudescimento sancionatório e ampliação do âmbito de incidência dos tipos penais, além de causas de aumento vinculadas à transnacionalidade da conduta e à vulnerabilidade da vítima.

Conforme destaca Rogério Sanches Cunha (2021), a reforma legislativa teve como objetivo central superar lacunas normativas e conferir maior rigor punitivo às condutas praticadas no ambiente virtual, sobretudo diante da crescente sofisticação dos meios utilizados pelos agentes criminosos. O doutrinador enfatiza a importância da distinção entre as duas novas figuras qualificadas: no furto mediante fraude eletrônica, a manobra ardilosa visa afastar a vigilância da vítima e possibilitar a subtração sem que ela perceba; já no estelionato digital, a vítima, induzida em erro, fornece voluntariamente informações sob erro induzido, permitindo ao agente a obtenção da vantagem ilícita.

No âmbito processual, a Lei nº 14.155/2021 resolveu antiga controvérsia jurisprudencial ao introduzir o §4º no art. 70 do Código de Processo Penal, fixando o domicílio da vítima como foro competente para julga-

mento nos crimes de estelionato praticados mediante depósito, transferência de valores ou emissão de cheques sem fundos.

Até então, como observa Cunha (2021), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça oscilava entre fixar a competência pelo local da agência bancária da vítima, quando se tratava de saque ou compensação de cheque, e pelo local da conta de destino dos valores, quando a vítima efetuava depósito ou transferência. A nova regra, portanto, pacificou a matéria e conferiu previsibilidade ao processo, alinhando a disciplina legal à lógica de proteção da vítima e à facilitação do acesso à justiça, ainda que sem resolver os entraves investigativos subjacentes.

Contudo, a análise da eficácia da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte revela um cenário de descompasso entre a sofisticação normativa e a capacidade operacional do sistema de justiça criminal. Embora o legislador tenha promovido o recrudescimento das penas e ampliado o alcance dos tipos penais, a aplicação concreta dessas disposições encontra limitações estruturais significativas, já evidenciadas no capítulo anterior.

Em primeiro lugar, observa-se que o incremento punitivo, isoladamente considerado, revela-se insuficiente como instrumento de política criminal eficaz. Isso porque a incidência das normas penais depende, necessariamente, da identificação da autoria delitiva, o que constitui um dos principais entraves nos delitos cibernéticos. A natureza transnacional dessas condutas, aliada ao uso de tecnologias de anonimização e à volatilidade das provas digitais, dificulta sobremaneira o rastreamento dos agentes e a produção probatória apta à condenação.

Além disso, a própria estrutura dos tipos penais introduzidos pela Lei nº 14.155/2021 pressupõe um nível de apuração técnica que nem sempre é viável na prática investigativa regional. A caracterização da fraude eletrônica, por exemplo, exige a demonstração do meio empregado (redes sociais, contatos telefônicos, correio eletrônico fraudulento ou outro meio análogo), da indução em erro e da obtenção da vantagem ilícita, elementos que, em muitos casos, dependem de perícias digitais complexas e

de cooperação com provedores de serviços localizados fora do território nacional.

Outro aspecto relevante refere-se às causas de aumento de pena previstas na lei, especialmente aquelas relacionadas à utilização de servidores no exterior (art. 155, §4º-C, I, e art. 171, §2º-B). Conforme aponta Cunha (2021), a referência à "relevância do resultado gravoso" deve servir não para definir a incidência da majorante, mas para graduar a fração de aumento dentro dos limites legais. Não obstante a pertinência dogmática da observação, a aplicação prática desses dispositivos é limitada pela dificuldade de comprovação da transnacionalidade da execução criminosa, o que depende de recursos técnicos e de cooperação internacional nem sempre disponíveis aos órgãos de investigação da Região Norte.

No mesmo sentido, a majorante relativa à condição da vítima, idoso ou vulnerável (art. 155, §4º-C, II, e art. 171, §4º), também enfrenta obstáculos probatórios relevantes, sobretudo em crimes praticados em larga escala, nos quais o agente não possui contato direto com a vítima, dificultando a demonstração do dolo quanto a essa circunstância. Cunha (2021) adverte que a majoração da pena pressupõe a ciência dessas condições pelo agente, o que nem sempre ocorre em razão da natureza impessoal dos crimes cibernéticos.

Diante desse panorama, verifica-se que a Lei nº 14.155/2021 possui elevada densidade normativa, mas eficácia prática limitada na Região Norte. O problema central não reside propriamente na inadequação dos tipos penais ou na insuficiência das penas cominadas, mas na incapacidade estrutural do Estado de operacionalizar a persecução penal em face de crimes que exigem elevada especialização técnica.

Assim, confirma-se a hipótese de que o recrudescimento legislativo, desacompanhado de investimentos institucionais e tecnológicos, tende a produzir efeitos predominantemente simbólicos, caracterizando fenômeno que a doutrina denomina de Direito Penal simbólico, conceito formulado por Hassemer (2008, p. 215-216):

> Portanto, "simbólico", em sua compreensão crítica, consiste no atributo que uma norma penal apresenta, segundo o qual as funções latentes da norma suplantam suas funções manifestas, de maneira a gerar a expectativa de que o emprego e o efeito da norma concretizarão uma situação diversa da anunciada pela própria norma.

A lei, nesse contexto, cumpre relevante função de reafirmação dos valores protegidos pelo ordenamento jurídico, mas não se traduz, de forma consistente, em aumento da capacidade de investigação, processamento e punição dos agentes.

Portanto, a análise crítica da eficácia da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte evidencia que, embora a reforma tenha representado avanço no plano normativo, sua efetividade permanece condicionada à superação de obstáculos estruturais, especialmente no âmbito da investigação criminal. Sem a reestruturação dos mecanismos investigativos e o fortalecimento institucional dos órgãos de persecução penal, a tendência é a manutenção de um cenário em que a resposta penal permanece formalmente rigorosa, porém materialmente ineficaz.

3.2 PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO

O diagnóstico traçado ao longo deste trabalho revela que a efetividade da Lei nº 14.155/2021 na Região Norte é comprometida por limitações que operam em múltiplas dimensões (normativa, estrutural e operacional), exigindo respostas igualmente diversificadas.

Nesse sentido, apresentam-se propostas de aprimoramento que contemplam tanto o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico quanto o fortalecimento da capacidade institucional do Estado, com especial atenção às assimetrias regionais que caracterizam o sistema de justiça criminal brasileiro. No plano normativo, impõe-se, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a ausência de tipo penal específico para condutas envolvendo *deepfakes* constitui lacuna relevante no ordenamento jurídico.

Oliveira e Ávila (2024) demonstram que essa tecnologia não se amolda com precisão aos tipos penais atualmente existentes, demandando esforço de adequação típica que, por vezes, tensiona o princípio da legalidade estrita. Os autores propõem recomendações e soluções voltadas à proteção dos indivíduos contra os abusos decorrentes do uso dessa tecnologia, destacando a necessidade de adaptação do Direito Penal ao enfrentamento dessa nova forma de criminalidade.

Nesse contexto, a criação de tipo penal autônomo para a conduta de criar, divulgar ou utilizar *deepfakes* com finalidade ilícita conferiria maior segurança jurídica à persecução penal e possibilitaria a produção de dados estatísticos mais precisos sobre o fenômeno, superando a atual invisibilidade estatística evidenciada neste trabalho.

No plano internacional, o Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, conhecido como *AI Act*, em vigor desde agosto de 2024, oferece modelo regulatório apto a inspirar o legislador brasileiro. O art. 50, § 4º, do referido diploma estabelece obrigação específica para os implementadores de sistemas de IA que gerem ou manipulem conteúdos que constituam *deepfakes*, determinando que seja divulgada, de forma clara, a natureza artificial do conteúdo, salvo nas hipóteses em que a utilização seja autorizada por lei para fins de detecção, prevenção, investigação ou repressão de infrações penais, ou quando o material integrar obra manifestamente artística, criativa, satírica ou ficcional, caso em que a exigência de transparência se limita a uma divulgação adequada que não prejudique sua fruição.

Complementarmente, o § 2º do mesmo artigo impõe aos fornecedores de sistemas de IA que geram conteúdo sintético, de áudio, imagem, vídeo ou texto, o dever de assegurar que tais conteúdos sejam marcados em formato legível por máquina e detectáveis como artificialmente gerados ou manipulados. Trata-se de uma abordagem regulatória de caráter eminentemente preventivo, centrada na identificação e na rastreabilidade do conteúdo sintético, que contrasta com a resposta predominantemente

repressivo-penal observada no ordenamento jurídico brasileiro, ainda ancorada na subsunção a tipos penais tradicionais.

Nesse contexto, a eventual incorporação de mecanismos análogos no Brasil, especialmente a imposição de deveres de rotulagem e transparência, combinada com a responsabilização penal em hipóteses de utilização dolosa para a prática de ilícitos, poderia ampliar a efetividade da tutela dos bens jurídicos afetados pelas *deepfakes*, reduzindo a assimetria atualmente existente entre a sofisticação tecnológica desses sistemas e a capacidade de resposta estatal.

Em segundo lugar, a obtenção de provas digitais constitui um dos principais gargalos da investigação criminal, especialmente em regiões com infraestrutura limitada, como a Região Norte. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabelece, em seus arts. 10 e 11, que a guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet devem observar a preservação da intimidade e da vida privada, sendo condicionadas, em regra, à prévia ordem judicial.

O art. 22, por sua vez, prevê a possibilidade de requisição judicial desses registros, desde que presentes fundados indícios da ocorrência do ilícito, justificativa quanto à utilidade da medida e delimitação temporal adequada. Embora tais dispositivos representem avanço relevante na disciplina da matéria, a efetividade da persecução penal nos crimes digitais demanda regulamentação mais detalhada da prova digital no Código de Processo Penal, com a definição de parâmetros claros quanto à coleta, preservação, cadeia de custódia, admissibilidade e valoração judicial dessas evidências, de modo a conferir maior celeridade, segurança jurídica e padronização procedimental.

Em terceiro lugar, revela-se necessária a implementação de mecanismos mais céleres e eficazes de cooperação jurídica internacional para a obtenção de dados armazenados em servidores localizados no exterior, conferindo efetividade, inclusive, às causas de aumento de pena relacio-

nadas à transnacionalidade da conduta, como previsto no §2º-B do art. 171 do Código Penal.

A celebração e o aprimoramento de acordos bilaterais e multilaterais que simplifiquem o intercâmbio de informações digitais mostram-se essenciais para evitar que a persecução penal seja inviabilizada pela fragmentação jurisdicional característica do ambiente virtual. No plano institucional, as medidas devem priorizar o fortalecimento da estrutura investigativa nos estados da Região Norte.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam crescimento expressivo dos estelionatos praticados por meio eletrônico, com taxas elevadas em estados como Rondônia e Roraima, o que evidencia a urgência da criação de delegacias especializadas em crimes cibernéticos nas unidades federativas que ainda não dispõem dessas estruturas, bem como a descentralização dessas unidades para municípios estratégicos.

A concentração de recursos nas capitais mostra-se incompatível com a natureza difusa, ubíqua e frequentemente transnacional dos delitos digitais. Tais iniciativas devem ser acompanhadas de investimentos em infraestrutura tecnológica, aquisição de ferramentas de análise forense digital e implementação de programas permanentes de capacitação técnica dos agentes públicos.

Iniciativas institucionais já existentes podem servir de parâmetro para a formulação dessas políticas públicas. (Chesney; Citron, 2019 apud Ferreira; Leme, 2023) mencionam a Resolução TSE nº 742/2021 como exemplo de resposta institucional articulada ao fenômeno da desinformação digital. Embora direcionada à proteção do processo eleitoral, a medida evidencia a viabilidade de estratégias coordenadas entre diferentes órgãos do sistema de justiça para o enfrentamento de fenômenos complexos, como as *deepfakes*, indicando a necessidade de expansão desse modelo para outras esferas da tutela jurídica.

Em síntese, a efetividade da tutela penal no ambiente digital depende menos de reformas legislativas isoladas e mais da implementação de uma política pública integrada, que contemple simultaneamente o aprimoramento normativo, o fortalecimento institucional e a redução das desigualdades regionais. Sem esse enfoque multidimensional, novas alterações legislativas tenderão a reproduzir o descompasso já identificado entre a sofisticação normativa e a capacidade operacional do Estado, mantendo a resposta penal aos crimes digitais, como até o presente momento, em um plano predominantemente simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a evolução normativa dos crimes cibernéticos no Brasil, com foco na Lei nº 14.155/2021, no enquadramento das *deepfakes* e nos desafios da persecução penal na Região Norte. Os resultados confirmaram a hipótese inicial: embora haja relevante avanço legislativo com as Leis nº 12.737/2012 e nº 14.155/2021, a efetividade prática permanece limitada por déficits estruturais, tecnológicos e institucionais, agravados por assimetrias regionais.

Verificou-se que o avanço normativo não acompanha a velocidade da inteligência artificial generativa. Ante a ausência de tipificação específica, as *deepfakes* exigem adequação típica indireta aos crimes já existentes, o que gera fragilidades interpretativas e insegurança jurídica na proteção da honra, da imagem, da privacidade e da estabilidade institucional.

No âmbito processual, sobressaem-se barreiras como a transnacionalidade, o anonimato e a volatilidade probatória. Na Região Norte, esse quadro é acentuado pela escassez de delegacias especializadas, concentração de recursos nas capitais e insuficiência de capacitação técnica, resultando em reduzida taxa de elucidação, expressiva subnotificação, diluição estatística das *deepfakes* e formação de uma vasta "cifra negra". Constatou-se, ainda, assimetria institucional: casos envolvendo figuras

públicas tendem a receber maior atenção institucional, enquanto os crimes patrimoniais cotidianos contra vítimas anônimas permanecem invisibilizados.

Conclui-se que a efetividade da tutela penal no ambiente digital não decorre do mero recrudescimento punitivo, mas de uma política criminal integrada que articule aprimoramento normativo, fortalecimento institucional e redução das desigualdades regionais no acesso à tecnologia e à justiça. Sem a integração entre Direito, tecnologia e políticas públicas, o sistema penal permanecerá formalmente sofisticado, porém materialmente limitado a uma eficácia simbólica. A invisibilidade estatística das *deepfakes* na Região Norte é o sintoma de um aparato estatal ainda não equipado para a criminalidade do século XXI nas periferias do país, revelando que a promessa de tutela penal igualitária permanece inconclusa.

REFERÊNCIAS

BASTOS, J. T. **Crime cibernético e o estelionato virtual.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2016. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/4259.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

BOTELHO, Thaïs Helena Falcão; NÖTH, Winfried. ***Deepfake*: inteligência artificial para discriminação e geração de conteúdos. TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, n. 23, p. 69–78, jan./jun. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, 13 out. 1941.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: https://

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021. Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para dispor sobre crimes eletrônicos. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021**.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2 set. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14197.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 2.338, de 2023. **Dispõe sobre o desenvolvimento, a implementação e o uso responsável de sistemas de inteligência artificial no Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Guia ilustrado contra as *deepfakes*.** Brasília: STF, Coordenadoria de Combate à Desinformação, 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. **Agravo de Instrumento nº 1001508-23.2024.8.01.0000.** Relatora: Desª. Waldirene Cordeiro. Segunda Câmara Cível. Julgado em 10 set. 2024. Disponível em: https://esaj.tjac.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. **Agravo de Instrumento nº 1001933-50.2024.8.01.0000.** Relatora: Desª. Waldirene Cordeiro. Segunda Câmara Cível. Julgado em 22 dez. 2024. Disponível em: https://esaj.tjac.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do. Acesso em: 2 abr. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 742, de 10 de agosto de 2021.** Dispõe sobre o enfrentamento à desinformação no processo eleitoral. Brasília, DF: TSE, 2021. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/resolucoes. Acesso em: 28 ago. 2026.

CUNHA, Rogério Sanches. **Lei 14.155/21 e os crimes de fraude digital**: primeiras impressões e reflexos no CP e no CPP. Meu Site Jurídico, 2021. Disponível em: https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2021/05/28/lei-14-15521-e-os-crimes-de-fraude-digital-primeiras-impressoes-e-reflexos-no-cp-e-no-cpp/. Acesso em: 2 abr. 2026.

DELMANTO, Celso. **Código Penal comentado.** São Paulo: Saraiva, 2016.

DIAS, Vera Marques. A problemática da investigação do cibercrime**. Data Venia** — **Revista Jurídica Digital**, ano 1, n. 1, p. 63-88, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.datavenia.pt/edicoes/DataVenia01.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

FERREIRA, Amanda Passos; LEME, Carolina da Silva. **O fenômeno da *deepfake* no contexto eleitoral e seus efeitos no Estado Democrático de Direito.** Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 31, n. 363, p. 21–23, 2023. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1573. Acesso em: 1 abr. 2026.

FERREIRA, Jhonatan Fernando. **Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito e da tutela penal aos bens jurídicos essenciais.** 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2024.** São Paulo, 2024.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte especial.** 11. ed. Niterói: Impetus, 2014. v. 2.

HASSEMER, Winfried. **Direito Penal:** Fundamentos, estrutura, política**.** Porto Alegre: Editora Sérgio Antonio Fabris, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. **As novas configurações dos crimes patrimoniais no Brasil.** In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2023.

OLIVEIRA, Giovanna Aleixo Gonçalves; ÁVILA, Gustavo Noronha de. *Deepfake*, direitos da personalidade e o direito penal: uma análise dos impactos tecnológicos na era digital. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 19, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/85239. Acesso em: 2 abr. 2026.

SOUZA, Vinícius Cunha de. **Crimes cibernéticos e os desafios investigativos na Região Norte do Brasil.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2025. Disponível em: https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/8166/1/TCC%20-%20Monografia%20Direito%20-%20Vin%C3%ADcius%20Cunha%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024. Cria regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (Regulamento da Inteligência Artificial). **Jornal Oficial da União Europeia,** Bruxelas, 12 jul. 2024. Disponível em: https://artificialintelligenceact.eu/article/50/. Acesso em: 12 mai. 2026.

Ressocialização de detentos: desafios e caminhos para a reinserção social

Resocialization of prisoners: challenges and pathways to social reintegration

Joab Figueiredo de Souza Maciel[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR

MACIEL, Joab Figueiredo de Souza; FACUNDES, Williane Tibúrcio. Ressocialização de detentos: desafios e caminhos para a reinserção social. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 258-284.

RESUMO

A ressocialização de pessoas privadas de liberdade constitui um dos principais desafios do sistema penal brasileiro, especialmente diante da distância entre a finalidade normativa da pena e a realidade vivenciada no cárcere. Este artigo analisa os desafios e os caminhos relacionados à reinserção social de detentos, considerando a função ressocializadora da pena, as limitações estruturais e institucionais do sistema prisional e as dificuldades enfrentadas pelos egressos após o cumprimento da sanção. A pesquisa parte da compreensão de que a execução penal brasileira, orientada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Execução Penal, não deve se restringir à privação da liberdade, mas proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Entretanto, a superlotação, a precariedade das instalações, a insuficiência de políticas públicas, a escassez de profissionais e a descontinuidade das ações de assistência comprometem a efetividade desse propósito. Soma-se a isso o estigma social atribuído ao egresso, que dificulta o acesso ao trabalho, à educação e às relações comunitárias, contribuindo para a manutenção de situações de vulnerabilidade e para o risco de reincidência criminal. A análise evidencia, ainda, a relevância da educação, do

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

trabalho e da assistência multidisciplinar como instrumentos de transformação e preparação para a vida em liberdade. Conclui-se que a efetiva ressocialização exige políticas públicas contínuas e articuladas, acompanhamento do egresso e participação conjunta do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil, de modo a transformar a reinserção social em uma prática concreta e compatível com a dignidade humana.

Palavras-chave: Ressocialização. Sistema prisional. Reinserção social. Egresso. Políticas públicas.

ABSTRACT

The resocialization of persons deprived of liberty is one of the main challenges facing the Brazilian criminal justice system, particularly given the gap between the normative purpose of punishment and the reality experienced within prisons. This article analyzes the challenges and possible paths related to the social reintegration of prisoners, considering the resocializing function of punishment, the structural and institutional limitations of the prison system, and the difficulties faced by former prisoners after completing their sentences. The research is based on the understanding that Brazilian criminal execution, guided by the Federal Constitution of 1988 and the Criminal Execution Law, should not be limited to deprivation of liberty, but should provide conditions for the harmonious social integration of convicted persons and inmates. However, overcrowding, inadequate facilities, insufficient public policies, staff shortages, and discontinuity in assistance programs undermine the effectiveness of this purpose. In addition, the social stigma attached to former prisoners makes access to employment, education, and community relationships more difficult, contributing to vulnerability and increasing the risk of criminal recidivism. The analysis also highlights the importance of education, work, and multidisciplinary assistance as instruments for transformation and preparation for life in freedom. It concludes that effective resocialization requires continuous and coordinated public policies, support for former prisoners, and joint participation by the State, the private sector, and civil society, in order to transform social reintegration into a concrete practice compatible with human dignity.

Keywords: Resocialization. Prison system. Social reintegration. Former prisoners. Public policies.

INTRODUÇÃO

A ressocialização de pessoas privadas de liberdade constitui tema de elevada relevância para o Direito Penal e para a sociedade, especialmente diante dos desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro. A pena, no modelo jurídico contemporâneo, não deve ser compreendida exclusivamente como instrumento de punição, mas também como mecanismo destinado à prevenção da criminalidade e à reintegração social do indivíduo condenado. No ordenamento jurídico brasileiro, essa perspectiva encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 e, de maneira específica, na Lei nº 7.210/1984, Lei de Execução Penal, que estabelece como objetivo da execução penal a efetivação da sentença e a criação de condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Apesar desse direcionamento normativo, a realidade das instituições prisionais brasileiras evidencia significativa distância entre o propósito legal e a execução concreta da pena. A superlotação, a precariedade das instalações, a insalubridade, a insuficiência de profissionais, a carência de recursos e a fragilidade das políticas públicas dificultam a oferta de educação, trabalho e assistência multidisciplinar, elementos fundamentais para a preparação do indivíduo para o retorno à sociedade. Nesse cenário, o cárcere pode deixar de funcionar como espaço de transformação e assumir características de contenção, reprodução de desigualdades e fortalecimento de vínculos com a criminalidade.

Os obstáculos à ressocialização, contudo, não se encerram no interior das unidades prisionais. O egresso enfrenta, após o cumprimento da pena, um processo de estigmatização que pode limitar suas oportunidades de trabalho, educação e convivência social. A rotulação como "ex-presidiário" ultrapassa a dimensão jurídica da condenação e produz consequências sociais que dificultam a reconstrução de uma trajetória de vida pautada pela autonomia e pela cidadania. A exclusão do mercado de trabalho, particularmente, representa importante barreira à reinserção, pois

a ausência de oportunidades pode ampliar situações de vulnerabilidade e dificultar o rompimento com o ciclo de criminalidade.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os principais desafios da ressocialização de detentos no Brasil e identificar caminhos capazes de favorecer sua efetiva reinserção social. Para tanto, aborda-se, inicialmente, a função da pena e seus fundamentos teóricos, estabelecendo-se a relação entre a finalidade ressocializadora e a realidade do sistema prisional. Em seguida, são examinados os principais obstáculos à reintegração, com destaque para o estigma social, a exclusão do egresso e as limitações estruturais e institucionais do cárcere. Por fim, discutem-se estratégias voltadas à construção de uma ressocialização mais efetiva, especialmente por meio da educação, do trabalho, da assistência multidisciplinar e do fortalecimento das políticas públicas de apoio ao egresso.

A relevância da pesquisa reside na necessidade de superar a compreensão da pena como mera privação da liberdade e reconhecer que a reinserção social constitui elemento indispensável para a efetividade da execução penal e para a própria segurança pública. Investir na preparação do indivíduo para o retorno à sociedade e assegurar condições mínimas para sua reconstrução pessoal e profissional não representa apenas uma medida de proteção aos direitos fundamentais, mas também uma estratégia de enfrentamento da reincidência criminal. Assim, discutir a ressocialização significa refletir sobre os limites do modelo prisional vigente e sobre a responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade na construção de alternativas capazes de conciliar a execução da pena, a dignidade humana e a reintegração social.

1 A FUNÇÃO DA PENA E A REALIDADE PRISIONAL

A reflexão sobre a função da pena ocupa lugar central no debate jurídico-penal, especialmente quando se pondera o fim ressocializador que orienta o ordenamento brasileiro (Milek, 2020). Desde as contribui-

ções clássicas de Cesare Beccaria (Beccaria apud Christo et al., 2021), a pena deixou de ser compreendida como simples forma de punição para assumir um papel voltado à prevenção e reintegração social (Cordeiro, 2025). Nessa perspectiva, a sanção penal deve ser proporcional, necessária e útil à coletividade, evitando excessos que apenas reforçam a lógica da violência (Sá; Lopes, 2025). Assim, mais do que punir, o direito penal contemporâneo visa, ao menos em seu plano normativo, criar condições para que o condenado possa reconstruir sua trajetória fora da criminalidade.

Entretanto, ao se observar a realidade do sistema prisional brasileiro, percebe-se um distanciamento significativo entre o ideal teórico e a prática institucional. As prisões, caracterizadas por superlotação, precariedade estrutural e carência de políticas consistentes, frequentemente deixam de cumprir qualquer função ressocializadora (Abreu; Oliveira; Teló, 2025). Em vez disso, reproduzem as dinâmicas de exclusão e fortalecem os vínculos com a criminalidade, conforme apontam diferentes correntes críticas da criminologia (Silva Júnior, J. C. B, 2025). Esse cenário evidencia um paradoxo: enquanto a legislação prevê a reintegração social como finalidade da pena, o cotidiano carcerário tende a inviabilizá-la, colocando em xeque a própria efetividade do sistema.

1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PENA E SUA FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA

A compreensão da pena no âmbito do direito penal moderno exige, antes de tudo, um resgate de seus fundamentos teóricos, especialmente no que diz respeito à sua finalidade ressocializadora (Pontes, 2025). Desse modo, a obra de Cesare Beccaria representa um marco indispensável, ao romper com a lógica puramente punitiva e vingativa que historicamente orientava as sanções penais (Beccaria apud Christo *et al*., 2021). A pena deve ser proporcional ao delito, necessária à manutenção da ordem social e, sobretudo, útil à coletividade, afastando-se de excessos que só reproduzem violência (Nepomuceno, 2025). Essa concepção inaugura uma nova racionalidade penal, onde o castigo deixa de ser um fim em si mesmo e

passa a ser instrumento de prevenção e de reconstrução do vínculo social rompido pelo crime (Bezerra, 2023).

Ao longo do desenvolvimento do pensamento jurídico, essa perspectiva foi sendo incorporada e ampliada, especialmente com a consolidação dos princípios constitucionais que regem o Estado Democrático de Direito (Cândido, 2025). No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2022) e a Lei de Execução Penal (Brasil, 2008) estabelecem que a pena não deve se limitar à privação da liberdade, mas promover condições para a reintegração do indivíduo à sociedade.

Na Constituição (Brasil, 2022), tem-se que:

> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> [...]
>
> XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:
>
> privação ou restrição da liberdade;
>
> perda de bens;
>
> multa;
>
> prestação social alternativa;
>
> suspensão ou interdição de direitos (Brasil, 2022, p. 15).

Já na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Brasil, 2008), afirma-se que:

> **Art. 1º** A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão crimina e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (Brasil, 2008, p. 19).
>
> **Art. 10.** A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

> **Parágrafo único.** A assistência estende-se ao egresso (Brasil, 2008, p. 21).
>
> **Art. 44.** A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.
>
> **Parágrafo único.** Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório (Brasil, 2008, p. 32).

Tudo isso implica reconhecer o apenado como sujeito de direitos, cuja dignidade deve ser preservada mesmo diante da sanção imposta (Aith, 2023). Assim, a execução penal passa a ter um caráter não só repressivo, mas principalmente educativo e assistencial, o que acaba envolvendo o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e ao acompanhamento psicossocial (Nunes, 2024).

No entanto, a análise teórica da função da pena não se esgota em sua dimensão normativa. Foucault propõe uma leitura crítica ao demonstrar que a prisão, mais do que um espaço de reeducação, atua como um mecanismo de controle e disciplinamento dos corpos (Dantas, 2018). Em "Vigiar e punir", o autor evidencia que o cárcere integra uma rede mais ampla de instituições que moldam comportamentos e criam sujeitos adaptados às normas sociais (Foucault, 1987).

> E finalmente, o que se procura reconstruir nessa técnica de correção não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele (Foucault, 1987, p. 148).

Essa perspectiva ajuda a problematizar a ideia de ressocialização, ao sugerir que o sistema penal pode, na prática, reproduzir desigualdades e reforçar mecanismos de exclusão, em vez de superá-los (Reis, 2023).

No mesmo sentido, a criminologia crítica latino-americana, examinada a partir da perspectiva teórica de Eugenio Raúl Zaffaroni por Leal

(2025), aponta para a seletividade do sistema penal, que incide de forma desproporcional sobre populações socialmente vulneráveis (Leal, 2025). Essa seletividade prejudica a legitimidade do discurso ressocializador, uma vez que mostra que nem todos são igualmente alcançados pelo sistema, nem têm as mesmas condições de reintegração (Bueno, 2025). Quando a entrada no cárcere já acontece de maneira desigual, a promessa de reinserção social tende a se fragilizar, transformando-se, muitas vezes, em um ideal distante da realidade concreta.

Apesar dessas críticas, é importante reconhecer que a função ressocializadora da pena continua sendo um princípio fundamental no plano jurídico e normativo. Ela orienta a construção de políticas públicas, programas educacionais e iniciativas voltadas à reintegração social dos apenados (Quintela; Vingi; Oliveira, 2025). Mais do que uma utopia, trata-se de um objetivo que, embora desafiador, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta (Silva, 2024a). Nesse sentido, discutir os fundamentos da pena não é apenas um exercício teórico, mas um passo necessário para compreender as limitações do sistema atual e pensar em alternativas que tornem a ressocialização uma realidade possível, e não somente um ideal previsto na lei.

1.2 A CRISE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

A análise atual do sistema prisional brasileiro revela um cenário que contrasta fortemente com os fundamentos teóricos que orientam a função ressocializadora da pena (Coelho, 2025). Embora o ordenamento jurídico imponha que a execução penal deve promover a reintegração do condenado à sociedade, o que se observa, na prática, é a predominância do modelo centrado na mera custódia (Nunes, 2024). As unidades prisionais, em grande parte, operam em condições precárias, marcadas pela superlotação, pela insalubridade e pela ausência de recursos básicos, o que compromete não só a dignidade das pessoas privadas de liberdade, mas também qualquer possibilidade concreta de transformação social por meio da pena (Souto, 2025).

Nesse contexto, a superlotação carcerária se apresenta como um dos principais entraves à efetividade do sistema (Souza; Cordeiro, 2023). O excesso de detentos em espaços reduzidos dificulta a implantação de políticas individuais de acompanhamento, inviabiliza a oferta adequada de atividades educativas e laborais e favorece a dispersão de conflitos e violências internas (Coelho, 2025). Além disso, a convivência forçada em ambientes degradados contribui para o fortalecimento de organizações criminosas, que passam a exercer controle sobre a dinâmica interna das prisões (Silva Júnior, J.C.B, 2025). Assim, o cárcere deixa de cumprir uma função preventiva e passa a atuar como um espaço de reprodução e ampliação da criminalidade.

Outro aspecto relevante é a insuficiência de políticas públicas voltadas à execução penal. Ainda que existam previsões legais que assegurem o acesso à educação, ao trabalho e à assistência multidisciplinar, a implementação dessas medidas ocorre de forma limitada e, muitas vezes, desarticulada (Nunes, 2024). A falta de investimentos contínuos e de planejamento estruturado faz com que tais iniciativas alcancem apenas uma parcela reduzida da população carcerária (Leiras, 2025). Como resultado, muitos detentos permanecem em situação de ociosidade durante o cumprimento da pena, o que reforça sentimentos de inutilidade, desmotivação e afastamento (Oliveira, 2019).

A precariedade também se estende às condições de trabalho dos profissionais que atuam no sistema prisional, especialmente os policiais penais. O déficit de efetivo, incorporado à falta de capacitação adequada e às condições adversas de trabalho, compromete a segurança das unidades e limita o acompanhamento individualizado dos detentos (Nunes, 2025). Sem profissionais suficientes e preparados, torna-se inviável desenvolver programas consistentes de ressocialização, bem como garantir o cumprimento dos direitos básicos previstos na legislação (Coelho, 2025). Nesse cenário, o sistema acaba se reduzindo a uma mera estrutura de contenção, totalmente distante de qualquer proposta educativa ou transformadora (Silva, 2021).

Diante desses fatores, evidencia-se que a crise do sistema prisional brasileiro não é só estrutural, mas também institucional e política (Oliveira; Santos; Andrade, 2025). A distância entre o que a lei prevê e o que efetivamente se concretiza revela uma fragilidade na implementação de políticas públicas e na priorização da pauta penitenciária (Leiras, 2025). Mais do que um problema restrito ao ambiente carcerário, essa realidade impacta diretamente a sociedade, na medida em que dificulta a reintegração dos egressos e contribui para a manutenção dos índices de reincidência criminal (Silva, 2024b). Assim, refletir sobre a crise do sistema prisional é reconhecer seus limites atuais e entender a urgência de mudanças que tornem possível aproximar a prática do ideal ressocializador previsto no ordenamento jurídico.

2 DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO NO BRASIL

A análise dos desafios da ressocialização no Brasil exige compreender que a reintegração social do egresso não depende só do período de cumprimento da pena, mas de um conjunto de fatores sociais, econômicos e institucionais que se estendem para além dos muros do cárcere (Dias; Oliveira, 2025). Nesse contexto, a exclusão social surge como um elemento central, sobretudo quando associada ao estigma que acompanha aqueles que passaram pelo sistema prisional (Lopes, 2019). A marca de "ex-presidiário" tende a limitar oportunidades, dificultando o acesso ao trabalho formal, à educação e a espaços de convivência social, o que fragiliza as possibilidades reais de reconstrução de trajetórias de vida (Brito, 2025).

Paralelamente, os obstáculos estruturais do próprio sistema prisional colaboram para agravar esse cenário, na medida em que não oferecem condições adequadas para a preparação do indivíduo para o retorno à sociedade (Brito, 2025). A insuficiência de políticas públicas, a precariedade das unidades prisionais e a falta de programas contínuos de capacitação e assistência mostram uma fragilidade institucional que traz prejuízo à efetividade da ressocialização (Seares, 2025). Dessa forma, o processo de

reinserção social acaba sendo marcado por rupturas e descontinuidades, provando que os desafios não se limitam ao período de encarceramento, mas refletem um problema mais amplo, que envolve tanto o Estado quanto a própria sociedade.

2.1 ESTIGMA SOCIAL E EXCLUSÃO DO EGRESSO

O processo de ressocialização de pessoas que passaram pelo sistema prisional encontra, no estigma social, um de seus maiores obstáculos. Ao deixar o cárcere, o indivíduo não retorna à sociedade em condições de igualdade, mas carrega consigo uma marca simbólica que influencia diretamente suas oportunidades e relações (Correia, 2022). Esse rótulo de "ex-presidiário" ultrapassa a dimensão jurídica da pena e se projeta sobre a vida social, afetando a forma como o egresso é percebido e tratado (Silva, 2019). Mesmo após o cumprimento da sanção, a punição parece se prolongar de maneira informal, dificultando a reconstrução de uma trajetória digna.

Sobre esse mecanismo de rotulação, Becker (2008) explica:

> O grau em que um ato é tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. As regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas do que outras. [...] O indivíduo que foi rotulado como desviante passa a ser visto como uma pessoa diferente, alguém que não pode ser confiado para viver de acordo com as regras do grupo (Becker, 2008, p. 27,46).

Esse estigma se manifesta de forma ainda mais evidente no acesso ao mercado de trabalho, o qual representa um dos principais caminhos para a reinserção social (Pompeu; Freire, 2026). Muitas empresas resistem em contratar egressos, seja por receio, preconceito ou carência de políticas inclusivas, o que acaba reduzindo significativamente as possibilidades de inserção profissional (Silva, A. J. H. et al., 2025). Sem emprego formal, o indivíduo enfrenta dificuldades para assegurar a sua subsistência e reconstruir a sua autonomia, o que pode levá-lo a situações de vulnerabilidade. Portanto, o trabalho, que deveria funcionar como um instrumento

de reintegração, acaba se tornando uma barreira adicional (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2024).

Além das dificuldades profissionais, a exclusão social também se manifesta nas relações cotidianas, afetando vínculos familiares, comunitários e institucionais (Silva, 2019). O egresso, muitas vezes, encontra resistência até mesmo em ambientes que deveriam oferecer acolhimento, contribuindo para emergir sentimentos de isolamento, desvalorização e perda de identidade social. Essa rejeição tende a impactar, de forma direta, a sua autoestima, fragilizando a sua capacidade de projetar um futuro diferente daquele que o levou ao sistema prisional (Castanho, 2019). Assim, a exclusão não é apenas material, mas também simbólica e emocional.

A literatura aponta que a falta de políticas públicas eficazes voltadas ao egresso intensifica esse panorama de marginalização (Pompeu; Freire, 2026). Embora existam iniciativas pontuais de apoio à reinserção, tais como os programas de capacitação e a intermediação de emprego, essas ações ainda são insuficientes e pouco articuladas (Carvalho, 2025a). Falta, sobretudo, uma política estruturada que acompanhe o indivíduo após o cumprimento da pena, dando suporte contínuo e condições reais de reintegração. Sem esse apoio, o retorno à sociedade ocorre abruptamente, sem preparo adequado para enfrentar as barreiras impostas pelo contexto social (Dias; Oliveira, 2025).

Diante desse quadro, percebe-se que o estigma social não somente dificulta a ressocialização, mas também coopera diretamente para a manutenção dos índices de reincidência criminal (Dias; Oliveira, 2025). Ao negar oportunidades e reforçar a exclusão, a sociedade acaba criando um ambiente propício para que o egresso retorne a práticas ilícitas como forma de sobrevivência (Brito, 2025). Enfrentar o preconceito e ampliar as possibilidades de inclusão social não é apenas uma questão de justiça individual, mas também uma estratégia fundamental para a promoção da segurança pública e para a construção de uma sociedade mais equilibrada.

2.2 LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS E INSTITUCIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL

A análise das limitações estruturais e institucionais do sistema prisional brasileiro evidencia um conjunto de fragilidades que comprometem diretamente a efetividade da ressocialização (Marques; Leite, 2025). Ainda que a legislação preveja a reintegração social como finalidade da pena, o funcionamento concreto das prisões desponta um cenário marcado pela precariedade e pela desarticulação de políticas públicas (Gama, 2025). Nesse contexto, a execução penal acaba sendo reduzida, em muitos casos, a uma lógica de contenção, distante de qualquer proposta educativa ou transformadora. Assim, a estrutura do sistema, por si só, já se mostra como um obstáculo significativo à reconstrução de trajetórias de vida (Muraro, 2017).

Sobre a falha intrínseca dessa estrutura, Foucault (1987) observa:

> A prisão, em vez de devolver à liberdade indivíduos respeitadores da lei, lança na população delinquentes perigosos. [...] A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pela existência que faz os detentos levarem: quer se lhes imponha um trabalho inútil, para o qual não encontrarão emprego; é de qualquer maneira não pensar no homem em sociedade (Foucault, 1987, p. 222–223).

Um dos pontos críticos dessa realidade é a precariedade das instalações prisionais, frequentemente marcadas por superlotação, insalubridade e condições degradantes de custódia (Silva, 2018). Esses fatores dificultam a organização de rotinas que incluam atividades educativas, laborais e de assistência, além de impactarem negativamente a saúde física e mental dos detentos (Gomes, 2020). Em ambientes marcados por tensão constante e falta de condições mínimas de dignidade, torna-se inviável desenvolver qualquer processo consistente de ressocialização (França, 2024). Nesse sentido, pode-se afirmar que o espaço prisional deixa de ser uma localidade de reeducação e passa a funcionar como um ambiente de reprodução de desigualdades.

Outro aspecto diz respeito à insuficiência e à descontinuidade das políticas públicas voltadas à execução penal. Embora existam previsões normativas que garantam direitos como educação, trabalho e assistência multidisciplinar, a implantação dessas garantias ocorre de forma limitada e desigual entre as unidades prisionais (Silva, 2024c). A falta de planejamento integrado e de investimentos contínuos faz com que muitas iniciativas sejam pontuais e incapazes de produzir resultados duradouros. A ressocialização, nesse panorama, acaba sendo tratada mais como um ideal previsto na lei do que como uma prática efetivamente consolidada (Magalhães, 2018).

A limitação do efetivo de policiais penais e a carência de capacitação adequada também representam entraves importantes para o funcionamento do sistema. Com um número reduzido de profissionais para lidar com uma população carcerária crescente, torna-se difícil garantir a segurança das unidades e, ao mesmo tempo, promover um acompanhamento individualizado dos detentos (Nunes, 2025). Além disso, as condições de trabalho adversas enfrentadas por esses servidores impactam diretamente a qualidade das atividades desenvolvidas no ambiente prisional. Sem suporte institucional adequado, a atuação dos profissionais se torna limitada à manutenção da ordem, em detrimento de ações voltadas à ressocialização (Silva, 2024d).

Fica evidente que as limitações estruturais e institucionais do sistema prisional não só dificultam, mas muitas vezes inviabilizam a efetivação da função ressocializadora da pena (Correia, 2025). A ausência de condições materiais, aliada à fragilidade das políticas públicas e à sobrecarga dos profissionais, colabora para a manutenção de um modelo que pouco transforma e muito exclui (Nunes, 2025). Assim, repensar a estrutura e o funcionamento do sistema prisional torna-se uma necessidade urgente, não só para garantir direitos, mas também para possibilitar que a execução penal cumpra, de fato, seu papel na construção de uma sociedade mais justa e segura.

3 CAMINHOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL

A discussão sobre os caminhos para a reinserção social de detentos exige um olhar que vá além da identificação dos problemas, direcionando a análise para possíveis soluções concretas e viáveis (Dias; Oliveira, 2025). A ressocialização não pode ser um processo automático decorrente do cumprimento da pena, mas como resultado de ações articuladas que envolvem o Estado, a sociedade e diferentes instituições (Silva; Oliveira; Jardim, 2025). A construção de estratégias eficazes passa, necessariamente, pelo fortalecimento de políticas públicas que promovam condições reais de reconstrução de trajetórias, assegurando ao egresso oportunidades que irrompam com o ciclo de exclusão e reincidência (Leiras, 2025).

Além disso, é fundamental reconhecer que a reintegração social não se inicia só após a saída do sistema prisional, mas deve ser construída ainda durante o cumprimento da pena (Ferreira; Cardoso, 2025). A oferta de educação, de trabalho e de assistência multidisciplinar no ambiente prisional representa um passo essencial nesse processo, pois ajuda no desenvolvimento de habilidades, para o fortalecimento da autoestima e para a construção de novas perspectivas (Souza; Santos, 2025). Quando essas ações são articuladas com políticas de apoio ao egresso, cria-se um ambiente mais favorável à reinserção, provando que a ressocialização, quando tratada com seriedade, pode deixar de ser um ideal abstrato e se tornar uma possibilidade concreta.

3.1 EDUCAÇÃO, TRABALHO E ASSISTÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL

A promoção da educação no sistema prisional constitui um dos pilares mais relevantes para a efetivação da ressocialização, na medida em que amplia horizontes e possibilita a reconstrução de projetos de vida (Santos, 2025). Ao ter acesso à educação formal, o indivíduo privado de liberdade passa a desenvolver não só conhecimentos técnicos, mas também habilidades cognitivas e sociais que ajudam para sua autonomia (Carvalho, 2025b). Assim, a educação atua como um instrumento de

transformação, permitindo que o detento possa se reconhecer como um indivíduo capaz de aprender, evoluir e ocupar novos espaços na sociedade.

Sobre a importância da assistência educacional como dever do Estado e direito do preso, Bitencourt (2011) afirma:

> A educação, além de ser um direito do homem, é também um dever do Estado. Na prisão, ela assume uma importância fundamental, pois é um dos meios mais eficazes para a ressocialização do delinquente. A instrução escolar e a formação profissional devem ser consideradas como os meios mais adequados para preparar o recluso para a vida em liberdade, proporcionando-lhe os conhecimentos e a habilidade necessários para que possa exercer uma atividade útil e honesta (Bitencourt, 2011, p. 544).

Ademais, a educação no cárcere tem um impacto que vai além da qualificação profissional, alcançando dimensões subjetivas importantes, como a autoestima e o senso de pertencimento social (Carvalho, 2025b). Inúmeros detentos, ao ingressarem em programas educacionais, passam a ressignificar suas trajetórias, rompendo com a ideia de que estão limitados ao passado criminal. Esse processo contribui para a construção de uma nova identidade, baseada em possibilidades futuras e não apenas em erros anteriores (Silva, 2024e). Desse modo, a educação se consolida como uma ferramenta essencial na construção de caminhos mais dignos e sustentáveis para o retorno à sociedade.

O trabalho, por sua vez, também tem papel crucial no processo de ressocialização, especialmente por sua relação direta com a inserção social e econômica do indivíduo. A participação em atividades laborais durante o cumprimento da pena possibilita o desenvolvimento de habilidades práticas, disciplina e senso de responsabilidade, além de promover uma alternativa produtiva à ociosidade no ambiente prisional. Quando bem estruturado, o trabalho prisional pode funcionar como uma ponte entre o cárcere e o mercado formal, facilitando a reintegração após a liberdade (Sousa, 2025).

Entretanto, é importante destacar que o trabalho no sistema prisional precisa ir além de uma ocupação meramente temporária ou simbólica. Para que tenha efetividade, deve estar articulado a políticas de qualificação profissional e certificação, garantindo que as habilidades desenvolvidas possam ser reconhecidas fora do ambiente carcerário (Lima; Lima, 2025). Sem essa conexão com o mundo externo, o trabalho perde parte de seu potencial transformador, tornando-se apenas uma atividade paliativa, incapaz de gerar impactos duradouros na vida do egresso.

Por fim, a assistência multidisciplinar se mostra como elemento indispensável para complementar as ações de educação e trabalho, oferecendo suporte integral ao indivíduo no cumprimento da pena (Ferrari; Ferrari; Freitas, 2025). O acompanhamento psicológico, social e jurídico contribui para a compreensão das causas que levaram ao envolvimento com a criminalidade, assim como o desenvolvimento de estratégias que favoreçam uma mudança de comportamento (Cursino; Queiroz, 2025). Quando essas dimensões são trabalhadas de forma integrada, cria-se um ambiente bem mais propício à ressocialização, onde a reintegração social não depende de ações isoladas, mas de um conjunto articulado de práticas voltadas à valorização da dignidade.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E APOIO AO EGRESSO

A construção das políticas públicas voltadas ao egresso do sistema prisional representa uma etapa fundamental para a efetivação da ressocialização, uma vez que o retorno à sociedade é marcado por inúmeras dificuldades práticas e simbólicas. Ao deixar o cárcere, o indivíduo se depara com a necessidade de reconstruir sua vida em um contexto que, muitas vezes, não está preparado para recebê-lo. Nesse cenário, a falta de suporte institucional adequado colabora para o agravamento da vulnerabilidade social, dificultando o acesso a direitos e ampliando o risco de reincidência (Brito, 2025).

Nesse sentido, torna-se essencial a implementação de políticas que promovam o acompanhamento contínuo do egresso, indo além de ações

pontuais e desarticuladas. Programas de apoio que envolvam a orientação profissional, o encaminhamento ao mercado de trabalho e o suporte psicossocial podem desempenhar um papel decisivo na reintegração social. Quando o Estado assume essa responsabilidade de maneira estruturada, cria-se um ambiente muito mais favorável para que o indivíduo consiga se reorganizar e construir novas perspectivas de vida fora da criminalidade (Brito, 2025).

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de articulação entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. A reinserção social não pode ser tratada como uma responsabilidade exclusiva do Estado, mas como um compromisso coletivo. Parcerias com empresas, organizações não governamentais e instituições de ensino podem expandir significativamente as oportunidades aos egressos, especialmente no que se refere à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho. Essa integração de esforços torna as políticas mais eficazes e abrangentes (Rodrigues, 2022).

Entretanto, apesar da importância dessas iniciativas, ainda se observa uma fragilidade na implementação e continuidade dessas políticas no contexto brasileiro. Muitas ações são desenvolvidas de forma isolada, sem integração entre diferentes setores e sem acompanhamento de longo prazo. Essa descontinuidade compromete os resultados e limita o alcance das políticas, fazendo com que muitos egressos não consigam se manter inseridos socialmente de modo estável. Assim, o desafio não está só na criação de programas, mas na sua consolidação e sustentabilidade (Leiras, 2025).

Diante desse panorama, percebe-se que o fortalecimento de políticas públicas e de redes de apoio ao egresso é imperativa para romper o ciclo de exclusão e reincidência. Garantir condições reais de reintegração social não é apenas uma questão de justiça individual, mas uma estratégia essencial para a promoção da segurança pública e da coesão social. Ao investir na reinserção, a sociedade não apenas oferece uma nova oportunidade ao indivíduo, mas também contribui para a construção de um am-

biente mais justo, inclusivo e menos marcado pela repetição da violência (Castanho, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível entender que a ressocialização de detentos, embora amplamente prevista no ordenamento jurídico brasileiro, ainda enfrenta vários obstáculos significativos para sua efetivação prática. A análise dos fundamentos da pena evidenciou que, em teoria, o sistema penal está orientado para a reintegração social do indivíduo. No entanto, quando essa proposta é confrontada com a realidade do sistema prisional, percebe-se um cenário marcado por contradições, no qual a pena acaba assumindo, muitas vezes, um caráter meramente punitivo e excludente.

Nesse sentido, os desafios analisados ao longo do estudo demonstram que a dificuldade de ressocialização não está restrita ao ambiente prisional, mas se estende para a própria estrutura social. O estigma enfrentado pelos egressos, aliado à escassez de oportunidades no mercado de trabalho, contribui para a manutenção de um ciclo de exclusão que fragiliza qualquer tentativa de recomeço. Ao mesmo tempo, as limitações estruturais e institucionais do sistema prisional revelam um modelo que, em vez de preparar o indivíduo para a liberdade, muitas vezes reforça condições que favorecem a reincidência na criminalidade.

Por outro lado, o trabalho também possibilitou identificar que existem caminhos possíveis para a construção de uma ressocialização bem mais efetiva. A valorização da educação, do trabalho e da assistência multidisciplinar no ambiente prisional se mostra essencial para promover mudanças concretas na vida dos detentos. Além disso, o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao egresso e a articulação entre diferentes setores da sociedade surgem como estratégias fundamentais para garantir continuidade ao processo de reintegração após o cumprimento da pena.

Portanto, conclui-se que a ressocialização não pode ser tratada como um ideal distante ou meramente formal, mas como uma necessidade concreta para a construção de uma sociedade mais justa e segura. Mais do que repensar o sistema prisional, é preciso repensar a forma como a sociedade enxerga o egresso e as oportunidades que lhe são oferecidas. Investir na reinserção social não significa apenas beneficiar o indivíduo, mas contribuir diretamente para a redução da criminalidade e fortalecimento da cidadania, evidenciando que a verdadeira eficácia da pena está, sobretudo, na sua capacidade de transformar trajetórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. H. S.; OLIVEIRA, L. G.; TELÓ, V. P. Da superlotação à ressocialização: desafios do sistema prisional brasileiro. **Revista Camalotes**, v. 4, n. 1, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LSab. Acesso em: 6 abr. 2026.

AITH, M. G. S. **Execução das penas privativas de liberdade e suas finalidades**: princípio da dignidade humana e a necessidade de desencarceramento. 2023. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LS8F. Acesso em: 6 abr. 2026.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução: Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BEZERRA, A. P. N. **Da culpa à restituição**: a função da pena em crime e castigo. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LSg5. Acesso em: 6 abr. 2026.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. [Lei de Execução Penal (1984)]. **Lei de Execução Penal**: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. Disponível em: https://shre.ink/LSbA. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda

Constitucional nº 116/2022. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: https://shre.ink/LSbJ. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRITO, E. F. **Sistema prisional, ações e práticas dos escritórios sociais e o processo de ressocialização dos egressos**: apoiando o retorno à sociedade e viabilizando direitos. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LbT9. Acesso em: 8 abr. 2026.

BUENO, C. D. C. **O discurso de reintegração social de pessoas privadas de liberdade no Brasil**. 2025. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LeWe. Acesso em: 7 abr. 2026.

CÂNDIDO, J. L. **Considerações sobre a (in)adequação do ativismo judicial no Estado Democrático de Direito brasileiro**. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LS8f. Acesso em: 6 abr. 2026.

CARVALHO, C. M. C. **Reinserção de ex-reclusos na sociedade**: políticas, programas e percursos. 2025a. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária) – Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, PT, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LgAR. Acesso em: 9 abr. 2026.

CARVALHO, M. P. **Educação, percepções e reinserção social**: um estudo com jovens e adultos privados de liberdade na penitenciária Odenir Guimarães (Aparecida de Goiânia). 2025. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, RS, 2025b. Disponível em: https://shre.ink/LDHg. Acesso em: 9 abr. 2026.

CASTANHO, A. C. F. **A reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção do Egresso e Família**. 2019. 112 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019. Disponível em: https://shre.ink/Lgpc. Acesso em: 9 abr. 2026.

CHRISTO, E. B. *et al.* Obscuridade da lei penal: um comparativo da obra de Beccaria. In: RIGOTTI, J. P. *et al.* (Orgs.). **Direito Contemporâneo em Debate:** Temas Multidisciplinares Nacionais e Internacionais. Erechim, RS: EdiFAPES, 2021. p. 106-117. Disponível em: https://shre.ink/LSDk. Acesso em: 6 abr. 2026.

COELHO, T. S. **A ineficiência do sistema prisional brasileiro na ressocialização dos apenados e seus reflexos na reincidência criminal**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, São Paulo, SP, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lese. Acesso em: 7 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **O trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional**: desafios e experiências estaduais na garantia de direitos fundamentais. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LgB9. Acesso em: 9 abr. 2026.

CORDEIRO, M. C. **A origem e a evolução da privação de liberdade sob a perspectiva histórica e teórica da pena**: Uma análise do desenvolvimento do sistema prisional brasileiro ao longo dos anos. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual do Piauí, Piripiri, PI, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LSQg. Acesso em: 6 abr. 2026.

CORREIA, F. B. **Narrativas de sobreviventes ao cárcere e suas aprendizagens biográficas**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022. Disponível em: https://shre.ink/LbpY. Acesso em: 8 abr. 2026.

CORREIA, F. B. L. **Efeito dessocializador no sistema carcerário do estado do Ceará**. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LgOu. Acesso em: 9 abr. 2026.

CURSINO, A. S.; QUEIROZ, P. Educação estratégica e psicologia jurídica a serviço da segurança pública. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 9, n. 2, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LDd3. Acesso em: 9 abr. 2026.

DANTAS, D. F. **Leitura crítica**: um caminho para a ressocialização. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LeWz. Acesso em: 7 abr. 2026.

DIAS, M. C. F.; OLIVEIRA, E. S. Ressocialização carcerária: análise das condições e desafios para a reinserção social de ex-detentos. **Revista Jurídica IUS Vivens**, v. 6, n. 7, p. 14–29, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LbT2. Acesso em: 8 abr. 2026.

FERRARI, D. A.; FERRARI, F. J.; FREITAS, L. M. Reintegração do apenado através da educação, direito assegurado para todos: um dever do Estado e da família que será promovida e incentivada pela sociedade. **Revista Jurídica Gralha Azul**, v. 1, n. 31, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LDd0. Acesso em: 9 abr. 2026.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FRANÇA, M. O. **Sistema prisional brasileiro**: uma relação entre a realidade vivenciada nos presídios e o princípio da dignidade da pessoa humana. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, 2024. Disponível em: https://shre.ink/Lgjv. Acesso em: 9 abr. 2026.

FERREIRA, R. S. M.; CARDOSO, L. G. L. A reinserção social do egresso como direito à igualdade. **Ciências Jurídicas**, v. 26, n. 1, p. 76–84, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LgPB. Acesso em: 9 abr. 2026.

GAMA, M. S. **A ineficiência do sistema penitenciário brasileiro no processo de ressocialização dos apenados – uma análise sobre o prisma doutrinário**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lg7O. Acesso em: 9 abr. 2026.

GOMES, A. V. **Entrelaçamento da vida no cárcere entre educação, saúde e lazer**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2020. Disponível em: https://shre.ink/Lgjx. Acesso em: 9 abr. 2026.

LEAL, N. H. A. B. **Em busca de uma criminologia cautelar**: um estudo com base na proposta de Zaffaroni. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Les4. Acesso em: 7 abr. 2026.

LEIRAS, M. **Memória e políticas públicas**: uma análise das políticas penais e sociais direcionadas às pessoas egressas do sistema prisional. 2025. 192 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LbcB. Acesso em: 8 abr. 2026.

LIMA, E. A.; LIMA, R. A. Trabalho decente como ferramenta de reintegração social: desafios e (in)eficácia do sistema prisional brasileiro. **Revista Jurídica do Ministério Público**, v. 1, n. 14, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LDT6. Acesso em: 9 abr. 2026.

MAGALHÃES, V. E. **Caminhos para a ressocialização**: percurso necessário. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LgNh. Acesso em: 9 abr. 2026.

MARQUES, L. A.; LEITE, B. M. Políticas públicas no sistema prisional como medida de ressocialização: conjunto penal de Itabuna, BA. **Revista Ibero-Americana de**

Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 11, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lg7v. Acesso em: 9 abr. 2026.

MILEK, P. R. **A função (res)socializadora da pena e sua ineficácia no sistema penal brasileiro**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: https://shre.ink/LSk0. Acesso em: 6 abr. 2026.

MURARO, M. **Sistema penitenciário e execução penal**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

NEPOMUCENO, J. G. S. **A remição da pena como reparação e redução dos danos decorrentes do encarceramento degradante**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LSgF. Acesso em: 6 abr. 2026.

NUNES, A. **Da Execução Penal**. 4. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

NUNES, A. G. S. **A prisionização do policial penal e seus reflexos na vida profissional e pessoal**: uma revisão integrativa. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lb21. Acesso em: 8 abr. 2026.

OLIVEIRA, L. F. **A utilização prática do trabalho do apenado como causa de (re)inserção social no sistema penitenciário**. 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2019. Disponível em: https://shre.ink/Lbl9. Acesso em: 8 abr. 2026.

OLIVEIRA, B. A.; SANTOS, K. M.; ANDRADE, C. M. L. Os desafios da ressocialização no sistema penitenciário brasileiro: entre o ideal e a realidade. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 12, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LbkK. Acesso em: 8 abr. 2026.

POMPEU, M. M.; FREIRE, A. C. P. Preconceito e exclusão laboral: os desafios dos egressos do sistema prisional do Pará na busca por emprego formal. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 17, n. 59, 2026. Disponível em: https://shre.ink/LgBy. Acesso em: 9 abr. 2026.

PONTES, P. A. B. **A finalidade ressocializadora da pena no direito brasileiro**: a relevância do método APAC à luz do HC 383.102/PR do STJ. 2025. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LSDz. Acesso em: 6 abr. 2026.

QUINTELA, F. P.; VINGI, A.; OLIVEIRA, F. A. M. A aplicação da pena e a ressocialização do sistema prisional brasileiro. **Revista Multidisciplinar Integrada**, v. 7, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LeW3. Acesso em: 7 abr. 2026.

REIS, R. C. P. **A era do biopoder**: uma análise foucaultiana sobre a prisão e a sujeição dos corpos encarcerados. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2023. Disponível em: https://shre.ink/Lesi. Acesso em: 7 abr. 2026.

RODRIGUES, M. A. **Reinserção social**: o trabalho da sociedade civil durante e após a reclusão. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, PT, 2022. Disponível em: https://shre.ink/LDW2. Acesso em: 9 abr. 2026.

SÁ, K. V.; LOPES, J. A. B. A teoria da prevenção geral no Direito Penal: limites e eficácia na redução da criminalidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciência e Educação**, v. 11, n. 11, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LSch. Acesso em: 6 abr. 2026.

SANTOS, A. M. **Atuação do pedagogo em espaços não escolares**: práticas educativas no sistema prisional. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LDH1. Acesso em: 9 abr. 2026.

SEARES, L. Prisões superlotadas: o colapso do sistema carcerário brasileiro. **Revista Jurídica IUS Vivens**, v. 6, n. 6, p. 15–30, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lbdt. Acesso em: 8 abr. 2026.

SILVA, C. Y. C. **Estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro**: superlotação carcerária e a precariedade das instalações. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, PE, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LgG0. Acesso em: 9 abr. 2026.

SILVA, C. M. F. S. **Perspectiva de egressos do sistema prisional em relação à vida em sociedade após o cumprimento da pena**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019. Disponível em: https://shre.ink/Lbsf. Acesso em: 8 abr. 2026.

SILVA, A. A. P. T. **Paliativismos institucionais na gestão do sistema penitenciário brasileiro a partir da realidade prisional do estado da Paraíba**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2021. Disponível em: https://shre.ink/LbQK. Acesso em: 8 abr. 2026.

SILVA, Y. C. R. **Os desafios da ressocialização do apenado no cumprimento da pena privativa de liberdade**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Três Pontas, Três Pontas, MG, 2024a. Disponível em: http://192. 100.247.84:8080/bitstream/prefix/2754/1/Ysadorah%20Christine%20Rezende%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

SILVA, J. F. **Sistema prisional brasileiro**: a crise carcerária à luz da realidade paraibana. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, PB, 2024b. Disponível em: https://shre.ink/LbTF. Acesso em: 8 abr. 2026.

SILVA, C. L. M. **Desafios e incompatibilidades na execução da pena privativa de liberdade no Brasil**: uma análise dos princípios constitucionais diante da realidade carcerária em cenários de precariedade e violações. 2024. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2024c. Disponível em: https://shre.ink/LgNr. Acesso em: 9 abr. 2026.

SILVA, S. M. M. **A qualidade de vida no ambiente penitenciário**: uma análise sobre a saúde mental dos policiais penais. 2024. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2024d. Disponível em: https://shre.ink/LgwZ. Acesso em: 9 abr. 2026.

SILVA, G. S. **Produção de sentidos sobre a educação na prisão em um contexto de racionalização do sistema penal**. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024e. Disponível em: https://shre.ink/LDQX. Acesso em: 9 abr. 2026.

SILVA JÚNIOR, J. C. B. **De que maneira a ausência de políticas públicas efetivas para a reintegração social dos presos reforça o crescimento do crime organizado nas penitenciárias brasileiras?** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LScY. Acesso em: 6 abr. 2026.

SILVA, V. R.; OLIVEIRA, V. M.; JARDIM, K. R. Ressocialização do preso no Brasil e suas consequências para a sociedade. **Revista Foco**, v. 18, n. 11, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lg4d. Acesso em: 9 abr. 2026.

SILVA, A. J. H.; *et al*. **A inserção de ex-presidiários no mercado de trabalho brasileiro**: dificuldades e preconceitos. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Escola Técnica de Poá, Poá, SP, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LgBp. Acesso em: 9 abr. 2026.

SOUTO, E. B. A. **A promoção, proteção e garantia dos direitos humanos da pessoa reclusa**: uma revisão bibliográfica e documental da realidade brasileira. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, TO, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lesr. Acesso em: 7 abr. 2026.

SOUSA, J. L. S. **A efetividade do trabalho prisional na ressocialização de apenados no sistema penitenciário brasileiro**. 2025. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, PB, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LDkY. Acesso em: 9 abr. 2026.

SOUZA, F. R.; CORDEIRO, T. L. C. A superlotação do sistema carcerário no Brasil e as dificuldades na ressocialização. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, 2023. Disponível em: https://shre.ink/Lb9j. Acesso em: 8 abr. 2026.

SOUZA, J. D. S.; SANTOS, R. M. S. A importância da educação para reinserção de pessoas privadas de liberdade na sociedade: uma análise do Plano Estadual de Educação para pessoas privadas de liberdade do estado do Amazonas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 10, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LDmu. Acesso em: 9 abr. 2026.

PARTE

III

INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E PROTEÇÃO INTEGRAL

Sistema socioeducativo e adultização no ambiente digital

10 Análise da possibilidade de aumento do tempo de internação de adolescentes no Brasil 286
Estefany Diniz de Araújo · Arthur Braga de Souza

11 A reincidência entre adolescentes em conflito com a lei no Brasil e a eficácia das medidas socioeducativas 309
Juan D'Alessandro Sousa Freitas · Williane Tibúrcio Facundes

12 A pressão social e a adultização infantil: desafios jurídicos na proteção dos direitos da criança no contexto contemporâneo 338
Jeferson Oliveira de Souza · Williane Tibúrcio Facundes

13 A adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais: implicações jurídicas e desafios normativos para a proteção integral no ambiente digital 373
Sara Isabelle Ximenes da Silva · Williane Tibúrcio Facundes

Análise da possibilidade de aumento do tempo de internação de adolescentes no Brasil

An analysis of the possibility of extending the period of juvenile detention in Brazil

Estefany Diniz de Araújo[1]
Arthur Braga de Souza[2]

COMO CITAR
ARAÚJO, Estefany Diniz de; SOUZA, Arthur Braga de. Análise da possibilidade de aumento do tempo de internação de adolescentes no Brasil. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 286-308.

RESUMO

Introdução. A responsabilização de adolescentes por atos infracionais graves gera intenso debate jurídico e social no Brasil, especialmente quanto à possibilidade de tornar mais rigorosas as medidas aplicadas sem violar os princípios da proteção integral e da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. **Objetivo.** O presente estudo analisa a possibilidade jurídica de ampliação do tempo de internação de adolescentes em casos excepcionais, sem recorrer à redução da maioridade penal, considerando os limites atualmente estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. **Método.** A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica e documental, com base na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na legislação pertinente, na doutrina e em casos de grande repercussão envolvendo atos infracionais de elevada gravidade. **Resultados.** Verificou-se que a redução da maioridade penal enfrenta relevantes limitações constitucionais e que, de acordo com a legislação atualmente vigente, a medida socioeducativa de internação não pode ultrapassar o período máximo de três anos. O Projeto de Lei n.º 1.473/2025 constitui exemplo de proposta legislati-

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Servidor Público Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

va voltada ao aumento do rigor das medidas de internação. **Conclusão.** Conclui-se que, no sistema jurídico atualmente vigente, não é possível ampliar judicialmente o período de internação para além do limite máximo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, eventual aumento desse período deve ser discutido no âmbito legislativo, mediante alteração da legislação aplicável e observância dos princípios da proteção integral, da excepcionalidade da internação e da condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Palavras-chave: Adolescente. Ato infracional. Medida socioeducativa. Internação. Maioridade penal. Proteção integral.

ABSTRACT

Introduction. The accountability of adolescents for serious juvenile offenses generates intense legal and social debate in Brazil, especially regarding the possibility of imposing stricter measures without violating the principles of comprehensive protection and the peculiar condition of adolescents as developing persons. **Objective.** This study analyzes the legal possibility of extending the period of juvenile detention in exceptional cases, without resorting to lowering the age of criminal responsibility, considering the limits currently established by the Statute of the Child and Adolescent. **Method.** The research was conducted through bibliographic and documentary analysis, based on the 1988 Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent, relevant legislation, legal doctrine, and high-profile cases involving particularly serious juvenile offenses. **Results.** The study found that lowering the age of criminal responsibility faces significant constitutional limitations and that, under the legislation currently in force, the socio-educational measure of detention may not exceed a maximum period of three years. Bill No. 1,473/2025 represents a legislative proposal aimed at making juvenile detention measures more rigorous. **Conclusion.** It is concluded that, under the current Brazilian legal framework, courts may not extend the period of juvenile detention beyond the maximum limit established by the Statute of the Child and Adolescent. Accordingly, any increase in this period must be addressed through legislative reform, while observing the principles of comprehensive protection, the exceptional nature of detention, and the peculiar condition of adolescents as developing persons.

Keywords: Adolescent. Juvenile offense. Socio-educational measure. Detention. Age of criminal responsibility. Comprehensive protection.

INTRODUÇÃO

A proteção jurídica da infância e da adolescência no Brasil constitui tema de elevada relevância no âmbito do Direito Constitucional e do Direito da Criança e do Adolescente, especialmente diante das transformações promovidas pela Constituição Federal de 1988. A partir desse marco normativo, operou-se uma profunda ruptura com o modelo anterior, fundado na chamada teoria da situação irregular, que legitimava intervenções estatais de caráter seletivo e repressivo, desprovidas de garantias fundamentais. Em seu lugar, instituiu-se a doutrina da proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e destinatários de prioridade absoluta.

Nesse contexto, o presente trabalho delimita-se à análise do sistema de responsabilização aplicável aos adolescentes em conflito com a lei, com especial enfoque na possibilidade de ampliação do rigor das respostas estatais, sem que isso implique a redução da maioridade penal. Busca-se, assim, investigar os limites constitucionais e as alternativas normativas existentes no ordenamento jurídico brasileiro para o enfrentamento de atos infracionais de elevada gravidade.

A partir dessa delimitação, formula-se o seguinte problema de pesquisa: é juridicamente possível, à luz da Constituição Federal e dos princípios que regem o sistema socioeducativo, promover alteração legislativa destinada a ampliar, em situações excepcionais, o período máximo de internação de adolescentes autores de atos infracionais graves, sem modificar a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos?

A relevância do tema reside, no plano acadêmico, na análise dos limites constitucionais ao poder de reforma e à atuação legislativa e, no plano social, na busca por respostas juridicamente adequadas diante da crescente demanda por maior rigor no tratamento dos atos infracionais graves.

O objetivo geral consiste em examinar a viabilidade jurídica de eventual alteração legislativa destinada ao aumento do período máximo de internação em hipóteses excepcionais de atos infracionais de elevada gravidade, considerando os limites atualmente estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e os princípios constitucionais aplicáveis. A pesquisa adota metodologia bibliográfica e documental, fundamentada na legislação, na produção jurídica pertinente e na análise de propostas legislativas relacionadas ao tema.

O trabalho estrutura-se em três capítulos: o primeiro analisa o modelo anterior à Constituição Federal de 1988; o segundo examina os sistemas de responsabilização penal e socioeducativo; e o terceiro discute a possibilidade jurídica de eventual alteração legislativa do período máximo da medida socioeducativa de internação, à luz dos limites constitucionais e dos princípios que regem o sistema de proteção dos adolescentes, com destaque para o Projeto de Lei nº 1.473/2025, que propõe maior rigor nas disposições relativas à medida de internação.

1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO JURÍDICA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

No Brasil contemporâneo, muito se discute acerca da proteção de crianças e adolescentes. Tal debate evidencia a significativa evolução do tratamento conferido a esse público ao longo dos anos, sendo certo que o atual sistema de garantias somente se torna plenamente compreensível quando analisado à luz do modelo que vigorou anteriormente à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

No passado, consolidou-se no ordenamento jurídico brasileiro uma perspectiva marcada pelo controle social da infância pobre, especialmente a partir da institucionalização do chamado Direito do Menor. Nesse contexto, desenvolveu-se a denominada teoria da situação irregular, posteriormente estruturada pelo Código de Menores de 1979. A referida le-

gislação definia, de maneira ampla, as hipóteses em que o menor seria considerado em situação irregular.

Nesse sentido, dispunha o art. 2º do Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979:

> Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor: I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; Il - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal. (Brasil, 1979)

A análise desse dispositivo revela que a denominada teoria da situação irregular não se limitava à responsabilização de adolescentes pela prática de infrações, mas também abrangia hipóteses amplas e subjetivas, como pobreza, abandono, "perigo moral" e "desvio de conduta".

O tratamento conferido nesse modelo possuía natureza predominantemente tutelar e repressiva. A intervenção estatal ocorria sempre que o menor fosse enquadrado em uma das situações descritas na lei, ainda que não houvesse a prática de ato ilícito. Crianças e adolescentes em situação de pobreza, por exemplo, podiam ser institucionalizados sob o argumento de proteção, confundindo-se vulnerabilidade social com desvio de conduta. O juiz de menores concentrava amplos poderes decisórios, podendo determinar medidas de internação ou encaminhamento a instituições sem a observância das garantias processuais atualmente reconhecidas.

Essa estrutura normativa contribuiu para a consolidação de uma cultura de judicialização da infância, na qual o Poder Judiciário assumia protagonismo na gestão da questão social relacionada à juventude pobre.

A própria terminologia empregada pelo sistema revela esse viés excludente.

Conforme observa a doutrina, segundo Luís Fernando de França Romão (2016, p. 16):

> No período republicano ocorre o fenômeno da judicialização da infância, com a popularização do termo "menor", servindo, além do uso técnico-jurídico, também "para designar a criança abandonada, desvalida, delinquente, viciosa, entre outras, [e] foi naturalmente incorporado na linguagem, para além do círculo jurídico".

Diante desse contexto, constata-se que a teoria da situação irregular estava assentada em uma lógica marcadamente seletiva e excludente, na qual crianças e adolescentes pertencentes às camadas socialmente vulneráveis eram submetidos à intervenção estatal sob o argumento de tutela e proteção, mas sem o reconhecimento pleno de seus direitos fundamentais universais e de garantias jurídicas efetivas.

Foi nesse cenário de insuficiências estruturais e limitações garantistas que o processo constituinte promoveu uma verdadeira ruptura paradigmática, inaugurando um novo modelo jurídico de proteção à infância e à adolescência.

1.1 A ATUAL SISTEMÁTICA DE PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES NO BRASIL

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana foi consagrada como um dos fundamentos da República, conforme dispõe o art. 1º, III, ao estabelecer que "a República Federativa do Brasil [...] tem como fundamento [...] a dignidade da pessoa humana" (Brasil, 1988). Esse princípio assume posição central no sistema constitucional brasileiro e orienta a interpretação e a aplicação de todas as normas relativas aos direitos fundamentais.

No que se refere à proteção dos adolescentes, a dignidade da pessoa humana impõe ao Estado o dever de assegurar condições materiais e ins-

titucionais que garantam o pleno desenvolvimento da pessoa em formação. Assim, a tutela jurídica conferida aos adolescentes não se apresenta como uma faculdade política, mas como um imperativo constitucional decorrente do núcleo estruturante do Estado Democrático de Direito.

A consolidação do atual modelo de proteção dos adolescentes estrutura-se a partir da profunda transformação promovida pela Constituição Federal de 1988, responsável por superar o paradigma menorista e instituir a doutrina da proteção integral como eixo normativo central.

Conforme destacam Fávero, Pini e Silva (2020, p. 25):

> A Constituição, rompendo com a tradição jurídica anterior que enxergava crianças e adolescentes apenas como objetos de intervenção do mundo adulto, destinatários quando muito de uma proteção reflexa, mediante normas destinadas a pais e responsáveis, como aquelas que definiam o conteúdo do poder familiar, expressamente arrimou crianças e adolescentes como titulares de direitos, tendo a potencialidade de obrigar Família, Sociedade e Estado. Mudando o paradigma, cambiando a posição passiva de objeto para a ativa de sujeito, a Constituição da República projetou verdadeira mudança cultural, reação a séculos de verdadeira indiferença aos interesses de crianças e adolescentes.

Essa nova concepção rompeu com a lógica da situação irregular, passando a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos fundamentais, titulares de proteção integral e destinatários de prioridade absoluta na formulação e na execução de políticas públicas.

A proteção integral não se limita a uma expressão retórica, mas representa um conceito jurídico dotado de densidade normativa e conteúdo material próprio. Conforme leciona Paulo Afonso Garrido de Paula (2024, p. 48):

> A proteção é integral no sentido de completa, abrangendo todas as fases do desenvolvimento e composta por elementos imprescindíveis ao atendimento de todos os bens da vida protegidos pelos direitos proclamados, bem como suficientes para a efetivação das garantias prometidas pela Constituição da República. Representativa da evolu-

> ção axiológica da criança ou adolescente, a proteção integral reclamou regras definidoras de direitos e garantias que protegessem o mundo infantojuvenil dos desmandos do mundo adulto. Proteção, ainda, no sentido de resguardo às condições para a felicidade atual e futura e devida à totalidade do ser humano, nos seus mais variados aspectos, notadamente físico, mental, moral, espiritual e social.

A partir dessa nova concepção, a infância e a adolescência passaram a ser reconhecidas como etapas singulares do desenvolvimento humano, que demandam proteção diferenciada e atuação coordenada da família, da sociedade e do Estado. Não se trata apenas de evitar violações, mas também de assegurar condições concretas que possibilitem o pleno desenvolvimento da pessoa em formação.

A efetivação desse novo paradigma constitucional foi concretizada com a promulgação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme Paula (2024, p. 61), "o ECA nasceu sob o influxo da universalização, sem qualquer distinção que pudesse excluir criança ou adolescente de seu manto protetivo, buscando a plena igualdade".

O Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, não se limitou a regulamentar a Constituição, mas estruturou um sistema jurídico baseado na proteção integral, na universalidade dos direitos e na corresponsabilidade entre o Estado, a família e a sociedade. Com isso, superou-se o modelo menorista e consolidou-se o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos fundamentais.

1.2 A PROTEÇÃO ESTATAL E SOCIAL E OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A partir da consolidação da doutrina da proteção integral, a proteção à infância e à adolescência passou a ser compreendida como um dever compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado. Esse compromisso encontra previsão expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo art. 4º dispõe:

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

A previsão normativa contida nesse dispositivo evidencia que a proteção integral não se limita a uma diretriz abstrata, mas constitui uma obrigação jurídica concreta imposta a todos os atores sociais. A expressão "absoluta prioridade" confere às crianças e aos adolescentes posição preferencial na ordem constitucional, determinando precedência no atendimento, na formulação de políticas públicas e na destinação de recursos.

O modelo vigente, portanto, não se restringe à intervenção em situações de risco, mas estrutura um sistema permanente de promoção, defesa e controle dos direitos infantojuvenis.

Nesse sentido, o art. 227 da Constituição Federal reforça:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988)

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente detalha e concretiza tais garantias, organizando-as em um conjunto sistematizado de direitos, entre os quais se destacam: o direito à vida e à saúde (arts. 7º a 14); o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (arts. 15 a 18); o direito à convivência familiar e comunitária (arts. 19 a 52); o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (arts. 53 a 59); e o direito à profissionalização e à proteção no trabalho (arts. 60 a 69).

Assim, o atual sistema de proteção à infância e à adolescência, fundamentado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do

Adolescente, consolidou a doutrina da proteção integral e reafirmou crianças e adolescentes como sujeitos de direitos fundamentais. Trata-se de um modelo que impõe deveres concretos ao Estado, à família e à sociedade, garantindo prioridade absoluta e condições efetivas para o pleno desenvolvimento da pessoa em formação.

2 OS SISTEMAS DE RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DOS MAIORES DE 18 ANOS E DOS ADOLESCENTES

No que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilização penal dos maiores de 18 anos encontra fundamento na Constituição Federal de 1988, que estabelece: "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial" (Brasil, 1988, art. 228). A norma constitucional consagra o critério biológico como parâmetro para a aferição da imputabilidade penal, estabelecendo que, a partir dos 18 anos completos, o indivíduo poderá ser responsabilizado criminalmente de acordo com as disposições do Código Penal e da legislação penal comum.

A partir da aquisição da maioridade penal, o indivíduo passa a integrar o sistema penal comum, submetendo-se às normas incriminadoras e às sanções previstas na legislação penal. A imputação criminal ao adulto depende da comprovação de que sua conduta se amolda a um fato típico, ilícito e culpável, requisitos que integram a construção dogmática do conceito analítico de crime no Direito Penal brasileiro.

Essa estrutura tripartida do conceito de crime constitui elemento central da teoria do delito e funciona como um filtro jurídico para a imposição de sanções penais, exigindo a presença de todos os seus elementos. Sob essa perspectiva, André Luís Callegari (2014, p. 35) afirma que:

> Para que um fato seja considerado criminoso é necessário que haja uma conduta típica, antijurídica e culpável. São estes, portanto, os requisitos do fato punível: (a) ter sido praticada uma conduta; (b)

> tratar-se de uma con- duta típica; (c) tratar-se de uma conduta antijurídica; e (d) tratar-se de uma conduta culpável.

A partir dessa concepção, impõe-se a análise individualizada de cada um dos elementos que compõem o fato punível, a fim de compreender a lógica estruturante da responsabilização penal do adulto no ordenamento jurídico brasileiro.

No que se refere à tipicidade, trata-se do primeiro filtro de incidência da norma penal, exigindo que a conduta praticada encontre previsão legal. Conforme leciona Callegari (2014, p. 36), "a tipicidade é a conformidade, a correspondência, da conduta concretamente praticada à descrição abstrata contida na norma penal". Assim, somente haverá fato típico quando o comportamento do agente se amoldar à descrição contida no tipo penal previamente estabelecido pelo legislador, em respeito ao princípio da legalidade.

Uma vez constatada a tipicidade, torna-se necessário aferir a presença da antijuridicidade, elemento que traduz a oposição da conduta ao Direito. Ainda sobre o tema, Callegari (2014, p. 36) afirma que:

> Uma conduta antijurídica, assim, é uma conduta contrária ao Direito. Para que melhor se compreenda, utilizemos um exemplo: se alguém mata outrem, estaremos diante de uma conduta típica (já que é proibido por nor- ma penal matar alguém – art. 121, CP) e antijurídica, já que naturalmente contrária ao Direito.

Observa-se, portanto, que a antijuridicidade pressupõe a inexistência de causas legais de justificação da conduta, funcionando como o segundo elemento indispensável à configuração do crime.

Por fim, no tocante à culpabilidade, esta representa o juízo de reprovação pessoal que recai sobre o agente pela prática de um fato típico e antijurídico. A respeito desse elemento, Callegari (2014, p. 36) pontua que:

> A culpabilidade refere-se à reprovabilidade da conduta que é típica e antijurídica. Ou seja, para que se possa falar em culpabilidade do

> agente, é imprescindível que se possa aferir se ele poderia ter agido de acordo com o Direito.

Portanto, a culpabilidade exige a verificação da capacidade do agente de compreender a ilicitude do fato e de agir de acordo com esse entendimento, constituindo um limite à imposição da pena no sistema penal comum.

Em contraste com essa estrutura penal, o sistema de responsabilização do adolescente, embora também se fundamente na prática de conduta prevista na legislação penal, possui natureza jurídica e finalidades distintas.

No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, tais condutas não são qualificadas como crimes, mas como atos infracionais, definidos pelo próprio Estatuto em seu art. 103, nos seguintes termos: "Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal" (Brasil, 1990). Em complemento a essa definição, o art. 104 reafirma a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, ao estabelecer que "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (Brasil, 1990).

Para a correta compreensão do alcance dessas normas, faz-se necessário delimitar o grupo etário a que elas se referem. A respeito dessa questão, Maciel, Carneiro e Amin (2025, p. 1130) esclarecem que:

> Os adolescentes a que se refere este artigo são aqueles na faixa etária entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, estando excluídas as crianças (pessoas de até doze anos de idade incompletos), devendo ser observada, para a aplicação de qualquer das medidas previstas, a idade com a qual contava o adolescente na data da prática do ato infracional, mesmo que a apuração do fato venha a ocorrer depois de atingida a maioridade penal.

Nesse contexto, o modelo de responsabilização do adolescente apresenta estrutura própria, orientada pelos princípios da proteção integral e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Di-

ferentemente do sistema penal aplicado aos adultos, o sistema socioeducativo busca conciliar a responsabilização pela conduta praticada com a promoção de processos educativos capazes de favorecer a reinserção social do adolescente.

Assim, uma vez constatada a prática de ato infracional, instaura-se procedimento judicial específico destinado à apuração do fato e à aplicação da medida socioeducativa considerada mais adequada ao caso concreto. Nesse processo, devem ser observadas as garantias do devido processo legal, bem como os critérios estabelecidos pela legislação especial para a escolha da medida aplicável.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu art. 112, o conjunto de medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente autor de ato infracional:

> Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
>
> I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (Brasil, 1990).

A aplicação dessas medidas deve observar critérios como a gravidade do ato infracional, as circunstâncias em que foi praticado e as condições pessoais do adolescente, buscando-se uma intervenção adequada às particularidades do caso concreto e compatível com os princípios que regem o sistema socioeducativo.

Dentre as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação em estabelecimento educacional representa a forma mais severa de intervenção estatal no âmbito do sistema socioeducativo. Por essa razão, sua aplicação está condicionada às hipóteses específicas previstas na legislação e deve observar limites rigorosos quanto à sua duração.

Nos termos do art. 121 da referida legislação, "A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento" (Brasil, 1990). Além disso, a legislação estabelece limites objetivos quanto à duração dessa medida, justamente para evitar que a privação de liberdade do adolescente assuma caráter meramente punitivo. A respeito desses limites, Maíra Zapater (2025, p. 192) esclarece que:

> Embora não tenha um prazo a ser determinado pelo juiz na sentença da ação socioeducativa, deve ser observado o limite máximo de 3 anos, bem como a reavaliação semestral para avaliar a necessidade de sua manutenção. Expirado esse prazo, o adolescente deve ser liberado (ou colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida). Também deve ser determinada a liberação quando constatada a desnecessidade de sua manutenção, e é compulsória se o internado atingir a idade de 21 anos durante o seu cumprimento.

A previsão desses limites demonstra que o sistema socioeducativo brasileiro busca conciliar a responsabilização do adolescente com a preservação de sua dignidade e com a garantia de que a privação de liberdade seja utilizada apenas em situações excepcionais.

Diante do exposto, é possível identificar diferenças fundamentais entre o sistema penal aplicado aos adultos e o sistema de responsabilização destinado aos adolescentes. Enquanto o Direito Penal comum admite a imposição de penas privativas de liberdade por períodos prolongados, o sistema socioeducativo estrutura-se a partir de princípios pedagógicos e protetivos, voltados à responsabilização acompanhada de processos educativos.

Além disso, ao passo que o adulto penalmente imputável se submete às sanções previstas no Código Penal, o adolescente, reconhecido como pessoa em desenvolvimento, está sujeito às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja aplicação deve observar os princípios da brevidade, da excepcionalidade e da proteção integral.

3 A POSSIBILIDADE DE MAIOR RIGOR NO SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES

A discussão acerca da aplicação de punições mais severas aos adolescentes em conflito com a lei tem sido objeto de inúmeros debates nos últimos anos, especialmente diante da ocorrência de casos envolvendo atos infracionais de elevada gravidade praticados por indivíduos próximos à maioridade penal.

Nesse contexto, episódios amplamente divulgados pela mídia têm contribuído para intensificar a percepção social de que as medidas atualmente previstas no ordenamento jurídico seriam insuficientes. Como exemplo, destaca-se o caso de Nicolly Fernanda Pogere, adolescente assassinada em 2025, cuja investigação policial apontou a participação de dois adolescentes no crime, marcado por extrema violência, conforme relatado na seguinte notícia:

> Segundo o padrasto de Nicolly, Felipe Espanha, a jovem e o suspeito se conheciam desde a infância e estudaram juntos até a família da jovem se mudar para Mococa. Eles começaram um relacionamento à distância e, no dia 29 de junho, ela foi a Hortolândia visitar o avô e encontrar o namorado. O padrasto ainda afirmou que ela ficou alguns dias na casa do suspeito e voltaria para a casa do avô no dia 14 de julho. A família, porém, não conseguiu contato com Nicolly. A família chegou a ligar para o namorado, mas o adolescente afirmou que eles haviam terminado o relacionamento no dia 12 de julho. A partir daí, a jovem desapareceu. O avô registrou Boletim de Ocorrência relatando o desaparecimento de Nicolly na delegacia de Hortolândia, o que motivou o início da investigação.
>
> [...]
>
> Um cão farejador da Guarda Municipal de Hortolândia encontrou o tronco de Nicolly enquanto as equipes faziam buscas pela vítima. O corpo estava enrolado em dois lençóis e em uma lona azul, parte dele dentro da água. Segundo a polícia, o casal de adolescentes usou um carrinho de mão para levar o corpo até a lagoa. O corpo tinha muitas perfurações de faca, além da inscrição das iniciais do PCC.

> [...]
>
> Nicolly foi esfaqueada e esquartejada em um crime com "requintes de crueldade" e "violência extrema", segundo a investigação.
>
> [...]
>
> A investigação da Polícia Civil levou à identificação de dois adolescentes, de 17 e 14 anos, que confessaram o crime. (G1, 2025).

No atual cenário social brasileiro, observa-se que tais ocorrências não se apresentam como fatos isolados, mas integram um conjunto de casos registrados em diferentes contextos, nos quais adolescentes se envolvem em condutas de extrema gravidade, frequentemente marcadas por elevado grau de violência e, em determinadas situações, por planejamento prévio.

Nesse sentido, outro caso noticiado pela mídia nacional evidencia a complexidade dessas ocorrências ao relatar um homicídio múltiplo praticado por um adolescente, supostamente sob a influência de um relacionamento virtual, conforme se observa a seguir:

> O casal se conheceu em um jogo online e mantinha contato virtual há cerca de seis anos, desde que o garoto tinha 8 anos. No último ano, o relacionamento teria ficado "mais sério", segundo os investigadores. Eles consumiam juntos conteúdo violento na internet, incluindo vídeos e referências a jogos com temáticas de assassinato e crimes familiares. Em certo momento, os adolescentes falavam sobre os pais do menino como se eles fossem personagens de um game que chegou a ser proibido na Austrália, posteriormente liberado para maiores de 18 anos. Nas conversas, o casal discutia o uso de armas, luvas para não deixar digitais, formas de ocultar os corpos. Os pais do garoto haviam impedido a viagem dele ao Mato Grosso, o que teria sido o estopim para os crimes. O adolescente chegou a chamar parentes de "seres nojentos". As mensagens revelam que a menina pressionava o namorado, ameaçando terminar o relacionamento caso ele não agisse. O garoto matou os pais e o irmão mais novo, de apenas 3 anos de idade, usando a arma do pai, que era registrada como uso de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador CAC). Durante a ação, enviava mensagens à namorada, que o orientava em tempo real "agora atira nela", referindo-se à mãe. Após os assassina-

> tos, ele enviou fotos dos corpos. Ela respondeu que sentiu "nojo", mas também fez declarações de amor e disse se mostrou orgulhosa do que ele fez por ela. (CNN Brasil, 2025)

Casos dessa natureza podem provocar indignação social em relação aos adolescentes que praticam atos infracionais graves e reforçar a percepção de que respostas estatais mais rigorosas seriam capazes de enfrentar situações semelhantes.

Nesse cenário, o tema deixou de ocupar apenas o campo acadêmico e passou a integrar, concretamente, a agenda legislativa. Entre as propostas em discussão, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2019, que propõe alterações na disciplina constitucional da maioridade penal. De acordo com as informações disponibilizadas pelo Senado Federal, a matéria permanece em tramitação.

Embora propostas dessa natureza encontrem adesão de determinados setores da sociedade, sua análise exige o exame de compatibilidade com a Constituição Federal. Isso porque a redução da maioridade penal suscita controvérsias quanto aos limites materiais impostos ao poder constituinte derivado, especialmente diante do art. 60, § 4º, IV, da Constituição de 1988:

> Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
>
> [...]
>
> § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
>
> I - a forma federativa de Estado;
>
> II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
>
> III - a separação dos Poderes;
>
> IV - os direitos e garantias individuais. (Brasil, 1988).

Dessa forma, propostas legislativas como a PEC nº 32/2019, ao pretenderem antecipar a responsabilização penal de adolescentes, suscitam o debate sobre a incidência da vedação prevista no art. 60, § 4º, IV, da Constituição Federal, especialmente quanto à possibilidade de a inimpu-

tabilidade penal dos menores de 18 anos constituir garantia individual protegida contra emendas constitucionais tendentes à sua abolição.

Além da discussão sobre a compatibilidade constitucional, cumpre destacar que uma eventual redução da maioridade penal produziria consequências relevantes para o modelo de proteção à infância e à adolescência. A alteração poderia representar uma mudança significativa na orientação do sistema de responsabilização juvenil, atualmente estruturado sobre os princípios da proteção integral e do reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que orientam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante desse cenário, o debate também pode ser direcionado a eventuais alterações no próprio sistema socioeducativo, sem que isso implique, necessariamente, a modificação da regra constitucional de inimputabilidade penal dos menores de 18 anos.

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o prazo máximo de três anos para a medida socioeducativa de internação. Assim, ainda que o ato infracional apresente extrema gravidade, violência, premeditação ou multiplicidade de vítimas, tais circunstâncias não autorizam, por si sós, a autoridade judicial a ultrapassar o limite legal vigente.

Desse modo, eventual ampliação do período máximo de internação dependeria de alteração legislativa, não sendo possível implementá-la mediante simples modificação dos critérios utilizados pelo magistrado na aplicação da medida. A discussão jurídica deve, portanto, concentrar-se na possibilidade e nos limites de uma eventual reforma legislativa do sistema socioeducativo, examinando sua compatibilidade com os princípios da proteção integral, da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Lei nº 1.473, de 2025, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que propõe alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de tornar mais rigorosas as

disposições relativas à medida socioeducativa de internação. A proposta demonstra que o debate sobre o aumento do rigor na responsabilização juvenil pode ocorrer dentro do próprio sistema socioeducativo, sem que isso implique, necessariamente, a redução da maioridade penal (Brasil, 2025).

No texto aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, prevê-se a ampliação do prazo máximo geral de internação de três para cinco anos. Nos casos de atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, ou análogos a crimes hediondos ou equiparados, o período máximo poderá chegar a dez anos. A proposta também estabelece tratamento específico para o adolescente que atingir a maioridade durante o cumprimento da medida, com previsão de transferência para unidade própria, distinta dos estabelecimentos prisionais destinados aos adultos (Brasil, 2025).

O Projeto de Lei nº 1.473/2025 relaciona-se diretamente com a discussão desenvolvida neste trabalho, pois apresenta uma alternativa legislativa voltada ao aumento do rigor na responsabilização por atos infracionais graves, mantendo a aplicação de medidas inseridas no sistema socioeducativo. Nesse sentido, a proposta evidencia a possibilidade de discussão acerca do endurecimento das medidas aplicáveis aos adolescentes sem, necessariamente, modificar a regra constitucional da maioridade penal.

Por fim, o debate acerca da responsabilização por atos infracionais de extrema gravidade não deve ser confundido com a aplicação da dosimetria própria do Direito Penal. Trata-se, em realidade, de analisar se o legislador poderia estabelecer tratamento diferenciado para determinadas situações excepcionais, inclusive mediante eventual modificação do limite temporal da internação, sem afastar a natureza socioeducativa da medida nem as garantias constitucionalmente asseguradas aos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que o sistema de responsabilização de adolescentes no Brasil, consolidado a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, representa um avanço significativo ao substituir a lógica repressiva do modelo menorista por uma estrutura fundada na proteção integral e no reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Entretanto, a realidade contemporânea revela um cenário de tensão entre esse modelo de proteção e a demanda social por respostas mais rigorosas diante de atos infracionais de elevada gravidade. Nesse contexto, verificou-se que as propostas de redução da maioridade penal suscitam relevantes controvérsias constitucionais, especialmente em razão da proteção conferida aos direitos e às garantias fundamentais.

No que se refere à medida socioeducativa de internação, constatou-se que a legislação atualmente vigente estabelece o limite máximo de três anos, não sendo possível à autoridade judicial ultrapassá-lo em razão da gravidade do ato infracional, da violência empregada, da premeditação, da quantidade de vítimas ou de outras circunstâncias relacionadas à conduta praticada.

Consequentemente, eventual ampliação do período máximo de internação não poderia decorrer do simples aperfeiçoamento dos critérios de aplicação das medidas socioeducativas, mas dependeria de alteração legislativa específica. Nesse sentido, a possibilidade de modificação do limite temporal deve ser examinada à luz dos princípios constitucionais da proteção integral, da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 1.473/2025 demonstra que a possibilidade de maior rigor no sistema socioeducativo já integra a discussão legislativa brasileira. O texto aprovado pelo Senado Federal propõe

a ampliação do prazo máximo geral de internação para cinco anos e admite limite de até dez anos nos casos de atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa ou análogos a crimes hediondos ou equiparados. A proposta, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, evidencia uma alternativa de alteração do sistema socioeducativo sem que seja necessária a redução da maioridade penal.

Diante disso, conclui-se que o ordenamento jurídico vigente não permite que o magistrado amplie o período de internação para além do limite legal atualmente estabelecido. Eventual endurecimento nesse aspecto depende, portanto, de discussão no âmbito legislativo e da análise de sua compatibilidade com a Constituição Federal e com as garantias que estruturam o sistema socioeducativo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Institui o Código de Menores.** Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1.473, de 2025.** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de

redução dos prazos de prescrição. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/167920. Acesso em: 25 set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2019. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135977. Acesso em: 26 mar. 2026.

CALLEGARI, André Luís. **Teoria Geral do Delito**- 3ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. E-book. ISBN 9788522488810. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522488810/. Acesso em: 04 mar. 2026.

CNN BRASIL. **Adolescente que planejou a morte dos pais:** o que sabemos sobre o caso. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/adolescente-que-planejou-a-morte-dos-pais-o-que-sabemos-sobre-o-caso/. Acesso em: 27 mar. 2026.

FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes.** São Paulo: Cortez, 2020. E-book. ISBN 9786555550054. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555550054/. Acesso em: 23 fev. 2026.

G1. **Caso Nicolly: 1 mês após corpo ser encontrado, polícia confirma conclusão das investigações e envio do caso à Justiça.** Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/08/18/caso-nicolly-1-mes-apos-corpo-ser-encontrado-policia-confirma-conclusao-das-investigacoes-e-envio-de-caso-a-justica.ghtml. Acesso em: 26 mar. 2026.

ROMÃO, Luís Fernando de França**. A constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: Almedina Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788584931132. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931132/. Acesso em: 23 fev. 2026.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo A.; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier G.; AMIN, Andréa R. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente** - 17ª Edição 2025 . 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. pág.1130. ISBN 9788553626847. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626847/. Acesso em: 13 mar. 2026.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Curso de direito da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez Editora, 2024. E-book. ISBN 9786555554250. Disponível em:

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555554250/. Acesso em: 24 fev. 2026.

ZAPATER, Maira. **Direito da Criança e do Adolescente** - 3ª Edição 2025. 3.ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. pág.192. ISBN 9788553626441. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626441/. Acesso em: 13 mar. 2026.

A reincidência entre adolescentes em conflito com a lei no Brasil e a eficácia das medidas socioeducativas

Recidivism among adolescents in conflict with the law in Brazil and the effectiveness of socio-educational measures

Juan D'Alessandro Sousa Freitas[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
FREITAS, Juan D'Alessandro Sousa; FACUNDES, Williane Tibúrcio. A reincidência entre adolescentes em conflito com a lei no Brasil e a eficácia das medidas socioeducativas. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 309-337.

RESUMO

O presente artigo analisa a reincidência entre adolescentes em conflito com a lei no Brasil e a eficácia das medidas socioeducativas previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Parte-se da evolução histórica do tratamento jurídico destinado à infância e à adolescência, destacando-se a superação da doutrina da situação irregular e a consolidação da doutrina da proteção integral pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Examina-se a natureza pedagógica das medidas socioeducativas e sua finalidade de responsabilização, ressocialização e reintegração social, considerando modalidades como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. A pesquisa evidencia, contudo, a existência de significativo distanciamento entre o modelo normativo e sua concretização, especialmente em razão de deficiências estruturais, insuficiência de recursos, limitações na qualificação das equipes técnicas, dificuldades na elaboração e

[1] Discente do 8º período do curso de Direito no Centro Universitário Uninorte, Rio Branco – AC.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

execução do Plano Individual de Atendimento e fragilidades na articulação intersetorial. Analisa-se, ainda, a influência da vulnerabilidade social, da baixa escolaridade, da fragilidade dos vínculos familiares, da ausência de oportunidades e do estigma social na trajetória dos adolescentes egressos, fatores que podem contribuir para a reiteração infracional. Por fim, discute-se o aprimoramento do sistema socioeducativo mediante o fortalecimento das políticas públicas, da cooperação institucional e da justiça restaurativa. Conclui-se que a redução da reincidência juvenil exige uma atuação estatal integrada, capaz de conciliar responsabilização jurídica, proteção integral, garantia de direitos, inclusão social e construção de novas perspectivas de vida para os adolescentes.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Medidas socioeducativas. Reincidência juvenil. Ressocialização. Justiça restaurativa.

ABSTRACT

This article analyzes recidivism among adolescents in conflict with the law in Brazil and the effectiveness of socio-educational measures established by the Brazilian legal system. It begins with the historical evolution of the legal treatment of children and adolescents, emphasizing the overcoming of the doctrine of irregular situations and the consolidation of the doctrine of comprehensive protection by the 1988 Federal Constitution and the Statute of Children and Adolescents. The study examines the pedagogical nature of socio-educational measures and their purposes of accountability, rehabilitation, and social reintegration, considering measures such as warning, reparation of damage, community service, assisted freedom, semi-liberty, and confinement. However, the research identifies a significant gap between the normative model and its practical implementation, particularly due to structural deficiencies, insufficient resources, limitations in the qualification of technical teams, difficulties in preparing and implementing the Individual Service Plan, and weaknesses in intersectoral coordination. The study also analyzes the influence of social vulnerability, low educational attainment, fragile family bonds, lack of opportunities, and social stigma on the trajectories of adolescents leaving the socio-educational system, factors that may contribute to repeated offending. Finally, the article discusses the improvement of the socio-educational system through the strengthening of public policies, institutional cooperation, and restorative justice. It concludes that reducing juvenile recidivism requires integrated state action capable of reconciling legal accountability, comprehensive protection, the guarantee of rights, social inclusion, and the development of new life perspectives for adolescents.

Keywords: Adolescents in conflict with the law. Socio-educational measures. Juvenile recidivism. Social reintegration. Restorative justice.

INTRODUÇÃO

A responsabilização de adolescentes em conflito com a lei constitui tema de elevada relevância jurídica e social, sobretudo diante da necessidade de conciliar a resposta estatal à prática de atos infracionais com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro. A trajetória normativa brasileira demonstra significativa transformação nesse campo. O modelo tutelar e repressivo, marcado pela doutrina da situação irregular, foi gradativamente substituído pela doutrina da proteção integral, consolidada pela Constituição Federal de 1988 e posteriormente regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa mudança representou o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabeleceu novas bases para sua responsabilização.

Nesse contexto, as medidas socioeducativas assumem papel central, pois foram concebidas para promover a responsabilização do adolescente pelo ato infracional sem afastar a finalidade pedagógica e ressocializadora da intervenção estatal. O sistema prevê diferentes modalidades de medidas, cuja aplicação deve observar a individualização, a brevidade, a excepcionalidade e o respeito à dignidade do adolescente. A criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) reforçou a necessidade de organização e articulação das políticas destinadas à execução dessas medidas, aproximando o sistema de justiça das áreas de educação, saúde, assistência social e profissionalização.

Apesar dos avanços legislativos, entretanto, permanece uma relevante distância entre as garantias previstas no plano normativo e a realidade vivenciada por adolescentes submetidos ao sistema socioeducativo. Problemas relacionados à precariedade das unidades de atendimento, insuficiência de recursos materiais e humanos, sobrecarga das equipes téc-

nicas e dificuldades na implementação do Plano Individual de Atendimento podem comprometer o caráter pedagógico das medidas. Em determinadas situações, a intervenção socioeducativa corre o risco de se aproximar de uma lógica predominantemente punitiva, reduzindo sua capacidade de produzir mudanças efetivas na trajetória do adolescente.

A questão torna-se ainda mais complexa quando se considera a reincidência juvenil. No presente estudo, o termo é empregado em perspectiva criminológica e sociológica, para designar a repetição de práticas infracionais após o contato prévio com o sistema socioeducativo, sem equipará-lo automaticamente à reincidência técnico-jurídica própria do Direito Penal aplicável aos adultos. Essa distinção é necessária para preservar as especificidades do Direito da Criança e do Adolescente, no qual também se utiliza a expressão "reiteração infracional".

A reincidência não pode ser explicada exclusivamente pela conduta individual do adolescente. O fenômeno apresenta caráter multifatorial e relaciona-se a condições de vulnerabilidade social, baixa escolaridade, fragilidade dos vínculos familiares, ausência de oportunidades e insuficiência das redes de proteção. Soma-se a esses fatores o estigma social dirigido aos adolescentes egressos das medidas socioeducativas, que pode dificultar o acesso à educação, ao trabalho e à convivência comunitária, favorecendo a manutenção de trajetórias marcadas pela exclusão.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a eficácia das medidas socioeducativas no Brasil, especialmente quanto à sua capacidade de contribuir para a redução da reincidência juvenil e para a efetiva reintegração social dos adolescentes. Busca-se compreender os principais obstáculos estruturais e institucionais que limitam a concretização das finalidades previstas na legislação, bem como discutir alternativas de aprimoramento do sistema.

A análise também considera a importância da articulação entre políticas públicas e instituições, reconhecendo que a socioeducação não constitui responsabilidade exclusiva do sistema de justiça. Educação, as-

sistência social, saúde, profissionalização, fortalecimento dos vínculos familiares e inclusão comunitária devem integrar uma rede capaz de oferecer condições concretas para a construção de novas trajetórias de vida.

Por fim, o estudo aborda a justiça restaurativa como possibilidade de aperfeiçoamento da resposta socioeducativa. Ao privilegiar o diálogo, a responsabilização consciente, a reparação dos danos e a reconstrução dos vínculos sociais, essa abordagem apresenta potencial para complementar as medidas tradicionais e favorecer processos de reintegração. Assim, sustenta-se que o enfrentamento da reincidência juvenil exige mais do que a aplicação formal das medidas previstas em lei: pressupõe a efetiva concretização da proteção integral, o fortalecimento das políticas públicas, a superação do estigma e a construção de oportunidades capazes de permitir ao adolescente reorganizar sua trajetória social.

1 SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

A proteção jurídica destinada aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil está fundamentada em um conjunto de normas e políticas públicas que visam conciliar responsabilização e garantia de direitos (Araújo, 2024). Inserindo nesse cenário, o sistema socioeducativo emerge como mecanismo jurídico-pedagógico direcionado à ressocialização do jovem que comete um ato infracional, priorizando-se medidas educativas em vez de punições repressivas (Machado; Fensterseifer, 2024).

A legislação brasileira estabelece que adolescentes entre 12 e 18 anos devem ser responsabilizados por imposição de medidas socioeducativas que variam desde advertência até restrição de liberdade, sempre observando princípios como brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Esse modelo procura assegurar que a intervenção estatal tenha caráter formativo e possa promover a reintegração do adolescente (Maruschi; Cardozo; Pasian, 2024).

Entretanto, embora o arcabouço jurídico brasileiro seja considerado avançado no que se refere à proteção da infância e juventude, estudos

apontam a existência de desafios na prática do sistema socioeducativo (Ferreira; Santos; Wermelinger, 2024; Moreira; Drawin, 2024). Desafios estruturais, institucionais e sociais afetam a eficácia das medidas aplicadas, dificultando o alcance do objetivo ressocializador e favorecendo a reincidência entre adolescentes (Moreira; Drawin, 2024).

Entre os principais fatores mencionados na literatura contemporânea estão a precariedade de algumas unidades socioeducativas (Machado; Fensterseifer, 2024), a carência de políticas de acompanhamento após o cumprimento da medida (Costa; Alberto, 2023) e o estigma social enfrentado pelos jovens egressos do sistema (Martins; Araújo, 2024). Todos esses elementos evidenciam uma necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas à socioeducação no Brasil.

1.1 EVOLUÇÃO JURÍDICA DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

A forma como o ordenamento jurídico brasileiro trata o adolescente em conflito com a lei resulta de um processo histórico caracterizado por mudanças significativas de paradigma (Faria, 2021). Durante parte do século XX, prevaleceu uma concepção tutelar e repressiva, na qual as crianças e os adolescentes eram considerados objetos de intervenção estatal (Aires, 2025). Nesse cenário, a atuação do Estado priorizava o controle social, frequentemente pela aplicação de medidas de internação de maneira ampla e pouco individualizada (Faria, 2021; Silva, 2021).

O Código de Menores de 1979 adotou a doutrina da situação irregular, a qual permitia intervenção estatal tanto em casos de prática infracional quanto em situações de vulnerabilidade social, tais como abandono e pobreza, sem distinções claras entre elas (Brasil, 1979; Sathler, 2021). A institucionalização era predominante em espaços com caráter repressivo, comumente sem garantias processuais (Oliveira; Leonardo; Dias, 2023), reforçando-se a exclusão social e os estigmas ligados à vulnerabilidade social.

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização, emergiu no Brasil um movimento de valorização dos direitos humanos que impactou diretamente a proteção jurídica da infância e da juventude (Perondi *et al*., 2018). Esse novo cenário culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a doutrina da proteção integral e reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento (Freitas; Silva, 2018; Brasil, 2022).

O art. 227 impôs a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado na garantia de direitos fundamentais, promovendo uma ruptura com o modelo anterior e inaugurando uma abordagem centrada na dignidade e no desenvolvimento integral do jovem (Brasil, 2022; Ferreira Júnior; Andrade; Tavares, 2026). Ao garantir prioridade absoluta à efetivação dos direitos, a Constituição reforçou a obrigação de políticas públicas específicas à proteção da infância e da adolescência.

Compreendeu-se que crianças e adolescentes devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, demandando uma atuação estatal orientada pela promoção de seu bem-estar físico, psíquico e social (Ferreira, 2022). A mudança foi materializada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, o qual estruturou um sistema jurídico específico para a responsabilização de adolescentes autores de ato infracional (Brasil, 1990; Rodrigues, 2015; Pinheiro, 2018; Gachet, 2019).

O ECA introduziu as medidas socioeducativas, instrumentos de natureza pedagógica voltados à responsabilização e à reintegração social (Pirolli, 2021). Diferente do modelo punitivo anterior, tais medidas consideram as circunstâncias do ato e as condições individuais do adolescente, observando princípios como brevidade, excepcionalidade e o respeito à pessoa em desenvolvimento (Saraiva, 2013). O ato infracional se torna conduta ilícita e expressão de contextos sociais que demandam intervenção educativa.

A instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo representou um avanço na organização e na execução dessas medidas, ao

estabelecer diretrizes para sua aplicação e reforçar a necessidade de articulação entre diferentes políticas públicas (Brasil, 2012; Koplin, 2024). Assim, a proposta de integração entre áreas como educação, saúde e assistência social torna evidente que a ressocialização do adolescente depende de uma rede de apoio ampla e estruturada (Silva, 2023).

Porém, apesar dos avanços normativos, os estudos apontam desafios na plena efetivação do modelo, especialmente no que se refere à infraestrutura das unidades, à qualificação das equipes e à persistência das práticas que ainda se distanciam do caráter pedagógico previsto na legislação (Aguiar *et al*., 2025). Portanto, a evolução jurídica do adolescente em conflito com a lei apresenta uma transição de um sistema repressivo para um modelo voltado à proteção integral e socioeducação.

1.2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

As medidas socioeducativas são instrumento jurídico de responsabilização de adolescentes em conflito com a lei no Brasil, orientadas por um conjunto de alicerces legais que privilegiam a proteção integral e o desenvolvimento juvenil (Silva; Andrade, 2025). Diferente do sistema penal aplicado aos adultos, tais medidas são de natureza eminentemente pedagógica, buscando não apenas responder ao ato infracional, mas também promover a reintegração social do adolescente (Almeida *et al*., 2025).

A legislação situa que a intervenção estatal deve ocorrer proporcionalmente, de forma individualizada e voltada à formação cidadã, reconhecendo a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Silva; Barbosa; Cruz, 2024). O ordenamento prevê diferentes modalidades de medidas socioeducativas, destacando-se a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços para a comunidade, a liberdade assistida, o regime de semiliberdade e a internação (Moreira; Drawin, 2024).

Cada uma dessas medidas tem finalidades específicas, devendo ser aplicada com base em critérios que considerem não só o ato praticado, mas também o contexto social, familiar e psicológico do adolescente (Ro-

cha, 2016; Silva; Santos Filho; Freitas, 2024). A individualização da medida socioeducativa constitui um princípio central, uma vez que possibilita a construção de estratégias de intervenção muito mais adequadas às necessidades de cada jovem (Assis, 2018; Almeida *et al*., 2025).

Além disso, a aplicação das medidas é condicionada a princípios fundamentais que buscam evitar práticas abusivas e garantir a efetividade do caráter educativo da intervenção (Torres, 2025). Entre os princípios, destacam-se a brevidade, que limita a duração das medidas restritivas de liberdade; a excepcionalidade, a qual determina que a internação deve ser utilizada somente em situações específicas; e o respeito à dignidade e aos direitos fundamentais do adolescente (Silva, 2021).

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de elaboração de um plano individual de atendimento, que orienta a execução da medida socioeducativa conforme as particularidades do adolescente (Pereira, 2017). O plano precisa contemplar ações nas áreas de educação, saúde, assistência social e profissionalização, sendo importante para a articulação entre as diferentes políticas públicas (Fechner, 2024). A efetividade das medidas depende, portanto, da atuação integrada entre instituições e profissionais.

Contudo, apesar da solidez dos fundamentos legais, a literatura aponta desafios na concretização dessas diretrizes no contexto brasileiro. Problemas como a insuficiência de recursos, a carência de capacitação técnica e as limitações estruturais das unidades de atendimento comprometem a aplicação adequada das medidas e, consequentemente, sua eficácia (Ferreira; Ferreira Júnior, 2025). Assim, observa-se que, em alguns casos, a execução das medidas se distancia de seu propósito pedagógico.

Pode-se afirmar que os fundamentos legais das medidas socioeducativas são uma melhoria significativa que estabelece um modelo de responsabilização orientado pela educação e pela reintegração social (Freires, 2025). Contudo, a efetividade desse modelo depende da superação de entraves estruturais e da consolidação de políticas públicas que garantam

a plena implementação dos princípios previstos na legislação, reduzindo a reincidência e construindo trajetórias de vida inclusivas (Leiras, 2025).

2 EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E REINCIDÊNCIA JUVENIL

A análise da eficácia das medidas socioeducativas no Brasil revela um cenário complexo, caracterizado por avanços normativos, mas também por limitações na sua aplicação prática (Freires, 2025). Estudos recentes indicam que, embora tais medidas tenham como fim a ressocialização e a responsabilização pedagógica do adolescente, sua efetividade ainda é parcialmente lesada por fatores estruturais e institucionais (Aguiar *et al*., 2025; Ferreira; Ferreira Júnior, 2025; Silva; Andrade, 2025).

Análises apontam que a qualidade da execução das medidas, a disponibilidade de recursos e a atuação das equipes técnicas são determinantes para os resultados obtidos, especialmente no que se refere à redução da reincidência (Miranda, 2025). Ademais, Simões (2025) ressalta a redução no número de adolescentes em privação de liberdade ao longo dos últimos anos, o que sugere avanços na gestão do sistema, embora isso não implique maior eficácia na reintegração social.

Por outro lado, a persistência de índices relevantes de reincidência comprova que as medidas socioeducativas ainda encaram obstáculos importantes para alcançar plenamente seus objetivos (Moreira; Silva, 2025). Estudos apontam que a reincidência juvenil está associada a fatores multifatoriais, incluindo vulnerabilidade social, baixa escolaridade, fragilidade dos vínculos familiares e ausência de oportunidades após o cumprimento da medida (Mendonça, 2024; Marques, C., 2025; Simões, 2025).

A literatura destaca que falhas na articulação entre políticas públicas e estigma social direcionado aos adolescentes egressos dificultam sua reinserção, contribuindo para a manutenção do ciclo infracional (Pires, 2023). Assim, a eficácia das medidas socioeducativas não pode ser analisada de forma isolada, mas a partir da perspectiva sistêmica que considere

tanto a qualidade da intervenção estatal quanto as condições sociais que influenciam a trajetória desses adolescentes (Freires, 2025).

Nesse trabalho, a expressão "reincidência juvenil" é empregada em sentido criminológico e sociológico, para indicar a repetição de práticas infracionais por adolescentes após contato prévio com o sistema socioeducativo. Não se pretende equipará-la, de forma automática, a reincidência técnico-jurídica própria do Direito Penal aplicável aos adultos. Quando se enfatiza a terminologia específica do Direito da Criança e do Adolescente, utiliza-se também a expressão "reiteração infracional" (Guimarães, 2024).

2.1 DESAFIOS ESTRUTURAIS NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS

A análise dos desafios estruturais na aplicação das medidas socioeducativas no Brasil demonstra um descompasso entre o modelo jurídico previsto e a realidade concreta de sua execução (Torres, 2025). Embora a legislação estabeleça diretrizes voltadas à responsabilização pedagógica e reintegração social do adolescente, vários estudos apontam que limitações estruturais podem comprometer de modo significativo a efetividade dessas medidas (Aguiar *et al*., 2025; Ferreira; Ferreira Júnior, 2025).

Entre os entraves, destacam-se a precariedade das unidades de atendimento, a insuficiência de recursos materiais e humanos e a falta de condições adequadas para o desenvolvimento de atividades educativas e profissionalizantes (Costa, 2025). Esse cenário contribui para que, em muitos casos, as medidas socioeducativas deixem, com o passar do tempo, de cumprir com sua função socioeducativa, aproximando-se de práticas meramente punitivas (Araújo, 2017; Pacheco, 2023).

Sobre as unidades de internação, relatórios institucionais e pesquisas indicam problemas recorrentes como superlotação, infraestrutura inadequada e ocorrência de violência institucional (Silva, 2018; Silva, 2021). Todas essas condições prejudicam a implementação de um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal e à construção de novos projetos de

vida, elementos que são considerados fundamentais para uma plena ressocialização dos adolescentes (Freitas; Elias; Dirino, 2025).

Outro aspecto é a fragilidade na implementação do Plano Individual de Atendimento, importante elemento que orienta o cumprimento da medida conforme as necessidades específicas individuais (Guará; Oliveira, 2023). Na prática, a sobrecarga das equipes e a falta de recursos atrapalham a elaboração de planos personalizados. Como consequência, a medida pode se tornar um processo padronizado, negligenciando subjetividades e reduzindo seu potencial transformador (Oliveira, 2024).

Acerca das medidas em meio aberto também se observam desafios (Fagundes *et al*., 2019). Municípios têm dificuldades para estruturar programas adequados, seja pela limitação de recursos financeiros, seja pela carência de profissionais capacitados (Souza; Rocha; Tolêdo, 2018). A ausência de nexo entre políticas de educação, assistência social e trabalho afeta a oferta de oportunidades para reintegração, mantendo o adolescente exposto aos mesmos fatores que contribuíram para o ato infracional.

Diante disso, evidencia-se que os desafios estruturais desempenham um papel central na limitação da eficácia das medidas socioeducativas no Brasil. A superação dos desafios exige investimentos em infraestrutura, na capacitação profissional e no fortalecimento das redes de atendimento. Além disso, é importante a implementação de políticas públicas integradas que garantam suporte efetivo ao adolescente durante e após o cumprimento da medida (Ferreira; Ferreira Júnior, 2025).

2.2 ESTIGMA SOCIAL E REINTEGRAÇÃO DO ADOLESCENTE

A reintegração social de adolescentes em conflito com a lei é um dos principais desafios do sistema socioeducativo brasileiro, sendo profundamente influenciada por fatores que extrapolam a dimensão jurídica e institucional (Nascimento, 2025). Entre todos esses fatores, o estigma social acaba se destacando como um elemento central no entendimento

das dificuldades enfrentadas por adolescentes egressos das medidas socioeducativas (Araújo, 2017; Marques, 2022; Oliveira, 2025).

Mesmo após o cumprimento da medida, vários jovens ainda continuam sendo rotulados como "infratores", o que acaba comprometendo a sua inserção em espaços sociais fundamentais, como a escola, o mercado de trabalho e a própria comunidade (Spadaccini, 2020). Esse processo de rotulação contribui significativamente para uma construção de identidades marcadas pela exclusão, dificultando, portanto, uma plena ruptura com o ciclo infracional (Simões, 2020; Oliveira, 2025).

A literatura sociológica e criminológica destaca que o estigma opera como um reforço da marginalização, limitando oportunidades e enfraquecendo vínculos sociais positivos (Lopes, 2019). Assim, a teoria do etiquetamento social ajuda a compreender como a atribuição de rótulos negativos pode influenciar a autoimagem do indivíduo e favorecer a reincidência. Portanto, a rejeição social e a ausência de reconhecimento de novas identidades dificultam a adesão a projetos de vida alternativos (Silva, 2015).

Além do estigma, a fragilidade na articulação da rede de proteção social é um desafio à reintegração do adolescente (Vasconcelos, 2024). A efetividade das medidas socioeducativas depende da integração entre diferentes políticas públicas, tais como educação, assistência social, saúde e trabalho (Ferreira; Ferreira Júnior, 2025). Porém, na prática, essa articulação muitas vezes ocorre de forma limitada ou descontinuada, comprometendo o acompanhamento do adolescente após o cumprimento da medida.

Outro ponto diz respeito ao papel da família e da comunidade no processo de reintegração. A fragilidade dos vínculos familiares, associada a contextos de pobreza, violência e exclusão social, dificulta a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento do adolescente (Gonçalves, 2022). Em muitos casos, o jovem acaba retornando ao mesmo contex-

to que contribuiu para sua trajetória infracional, sem acesso a oportunidades concretas de mudança (Marques, C., 2025).

Diante desse panorama, evidencia-se que a reintegração social do adolescente requer uma abordagem que extrapole a mera aplicação das medidas socioeducativas, incorporando estratégias voltadas à redução do estigma e ao fortalecimento da rede de proteção (Alencar, 2017). Iniciativas que geram inclusão educacional e profissional, aliadas a ações de sensibilização social, são vitais para ampliar as oportunidades de reinserção e romper com o ciclo de exclusão (Freitas; Elias; Dirino, 2025).

3 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A contenda sobre o aprimoramento do sistema socioeducativo brasileiro envolve, necessariamente, fortalecer políticas públicas e a articulação interinstitucional como componentes centrais para a redução da reincidência juvenil (Coelho; Moreira Neto; Silva, 2025). A eficácia das medidas está diretamente ligada à integração entre distintas áreas, uma vez que os sistemas mais articulados e com políticas públicas consistentes tendem a apresentar melhores resultados na reintegração social dos adolescentes (Oliveira, 2024).

Além disso, a incorporação de práticas inovadoras, como a justiça restaurativa, tem sido apontada como uma alternativa promissora para qualificar a resposta estatal aos atos infracionais (Cavalheiro, 2024). Diferente do modelo tradicional punitivo, a justiça restaurativa propõe a responsabilização do adolescente por meio do diálogo, da reparação do dano e da reconstrução dos vínculos sociais, envolvendo vítima, ofensor e comunidade no processo (Lima, 2019; Cavalheiro, 2024).

Evidências empíricas indicam que programas restaurativos apresentam efeitos positivos na redução da reincidência juvenil, sendo considerados estratégias eficazes quando comparados aos modelos tradicionais de justiça (Guimarães, 2024; Simões, 2025). Dessa forma, o aprimoramento do sistema socioeducativo passa não só pelos investimentos estrutu-

rais, mas também pela adoção de abordagens que promovam inclusão, responsabilização consciente e fortalecimento dos laços sociais.

3.1 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O fortalecimento das políticas públicas e da articulação institucional é um dos pilares para o aprimoramento do sistema socioeducativo no Brasil (Sousa, 2023). A socioeducação não pode ser vista como uma mera ação isolada do sistema de justiça, mas como parte de uma rede mais ampla de proteção social (Menezes, 2025). Caso a integração intersetorial esteja ausente, a continuidade do acompanhamento será comprometida e os resultados esperados das medidas aplicadas serão fragilizados.

A literatura aponta que a articulação interinstitucional é crucial para assegurar a implementação de ações coordenadas que atendam às múltiplas dimensões da vida do adolescente (Guerra, 2024; Oliveira, 2024; Vasconcelos, 2024). Os programas de escolarização, a qualificação profissional, o atendimento psicossocial e o fortalecimento de vínculos familiares são elementos que precisam atuar de maneira complementar, evitando lacunas no atendimento (Nunes, 2025; Silva; Nunes, 2025).

Contudo, na prática, observa-se que essa integração ainda ocorre de maneira limitada, muitas vezes caracterizada pela descontinuidade, sobreposição de funções ou ausência de comunicação entre os órgãos envolvidos (Linden, 2018; Oliveira, 2024). Nesse cenário, essa fragmentação acaba promovendo dificuldades na construção de trajetórias de inclusão social e comprometendo a plena eficácia das políticas públicas voltadas à redução da reincidência juvenil (Simões, 2025).

Outro aspecto é a desigualdade na implementação das políticas públicas entre diferentes regiões. Os municípios com menor capacidade administrativa e financeira enfrentam maiores dificuldades para estruturar programas de atendimento em meio aberto (Fagundes *et al*., 2019). Dessa maneira, a cooperação entre União, estados e municípios se torna indis-

pensável para assegurar a padronização e a qualidade do atendimento socioeducativo em todo o país (Souza; Rocha; Tolêdo, 2018).

Além disso, a construção de políticas públicas eficazes demanda a adoção de estratégias que priorizem prevenção e inclusão social (Dias *et al.*, 2025). Investimentos em educação de qualidade, programas de permanência escolar, acesso à cultura, esporte e oportunidades de inserção no mercado de trabalho são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, visando ampliar as perspectivas de vida dos adolescentes (Souto, 2025).

Por fim, destaca-se que o aprimoramento da articulação institucional exige não apenas a criação de políticas públicas, mas também o monitoramento contínuo de sua implementação e os resultados gerados (Oliveira, 2024). A produção de dados, a avaliação de programas e o compartilhamento de boas práticas constituem instrumentos essenciais para a construção de um sistema socioeducativo muito mais eficiente e orientado por evidências (Craidy; Szuchman, 2017; Guimarães, 2024).

3.2 JUSTIÇA RESTAURATIVA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

A justiça restaurativa tem se firmado, nas últimas décadas, como uma abordagem inovadora no tratamento de conflitos envolvendo adolescentes em conflito com a lei, apresentando-se como opção ou complemento ao modelo tradicional de responsabilização (Neves, 2021). Ao contrário da lógica retributiva, centrada na punição, a justiça restaurativa propõe a resolução do conflito através do diálogo, da responsabilização consciente e da reparação dos danos causados à vítima e à comunidade (Fonseca, 2018).

Nesse modelo, o adolescente deixa de ser um sujeito passivo da sanção estatal e passa a ter um papel ativo no processo, compreendendo as consequências de seus atos e participando da construção de soluções que proporcionem a restauração das relações sociais (Neves, 2021). No contexto do sistema socioeducativo brasileiro, a adoção dessas práticas

restaurativas tem sido incentivada como forma de qualificar a aplicação das medidas socioeducativas de caráter pedagógico (Camimura, 2023).

Experiências desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, tais como círculos restaurativos, mediação vítima-ofensor e conferências familiares, provam ter potencial para promover um maior engajamento dos adolescentes e fortalecer vínculos sociais fragilizados (Marques, P., 2025; Santos, 2025). Estudos indicam que essas práticas podem ajudar na redução de comportamentos reincidentes, ao favorecerem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, responsabilidade e resolução pacífica;

Além disso, a justiça restaurativa permite a inclusão da vítima e da comunidade no processo de responsabilização, ampliando a compreensão do ato infracional para além da relação entre Estado e infrator (Chinen, 2017). Ao promover o diálogo e a escuta ativa, a abordagem restaurativa contribui para a reconstrução de laços sociais e para a reintegração do adolescente, reduzindo a sensação de exclusão frequentemente associada ao sistema tradicional de justiça (Santos, 2025).

Entretanto, a implementação da justiça restaurativa ainda enfrenta desafios no Brasil, especialmente no que diz respeito à sua institucionalização e à capacitação de profissionais (Barbosa; Paião, 2024). A expansão dessas práticas exige investimentos em formação específica, mudança de cultura institucional e integração com as políticas públicas já existentes no sistema socioeducativo. Além disso, é preciso assegurar que sua aplicação respeite princípios éticos e metodológicos (Craidy; Szuchman, 2017).

Dessa forma, a justiça restaurativa se mostra como uma estratégia promissora para o aprimoramento do sistema socioeducativo, ao propor uma abordagem centrada na responsabilização construtiva e na reintegração social (Cavalheiro, 2024). Sua efetiva incorporação às práticas institucionais pode contribuir significativamente para a redução da reincidência juvenil, desde que acompanhada de políticas públicas consistentes

e de uma contínua promoção dos direitos e da dignidade dos adolescentes em conflito com a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste estudo mostra que o sistema socioeducativo brasileiro, embora sustentado por um arcabouço jurídico avançado, ainda enfrenta desafios significativos para alcançar plenamente seus objetivos de ressocialização e redução da reincidência juvenil. Conforme discutido, a evolução normativa, abalizada pela consolidação da doutrina da proteção integral e pela implementação de medidas socioeducativas de caráter pedagógico, é um avanço no tratamento do adolescente em conflito com a lei.

No entanto, a distância entre o plano normativo e a realidade prática permanece como um dos principais entraves à efetividade do sistema, especialmente diante das limitações estruturais e institucionais identificadas. Nesse contexto, verificou-se que a reincidência juvenil não pode ser entendida de maneira isolada, estando diretamente relacionada a elementos multifatoriais que envolvem vulnerabilidade social, fragilidade de vínculos familiares, baixa escolarização e falta de oportunidades de inserção social.

Além disso, os vários desafios estruturais das unidades socioeducativas, como superlotação, escassez de recursos e insuficiência de equipes técnicas qualificadas, acabam comprometendo a aplicação adequada das medidas e limitam seu potencial transformador. Todos esses aspectos reforçam uma necessidade quase urgente de investimentos contínuos e políticas públicas que possam garantir, de fato, as devidas condições efetivas para o desenvolvimento integral dos adolescentes.

Outro ponto a ser destacado é o impacto do estigma social e da desarticulação da rede de proteção na trajetória de adolescentes egressos do sistema. A persistência de rótulos sociais discriminatórios e a dificuldade de acesso a direitos básicos, como educação e trabalho, dificultam a rein-

tegração social e contribuem para a manutenção do ciclo infracional. A partir desse panorama, a eficácia das medidas socioeducativas depende, necessariamente, de uma abordagem sistêmica e intersetorial.

O aprimoramento do sistema socioeducativo demanda superação de entraves estruturais, fortalecimento da articulação institucional e expansão de políticas públicas voltadas à inclusão social. Relacionar educação, assistência social, saúde e inserção profissional é fundamental para construir alternativas ao ciclo infracional. Ao mesmo tempo, práticas inovadoras, como a justiça restaurativa, surgem como estratégia para promover uma responsabilização mais consciente e fortalecer os vínculos sociais.

Conclui-se que a efetividade das medidas socioeducativas no Brasil depende da articulação entre a responsabilização jurídica e a garantia de direitos. A redução da reincidência juvenil exige intervenções no sistema socioeducativo e a construção de condições para inclusão e desenvolvimento dos adolescentes. O fortalecimento da integração de políticas públicas, aliado à superação de estigmas sociais e à adoção de práticas restaurativas, é um caminho para um sistema mais justo, eficaz e transformador social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. N.; *et al*. Das medidas socioeducativas: limitações e desafios na reintegração de menores infratores. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LVy2. Acesso em: 23 mar. 2026.

AIRES, C. R. **Ações socioeducativas e resistência ao sistema de garantias de direitos**: a cultura tutelar sobre o sujeito adolescente. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, 2025. Disponível em: https://shre.i nk/Lw40. Acesso em: 23 mar. 2026.

ALENCAR, I. P. **Adolescentes em conflito com a lei e direitos humanos**: relações entre medidas socioeducativas e reintegração social. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://shre.ink/ LR75. Acesso em: 24 mar. 2026.

ALMEIDA, V. S.; *et al*. Medidas socioeducativas: desafios e possibilidades do serviço social. **Revista DELOS**, v. 18, n. 69, p. 1–28, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LNr k. Acesso em: 23 mar. 2026.

ARAÚJO, A. C **Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto**: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em Natal-RN. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2017. Disponível em: https://shre.ink/LEO9. Acesso em: 24 mar. 2026.

ASSIS, B. A. **Medidas socioeducativas e as falhas quanto a sua efetividade**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru-PE, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LNXg. Acesso em: 23 mar. 2026.

BARBOSA, G. D. V. M.; PAIÃO, O. S. Análise crítica acerca da eficiência da justiça restaurativa no âmbito do direito penal brasileiro. **Revista DELOS**, v. 17, n. 61, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LzUv. Acesso em: 24 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Brasília, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional [...]. Brasília, 2012. Disponível em: https://shre.ink/7Idf. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1806.htm. Acesso em: 14 abr. 2026

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 116/2022. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: https://shr e.ink/LLLl. Acesso em: 2 abr. 2026.

CAMIMURA, C. B. **Inovações em práticas culturais com a "Justiça Restaurativa"**: as "medidas socioeducativas". 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências do Comportamento) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LzUd. Acesso em: 24 mar. 2026.

CAVALHEIRO, Y. C. **A mediação como instrumento primário e extrajudicial de resolução de conflitos decorrentes de atos infracionais**: uma proposta sob a ótica da justiça restaurativa. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2024. Disponível em: htt ps://shre.ink/LRv3. Acesso em: 24 mar. 2026.

CHINEN, J. K. **Justiça restaurativa e ato infracional**: Representações e práticas no Judiciário de Campinas – SP. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP. 2017. Disponível em: https://shre.ink/LzUA. Acesso em: 24 mar. 2026.

COELHO, A. L.; MOREIRA NETO, M. E.; SILVA, M. F. P. A redução da maioridade penal como proposta de política criminal: limites constitucionais e ineficiência do sistema socioeducativo brasileiro. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 62, p. 40 – 57, maio 2025. ISSN 25264281. Disponível em: https:// revista.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/3448. Acesso em: 24 mar. 2026.

COSTA, J. P. S. **O cotidiano do agente socioeducativo do CASE Pitimbu como um desafio para a socioeducação**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LEOg. Acesso em: 24 mar. 2026.

COSTA, C. S. S.; ALBERTO, M. F. P. Contextos de desenvolvimento de adolescentes e jovens nos programas de acompanhamento pós-cumprimento de medida socioeducativa. **Revista Subjetividades**, v. 23, n. 1, p. 1–14, 2023. Disponível em: https://ojs.unifor.br/ rmes/article/view/12852/7163. Acesso em: 11 mar. 2026.

CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. **Socioeducação**: Fundamentos e Práticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: https://shre.ink/LRyH. Acesso em: 24 mar. 2026.

DIAS, M. A. D.; *et al*. Políticas públicas e educação caminhos para a redução da desigualdade social. **Revista Missioneira**, v. 27, n. 1, p. 113–123, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LRFd. Acesso em: 24 mar. 2026.

FAGUNDES, A. P. A.; *et al*. As medidas socioeducativas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade – aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei na cidade de Joinville/SC. **Revista CNEC Direito & Cidadania**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: https://shre.ink/LENw. Acesso em: 24 mar. 2026.

FARIA, I. L. V. **A evolução da legislação do adolescente**: a aplicação da doutrina da proteção integral e da situação irregular. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2021. Disponível em: https://shre.ink/Lw4y. Acesso em: 23 mar. 2026.

FECHNER, K. L. **Intersetorialidade entre educação, saúde e assistência social**: limites e possibilidades nos municípios do Planalto Norte catarinense. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas-SC, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LNvR. Acesso em: 23 mar. 2026.

FERREIRA, J. P. A. **Autonomia da criança e do adolescente nas situações jurídicas existenciais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2022. Disponível em: https://shre.ink/LVjP. Acesso em: 23 mar. 2026.

FERREIRA, A. V. S.; FERREIRA JÚNIOR, A. C. A responsabilidade do Estado na garantia dos direitos dos adolescentes infratores: análise das medidas socioeducativas à luz da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 11, 2025. Disponível em: https://shre. ink/LNvk. Acesso em: 23 mar. 2026.

FERREIRA, A. P.; SANTOS, D. S.; WERMELINGER, E. D. Perspectivas e desafios do cuidado em saúde mental de adolescentes em regime socioeducativo: um estudo de caso. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 143, 2024. Disponível em: https://shre.ink/ATSe. Acesso em: 11 mar. 2026.

FERREIRA JÚNIOR, E. I.; ANDRADE, D. B. S.; TAVARES, M. M. O. A proteção integral na prática: avalição da implementação da Política Nacional de Formação Básica e seus impactos no sistema de justiça. **Veredas do Direito**, v. 23, 2026. Disponível em: https://s hre.ink/LVbo. Acesso em: 23 mar. 2026.

FONSECA, J. A. P. **Justiça restaurativa e o jovem infrator**: em busca de uma resolução humanizada. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LzU n. Acesso em: 24 mar. 2026.

FREIRES, S. C. **Medidas socioeducativas e desigualdades sociais**: uma breve análise crítica da aplicação e eficácia no contexto brasileiro. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LNCR. Acesso em: 23 mar. 2026.

FREITAS, L. S.; SILVA, E. D. A legislação infanto-juvenil e a transição da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral. **Revista Aporia Jurídica**, v. 1, n. 10, p. 50–73, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LVdn. Acesso em: 23 mar. 2026.

FREITAS, A. S.; ELIAS, T. C. A.; DIRINO, D. E. Da internação à reinserção: desafios, possibilidades e contribuições para a reeducação e prevenção da reincidência de jovens no sistema de justiça juvenil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LEwM. Acesso em: 24 mar. 2026.

GACHET, S. **Adolescentes em privação de liberdade e medidas socioeducativas**: a lógica capitalista de um "modelo pedagógico". 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba-SP, 2019. Disponível em: https://s hre.ink/LVGN. Acesso em: 23 mar. 2026.

GONÇALVES, M. R. O. **Vínculos que atravessam as ruas**: Uma análise de condições de vulnerabilidade social entre adolescentes com trajetória de rua em cumprimento de medidas socioeducativas. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2022. Disponível em: https://shre.ink/LR 7l. Acesso em: 24 mar. 2026.

GUARÁ, I. M. F. R.; OLIVEIRA, M. R. Plano individual de atendimento nas medidas socioeducativas. **Cadernos Jurídicos**, v. 24, n. 66, p. 203–229, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LEV4. Acesso em: 24 mar. 2026.

GUERRA, É. T. **Intersetorialidade e políticas públicas de juventudes**: articulação territorial para a prevenção de violências. 2024. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2024. Disponível em: https://shre.ink/Lzm6. Acesso em: 24 mar. 2026.

GUIMARÃES, L. C. **Intervenções eficazes para a redução da reiteração infracional juvenil**: evidências científicas e concepções de profissionais do sistema socioeducativo. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LRuJ. Acesso em: 24 mar. 2026.

KOPLIN, C. B. C. **Liberdade ou esquecimento**: uma análise do sistema socioeducativo em meio aberto pela ótica das políticas públicas. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LVFp. Acesso em: 23 mar. 2026.

LEIRAS, M. **Memória e políticas públicas**: uma análise das políticas penais e sociais direcionadas às pessoas egressas do sistema penal. 2025. 192 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2025. Disponível em: https://shre.ink/Lsh4. Acesso em: 14 abr. 2026.

LIMA, L. M. A justiça restaurativa e a sua aplicabilidade nos conflitos envolvendo adolescentes. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, n. 24, p. 129–162, 2019. Disponível em: https://shre.ink/LRuq. Acesso em: 24 mar. 2026.

LINDEN, N. **A problemática das medidas socioeducativas e protetivas para adolescentes em conflito com a lei**: a ressocialização do infante e o princípio da proteção integral frente à realidade social. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LR6r. Acesso em: 24 mar. 2026.

LOPES, R. R. R. **Exclusão e estigma**: uma análise do etiquetamento social expresso na vida dos sujeitos que passam pelo sistema carcerário. Caxias do Sul, RS: Educs, 2019. Disponível em: https://shre.ink/LRof. Acesso em: 24 mar. 2026.

MACHADO, V. G. L.; FENSTERSEIFER, D. P. Nem sócio, nem educativa: uma análise crítico-teórica sobre as medidas socioeducativas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 11, n. 6, p. 372–383, 2024. Disponível em: https://shre.ink/ATMW. Acesso em: 11 mar. 2026.

MARQUES, A. C. C. **Adolescentes em conflito com a lei**: contexto histórico e processos de estigmatização. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2022. Disponível em: https://shre.ink/LRMY. Acesso em: 24 mar. 2026.

MARQUES, C. **Trajetórias de vida**: Análise dos eventos contributivos para a medida de internamento de jovens em centros educativos. 2025. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) – Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto-PT, 2025. Disponível em: https://shre.ink/L Eui. Acesso em: 24 mar. 2026.

MARQUES, P. C. F. **Círculos de construção de paz**: uma ferramenta pedagógica para promover o pertencimento de adolescentes imigrantes no ambiente escolar. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó-SC, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LzUg. Acesso em: 24 mar. 2026.

MARTINS, F. A. S.; ARAÚJO, R. M. B. "Semente do mal": pensar a educação de jovens em conflito com a lei e privados de liberdade, estigmas e estereótipos. **Revista**

Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE), v. 19, p. 1–24, 2024. Disponível em: https://shre.ink/AT50. Acesso em: 11 mar. 2026.

MARUSCHI, M. C.; CARDOZO, R. S.; PASIAN, S. R. Medidas socioeducativas em adolescentes do Brasil: reflexões sobre sua aplicação. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 25, n. 3, 2024. Disponível em: https://shre.ink/ATxx. Acesso em: 11 mar. 2026.

MENDONÇA, J. S. **Adolescentes em conflito com a lei**: fatores psicossociais associados à reincidência no Brasil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos, Gama-DF, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LEj4. Acesso em: 24 mar. 2026.

MENEZES, G. U. F. **EJA, sistema socioeducativo e juventude**: formação docente e educação de jovens e adultos no sistema socioeducativo: desafios e perspectivas na socioeducação. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LzmR. Acesso em: 24 mar. 2026.

MIRANDA, E. F. C. L. C. **Percepções acerca da relação com os técnicos de reinserção social e motivação para a mudança em pessoas em cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense e Criminal) – Instituto Universitário Egas Moniz, Almada-PT, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LEKV. Acesso em: 24 mar. 2026.

MOREIRA, J. O.; DRAWIN, C. R. As medidas socioeducativas e a ideia de autonomia: desafios para os profissionais. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 24, 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v24/1808-4281-epp-24-e82409.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

MOREIRA, B. S. C.; SILVA, C. A. L. V. Medidas socioeducativas e reincidência: limites à ressocialização no sistema brasileiro. **Remumon**, v. 21, n. 5, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LEhA. Acesso em: 24 mar. 2026.

NASCIMENTO, D. B. **Adolescentes em conflito com a lei**: uma análise sobre o tema em trabalhos acadêmicos da UFPB. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LRMs. Acesso em: 24 mar. 2026.

NEVES, N. S. **Diálogos entre a justiça restaurativa e a justiça social pela via de acesso a direitos e seus reflexos sobre adolescentes em conflito com a lei**. 2021.

Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2021. Disponível em: https://shre.ink/Lzn6. Acesso em: 24 mar. 2026.

NUNES, A. T. D. Ressocialização de jovens em conflito com a lei no estado da Bahia. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 8, n. 15, p. 116–129, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LRPH. Acesso em: 24 mar. 2026.

OLIVEIRA, C. A. **Entre a teoria e a prática**: o papel do CREAS na implementação de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LENa. Acesso em: 24 mar. 2026.

OLIVEIRA, R. B. **Entre rótulos e identidades**: o estigma dos jovens infratores na socioeducação. 2025. Dissertação (Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Luziânia-GO, 2025. Disponível em: https://shre.ink/L RMG. Acesso em: 24 mar. 2026.

OLIVEIRA, H. M.; LEONARDO, C. A. L.; DIAS, P. C. A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil à luz da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades. **InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais**, v. 9 n. 2, 2023. Disponível em: https://shre.ink/Lw41. Acesso em: 23 mar. 2026.

PACHECO, A. C. F. **Adolescência, ato infracional e socioeducação**: perspectivas das medidas socioeducativas em meio aberto na Comarca de Içara/SC entre os anos 2014 e 2021. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma-SC, 2023. Disponível em: http://200.18.15.28/bitstream/1/1074 3/1/Ana%20Carolina%20Fernandes%20Pacheco.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

PEREIRA, F. C. S. C. **Análise do processo de construção do Plano Individual de Atendimento para efetivação das medidas socioeducativas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2017. Disponível em: https://shre.ink/LNuc. Acesso em: 23 mar. 2026.

PERONDI, M.; *et al*. **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos**: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LVWi. Acesso em: 23 mar. 2026.

PINHEIRO, J. M. B. **Ato infracional e privação de liberdade**: uma análise do CASE-TO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) –

Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins-TO, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LV hy. Acesso em: 23 mar. 2026.

PIRES, J. A. R. **Interrompendo o ciclo?** A influência do *background* familiar na prevenção da reincidência infracional de adolescentes egressos da fase através do Programa POD – Socioeducativo. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LEj1. Acesso em: 24 mar. 2026.

PIROLLI, J. J. F. **Medida socioeducativa de internação (ECA/90)**: ensaios acerca da responsabilidade penal do adolescente no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins-TO, 2021. Disponível em: https://shre.ink/LVZb. Acesso em: 23 mar. 2026.

ROCHA, P. S. **Adolescência, ato e medida**: O que a jovem tem a dizer. 2016. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção de Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2016. Disponível em: https://shre.ink/LNXC. Acesso em: 23 mar. 2026.

RODRIGUES, D. **Adolescência e medidas socioeducativas**: um debate acerca do ato infracional. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015. Disponível em: htt ps://shre.ink/LVjK. Acesso em: 23 mar. 2026.

SANTOS, M. S. S. **Justiça restaurativa e juventudes**: Uma análise acerca de suas experiências e percepções em Imperatriz – MA. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2025. Disponível em: https://shr e.ink/LzUf. Acesso em: 24 mar. 2026.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente com conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4. ed. ver. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013. Disponível em: https://shre.ink/ LVZ m. Acesso em: 23 mar. 2026.

SATHLER, P. J. **O Problema da Maioridade Penal**: as propostas de redução da idade penal e suas implicações político-criminais diante da efetividade do sistema prisional e da concepção de adolescência. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. Disponível em: https://shre.ink/Lw42. Acesso em: 23 mar. 2026.

SILVA, K. F. L. **A teoria do etiquetamento social e sua contribuição a criminologia contemporânea**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico, Faculdade

ASCES, Caruaru-PE, 2015. Disponível em: https://shre.ink/LRqK. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, A. M. B. **Violência contra crianças e adolescentes**: realidade de abrigados no serviço de acolhimento institucional no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo-RS, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LEOi. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, V. S. **A execução de medidas de internação em unidades socioeducativas brasileiras**: o estado das coisas inconstitucional como artifício para a superação de um panorama de violações. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2021. Disponível em: https://s hre.ink/Lw6U. Acesso em: 23 mar. 2026.

SILVA, Q. H. O papel do Serviço Social na ressocialização de adolescentes em medidas socioeducativas. **Caderno Discente**, v. 8, n. 2, Edição Comemorativa: Serviço Social, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LVzm. Acesso em: 23 mar. 2026.

SILVA, G. H. C. **Evasão escolar e ato infracional**: estudos sobre adolescentes na medida socioeducativa em meio aberto. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LRzX. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, P. L.; ANDRADE, C. Efetividade das medidas socioeducativas para adolescentes infratores: um estudo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista OWL**, v. 3, n. 2, p. 2025. Disponível em: https://remunom/index.php/multidisciplinar/article/view. Acesso em: 23 mar. 2026.

SILVA, N. V.; NUNES, S. F. M. Direito penal juvenil e a ressocialização dos adolescentes infratores. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 10, n. 1, p. 113. 2025. DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4014. Disponível em: https://shre.ink/LRPB. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, E. S.; SANTOS FILHO, M. A.; FREITAS, G. C. Medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LNXP. Acesso em: 23 mar. 2026.

SILVA, J. B.; BARBOSA, E. S.; CRUZ, M. C.M. T. Intersetorialidade, medidas socioeducativas e legislação brasileira. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 4, p. 1–16, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LNgj. Acesso em: 23 mar. 2026.

SIMÕES, D. A. F. **Trajetórias de vida, identidade e (re)socialização de jovens sentenciados**. 2020. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) – Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto-PT, 2020. Disponível em: https://shre.ink/LRbw. Acesso em: 24 mar. 2026.

SIMÕES, P. A. C. **Reincidência juvenil**: Avaliação da eficácia das estratégias de acompanhamento. 2025. Dissertação (Mestrado Integrado de Ciências Militares) – Academia Militar, Lisboa-PT, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LEus. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOUSA, M. A. **"Tecendo os fios da política socioeducativa no Brasil"**: uma avaliação política do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. 2023. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2023. Disponível em: https://shre.ink/LzmA. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOUTO, M. E. S. **Inclusão educacional de crianças e adolescentes vulneráveis**: um caminho para o desenvolvimento socioeconômico e para a equidade social no Brasil. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LRF S. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOUZA, R.; ROCHA, L. L. S.; TOLÊDO, H. P. **O Município e a Política de Atendimento Socioeducativo**. Rio de Janeiro: IBAM, 2018. Disponível em: https://shre.ink/LENj. Acesso em: 24 mar. 2026.

SPADACCINI, P. C. **Perspectivas de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa na internação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2020. Disponível em: https://shre.i nk/LRbb. Acesso em: 24 mar. 2026.

TORRES, D. A. **A eficácia das medidas socioeducativas no Brasil**: análise à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do SINASE. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2025. Disponível em: https://shre.ink/LNC9. Acesso em: 23 mar. 2026.

VASCONCELOS, D. K. S. **A articulação em rede na proteção integral da criança e do adolescente em acolhimento institucional em Aracaju**: desafios e avanços. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2024. Disponível em: https://shre.ink/LRtF. Acesso em: 24 mar. 2026.

A pressão social e a adultização infantil: desafios jurídicos na proteção dos direitos da criança no contexto contemporâneo

Social pressure and childhood adultification: legal challenges in protecting children's rights in the contemporary context

Jeferson Oliveira de Souza[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
SOUZA, Jeferson Oliveira de; FACUNDES, Williane Tibúrcio. A pressão social e a adultização infantil: desafios jurídicos na proteção dos direitos da criança no contexto contemporâneo. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 338-372.

RESUMO

O presente artigo analisa a pressão social e o fenômeno da adultização infantil, com enfoque nos desafios jurídicos relacionados à proteção integral dos direitos da criança contemporaneamente. A infância constitui etapa peculiar do desenvolvimento humano e categoria jurídica protegida pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e por instrumentos internacionais de direitos humanos. A pesquisa examina como redes sociais, publicidade, padrões de consumo, exposição midiática, hipersexualização e atribuição precoce de responsabilidades adultas podem interferir no desenvolvimento físico, psíquico, moral de crianças e adolescentes. Discute-se a vulnerabilidade decorrente da superexposição digital, da monetização da imagem infantil e das formas de exploração simbólica e econômica. São analisados os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, do melhor interesse e da dignidade da pessoa humana, bem como dispositivos do ECA, da Constituição, do Código de Defesa do Consumidor, da Lei

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

Geral de Proteção de Dados e da legislação de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. A análise considera a atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares e da família diante das violações identificadas. Conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de fundamentos para prevenir e enfrentar a adultização, mas a efetividade da proteção exige interpretação sistemática das normas, fortalecimento da rede de garantia de direitos, educação digital, parentalidade responsável, fiscalização de práticas comerciais e políticas públicas intersetoriais. Defende-se uma atuação preventiva, articulada e centrada no desenvolvimento integral, capaz de preservar o tempo, a dignidade, a autonomia progressiva e as experiências próprias da infância.

Palavras-chave: Adultização infantil. Pressão social. Direitos da criança. Proteção integral. Redes sociais.

ABSTRACT

This article analyzes social pressure and the phenomenon of childhood adultification, focusing on legal challenges related to the comprehensive protection of children's rights. It starts from the understanding that childhood is a peculiar stage of human development and a legal category protected by the 1988 Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent, and international human rights instruments. The research examines how social networks, advertising, consumption patterns, media exposure, hypersexualization, and the early attribution of adult responsibilities may interfere with the physical, psychological, and moral development of children and adolescents. It also discusses the vulnerability resulting from digital overexposure, the monetization of children's images, and forms of symbolic and economic exploitation. From a legal perspective, the study analyzes the principles of comprehensive protection, absolute priority, the best interests of the child, and human dignity, as well as provisions of the Statute of the Child and Adolescent, the Constitution, the Consumer Protection Code, the General Data Protection Law, and legislation protecting children and adolescents in digital environments. The analysis considers the roles of the Judiciary, Public Prosecutor's Office, Guardianship Councils, and family in addressing the identified violations. It concludes that the Brazilian legal system provides foundations to prevent and address adultification, but effective protection requires systematic interpretation of legal rules, strengthening of the rights protection network, digital education, responsible parenting, oversight of commercial practices, and intersectoral public policies. Therefore, it advocates preventive, coordinated

action centered on comprehensive development, capable of preserving childhood's time, dignity, progressive autonomy, and experiences.

Keywords: Childhood adultification. Social pressure. Children's rights. Comprehensive protection. Social networks.

INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa essencial do desenvolvimento humano, marcada por particularidades físicas, psicológicas, emocionais, sociais e educacionais que justificam a existência de uma proteção jurídica diferenciada. A compreensão contemporânea da criança como sujeito de direitos resulta de um processo histórico de transformação social e normativa, consolidado no âmbito internacional pela Convenção sobre os Direitos da Criança e, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 227 da Constituição estabeleceu a responsabilidade compartilhada da família, da sociedade e do Estado pela garantia, com absoluta prioridade, dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Nesse cenário de proteção integral, emerge um fenômeno social contemporâneo que merece especial atenção: a adultização infantil. O conceito refere-se à antecipação de comportamentos, responsabilidades, padrões estéticos, experiências emocionais e formas de consumo próprias do universo adulto para a infância. Embora não se restrinja à sexualização precoce, a adultização pode manifestar-se por meio da pressão estética, da exposição excessiva nas redes sociais, da responsabilização emocional da criança, da exploração econômica de sua imagem e da inserção prematura em padrões de comportamento incompatíveis com sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A expansão das tecnologias digitais e das redes sociais intensificou esse fenômeno. Crianças e adolescentes passaram a ocupar espaços anteriormente destinados predominantemente ao público adulto, tornando-se simultaneamente consumidores, produtores de conteúdo e objetos de estratégias publicitárias. A exposição contínua a padrões de beleza, consu-

mo, desempenho e visibilidade pode contribuir para a redução do espaço destinado ao brincar, à convivência familiar, à construção gradual da identidade e às experiências próprias da infância. O documento destaca, ainda, que a superexposição digital e a monetização da imagem infantil ampliam as possibilidades de exploração simbólica e econômica.

A problemática adquire especial relevância jurídica quando práticas socialmente naturalizadas passam a atingir direitos fundamentais, como dignidade, integridade física e psíquica, imagem, privacidade, liberdade, lazer e desenvolvimento integral. O ECA estabelece que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e assegura proteção específica à sua dignidade e integridade, enquanto o Código de Defesa do Consumidor, a Lei Geral de Proteção de Dados e a legislação relativa à proteção em ambientes digitais ampliam os instrumentos de tutela diante das novas formas de exposição e exploração.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar de que maneira a pressão social contribui para o processo de adultização infantil e quais são os principais desafios enfrentados pelo ordenamento jurídico brasileiro para assegurar a efetiva proteção dos direitos da criança. Busca-se compreender os limites da atuação da família, do Estado, do mercado e das plataformas digitais, bem como discutir a necessidade de medidas preventivas e intersetoriais capazes de enfrentar as causas e consequências do fenômeno.

A relevância da pesquisa decorre da necessidade de compatibilizar o avanço tecnológico, a liberdade de expressão, a atividade econômica e as transformações culturais com a proteção prioritária da infância. Nesse sentido, a tutela jurídica não deve restringir-se à responsabilização posterior pelos danos, mas também atuar preventivamente, fortalecendo políticas públicas, educação digital, parentalidade responsável, fiscalização das práticas comerciais e mecanismos de proteção da imagem e da privacidade infantil. O enfrentamento da adultização exige, portanto, uma atuação articulada entre família, sociedade e Estado, orientada pelo

melhor interesse da criança e pelo compromisso constitucional de assegurar seu desenvolvimento pleno e saudável.

1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E O FENÔMENO DA ADULTIZAÇÃO PRECOCE

1.1 A INFÂNCIA COMO CATEGORIA JURÍDICA, SOCIAL E HISTÓRICA

A compreensão da infância como categoria jurídica autônoma constitui resultado de um longo caminho que percorre toda a história de uma transformação social e normativa. Durante anos, que crianças foram tratadas apenas como extensões da autoridade familiar, sem reconhecimento especifico de direitos fundamentais próprios.

Segundo Philippe Aries (1981),

> na sociedade medieval, a infância não era percebida como uma fase peculiar do desenvolvimento humano. A criança era inserida precocemente nas atividades sociais e econômicas dos adultos, sendo vista como um 'adulto em miniatura', sem diferenciação significativa entre o universo infantil e o universo adulto até que superasse a fase da mais tenra infância.

Com o avanço do constitucionalismo moderno e da teoria dos direitos humanos, consolidou-se gradativamente o entendimento de que a criança tenha a necessidade de uma tutela jurídica especial pela razão de sua condição de desenvolvimento físico, psicológico e emocional de forma saudável e não abrupta. Mostrando uma evolução no âmbito internacional com a convenção internacional sobre os direitos da criança de 1989 que representou um grande e importante marco normativo ao reconhecer que crianças e adolescentes são como sujeitos plenos de direitos humanos fundamentais. Este documento internacional inovou ao positivar o princípio do “superior interesse da criança”, uma diretriz hermenêutica que vincula legisladores, juízes e administradores públicos a colocarem as necessidades infarto-juvenis no centro de qualquer tomada de decisão.

Dessa forma, a convenção estabeleceu deveres específicos proteção e promoção aos estados signatários, exigindo uma postura ativa do poder público na formulação de políticas sociais universais. Ao universalizar o estatuto da criança e do adolescente como uma etapa da vida que demanda uma atenção e cuidado diferenciado, o tratado de 1989 tornou-se a viga mestra que inspirou e fundamentou as legislações democráticas contemporâneas ao redor do globo, servindo inclusive como matriz conceitual para o ordenamento jurídico brasileiro.

No Brasil, a constituição federal de 1988 promoveu profunda ruptura com a antiga doutrina da situação irregular ao instituir a doutrina de proteção integral, elevando a criança e o adolescente a condição de sujeito de direitos constitucionalmente protegidos. O artigo 277 da constituição federal estabelece que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1988, art. 227).

Tal previsão constitucional representa marco civilizatório dentro do ordenamento jurídico brasileiro, pois reconhece a infância como um bem jurídico prioritário e impõe responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade na efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Posteriormente, o estatuto da criança e do adolescente consolidou esse novo paradigma protetivo ao reconhecer criança e adolescente como sujeito de direitos fundamentais, garantindo proteção a integridade física, psicológica, moral e social do além disso, o Supremo Tribunal Federal vem consolidando entendimento de que os direitos da criança possuem eficácia prioritária e aplicação imediata, sobretudo em razão da condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente.

1.2 CONCEITO E TIPOLOGIA DA ADULTIZAÇÃO INFANTIL

A adultizaçao infantil consiste na antecipação inadequada de comportamentos, responsabilidade, experiências emocionais e padrões sociais típicos da vida adulta ao universo infantil, comprometendo a criança e o adolescente a ter um desenvolvimento saudável. Trata-se de um fenômeno multidimensional que ultrapassa a simples erotização precoce da criança e do adolescente, abrangendo formas diversas de exploração simbólica, econômica, emocional e comportamental da infância.

Perante a perspectiva constitucional, esse cenário configura uma afronta direta aos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e do princípio da prioridade absoluta. Ao antecipar fases e pressões sociais incompatíveis com a idade, a adultizaçao desrespeita a condição peculiar da criança como pessoa em estágio de desenvolvimento. Esse processo de amadurecimento forçado entra em rota de colisão com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) em seu artigo 4º, o qual exige a primazia absoluta na proteção e na salvaguarda de todas as dimensões da integridade infanto-juvenil (Brasil, 1990).

A adultizaçao pode manifestar-se de diferentes formas estruturais, conforme detalhado a seguir: adultizaçao estética: consiste na imposição precoce de padrões estéticos adultos as crianças, incluindo erotização visual, maquiagem excessiva e valorização antecipada da aparência física. À luz do ordenamento jurídico, essa conduta agride o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que salvaguarda o direito ao respeito através da inviolabilidade da integridade psíquica, moral e da preservação da própria imagem.

Adultizaçao comportamental: ocorre quando os indivíduos infarto-juvenis passam a reproduzir discursos, posturas emocionais e habituais incompatíveis com sua idade sendo criança e adolescente, À luz do ordenamento jurídico, essa conduta agride o artigo 71 do Estatuto da criança e

do Adolescente, segundo o qual a criança tem direito a produtos e serviços que respeitem rigorosamente sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Ademais, a influência algorítmica das plataformas digitais amplifica a exposição a estímulos inadequados, gerando severa vulnerabilidade psicológica.

Adultização emocional: Caracteriza-se pela atribuição prematura de responsabilidades psíquicas e práticas típicas da maturidade. Manifesta-se comumente quando crianças assumem funções parentais, encargos domésticos desproporcionais ou tornam-se mediadoras de conflitos da vida conjugal dos pais. Logo, a quebra intempestiva desse ciclo natural desrespeita o dever de prevenção geral estipulado pelo o artigo 70 do Estatuto da criança e do adolescente, que obriga a sociedade a impedir qualquer ameaça ao bem-estar e à evolução saudável da infância.

Adultização econômica: Relaciona-se à exploração mercantil, direta ou indireta, da imagem e da força de trabalho simbólica da criança, com forte apelo no ecossistema de monetização digital. Esse avanço mercadológico encontra limites na jurisprudência pátria. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.613.561/SP, reconheceu a abusividade de publicidade de alimentos direcionada à criança, destacando a proteção conferida pelo artigo 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, REsp nº 1.613.561/SP).

Fortalecendo essa barreira, o advento do "ECA Digital" (Lei nº 15.211/2025) estabeleceu restrições severas ao uso de dados pessoais e perfis de menores para fins publicitários e de engajamento comercial.

Adultização sexual: A hipersexualização representa uma das expressões mais graves e violentas da Adultização precoce, materializada na exposição forçada a linguagens e dinâmicas erotizadas. Sob a perspectiva do Direito Fundamental da Infância, tal exposição aniquila as garantias de dignidade esculpidas nos artigos 15 e 17 do ECA. Ao desvirtuar as etapas naturais do desenvolvimento sexual íntimo, a hipersexualização não apenas causa danos psicológicos profundos, mas também rompe as barreiras

protetivas de segurança, demandando a atuação imediata, repressiva e coordenada do Estado e de seus órgãos de fiscalização.

1.3 PRESSÃO SOCIAL, CULTURA MIDIÁTICA E MERCANTILIZAÇÃO DA INFÂNCIA

A sociedade contemporânea é marcada pela crescente influência das tecnologias digitais, das redes sociais e das práticas de consumo sobre crianças e adolescentes. Nesse contexto, o ambiente digital amplia a exposição do público infantojuvenil à publicidade e a diferentes formas de estímulo ao consumo. A pesquisa TIC Kids Online Brasil 2021 identificou que o contato com publicidade ocorre de maneira significativa entre usuários de 9 a 17 anos e que 53% dos pais ou responsáveis declararam que seus filhos pediram algum produto após terem contato com propaganda ou publicidade na internet (Cetic.BR, 2022). Esses dados demonstram que o ambiente digital participa das experiências de consumo de crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de mecanismos de proteção compatíveis com sua condição peculiar de desenvolvimento.

Para conter tais abusos, o CONANDA, por meio da Resolução nº 163/2014, reconheceu a abusividade da publicidade direcionada ao público infantil, especialmente quando utiliza linguagem, personagens, brindes ou apelos emocionais capazes de influenciar o comportamento da criança. Esse entendimento encontra respaldo no artigo 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, que considera abusiva a publicidade que se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança (Brasil, 1990). No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça (Superior Tribunal de Justiça,), em precedentes como o REsp nº 1.613.561/SP e o REsp nº 1.558.086/SP, reconheceu a abusividade de práticas publicitárias direcionadas ao público infantil, considerando a vulnerabilidade e a deficiência de julgamento e experiência próprias desse público (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, REsp nº 1.613.561/SP, 2017; Brasil, Superior Tribunal de Justiça, REsp nº 1.558.086/SP, 2016).

Além da esfera publicitária tradicional, o ECA assegura a proteção integral da dignidade, imagem e integridade psíquica do indivíduo em desenvolvimento. Em complemento, a LGPD instituiu salvaguardas específicas para os dados de menores, positivando sua condição de hipervulnerabilidade digital. Diante disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem reforçado a necessidade de fortalecer a tutela jurídica da infância no ambiente virtual, suprindo a flagrante insuficiência dos mecanismos tradicionais de fiscalização estatal.

1.4 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS, EDUCACIONAIS E COMPORTAMENTAIS DA ADULTIZAÇÃO

A adultização infantil pode produzir impactos no desenvolvimento psíquico, emocional e comportamental, especialmente quando expõe crianças e adolescentes a padrões de consumo, sexualização, desempenho e responsabilidades incompatíveis com sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Essas práticas podem interferir na construção da identidade e comprometer o exercício de direitos fundamentais relacionados à dignidade, à liberdade, ao respeito e ao desenvolvimento integral. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece expressamente a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, determinando que essa característica seja considerada na interpretação e na aplicação de suas normas (Brasil, 1990, art. 6º).

No cenário nacional, essa premissa fundamenta o conceito de condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, positivado no ECA e alinhado ao princípio constitucional da prioridade absoluta (Artigo 227 da CF/1988), que atua como escudo contra rupturas forçadas na infância. O Artigo 6º do diploma menorista preceitua textualmente:

> Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (Brasil, 1990).

Os impactos da adultização violam o direito ao desenvolvimento pleno. Os Artigos 15 e 16 do Estatuto asseguram o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, englobando o brincar e o divertir-se. Contudo, o mercado digital e as pressões sociais por produtividade, estética e visibilidade subtraem o tempo lúdico, substituindo vivências infantis por lógicas mercadológicas. O texto legal detalha o alcance dessa proteção de forma literal:

> Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
> Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
> [...]
> II - opinião e expressão;
> [...]
> IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;" (Brasil, 1990).
>
> A positivação desses dispositivos evidencia o escopo do legislador em blindar a infância de pressões externas, salvaguardando o direito ao lúdico e à livre expressão da subjetividade.

2 PRESSÃO SOCIAL, HIPERSEXUALIZAÇÃO E ANTECIPAÇÃO DE PAPÉIS ADULTOS

2.1 INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS, PUBLICIDADE E CONSUMO

A transição da sociedade de consumo tradicional para a era do capitalismo de plataforma reconfigurou os mecanismos de indução ao mercado, elegendo a infância como um dos alvos mais lucrativos e vulneráveis à publicidade direcionada. No âmbito digital, as estratégias de marketing podem ser apresentadas em conteúdos de entretenimento e em dinâmicas de interação com influenciadores digitais mirins. Essa exposição pode influenciar precocemente os desejos e hábitos de consumo da criança, que ainda se encontra em processo de desenvolvimento e formação de seu discernimento crítico sobre as relações comerciais.

Pautado nessa vulnerabilidade, o ordenamento jurídico brasileiro adota uma postura protetiva diante das relações de consumo que envolvem crianças e adolescentes. O artigo 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) considera abusiva a publicidade que se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança. Essa proteção é reforçada pela Resolução nº 163/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.

O texto legal estabelece:

> Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. [...] § 2º É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança." (Brasil, 1990).

A previsão expressa da deficiência de julgamento e experiência da criança demonstra a preocupação do legislador com a proteção do público infantil diante das estratégias publicitárias, reconhecendo sua condição peculiar de desenvolvimento e a necessidade de proteção nas relações de consumo.

2.2 HIPERSEXUALIZAÇÃO INFANTIL E VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA CRIANÇA

A hipersexualização emerge como uma das vertentes mais nocivas da adultização, caracterizada pela imposição de vestimentas, linguagens, posturas e estéticas erotizadas ao universo infantojuvenil. Impulsionado pela cultura da espetacularização e pela busca incessante por engajamento nas redes sociais, esse fenômeno destitui a infância de sua cronologia e de seu tempo natural de maturação. Ao apressar dinâmicas inerentes à sexualidade adulta, a pressão social desvirtua a formação da identidade da

criança, sujeitando-a a padrões de objetificação incompatíveis com sua condição psicológica e maturidade.

No plano jurídico, a exposição forçada à erotização precoce representa uma frontal violação ao princípio da dignidade da pessoa humana (Artigo 1º, III, da CF/1988) e ao direito fundamental ao respeito. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 17, preceitua que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a salvaguarda de sua imagem e identidade. A mercantilização do corpo infantil destrói as fronteiras protetivas da intimidade, operando uma violência simbólica que obstáculo ao direito pleno desenvolvimento psíquico.

Ademais, a inércia social ou a cumplicidade familiar perante a hipersexualização ativa o dever de intervenção preventiva do Estado, com fulcro no artigo 70 do ECA. A violação continuada da dignidade moral da criança impõe a aplicação de medidas protetivas severas, além de disparar a responsabilidade civil e administrativa dos agentes causadores do dano. A tutela da integridade moral infantil não se submete à autonomia privada ou ao interesse econômico, tratando-se de matéria de ordem pública cuja inobservância atrai a atuação imediata do Ministério Público e dos órgãos de fiscalização do sistema de garantias.

2.3 TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO, EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA E LIMITES JURÍDICOS

A exploração econômica da imagem infantil na indústria do entretenimento, historicamente televisiva e contemporaneamente digital (canais de vídeos e perfis de influenciadores), caminha em uma linha tênue entre o desenvolvimento criativo e o trabalho infantil ilícito. A atuação de crianças e adolescentes como criadores de conteúdo (vloggers, gamers, influencers) oculta rotinas exaustivas, cobranças por métricas e exposição pública massiva que anulam os direitos fundamentais ao lazer e à privacidade.

A proteção jurídica do trabalho infantil artístico deve ser analisada à luz da Constituição Federal de 1988 e do princípio da proteção integral, considerando que a participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas não pode comprometer seus direitos fundamentais, especialmente a saúde, a educação, o lazer e o desenvolvimento físico e psicológico. Nesse sentido, a atuação em produções artísticas ou na criação de conteúdo digital deve observar os limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico, de modo a impedir que a atividade artística seja utilizada como forma de exploração econômica da infância.

No prisma normativo, a Constituição Federal de 1988 impõe balizas severas protetivas: "Art. 7º [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Brasil, 1988)."

Para atividades artísticas, há uma excepcionalidade respaldada pela Convenção nº 138 da OIT, condicionada nacionalmente à concessão de alvará expedido pela Justiça do Trabalho após análise rigorosa dos impactos psicológicos e da garantia de frequência escolar.

No ecossistema digital, esse controle tradicional perde eficácia, pois a produção ocorre no ambiente doméstico, sob tutela parental, mimetizando mero lazer. Juridicamente, a monetização sem autorização judicial configura trabalho infantil artístico irregular se submeter o menor a pressões mercadológicas incompatíveis com sua idade. O desvio do poder familiar para exploração econômica viola as salvaguardas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde [...] ao lazer, à profissionalização [...] à dignidade, ao respeito, à liberdade [...].
>
> Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldа-

> de e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Brasil, 1990).

Assim, o abuso na exploração da imagem infantojuvenil legitima a intervenção do Poder Judiciário para reprimir a exploração simbólica e resguardar os direitos existenciais do indivíduo em desenvolvimento

2.4 VULNERABILIDADE DIGITAL E RISCOS DA SUPEREXPOSIÇÃO VIRTUAL

A superexposição virtual da infância manifestada tanto pela atuação direta de menores nas redes quanto pelo fenômeno do *sharenting* (prática na qual os pais publicam excessivamente a rotina e os dados dos filhos na internet) insere o público infantojuvenil em uma condição de vulnerabilidade digital crônica. Os algoritmos das plataformas são desenhados para capturar a atenção do usuário por meio de reforços dopaminérgicos de validação social (como curtidas e visualizações), gerando impactos psicológicos severos, como ansiedade, depressão e dependência digital, além de expor as crianças a riscos graves como o *cyberbullying* e o aliciamento.:

Diante da insuficiência dos mecanismos analógicos de proteção, o ordenamento jurídico brasileiro vem promovendo um processo de atualização normativa para blindar a infância na esfera algorítmica. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), em seu artigo 14, preconiza que o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deve ser realizado em seu melhor interesse, exigindo o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, vedando a coleta excessiva de informações para fins de tratamento de perfil comercial (*profiling*).

Consolidando essa transição para o ambiente cibernético, o advento da Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital) estabeleceu obrigações de conformidade e governança socioambiental extremamente rigorosas para as grandes empresas de tecnologia (*big techs*). A referida legislação estendeu os efeitos práticos do princípio da prioridade absoluta às arquiteturas

virtuais, determinando a obrigatoriedade de mecanismos robustos de verificação de idade, a proibição de designs enganosos que induzam o menor ao consumo de tempo excessivo (*dark patterns*) e a moderação proativa de conteúdos que estimulem a adultização e a erotização precoce. Dessa forma, a responsabilidade civil e administrativa das plataformas digitais restou objetivada, configurando o ambiente digital como um espaço constitucionalmente vinculado às garantias de proteção integral do público infanta-juvenil.

3 A PROTEÇÃO JURÍDICA DA CRIANÇA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

O macrossistema de proteção infantojuvenil no Brasil passou por uma profunda revolução paradigmática com o advento da ordem constitucional de 1988. Rompendo definitivamente com o antigo Código de Menores de 1979 e sua ultrapassada doutrina da situação irregular que tratava o menor marginalizado apenas como objeto de intervenção repressiva, o direito pátrio passou a enxergar a criança como verdadeiro sujeito de direitos. No contexto contemporâneo, esse aparato protetivo ganha contornos de urgência, servindo como o principal escudo normativo para conter as investidas da adultização precoce e da pressão mercadológica operada pelos meios de comunicação em massa e pelo ecossistema digital.

3.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PROTEÇÃO INTEGRAL E DA PRIORIDADE ABSOLUTA

O pilar de sustentação da defesa dos direitos da infância reside no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, dispositivo que positivou formalmente a doutrina da proteção integral e o princípio da prioridade absoluta. Essa matriz constitucional impõe um dever solidário e compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado, exigindo que o melhor interesse da criança seja colocado no ápice de qualquer tomada de decisão política, legislativa ou judicial, assegurando primazia absoluta aos

direitos fundamentais de uma população em condição peculiar de desenvolvimento.

Esse mandamento de priorização possui eficácia jurídica plena e aplicação imediata. O Supremo Tribunal Federal (STF), de forma reiterada, consolidou o entendimento de que a cláusula da "reserva do possível" frequentemente utilizada pelo Poder Público para justificar a escassez de recursos orçamentários não pode ser invocada de maneira genérica para esvaziar ou negligenciar o núcleo essencial dos direitos fundamentais assegurados à população infantojuvenil. Tal diretriz hermenêutica restou consolidada no voto histórico proferido pelo Ministro Celso de Mello na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 45/DF, ao assentar que óbices de conveniência administrativa ou financeira não se qualificam como argumentos válidos para frustrar a eficácia de direitos sociais consagrados pela Carta Magna.

Perante o fenômeno da adultização precoce e das pressões do mercado de consumo, a prioridade absoluta atua como um vetor impositivo para solucionar conflitos de interesses. Havendo colisão entre a liberdade de exploração econômica, as lógicas algorítmicas de entretenimento comercial e o sadio desenvolvimento do menor, o ordenamento exige que o interesse da criança prevaleça. Esse entendimento encontra respaldo no julgamento do Tema nº 548 da Repercussão Geral (RE 1.008.166/SC), pelo Supremo Tribunal Federal, no qual se reconheceu que a educação básica, em todas as suas fases, constitui direito fundamental de crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. O Tribunal também estabeleceu que a educação infantil compreende a creche e a pré-escola e que sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente. Dessa forma, o precedente reforça a obrigação estatal de conferir efetividade aos direitos fundamentais relacionados à infância, especialmente no âmbito educacional (Brasil, 2022).

3.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A TUTELA DA DIGNIDADE INFANTIL

Dando efeito prático ao comando constitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) corporificou as diretrizes protetivas e conferiu centralidade à tutela da dignidade e integridade existencial do público infantojuvenil. O artigo 3º do diploma estatutário estabelece expressamente que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se lhes as oportunidades e facilidades a fim de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. A preservação dessa dignidade colide com as práticas sociais contemporâneas que impõem estéticas, indumentárias, maquiagens e dinâmicas afetivas adultas ao cotidiano da infância.

O direito ao respeito abrange a salvaguarda explícita de elementos essenciais da personalidade, conforme preceitua o texto do próprio Estatuto menorista:

> Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (Brasil, 1990).

O desrespeito a essa condição de pessoa em desenvolvimento atenta contra a dignidade do menor, demandando intervenção estatal perante a adultização comercial ou familiar. Alinhado a isso, o Superior Tribunal de Justiça (Superior Tribunal de Justiça,) consolidou o entendimento de que violações à imagem infantil configuram dano *in re ipsa*, presumindo-se o abalo moral e afastando justificativas de liberdade comercial em prol da personalidade da criança e do adolescente.

3.3 O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO PLENO, AO LAZER E À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

A preservação da infância contemporânea exige o respeito irrestrito ao tempo cronológico do amadurecimento biológico e psicológico, o que se traduz no direito ao desenvolvimento pleno, assegurado pelas vias combinadas do lazer lúdico e de uma convivência familiar saudável. O ato de brincar não constitui mera concessão benévola ou entretenimento banal, mas sim etapa pedagógica, cognitiva e psíquica insubstituível para a estruturação da personalidade humana. Essa premissa é resguardada pela legislação ordinária menorista ao detalhar o direito à liberdade:

> Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes os seguintes aspectos:
>
> [...]
>
> IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
>
> V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
>
> VI - participar da vida política, na forma da lei;
>
> VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. (Brasil, 1990).

A imposição de rotinas estressantes de cobrança por desempenho performático, a participação precoce em dinâmicas de vaidade adulta e a substituição do brinquedo pela lógica de consumo imediato rompem o ciclo natural de maturação psicológica da criança. O pleno desenvolvimento infantojuvenil depende de um ambiente de convivência familiar capaz de atuar como um filtro protetivo contra os excessos do mundo exterior, resguardando o menor de cobranças que antecipem as ansiedades e as responsabilidades típicas da vida adulta.

A convivência familiar, nos moldes do artigo 19 do ECA, deve propiciar um desenvolvimento sadio e harmonioso, livre de estímulos que promovam a erotização precoce ou a mercantilização do comportamento. Quando o ambiente doméstico deixa de ser um espaço de resguardo e passa a replicar as lógicas competitivas e estéticas do mercado, ocorre

violação do dever de cuidado. A proteção jurídica do tempo cronológico da infância impõe limites ao exercício do poder familiar, condicionando-o ao respeito absoluto ao direito que a criança possui de crescer conforme seu ritmo biológico e psicológico natural.

3.4 A VEDAÇÃO À EXPLORAÇÃO ECONÔMICA, SIMBÓLICA E MIDIÁTICA DA CRIANÇA

A proteção da infância contra a exploração de sua força de trabalho imaterial e de sua imagem encontra barreiras rígidas no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe expressamente o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, bem como qualquer modalidade de trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos. Todavia, as transformações mercadológicas e a emergência da economia da atenção digital subverteram os conceitos tradicionais de exploração econômica, exigindo uma releitura hermenêutica dos institutos protegidos.

A atuação de menores como produtores de conteúdo comercial (vloggers, mini-influenciadores) ou participantes de dinâmicas digitais de apelo adulto configura modalidade contemporânea de exploração econômica e simbólica. A instrumentalização da imagem da criança para fins de lucro desnatura o princípio do melhor interesse, na medida em que insere o indivíduo em desenvolvimento em rotinas de cobrança por engajamento, cumprimento de metas e exposição maciça de sua privacidade. No combate à publicidade direcionada ao público infantil, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.558.086/SP, reconheceu a abusividade de campanha publicitária de alimentos dirigida, direta ou indiretamente, às crianças, considerando também a ocorrência de venda casada (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, REsp nº 1.558.086/SP).

> DIREITO DO CONSUMIDOR. [...] PUBLICIDADE ABUSIVA por omissão e por sinergia comercial [...] é abusivo o marketing (publicidade

> ou promoção de venda) de alimentos dirigido, direta ou indiretamente, às crianças. A decisão de compra e consumo de gêneros alimentícios, sobretudo em época de crise de obesidade infantil, cabe aos pais." (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.558.086/SP, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 15/04/2016).

Essa exploração simbólica também se manifesta no consumo diário, mediante o desenvolvimento de produtos e vestuários erotizados voltados a forçar a inserção precoce da criança no universo de interesses comerciais do público adulto. No combate à exploração midiática, a Resolução nº 163/2014 do CONANDA pacificou a abusividade do direcionamento de apelos mercadológicos diretamente ao público infantil. O precedente do Superior Tribunal de Justiça, atua como complemento a esse escudo normativo, vedando a transformação da infância em nicho de mercantilização de consumo e espetacularização lucrativa.

4 DESAFIOS JURÍDICOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA FRENTE À ADULTIZAÇÃO PRECOCE

4.1 LACUNAS NORMATIVAS E DIFICULDADES INTERPRETATIVAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foca primordialmente em coibir violências físicas tangíveis e o abandono material clássico, o que gera lacunas normativas quando o sistema se depara com o fenômeno sutil da adultização precoce. A ausência de definições legais rígidas sobre o que constitui a erotização estética no vestuário infantil, nos concursos de beleza ou na imposição de comportamentos hipersexualizados deixa o aplicador da lei dependente de cláusulas gerais e conceitos abertos. Essa fluidez legislativa abre espaço para debates subjetivos que afetam a uniformidade das decisões judiciais e administrativas.

A dificuldade interpretativa acentua-se na medida em que as práticas aduúltizantes são culturalmente aceitas e normalizadas pela sociedade de consumo, ocultando o dano psicológico sob a justificativa de livre desenvolvimento ou vaidade inocente. O ordenamento carece de uma

atualização estrutural para tutelar os direitos da personalidade infantojuvenil em face de novas agressões imateriais que afetam a integridade psíquica. Sem normas de comando preciso e sanções específicas para coibir a exploração da imagem infantil, os operadores do Direito encontram barreiras hermenêuticas para justificar intervenções estatais protetivas imediatas.

A ausência de critérios objetivos para mensurar o atropelo das fases cronológicas do desenvolvimento infantil como uma lesão autônoma à dignidade humana fragiliza o sistema preventivo. Magistrados e membros do Ministério Público são forçados a esticar a interpretação de conceitos tradicionais do Direito de Família para responder a demandas complexas geradas pelo mercado e pela espetacularização do cotidiano, resultando em respostas estatais lentas que falham em acompanhar o ritmo de perda da ingenuidade biológica na formação da pessoa em desenvolvimento.

4.2 LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL

A aplicação prática da responsabilidade civil nos casos de adultização precoce esbarra em entraves procedimentais quando os próprios pais, como titulares do poder familiar situado no artigo 1.634 do Código Civil, atuam como os agentes promotores ou coniventes da mercantilização dos filhos. O evidente conflito de interesses paralisa os mecanismos clássicos de tutela, uma vez que a representação jurídica do menor cabe legalmente aos genitores. Adicionalmente, as sanções civis extremas, como a suspensão ou perda do poder familiar, mostram-se medidas drásticas que frequentemente causam um desajuste socioafetiva ainda pior ao menor.

Diante da insuficiência das respostas penais, o ordenamento passa a depender do macrossistema infracional administrativo instituído pela legislação menorista. Quando os genitores convertem a rotina dos filhos em objeto de espetacularização e monetização desenfreada, restam configurados o desvio e a quebra dos deveres inerentes à autoridade parental. Esse descumprimento encontra expressa previsão sancionatória no artigo 249 do ECA:

> Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem como determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar:
>
> Pena - multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência." (Brasil, 1990).

Contudo, a eficácia desse provimento administrativo é mitigada pela obsolescência do critério econômico adotado pelo legislador de 1990. Embora a jurisprudência pacificada converta os extintos salários de referência em salários mínimos vigentes, a fixação dessas penalidades revela-se inócua perante o expressivo faturamento gerado pelos contratos de publicidade digital e engajamento algorítmico contemporâneos. Desse modo, a sanção administrativa acaba sendo absorvida pelo mercado como um mero custo operacional depreciável, falhando em seu escopo pedagógico e preventivo de desestimular o assédio mercadológico infantil na esfera familiar.

4.3 FRAGILIDADES NA ATUAÇÃO ESTATAL E NA REDE DE PROTEÇÃO

A Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) enfrenta uma histórica carência de recursos técnicos, financeiros e humanos, o que restringe sua capacidade operacional a uma atuação analógica, territorial e reativa. Os órgãos que compõem essa rede concentram suas energias no combate às formas mais brutais de agressão física ou submissão à miséria extrema. Consequentemente, instala-se uma cegueira institucional frente às violências simbólicas, morais e psicológicas perpetradas pelas pressões de consumo e pela estetização precoce da rotina infantil.

O Ministério Público e os órgãos de fiscalização administrativa carecem de braços operacionais ou contingente treinado em psicologia do desenvolvimento para monitorar estabelecimentos comerciais e produções culturais que violem as fases biológicas do menor. Crianças, por se encontrarem em singular processo de desenvolvimento, demandam proteção especialíssima. Por carecerem de maturidade e de acesso ao conhe-

cimento de suas prerrogativas, os infantes são incapazes de defender seus próprios direitos face às pressões de mercado. Essa fragilidade cognitiva exige postura proativa e intersetorial do Estado, impedindo a sobreposição das demandas mercantis às garantias fundamentais da infância.

Diante da vulnerabilidade digital e da exposição sistemática por meio do sharenting, o ordenamento jurídico fornece balizas expressas para reprimir infrações aos direitos da personalidade infantil. O enfrentamento a essa omissão institucional encontra amparo no texto consolidado do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Civil, cujos preceitos positivados fixam os limites da autoridade parental e o dever de preservação da integridade do menor:

> Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais." (Brasil, 1990) [1].
>
> Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los." (Brasil, 1990) [1].
>
> Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes, ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que manifeste conveniente à segurança do menor e de seus haveres, suspendendo-se o poder familiar, quando convenha." (Brasil, 2002)

A pulverização das denúncias e a falta de sistemas de dados unificados impedem que a rede de proteção identifique padrões de abuso psicológico decorrentes da adultização antes que estes se convertam em patologias clínicas graves, como ansiedade ou depressão na primeira infância. O Estado delega excessivamente a vigilância ao recesso dos lares, omitindo-se do dever constitucional solidário de fiscalizar o mercado. Sem investimentos na capacitação de equipes interdisciplinares para

atuar na raiz social do problema, a resposta estatal continuará restrita à contenção marginal de danos irreversíveis.

4.4 JUDICIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS PRÁTICOS

A incapacidade do tecido social e da rede de proteção em resolver consensualmente as violações decorrentes da adultização deságua em uma intensa judicialização da infância, inflacionando o Poder Judiciário com demandas complexas sobre direitos da personalidade. Contudo, o rito processual civil clássico e a burocracia inerente aos litígios mostram-se incompatíveis com a velocidade com que os danos à integridade psíquica e à identidade do menor se consolidam no plano prático.

Quando uma tutela de urgência ou uma sentença determina a proibição de um evento erotizaste ou a retirada de circulação de um produto inadequado, o padrão de comportamento nocivo já foi massificado e absorvido pelo meio social. O impacto prático das decisões acaba sendo neutralizado pela aceitação cultural da adultização, evidenciando que a via repressiva é incapaz de restabelecer o status quo ante da dignidade humana em formação. O ordenamento mitiga essa morosidade via artigo 300 do Código de Processo Civil (CPC), que autoriza a tutela de urgência ante a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Todavia, na práxis, a prestação jurisdicional delongada viola o direito fundamental à razoável duração do processo, gerando um cenário de fato consumado onde a violação da identidade do menor se eterniza. Essa exigência de celeridade extrema e primazia da proteção é reforçada pelos seguintes dispositivos:

> Art. 4º (ECA). É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990).
>
> Art. 12 (CPC). Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

> [...] § 2º Estão excluídos da regra do caput: [...] VII - a causa que exija julgamento urgente em função de prerrogativa legal. (Brasil, 2015).
>
> Art. 11 (Código Civil). Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. (Brasil, 2002).

A judicialização excessiva também retira o foco das soluções comunitárias e pedagógicas, transformando debates de cunho ético, educacional e familiar em batalhas jurídicas frias e processuais. O princípio da prioridade absoluta exige provimentos jurisdicionais estruturais e preventivos que antecedam a consolidação do dano moral e psicológico à pessoa em desenvolvimento. Enquanto a atuação do Estado-Juiz permanecer atrelada a procedimentos morosos e reativos, o processo judicial tradicional funcionará apenas como um registro tardio da violação dos direitos fundamentais da infância brasileira.

5 PERSPECTIVAS JURÍDICAS E PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS E PROTEÇÃO INTEGRAL

O enfrentamento ao fenômeno complexo da adultização precoce e da exploração simbólica da infância exige a formulação de políticas públicas intersetoriais nacionais, articulando obrigatoriamente as pastas da Educação, Saúde, Assistência Social e Cultura. O postulado constitucional da proteção integral não pode se limitar a um arcabouço normativo de repressão tardia, devendo estruturar-se como uma política de Estado ativa e preventiva, capaz de diagnosticar e intervir nos ambientes escolares e comunitários ao menor sinal de sofrimento psíquico ou cobrança social abusiva sobre os menores.

O Estado deve destinar verbas orçamentárias prioritárias, livres de contingenciamentos econômicos, para o financiamento de programas de apoio psicossocial que orientem famílias sobre os riscos clínicos decorrentes da aceleração artificial das etapas da infância. Devem ser criadas diretrizes nacionais de saúde mental infantil que estimulem o resgate de

espaços públicos urbanos para o lazer lúdico tradicional, o esporte comunitário e a socialização horizontal entre indivíduos da mesma faixa etária. O princípio da proteção integral vincula a atuação positiva do Estado, conforme emana do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, exigindo que o orçamento e as diretrizes governamentais sirvam como ferramentas materiais de blindagem dos direitos fundamentais da infância contra omissões ou retrocessos sociais.

A quebra do isolamento burocrático das instituições públicas viabiliza o acompanhamento do menor em sua totalidade biopsicossocial. Políticas públicas eficientes descentralizam o suporte, integrando a assistência pedagógica escolar ao atendimento clínico especializado nas redes de saúde. Ao fortalecer a autonomia crítica do núcleo familiar por meio da informação institucionalizada, o Estado cumpre seu papel de promover um ecossistema seguro e propício ao desenvolvimento saudável das futuras gerações.

5.2 REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE INFANTIL E DO AMBIENTE DIGITAL

A superação da crise de eficácia que atinge o sistema protetivo infantojuvenil requer a imposição de um marco regulatório setorial rígido direcionado a agências de publicidade, indústrias de bens de consumo e empresas de entretenimento. É imperiosa a aprovação de leis específicas que positivem um severo dever de cuidado para o mercado corporativo, proibindo o uso de linguagens, designs de produtos, maquiagens, embalagens e técnicas de marketing que forcem a hipersexualização ou a adultização estética de menores de dezoito anos.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei nº 13.709/2018), em seu artigo 14, estabelece que o tratamento de dados de menores deve ocorrer no estrito respeito ao seu melhor interesse. Esse dispositivo deve ser interpretado de forma sistemática com o Código de Defesa do Consumidor e com a Resolução nº 163 do CONANDA para vedar o perfilamento comercial e a publicidade abusiva direcionada a menores em qualquer meio de comunicação, sob pena de multas incidentes sobre o faturamento

global das empresas. Essa restrição encontra sólido esteio na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Superior Tribunal de Justiça,), cuja ementa oficial e literal do acórdão do julgamento do Recurso Especial nº 1.558.086/SP fixa textualmente:

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. PROCON. ABUSIVIDADE DE CAMPANHA PUBLICITÁRIA DE ALIMENTOS ('É HORA DE COMER'). DIRECIONAMENTO AO PÚBLICO INFANTIL. VENDA CASADA E SINERGIA COMERCIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 37, § 2º, DO CDC. [...] 1. O Superior Tribunal de Justiça, possui entendimento pacificado no sentido de que é abusiva a publicidade que se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança." (Brasil. Superior Tribunal de Justiça,. REsp 1.558.086/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/03/2016, DJe 15/04/2016).

A constatação de que os modelos de autorregulação falharam em conter a exploração econômica da infância legitima a intervenção direta do Estado na economia de consumo. O alinhamento da atividade produtiva têxtil, cosmética e midiática aos ditames da proteção integral depende de punições de natureza inibidora e dissuasória. A integridade psíquica, a inocência biológica e a privacidade da pessoa em desenvolvimento não podem ser tratadas como mercadorias ou sacrificadas em nome do lucro corporativo.

5.3 FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

O Conselho Tutelar, instituído pelo artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como órgão autônomo, permanente e não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância, necessita de modernização em sua infraestrutura funcional e capacitação técnica. Os conselheiros tutelares precisam receber treinamento especializado continuado para identificar as novas modalidades de violência moral, psicológica e simbólica decorrentes da adultização, superando a atuação tradicional focada unicamente na repressão aos maus-tratos físicos.

O fortalecimento do órgão depende de suporte jurídico célere, ferramentas tecnológicas de monitoramento e atuação em parceria com equipes multidisciplinares compostas por psicólogos e assistentes sociais. Essa estrutura capacitará os Conselhos Tutelares a agir preventivamente, expedindo recomendações administrativas a estabelecimentos de lazer, notificando os pais e aplicando de imediato as medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA. A eficácia desse mecanismo decorre da aplicação direta das prerrogativas de fiscalização atribuídas aos conselheiros, que operam na linha de frente contra as agressões à integridade infanto-juvenil.

Ao dotar o Conselho Tutelar de instrumentos práticos de intervenção institucional frente à adultização comportamental e estética, o Estado assegura a presença da autoridade pública nos espaços cotidianos onde os direitos da infância são violados de forma velada. A atuação proativa junto a escolas e núcleos comunitários funciona como barreira protetiva essencial, transformando o órgão em um elo de ligação entre as previsões conceituais da lei e a garantia material da dignidade da pessoa humana em formação.

5.4 EDUCAÇÃO DIGITAL, PARENTALIDADE RESPONSÁVEL E PREVENÇÃO

A resposta mais perene e estrutural ao desafio jurídico da adultização precoce reside na promoção de uma transformação cultural e pedagógica na sociedade, articulada pela inserção da educação crítica nas escolas e pelo fortalecimento do conceito ético de parentalidade responsável. A inclusão de debates transversais sobre consumo consciente, cidadania digital e desenvolvimento biológico saudável na matriz curricular da Educação Básica capacita as crianças a identificarem e rejeitarem pressões estéticas, vestuários inadequados e apelos erotizantes formulados pelo mercado.

Paralelamente, campanhas institucionais coordenadas pelo Poder Público devem redefinir os contornos do poder familiar, demonstrando que o dever de proteção jurídica dos pais abrange a salvaguarda da ino-

cência biológica, da integridade psíquica e do direito fundamental ao tempo natural de maturação. A preservação da infância depende do entendimento coletivo de que o pleno desenvolvimento infantojuvenil pressupõe o respeito ao recato, ao brincar lúdico e ao tempo do crescimento humano.

Nos termos do artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a parentalidade responsável ultrapassa o mero sustento material, exigindo dos genitores um compromisso ético de resistência em face das dinâmicas predatórias de consumo, protegendo os filhos contra o apelo mercadológico agressivo. Essa premissa de cuidado integral encontra amparo no texto do Código Civil, cujo dispositivo preceitua textualmente: "Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que implica o dever de: I - dirigir-lhes a criação e a educação;" (Brasil, 2002)."

Portanto, depreende-se que qualquer conduta parental que desvie desse encargo constitucional para converter a vulnerabilidade da prole em exposição comercial ou espetacularização midiática fustiga o núcleo existencial da autoridade familiar, demandando uma postura intransigente na salvaguarda da dignidade infantojuvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida demonstra que a adultização infantil constitui fenômeno complexo, multifacetado e diretamente relacionado às transformações culturais, tecnológicas e econômicas da sociedade contemporânea. A antecipação de comportamentos, responsabilidades, padrões estéticos, práticas de consumo e experiências próprias da vida adulta pode comprometer o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, sobretudo quando ocorre em ambientes marcados pela pressão social, pela exposição midiática e pela busca permanente por visibilidade e reconhecimento.

O estudo evidencia que a proteção jurídica brasileira possui fundamentos sólidos para enfrentar essas situações. A Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 227, consolidou a doutrina da proteção integral e estabeleceu a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, assegurou proteção à dignidade, ao respeito, à liberdade, à imagem, à integridade física, psíquica e moral, além de reconhecer expressamente a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Entretanto, a existência de normas protetivas não significa, por si só, que a infância esteja efetivamente protegida contra todas as formas contemporâneas de adultização. As redes sociais, a publicidade digital, a monetização da imagem infantil, o sharenting, a hipersexualização e a exploração econômica apresentam desafios que nem sempre podem ser solucionados mediante a aplicação isolada de instrumentos jurídicos tradicionais. A velocidade de circulação dos conteúdos digitais e a dificuldade de retirada definitiva das informações da internet tornam a prevenção especialmente importante.

Também se verifica que a responsabilidade pela proteção não pode ser atribuída exclusivamente ao Estado. A família desempenha função essencial na preservação da infância, especialmente diante da necessidade de acompanhamento da exposição digital, orientação quanto ao consumo e proteção da imagem e da privacidade dos filhos. Da mesma forma, escolas, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, plataformas digitais e agentes econômicos devem assumir responsabilidades compatíveis com o princípio da proteção integral.

Nesse contexto, mostra-se necessário fortalecer políticas públicas intersetoriais, educação digital, orientação parental e mecanismos de fiscalização das práticas comerciais e midiáticas que possam explorar a vulnerabilidade infantil. O próprio trabalho aponta a importância do fortalecimento dos Conselhos Tutelares e da atuação articulada entre educação, saúde, assistência social e demais órgãos integrantes da rede de proteção.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da adultização infantil deve ultrapassar uma perspectiva exclusivamente repressiva. A efetiva proteção dos direitos da criança depende de uma atuação preventiva, educativa e coordenada, capaz de reconhecer as novas formas de violação produzidas pela sociedade digital. É necessário preservar o direito de brincar, conviver, desenvolver-se, construir progressivamente sua identidade e experimentar a infância sem a imposição antecipada de padrões e responsabilidades adultas.

Assim, mais do que impedir determinadas práticas, o desafio jurídico consiste em assegurar que crianças e adolescentes sejam efetivamente tratados como sujeitos de direitos, respeitando-se sua dignidade, sua autonomia progressiva e sua condição peculiar de desenvolvimento. A proteção integral somente alcançará plena efetividade quando família, sociedade, Estado e setor privado compreenderem que a infância não pode ser transformada em produto, conteúdo ou instrumento de exploração econômica e social, devendo permanecer como uma etapa protegida e indispensável à formação de uma pessoa livre, digna e plenamente desenvolvida.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. Disponível em: https://taymarillack.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/333887505-livro-aries-philippe-historia-social-da-crianca-e-da-familia-pdf.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Institui o Código de Menores.** Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105compilada.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. **Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais**. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15211.htm. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.558.086/SP.** Relator: Ministro Humberto Martins. Segunda Turma. Julgado em 10 mar. 2016. DJe, 15 abr. 2016. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?dt=20160415&formato=HTML&nreg=201500615780&salvar=false&seq=1495560&tipo=0. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.558.086/SP**. Relator: Ministro Humberto Martins. Segunda Turma. Julgado em 10 mar. 2016. DJe, 15 abr. 2016. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?dt=20160415&formato=HTML&nreg=201500615780&salvar=false&seq=1495560&tipo=0. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.613.561/SP**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Segunda Turma. Julgado em 25 abr. 2017. DJe, 1º set. 2020. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?CodOrgaoJgdr=&SeqCgrmaSessao=&dt=20200901&formato=HTML&nreg=201600171682&salvar=false&seq=1537820&tipo=0. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 45/DF**. Relator: Ministro Celso de Mello. Julgado em 29 abr. 2004. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347731. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 1.008.166/SC**. Tema 548 da Repercussão Geral. Relator: Ministro Luiz Fux. Tribunal Pleno. Julgado em 22 set. 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5085176. Acesso em: 30 ago. 2026.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil:** TIC Kids Online Brasil 2021. São Paulo: CGI.br, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121120124/tic_kids_online_2021_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 30 ago. 2026.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Resolução nº 163, de 13 de março de 2014. **Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-163-_publicidade-infantil.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/organizacao-das-nacoes-unidas-onu/relatorios-internacionais-1/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 14 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 138 sobre idade mínima para admissão ao emprego**. Genebra, 1973. Disponível em: https://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Convenção+138+da+OIT+-+Idade+mínima+de+admissão+ao+emprego. Acesso em: 17 maio 2026.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 14. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a_eficacia_dos_direitos_fundamentais_2012.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Adultização infantil:** como reconhecer, prevenir e proteger crianças e adolescentes. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2025/agosto/adultizacao-infantil-como-reconhecer-prevenir-e-proteger-criancas-e-adolescentes. Acesso em: 30 ago. 2026.

A adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais: implicações jurídicas e desafios normativos para a proteção integral no ambiente digital

The adultification of children and adolescents on social media: legal implications and regulatory challenges for comprehensive protection in the digital environment

Sara Isabelle Ximenes da Silva[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
SILVA, Sara Isabelle Ximenes da; FACUNDES, Williane Tibúrcio. A adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais: implicações jurídicas e desafios normativos para a proteção integral no ambiente digital. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 373-401.

RESUMO

Introdução. O estudo aborda a adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais e os desafios para a efetivação da proteção integral no ambiente digital, diante da exposição, hipersexualização e monetização da imagem infantojuvenil, fenômenos que violam direitos fundamentais e o desenvolvimento saudável desse público. **Objetivo.** Analisar as implicações jurídicas da adultização e verificar se os mecanismos normativos existentes são suficientes para acompanhar as novas formas de exposição e exploração da imagem de crianças e adolescentes nas plataformas digitais, considerando também os deveres dos responsáveis e dos demais agentes envolvidos. **Método.** A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica, documental e jurídica, com abordagem qualitativa, considerando estudos e normas relacionados à proteção infantojuvenil no ambiente digital. **Re-**

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

sultados. Constatou-se que o avanço das redes sociais ampliou as possibilidades de exposição e exploração da imagem infantojuvenil, criando situações que desafiam os mecanismos tradicionais de proteção e responsabilização. Embora tenham ocorrido avanços normativos, permanecem lacunas diante da velocidade das transformações tecnológicas e da atuação das plataformas digitais, especialmente quanto à prevenção, fiscalização e responsabilização por conteúdos que violam direitos de crianças e adolescentes. **Conclusão.** Conclui-se pela necessidade de aprimoramento e ampliação das normas de proteção, com fortalecimento da fiscalização, das políticas públicas e da responsabilização dos envolvidos, de modo a assegurar a proteção integral, a dignidade, a privacidade, a segurança e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes no ambiente digital. Também se destaca a necessidade de educação digital, orientação familiar e atuação preventiva das plataformas responsáveis.

Palavras-chave: Adultização infantil. Redes sociais. Proteção integral. Ambiente digital. Crianças e adolescentes.

ABSTRACT

Introduction. This study addresses the adultification of children and adolescents on social media and the challenges to ensuring comprehensive protection in the digital environment, in view of the exposure, hypersexualization, and monetization of children's and adolescents' images, phenomena that violate fundamental rights and undermine the healthy development of this population. **Objective.** To analyze the legal implications of adultification and determine whether existing regulatory mechanisms are sufficient to address new forms of exposure and exploitation of children's and adolescents' images on digital platforms, also considering the duties of parents, guardians, and other agents involved. **Method.** The research was conducted through bibliographic, documentary, and legal analysis, using a qualitative approach and considering studies and regulations related to the protection of children and adolescents in the digital environment. **Results.** The expansion of social media has increased the possibilities for exposure and exploitation of children's and adolescents' images, creating situations that challenge traditional mechanisms of protection and accountability. Although regulatory advances have occurred, gaps remain due to the speed of technological transformations and the actions of digital platforms, particularly regarding the prevention, monitoring, and accountability for content that violates the rights of children and adolescents. **Conclusion.** Protection regulations must be improved and expanded, with stronger oversight, public policies, and accountability of

those involved, in order to ensure comprehensive protection, dignity, privacy, safety, and the healthy development of children and adolescents in the digital environment. The need for digital education, family guidance, and preventive action by responsible platforms is also emphasized.

Keywords: Child adultification. Social media. Comprehensive protection. Digital environment. Children and adolescents.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais, fenômeno que tem adquirido crescente relevância diante da ampla exposição do público infantojuvenil ao ambiente digital. A reprodução de comportamentos adultos, a hipersexualização, o consumismo, a exposição excessiva e a monetização da imagem podem comprometer direitos fundamentais e afetar o desenvolvimento saudável desse público.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure a proteção integral por meio de instrumentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), a rápida evolução tecnológica evidencia lacunas e desafios relacionados à prevenção, fiscalização e responsabilização diante das novas formas de exposição e exploração da imagem infantojuvenil. Nesse contexto, a efetividade da proteção depende não apenas da existência de normas, mas também de sua aplicação e constante aprimoramento.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar as implicações jurídicas da adultização nas redes sociais, especialmente quanto à exposição, à hipersexualização, à monetização da imagem e à responsabilidade dos envolvidos, identificando lacunas e desafios normativos para a proteção integral no ambiente digital. Por meio de pesquisa teórica e jurídica, busca-se analisar a efetividade dos mecanismos existentes e a necessidade de seu aprimoramento legislativo e institucional, conside-

rando a atuação conjunta da família, sociedade, Estado e plataformas digitais.

1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADULTIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DIGITAL

O avanço tecnológico e a ampliação das plataformas digitais alteraram de forma significativa a maneira como crianças e adolescentes interagem com o mundo, fazendo com que redes sociais, jogos on-line, aplicativos de mensagens e plataformas de conteúdo assumam papel central em seus processos de socialização, entretenimento e aprendizagem. Entretanto, embora ofereçam diversas vantagens, esses ambientes também intensificam a exposição a múltiplos riscos (Santos, 2025, p.428).

Nesse contexto, embora existam normas que visam proteger a infância e a adolescência, a rápida evolução das tecnologias digitais muitas vezes ultrapassa a capacidade da legislação de acompanhar essas mudanças. Nas redes sociais, algoritmos frequentemente promovem conteúdos que exploram a imagem de crianças e adolescentes, visando o engajamento e a monetização, o que agrava o problema.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece como princípio fundamental a proteção integral de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos plenos de direitos. Sendo assegurada a proteção contra qualquer forma de violência, exploração ou negligência, conforme estabelecido em seu artigo 5º (Brasil, 1990b).

Entretanto, essa proteção tem sido frequentemente violada, especialmente no contexto digital: redes sociais e plataformas de vídeos, onde se observa a crescente adultização de crianças e adolescentes, incentivada por diversos influenciadores, com milhares de indivíduos e, inclusive, autoridades tendo acesso, haja vista que a internet é livre e tem alcance mundial, demonstrando que o direito a proteção integral a infância não vem sendo cumprido.

1.1 CONCEITO DE ADULTIZAÇÃO E SUAS MANIFESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A fundação Abrinq explica de forma simples e clara o que é adultização infantil, o que a desencadeia e suas consequências:

> A adultização infantil ocorre quando crianças passam a reproduzir comportamentos, assumir padrões estéticos ou consumir conteúdos próprios do universo adulto, de forma precoce. Essa exposição pode ocorrer de diversas maneiras: pela influência de influenciadores digitais, pelo acesso a músicas e danças com conotação sexual, pela valorização excessiva da aparência ou pelo incentivo a estilos de vida incompatíveis com a infância.
>
> Além de distorcer a percepção da criança sobre si mesma e sobre o mundo, esse fenômeno pode abrir caminho para riscos ainda mais graves, como a exploração sexual e a perda de referenciais importantes para o desenvolvimento saudável. (Fundação Abrinq, 2025).

O termo "*sharenting*" refere-se à prática de pais compartilharem fotos e informações de seus filhos nas redes sociais (Real; Goularte 2025, p.115). Embora essa prática possa parecer inofensiva, a superexposição infantil pode violar os direitos à privacidade e à imagem da criança, além de aumentar os riscos de aliciamento e exploração.

A monetização da imagem de crianças e adolescentes nas redes sociais, muitas vezes incentivada pelo *sharenting*, levanta questões éticas e legais sobre o direito ao trabalho infantil e a proteção dos interesses dos menores.

Entre as manifestações mais visíveis dessa problemática está a erotização precoce, frequentemente impulsionada por influenciadores digitais na busca por engajamento nas redes. Um caso emblemático foi denunciado pelo criador de conteúdo Felca (2025), que expôs em seu canal no YouTube situações de exploração e adultização de crianças e adolescentes na internet, chamando atenção para a naturalização de práticas que expõem menores a conteúdos inapropriados e que podem configurar violação de direitos. O vídeo, que viralizou e alcançou milhares de visuali-

zações, evidenciou a urgência de debater os limites éticos da exposição infantil no ambiente digital.

A Câmara dos Deputados reforça em sua coluna:

> [...] Fotos inocentes podem ser transformadas e manipuladas. A inteligência artificial facilita a produção de conteúdos falsos e sexualizados. As plataformas ainda não têm filtros eficazes, e as crianças ficam vulneráveis em redes como Discord, Instagram e TikTok. Adultos se passam por adolescentes e pedem fotos e contatos. Por outro lado, as crianças muitas vezes não têm consciência da exposição a que estão submetidas. A Dra. Maria Carol alerta: estamos construindo uma sociedade doente (Câmara dos Deputados, 2025)

1.2 A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA ANTECIPAÇÃO DE COMPORTAMENTOS ADULTOS

A infância e a adolescência são períodos cruciais para o desenvolvimento humano, e a forma como as crianças e adolescentes interagem nas plataformas digitais pode ter impactos significativos em sua formação. Elas influenciam os menores a comportamentos adultos de diversas formas, relacionado à aparência, à sexualização, ao consumo, aos relacionamentos e ao estilo de vida adulto.

Segundo reportagem publicada pela BBC News Brasil (2025), em entrevista com Guilherme Polanczyk, psiquiatra da infância e adolescência da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, as redes sociais podem influenciar os objetivos e desejos das crianças, estimulando uma lógica de consumo que envolve não apenas produtos, mas também a construção da própria imagem e a busca por status social, popularidade e reconhecimento entre amigos.

Diante disso, a grande valorização da sociedade contemporânea por seguidores, curtidas e visualizações causa no público a necessidade de construir uma imagem mais madura para ser aceito ou admirado. Muitos influenciadores apresentam estilos de vida, comportamentos e discursos voltados ao público adulto e, ao acompanhar esses conteúdos diariamen-

te, crianças e adolescentes podem reproduzir essas atitudes como forma de se aproximar desse modelo.

1.3 HIPERSEXUALIZAÇÃO, CONSUMO E PERFORMATIVIDADE DIGITAL

Conforme Quebrar o silencio (2024), a hipersexualização pode manifestar-se por meio de comportamentos sexualizados intensos e desregulados, como a masturbação compulsiva, o consumo excessivo de pornografia e a adoção de práticas sexuais de risco, incluindo a busca frequente por múltiplos parceiros, relações sem proteção e práticas associadas à humilhação ou punição.

Nesse aspecto, as plataformas digitais, influenciadores, cantores e campanhas publicitárias frequentemente difundem conteúdos que reforçam padrões estéticos e comportamentais associados ao corpo e a sexualização, vinculando visibilidade, popularidade e reconhecimento social à exposição da imagem. Nesse contexto, observa-se a construção de uma performatividade digital, na qual a identidade é apresentada e moldada a partir da exibição estratégica do corpo, com o objetivo de alcançar maior engajamento nas redes, o que consequentemente, aumenta o valor comercial desses perfis, tornando o corpo humano um instrumento de consumo.

1.4 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE INFANTOJUVENIL

Segundo a Associação Paulista para Medicina (2025): “Os adolescentes estão entre os grupos mais vulneráveis aos impactos das redes sociais. Nessa fase, o cérebro ainda está em desenvolvimento, o que os torna mais suscetíveis a influências externas”

Nesse sentido, a fundação Abrinq elenca alguns dos impactos no desenvolvimento infantil e a influência da exposição precoce a padrões adultos.

> Os impactos da adultização infantil podem ser profundos e duradouros. Crianças que passam por esse processo precocemente podem de-

> senvolver problemas emocionais e psicológicos, como ansiedade e depressão, além de apresentarem dificuldades na socialização e na formação de uma identidade própria. A pressão para agir de maneira mais madura as priva de momentos importantes para o desenvolvimento saudável, como a brincadeira livre, que é essencial para estimular a criatividade, o aprendizado e o equilíbrio emocional. Quando privadas dessas experiências, podem crescer com dificuldades para lidar com desafios da vida adulta e apresentar baixa autoestima.
>
> Outro ponto preocupante da adultização infantil é a pressão para que crianças adotem comportamentos, vestimentas e atitudes mais próximas às dos adultos antes do tempo. Esse fenômeno compromete a construção saudável da autoestima e da autopercepção, além de tornar meninos e meninas mais vulneráveis a situações de exploração. (Fundação Abrinq, 2025)

2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS DA PROTEÇÃO INTEGRAL

A proteção integral da criança e do adolescente encontra fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente na Constituição de 1988, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e determina que lhes seja assegurada prioridade absoluta na garantia de seus direitos fundamentais.

Já no âmbito infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta esses princípios constitucionais, estabelecendo normas específicas voltadas à proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O artigo 1º do Estatuto dispõe que a lei trata da proteção integral à criança e ao adolescente, enquanto o artigo 3º assegura que eles gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, garantindo-lhes oportunidades e facilidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Além do ECA, outras legislações infraconstitucionais também contribuem para a efetivação da proteção da infância e da adolescência.

2.1 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E O PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA

A doutrina da proteção integral representa um marco na construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, ao reconhecer que esses indivíduos não são apenas destinatários de proteção, mas sujeitos de direitos que devem ter suas necessidades, sua dignidade e seu desenvolvimento assegurados. Por estarem em condição peculiar de desenvolvimento, crianças e adolescentes necessitam de uma proteção ampla e prioritária, que envolva a família, a sociedade e o Estado na garantia de seus direitos fundamentais.

Tal entendimento foi consagrado no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Nesse sentido, o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu parágrafo primeiro, estabelece o que compreende a garantia da prioridade absoluta, incluindo a primazia de proteção e socorro, a precedência no atendimento em serviços públicos, a preferência na formulação de políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos voltados à proteção da infância e da juventude.

2.2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM FORMAÇÃO

A dignidade da pessoa humana constitui um dos elementos fundamentais do Estado brasileiro, estando prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição de 1988. Esse princípio estabelece que todo indivíduo deve ser tratado com respeito e ter garantidas condições mínimas para uma

vida digna. No caso de crianças e adolescentes, tal princípio assume especial relevância, considerando que se encontram em fase de desenvolvimento e necessitam de proteção especial para a garantia de seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, o Estatuto concretiza esses princípios ao estabelecer garantias específicas voltadas à proteção da dignidade da criança e do adolescente .Assim, o artigo 3º do ECA reforça a proteção da dignidade da pessoa humana em formação ao dispor que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo ser asseguradas, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades necessárias ao seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Além disso, artigo 15 do estatuto também reafirma a ideia de dignidade da pessoa humana em formação, deixando claro que crianças e adolescentes devem ser tratados com respeito e têm seus direitos garantidos enquanto pessoas em desenvolvimento.

2.3 O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL E A FORMAÇÃO MORAL

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis por se encontrarem em fase de desenvolvimento. Nesse contexto, as primeiras vivências e experiências exercem papel fundamental na formação e no desenvolvimento desses indivíduos.

Nesse sentido, os artigos 3º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem que eles devem ser protegidos de qualquer forma de negligência, exploração, violência, crueldade ou opressão, assegurando um ambiente que favoreça seu crescimento saudável e sua formação moral e social.

2.4 A CORRESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO

A corresponsabilidade na proteção de crianças e adolescentes é prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que atribuem à família, à sociedade e ao Estado o dever conjunto de assegurar, com prioridade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento saudável da população infantojuvenil.

Esse dever de proteção integral, embora previsto de forma expressa na legislação, ainda enfrenta desafios na sua efetivação prática, especialmente pela fragilidade das políticas públicas e pela omissão ou insuficiência de ações preventivas, o que evidencia um distanciamento entre o que está previsto no ordenamento jurídico e a realidade vivenciada por muitas crianças e adolescentes.

3 A TUTELA JURÍDICA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO AMBIENTE DIGITAL

A crescente inserção de crianças e adolescentes no ambiente digital impõe novos desafios à efetivação da proteção integral prevista no ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse contexto, a tutela jurídica da infância e da adolescência no meio digital é construída a partir da interpretação conjunta de diversos diplomas normativos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), os quais buscam assegurar a proteção da dignidade, da privacidade e do desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes no ambiente virtual.

3.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E OS DIREITOS DIGITAIS

A Lei nº 8.069/1990 garante um desenvolvimento saudável físico, mental, moral, espiritual e social, como consagrado em seu artigo 3º.

Além disso, o artigo 5º garante que nenhuma criança ou adolescente será vítima de qualquer forma de exploração, negligência, crueldade e opressão. Por conseguinte, mesmo datada de 1990, a lei prevê mecanismos de proteção à imagem, privacidade e identidade, conforme o art. 17, além de protegê-los de qualquer tratamento constrangedor e vexatório.

Os artigos 240 a 241-E tratam dos crimes de pornografia infantil, e o art. 241-E compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. Ademais, o Estatuto também protege esses vulneráveis nos meios de comunicação, estabelecendo no art. 241-D.

Apesar dessas previsões legais, o ambiente digital trouxe novos desafios, motivo pelo qual foi necessária a criação de leis específicas para uma proteção de fato eficaz, como é o caso da Lei nº 15.211/2025, publicada em setembro de 2025 e em vigor a partir de março de 2026.

> A nova legislação foca na responsabilidade compartilhada entre atores. Isso significa que a proteção da criança no ambiente digital é um dever dividido entre Família, Sociedade, Estado e Plataformas, reforçando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente no ambiente on-line (Brasil, 2026).

3.2 MARCO CIVIL DA INTERNET E A PROTEÇÃO DE DADOS DE MENORES

A Lei nº 12.965/2014 estabelece princípios, garantias e deveres relacionados ao uso da internet no Brasil, configurando-se como uma norma de caráter geral aplicável a todos os usuários. O artigo 3º consagra, entre seus fundamentos, a proteção dos dados pessoais, enquanto o artigo 7º assegura a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, bem como a proteção e a não divulgação de dados sem consentimento, além do direito à exclusão de informações em determinadas situações. Nesse contexto, também se destaca o artigo 10, que trata da guarda e da proteção de registros e dados, reforçando a necessidade de preservação da privacidade.

Apesar de representar um avanço significativo na regulamentação do ambiente digital, a referida lei adota uma abordagem ampla e não estabelece disposições específicas voltadas à proteção da infância. Dessa forma, observa-se uma lacuna normativa quanto à tutela da vulnerabilidade infantil, especialmente diante de fenômenos contemporâneos como a superexposição e a adultização no ambiente virtual.

3.3 A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E O CONSENTIMENTO PARENTAL

O artigo 14 da Lei nº 13.709/2018 estabelece que o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deve observar o seu melhor interesse. No caso das crianças, o §1º prevê o consentimento específico e em destaque de pelo menos um dos pais ou responsável legal. Entretanto, a disciplina do tratamento de dados desse grupo não se restringe ao consentimento parental, uma vez que a legislação admite a utilização de outras bases legais previstas na LGPD, desde que observado o melhor interesse da criança ou do adolescente. O §3º do mesmo artigo prevê, ainda, hipóteses específicas de coleta de dados de crianças sem o consentimento referido no §1º, quando necessária para contatar os pais ou responsável legal ou para sua proteção, observadas as limitações quanto ao armazenamento e compartilhamento desses dados.

Além disso, é possível o tratamento de dados sem consentimento em situações específicas, como cumprimento de obrigação legal, execução de políticas públicas, realização de pesquisas com anonimização, exercício regular de direitos, proteção da vida ou da saúde e prevenção à fraude, não sendo admitido o uso com base no legítimo interesse do controlador (Ministério Público do Estado de Mato Grosso, 2023).

3.4 REGULAMENTAÇÃO DO USO DE IMAGEM, EXPOSIÇÃO E MONETIZAÇÃO DE CONTEÚDOS INFANTOJUVENIS

O direito à imagem, integrante dos direitos da personalidade e previsto entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal

de 1988, assegura a proteção da representação visual de cada indivíduo. Trata-se de um direito inviolável, caracterizado por sua indisponibilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade (Silva, 2022, p.13).

> A exploração da imagem de crianças e adolescentes no ambiente digital, mesmo quando não configura pornografia infantil explícita, pode funcionar como estímulo e facilitador para crimes sexuais contra menores. A adultização de crianças em plataformas digitais, a exposição inadequada de menores em conteúdos comerciais e a objetificação de corpos infantis criam um ambiente propício à normalização da sexualização precoce e ao aumento da vulnerabilidade desse grupo (Christofidis, 2025, p. 461).

Além disso, proteção da imagem, da identidade e da vida privada de crianças e adolescentes encontra fundamento na Lei nº 8.069/1990, especialmente em seu art. 17. No ambiente digital, essas garantias devem ser observadas em conjunto com a Lei nº 15.211/2025, que determina, em seu art. 4º, que todas as ações devem atender ao melhor interesse da criança e do adolescente.

Nesse sentido, o art. 6º estabelece que fornecedores de serviços digitais devem adotar medidas, desde a concepção de suas plataformas, para prevenir e mitigar riscos como exploração e abuso sexual, violência, cyberbullying, conteúdos que afetem a saúde física ou mental, publicidade abusiva, jogos de azar e conteúdos pornográficos. A lei também define monetização como toda forma de remuneração direta ou indireta obtida por meio de conteúdos digitais e, em seu artigo 23, proíbe a monetização ou impulsionamento de conteúdos que exponham crianças e adolescentes de forma erotizada ou em contexto sexualizado, buscando coibir a exploração da imagem infantojuvenil e assegurar sua proteção integral no ambiente digital.

4 RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL NAS PRÁTICAS DE ADULTIZAÇÃO DIGITAL

O ordenamento jurídico brasileiro estabelece um sistema de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal para a proteção de crianças e adolescentes. No ECA, embora já assegurada a proteção à imagem e à dignidade (artigos 17 e 18), destacam-se, no âmbito penal, os tipos relacionados à exploração e à exposição indevida de menores, como a produção, divulgação e armazenamento de conteúdo envolvendo crianças e adolescentes (artigos 240, 241-A e 241-E), além da divulgação indevida de atos envolvendo menores (artigo 247). Na esfera civil, a violação de direitos da personalidade enseja o dever de reparação, nos termos do artigo 927 do Código Civil (Brasil 1990b; Brasil, 2002).

A Constituição Federal já demonstrava preocupação com a tutela da imagem e da privacidade dos indivíduos ainda antes do surgimento das mídias. Em seu artigo 5º, inciso V, assegura o direito à indenização por danos à imagem, enquanto o inciso X estabelece a inviolabilidade da vida privada e da imagem, garantindo reparação por danos materiais ou morais decorrentes de sua violação. No mesmo sentido, o Código Civil, em seu artigo 20, prevê a possibilidade de indenização pelo uso indevido da imagem, além de autorizar a sua retirada de circulação (Silva, 2022, p.14).

Contudo, apesar desse aparato normativo, verifica-se significativa distância entre a previsão legal e sua efetiva aplicação, sobretudo no ambiente digital, em que a adultização precoce é frequentemente naturalizada, contribuindo para a invisibilização das violações e para a atuação insuficiente ou tardia das autoridades, o que compromete a efetividade da proteção integral.

4.1 RESPONSABILIDADE DOS PAIS, RESPONSÁVEIS LEGAIS E INFLUENCIADORES DIGITAIS

O código civil consagra em seu artigo 1.630 que “os filhos estão sob o poder familiar, enquanto menores” e o 1.631 garante que esse poder é

exercido pelos pais, essa legislação também garante que na ausência deles, será nomeado tutor para cuidar, zelar, educar e administrar os bens do menor. (Brasil, 2002).

> Inicialmente, destaca-se a possibilidade de os pais serem responsabilizados civilmente pela exposição exagerada dos filhos. A premissa maior é que os pais devem ser garantidores dos direitos de seus filhos e cumprirem os deveres impostos pelo art. 1.634 do Código Civil, se não o fazem ou buscam dar efetividade, devem responder pela ação ou omissão de acordo com o art. 98 do ECA, devido à flagrante violação ao art. 5º do ECA. É nesse cenário que pode surgir a figura do abuso do direito (art. 187 CC) e da responsabilidade civil (art. 927 CC) dos pais. (Soares, 2023, p.171).

Nesse contexto, a negligência da atuação parental na ausência de acompanhamento e controle do que os filhos publicam e consomem ou pelo próprio envolvimento dos pais na produção e monetização dos conteúdos viola diretamente aos direitos dos menores.

> [...] Em princípio, a reiteração da negligência é um pressuposto para a responsabilização civil, sob pena de insegurança jurídica. O dano injusto à esfera existencial da criança ou do adolescente deve ser verificado e efetivado em situação no mundo digital. (Silveira, 2020).

Mesmo quando não atuam diretamente como influenciadores digitais, muitos pais passam a reproduzir modelos já consolidados nas redes sociais, projetando nos filhos uma trajetória semelhante, com atividades e possíveis ganhos financeiros, o que dá origem aos chamados "influenciadores mirins". A partir do momento em que começam a obter lucro e têm plena consciência de suas práticas, torna-se pouco provável que simples orientações ou aconselhamentos sejam capazes de modificar a forma de exposição adotada (Silva, 2022, p. 31)

No que se refere aos influenciadores digitais, a responsabilização decorre do dever geral de não causar danos a terceiros, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, especialmente quando a produção e divulgação de conteúdos atingem crianças e adolescentes, promovendo a

erotização precoce, a valorização de padrões corporais irreais e a normalização de comportamentos incompatíveis com a idade (Brasil, 2002).

Cumpre destacar que não apenas influenciadores em sentido estrito, mas também artistas e cantores com ampla presença nas redes sociais, como por exemplo Anitta, MC Pipokinha e Virginia Fonseca, exercem influência significativa sobre o público infantojuvenil, ainda que seus conteúdos sejam, em tese, direcionados ao público adulto. Nesse contexto, observa-se o crescimento dos chamados "influenciadores mirins", que reproduzem tais padrões e passam a incentivar outras crianças a adotarem condutas inadequadas à faixa etária, como a exposição excessiva da imagem, o uso de vestimentas e maquiagens adultizadas, o consumo de produtos impróprios à idade e até mesmo a busca precoce por procedimentos estéticos, bem como a procura por engajamento e monetização nas plataformas digitais.

> A despeito de grande parte do conteúdo criado por esse grupo de influenciadores aparentar ser inofensivo, cada vez mais verifica-se um fenômeno de hipersexualização desses infantes, os quais se portam como adultos, usam roupas e acessórios inadequadas para sua faixa etária, utilizam expressões e gestos adultizados e, em muitos casos expõem seus corpos na internet em fotos em biquinis de forma claramente erotizada (Guimarães, 2023, p. 315).

4.2 RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E DEVER DE CUIDADO

De acordo com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2023), os direitos de crianças e adolescentes devem ter primazia sobre quaisquer outros interesses, inclusive de natureza econômica. Nesse sentido, a coleta e o tratamento de seus dados pessoais só se justificam quando realizados em benefício direto desse público, visando à sua proteção e ao seu desenvolvimento.

> O discurso de neutralidade das plataformas digitais tem sido, durante anos, um dos principais argumentos defensivos utilizados por empresas como a Meta, no intuito de afastar sua responsabilidade civil

> por conteúdos de terceiros. A alegação é simples: não havendo ingerência na criação das publicações, a empresa não poderia ser responsabilizada senão após ordem judicial. Essa construção, contudo, foi gradualmente desconstruída pela doutrina e pela jurisprudência, sobretudo diante de ilícitos gravíssimos como a erotização infantil (Encarnação, 2026, p.11).

Nesse cenário, a jurisprudência foi significativamente alterada pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar os Recursos Extraordinários nº 1.037.396 e nº 1.057.258, quando afastou a interpretação absoluta do art. 19 do Marco Civil da Internet e deixou de exigir, de forma generalizada, ordem judicial prévia para responsabilizar plataformas em casos graves, passando a considerar o dever de diligência dos provedores, com base na previsibilidade do dano, na capacidade técnica de intervenção e na existência de eventuais falhas na moderação (Correa, 2026).

À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, as plataformas digitais possuem um dever de diligência, devendo atuar de forma ativa na prevenção e remoção de conteúdos ilícitos, especialmente em casos graves, utilizando sua capacidade técnica para mitigar riscos, corrigir falhas de moderação e proteger direitos fundamentais, sobretudo de crianças e adolescentes.

4.3 TIPIFICAÇÃO PENAL DA EXPLORAÇÃO, EXPOSIÇÃO INDEVIDA E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE

A exploração, a exposição indevida e a sexualização precoce encontram amparo no ordenamento jurídico brasileiro, sendo tais condutas criminalizadas especialmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 240 a 241-E), no que se refere à produção, divulgação e armazenamento de conteúdo sexual envolvendo menores (Brasil, 1990b).

Além disso, o Código Penal Brasileiro também prevê a responsabilização por essas práticas, dispondo, em seus artigos 218, 218-A e 218-B, sobre a corrupção de menores, a satisfação da lascívia mediante a presença de criança ou adolescente e o favorecimento da prostituição ou outra

forma de exploração sexual, abrangendo diferentes formas de violação à dignidade e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes (Brasil, 1940).

4.4 JURISPRUDÊNCIA RECENTE E CASOS PARADIGMÁTICOS

Além da decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, proferida em julho de 2025 nos Recursos Extraordinários nº 1.037.396 e nº 1.057.258 (Temas 533 e 987), que declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 19 do Marco Civil da Internet, já analisada anteriormente, destaca-se também a Resolução CONANDA nº 245/2024, que estabelece diretrizes específicas para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, reconhecendo a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e empresas.

A referida norma reforça o princípio do melhor interesse da criança, determina o dever de cuidado das plataformas digitais e impõe a adoção de medidas preventivas, como mecanismos de moderação de conteúdo, canais de denúncia, verificação etária e gestão de riscos, com o objetivo de evitar violações como exploração, exposição indevida e sexualização precoce (Brasil, 2024).

Ademais, destaca-se a Lei nº 15.211/2025, já citada em tópicos anteriores, sancionada no contexto de ampla repercussão social sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, intensificada pelas denúncias amplamente divulgadas pelo influenciador Felipe Bressanim Pereira. O caso ganhou repercussão nacional ao expor práticas de adultização infantil nas redes sociais, especialmente relacionadas à utilização de crianças e adolescentes em conteúdos com conotação sensual, incluindo danças, vestimentas inadequadas à faixa etária e falas de cunho sexual em plataformas digitais (Agência Brasil, 2026).

No mesmo contexto, o influenciador Hytalo Santos foi preso, conforme noticiado pela imprensa, sendo apontado na decisão judicial que os adolescentes eram inseridos em uma dinâmica semelhante à de um "reality show", com exposição a situações incompatíveis com sua idade e pró-

prias do universo adulto; além disso, a sentença destacou a existência de um ambiente permissivo, com irregularidades como o fornecimento de bebidas alcoólicas a menores e falhas quanto à alimentação e à escolaridade, ressaltando ainda que as condutas foram praticadas mediante exploração da vulnerabilidade das vítimas, que não possuíam pleno discernimento para compreender ou resistir tais práticas ilegais (G1 Paraíba, 2026).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS, AUTORREGULAÇÃO E COMPLIANCE DIGITAL VOLTADOS À PROTEÇÃO INFANTOJUVENIL

Embora a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital já encontre respaldo no ordenamento jurídico, sua efetivação depende da existência de um sistema sólido de regulação e fiscalização. Nesse sentido, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente busca ir além da predominância da autorregulação das plataformas, propondo um modelo híbrido que integra a atuação do Estado, a responsabilização das empresas e mecanismos de *accountability* (Santos, 2025, p. 430).

A proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital exige a atuação poder público, da família, das plataformas e da sociedade. Neste capítulo, serão abordadas políticas públicas, autorregulação e *compliance* digital, essenciais para prevenir violações de direitos e garantir ambientes virtuais seguros para o desenvolvimento infantojuvenil.

5.1 DEVER ESTATAL DE FISCALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE AMBIENTES DIGITAIS SEGUROS

O dever estatal de promover ambientes digitais seguros para crianças e adolescentes decorre do princípio da proteção integral, exigindo não apenas a criação de normas, mas também a atuação concreta de instituições responsáveis pela fiscalização, prevenção e responsabilização de condutas lesivas no meio virtual.

O Conselho Tutelar, nos termos dos artigos 131 e 136 do ECA, atua diretamente na proteção de crianças e adolescentes em situação de risco,

podendo aplicar medidas de proteção e requisitar serviços públicos, inclusive diante de violações ocorridas no ambiente digital.

O Ministério Público, conforme previsto nos artigos 201 e 202 do ECA, exerce a função de fiscal da lei, promovendo ações judiciais e adotando medidas voltadas à responsabilização de agentes que violem direitos infantojuvenis, inclusive no contexto das plataformas digitais.

Por sua vez, o Poder Judiciário, com fundamento nos artigos 148 E 149 do ECA, assegura a efetividade da proteção ao decidir conflitos, aplicar medidas cabíveis e garantir a responsabilização em casos de violação de direitos no ambiente digital.

5.2 PROTOCOLOS DE PROTEÇÃO E BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece (LGPD), em seu artigo 46, o dever de implementação de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos e outras formas de tratamento indevido, exigindo das plataformas e instituições uma atuação preventiva e contínua (Brasil, 2018).

Além disso, o artigo 50 da LGPD incentiva a criação de programas de governança em privacidade, baseados em boas práticas e políticas internas, como códigos de conduta, canais de denúncia e capacitação de profissionais (Brasil,2018).

O novo ECA Digital também estabeleceu normas específicas para as plataformas digitais, que passam a ser obrigadas a se adequar às novas exigências regulatórias e aos padrões de proteção definidos pela legislação.

As principais plataformas digitais vêm adotando novas medidas de proteção para adolescentes. O Instagram ampliou a supervisão parental e mantém contas com restrições para menores. O *TikTok* passou a impedir a alteração de configurações mais restritivas sem autorização dos responsáveis. O WhatsApp permite o monitoramento de atividades e limitação de uso por pais ou responsáveis em contas de menores de 13 anos. Já o You-

Tube utiliza inteligência artificial para estimar a idade dos usuários com base no comportamento de navegação. O *Discord* passou a exigir verificação de idade para acesso a recursos, por meio de selfie ou documento, e o *Roblox* implementou verificação etária com reconhecimento facial, documentos de identidade e consentimento parental (O Globo, 2026).

5.3 EDUCAÇÃO DIGITAL, LETRAMENTO MIDIÁTICO E PREVENÇÃO JURÍDICA

A educação digital e o letramento midiático constituem instrumentos centrais de prevenção jurídica no ambiente virtual, ao promoverem o desenvolvimento de competências críticas para o uso seguro e responsável das tecnologias. O letramento midiático refere-se à capacidade de compreender, analisar e avaliar criticamente conteúdos em diferentes meios de comunicação, indo além do uso técnico das tecnologias digitais (Eadskill, 2023).

Nesse sentido, a Lei nº 14.533 de 2023, especialmente em seus artigos 2º e 3º, estabelece princípios e objetivos voltados à inclusão digital, à cidadania e ao uso consciente das tecnologias, reforçando a dimensão formativa da proteção no meio digital (Brasil, 2023).

Essa perspectiva se articula com o sistema de proteção integral previsto no ECA e com as diretrizes da LGPD, que reforçam a necessidade de tratamento adequado de dados pessoais de crianças e adolescentes e a promoção de maior conscientização sobre riscos digitais. Contudo, apesar do avanço normativo, observa-se que a efetividade dessas políticas ainda enfrenta limitações práticas, especialmente pela baixa integração entre políticas educacionais, regulatórias e tecnológicas, bem como pela implementação desigual nas instituições de ensino e pelas próprias plataformas digitais, o que enfraquece a consolidação de uma proteção verdadeiramente preventiva no ambiente virtual (Brasil, 2018; Brasil, 1990b).

6 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS DE APRIMORAMENTO NORMATIVO

Neste último capítulo, serão analisados os principais desafios enfrentados na proteção do público infantojuvenil no ambiente digital, especialmente diante das lacunas legislativas decorrente da rápida evolução tecnológica e cooperação internacional e regulação transnacional das plataformas. Também serão abordadas perspectivas de aprimoramento normativo e institucional, com foco na efetividade da tutela jurídica.

6.1 LACUNAS LEGISLATIVAS E ENTRAVES À EFETIVIDADE DA TUTELA JURÍDICA

Apesar dos avanços trazidos pela Lei nº 15.211/2025, ainda persistem lacunas relevantes que comprometem a efetividade da tutela jurídica no enfrentamento da adultização no ambiente digital, especialmente quanto à ausência de definições claras e à delimitação precisa das responsabilidades dos agentes envolvidos, o que dificulta a aplicação concreta da norma.

Além disso, a proteção jurídica mostra-se fragmentada, distribuída entre diplomas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o que gera dificuldades de integração normativa, insegurança jurídica e obstáculos à responsabilização, sobretudo diante da atuação transnacional das plataformas digitais.

Por fim, somam-se entraves estruturais e culturais, como a falta de recursos, a insuficiência de profissionais qualificados e a precariedade de órgãos de proteção, especialmente em regiões mais vulneráveis, além de barreiras sociais que dificultam o reconhecimento e o enfrentamento de práticas de exploração e adultização, comprometendo a fiscalização e a adoção de medidas protetivas eficazes (Silva, 2025, p.25).

6.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E REGULAÇÃO TRANSNACIONAL DAS PLATAFORMAS

Embora não haja menção expressa ao termo "adultização infantil" no direito internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece parâmetros normativos amplos de proteção ao prever, em seus artigos 19, 32, 34 e 36, a tutela da criança contra todas as formas de violência, exploração econômica, abuso e exploração sexual, bem como quaisquer práticas prejudiciais ao seu bem-estar. Nesse contexto, a sexualização precoce e a exposição inadequada no ambiente digital configuram violações desses dispositivos, por comprometerem a dignidade e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes (Brasil, 1990a).

Apesar desse arcabouço normativo, sua efetividade ainda é limitada no ambiente digital, sobretudo em razão das dificuldades de cooperação internacional e da ausência de mecanismos globais mais rigorosos de fiscalização. Como resultado, práticas como a sexualização precoce de crianças e adolescentes continuam a ocorrer, evidenciando a necessidade de aprimoramento na aplicação dessas normas.

6.3 PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO NORMATIVO E INSTITUCIONAL

Inicialmente, mostra-se necessário o aperfeiçoamento da legislação vigente, com o desenvolvimento de critérios mais claros e objetivos para a caracterização de práticas como a adultização infantil, a fim de reduzir a insegurança jurídica e facilitar a atuação dos órgãos de proteção e responsabilização. Tal necessidade decorre do princípio da proteção integral previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como das diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos da Criança, que impõem ao Estado o dever de assegurar proteção contra todas as formas de exploração e práticas prejudiciais ao desenvolvimento infantojuvenil (Brasil, 1988; Brasil, 1990b; Brasil, 1990a).

Por outro lado, destaca-se a importância da ampliação das políticas públicas de educação digital e letramento midiático, bem como do forta-

lecimento institucional de órgãos como o Ministério Público, o Conselho Tutelar e o Poder Judiciário, de modo a garantir uma atuação mais eficiente, preventiva e articulada na proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual. Nesse sentido, a Lei nº 14.533/2023 reforça a necessidade de promoção do uso consciente das tecnologias, evidenciando que a proteção no ambiente digital não se limita à repressão, mas exige também estratégias preventivas e educativas (Brasil, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais constitui um desafio à efetivação da proteção integral no ambiente digital, por envolver direitos fundamentais relacionados à dignidade, à privacidade, à imagem, à segurança e ao desenvolvimento saudável.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro disponha de mecanismos de proteção, a rápida evolução tecnológica revela lacunas na abrangência e na aplicação das normas, especialmente quanto à fiscalização das plataformas, à monetização da imagem e à responsabilização pelos conteúdos envolvendo o público infantojuvenil. Diante disso, mostra-se necessária a atuação conjunta da família, sociedade, Estado, influenciadores digitais e plataformas, com medidas de prevenção, fiscalização e educação digital.

Portanto, o enfrentamento da adultização infantil requer o aprimoramento e a ampliação dos mecanismos jurídicos e institucionais, de modo a acompanhar as transformações do ambiente digital, suprir as lacunas existentes e assegurar proteção efetiva à dignidade, à privacidade e ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Influenciador Hytalo Santos é condenado por exploração sexual infantil.** São Paulo, 23 fev. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-02/influenciador-hytalo-santos-e-condenado-por-exploracao-sexual-infantil. Acesso em: 05 maio 2026.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA. **Como as redes sociais afetam a saúde mental?** 17 jan. 2025. Disponível em: https://spdm.org.br/blogs/como-as-redes-sociais-afetam-a-saude-mental/. Acesso em: 05 maio. 2026.

BBC NEWS BRASIL. **Como pular etapas na infância afeta o desenvolvimento.** YouTube, 14 ago. 2025. Disponível em: https://youtu.be/aTOUTm4qktA. Acesso em: 05 maio. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 maio. 2026.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Rio de Janeiro, RJ, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Marco Civil da Internet.** Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 05 de maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 05 de maio 2026.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394/1996, 9.448/1997, 10.260/2001 e 10.753/2003.** Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. **Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do**

Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **ECA Digital.** 20 mar. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/sedigi/eca-digital/eca-digital-1. Acesso em: 05 maio. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 245, de 5 de abril de 2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2024, Seção 1, p. 42. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-245-de-5-de-abril-de-2024-552695799. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 1.037.396 (Tema 987) e Recurso Extraordinário nº 1.057.258 (Tema 533).** Responsabilidade de plataformas digitais por conteúdo de terceiros. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2025. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Informac807a771oa768SociedadeArt19MCI_vRev.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A adultização e a saúde mental das crianças na Internet.** Rádio Câmara, 26 ago. 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/papo-de-futuro/1192923-adultizacao-e-a-saude-mental-das-criancas-na-internet/. Acesso em: 05 maio. 2026.

CHRISTOFIDIS, Juliana. Proteção integral da criança e do adolescente no ambiente digital: a importância dos precedentes judiciais no combate à adultização e pornografia infantil nas redes sociais. **Revista de Direito da ADVOCEF**, [S. l.], v. 21, n. 40, p. 457–472, 2025. Disponível em: https://revista.advocef.org.br/index.php/ra/article/view/530. Acesso em: 05 maio 2026.

CORREA, Vinicius**. Dever de cuidado e responsabilidade civil das plataformas digitais na proteção de crianças e adolescentes.** AASP, 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.aasp.org.br/espaco-aberto/dever-de-cuidado-e-responsabilidade-civil-das-plataformas-digitais-na-protecao-de-criancas-e-adolescentes/. Acesso em: 05 maio 2026.

EADSKILL. **A importância do letramento midiático no desenvolvimento de cursos EAD.** 1 dez. 2023. Disponível em: https://blog.eadskill.com.br/letramento-midiatico/. Acesso em: 05 maio 2026.

ENCARNAÇÃO, Paulo. **A responsabilidade das plataformas digitais**. Migalhas, 05 maio 2026. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/438263/a-responsabilidade-das-plataformas-digitais. Acesso em: 05 maio 2026.

FELCA. **Adultização.** YouTube, 15 set. 2025. Disponível em: https://youtu.be/FpsCzFGL1LE?si=ehe862ojnVTtIjFQ. Acesso em: 05 maio 2026.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Adultização infantil e segurança digital:** o que o PL 2628/2022 pode mudar nas redes sociais. 15 ago. 2025. Disponível em: https://www.fadc.org.br/noticias/adultizacao-pl-2628. Acesso em: 5 maio 2026.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Quais os prejuízos da adultização infantil?** 27 mar. 2025. Disponível em: https://www.fadc.org.br/noticias/adultizacao-infantil. Acesso em: 05 maio 2026.

G1 PARAÍBA. **Entenda por quais crimes Hytalo Santos e o marido foram condenados na Paraíba.** 23 fev. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2026/02/23/entenda-por-quais-crimes-hytalo-santos-e-o-marido-foram-condenados-na-paraiba.ghtml. Acesso em: 05 maio 2026.

GUIMARÃES, Glayder. A hipersexualização de crianças e adolescentes influenciadores digitais nas redes sociais. **Revista de Direito Magis**, v. 2, n. 1, p. 313–328, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8335575. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.8335575. Acesso em: 05 maio 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Desvendando a Lei Geral de Proteção de Dados e sua defesa às infâncias.** Mato Grosso, 9 nov. 2023. Disponível em: https://mpmt.mp.br/portalcao/news/1217/131482/desvendando-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-e-sua-defesa-as-infancias. Acesso em: 5 maio 2026.

O GLOBO. ***Instagram, TikTok, WhatsApp*:** o que muda nas redes sociais a partir desta terça. 17 mar. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/03/17/instagram-tiktok-whatsapp-o-que-muda-nas-redes-sociais-a-partir-desta-terca.ghtml. Acesso em: 05 maio 2026.

QUEBRAR O SILÊNCIO. **Hipersexualização:** impacto da violência sexual na intimidade. 29 jan. 2024. Disponível em: https://www.quebrarosilencio.pt/blogue/hipersexualizacao-impacto-da-violencia-sexual-na-intimidade/. Acesso em: 05 maio 2026.

REAL, Victória; GOULARTE, Roana. Sharenting e a exposição de crianças nas mídias sociais. In: TERRA, Bibiana; SILVA, Júlia; GOULARTE, Roana (org.). **Direitos da criança e do adolescente.** Santo Ângelo: Editora Ilustração, 2025. p. 115-137. Disponível em: https://editorailustracao.com.br/media/pdfs/461/bZ4rrxVDSyVQ.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

SANTOS, Plinyo Paccioly Rodrigues. Estatuto digital da criança e do adolescente: desafios regulatórios e de fiscalização. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação** (REASE), São Paulo, v. 11, n. 10, out. 2025. ISSN: 2675-3375. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20972. Acesso em: 05 maio 2026.

SILVA, Gabrielle. **Sharenting:** um estudo sobre a responsabilidade civil das plataformas digitais e responsáveis legais pela superexposição infantil em redes sociais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/80c3f0c5-46a1-4c3c-ae2a-691c59a00579/content. Acesso em: 05 maio 2026.

SILVA, Maria Júlia Issa e. **Abuso infantil:** impactos na vida da criança e a efetividade da legislação brasileira. Goiânia, 2025. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9081/1/MARIA%20J%C3%9ALIA%20ISSA%20E%20SILVA.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

SILVEIRA, Ana. **Responsabilidade parental em tempos digitais**. Migalhas de Responsabilidade Civil, 22 set. 2020. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/333668/responsabilidade-parental-em-tempos-digitais. Acesso em: 05 maio 2026.

SOARES, Danielle. A monetização da exposição infantil nas redes sociais: a adultização do menor e o dever de sustento familiar. **Revista de Artigos Científicos, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**, v. 15, n. 2, t. 1 (A/L), p. 166–181, jul./dez. 2023. Disponível em: https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2023-v15n2/pdf/Tomo_I/Danielle_Dutra_Soares_166-181.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

UNICEF. **Os direitos das crianças e dos adolescentes e por que eles são importantes.** UNICEF Brasil. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes-e-por-que-eles-sao-importantes. Acesso em: 05 maio 2026.

PARTE

IV

FAMÍLIA, GÊNERO E ENVELHECIMENTO

Afeto, convivência, violência doméstica e saúde da pessoa idosa

14 O princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo 403
Márcia Andréa Moraes Camarão · Simmel Sheldon de Almeida Lopes

15 Efeitos jurídicos da relação avoenga – direitos e deveres dos avós 429
Júlia Magalhães Lopes · Simmel Sheldon de Almeida Lopes

16 Guarda compartilhada e violência doméstica: limites e desafios na proteção do melhor interesse da criança 469
Rebeca dos Santos Azevedo · Alcides Marini Filho

17 Avanços e desafios na proteção às vítimas de violência doméstica no ordenamento jurídico brasileiro 490
Maria Eduarda Lobão de Castro Pinho · Williane Tibúrcio Facundes

18 Direitos dos idosos em situações de saúde: acesso a tratamentos, cuidados e a efetividade da proteção jurídica 523
Yasmin Barros Martins · Williane Tibúrcio Facundes

O princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo

The principle of affection in contemporary Family Law

Márcia Andréa Moraes Camarão[1]
Simmel Sheldon de Almeida Lopes[2]

COMO CITAR

CAMARÃO, Márcia Andréa Moraes; LOPES, Simmel Sheldon de Almeida. O princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 403-428.

RESUMO

Introdução. O Direito de Família contemporâneo passou por profundas transformações, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que ampliou a proteção das entidades familiares e fortaleceu a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, o princípio da afetividade ganhou relevância jurídica, permitindo reconhecer que os vínculos familiares não se constituem exclusivamente pela consanguinidade ou pelo casamento, mas também pela convivência, pelo cuidado, pelo respeito e pela responsabilidade. **Objetivo.** O estudo analisa o princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo, destacando sua importância na proteção das relações familiares e sua aplicação em situações envolvendo parentalidade socioafetiva, multiparentalidade, guarda, convivência familiar e abandono afetivo. **Método.** Pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise da legislação brasileira, da doutrina especializada e de decisões dos tribunais superiores relacionadas à afetividade e às novas configurações familiares. **Resultados.** Os resultados demonstram que a afetividade consolidou-se como importante critério interpretativo no Direito de Família, contribuindo para o reconhecimento jurídico de vínculos socioafetivos e para a proteção de diferentes formas de constituição familiar. Verificou-se também que a

[1] Discente do 9º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialista em Direito Administrativo e Orçamentário e em Direito de Família. Advogado. Servidor público municipal.

jurisprudência brasileira reconhece a possibilidade de coexistência entre vínculos biológicos e socioafetivos, considerando o cuidado, a convivência e o melhor interesse da criança e do adolescente. **Conclusão.** Conclui-se que o princípio da afetividade representa importante instrumento de humanização do Direito de Família, aproximando o ordenamento jurídico da realidade social e promovendo maior proteção à dignidade da pessoa humana. Entretanto, sua aplicação deve observar critérios jurídicos capazes de preservar a segurança jurídica e os direitos dos envolvidos.

Palavras-chave: Afetividade. Direito de família. Parentalidade socioafetiva. Multiparentalidade. Dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT

Introduction. Contemporary Family Law has undergone profound transformations, especially following the 1988 Brazilian Federal Constitution, which expanded the protection of family entities and strengthened the principle of human dignity. In this context, the principle of affection has gained legal relevance, recognizing that family bonds are not established exclusively through biological relationships or marriage, but also through coexistence, care, respect, and responsibility. **Objective.** This study aims to analyze the principle of affection in contemporary Family Law, emphasizing its importance in protecting family relationships and its application in situations involving socio-affective parenthood, multiparenthood, child custody, family coexistence, and emotional abandonment. **Method.** This is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, grounded in the analysis of Brazilian legislation, specialized legal scholarship, and decisions of higher courts concerning affection and new family configurations. **Results.** The findings demonstrate that affection has become an important interpretative criterion in Family Law, contributing to the legal recognition of socio-affective bonds and the protection of different forms of family organization. The study also found that Brazilian case law recognizes the coexistence of biological and socio-affective bonds, taking into consideration care, coexistence, and the best interests of children and adolescents. **Conclusion.** It is concluded that the principle of affection represents an important instrument for humanizing Family Law, bringing the legal system closer to social reality and promoting greater protection of human dignity. However, its application must observe appropriate legal criteria capable of preserving legal certainty and protecting the rights of all parties involved.

Keywords: Affection. Family law. Socio-affective parenthood. Multiparenthood. Human dignity.

INTRODUÇÃO

Falar sobre família, atualmente, é falar sobre uma realidade que está em constante transformação. As relações familiares já não podem ser compreendidas apenas a partir do casamento, da consanguinidade ou de modelos tradicionais. A convivência, o cuidado, a solidariedade e os vínculos construídos ao longo da vida também passaram a ocupar espaço importante na compreensão jurídica da família. Como observa Carbonnier (2002), o Direito de Família precisa acompanhar as mudanças da sociedade e as novas formas de organização das relações familiares.

Essa transformação também pode ser percebida no cenário internacional. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a família como núcleo fundamental da sociedade e estabelece que ela deve receber proteção do Estado e da própria sociedade (ONU, 1948). A partir dessa perspectiva, a família passa a ser compreendida não apenas como uma instituição, mas como um espaço de proteção, desenvolvimento e realização da pessoa.

As mudanças sociais também contribuíram para ampliar a compreensão sobre os vínculos familiares. Butler (2003) chama atenção para o fato de que as relações de parentesco não permanecem necessariamente presas a modelos fixos, pois são influenciadas pela própria dinâmica social. Théry (1998), por sua vez, destaca que as transformações familiares exigem do Direito uma atenção maior às relações de cuidado, responsabilidade e convivência que se estabelecem entre as pessoas.

No Brasil, um dos principais marcos dessa transformação foi a Constituição Federal de 1988. O texto constitucional colocou a dignidade da pessoa humana entre os fundamentos da República e ampliou a proteção jurídica destinada às famílias. Além disso, estabeleceu a igualdade

entre homens e mulheres e entre os filhos, contribuindo para superar antigas distinções existentes no Direito de Família (BRASIL, 1988).

Nesse novo cenário, o conceito jurídico de família tornou-se mais amplo. Para Dias (2023), a afetividade ganhou espaço como elemento importante para a identificação das relações familiares, permitindo que o Direito reconheça situações que ultrapassam os vínculos exclusivamente biológicos ou formais. Essa mudança aproxima a legislação da realidade vivenciada pelas famílias brasileiras.

É justamente nesse contexto que surge a importância do princípio da afetividade. Embora não esteja escrito de forma expressa na Constituição Federal como um princípio específico, sua presença pode ser percebida na proteção à dignidade, à convivência familiar, à igualdade e à solidariedade. Calderón (2017) explica que a afetividade adquiriu relevância jurídica justamente porque as relações familiares passaram a ser compreendidas a partir de vínculos concretos de convivência e cuidado.

Carbonera (1998) também contribui para essa compreensão ao demonstrar que o afeto deixou de ser visto somente como uma questão íntima ou sentimental. Quando acompanhado de convivência, cuidado e responsabilidade, ele pode produzir efeitos relevantes no campo jurídico. Assim, o Direito passa a olhar para aquilo que acontece efetivamente dentro das relações familiares.

Essa mudança pode ser percebida, de maneira especial, nas relações entre pais e filhos. O vínculo parental não se resume à existência de uma ligação genética. Em muitas situações, é a convivência cotidiana, o cuidado e a responsabilidade que constroem a verdadeira relação de parentalidade. Cassettari (2017) destaca, nesse sentido, a importância da parentalidade socioafetiva e de seus efeitos jurídicos.

A proteção da criança e do adolescente também reforça essa perspectiva. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a importância da convivência familiar e comunitária e determina que crianças e adolescentes sejam protegidos de forma integral (Brasil, 1990). Portanto, pensar

a família sob a perspectiva da afetividade significa também considerar o ambiente no qual a criança cresce e desenvolve sua personalidade.

A jurisprudência brasileira acompanhou parte dessas mudanças. Um dos exemplos mais importantes ocorreu no julgamento do Recurso Extraordinário nº 898.060/SC, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2016. Na ocasião, foi reconhecida a possibilidade de coexistência entre a filiação biológica e a socioafetiva, entendimento que contribuiu para a consolidação da multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro (Brasil, STF, 2016).

Esse entendimento demonstra uma mudança significativa. O Direito não precisa necessariamente escolher entre o vínculo biológico e o vínculo afetivo quando ambos fazem parte da história de uma pessoa. Em determinadas situações, os dois vínculos podem coexistir e produzir efeitos jurídicos, respeitando a realidade familiar construída ao longo do tempo.

A afetividade também aparece em questões relacionadas à guarda e à convivência familiar. Nessas situações, não basta observar apenas aspectos formais. É necessário compreender como são estabelecidas as relações entre pais, filhos e demais familiares. Gonçalves (2023) destaca a importância da proteção do melhor interesse da criança e do adolescente nas decisões relacionadas à família.

Outro tema que demonstra a importância da afetividade é o abandono afetivo. A discussão não significa transformar o sentimento em uma obrigação jurídica absoluta, mas reconhecer que determinadas responsabilidades parentais envolvem cuidado, presença e acompanhamento. Nesse debate, o Superior Tribunal de Justiça destaca a necessidade de analisar concretamente a existência de dever jurídico e eventual violação que possa produzir consequências no âmbito da responsabilidade civil.

Ao mesmo tempo, a aplicação do princípio da afetividade exige cuidado. Nem toda relação de afeto deve automaticamente produzir efeitos jurídicos. É necessário analisar a realidade concreta, a existência de

convivência, a responsabilidade assumida e os demais elementos jurídicos envolvidos. Calderón (2017) chama atenção justamente para a necessidade de critérios que permitam aplicar a afetividade sem comprometer a segurança jurídica.

Dessa forma, percebe-se que a afetividade não substitui a lei, mas contribui para sua interpretação diante das novas realidades familiares. O Direito de Família contemporâneo precisa encontrar um equilíbrio entre a proteção dos vínculos afetivos e a necessidade de preservar direitos, deveres e segurança jurídica.

Nesse sentido, Lôbo (2022) compreende que a família contemporânea deve ser analisada a partir de uma perspectiva que valorize a dignidade de seus integrantes e os vínculos construídos pela convivência. Madaleno (2022) também destaca que a afetividade ocupa posição relevante na compreensão das relações familiares e na proteção das diferentes formas de constituição da família.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar o princípio da afetividade no Direito de Família contemporâneo, buscando compreender sua evolução, seus fundamentos e sua aplicação prática. Pretende-se discutir de que maneira esse princípio contribui para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva, da multiparentalidade, da convivência familiar e de outras situações presentes nas relações familiares atuais.

A pesquisa será desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, considerando doutrinas, legislação brasileira e decisões dos tribunais superiores sobre a afetividade no Direito de Família.

Estudar esse princípio significa compreender as relações familiares a partir do cuidado, da convivência, da responsabilidade e do respeito. Assim, a afetividade contribui para um Direito de Família mais humano, atento às mudanças sociais e à dignidade da pessoa humana.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS ACERCA DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE NO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO

1.1 EVOLUÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA E A VALORIZAÇÃO DO AFETO

O Direito de Família passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas, tanto no cenário brasileiro quanto no contexto internacional, acompanhando mudanças sociais, culturais, econômicas e jurídicas que redefiniram o conceito tradicional de família. Historicamente, esse ramo do Direito esteve vinculado a uma visão patrimonialista, hierarquizada e centrada no casamento, com forte influência dos modelos europeus do século XIX. No entanto, a partir do século XX, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um movimento global de humanização das relações familiares, impulsionado pela valorização dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

No plano internacional, documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 contribuíram para a redefinição do papel da família, reconhecendo sua relevância para a proteção e o desenvolvimento da pessoa. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a família como núcleo fundamental da sociedade e estabelece que ela merece proteção social e estatal (ONU, 1948).

A doutrina internacional também contribuiu para essa transformação. Carbonnier (2002) compreende o Direito de Família como campo sujeito às mudanças sociais; Théry (1998) destaca a relevância das relações de cuidado e responsabilidade na compreensão contemporânea da família; e Butler (2003) ressalta que as estruturas de parentesco devem ser analisadas em sua dimensão social e plural.

No Brasil, esse movimento ganhou maior força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que marcou o processo de constitucionalização do Direito Civil e promoveu uma releitura do Direito de Família à luz de direitos e princípios fundamentais. Dias (2023) atribui relevância

jurídica à afetividade na identificação e proteção das entidades familiares. Embora a afetividade não esteja expressamente prevista na Constituição Federal como princípio autônomo, sua relevância jurídica é construída pela doutrina e pela jurisprudência a partir de normas constitucionais e infraconstitucionais que protegem a família, a convivência, a igualdade, a dignidade e a responsabilidade parental.

A valorização da afetividade contribuiu para ampliar a concepção jurídica de família. Diniz (2023) acompanha essa transformação ao reconhecer a importância das relações familiares para além de critérios exclusivamente biológicos ou formais. Essa mudança favoreceu o reconhecimento jurídico de diferentes arranjos familiares, entre eles as famílias monoparentais, recompostas, multiparentais e as uniões homoafetivas.

Além disso, a evolução do Direito de Família está relacionada à superação da primazia dos vínculos exclusivamente biológicos. Lôbo (2022) destaca a relevância jurídica da filiação socioafetiva construída no cotidiano das relações familiares, o que demonstra que a parentalidade pode envolver elementos de convivência, cuidado e responsabilidade.

No mesmo sentido, Madaleno (2022) relaciona a evolução do Direito de Família à valorização da dignidade da pessoa humana e à proteção das relações familiares concretamente constituídas. Nessa perspectiva, a afetividade deixa de ser compreendida apenas como elemento subjetivo e passa a ser considerada em suas manifestações objetivas e juridicamente relevantes.

A valorização da afetividade também amplia a proteção jurídica conferida às crianças e aos adolescentes. Gonçalves (2023) destaca a centralidade da proteção do melhor interesse da criança e do adolescente nas decisões familiares. Assim, a convivência e o cuidado podem ser considerados elementos relevantes para a concretização dessa proteção.

Dessa forma, a evolução do Direito de Família revela uma mudança paradigmática na qual as relações de afeto, convivência, cuidado e responsabilidade passaram a ocupar posição relevante na definição e prote-

ção das relações familiares. Pereira (2021) também destaca a importância dos vínculos afetivos na compreensão contemporânea da família. A consolidação jurídica da afetividade, contudo, não significa transformar todo vínculo emocional em relação jurídica, mas reconhecer efeitos jurídicos quando presentes elementos objetivos previstos ou admitidos pelo ordenamento.

1.2 APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE NO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO

Nesse cenário, a afetividade passou a desempenhar papel relevante na resolução de diversas questões do Direito de Família, especialmente em temas relacionados à filiação, guarda, adoção, reconhecimento da paternidade socioafetiva e multiparentalidade. Dessa forma, os tribunais brasileiros têm utilizado esse princípio como fundamento para decisões que buscam priorizar a proteção dos vínculos emocionais e sociais estabelecidos entre os membros da família, superando, em muitos casos, critérios estritamente biológicos ou formais (Pereira, 2021).

Contudo, apesar de sua crescente relevância, a aplicação do princípio da afetividade ainda suscita debates no campo jurídico, especialmente quando confrontada com outros princípios constitucionais, como a segurança jurídica e a necessidade de critérios objetivos para a tomada de decisões judiciais. Nesse sentido, parte da doutrina aponta que a consolidação da afetividade como categoria jurídica exige parâmetros interpretativos claros para evitar decisões contraditórias e garantir a estabilidade das relações familiares (Calderón, 2017).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o princípio da afetividade como um vínculo jurídico que se consolidou como importante postulado interpretativo no Direito de Família contemporâneo. Busca-se, ainda, examinar sua aplicação na doutrina e na jurisprudência, bem como compreender sua função axiológica e sua relevância prática na proteção das relações familiares, contribuindo para o aprofundamento do debate jurídico acerca da afetividade como elemento estrutu-

rante das relações familiares e como instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social (Madaleno, 2022).

Além disso, a aplicação do princípio da afetividade tem contribuído para que o Direito de Família se torne mais sensível às realidades vivenciadas pelas famílias contemporâneas. As relações familiares deixaram de ser analisadas apenas sob uma perspectiva formal ou biológica, passando a considerar aspectos emocionais, sociais e de convivência que refletem a verdadeira dinâmica da vida familiar. Nesse sentido, o afeto passa a ser compreendido como elemento capaz de legitimar vínculos construídos no cotidiano, a partir do cuidado, da responsabilidade e da convivência contínua entre os membros da família (Dias, 2023).

Nesse contexto, destaca-se o reconhecimento da parentalidade socioafetiva, que tem sido amplamente discutida na doutrina e consolidada pela jurisprudência brasileira. A parentalidade baseada no afeto evidencia que a função parental não se limita ao vínculo biológico, mas também se estabelece por meio da presença, do cuidado e do compromisso assumido ao longo da convivência familiar. Assim, o Direito passa a reconhecer que ser pai ou mãe envolve, sobretudo, uma relação construída pelo afeto e pela responsabilidade no desenvolvimento da criança ou do adolescente (Lôbo, 2022).

Outro aspecto relevante diz respeito à forma como o princípio da afetividade influencia decisões relacionadas à guarda e ao direito de convivência familiar. Nessas situações, os magistrados têm buscado considerar não apenas critérios legais formais, mas também a qualidade das relações afetivas estabelecidas entre pais, filhos e demais membros da família. Dessa forma, o afeto torna-se um importante parâmetro para assegurar o melhor interesse da criança e do adolescente, garantindo que as decisões judiciais priorizem ambientes familiares capazes de promover segurança emocional, cuidado e estabilidade (Gonçalves, 2023).

Dessa maneira, percebe-se que a aplicação do princípio da afetividade representa um avanço significativo no Direito de Família contempo-

râneo, ao permitir que o ordenamento jurídico acompanhe as transformações sociais e reconheça a pluralidade das formas de constituição familiar. Ao valorizar os vínculos afetivos como elemento estruturante das relações familiares, o Direito contribui para a construção de decisões mais humanas, justas e sensíveis às necessidades reais das pessoas envolvidas, reforçando a proteção da dignidade da pessoa humana e fortalecendo os laços familiares na sociedade atual (Madaleno, 2022).

Ademais, a consolidação do princípio da afetividade no Direito de Família brasileiro também se relaciona com a crescente valorização dos direitos fundamentais nas relações privadas, fenômeno conhecido como eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Nesse contexto, o afeto passa a ser compreendido como elemento essencial para a concretização da dignidade da pessoa humana nas relações familiares, orientando comportamentos pautados no respeito, na solidariedade e na responsabilidade recíproca entre seus membros. Assim, o Direito de Família deixa de ser um campo estritamente normativo para assumir também uma função ética e social (Lôbo, 2021).

Outro ponto relevante refere-se à interface entre o princípio da afetividade e o princípio da solidariedade familiar. A solidariedade, prevista implicitamente no ordenamento jurídico, impõe deveres de assistência moral, emocional e material entre os integrantes da família. Dessa forma, a afetividade não apenas legitima vínculos familiares, mas também fundamenta deveres jurídicos, como o cuidado com filhos, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, reforçando o caráter protetivo do Direito de Família contemporâneo (Gonçalves, 2023).

Além disso, a doutrina tem destacado que o princípio da afetividade contribui para a ressignificação da responsabilidade civil no âmbito familiar. Tradicionalmente limitada a aspectos patrimoniais, a responsabilidade civil passou a abranger também danos de natureza extrapatrimonial, especialmente aqueles decorrentes da ausência de cuidado e convivência. Nesse sentido, o abandono afetivo surge como uma das principais expres-

sões dessa nova perspectiva, evidenciando que a omissão no dever de cuidado pode gerar consequências jurídicas relevantes (Tartuce, 2024).

Importante destacar, ainda, que a afetividade exerce papel significativo na mediação e resolução de conflitos familiares. Métodos autocompositivos, como a mediação e a conciliação, têm sido cada vez mais incentivados no âmbito do Direito de Família, justamente por valorizarem o diálogo, a escuta ativa e a preservação dos vínculos afetivos. Nesse cenário, o princípio da afetividade atua como elemento orientador dessas práticas, contribuindo para soluções mais consensuais e menos traumáticas para as partes envolvidas (Pereira, 2021; Lôbo, 2021).

Outro aspecto que merece destaque é a influência do princípio da afetividade na proteção das famílias em situação de vulnerabilidade social. Em contextos marcados por desigualdade, violência doméstica ou fragilidade dos vínculos familiares, a atuação do Estado deve considerar não apenas os aspectos formais das relações, mas também a necessidade de reconstrução e fortalecimento dos laços afetivos. Assim, políticas públicas voltadas à assistência social, à proteção da infância e ao apoio às famílias devem incorporar a dimensão afetiva como elemento essencial para a promoção do bem-estar social (Madaleno, 2022).

Por fim, é possível afirmar que o princípio da afetividade tende a se fortalecer ainda mais no cenário jurídico brasileiro, acompanhando as constantes transformações sociais. O avanço tecnológico, as novas formas de interação social e as mudanças nos modelos familiares exigirão do Direito respostas cada vez mais flexíveis e sensíveis à realidade. Nesse contexto, a afetividade permanecerá como um dos principais fundamentos para a construção de um Direito de Família mais inclusivo, humano e alinhado às necessidades contemporâneas (Dias, 2022).

2 A CONSOLIDAÇÃO DA AFETIVIDADE COMO CATEGORIA JURÍDICA NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

O princípio da afetividade tem suas raízes na evolução do conceito de família, que deixou de ser vista apenas como núcleo econômico e reprodutivo para se tornar espaço de afeto, solidariedade e realização pessoal. A sociedade moderna, a partir de meados do século passado, passou a se tornar complexa, fragmentada e em constante instabilidade, reflexo das marcas daquele período que acabaram por alterar o paradigma social e os relacionamentos familiares.

Carbonera (1998) cita a industrialização ocorrida no país, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a conquista de igualdades de direitos e deveres nas esferas sociais, políticas e jurídicas, como fatores que contribuíram para a evolução das relações familiares. Essas mudanças foram respaldadas e protegida por valores constitucionais como a dignidade da pessoa humana, art. 1º, inciso III, CF/88, a proteção integral da criança e do adolescente, art. 227, CF/88, a igualdade entre filhos, art. 227, § 6º, CF/88 e a que assegura a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, artigo 5º, inciso I, CF/88.

A doutrina reconhece que a afetividade adquiriu relevância jurídica a partir da interpretação constitucional e da ampliação do conceito de entidade familiar. Nesse sentido, Dias (2023) e Calderón (2017) tratam a afetividade como categoria jurídica relevante para a compreensão das relações familiares, especialmente quando se manifesta por meio de convivência, cuidado, responsabilidade e estabilidade. Não se trata, portanto, de afirmar que a Constituição Federal tenha positivado expressamente um princípio autônomo da afetividade, mas de reconhecer que determinadas normas e princípios constitucionais fornecem fundamento para a sua proteção jurídica.

No campo jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm proferido decisões relevantes para

a consolidação da socioafetividade como elemento juridicamente reconhecível nas relações familiares. Esses julgados demonstram que a análise jurídica da afetividade deve partir de elementos concretos da relação familiar, e não da simples existência de um sentimento subjetivo.

O Recurso Extraordinário nº 898.060/SC, julgado pelo STF em 2016, constitui marco relevante nesse processo. No Tema 622 da repercussão geral, o Tribunal fixou a tese de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento concomitante do vínculo de filiação baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios. A decisão evidencia que a realidade socioafetiva pode produzir efeitos jurídicos sem que isso implique a exclusão automática do vínculo biológico (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2016).

Também merece destaque o REsp nº 1.026.981/RJ, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em 2010. O precedente, embora relacionado a questões envolvendo união homoafetiva e direitos decorrentes da relação familiar, é relevante para demonstrar a evolução jurisprudencial na valorização das relações afetivas e da dignidade da pessoa humana. A referência correta é ao STJ, e não ao STF (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 2010).

O moderno Direito de Família brasileiro passou a reconhecer a afetividade como categoria jurídica relevante para a interpretação das relações familiares. Calderón (2017) demonstra que a afetividade pode ser juridicamente apreendida por elementos objetivos, como convivência, cuidado, assistência, educação, suporte e comunhão de vida, sem que o Direito precise investigar ou transformar o sentimento íntimo em obrigação jurídica.

A afetividade atua, assim, na construção e na interpretação das relações familiares, servindo como elemento relevante em questões de filiação, guarda, convivência e adoção. Sua incidência deve ser articulada com outros parâmetros jurídicos, como dignidade da pessoa humana, igualdade, solidariedade, proteção integral e melhor interesse da criança e

do adolescente. Dessa forma, o afeto não é tratado isoladamente, mas em conjunto com deveres e responsabilidades juridicamente reconhecidos.

Embora a afetividade não esteja expressamente prevista na Constituição Federal de 1988 como princípio constitucional autônomo, sua relevância jurídica pode ser construída a partir da interpretação sistemática das normas constitucionais e infraconstitucionais que protegem a família, a dignidade da pessoa humana, a convivência familiar, a igualdade entre os filhos e a responsabilidade parental. Por isso, é mais adequado tratá-la como categoria jurídica reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência do que como princípio constitucional expressamente positivado.

A relevância jurídica da afetividade reside, portanto, na possibilidade de identificar e proteger relações familiares concretas em que estejam presentes vínculos de convivência, cuidado, solidariedade e responsabilidade. A dignidade da pessoa humana fornece importante fundamento para essa proteção, pois exige que as relações familiares sejam interpretadas de modo a preservar a integridade, a autonomia e o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes.

Contudo, a utilização da afetividade como categoria jurídica exige critérios objetivos e cautela interpretativa. Nem toda manifestação de afeto produz efeitos jurídicos, assim como a ausência de demonstração subjetiva de carinho não pode, por si só, ser convertida em ilícito. A análise deve considerar fatos concretos, a existência de vínculos familiares juridicamente relevantes, os deveres assumidos ou impostos pelo ordenamento e as consequências da conduta para as pessoas envolvidas.

Essa cautela é especialmente importante no abandono afetivo. A discussão jurídica não deve transformar o amor ou o afeto em prestação exigível, mas examinar eventual descumprimento de deveres jurídicos de cuidado, convivência e responsabilidade parental. Nessa perspectiva, a proteção da família biológica e a proteção dos vínculos socioafetivos devem ser analisadas concretamente, sem presunções automáticas.

A jurisprudência demonstra, portanto, que a afetividade pode adquirir consequências jurídicas quando acompanhada de elementos objetivos reconhecidos pelo ordenamento. No âmbito da filiação socioafetiva, isso pode contribuir para o reconhecimento de vínculos; no abandono afetivo, pode servir de contexto para a análise do dever jurídico de cuidado e de eventual responsabilidade civil.

Assim, o tratamento jurídico da afetividade deve buscar equilíbrio entre a proteção das relações familiares e a segurança jurídica. O Direito de Família contemporâneo pode reconhecer a importância do afeto sem reduzir as relações familiares a sentimentos subjetivos, priorizando a proteção da pessoa e dos deveres jurídicos efetivamente existentes.

A consolidação da afetividade como categoria jurídica relaciona-se ao processo de constitucionalização do Direito Civil brasileiro, que passou a interpretar os institutos privados à luz dos valores e direitos fundamentais. Nesse contexto, a família é compreendida como espaço de promoção da dignidade humana e de desenvolvimento da personalidade, enquanto a afetividade é considerada em articulação com cuidado, solidariedade e responsabilidade parental (Lôbo, 2022).

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 promoveu significativa ampliação do conceito jurídico de família, afastando-se do modelo tradicional baseado exclusivamente no casamento. O artigo 226 da Carta Magna reconhece diferentes formas de entidade familiar, incluindo a união estável e a família monoparental, evidenciando que a proteção estatal não se limita à família matrimonializada. Essa ampliação permitiu que o afeto fosse reconhecido como elemento relevante para a formação das relações familiares (Gonçalves, 2023).

Nesse sentido, a doutrina contemporânea tem destacado que o princípio da afetividade representa importante instrumento de humanização do Direito de Família. Para Madaleno (2022), a valorização da afetividade contribui para aproximar o Direito da realidade social, permitindo

que as normas jurídicas acompanhem as transformações culturais e sociais que influenciam as relações familiares.

Outro aspecto relevante diz respeito ao reconhecimento da parentalidade socioafetiva como forma legítima de filiação. A parentalidade socioafetiva se estabelece a partir da convivência, do cuidado e da responsabilidade assumida entre pais e filhos, independentemente da existência de vínculo biológico. Tal entendimento demonstra que o Direito de Família contemporâneo valoriza o exercício da função parental e não apenas a origem genética da filiação (Madaleno, 2022).

Nesse contexto, Paulo Lôbo (2022) destaca a relevância da filiação socioafetiva como expressão de uma realidade familiar construída pela convivência. O vínculo socioafetivo pode produzir efeitos jurídicos quando presentes elementos objetivos que demonstrem a existência da relação de parentalidade, especialmente quando associados ao cuidado, à responsabilidade e à proteção do melhor interesse da criança e do adolescente.

A jurisprudência brasileira também tem desempenhado papel fundamental na consolidação desse entendimento. No RE 898.060/SC, o STF reconheceu a possibilidade de coexistência entre paternidade biológica e socioafetiva, fixando tese de repercussão geral no Tema 622. O precedente não estabelece que o afeto, isoladamente, seja suficiente para criar qualquer efeito jurídico, mas demonstra a relevância da realidade socioafetiva na determinação da filiação e de seus efeitos.

Outro fenômeno relacionado à afetividade é a multiparentalidade. O instituto admite, nas hipóteses reconhecidas pelo ordenamento e pela jurisprudência, a coexistência de vínculos jurídicos de filiação de origem biológica e socioafetiva. O Tema 622 do STF é o principal marco jurisprudencial para essa compreensão, ao reconhecer que a paternidade socioafetiva não impede o reconhecimento concomitante do vínculo biológico (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2016).

A decisão do STF no RE 898.060/SC, portanto, deve ser tratada como precedente de repercussão geral e vinculada expressamente ao Tema 622. A tese fixada pelo Tribunal reconhece que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento concomitante do vínculo de filiação baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2016).

Além disso, a afetividade também tem sido utilizada como critério relevante nas decisões judiciais relacionadas à guarda de filhos. A guarda compartilhada, por exemplo, busca preservar os vínculos afetivos entre pais e filhos, garantindo que ambos participem ativamente do desenvolvimento e da educação da criança, mesmo após a dissolução da relação conjugal (Gonçalves, 2023).

Nesse contexto, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente assume papel central nas decisões envolvendo relações familiares. A afetividade, associada a esse princípio, permite que o Judiciário avalie qual ambiente familiar oferece melhores condições para o desenvolvimento emocional e psicológico da criança (Dias, 2023).

Outro tema que exige tratamento cuidadoso é o abandono afetivo. A questão não consiste em transformar a ausência de amor em ilícito civil, mas em verificar se houve violação de deveres jurídicos inerentes à parentalidade, especialmente o dever de cuidado. No REsp nº 1.159.242/SP, o STJ reconheceu a possibilidade de compensação por dano moral em hipótese de abandono afetivo e destacou o cuidado como valor jurídico objetivo. O precedente demonstra que a responsabilidade civil nas relações familiares é possível, mas depende da análise concreta da conduta e de seus efeitos (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 2012).

Nesse precedente, o STJ reconheceu que a omissão no dever jurídico de cuidar da prole pode configurar ilícito civil e ensejar compensação por dano moral. Por isso, a responsabilização não decorre simplesmente da falta de afeto subjetivo, mas da violação juridicamente relevante de deveres parentais, examinada em conjunto com a conduta omissiva, o

dano e o nexo de causalidade no caso concreto (Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 2012).

A aplicação da responsabilidade civil ao abandono afetivo, portanto, deve ser realizada com cautela. A afetividade funciona como elemento de compreensão da relação familiar, enquanto a responsabilidade civil exige a identificação de uma conduta juridicamente relevante e das demais condições necessárias à reparação. Essa distinção evita que o Poder Judiciário converta sentimentos em obrigações indenizatórias automáticas.

Ainda assim, não se pode ignorar que o reconhecimento da afetividade representa importante evolução do Direito de Família brasileiro. Ao valorizar os vínculos de cuidado, convivência e responsabilidade entre os membros da família, o ordenamento jurídico passa a oferecer proteção mais adequada às diversas formas de organização familiar presentes na sociedade contemporânea (Pereira, 2021).

Dessa forma, a afetividade pode ser compreendida como categoria jurídica relevante do Direito de Família contemporâneo e, para parte da doutrina, como princípio jurídico implícito, sem que isso signifique sua positivação expressa como princípio constitucional autônomo. Sua aplicação deve estar articulada com normas, deveres e princípios juridicamente reconhecidos, especialmente dignidade da pessoa humana, proteção integral, convivência familiar e responsabilidade parental.

3 A AFETIVIDADE COMO CRITÉRIO JURÍDICO NAS RELAÇÕES FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS

O princípio da afetividade tem assumido papel cada vez mais relevante na interpretação das normas do Direito de Família brasileiro, especialmente diante das transformações sociais que ampliaram o conceito tradicional de família. A valorização do afeto como elemento jurídico demonstra uma mudança significativa na forma como o ordenamento jurídico compreende as relações familiares, priorizando não apenas os vín-

culos formais ou biológicos, mas também as relações construídas a partir do cuidado, da convivência e da responsabilidade entre os membros da família. Nesse sentido, a doutrina reconhece que o afeto passou a desempenhar função estruturante no Direito de Família contemporâneo.

Segundo Dias (2023), o reconhecimento jurídico da afetividade representa um avanço significativo na proteção das relações familiares, pois permite que o Direito acompanhe as transformações sociais e reconheça diferentes formas de organização familiar. Dias (2023) reconhece que a afetividade adquiriu relevância jurídica no Direito de Família, passando a ser considerada na proteção das relações familiares e na concretização da dignidade das pessoas que integram a entidade familiar.

A doutrina também destaca que a afetividade possui estreita relação com o princípio da dignidade da pessoa humana, que constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. A partir dessa perspectiva, a família passa a ser compreendida como espaço de desenvolvimento da personalidade e de realização pessoal de seus integrantes, sendo o afeto elemento essencial para a construção dessas relações. Nesse sentido, o reconhecimento jurídico da afetividade contribui para fortalecer a proteção dos direitos fundamentais nas relações familiares.

Rolf Madaleno também ressalta a importância da afetividade como elemento estruturante das relações familiares, destacando que o Direito contemporâneo passou a reconhecer os vínculos socioafetivos como legítimos formadores da parentalidade.

Madaleno (2022) destaca que a afetividade ganhou relevância no Direito de Família contemporâneo e que a parentalidade socioafetiva pode ser compreendida a partir da convivência, do cuidado e da responsabilidade assumida na relação familiar.

Nesse contexto, a parentalidade socioafetiva passou a ser amplamente reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência brasileira, especialmente em casos nos quais o vínculo afetivo se mostra mais relevante para o desenvolvimento da criança ou do adolescente do que a mera ori-

gem biológica. A valorização desses vínculos demonstra que o Direito de Família contemporâneo busca priorizar o bem-estar e a estabilidade emocional das pessoas envolvidas nas relações familiares.

Paulo Lôbo também destaca a importância da afetividade na configuração das relações familiares contemporâneas, ressaltando que o afeto constitui elemento fundamental para a definição da parentalidade. Lôbo (2022)

> sustenta que a afetividade possui importância na estruturação das relações familiares e que a parentalidade não se limita ao dado biológico, podendo ser reconhecida a partir da convivência e do exercício concreto de responsabilidades parentais (112).

Outro aspecto relevante da aplicação do princípio da afetividade diz respeito às decisões judiciais relacionadas à guarda de filhos e ao direito de convivência familiar. Nessas situações, os magistrados têm buscado considerar não apenas critérios legais formais, mas também a qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos entre pais, filhos e demais membros da família. Dessa forma, o afeto passa a ser considerado elemento essencial para garantir o melhor interesse da criança e do adolescente.

Rodrigo da Cunha Pereira também destaca a importância da afetividade como elemento central das relações familiares contemporâneas, afirmando que o Direito de Família deve reconhecer e proteger os vínculos construídos a partir da convivência e da responsabilidade afetiva.

Pereira (2021) ressalta a importância dos vínculos afetivos para a compreensão contemporânea da família, sem afastar a necessidade de que o reconhecimento jurídico decorra de elementos objetivos e juridicamente relevantes.

Além disso, a aplicação do princípio da afetividade também se manifesta em situações envolvendo abandono afetivo, tema que tem sido amplamente debatido na doutrina e na jurisprudência brasileira. Nessas situações, o descumprimento dos deveres de cuidado, presença e assistên-

cia emocional pode gerar consequências jurídicas, uma vez que a responsabilidade parental envolve não apenas obrigações materiais, mas também deveres relacionados ao desenvolvimento emocional e psicológico dos filhos.

Nesse sentido, Carlos Roberto Gonçalves destaca que o reconhecimento da afetividade no Direito de Família contribui para uma interpretação mais humana e sensível das relações familiares..

Gonçalves (2023) destaca a evolução da proteção jurídica das relações familiares e a importância dos vínculos familiares concretamente constituídos para a proteção da pessoa e do desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Dessa forma, percebe-se que o princípio da afetividade desempenha papel fundamental na construção do Direito de Família contemporâneo, permitindo que o ordenamento jurídico acompanhe as transformações sociais e reconheça a pluralidade das formas de organização familiar. Ao valorizar os vínculos afetivos como elemento estruturante das relações familiares, o Direito contribui para a construção de decisões mais justas, humanas e sensíveis às necessidades reais das pessoas envolvidas.

Outro ponto relevante refere-se à relação entre o princípio da afetividade e a responsabilidade parental no contexto das relações familiares contemporâneas. A evolução do Direito de Família evidencia que o exercício da parentalidade não se limita ao cumprimento de deveres materiais, mas envolve também o compromisso com o desenvolvimento emocional, psicológico e social dos filhos. Nesse sentido, a a omissão injustificada no cumprimento de deveres jurídicos de cuidado pode, conforme as circunstâncias do caso concreto, configurar violação aos deveres inerentes à função parental. Conforme destaca o Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil no âmbito familiar passou a abranger também os danos de natureza extrapatrimonial, especialmente aqueles decorrentes da omissão no dever de cuidado, evidenciando que o afeto possui relevância jurídica concreta nas relações familiares.

Ademais, a afetividade se apresenta como importante critério interpretativo na solução de conflitos familiares, especialmente diante da complexidade das relações contemporâneas. Sua aplicação permite ao julgador adotar postura mais sensível às particularidades do caso concreto, considerando os vínculos de convivência e a realidade das partes envolvidas. Para Pereira (2021), o Direito de Família deve ser interpretado à luz da realidade social e das relações afetivas, garantindo decisões mais justas e adequadas às necessidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o princípio da afetividade no contexto do Direito de Família contemporâneo, buscando compreender sua evolução histórica, seus fundamentos jurídicos e sua aplicação nas relações familiares atuais. A pesquisa demonstrou que o Direito de Família brasileiro passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas, acompanhando as mudanças sociais que redefiniram o conceito tradicional de família e ampliaram o reconhecimento das diversas formas de organização familiar existentes na sociedade.

Nesse contexto, verificou-se que a afetividade passou a ocupar posição central na compreensão das relações familiares, sendo reconhecida como elemento estruturante na formação dos vínculos entre seus integrantes. A valorização do afeto representa uma mudança significativa na forma como o ordenamento jurídico interpreta as relações familiares, deixando de priorizar exclusivamente critérios formais ou biológicos para considerar também os vínculos construídos a partir da convivência, do cuidado e da responsabilidade entre os membros da família.

Observou-se ainda que o princípio da afetividade exerce importante influência na atuação do Poder Judiciário, especialmente em decisões relacionadas à filiação, à parentalidade socioafetiva, à multiparentalidade, à guarda de filhos e ao direito de convivência familiar. Nessas situações, o afeto tem sido utilizado como critério relevante para assegurar a proteção

dos vínculos familiares e promover o melhor interesse da criança e do adolescente.

Além disso, a consolidação da afetividade como valor jurídico contribuiu para ampliar a proteção das relações familiares, permitindo o reconhecimento de diferentes configurações familiares que refletem a realidade social contemporânea. Dessa forma, o Direito de Família passou a assumir uma perspectiva mais humanizada, voltada à proteção da dignidade da pessoa humana e ao fortalecimento dos laços de cuidado, solidariedade e responsabilidade que caracterizam a convivência familiar.

Entretanto, também se constatou que a aplicação do princípio da afetividade apresenta desafios no âmbito jurídico, especialmente em razão da subjetividade inerente aos vínculos afetivos. Nesse sentido, torna-se necessário que a interpretação e aplicação desse princípio sejam realizadas com cautela, buscando conciliar a valorização das relações afetivas com a segurança jurídica e a estabilidade das relações familiares.

Dessa maneira, conclui-se que o princípio da afetividade desempenha papel fundamental na construção do Direito de Família contemporâneo, permitindo que o ordenamento jurídico acompanhe as transformações sociais e reconheça a pluralidade das formas de constituição familiar. Ao valorizar os vínculos afetivos como elemento estruturante das relações familiares, o Direito contribui para a promoção da dignidade da pessoa humana e para a construção de relações familiares mais justas, solidárias e compatíveis com a realidade da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.026.981/RJ**. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma, julgado em 4 fev. 2010. DJ, 23 fev. 2010. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?CodOrgaoJgdr=&SeqCgrmaSessao=&dt=20100810&formato=HTML&nreg=200602091374&salvar=false&seq=9637970&tipo=91. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.159.242/SP**. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma, julgado em 24 abr. 2012. DJe, 10 maio 2012. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?CodOrgaoJgdr=&SeqCgrmaSessao=&dt=20120510&formato=HTML&nreg=200901937019&salvar=false&seq=1067604&tipo=0. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 898.060/SC**. Relator: Ministro Luiz Fux. Tribunal Pleno, julgado em 21 set. 2016. Tema 622 da repercussão geral. DJe, 24 ago. 2017. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?classeProcesso=RE&incidente=4803092&numeroProcesso=898060&numeroTema=622. Acesso em: 7 set. 2026.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2003.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da afetividade no direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CARBONERA, Silvana Maria. **O papel jurídico do afeto nas relações de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CARBONNIER, Jean. **Droit civil: la famille**. 21. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva:** efeitos jurídicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2023.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito de família. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** direito de família. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

LÔBO, Paulo. **Direito civil:** famílias. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 7 set. 2026.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021.

THÉRY, Irène. **Couple, filiation et parenté aujourd'hui:** le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée. Paris: Odile Jacob, 1998.

Efeitos jurídicos da relação avoenga – direitos e deveres dos avós

Legal effects of the grandparent–grandchild relationship – rights and duties of grandparents

Júlia Magalhães Lopes[1]
Simmel Sheldon de Almeida Lopes[2]

COMO CITAR
LOPES, Júlia Magalhães; LOPES, Simmel Sheldon de Almeida. Efeitos jurídicos da relação avoenga – direitos e deveres dos avós. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 429-468.

RESUMO

Este artigo aborda os efeitos jurídicos decorrentes da relação avoenga, com enfoque nos direitos e deveres atribuídos aos avós no âmbito do Direito de Família. O objetivo é analisar a proteção jurídica conferida à relação entre avós e netos, especialmente quanto ao direito à convivência familiar, à guarda e à prestação de alimentos, considerando os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, realizada a partir da análise da legislação brasileira, da doutrina especializada e de decisões judiciais relacionadas à relação avoenga, especialmente no que se refere aos direitos de convivência, à guarda e à obrigação alimentar. A análise demonstrou que a relação avoenga possui relevante proteção jurídica, especialmente em razão da importância da convivência familiar para a preservação dos vínculos afetivos e para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Verificou-se, ainda, que os avós podem exercer direitos e assumir determinadas responsabilidades jurídicas em situações previstas no ordenamento, como o direito de convivência, a possibilidade de obtenção da guarda dos netos e a obrigação alimentar, esta de caráter

[1] Discente do 10º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialista em Direito Administrativo e Orçamentário e em Direito de Família. Advogado. Servidor público municipal.

subsidiário e complementar. A análise jurisprudencial evidenciou que o exercício desses direitos deve considerar as circunstâncias de cada caso concreto, tendo como principal parâmetro o melhor interesse da criança e do adolescente. Conclui-se que a relação avoenga ultrapassa os vínculos meramente afetivos, produzindo efeitos jurídicos relevantes nas relações familiares e contribuindo para a efetivação do direito à convivência familiar.

Palavras-chave: Relação avoenga. Direito de família. Convivência familiar. Guarda. Alimentos.

ABSTRACT

This article addresses the legal effects arising from the grandparent-grandchild relationship, focusing on the rights and duties assigned to grandparents within the scope of Family Law. The objective is to analyze the legal protection afforded to the relationship between grandparents and grandchildren—particularly regarding the right to family contact, custody, and the provision of child support—while considering the principles of human dignity, integral protection, and the best interests of the child and adolescent. The research is characterized as a bibliographic and documentary study with a qualitative approach, based on an analysis of Brazilian legislation, specialized legal doctrine, and court rulings concerning the grandparent-grandchild relationship, especially regarding visitation rights, custody, and the support obligation. The analysis demonstrated that the grandparent-grandchild relationship enjoys significant legal protection, particularly due to the importance of family contact for preserving emotional bonds and fostering the development of the child and adolescent. Grandparents may exercise rights and assume specific legal responsibilities in situations provided for by the legal system, such as visitation rights, the possibility of obtaining custody of grandchildren, and the support obligation—the latter being subsidiary and complementary in nature. Case law analysis highlighted that the exercise of these rights must take into account the circumstances of each specific case, with the best interests of the child and adolescent serving as the primary guiding principle. The study concludes that the grandparent-grandchild relationship extends beyond mere emotional ties, generating significant legal effects within family relationships and contributing to the realization of the right to family contact.

Keywords: Grandparent-grandchild relationship. Family law. Family contact. Custody. Child support.

INTRODUÇÃO

A família constitui uma das principais bases da sociedade e recebe especial proteção do ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 reconhece a família como núcleo fundamental da sociedade e estabelece princípios destinados à proteção de seus integrantes, especialmente crianças e adolescentes. Nesse contexto, as relações familiares não se restringem aos vínculos entre pais e filhos, abrangendo também os vínculos estabelecidos entre avós e netos, que possuem relevante importância afetiva, social e jurídica.

A relação avoenga, compreendida como o vínculo jurídico e afetivo existente entre avós e netos, desempenha importante função na formação e na manutenção dos laços familiares. A presença dos avós pode contribuir para o desenvolvimento emocional, social e educacional dos netos, além de representar uma importante rede de apoio em diferentes situações familiares. Entretanto, além da dimensão afetiva, essa relação também pode produzir efeitos jurídicos, especialmente no que se refere ao direito à convivência familiar, à guarda, à prestação de alimentos e aos direitos sucessórios.

No âmbito do Direito brasileiro, a proteção da convivência familiar encontra fundamento, entre outros dispositivos, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que asseguram à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, a relação entre avós e netos merece atenção jurídica, sobretudo quando circunstâncias familiares dificultam ou impedem o contato entre eles. A convivência avoenga, portanto, deve ser analisada considerando-se, principalmente, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

A guarda dos netos por seus avós constitui outra situação relevante no âmbito das relações avoengas. Embora a responsabilidade pela criação e educação dos filhos pertença, em regra, aos pais, existem circunstâncias nas quais os avós podem assumir a guarda ou exercer outras formas de

responsabilidade jurídica sobre os netos, especialmente quando essa medida atende aos interesses da criança ou do adolescente. Nessas situações, a atuação do Poder Judiciário deve considerar as particularidades de cada caso e a necessidade de garantir proteção, segurança e estabilidade ao menor.

Além da convivência e da guarda, a relação avoenga pode produzir efeitos no âmbito do direito aos alimentos. O ordenamento jurídico brasileiro admite a responsabilidade dos avós pela prestação alimentícia aos netos em determinadas circunstâncias, especialmente quando os pais não possuem condições suficientes para cumprir integralmente essa obrigação. Trata-se de uma responsabilidade que deve ser analisada de acordo com as necessidades do alimentando e as possibilidades dos responsáveis, observando-se os requisitos estabelecidos pela legislação e pela jurisprudência.

No campo sucessório, a relação entre avós e netos também apresenta consequências jurídicas relevantes. A legislação civil estabelece regras específicas para a transmissão da herança e para a participação de descendentes e ascendentes na sucessão, sendo necessária a análise das circunstâncias de cada caso para compreender quando avós ou netos poderão participar da sucessão. Dessa forma, a relação avoenga ultrapassa o aspecto exclusivamente afetivo e alcança diferentes áreas do Direito de Família e do Direito das Sucessões.

Diante disso, este artigo tem como objetivo geral analisar os efeitos jurídicos da relação avoenga no ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque nos direitos e deveres atribuídos aos avós. Busca-se, especificamente, compreender a proteção jurídica da convivência entre avós e netos, analisar as hipóteses relacionadas à guarda, examinar a responsabilidade alimentar dos avós e abordar os principais aspectos sucessórios decorrentes dessa relação familiar.

A pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, utilizando como fontes a legis-

lação brasileira, especialmente a Constituição Federal, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de doutrinas jurídicas e jurisprudência dos tribunais brasileiros. Pretende-se, assim, compreender de que maneira o ordenamento jurídico brasileiro disciplina a relação avoenga e quais são os principais direitos e deveres decorrentes desse vínculo.

A relevância do estudo justifica-se pela crescente complexidade das relações familiares e pela necessidade de compreender a proteção jurídica conferida aos vínculos entre avós e netos. Dessa maneira, a análise da relação avoenga permite compreender como o Direito brasileiro busca conciliar os interesses dos diferentes integrantes da família, priorizando a proteção da dignidade humana, a convivência familiar e, quando envolvidos crianças e adolescentes, o seu melhor interesse.

1 FAMÍLIA: BASE DA SOCIEDADE

A família constitui uma das principais instituições da sociedade e exerce papel fundamental na formação e no desenvolvimento dos indivíduos. É no ambiente familiar que são estabelecidos os primeiros vínculos afetivos, sociais e culturais, bem como transmitidos valores, costumes e princípios que contribuem para a formação da personalidade. Dessa forma, a família ultrapassa a concepção de simples agrupamento de pessoas, constituindo-se como espaço de proteção, convivência, solidariedade e desenvolvimento humano.

A compreensão da família, entretanto, não permaneceu estática ao longo da história. As transformações sociais, culturais e jurídicas modificaram significativamente sua estrutura e seus fundamentos. No Direito brasileiro, a concepção tradicional de família esteve durante longo período vinculada ao casamento, à autoridade paterna e à estrutura patriarcal, sofrendo profundas alterações com a evolução da sociedade e, especialmente, com a valorização dos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da afetividade.

Historicamente, a família romana apresentava estrutura predominantemente patriarcal, tendo como figura central o *pater familias*. Sob sua autoridade encontravam-se os demais integrantes do grupo familiar, como esposa, filhos e outros indivíduos submetidos ao seu poder. Esse modelo demonstra que a organização familiar esteve, em diferentes períodos históricos, relacionada à autoridade e à organização hierárquica de seus membros.

Com o desenvolvimento das sociedades, contudo, esse modelo sofreu modificações. A família passou gradativamente por um processo de transformação, deixando de ser compreendida exclusivamente a partir de vínculos patrimoniais, biológicos ou matrimoniais e passando a valorizar também os vínculos afetivos e a realização pessoal de seus integrantes. Nesse processo, novas configurações familiares passaram a receber reconhecimento jurídico, refletindo a pluralidade existente na sociedade contemporânea.

A Constituição Federal de 1988 representou importante marco na transformação do Direito de Família brasileiro. Ao estabelecer a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e reconhecer a igualdade entre homens e mulheres, a Constituição contribuiu para a superação da concepção exclusivamente patriarcal da família. Além disso, passou a conferir proteção jurídica a diferentes formas de constituição familiar, reconhecendo a importância dos vínculos de afeto, solidariedade e convivência.

A família contemporânea, portanto, deve ser compreendida como espaço de desenvolvimento e proteção de seus integrantes, sendo os vínculos afetivos e a solidariedade familiar elementos relevantes para sua formação. Essa concepção também permite compreender que a proteção jurídica não se limita às relações entre pais e filhos, alcançando outros vínculos familiares, entre os quais se destaca a relação estabelecida entre avós e netos.

No que se refere à proteção de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei nº 8.069/1990 — estabelece importantes garantias relacionadas à convivência familiar. O artigo 19 assegura à criança e ao adolescente o direito de serem criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, garantindo-lhes a convivência familiar e comunitária em ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral. Essa proteção demonstra a importância atribuída pelo ordenamento jurídico brasileiro à manutenção dos vínculos familiares.

Da mesma forma, o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece deveres atribuídos aos pais em relação aos filhos menores, relacionados ao sustento, à guarda, à convivência, à assistência material e afetiva e à educação. Embora a responsabilidade parental possua papel central na proteção da criança e do adolescente, a estrutura familiar envolve outros vínculos que também podem produzir efeitos jurídicos, especialmente quando esses vínculos assumem relevância para a proteção e o desenvolvimento dos menores.

Nesse contexto, destaca-se a relação avoenga, caracterizada pelo vínculo existente entre avós e netos. Os avós podem exercer importante função na convivência familiar, no suporte afetivo e, em determinadas circunstâncias, na proteção e no cuidado dos netos. Quando essa relação passa a envolver situações como direito de convivência, guarda, prestação de alimentos ou sucessão, surgem consequências jurídicas que precisam ser analisadas à luz da legislação brasileira e dos princípios que orientam o Direito de Família.

Assim, a evolução do conceito de família permite compreender que o ordenamento jurídico brasileiro passou a valorizar não apenas os vínculos biológicos e matrimoniais, mas também a afetividade, a dignidade e a convivência familiar. Essa transformação é fundamental para a análise dos efeitos jurídicos da relação avoenga, uma vez que os vínculos entre avós e netos integram a estrutura familiar e podem gerar direitos e deveres juridicamente reconhecidos.

2 FUNDAMENTOS JURÍDICOS À RELAÇÃO AVOENGA

A relação entre avós e netos possui proteção no ordenamento jurídico brasileiro e pode produzir diferentes efeitos jurídicos no âmbito do Direito de Família. Embora a legislação não apresente um único diploma destinado exclusivamente à relação avoenga, diversos dispositivos da Constituição Federal, do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem direitos e deveres relacionados à convivência familiar, à guarda, aos alimentos e à proteção integral da criança e do adolescente.

Nesse sentido, a análise da legislação pertinente à relação avoenga deve considerar não apenas a possibilidade de os avós assumirem a guarda dos netos, mas também o direito à convivência familiar e as responsabilidades que podem decorrer do vínculo existente entre ascendentes e descendentes.

2.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 constitui um dos principais fundamentos para a proteção jurídica das relações familiares no Brasil. O artigo 226 estabelece que a família é a base da sociedade e possui especial proteção do Estado. A Constituição também estabelece princípios relacionados à dignidade da pessoa humana, à igualdade entre os integrantes da família e à proteção de crianças e adolescentes.

No que se refere especificamente às crianças e aos adolescentes, o artigo 227 da Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, entre eles a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a dignidade e a convivência familiar e comunitária.

A proteção constitucional da convivência familiar possui especial relevância para a relação avoenga, uma vez que os avós integram a família extensa e podem desempenhar papel significativo na formação e no de-

senvolvimento dos netos. Dessa forma, a manutenção dos vínculos entre avós e netos deve ser analisada considerando-se a proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente.

2.2 CÓDIGO CIVIL — LEI Nº 10.406/2002

O Código Civil disciplina diversos aspectos das relações familiares e estabelece normas que possuem aplicação direta ou indireta à relação entre avós e netos.

Entre os dispositivos de maior relevância encontra-se o artigo 1.589, que trata do direito de convivência com os filhos. Seu parágrafo único estabelece que o direito de convivência pode ser estendido aos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente.

A previsão legal demonstra que a convivência entre avós e netos possui relevância jurídica própria. Dessa maneira, eventual impedimento injustificado do contato entre os avós e os netos pode ser submetido à apreciação judicial, cabendo ao magistrado analisar as circunstâncias concretas e verificar se a convivência atende ao melhor interesse da criança ou do adolescente.

Além do direito à convivência, o Código Civil disciplina a obrigação alimentar entre parentes. Os artigos 1.694 e seguintes estabelecem a possibilidade de parentes, cônjuges ou companheiros solicitarem uns aos outros os alimentos necessários à manutenção de uma vida compatível com sua condição social. Dentro dessa estrutura, a obrigação dos avós em relação aos netos pode surgir em situações específicas, observados os requisitos legais e a possibilidade de cumprimento da obrigação pelos parentes de grau mais próximo.

Assim, a responsabilidade alimentar dos avós não deve ser compreendida como automática ou equivalente à responsabilidade primária dos pais. A obrigação avoenga possui caráter subsidiário e complementar, sendo analisada conforme as necessidades daquele que necessita dos ali-

mentos e as possibilidades econômicas daqueles que podem ser chamados a prestá-los.

O Código Civil também disciplina o direito sucessório, estabelecendo regras para a transmissão da herança entre descendentes e ascendentes. Nesse aspecto, a relação entre avós e netos pode produzir efeitos sucessórios, cuja aplicação dependerá da existência ou não de outros herdeiros e das circunstâncias específicas da sucessão.

2.3 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — LEI Nº 8.069/1990

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, constitui importante instrumento de proteção jurídica de crianças e adolescentes e estabelece como fundamentos a proteção integral e a prioridade absoluta. A legislação reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelece mecanismos destinados a assegurar seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

O artigo 19 do Estatuto assegura à criança e ao adolescente o direito de serem criados e educados no seio de sua família, garantindo-lhes a convivência familiar e comunitária em ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral. Essa disposição possui relação direta com a proteção da convivência entre avós e netos, especialmente diante da importância dos vínculos familiares para a formação e o desenvolvimento da criança e do adolescente.

A proteção da convivência familiar também está relacionada ao conceito de família extensa ou ampliada, previsto no artigo 25, parágrafo único, do ECA. O dispositivo considera como família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade formada pelos pais e seus filhos ou da unidade do casal, sendo constituída por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Nesse contexto, os avós ocupam posição de relevante importância, uma vez que integram o círculo de parentes próximos da criança ou do adolescente e podem estabelecer vínculos afetivos significativos. A preservação dessas relações familiares pode contribuir para a estabilidade emocional e para o desenvolvimento integral dos menores, devendo ser considerada nas situações em que houver necessidade de intervenção judicial.

O ECA também disciplina a colocação em família substituta, nas modalidades de guarda, tutela e adoção. Nesse contexto, o artigo 28 determina que a colocação em família substituta deve observar o grau de parentesco, a relação de afinidade e a afetividade, buscando evitar ou reduzir as consequências decorrentes da medida.

A legislação, portanto, valoriza a permanência da criança ou do adolescente junto a pessoas com as quais possua vínculos familiares e afetivos. Essa previsão possui especial importância quando os avós pleiteiam a guarda dos netos, pois o vínculo de parentesco, a afinidade e a afetividade podem ser considerados pelo Poder Judiciário na análise do caso concreto, sempre tendo como referência a proteção integral e o melhor interesse da criança ou do adolescente.

Além disso, o artigo 33 do ECA estabelece que a guarda impõe ao responsável deveres de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente. Dessa forma, quando os avós assumem judicialmente a guarda dos netos, passam a exercer responsabilidades relacionadas ao cuidado e à proteção do menor, sem que isso implique, por si só, a extinção do poder familiar dos pais.

Dessa maneira, o Estatuto da Criança e do Adolescente oferece importante fundamento para a proteção jurídica da relação avoenga, especialmente ao assegurar a convivência familiar, reconhecer a família extensa e estabelecer critérios para a guarda e a colocação em família substituta. Tais disposições demonstram que a relação entre avós e netos pode pro-

duzir efeitos jurídicos relevantes, sobretudo quando estiverem envolvidos o cuidado, a proteção e o desenvolvimento da criança e do adolescente.

3 DIREITO DE CONVIVÊNCIA DOS AVÓS COM OS NETOS E A LEI Nº 12.398/2011

A convivência familiar constitui elemento fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo para a formação de vínculos afetivos, para a construção da identidade e para a preservação dos laços familiares. Nesse contexto, a relação entre avós e netos apresenta relevante importância, especialmente porque os avós podem desempenhar papel significativo na formação e no desenvolvimento das gerações mais jovens.

Embora a convivência avoenga já fosse reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência como desdobramento do melhor interesse da criança e do adolescente, foi com a Lei n° 12.398/2011 que o direito de convivência dos avós com os netos recebeu previsão expressa no Código Civil, ao inserir o parágrafo único ao art. 1.589.

Conforme Ferreira (2008, p. 11), embora a regulamentação da convivência não fosse expressamente atribuída pelo Estado, o direito de visitação dos avós já vinha sendo reconhecido pelos tribunais nacionais, considerando-se a importância da preservação dos vínculos familiares e afetivos entre as gerações.

A ausência de convivência entre avós e netos pode ocasionar o enfraquecimento de vínculos afetivos importantes para a estrutura familiar. Por essa razão, a doutrina e a jurisprudência passaram a reconhecer que a manutenção desse contato poderia beneficiar não apenas os avós, mas também os próprios netos, desde que a convivência atendesse aos seus interesses e não lhes causasse prejuízo.

Segundo Mattia (2011, p. 1013), os avós possuem direito de convivência com os netos como prerrogativa decorrente do vínculo de paren-

tesco, integrando os demais direitos reconhecidos juridicamente nas relações familiares.

Nesse contexto, a Lei nº 12.398, de 28 de março de 2011, representou importante marco legislativo para a relação avoenga. A referida lei alterou o Código Civil e o Código de Processo Civil para assegurar aos avós o direito de visita aos netos, observados os interesses da criança ou do adolescente.

A principal alteração promovida pela Lei nº 12.398/2011 ocorreu no artigo 1.589 do Código Civil, com o acréscimo de seu parágrafo único, que dispõe: "O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente."

A inclusão do dispositivo representou importante avanço na proteção jurídica da relação avoenga, uma vez que conferiu previsão expressa ao direito de convivência dos avós com os netos. A norma, entretanto, não estabelece um direito absoluto de visitação. A convivência deve ser analisada pelo Poder Judiciário de acordo com as circunstâncias de cada caso, sempre tendo como referência os interesses da criança ou do adolescente.

A previsão do Código Civil deve ser interpretada em conjunto com a proteção constitucional conferida à convivência familiar. O artigo 227 da Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, entre outros direitos, a convivência familiar e comunitária, além de protegê-los de toda forma de negligência, violência, crueldade e opressão.

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça a importância da convivência familiar. O artigo 16, inciso V, assegura o direito da criança e do adolescente de participar da vida familiar e comunitária sem discriminação, enquanto o artigo 19 garante o direito de serem criados e educados no seio de sua família, assegurando a convivência familiar e comunitária em ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral.

Assim, o direito de convivência dos avós não deve ser compreendido exclusivamente como uma prerrogativa pertencente aos avós. Trata-se também de uma forma de assegurar à criança e ao adolescente a manutenção de vínculos familiares que possam contribuir para sua formação e seu desenvolvimento. Por essa razão, em situações de conflito entre os familiares, a análise judicial deve priorizar o melhor interesse da criança ou do adolescente.

A regulamentação da convivência pode ser necessária quando houver impedimento ou dificuldade injustificada de contato entre avós e netos. Nesses casos, o Poder Judiciário poderá estabelecer as condições da convivência, considerando fatores como a idade da criança ou do adolescente, sua rotina, a relação afetiva existente com os avós e eventuais circunstâncias que possam favorecer ou prejudicar seu desenvolvimento.

Dessa maneira, a Lei nº 12.398/2011 não criou propriamente o vínculo entre avós e netos nem inaugurou o reconhecimento judicial da convivência avoenga, mas conferiu maior segurança jurídica ao estabelecer expressamente no Código Civil a possibilidade de extensão do direito de visita aos avós. A alteração legislativa consolidou uma proteção que já vinha sendo reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência, reforçando a importância da convivência familiar e dos vínculos afetivos entre as diferentes gerações.

Dessa forma, a Lei nº 12.398/2011 representou importante marco na consolidação da proteção jurídica da convivência avoenga, conferindo previsão expressa à possibilidade de extensão do direito de visita aos avós. Embora a convivência não constitua prerrogativa absoluta, sua regulamentação deve considerar a relevância dos vínculos familiares e afetivos, tendo como parâmetro fundamental os interesses da criança e do adolescente. A alteração legislativa, portanto, contribuiu para conferir maior segurança jurídica à relação entre avós e netos e para reforçar a importância da convivência familiar no ordenamento jurídico brasileiro.

3.1 A CONVIVÊNCIA AVOENGA COMO EFEITO JURÍDICO DA RELAÇÃO ENTRE AVÓS E NETOS

A relação entre avós e netos ultrapassa a dimensão exclusivamente afetiva, produzindo efeitos jurídicos reconhecidos pelo ordenamento brasileiro. Entre esses efeitos, destaca-se o direito à convivência avoenga, cuja proteção encontra fundamento na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e, de forma expressa, no Código Civil.

A convivência familiar constitui importante instrumento de preservação dos vínculos entre os integrantes da família e assume especial relevância quando envolve crianças e adolescentes. A manutenção do contato com os avós pode contribuir para a preservação da identidade, da história familiar e dos vínculos afetivos, desde que essa convivência seja compatível com as necessidades e os interesses da criança ou do adolescente.

Nesse sentido, o artigo 1.589, parágrafo único, do Código Civil estabelece que o direito de visita pode ser estendido a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente. A previsão confere proteção jurídica expressa à convivência avoenga e permite sua regulamentação judicial quando houver impedimento ou conflito que prejudique a manutenção do vínculo familiar.

A norma evidencia, contudo, que a convivência entre avós e netos não constitui direito absoluto. Embora o vínculo de parentesco seja elemento relevante para o reconhecimento da relação familiar, a definição da forma e da extensão da convivência deve considerar as circunstâncias concretas de cada caso, tendo como parâmetro principal o melhor interesse da criança ou do adolescente.

A proteção da convivência avoenga deve ser compreendida, portanto, sob uma perspectiva que ultrapassa os interesses individuais dos avós. A criança e o adolescente também são titulares do direito à convivência familiar e comunitária, conforme estabelecido pelo artigo 227 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa manei-

ra, a preservação do vínculo com os avós pode representar importante instrumento de efetivação desse direito fundamental.

Em situações de conflito familiar, a regulamentação judicial da convivência poderá estabelecer as condições necessárias para preservar o vínculo entre avós e netos, considerando aspectos como a idade da criança ou do adolescente, sua rotina, a existência de vínculo afetivo e as circunstâncias que possam favorecer ou prejudicar seu desenvolvimento. A intervenção judicial deve buscar evitar que conflitos existentes entre os adultos comprometam injustificadamente o direito da criança ou do adolescente à convivência familiar.

Assim, o direito à convivência avoenga constitui importante efeito jurídico da relação entre avós e netos, encontrando fundamento não apenas no vínculo de parentesco, mas também na proteção constitucional e infraconstitucional conferida à convivência familiar. Sua aplicação deve, entretanto, estar sempre condicionada à preservação da dignidade, da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente.

3.2 JURISPRUDÊNCIA SOBRE O DIREITO DA CONVIVÊNCIA AVOENGA

A análise da jurisprudência permite verificar de que maneira o Poder Judiciário tem aplicado as normas relativas ao direito de convivência entre avós e netos, especialmente diante de situações de conflito familiar. Os julgados demonstram que, embora a convivência avoenga seja juridicamente protegida, seu exercício não possui caráter absoluto, devendo ser analisado conforme as circunstâncias de cada caso e, principalmente, de acordo com o melhor interesse da criança ou do adolescente.

Nesse sentido, destaca-se o Agravo de Instrumento nº 4032189-56.2019.8.24.0000, julgado pela Segunda Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 27 de fevereiro de 2020. No caso, a avó paterna requereu a ampliação do regime de convivência com a neta. Os genitores, por sua vez, alegaram que a restrição do contato

decorria de intervenções excessivas da avó e da existência de uma relação conflituosa entre os envolvidos.

O Tribunal manteve a decisão que estabelecia a convivência da avó com a neta em um fim de semana por mês, entendendo que, embora o direito de convivência dos avós seja reconhecido pelo artigo 1.589, parágrafo único, do Código Civil, seu exercício deve observar os interesses da criança.

A decisão destacou, ainda, a necessidade de preservar a rotina e o desenvolvimento da criança em seu núcleo familiar, considerando também as atribuições dos genitores relacionadas à criação e à educação dos filhos. Nesse sentido, o Tribunal entendeu que a limitação do período de convivência não significava a eliminação do vínculo entre avó e neta, mas a adequação do contato às circunstâncias apresentadas no caso concreto.

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. PEDIDO FORMULADO PELA AVÓ PATERNA. [...] DIREITO DE VISITA. ART. 1.589 DO CÓDIGO CIVIL. PRERROGATIVA QUE SE ESTENDE AOS AVÓS, OBSERVADO O RESGUARDO DOS INTERESSES DA CRIANÇA. [...] LIMITAÇÃO DO PERÍODO QUE É NECESSÁRIA PARA NÃO AFETAR A ROTINA E O DESENVOLVIMENTO DA INFANTE NO SEU NÚCLEO FAMILIAR. [...] RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(TJSC, Agravo de Instrumento nº 4032189-56.2019.8.24.0000, Rel. Rosane Portella Wolff, Segunda Câmara de Direito Civil, julgado em 27/02/2020).

O referido julgamento demonstra que o direito de convivência dos avós não deve ser interpretado como uma prerrogativa absoluta. Embora o vínculo de parentesco constitua fundamento relevante para a preservação da convivência familiar, a definição de sua extensão deve considerar as necessidades da criança ou do adolescente. No caso analisado, o Tribunal buscou conciliar a preservação do vínculo afetivo entre avó e neta com a necessidade de preservar a rotina da criança e o exercício do poder familiar pelos genitores.

Em sentido semelhante, o Superior Tribunal de Justiça também reconhece que a convivência avoenga deve ser analisada à luz da proteção integral e do melhor interesse da criança ou do adolescente. No Recurso Especial nº 1.573.635/RJ, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma em 27 de novembro de 2018, discutiu-se a possibilidade de restrição ou supressão do direito de visita entre avós e neto diante de circunstâncias específicas relacionadas à situação da criança (Brasil, 2018).

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu que o direito à visitação avoenga já era admitido pela doutrina e pela jurisprudência antes mesmo da entrada em vigor da Lei nº 12.398/2011. Segundo o entendimento firmado no julgamento, a convivência entre avós e netos constitui instrumento de fortalecimento e desenvolvimento da instituição familiar, mas pode sofrer restrições ou até ser excepcionalmente suprimida quando isso for necessário para assegurar a proteção da criança ou do adolescente.

A Corte também estabeleceu que eventuais desavenças entre os avós e os pais da criança não são suficientes, por si sós, para justificar a restrição ou a supressão da convivência. O elemento determinante deve ser a existência de benefício ou prejuízo para a própria criança.

No caso concreto, o STJ afastou a convivência diante das particularidades apresentadas. O neto havia sido diagnosticado com transtorno do espectro autista, e estudos psicossociais indicavam que sua exposição a ambientes desequilibrados, situações conturbadas ou experiências potencialmente traumáticas poderia prejudicar seu tratamento. Diante dessas circunstâncias, a Corte entendeu que a proteção do melhor interesse do menor justificava o afastamento da visitação.

O julgamento demonstra, portanto, que a proteção jurídica conferida à convivência avoenga deve ser aplicada de maneira concreta e individualizada. O simples reconhecimento do direito de convivência não significa que os avós possam exigir determinada frequência ou modalidade de contato independentemente das condições apresentadas pela criança ou

pelo adolescente. Ao contrário, cabe ao Poder Judiciário avaliar se a convivência pretendida efetivamente contribui para seu desenvolvimento e bem-estar.

A comparação entre os dois julgados permite observar que os tribunais procuram preservar, sempre que possível, o vínculo entre avós e netos, mas admitem a imposição de limites quando necessários à proteção da criança ou do adolescente. No primeiro caso, a convivência foi mantida, porém limitada, considerando-se a rotina e o desenvolvimento da criança. No segundo, diante de circunstâncias excepcionais relacionadas à condição psicológica do menor e dos elementos técnicos produzidos no processo, a convivência foi afastada.

Dessa forma, a jurisprudência evidencia que o direito à convivência avoenga não possui caráter absoluto. O vínculo de parentesco constitui elemento juridicamente relevante, mas não é suficiente, por si só, para determinar a extensão da convivência. O principal parâmetro para a atuação judicial é o melhor interesse da criança ou do adolescente, buscando-se conciliar a preservação dos vínculos familiares com a proteção integral, o desenvolvimento e o bem-estar do menor.

4 GUARDA

A guarda constitui importante instrumento jurídico de proteção da criança e do adolescente, especialmente nas situações em que os genitores não conseguem exercer adequadamente as responsabilidades relacionadas ao cuidado, à proteção e à educação dos filhos. No ordenamento jurídico brasileiro, o instituto encontra disciplina principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil, devendo sua aplicação observar os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente.

No contexto da relação avoenga, a guarda pode assumir especial relevância quando os avós passam a exercer, de forma permanente ou temporária, funções relacionadas ao cuidado e à criação dos netos. Essa

situação pode decorrer de diferentes circunstâncias familiares, como ausência dos genitores, falecimento, abandono, negligência, conflitos familiares, dificuldades relacionadas ao exercício das responsabilidades parentais ou outras situações que demonstrem a necessidade de proteção da criança ou do adolescente.

Segundo Cardoso (2011), é cada vez mais frequente a participação dos avós na responsabilidade material e afetiva pelos netos, situação que pode decorrer de fatores diversos, incluindo dificuldades econômicas, gravidez na adolescência, separação ou migração dos pais, uso abusivo de drogas e falecimento dos genitores. Esses fatores demonstram que a presença dos avós pode ultrapassar a esfera afetiva e assumir relevância no âmbito da proteção jurídica da criança e do adolescente.

A atribuição da guarda aos avós, entretanto, não decorre automaticamente da existência do vínculo de parentesco. Embora o parentesco constitua elemento relevante para a análise da situação familiar, a decisão deve considerar as circunstâncias concretas e, principalmente, verificar se a medida atende ao melhor interesse da criança ou do adolescente.

4.1 CONCEITO E FINALIDADE DA GUARDA

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu artigo 33, que a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

A guarda, portanto, não deve ser compreendida apenas como a responsabilidade pela residência ou pelos cuidados cotidianos do menor. Trata-se de instituto jurídico que atribui ao guardião deveres relacionados à proteção, à educação, à assistência e ao desenvolvimento da criança ou do adolescente.

Além disso, o artigo 33 do ECA prevê que a guarda pode ser deferida excepcionalmente para atender situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável. Dessa forma, a legislação admite que

pessoa diversa dos genitores assuma juridicamente determinadas responsabilidades quando essa medida se mostrar necessária à proteção do menor.

Nesse contexto, os avós podem exercer a guarda dos netos quando as circunstâncias demonstrarem que essa solução é adequada para assegurar sua proteção e seu desenvolvimento. A medida deve ser analisada individualmente, considerando-se as condições familiares, a existência de vínculos afetivos, a capacidade dos avós de exercer os cuidados necessários e, sobretudo, os interesses da criança ou do adolescente.

A finalidade da guarda, portanto, não é simplesmente solucionar conflitos existentes entre os integrantes da família, mas proporcionar ao menor condições adequadas de desenvolvimento e proteção, preservando-se, sempre que possível, os vínculos familiares e afetivos que sejam benéficos.

4.2 A GUARDA DOS NETOS PELOS AVÓS

A atribuição da guarda aos avós pode ocorrer em diferentes contextos familiares. Em determinadas situações, os avós já exercem, de fato, os cuidados cotidianos dos netos, embora não possuam formalmente a guarda judicial. Em outras, a necessidade de atribuição da guarda surge diante de circunstâncias que tornam inadequada ou inviável a permanência da criança sob os cuidados diretos dos genitores.

Dias e Albuquerque (2019) observam que, em ações envolvendo a guarda de crianças, é frequente a presença dos avós como requerentes, especialmente em situações nas quais já existe uma relação de convivência e cuidado estabelecida desde os primeiros anos de vida da criança.

Essa realidade demonstra que a guarda avoenga pode representar a formalização jurídica de uma situação familiar que já existe na prática. Quando os avós assumem cotidianamente funções relacionadas à alimentação, educação, saúde, acompanhamento escolar e demais cuidados ne-

cessários, a regularização da guarda pode conferir maior segurança jurídica à situação vivenciada pela criança.

Entretanto, é necessário diferenciar a guarda de fato da guarda judicial. A simples circunstância de o neto residir com os avós não significa, necessariamente, que estes possuam a guarda jurídica da criança. A guarda judicial produz efeitos específicos e confere ao guardião responsabilidades e poderes reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

A regularização da situação pode ser especialmente importante para permitir que os avós pratiquem atos necessários à proteção dos netos, bem como para assegurar maior estabilidade jurídica à criança ou ao adolescente.

Nesse sentido, a concessão da guarda deve considerar não apenas as condições dos avós, mas também a realidade vivenciada pela criança. A existência de vínculo afetivo consolidado, a estabilidade oferecida pelos avós e a adaptação da criança ao ambiente familiar podem constituir elementos relevantes para a decisão judicial.

4.3 GUARDA AVOENGA E PODER FAMILIAR DOS PAIS

Um dos aspectos mais importantes relacionados à guarda dos netos pelos avós consiste na distinção entre guarda e poder familiar.

A atribuição da guarda aos avós não significa, por si só, a perda, suspensão ou extinção do poder familiar dos genitores. São institutos juridicamente distintos, embora possam produzir efeitos relacionados à proteção e à responsabilidade sobre a criança ou o adolescente.

O poder familiar corresponde ao conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais em relação aos filhos menores, enquanto a guarda está relacionada à responsabilidade direta pelo cuidado e pela proteção da criança ou do adolescente.

Dessa maneira, é possível que os avós exerçam a guarda dos netos e, ao mesmo tempo, os genitores permaneçam titulares do poder familiar,

desde que não exista decisão judicial determinando sua suspensão ou destituição.

Essa distinção é importante porque a guarda avoenga não deve ser interpretada como uma substituição automática da figura dos pais. Sua finalidade principal é assegurar a proteção da criança ou do adolescente diante de determinada situação familiar, podendo coexistir com a manutenção dos vínculos jurídicos entre pais e filhos.

O artigo 33, § 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente reforça essa compreensão ao estabelecer que, salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, a guarda conferida a terceiro não impede o exercício do direito de visitas pelos pais nem o dever de prestar alimentos, observando-se a situação concreta.

Assim, mesmo quando os avós assumem a guarda dos netos, os genitores podem continuar sujeitos aos deveres decorrentes da parentalidade, especialmente no que se refere à manutenção dos vínculos familiares e à prestação de alimentos.

4.4 OS AVÓS COMO INTEGRANTES DA FAMÍLIA EXTENSA

A possibilidade de atribuição da guarda aos avós também deve ser analisada à luz do conceito de família extensa ou ampliada, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O artigo 25, parágrafo único, do ECA considera família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade formada pelos pais e seus filhos ou da unidade do casal, sendo constituída por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Os avós ocupam posição de destaque nesse contexto, uma vez que integram o núcleo de parentes próximos da criança e, frequentemente, estabelecem vínculos afetivos e de convivência duradouros.

A consideração da família extensa possui especial importância nas situações em que a criança ou o adolescente precisa ser afastado tempo-

rária ou definitivamente do convívio direto com os pais. Nesses casos, a permanência junto a familiares próximos pode contribuir para a preservação de sua identidade, de sua história familiar e de seus vínculos afetivos.

O artigo 28 do ECA estabelece que, na colocação da criança ou do adolescente em família substituta, devem ser considerados o grau de parentesco e a relação de afinidade ou afetividade, com o objetivo de evitar ou reduzir as consequências decorrentes da medida.

Dessa maneira, quando os avós pleiteiam a guarda dos netos, o vínculo de parentesco e a existência de relação afetiva constituem elementos relevantes para a análise judicial. Contudo, esses fatores não afastam a necessidade de verificar as condições concretas oferecidas pelos avós e a compatibilidade da medida com o melhor interesse da criança ou do adolescente.

4.5 DEVERES DOS AVÓS ENQUANTO GUARDIÕES

Quando os avós recebem judicialmente a guarda dos netos, passam a assumir os deveres inerentes à condição de guardiões. Conforme estabelece o artigo 33 do ECA, esses deveres envolvem assistência material, moral e educacional.

A assistência material está relacionada às necessidades básicas da criança ou do adolescente, incluindo alimentação, vestuário, moradia e demais condições necessárias à sua manutenção.

A assistência moral envolve o cuidado, a proteção, o acompanhamento e a construção de um ambiente familiar adequado ao desenvolvimento do menor. Já a assistência educacional compreende a responsabilidade pelo acompanhamento da formação escolar e pelo desenvolvimento integral da criança ou do adolescente.

Assim, a atribuição da guarda aos avós não representa apenas o reconhecimento de um direito de convivência mais amplo. Ela também implica a assunção de responsabilidades jurídicas relacionadas diretamente ao cuidado do neto.

Essa circunstância demonstra que a relação avoenga pode produzir não apenas direitos, mas também deveres jurídicos, especialmente quando os avós passam a exercer formalmente a guarda.

4.6 JURISPRUDÊNCIA SOBRE A GUARDA DOS NETOS PELOS AVÓS

A análise da jurisprudência demonstra que os tribunais brasileiros reconhecem a possibilidade de atribuição da guarda dos netos aos avós quando as circunstâncias concretas indicam que essa medida atende ao melhor interesse da criança ou do adolescente. Entretanto, o simples vínculo de parentesco não é suficiente para justificar a concessão da guarda, sendo necessária a análise das condições familiares e da capacidade dos avós de proporcionar ambiente adequado ao desenvolvimento do menor.

A análise da jurisprudência demonstra que a atribuição da guarda dos netos aos avós deve ser realizada de acordo com as circunstâncias concretas de cada situação familiar, tendo como principal parâmetro o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Embora o vínculo de parentesco e a inserção dos avós na família extensa sejam elementos juridicamente relevantes, tais fatores não são suficientes, por si sós, para determinar a concessão ou manutenção da guarda.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já reconheceu a relevância do princípio do melhor interesse do menor em situações envolvendo a guarda provisória exercida pelos avós. No Agravo Interno no Conflito de Competência nº 156.392, o Tribunal analisou situação em que havia guarda provisória atribuída aos avós maternos em demandas distintas envolvendo a genitora. Na ocasião, o STJ ressaltou que, nas questões relacionadas à guarda e aos interesses de crianças e adolescentes, deve prevalecer a proteção integral e o melhor interesse do menor.

O entendimento firmado demonstra que as questões processuais e as disputas entre os familiares não devem se sobrepor à necessidade de preservação dos direitos da criança ou do adolescente. A proteção do

menor constitui elemento central para a definição das medidas judiciais relacionadas à sua guarda, devendo o Poder Judiciário evitar soluções que possam resultar em prejuízos à sua estabilidade e ao seu desenvolvimento.

Em outro julgamento, mais recente, o Superior Tribunal de Justiça analisou situação envolvendo guarda de fato exercida por terceiros e posterior determinação de entrega da criança aos avós maternos. Trata-se do Habeas Corpus nº 926.772/SP, julgado pela Terceira Turma em 17 de setembro de 2024, sob relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze.

No caso, a criança permanecia havia aproximadamente um ano no lar dos guardiões de fato, quando o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou sua entrega à avó materna. Ao analisar a questão, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a alteração do ambiente em que a criança estava inserida poderia contrariar seu melhor interesse, considerando a estabilidade emocional proporcionada pelo lar em que já vivia.

O STJ destacou que, nas disputas relacionadas à custódia física de crianças, a retirada do menor de um ambiente no qual já se encontra integrado deve ocorrer apenas em situações excepcionais, especialmente quando houver risco evidente à sua segurança ou ao seu desenvolvimento. A Corte ressaltou, ainda, que a criança deve ser protegida dos constantes deslocamentos decorrentes das disputas judiciais, pois mudanças sucessivas de residência podem comprometer sua estabilidade emocional.

O entendimento possui especial relevância para a análise da guarda avoenga, pois demonstra que a condição de avô ou avó, embora juridicamente relevante, não assegura automaticamente a preferência na atribuição da guarda. A existência de parentesco deve ser analisada conjuntamente com outros elementos, como a convivência, os vínculos afetivos, a estabilidade oferecida pelo ambiente familiar e as condições concretas vivenciadas pela criança ou pelo adolescente.

Nesse sentido, o julgamento demonstra também a importância de distinguir a preferência pela família extensa da aplicação automática

dessa preferência. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente valorize a manutenção da criança no âmbito familiar, essa circunstância não pode ser utilizada de maneira isolada quando a mudança de ambiente puder causar prejuízos ao seu desenvolvimento.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, portanto, evidencia que a guarda dos netos pelos avós deve ser analisada de maneira individualizada. Em determinadas situações, a atribuição da guarda aos avós poderá representar a medida mais adequada para garantir proteção, estabilidade e continuidade dos vínculos familiares. Em outras, entretanto, a manutenção da criança no ambiente em que já se encontra integrada poderá atender de forma mais adequada ao seu melhor interesse.

Dessa forma, os julgamentos analisados reforçam que o melhor interesse da criança ou do adolescente deve prevalecer sobre os interesses individuais dos adultos envolvidos na disputa pela guarda. O vínculo de parentesco entre avós e netos constitui importante elemento na análise judicial, mas não possui caráter absoluto, devendo ser ponderado juntamente com a realidade familiar, os vínculos afetivos e a necessidade de assegurar o desenvolvimento integral do menor.

5 OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS AVÓS

A relação avoenga pode produzir efeitos jurídicos também no âmbito da obrigação alimentar. Embora a responsabilidade pelo sustento dos filhos menores recaia, em regra, sobre os pais, o ordenamento jurídico brasileiro admite que os avós sejam chamados a contribuir para a manutenção dos netos em determinadas circunstâncias. Essa possibilidade decorre do princípio da solidariedade familiar e das normas que disciplinam a obrigação alimentar entre parentes.

O Código Civil estabelece, em seu artigo 1.694, que os parentes podem pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para atender às necessidades de educação. No caso da relação entre avós e netos, entretanto,

a obrigação alimentar apresenta características próprias, não podendo ser confundida com a responsabilidade primária atribuída aos pais.

Conforme dispõe o artigo 1.696 do Código Civil, o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, sendo extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Dessa forma, os avós podem ser chamados a prestar alimentos aos netos quando os genitores não puderem cumprir integralmente essa obrigação.

A obrigação alimentar dos avós possui, portanto, caráter subsidiário e complementar. Isso significa que os avós não são, em regra, os responsáveis primários pelo sustento dos netos, mas podem ser chamados a contribuir quando demonstrada a impossibilidade total ou parcial de os pais cumprirem adequadamente a obrigação alimentar.

Esse entendimento encontra-se consolidado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, especialmente por meio da Súmula 596, segundo a qual: "A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais."

Assim, a simples existência do vínculo de parentesco entre avós e netos não é suficiente para determinar a obrigação alimentar. É necessário demonstrar, de um lado, a necessidade do alimentando e, de outro, a impossibilidade ou insuficiência dos genitores para atender às necessidades do filho, além da possibilidade econômica dos avós de contribuir para o seu sustento.

Nesse contexto, a fixação dos alimentos deve observar a proporcionalidade entre as necessidades daquele que os pleiteia e os recursos daquele que é chamado a prestá-los. A obrigação alimentar avoenga não deve representar transferência automática da responsabilidade parental para os avós, mas mecanismo de proteção destinado a assegurar a subsistência do neto quando os pais não forem capazes de cumprir integralmente seu dever.

Além disso, quando mais de um ascendente puder ser chamado a prestar alimentos, deve-se observar o disposto no artigo 1.698 do Código Civil, considerando-se a participação dos demais obrigados de acordo com suas respectivas possibilidades. Dessa maneira, a responsabilidade alimentar deve ser distribuída de forma proporcional, evitando-se que o encargo recaia integralmente sobre apenas um dos familiares quando houver outros igualmente responsáveis.

Portanto, a obrigação alimentar dos avós constitui importante efeito jurídico da relação avoenga, mas sua aplicação deve respeitar os requisitos estabelecidos pela legislação e pela jurisprudência. A responsabilidade dos ascendentes de grau mais remoto somente se justifica quando demonstrada a insuficiência ou impossibilidade dos pais, sempre considerando as necessidades do neto e as condições econômicas dos avós.

5.1 CARÁTER SUBSIDIÁRIO E COMPLEMENTAR DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR AVOENGA

A obrigação alimentar dos avós possui natureza distinta daquela atribuída aos pais, uma vez que não constitui responsabilidade primária pelo sustento dos netos. Embora o vínculo de parentesco estabeleça a possibilidade jurídica de prestação de alimentos, a responsabilização dos avós depende da demonstração de que os genitores não possuem condições de cumprir integralmente a obrigação alimentar.

O artigo 1.696 do Código Civil estabelece que o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. A disposição legal permite a responsabilização dos avós quando os parentes de grau mais próximo não puderem atender adequadamente às necessidades do alimentando.

Nesse contexto, a obrigação alimentar dos avós apresenta caráter subsidiário e complementar. A subsidiariedade significa que os avós somente serão chamados a contribuir quando demonstrada a impossibilidade total ou parcial de os pais cumprirem a obrigação. Já a complementari-

dade significa que, quando os genitores conseguem atender apenas parcialmente às necessidades do filho, os avós poderão ser chamados a complementar a prestação, desde que possuam condições econômicas para tanto.

Esse entendimento encontra-se consolidado na Súmula 596 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual: "A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais". O enunciado possui como referências legislativas os artigos 1.696 e 1.698 do Código Civil.

Dessa forma, a existência do vínculo entre avós e netos não é suficiente, por si só, para impor aos avós o dever de prestar alimentos. É necessária a análise da situação concreta, especialmente quanto à capacidade dos genitores de cumprir a obrigação e às condições econômicas dos ascendentes que poderão ser chamados a contribuir.

A natureza subsidiária e complementar da obrigação alimentar avoenga busca preservar a responsabilidade dos pais pelo sustento dos filhos, sem afastar o dever de solidariedade existente entre os demais integrantes da família. Assim, a participação dos avós representa mecanismo destinado a assegurar a proteção das necessidades do neto quando os pais não puderem fazê-lo integralmente.

5.2 PRESSUPOSTOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AVÓS

A responsabilização dos avós pela prestação de alimentos aos netos não decorre automaticamente da existência do vínculo de parentesco. Para que a obrigação alimentar avoenga seja reconhecida, é necessária a análise das circunstâncias concretas do caso, especialmente quanto à necessidade do alimentando, à impossibilidade ou insuficiência dos genitores e à possibilidade econômica dos avós.

O primeiro pressuposto refere-se à necessidade do alimentando. Os alimentos destinam-se à satisfação das necessidades essenciais daquele

que não possui condições de prover integralmente a própria manutenção. Quando se trata de crianças e adolescentes, essas necessidades podem envolver despesas relacionadas à alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, transporte e demais gastos necessários ao seu desenvolvimento.

Além da necessidade do neto, deve ser demonstrada a impossibilidade ou insuficiência dos pais para o cumprimento da obrigação alimentar. Esse requisito decorre diretamente do caráter subsidiário da obrigação avoenga. Assim, não basta que os pais tenham dificuldades financeiras momentâneas ou que se pretenda simplesmente transferir aos avós a responsabilidade pelo sustento do filho. É necessário verificar se os genitores efetivamente não conseguem atender, total ou parcialmente, às necessidades do alimentando.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado nesse sentido. A Súmula 596 estabelece que a obrigação alimentar dos avós possui natureza complementar e subsidiária e somente se configura diante da impossibilidade total ou parcial de cumprimento da obrigação pelos pais. Entre os precedentes que fundamentaram o enunciado, o STJ destaca a necessidade de demonstração da impossibilidade de os genitores proverem os alimentos de seus filhos.

Outro elemento indispensável é a possibilidade econômica dos avós. A condição de ascendente não significa que todo avô ou avó esteja obrigado a contribuir financeiramente com o neto independentemente de sua própria situação econômica. A prestação deve ser fixada de maneira proporcional aos recursos daquele que será chamado a prestá-la, de modo que o cumprimento da obrigação não comprometa sua própria subsistência.

Nesse sentido, a análise da obrigação alimentar deve considerar conjuntamente as necessidades do alimentando e as possibilidades econômicas do responsável, buscando estabelecer uma prestação proporcional e adequada às circunstâncias familiares. Assim, mesmo diante da im-

possibilidade ou insuficiência dos pais, a obrigação dos avós dependerá da existência de condições econômicas que permitam sua participação no sustento do neto.

Também deve ser considerada a possibilidade de participação de outros ascendentes na obrigação alimentar. O artigo 1.698 do Código Civil estabelece que, caso o parente que deve alimentos em primeiro lugar não esteja em condições de suportar integralmente o encargo, serão chamados a concorrer os parentes de grau imediato. Dessa forma, quando houver mais de um ascendente em condições de contribuir, a responsabilidade deverá observar as possibilidades de cada obrigado, evitando que o encargo seja atribuído integralmente a apenas um deles.

Portanto, a responsabilização alimentar dos avós depende da conjugação de diferentes elementos: a necessidade do neto, a impossibilidade ou insuficiência dos pais e a possibilidade econômica dos avós, observando-se ainda a proporcionalidade na fixação da prestação. Esses requisitos demonstram que a obrigação alimentar avoenga constitui medida de proteção fundada na solidariedade familiar, mas não representa uma transferência automática do dever parental para os ascendentes.

5.3 JURISPRUDÊNCIA SOBRE A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR AVOENGA

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que a obrigação alimentar dos avós possui natureza subsidiária e complementar, não sendo suficiente, para sua configuração, a simples existência do vínculo de parentesco entre avós e netos. É necessário demonstrar a impossibilidade ou insuficiência dos genitores para o cumprimento da obrigação alimentar, além da possibilidade econômica dos avós.

Esse entendimento encontra-se consolidado na Súmula 596 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual: "A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos

pais. ” O enunciado foi aprovado pela Segunda Seção do Tribunal em 8 de novembro de 2017 e possui como referências legislativas os artigos 1.696 e 1.698 do Código Civil.

Entre os precedentes que contribuíram para a consolidação desse entendimento, destaca-se o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1.010.387/SC:

> AGRAVO REGIMENTAL. ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO AVOENGA. RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR E SUBSIDIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO PELOS GENITORES. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. 1. A obrigação alimentar dos avós possui natureza complementar e subsidiária, somente se configurado quando demonstrada a impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais. 2. Agravo regimental desprovido (Brasil, 2008).

Na ocasião, discutiu-se a possibilidade de responsabilização da avó pelo pagamento de alimentos aos netos diante da incapacidade financeira dos genitores.

No julgamento, o Superior Tribunal de Justiça reafirmou que a responsabilidade dos avós é sucessiva e complementar à dos pais, sendo necessária a demonstração de que os genitores não possuem condições de prover, de forma satisfatória, as necessidades dos filhos. Reconhecida pelas instâncias ordinárias a incapacidade financeira dos pais, admitiu-se a participação da avó na prestação alimentar.

O referido julgamento demonstra que a obrigação alimentar avoenga não representa uma transferência automática da responsabilidade dos pais para os avós. Ao contrário, exige-se a comprovação da insuficiência dos genitores e, posteriormente, a análise das condições econômicas dos ascendentes chamados a contribuir. Dessa maneira, a responsabilidade dos avós surge como mecanismo complementar destinado a assegurar a satisfação das necessidades do neto.

Em sentido semelhante, o Recurso Especial nº 1.415.753/MS, também mencionado entre os precedentes que fundamentaram a Súmula 596,

reafirmou a necessidade de comprovação da impossibilidade de os genitores proverem os alimentos dos filhos. O STJ destacou que a obrigação alimentar dos avós somente pode ser reconhecida quando demonstrada a impossibilidade total ou parcial de cumprimento da obrigação pelos pais.

A jurisprudência evidencia, portanto, que a responsabilização dos avós deve ser analisada de forma excepcional e individualizada. Não basta a existência da necessidade alimentar do neto; é indispensável verificar a capacidade dos pais de cumprir a obrigação e, somente diante de sua insuficiência, analisar a possibilidade de contribuição dos avós.

Assim, os entendimentos firmados pelo Superior Tribunal de Justiça reforçam que a obrigação alimentar avoenga decorre da solidariedade familiar, mas deve respeitar sua natureza subsidiária e complementar. Busca-se, dessa forma, assegurar a proteção das necessidades da criança ou do adolescente sem afastar a responsabilidade primordial dos genitores pelo sustento dos filhos.

6 EFEITOS SUCESSÓRIOS DA RELAÇÃO AVOENGA

A relação avoenga também produz efeitos no âmbito do Direito das Sucessões, especialmente nas hipóteses em que avós e netos integram a mesma linha sucessória. O Código Civil estabelece regras específicas para a transmissão da herança, determinando a ordem de vocação hereditária e as situações em que os descendentes podem suceder diretamente ou por representação.

De acordo com o artigo 1.829 do Código Civil, a sucessão legítima defere-se, em primeiro lugar, aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, observadas as regras estabelecidas pela própria legislação. Nesse contexto, os netos, enquanto descendentes, podem participar da sucessão dos avós em determinadas circunstâncias.

Em regra, na sucessão dos avós, o descendente de grau mais próximo exclui o de grau mais remoto. Assim, estando vivo e apto a suceder o filho do autor da herança, o neto, em princípio, não será chamado direta-

mente à sucessão. Entretanto, existem situações em que o neto poderá suceder o avô ou a avó por direito de representação**.**

O direito de representação encontra fundamento nos artigos 1.851 e seguintes do Código Civil e ocorre quando a lei chama determinados parentes do herdeiro que faleceu anteriormente para sucedê-lo. Na linha descendente, portanto, o neto poderá representar seu pai ou sua mãe pré-morto na sucessão do avô ou da avó, recebendo a parcela que caberia ao ascendente que representa.

Dessa forma, a morte do filho antes do autor da herança não elimina a possibilidade de os netos participarem da sucessão. Ao contrário, o direito de representação permite que os descendentes ocupem a posição sucessória daquele que faleceu anteriormente, preservando, dentro das hipóteses previstas em lei, a transmissão patrimonial entre as gerações. O Superior Tribunal de Justiça reconhece essa aplicação do direito de representação na linha descendente.

É importante destacar, ainda, que a relação avoenga pode produzir efeitos sucessórios quando existe discussão sobre o próprio reconhecimento do vínculo de parentesco. O Superior Tribunal de Justiça já reconheceu que os netos possuem direito próprio de buscar judicialmente o reconhecimento da relação avoenga, inclusive quando o pai, posteriormente falecido, não havia buscado em vida o reconhecimento de sua filiação. Reconhecida a relação de parentesco, podem surgir consequências patrimoniais, inclusive de natureza sucessória, observadas as regras aplicáveis e os prazos previstos na legislação.

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ também distingue o direito ao reconhecimento da relação de parentesco dos efeitos patrimoniais decorrentes desse reconhecimento. Enquanto a pretensão relacionada ao estado de filiação possui natureza personalíssima, os efeitos patrimoniais, como aqueles relacionados à herança, estão sujeitos às regras próprias do direito sucessório e à prescrição.

Assim, a relação entre avós e netos apresenta relevância também no âmbito sucessório, podendo assegurar aos netos a participação na herança dos avós nas hipóteses previstas pelo ordenamento jurídico. O direito de representação constitui, nesse contexto, um dos principais mecanismos pelos quais o vínculo avoengo produz efeitos patrimoniais, especialmente quando o descendente que ocuparia a posição sucessória falece antes do autor da herança.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça também demonstra a relevância sucessória da relação avoenga. No julgamento do Recurso Especial nº 1.868.188/GO, a Terceira Turma analisou ação que envolvia o reconhecimento de relação avoenga cumulada com pedido de petição de herança. Na ocasião, o Tribunal distinguiu a pretensão de reconhecimento da relação avoenga, de natureza declaratória e personalíssima, do pedido de petição de herança, de natureza patrimonial, reconhecendo a possibilidade de prosseguimento deste último em determinadas circunstâncias (Brasil,2020). O julgamento evidencia que o reconhecimento do vínculo avoengo pode apresentar consequências patrimoniais relevantes, especialmente quando relacionado ao direito sucessório.

Dessa forma, verifica-se que a relação avoenga não produz efeitos apenas no âmbito da convivência familiar e da assistência entre avós e netos, podendo também repercutir no campo sucessório. O direito de representação e a possibilidade de discussão judicial da relação de parentesco demonstram que o vínculo entre avós e netos pode produzir consequências patrimoniais, observadas as regras estabelecidas pelo Direito das Sucessões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos jurídicos decorrentes da relação avoenga, com destaque para os direitos e deveres atribuídos aos avós no ordenamento jurídico brasileiro. A partir da análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência, verificou-se que a relação

entre avós e netos ultrapassa a dimensão exclusivamente afetiva, produzindo consequências jurídicas relevantes, especialmente nos campos da convivência familiar, da guarda, da obrigação alimentar e do Direito das Sucessões.

A evolução do conceito de família demonstrou que o ordenamento jurídico brasileiro passou a valorizar não apenas os vínculos biológicos e matrimoniais, mas também a dignidade da pessoa humana, a afetividade, a solidariedade e a convivência familiar. Nesse contexto, os avós integram a família extensa e podem desempenhar papel relevante na proteção, na formação e no desenvolvimento dos netos, especialmente quando envolvidos crianças e adolescentes.

No que se refere ao direito de convivência, verificou-se que a Lei nº 12.398/2011 representou importante avanço ao estabelecer expressamente, no artigo 1.589, parágrafo único, do Código Civil, a possibilidade de extensão do direito de visita aos avós, observados os interesses da criança ou do adolescente. A análise jurisprudencial demonstrou, entretanto, que esse direito não possui caráter absoluto, devendo sua regulamentação considerar as circunstâncias concretas de cada caso e, sobretudo, o melhor interesse da criança ou do adolescente.

Quanto à guarda dos netos pelos avós, constatou-se que o vínculo de parentesco, por si só, não determina sua concessão. A atribuição da guarda depende da análise das circunstâncias familiares e da verificação de que a medida atende às necessidades e ao desenvolvimento da criança ou do adolescente. Quando deferida, a guarda atribui aos avós responsabilidades relacionadas à assistência material, moral e educacional, sem implicar necessariamente a extinção ou a suspensão do poder familiar dos pais.

Em relação à obrigação alimentar, verificou-se que os avós podem ser chamados a contribuir para o sustento dos netos, desde que observados os pressupostos estabelecidos pelo ordenamento jurídico. A obrigação alimentar avoenga possui natureza subsidiária e complementar, somente

sendo exigível diante da impossibilidade total ou parcial de cumprimento da obrigação pelos pais. Sua fixação deve considerar as necessidades do alimentando e as possibilidades econômicas dos responsáveis, de modo a preservar tanto o direito à subsistência do neto quanto a capacidade de manutenção dos avós.

No âmbito do Direito das Sucessões, constatou-se que a relação avoenga também pode produzir efeitos patrimoniais. Os netos, enquanto descendentes, podem participar da sucessão dos avós nas hipóteses previstas em lei, especialmente por meio do direito de representação. Além disso, o reconhecimento judicial da relação de parentesco entre avós e netos pode apresentar repercussões sucessórias e patrimoniais, observadas as regras próprias do Direito das Sucessões.

A análise da jurisprudência demonstrou, de maneira geral, que os tribunais brasileiros procuram aplicar as normas relativas à relação avoenga de acordo com as particularidades de cada situação familiar. Embora o parentesco entre avós e netos seja juridicamente protegido, os direitos decorrentes desse vínculo não devem ser exercidos de forma absoluta, devendo ser considerados os direitos dos pais e, principalmente, a proteção integral e o melhor interesse da criança e do adolescente.

Dessa forma, conclui-se que a relação avoenga possui significativa relevância jurídica no ordenamento brasileiro. Os efeitos decorrentes desse vínculo abrangem não apenas a convivência familiar, mas também a possibilidade de guarda, a obrigação alimentar e consequências no âmbito sucessório. A proteção jurídica conferida aos avós e aos netos demonstra a preocupação do ordenamento em preservar os vínculos familiares e afetivos, sem afastar os deveres e responsabilidades atribuídos aos pais e aos demais integrantes da família.

Por fim, a pesquisa evidencia que a efetiva proteção da relação avoenga depende da aplicação das normas jurídicas de maneira individualizada, considerando-se as particularidades de cada núcleo familiar. Nesse sentido, a valorização da convivência entre avós e netos contribui para a

concretização do direito à convivência familiar e para a proteção integral da criança e do adolescente, reafirmando a importância da família como espaço de cuidado, solidariedade e desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da Republica, 1988. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.698, de 13 junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jun. 2008. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei 12.398, de 28 de março de 2011. Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 mar. 2011. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 596**. A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais. Segunda Seção, aprovada em 8 nov. 2017. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 20 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1.010.387/SC**. Relator: Ministro Sidnei Beneti. Terceira Turma, julgado em 16 dez. 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.573.635/RJ**. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma, julgado em 27 nov. 2018. Diário da Justiça Eletrônico, Brasilia, DF, 06 dez. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.239.977/RS**. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma, julgado em 17 out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.868.188/GO.** Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Terceira Turma, julgado em 04 ago. 2020. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 12 ago. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.271.941/SP**. Relator: Ministro Raul Araújo. Quarta Turma, julgado em 21 ago. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial n° 1.415.753/MS**. Relator: Ministro Moura Ribeiro. Terceira Turma, julgado em 24 nov. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n° 291.304/RS**. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma, julgado em 11 nov. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.474.091/MG**. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Terceira Turma, julgado em 8 mar. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n° 4032189-56.2019.8.24.0000.** Relatora: Des. Rosane Portella Wolff. Segunda Câmara de Direito Civil, julgado em 27 fev. 2020.

CARDOSO, Cláudia Alencar. **O papel dos avós na dinâmica familiar**: cuidados, limites e afetos. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

DIAS, Cristina Maria de Souza Brito; ALBUQUERQUE, Karlise Maranhão. **Avós que detêm a guarda judicial dos netos**: que lugar é esse?. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 10, n. 3, p. 121-140, dez. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 13. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

FERREIRA, Anna Luiza A. A supremacia do direito de visitação dos avós. **Revista IOB de Direito de Família**, São Paulo, v. 9, n. 47, p. 7-15, abr./maio 2008

MATTIA, Fábio Maria de. O direito de visita dos avós. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 106/107, p. 1005-1020, jan./dez. 2011.

Guarda compartilhada e violência doméstica: limites e desafios na proteção do melhor interesse da criança

Shared custody and domestic violence: limits and challenges in the protection of the child's best interest

Rebeca dos Santos Azevedo[1]
Alcides Marini Filho[2]

COMO CITAR
AZEVEDO, Rebeca dos Santos; MARINI FILHO, Alcides. Guarda compartilhada e violência doméstica: limites e desafios na proteção do melhor interesse da criança. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 469-489.

RESUMO

Introdução. O presente estudo aborda a aplicação da guarda compartilhada em casos de violência doméstica entre genitores, considerando o princípio do melhor interesse da criança e o direito à convivência familiar, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O tema ganha relevância diante das recentes alterações legislativas que impõem restrições à guarda compartilhada em situações de risco à criança. **Objetivo.** Nesse contexto, o estudo busca verificar a viabilidade da guarda compartilhada nos casos em que há histórico de violência doméstica, analisando a legislação pertinente, identificando os riscos e impactos psicológicos para a criança e investigando medidas protetivas e alternativas jurídicas que possibilitem a convivência familiar sem comprometer seu bem-estar. **Método.** A pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, utilizando-se doutrinas jurídicas, artigos científicos, decisões jurisprudenciais e legislações brasileiras atualizadas. **Resultados.** O estudo evidenciou que a guarda compartilhada apresenta benefí-

[1] Discente do 9º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduado em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande/MS). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo Instituto Elpídio Donizetti (Belo Horizonte/MG).

cios significativos para o desenvolvimento da criança, porém a sua aplicação em contextos de violência doméstica deve ser cuidadosamente avaliada. A adoção de medidas protetivas, a supervisão judicial e a flexibilização do tempo de convivência são essenciais para garantir a segurança e o equilíbrio emocional do menor. **Conclusão.** Assim, a investigação reforça que, embora a guarda compartilhada seja o modelo preferencial no ordenamento brasileiro, sua implementação em casos de violência doméstica depende de análise criteriosa, considerando o melhor interesse da criança e a proteção integral, equilibrando direitos constitucionais e segurança emocional do menor.

Palavras-chave: Guarda compartilhada. Crianças. Direito de família. Violência doméstica. Convivência parental.

ABSTRACT

Introduction. This study addresses the application of shared custody in cases of domestic violence between parents, considering the best interest of the child and the right to family life, both guaranteed by the 1988 Brazilian Federal Constitution and the Child and Adolescent Statute. The topic is particularly relevant in light of recent legislative changes that impose restrictions on shared custody in situations that may pose risks to the child.Objective. In this context, the study aims to examine the feasibility of shared custody in cases involving a history of domestic violence, analyzing relevant legislation, identifying the risks and psychological impacts on the child, and investigating protective measures and legal alternatives that allow family coexistence without compromising the child's well-being.Method. The research was conducted qualitatively, using bibliographic and documentary approaches, including legal doctrines, scientific articles, jurisprudential decisions, and updated Brazilian legislation. **Results.** The study highlighted that shared custody can offer significant benefits to child development; however, its application in contexts of domestic violence requires careful assessment. The implementation of protective measures, judicial supervision, and flexibility in parenting time are essential to ensure the child's safety and emotional stability. **Conclusion.** Therefore, the investigation reinforces that, although shared custody is the preferred model under Brazilian law, its application in cases of domestic violence must be carefully evaluated, balancing the child's best interests with the constitutional rights of both parents while ensuring the child's physical and emotional protection.

Keywords: Shared custody. Children. Family law. Domestic violence. Parental coexistence.

INTRODUÇÃO

A guarda compartilhada foi consolidada no ordenamento jurídico brasileiro como o modelo preferencial para a regulação da convivência entre pais e filhos após a dissolução da união conjugal, fundamentando-se no princípio do melhor interesse da criança e no direito à convivência familiar, ambos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Contudo, quando há histórico de violência doméstica, a aplicação desse modelo torna-se objeto de intenso debate jurídico e social, considerando a necessidade de resguardar a integridade física e emocional da criança diante de um possível ambiente de risco.

O presente estudo escrutina a aplicabilidade da guarda compartilhada nos casos em que há histórico de violência doméstica entre os genitores, considerando as recentes alterações legislativas que impõem restrições a essa modalidade de guarda quando identificados elementos que coloquem em risco o bem-estar da criança. Desse modo indaga-se: Nos casos de violência doméstica envolvendo genitores, é possível a existência de guarda compartilhada?

A primeira hipótese sustenta que, nos casos de comprovação da violência doméstica, a guarda unilateral deve ser priorizada, a fim de resguardar a integridade física e emocional da criança. Em outra perspectiva, há quem entenda que o histórico de violência doméstica entre os genitores não constitui, por si só, impedimento absoluto à guarda compartilhada.

Por fim, a terceira hipótese propõe análise casuística, ponderando a gravidade da violência e seus reflexos no desenvolvimento infantil. Nessa leitura, situações em que a guarda compartilhada configure instrumento de agressão psicológica ou manipulação devem afastar tal modalidade, priorizando-se arranjos que assegurem maior estabilidade e segurança à criança.

O objetivo geral do estudo é verificar a viabilidade da guarda compartilhada nos casos em que há histórico de violência doméstica entre os genitores, considerando a proteção integral da criança e os direitos constitucionais de convivência familiar. Neste intento, foram estabelecidos os objetivos específicos: analisar a legislação brasileira referente à guarda compartilhada e suas restrições em casos de violência doméstica; identificar os principais riscos e impactos psicológicos para a criança submetida ao convívio forçado com um genitor agressor e investigar medidas protetivas e alternativas jurídicas que possam viabilizar a convivência familiar sem comprometer o bem-estar da criança.

Justifica-se a relevância deste tema pela necessidade de investigar a viabilidade da guarda compartilhada em situações de violência doméstica, ponderando a coexistência de direitos constitucionalmente protegidos: de um lado, o dever do Estado de assegurar a dignidade e o desenvolvimento saudável do menor; de outro, o direito da criança ao convívio com ambos os genitores, desde que tal convivência não represente prejuízo ao seu bem-estar.

1 O INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A legislação que institui a guarda compartilhada tem como propósito assegurar a participação equilibrada de ambos os genitores no exercício da parentalidade após a dissolução da união conjugal. A intenção é promover uma repartição mais justa dos papéis parentais, ainda que a ruptura da relação e a consequente carga conflituosa inerente ao divórcio possam dificultar a prática dessa corresponsabilidade (Weber; Machado; Pereira, 2021).

O aumento expressivo nas taxas de separações transformou significativamente a configuração familiar contemporânea. No Brasil, a partir de 2010, verifica-se o fenômeno denominado “virada da família”, que simboliza a diminuição da prevalência do modelo nuclear tradicional, estrutura-

do em casal com filhos, ao passo que outros arranjos familiares passaram a compor a maioria dos lares brasileiros (IBGE, 2012).

Dessa forma, é notório o número crescente de crianças que vivem em contextos familiares marcados pela ausência de coabitação entre pai e mãe. A dissolução conjugal, contudo, não se reduz a um simples rompimento de vínculo afetivo, mas acarreta transformações complexas que exigem reorganizações internas e a construção de novos padrões de convivência, sobretudo na relação entre pais e filhos (Weber; Machado; Pereira, 2021).

Nesse sentido, a separação não pode ser compreendida como um ato banal, pois representa um evento gerador de tensões, capaz de demandar ajustes na dinâmica familiar e redefinições dos papéis desempenhados. As mudanças envolvem, frequentemente, deslocamentos geográficos, alterações escolares ou mesmo adaptações em novas residências (Greene *et al*., 2016).

A instituição familiar constitui o alicerce fundamental da vida social e representa o espaço mais propício para o desenvolvimento e a formação integral da criança. A dissolução conjugal, contudo, pode acarretar efeitos prejudiciais à infância, especialmente no que se refere ao equilíbrio emocional e ao rendimento escolar, refletindo, por vezes, até mesmo na vida adulta (Palhares; Santos. Melo, 2021).

Ainda que a conjugalidade se encerre, a parentalidade permanece como função essencial a ser mantida e compartilhada, de modo a garantir a proteção integral da criança. Entretanto, quando os desentendimentos do ex-casal se sobrepõem ao cuidado dos filhos, surge o risco de que as funções parentais sejam confundidas com os conflitos conjugais (Weber; Machado; Pereira, 2021).

Tal sobreposição compromete a prática da corresponsabilidade, enfraquecendo a proteção e a atenção que deveriam ser priorizadas no processo de desenvolvimento infantil. A manutenção do convívio equilibrado com ambos os genitores por meio da guarda compartilhada tem se mos-

trado, em estudos empíricos, favorável à saúde física e psicológica dos filhos (Palhares; Santos; Melo, 2021).

Apesar disso, observa-se que a aplicação dessa modalidade ainda é minoritária, sendo determinada judicialmente em menos de um terço das separações. A qualidade da interação entre o ex-casal revela-se determinante para o exercício saudável da parentalidade, refletindo diretamente na estabilidade emocional e no sentimento de segurança dos filhos (Palhares; Santos; Melo, 2021; Christofari; Kemerich; Arpini, 2021).

1.1 A GUARDA COMPARTILHADA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A guarda compartilhada ingressou no sistema jurídico brasileiro por meio da Lei nº 11.698, de 2008, a qual estabeleceu que, inexistindo consenso entre mãe e pai acerca da guarda dos filhos, deveria prevalecer, sempre que viável, a modalidade compartilhada. Assim, previa-se sua aplicação tanto por acordo dos genitores quanto por decisão judicial, quando considerada adequada (Ghilardi; Silva, 2024).

Contudo, a norma suscitou intensos debates e encontrou resistências práticas no âmbito do Judiciário, que em muitas situações deixou de concretizá-la. Esse cenário levou à promulgação da Lei nº 13.058, de 2014, que passou a definir a guarda compartilhada como regra, mesmo diante da discordância dos pais, desde que ambos estejam aptos ao exercício do poder familiar, ressalvada a hipótese de um dos genitores expressamente renunciar à responsabilidade perante o magistrado (Ghilardi; Silva, 2024).

A guarda compartilhada, consolidada como modelo preferencial na legislação brasileira tem como finalidade assegurar a corresponsabilidade dos genitores no exercício do poder familiar, mesmo após a dissolução do vínculo conjugal (Carvalho; Lima, 2023).

A referida modalidade encontra respaldo no artigo 1.583 do Código Civil, que estabelece sua aplicação sempre que possível, em conformidade com os princípios constitucionais do melhor interesse da criança e da proteção integral, previstos no artigo 227 da Constituição Federal de

1988, e reiterados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/1990.

> Existem apenas duas hipóteses de não requerer a aplicação da lei, uma quando um dos progenitores declara que não tem interesse na tutela do menor, e a outra acontece quando o magistrado decida de acordo com as circunstâncias específicas. Notavelmente, a necessidade de maior cautela nunca foi explicitamente declarada ao analisar a concessão da guarda compartilhada na presença de potencial violência doméstica (Carvalho; Lima, 2023, p. 1).

Entretanto, a aplicação da modalidade em contextos de violência doméstica revela-se uma questão juridicamente sensível e socialmente complexa, sobretudo quando se ponderam os direitos da criança à convivência familiar e à proteção contra qualquer forma de violência, negligência ou opressão (Carvalho; Lima, 2023).

O ECA, em seu artigo 5º, afirma categoricamente que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

Esse preceito encontra eco no artigo 227 da Constituição Federal, que impõe à família, à sociedade e ao Estado a obrigação de assegurar, com prioridade absoluta, todos os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, o que inclui sua integridade física, psíquica e moral (Brasil, 1988).

O ordenamento jurídico brasileiro prevê que a guarda compartilhada pode ser estabelecida judicialmente, ainda que não haja consenso entre os genitores, desde que essa medida assegure os interesses da criança. Contudo, a literatura aponta que conflitos intensos, rivalidades e a ausência de diálogo entre os pais constituem obstáculos à efetividade dessa modalidade (Christofari; Kemerich; Arpini, 2021).

A promulgação da Lei nº 11.698, de 2008, que inseriu a guarda compartilhada no ordenamento jurídico brasileiro, foi inicialmente interpretada como um modelo que exigiria, além da corresponsabilidade parental, a alternância de residências (Brasil, 2008)

Doutrinadoras como Maria Berenice Dias (2020) compreendiam que a guarda compartilhada significava a existência de dois lares, permitindo que a criança transitasse livremente entre a casa da mãe e a do pai, usufruindo de mais de um domicílio de referência.

Naquele período, também a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça refletia esse entendimento, como se extrai da decisão do referido Tribunal no Recurso Especial nº 1.251.000/MG, tratando sobre consenso de guarda compartilhada (Brasil, STJ, 2011).

Em decisão relatada pela Ministra Nancy Andrighi, destacou-se que a custódia física conjunta representava o ideal da guarda compartilhada, pois rompia com a monoparentalidade típica da guarda unilateral e assegurava a manutenção de duas fontes parentais no exercício do poder familiar. Ainda nesse julgado, enfatizou-se que a guarda compartilhada deveria ser tratada como regra, tendo a custódia conjunta como sua expressão prática sempre que possível (Brasil, STJ, 2011).

Essa concepção, entretanto, foi alvo de severas críticas, especialmente porque na prática poderia gerar prejuízos às crianças em razão das constantes mudanças de residência. Expressões como "filho mochilinha" e "filho canguru" surgiram para ilustrar os impactos negativos do modelo, que acabava sendo confundido com a guarda alternada, instituto que não encontra previsão no direito brasileiro (Ghilardi; Silva, 2024).

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.058, de 2014, houve modificação substancial no artigo 1.583, § 2º, do Código Civil, passando-se a dispor que a guarda compartilhada implica divisão equilibrada do tempo de convivência com mãe e pai, em conformidade com as condições fáticas e os interesses da criança ou adolescente (Brasil, 2014).

Embora essa redação tenha inicialmente intensificado as críticas e divergências doutrinárias, consolidou-se gradualmente o entendimento de que o convívio equilibrado com ambos os genitores é benéfico, mas que tal previsão não exige alternância rígida de domicílios nem a igualdade aritmética de períodos. O que deve prevalecer, em última instância, é a ponderação orientada pelo princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (Ghilardi; Silva, 2024).

2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO FATOR DETERMINANTE NAS RELAÇÕES PARENTAIS

A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, marco legal no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, ampliou a compreensão das diversas formas de violência, inclusive a psicológica, muitas vezes invisível aos olhos da sociedade e das instituições e trouxe à tona a necessidade de proteção dos filhos que, direta ou indiretamente, convivem com situações de abuso no ambiente familiar (Brasil, 2006).

> A proteção da criança e do adolescente requer um esforço multidisciplinar no contexto da violência doméstica. Pode-se afirmar que o Código Civil de 2002, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como a Lei Maria da Penha, ainda que de forma indireta, refletem essa preocupação. Temas como alienação parental, violência doméstica ganham voz para reiterar o legítimo interesse na preservação do bem estar do menor (Jacinto: Feitosa; Chaves 2024, p. 4).

Estudos apontam que crianças expostas à violência doméstica, ainda que não sejam as vítimas diretas das agressões, sofrem impactos profundos em seu desenvolvimento emocional, podendo apresentar sintomas como ansiedade, depressão, retraimento, distúrbios comportamentais e dificuldades de aprendizagem (Gonçalves; Brandão, 2018).

Nesse cenário, a promulgação da Lei nº 14.713/2023 introduziu significativas inovações ao tratamento jurídico da guarda nos casos de violência doméstica. A alteração impõe ao magistrado, no início da demanda, o dever de indagar às partes e ao Ministério Público sobre a existência de

situações de violência doméstica que envolvam os genitores, fixando prazo para manifestação, de forma a garantir que decisões sobre a guarda não perpetuem ambientes de risco (Brasil, 2023).

O novo texto legal estabelece, ainda, que o juiz não concederá a guarda compartilhada se um dos genitores declarar, sob as penas da lei, que não deseja o compartilhamento por haver elementos que indiquem a ocorrência de violência doméstica ou familiar, salvo quando houver elementos que demonstrem ser essa a melhor solução para o interesse do menor (Silva 2024).

Para Silva (2024), trata-se de uma inflexão importante no tratamento jurídico da guarda, que anteriormente era orientado por uma presunção favorável à modalidade compartilhada, mesmo em situações de conflito parental. Com a nova legislação, o paradigma é invertido: a guarda compartilhada passa a ser vedada quando identificados elementos que coloquem em risco o bem-estar da criança.

A medida legislativa, nesse aspecto, aproxima-se da lógica protetiva do sistema de garantias da infância e da adolescência, reafirmando o princípio do *in dubio pro infante*, que determina a prevalência do interesse da criança em caso de incerteza ou conflito de normas. A doutrina brasileira tem se debruçado sobre essa nova configuração jurídica (Silva, 2024).

Para Dias (2020), a guarda compartilhada deve ser compreendida não como um direito absoluto dos pais, mas como um dever que somente pode ser exercido quando não houver prejuízo à criança. A autora enfatiza que a violência doméstica, mesmo quando dirigida ao outro genitor, contamina a ambiência familiar e repercute diretamente na formação subjetiva da criança, o que exige prudência na definição das modalidades de guarda.

Sob a ótica jurisprudencial, verifica-se um crescente alinhamento dos tribunais pátrios à lógica da proteção integral. Decisões recentes têm negado a aplicação da guarda compartilhada em situações de violência doméstica, reconhecendo que a convivência forçada com o genitor agres-

sor pode caracterizar nova forma de vitimização da criança (Jacinto; Feitosa; Chaves, 2024).

Por outro lado, há corrente minoritária que sustenta a possibilidade de guarda compartilhada mesmo em situações de conflito conjugal, desde que não haja risco direto à criança e argumenta que a distinção entre a relação conjugal e a relação parental deve ser preservada, e que a exclusão de um dos genitores da guarda pode fomentar a alienação parental (Jacinto; Feitosa; Chaves, 2024).

No entanto, essa interpretação tem sido cada vez mais afetada pelas evidências empíricas e por decisões judiciais que priorizam o ambiente saudável e seguro para o pleno desenvolvimento da criança.

> [...] estabeleceu-se como regra a guarda compartilhada. Contudo, existem situações em que esta não é possível, dado o risco de violência doméstica, algo que foi disciplinado muito recentemente pela Lei nº 14.713/2023. Fato relevante tanto para o operador do Direito como para a sociedade como um todo. Afinal, se a alienação parental pode impactar negativamente o bem-estar das crianças e adolescentes e a guarda compartilhada busca promover a participação equitativa dos genitores na vida dos filhos; a implementação inadequada desse tipo de guarda, em especial em situações de violência doméstica, pode, por sua vez, colocar os menores em situação de risco, assim como as mulheres (Menezes; Sousa, 2024, p. 2).

Dias (2020) destaca, nesse sentido, que o fenômeno da alienação parental não pode ser utilizado como argumento genérico para justificar a guarda compartilhada em qualquer contexto. O uso estratégico da acusação de alienação parental por agressores denunciados tem sido denunciado por estudiosos como um mecanismo de reverter processos de responsabilização.

2.1 DISCURSOS E SILENCIAMENTOS

Conforme estudos de Diniz (2019), há casos em que o discurso jurídico da alienação parental acaba por silenciar a voz das vítimas e fragilizar os instrumentos de proteção. Dessa forma, a abordagem casuística

torna-se imprescindível na análise da viabilidade da guarda compartilhada em contextos de violência doméstica.

É necessário avaliar o impacto psicológico da violência na criança, a persistência dos comportamentos agressivos, a existência de medidas protetivas em vigor, bem como a disposição e capacidade de ambos os genitores de manterem uma convivência respeitosa e colaborativa (Diniz, 2019).

A análise interdisciplinar, com apoio de laudos psicológicos, relatórios sociais e escuta especializada, revela-se fundamental para decisões mais justas e alinhadas ao princípio do melhor interesse do menor (Dias, 2020).

Conclui-se, assim, que a guarda compartilhada, ainda que prevista como regra no ordenamento jurídico brasileiro, não pode ser aplicada de forma automática em todos os casos, sobretudo naqueles em que há histórico de violência doméstica. A prevalência dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a necessidade de ambientes familiares seguros e o dever de prevenção à revitimização devem guiar a interpretação jurídica (Diniz, 2019).

A guarda compartilhada, embora concebida como instrumento de promoção da convivência equilibrada entre pais e filhos após a dissolução conjugal, apresenta severas limitações quando se insere no contexto de violência doméstica. O debate acadêmico recente evidência que a aplicação indiscriminada desse modelo pode, em tais circunstâncias, comprometer a integridade física e emocional da criança e do genitor vítima, desvirtuando a finalidade protetiva do instituto.

Conforme expõem Carvalho e Lima (2023), a guarda compartilhada deve ser interpretada à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção integral da criança, de modo que não se pode admitir sua imposição em situações marcadas por agressões, ameaças ou abusos. Os autores destacam que a Lei nº 13.058/2014, ao priorizar o modelo compartilhado, não elimina a necessidade de avaliar o contexto

familiar concreto, sobretudo quando há histórico de violência. Nesse cenário, a guarda compartilhada deixa de representar um avanço para se tornar um risco, ao impor convivência forçada entre agressor e vítima, o que perpetua o ciclo de dominação e vulnerabilidade.

Sob perspectiva convergente, Jacinto, Feitosa e Chaves (2024) analisam decisões dos tribunais brasileiros e observam que a jurisprudência tem oscilado entre a proteção da vítima e a manutenção do convívio parental. Tal ambiguidade decorre, segundo os autores, da tensão entre o direito à convivência familiar e o dever estatal de resguardar os direitos fundamentais das pessoas em situação de violência.

Para eles, a efetividade da guarda compartilhada depende da inexistência de conflitos graves, sendo inaplicável quando há violência doméstica comprovada, uma vez que o ambiente familiar se torna nocivo ao desenvolvimento psicológico do menor (Jacinto; Feitosa; Chaves, 2024)

Carvalho e Lima (2023) defendem que o juiz deve adotar medidas protetivas que assegurem o distanciamento entre as partes e privilegiem a guarda unilateral à vítima, priorizando o bem-estar da criança. De modo semelhante, Jacinto, Feitosa e Chaves (2024) sugerem soluções jurídicas alternativas, como a ampliação das medidas protetivas e o acompanhamento psicossocial das famílias, para equilibrar a preservação dos laços parentais com a segurança da vítima.

Percebe-se, assim, que a literatura converge na compreensão de que a guarda compartilhada, embora instrumento de corresponsabilidade parental, deve ceder diante da violência doméstica, sob pena de transformar o ideal de igualdade entre os genitores em instrumento de revitimização e desproteção da criança.

Tudo isso confere a necessária efetividade aos princípios constitucionais da dignidade humana e da proteção integral. A construção de parâmetros jurídicos sensíveis à realidade da violência doméstica é um imperativo ético e uma exigência do Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988).

No âmbito do direito de família, situações concretas frequentemente colocam em tensão princípios fundamentais, como o poder familiar e a proteção da criança contra abusos. Assim, a adequada resolução desses conflitos exige não apenas domínio jurídico, mas também diálogo com saberes multidisciplinares, incluindo sociologia, demografia e saúde mental, de modo a compreender a complexidade das relações familiares (Palhares; Santos; Melo, 2021).

3 RISCOS E IMPACTOS PSICOLÓGICOS PARA A CRIANÇA ANTE AO CONVÍVIO FORÇADO

Estudos recentes demonstram que o convívio forçado de crianças com um genitor agressor ou em ambiente familiar permeado por violência doméstica produz efeitos psicológicos devastadores, afetando profundamente o desenvolvimento emocional e social da criança (Silva, 2024; Tagliari da Silva; Cury, 2024)

A literatura jurídica e psicossocial converge em reconhecer que o direito à convivência familiar deve ceder diante da necessidade de preservar a integridade mental e física da criança, conforme o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (Pandolfi; Silva, 2024).

Segundo Silva (2024), a promulgação da Lei nº 14.713/2023 representa um avanço na proteção da infância, ao estabelecer a violência doméstica como causa impeditiva da guarda compartilhada. A autora salienta que o contato contínuo com o agressor, ainda que sob a justificativa da corresponsabilidade parental, perpetua um ciclo de medo e insegurança que compromete o desenvolvimento cognitivo e afetivo do menor.

Verifica-se que a convivência forçada transforma o espaço doméstico, que deveria ser de proteção, em cenário de revitimização e trauma, com reflexos duradouros na vida adulta, como ansiedade, depressão e dificuldades de vinculação afetiva.

Tagliari da Silva e Cury (2024) complementam essa perspectiva ao destacar que o convívio imposto em contextos violentos, além de gerar

danos diretos, pode desencadear processos de alienação parental e síndrome da alienação parental, fenômenos que deformam a percepção da criança sobre os vínculos familiares.

A manipulação emocional e o medo da figura agressora criam um ambiente de confusão psíquica, no qual o menor passa a associar o amor à violência, internalizando padrões relacionais abusivos. Esses autores alertam que a guarda compartilhada, quando aplicada sem avaliação psicológica prévia, tende a intensificar a vulnerabilidade emocional da criança e comprometer seu senso de segurança básica (Tagliari da Silva; Cury, 2024)

Nessa senda Pandolfi e Silva (2024) sublinham a necessidade de conciliar a aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha com as decisões sobre guarda e convivência. Para os autores, a imposição de convivência com o agressor, ainda que mediada judicialmente, constitui violação aos direitos fundamentais da criança.

O afastamento do genitor violento é visto não como uma punição, mas como forma de prevenir a reprodução do trauma. O estudo reforça que o princípio do melhor interesse da criança, consagrado no artigo 227 da Constituição Federal, deve orientar a atuação judicial, priorizando a proteção emocional e psicológica sobre qualquer tentativa de manutenção artificial dos laços parentais (Pandolfi; Silva, 2024).

Com base nisto, é possível aduzir que o convívio forçado em situações de violência doméstica configura um grave fator de risco psicológico. As sequelas emocionais identificadas pelos autores incluem regressão comportamental, transtornos de ansiedade, déficit de atenção e dificuldade de construção de vínculos futuros.

Esses efeitos são agravados quando o sistema de justiça ignora as dinâmicas abusivas e insiste em modelos de guarda compartilhada padronizados, sem considerar o contexto específico de cada família (Silva, 2024).

A literatura especializada também destaca o papel dos profissionais interdisciplinares, psicólogos, assistentes sociais e juristas, na escuta qualificada da criança e na formulação de decisões que contemplem sua subjetividade (Tagliari da Silva; Cury, 2024).

A ausência desse tratamento empático transforma o processo judicial em um novo espaço de violência institucional. Logo, a efetividade da legislação protetiva depende da articulação entre o direito e as ciências humanas, em especial a psicologia do desenvolvimento. Sendo assim, os riscos e impactos psicológicos do convívio forçado ultrapassam a esfera doméstica, configurando uma questão de saúde pública e de direitos humanos (Tagliari da Silva; Cury, 2024).

As pesquisas evidenciam que a convivência segura é aquela que preserva a integridade emocional da criança, mesmo que isso implique restringir o contato com um dos genitores. A proteção integral, como princípio jurídico e ético, deve prevalecer sobre a formalidade dos laços parentais, assegurando à criança o direito fundamental de crescer em um ambiente livre de medo e violência.

3.1 MEDIDAS PROTETIVAS E ALTERNATIVAS JURÍDICAS PARA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR SAUDÁVEL

As medidas protetivas e as alternativas jurídicas destinadas à promoção de uma convivência familiar saudável representam instrumentos fundamentais no enfrentamento da violência doméstica e na salvaguarda dos direitos da criança e do adolescente (Menezes; Hildebrand, 2025).

Conforme salientam Pandolfi e Silva (2024), tais mecanismos jurídicos visam restabelecer a segurança e o equilíbrio emocional dos membros da família, sobretudo quando há registros de agressão física, psicológica ou moral. O objetivo central é impedir a revitimização e garantir que o lar volte a constituir um espaço de acolhimento, e não de medo ou coerção.

A Lei Maria da Penha estabelece um arcabouço jurídico para a proteção da mulher e de seus filhos, possibilitando o afastamento imediato do agressor, a proibição de contato e a fixação de limites de aproximação, entre outras medidas urgentes (Brasil, 2006).

Pandolfi e Silva (2024) destacam que tais medidas não apenas protegem a integridade física da vítima, mas também evitam que o ambiente doméstico continue reproduzindo padrões de violência que impactam psicologicamente as crianças. A concessão célere dessas medidas pelo Judiciário é, portanto, uma forma de assegurar o princípio do melhor interesse da criança, previsto no artigo 227 da Constituição Federal, e de garantir condições mínimas para o desenvolvimento emocional saudável.

Os autores defendem ainda a adoção de alternativas jurídicas complementares que contribuam para a reconstrução das relações familiares de forma equilibrada. Entre essas alternativas, incluem-se o acompanhamento psicossocial dos envolvidos, a mediação familiar, quando não houver risco de violência, e o monitoramento judicial periódico para avaliar a evolução dos vínculos parentais. (Pandolfi; Silva, 2024).

Tais práticas possibilitam ao Estado intervir tanto de modo repressivo, como também pedagógico, favorecendo o restabelecimento da comunicação e do respeito mútuo. Dessa forma, Pandolfi e Silva (2024) sustentam que a convivência familiar saudável depende da conjugação de mecanismos de proteção e de orientação.

Segundo Menezes e Hildebrand (2025), as medidas protetivas atuam como barreiras à violência, enquanto as soluções jurídicas restaurativas oferecem caminhos de reintegração. Somente pela integração entre proteção legal, acompanhamento psicológico e sensibilidade judicial é possível garantir um ambiente seguro, digno e propício ao florescimento afetivo e moral da criança e de sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como tema central a aplicação da guarda compartilhada em casos de violência doméstica, analisada sob a ótica do princípio do melhor interesse da criança e do direito à convivência familiar. Buscou-se verificar a viabilidade da guarda compartilhada quando há histórico de violência entre os genitores, à luz da legislação brasileira, das consequências psicológicas para o menor e das possíveis medidas protetivas e alternativas jurídicas que assegurem um convívio saudável.

A investigação permitiu responder à pergunta norteadora, se é possível a guarda compartilhada em casos de violência doméstica, concluindo que tal modalidade não deve ser aplicada de forma automática ou generalizada, mas sim submetida a criteriosa análise judicial e interdisciplinar.

As hipóteses apresentadas foram parcialmente confirmadas: a primeira, que defende a adoção prioritária da guarda unilateral em casos de violência comprovada, mostrou-se a mais compatível com o princípio da proteção integral da criança.

Os resultados apontaram que o convívio forçado com um genitor agressor acarreta impactos psicológicos severos, como ansiedade, medo, regressões comportamentais e dificuldade de formação de vínculos. Assim, a guarda compartilhada, quando imposta sem a devida avaliação, pode perpetuar a violência de forma simbólica e emocional.

Em contrapartida, a aplicação de medidas protetivas, a supervisão judicial das visitas e o acompanhamento psicossocial surgem como instrumentos eficazes para preservar o direito à convivência, sem comprometer a segurança da criança. Conclui-se, portanto, que a efetividade da guarda compartilhada depende de um olhar sensível e técnico sobre as dinâmicas familiares.

Como contribuição teórica e prática, o estudo reforça a importância de decisões judiciais baseadas em laudos interdisciplinares e no diálogo entre direito e psicologia. Sugere-se, para pesquisas futuras, o aprofunda-

mento sobre os efeitos de longo prazo das decisões de guarda em contextos de violência doméstica e o aprimoramento dos mecanismos de proteção integral no âmbito das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera o Código Civil para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2014.

BRASIL**.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL**.** Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº 14.713, de 30 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 13.058/2014 para dispor sobre a vedação da guarda compartilhada nos casos em que há indícios de violência doméstica ou familiar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso Especial nº 1.251.000/MG.** Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Julgado em 23 ago. 2011. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 31 ago. 2011.

CARVALHO, C. A.; LIMA, T. L. Aplicabilidade da guarda compartilhada em casos de violência doméstica. *In*: **Fórum Rondoniense de Pesquisa**, Ji-Paraná, vol. 4, n. 9,

2023. Disponível em: https://jiparana.emnuvens.com.br/foruns/article/view/1017. Acesso em: 11 abr. 2025.

CHRISTOFARI, G. C.; KEMERICH, D. S. do C.; ARPINI, D. M. "Na prática, ela é muito complicada": Dilemas do Cotidiano sobre o Instituto da Guarda Compartilhada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 889-907, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4518/451872903004/451872903004.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias.** 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

DINIZ, A. C. A síndrome da alienação parental no Brasil: a origem, conceito e consequências. **Revista Vianna Sapiens**, v. 10, n. 2, p. 28, 2019. Disponível em: https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/592. Acesso em: 6 abr. 2025.

GHILARDI, D.; SILVA, L. T. Afeto e convívio ou decisões compartilhadas? O estado da arte da guarda compartilhada no Brasil. **Revista Internacional Consinter de Direito**, p. 877-892, 2024. Disponível em: https://consinter.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/507. Acesso em: 12 ago. 2025.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Ed.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.

GREENE, S. M. *et al.* Risco e resiliência após o divórcio. *In* F. WALSH, **Processos Normativos da Família**. Porto Alegre: Artmed, 2016. pp. 102-127.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Famílias e domicílios:** resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

JACINTO, S. G. dos S. M.; FEITOSA, F. W. S.; CHAVES, J. M. G. As decisões dos tribunais e possíveis soluções à guarda compartilhada em casos de violência doméstica. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/582. Acesso em 9 abr. 2025.

MENEZES, C. E. R.; SOUSA, D. S. de. Alienação parental, guarda compartilhada e violência doméstica: os novos contornos trazidos pela lei 14.713/2023. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 50, p. 1-13, 2024. Disponível em: https://

www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/32. Acesso e: 11 abr. 2025.

MENEZES, R. S. de; HILDEBRAND, C. Concessão de medida protetiva de urgência em situação de violência doméstica e a utilização da teoria ou da lei de alienação parental (12.318/10) como *backlash*: necessidade de processos estruturais para a garantia dos direitos das mulheres e crianças. *In*: **Anais do X Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**, v. 10, n. 1, 2025. Disponível em: https://trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/5415. Acesso em: 24 out. 2025.

PALHARES, D.; SANTOS, Í. A. dos; MELO, M. A. de A. P. de. Guarda compartilhada à luz da bioética e do biodireito. **Revista Bioética**, v. 29, n. 4, p. 743-755, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bioet/a/bR8dV3g43DffnW6W8jXZLpG/?lang=pt. Acesso em: 14 ago. 2025.

PANDOLFI, M. L. F.; SILVA, G. S. Medidas protetivas, guarda e convivência: desafios na convivência familiar no contexto da violência doméstica à luz do princípio do melhor interesse da criança. **Revista do Direito-FDCI,** v. 6, n. 2, p. 186-208, 2024. Disponível em: https://repositorio.fdci.edu.br/index.php/revistadodireito/article/view/330. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, A. I. S. F. Proteção familiar e guarda compartilhada: impactos da lei n° 14.713/2023 em casos de violência doméstica. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 17, n. 11, 2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6792 Acesso em: 11 abr. 2025.

TAGLIARI DA SILVA, S.; CURY, E. A guarda compartilhada como instrumento para coibir a violência doméstica e a alienação parental. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 6, p. 1–20, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4862. Acesso em; 25 out. 2025.

WEBER, A. S.; MACHADO, M. S.; PEREIRA, C. R. R. A experiência da coparentalidade na guarda compartilhada. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 41, p. e221957, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/nxSFH5djGgNccLPsJpCs6Zg. Acesso em: 29 jul. 2025.

Avanços e desafios na proteção às vítimas de violência doméstica no ordenamento jurídico brasileiro

Advances and challenges in the protection of victims of domestic violence under the Brazilian legal system

Maria Eduarda Lobão de Castro Pinho[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
PINHO, Maria Eduarda Lobão de Castro; FACUNDES, Williane Tibúrcio. Avanços e desafios na proteção às vítimas de violência doméstica no ordenamento jurídico brasileiro. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 490-522.

RESUMO

Este artigo analisa os avanços e os desafios relacionados à proteção das vítimas de violência doméstica no ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque na evolução constitucional, internacional, legislativa e jurisprudencial dos mecanismos de tutela. A violência doméstica constitui violação de direitos fundamentais e humanos, exigindo atuação estatal articulada para assegurar dignidade, liberdade, segurança e integridade das mulheres. Examina-se a influência da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção de Belém do Pará na consolidação do dever estatal de proteção. Aborda-se a Lei Maria da Penha e o desenvolvimento de um microssistema jurídico de tutela, destacando-se as medidas protetivas de urgência, sua autonomia, duração, fiscalização e os entendimentos firmados pelo Superior Tribunal de Justiça. Também são analisados aperfeiçoamentos legislativos posteriores relacionados à proteção digital, responsabilização financeira do

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

agressor, atendimento às vítimas de violência sexual, dignidade nos atos processuais e prevenção da violência doméstica nas relações familiares. Identificam-se obstáculos à efetividade da proteção, como subnotificação, dependência econômica, insuficiência estrutural, revitimização institucional, violência digital e deficiência na integração entre o sistema penal e as políticas públicas. Sustenta-se a necessidade de fortalecer a rede interinstitucional, ampliar o uso de tecnologias de monitoramento e denúncia e promover formação continuada dos operadores do Direito, de modo a transformar a proteção formal prevista em lei em segurança concreta e atendimento humanizado às vítimas. A pesquisa evidencia que a efetividade depende da articulação entre prevenção, responsabilização, assistência e autonomia econômica, superando respostas repressivas.

Palavras-chave: Violência doméstica. Proteção jurídica. Medidas protetivas. Lei Maria da Penha. Direitos fundamentais.

ABSTRACT

This article analyzes the advances and challenges related to the protection of victims of domestic violence within the Brazilian legal system, focusing on the constitutional, international, legislative, and jurisprudential development of protective mechanisms. It starts from the understanding that domestic violence constitutes a violation of fundamental and human rights, requiring coordinated state action to ensure women's dignity, freedom, security, and physical and psychological integrity. The influence of the 1988 Federal Constitution, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, and the Belém do Pará Convention on the consolidation of the state's duty to protect is examined. The article then addresses the Maria da Penha Law and the development of a legal microsystem for protection, emphasizing emergency protective measures, their autonomy, duration, enforcement, and the understandings established by the Superior Court of Justice. Subsequent legislative improvements concerning digital protection, financial liability of aggressors, assistance to victims of sexual violence, dignity in procedural acts, and prevention of domestic violence in family relationships are also analyzed. The study further identifies obstacles to effective protection, including underreporting, economic dependence, structural insufficiency, institutional revictimization, digital violence, and weak integration between the criminal justice system and public policies. Finally, it argues for strengthening the interinstitutional protection network, expanding technologies for monitoring and reporting, and providing continuous training for legal professionals, so that formal legal protection becomes concrete security and humane

assistance for victims. The research demonstrates that effectiveness depends on coordinating prevention, accountability, assistance, and economic autonomy, overcoming exclusively punitive responses.

Keywords: Domestic violence. Legal protection. Protective measures. Maria da Penha Law. Fundamental rights.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher constitui um dos mais relevantes problemas sociais e jurídicos contemporâneos, por atingir diretamente direitos fundamentais como a vida, a dignidade, a liberdade, a integridade física e psicológica e a segurança. Durante longo período, as agressões ocorridas no ambiente familiar foram compreendidas como questões de natureza privada, submetidas à esfera das relações domésticas e, muitas vezes, afastadas da intervenção efetiva do Estado. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou importante ruptura com essa concepção ao estabelecer a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro e reconhecer, no art. 5º, inciso I, a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres. Além disso, o art. 226, § 8º, atribuiu expressamente ao Estado o dever de criar mecanismos destinados a coibir a violência no âmbito das relações familiares.

A proteção jurídica brasileira também foi fortalecida pela incorporação de compromissos internacionais relacionados aos direitos das mulheres. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, contribuíram para consolidar a compreensão da violência de gênero como violação de direitos humanos e para ampliar a responsabilidade estatal em sua prevenção, repressão e erradicação.

Nesse processo de transformação, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, assumiu posição central. Sua criação representou resposta jurídica à histórica insuficiência das medidas destinadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar, estabelecendo mecanis-

mos específicos de proteção, assistência e responsabilização. A legislação estruturou um verdadeiro microssistema de tutela da mulher, contemplando medidas protetivas de urgência e mecanismos de natureza penal, cível e assistencial.

Entretanto, a existência de um conjunto normativo amplo não garante, por si só, a proteção efetiva das vítimas. A aplicação concreta das medidas protetivas depende da atuação articulada do Poder Judiciário, das forças de segurança, dos serviços de saúde, da assistência social e dos demais integrantes da rede de proteção. Problemas como subnotificação, dependência econômica, insuficiência de estruturas especializadas, morosidade, revitimização institucional, violência digital e deficiência na integração entre políticas públicas e sistema penal continuam dificultando a superação do ciclo de violência.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os avanços e os desafios relacionados à proteção das vítimas de violência doméstica no ordenamento jurídico brasileiro, considerando a evolução constitucional, internacional, legislativa e jurisprudencial do sistema de proteção. Busca-se, ainda, examinar a efetividade das medidas protetivas de urgência, os principais obstáculos encontrados em sua implementação e as perspectivas de aprimoramento da rede de enfrentamento.

A relevância da pesquisa decorre da necessidade de compreender a proteção jurídica não apenas como uma resposta formal à violência já praticada, mas como instrumento de prevenção, acolhimento, responsabilização e garantia de autonomia às vítimas. Assim, o estudo parte da premissa de que o enfrentamento da violência doméstica exige atuação estatal contínua e integrada, capaz de transformar os avanços legislativos em proteção concreta e efetiva.

1 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS DA PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS

A garantia de proteção às vítimas de violência doméstica tem como base a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos que foram ratificados pelo Brasil. Com a consolidação do princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade substancial entre homens e mulheres, o Estado começou a considerar a violência doméstica uma violação de direitos fundamentais, deixando de vê-la como um problema privado limitado ao contexto familiar.

Nesse cenário, a intervenção do Estado se tornou essencial para assegurar a proteção completa das mulheres vítimas de violência, por meio do estabelecimento de mecanismos legais, políticas públicas e ferramentas de responsabilização. Além da organização interna, os compromissos assumidos pelo Brasil em relação a organismos internacionais reforçaram a responsabilidade do Estado em prevenir, punir e eliminar todas as formas de violência de gênero.

1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Historicamente, a violência dentro de casa foi tratada como um assunto privado, sob uma cultura que desencorajava a intervenção do Estado em conflitos familiares. No entanto, a evolução do pensamento jurídico trouxe uma nova perspectiva: a violência doméstica não é apenas um desentendimento pessoal, mas uma grave e contínua violação de direitos humanos e fundamentais. A Constituição Federal de 1988 atua como a principal força dessa mudança. O art. 5º, inciso I, estabelece a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. Sobre a necessidade de proteção específica para garantir essa igualdade, Bianchini (2020) destaca que a igualdade prevista constitucionalmente não deve ser compreendida apenas em seu aspecto formal, exigindo do Estado medidas

destinadas a combater a discriminação e a violência historicamente sofridas pelas mulheres.

A doutrina de Maria Berenice Dias também ressalta a importância da proteção estatal diante da violência doméstica. Para Dias (2019), a violência praticada no ambiente familiar constitui grave violação aos direitos humanos e compromete diretamente a dignidade da pessoa humana, bem como direitos fundamentais relacionados à liberdade e à segurança da mulher.

1.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DEVER ESTATAL DE PROTEÇÃO

A Dignidade da Pessoa Humana, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (Art. 1º, III, CF/88), é o núcleo do sistema jurídico. No contexto da violência doméstica, esse princípio deixa de ser uma ideia abstrata e se torna uma obrigação para o Estado. Proteger a mulher que sofre violência não é apenas uma questão de assistência social, mas um cumprimento do dever constitucional de garantir o mínimo necessário à vida e à dignidade dos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 foi inovadora ao quebrar a ideia de que o Estado não deveria se envolver na vida familiar. O Artigo 226, § 8º, deixa claro que "o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência em suas relações." Isso estabelece o que a doutrina chama de "dever de proteção," que proíbe o uso da autonomia familiar como uma desculpa para atos ilícitos.

Assim, a responsabilidade do Estado de proteger vai além de apenas criar leis penais, é preciso estruturar uma rede de assistência que tire a vítima do ciclo da violência. A dignidade só é totalmente realizada quando o Estado cumpre seu papel de garantidor, evitando que a "paz doméstica" seja mantida à custa do sofrimento físico ou psicológico da mulher.

1.3 COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO BRASIL

A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 permitiram que o país se integrasse ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Ao ratificar vários tratados, o Brasil se comprometeu não apenas a respeitar, mas também a promover ativamente a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra a mulher. O primeiro grande marco é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979). Contudo, foi com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará (1994), que a violência doméstica foi detalhadamente classificada como uma violação dos direitos humanos na região.

Esses compromissos internacionais criaram um novo paradigma: a violência de gênero passou a ser entendida como uma questão de ordem pública e interesse internacional. O Brasil, ao assinar tais documentos, reconheceu que a soberania estatal não serve de pretexto para o descumprimento de garantias fundamentais.

Nesse sentido, a jurista Sílvia Pimentel, que teve papel ativo na ONU em relação aos direitos das mulheres, destaca a necessidade de que essas normas internacionais sejam aplicadas na prática cotidiana dos tribunais:

> A Convenção de Belém do Pará representa um importante marco no reconhecimento internacional do direito das mulheres a uma vida livre de violência, tanto no espaço público quanto no privado, reforçando a responsabilidade estatal no enfrentamento da violência de gênero (Pimentel, 2016).

Portanto, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil funcionam como uma "cláusula de abertura" que reforça o sistema de proteção interno. Eles fornecem a base de legitimidade para que o Estado intervenha nas relações familiares sempre que a integridade da mulher

estiver em risco, consolidando a ideia de que o direito à vida sem violência é um direito humano universal e inegociável.

1.4 CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO

No cenário internacional já existiam Convenções tratando do tema da discriminação da mulher.

Neste tópico, importante destacarmos dois diplomas internacionais: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo Decreto n. 4.377/2002, trata a questão da proteção à mulher de forma mais ampla, em todos os ambientes, não apenas no âmbito da violência doméstica, visando erradicar todas as formas de discriminação à mulher nos âmbitos doméstico, profissional, educacional, entre outros. Nos termos desta Convenção os Estados-Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem a:

a) consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas constituições nacionais ou em outra legislação apropriada o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados a realização prática desse princípio;

b) adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher;

c) estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher numa base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação;

d) abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação;

e) tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa;

f) adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher;

g) derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.

Por sua vez, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 1.973/1996, estabelece medidas destinadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher, incentivando os Estados a adotarem normas e políticas de proteção contra todas as formas de violência. A Convenção define como violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Nesse sentido, considera como formas de violência aquelas ocorridas no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, independentemente de o agressor compartilhar ou ter compartilhado a residência da vítima, incluindo, entre outras formas, o estupro, os maus-tratos e o abuso sexual; aquelas ocorridas na comunidade e cometidas por qualquer pessoa, abrangendo, entre outras formas, o estupro, o abuso sexual, a tortura, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada, o sequestro e o assédio sexual no local de trabalho, em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e, ainda, aquelas perpetradas ou toleradas pelo Estado ou por seus agentes, onde quer que ocorram.

2 EVOLUÇÃO NORMATIVA E CONSOLIDAÇÃO DO MICROSSISTEMA DE PROTEÇÃO

O progresso da legislação brasileira no combate à violência doméstica reflete uma mudança importante na maneira como o sistema jurídico passou a abordar a proteção da mulher. Por muitos anos, o sistema penal minimizou a violência doméstica, tratando-a de maneira incompatível com a gravidade das agressões sofridas pelas vítimas.

Com o progresso das discussões acerca dos direitos humanos e igualdade de gênero, o Estado brasileiro começou a criar normas específicas voltadas à proteção integral da mulher, resultando na promulgação da Lei Maria da Penha. Essa lei é vista como um dos principais marcos legislativos na proteção das vítimas de violência doméstica.

Ademais, várias mudanças legislativas subsequentes expandiram os mecanismos de proteção e fortaleceram a responsabilização do agressor, criando um verdadeiro microssistema jurídico focado na prevenção, repressão e assistência às vítimas.

2.1 MARCO LEGISLATIVO CENTRAL: LEI MARIA DA PENHA

A condenação do Brasil no Relatório nº 54/01 da OEA revelou a tolerância institucional à violência doméstica. Até aquele momento, esses conflitos eram tratados sob a Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais). Essa lei considerava a agressão contra a mulher como crime de menor potencial ofensivo, permitindo soluções conciliatórias que, em determinadas situações, não correspondiam à gravidade da violência praticada.

Nesse contexto, Dias (2019) destaca que a Lei Maria da Penha representou uma mudança significativa na atuação estatal, ao retirar os crimes de violência doméstica do âmbito dos Juizados Especiais e estabelecer mecanismos específicos de proteção à mulher. A legislação passou a adotar uma abordagem mais ampla, envolvendo aspectos penais, cíveis e

assistenciais e reconhecendo a vítima como sujeito de direitos que necessita de proteção imediata.

A estrutura da lei é inovadora ao criar um modelo de Proteção Multidisciplinar. Ao contrário do Código Penal comum, a Lei Maria da Penha se concentra em três áreas principais:

Eixo Penal: Define novas formas de violência e impede o uso de medidas despenalizadoras, como a transação penal e a suspensão condicional do processo nos crimes de violência doméstica (segundo a Súmula 536 do STJ).

Eixo Cível/Familiar: Permite que o juiz decida rapidamente sobre a guarda dos filhos, o direito a alimentos provisórios e a separação de corpos. Isso evita que a dependência econômica ou familiar mantenha a mulher presa ao ciclo de abusos.

Eixo Assistencial: Determina a criação de redes de apoio, abrigos e centros de referência. Reconhece que a solução jurídica sozinha não é suficiente sem um suporte psicossocial para a vítima.

Além disso, a Lei Maria da Penha inovou ao definir cinco formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Isso permitiu ao Estado intervir em agressões que não deixam marcas visíveis, mas que destroem a autonomia da mulher. Segundo Alice Bianchini (2020), a grande virtude da norma foi mudar o foco do "objeto-crime" para o "sujeito-vítima". Isso criou um ambiente processual acolhedor e centrado na eficácia da medida protetiva imediata, que deve ser considerada em até 48 horas pelo juiz.

Portanto, a lei de 2006 estabeleceu que a violência contra a mulher não é um problema privado, mas como uma grave violação de direitos fundamentais e direitos humanos, atingindo diretamente a dignidade, a liberdade, a integridade física e psicológica e a segurança da vítima.

2.2 APERFEIÇOAMENTOS LEGISLATIVOS POSTERIORES

A evolução do microssistema de proteção à mulher e à privacidade foi marcada pela promulgação de leis que abordam casos de grande repercussão social. O objetivo é fechar brechas de impunidade e garantir reparação integral.

A) Proteção Digital: Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012) A necessidade de proteger a intimidade na era digital levou à mudança do Código Penal para tipificar a invasão de dispositivos eletrônicos. O Art. 154-A pune a invasão por violação de segurança para obter ou destruir dados. Fica estabelecido que: "Aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidas (Brasil, 2012)".

B) Responsabilização Financeira do Agressor (Lei 13.871/2019) Essa norma introduziu uma dimensão de indenização fora do processo penal, obrigando o agressor a devolver os custos do Estado. De acordo com o § 4º da lei, quem causar dano à mulher deve ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS) os custos relacionados ao tratamento da vítima. O agressor também deve arcar com os custos dos dispositivos de segurança, como tornozeleiras, usados para monitoramento.

C) Assistência à Vítima de Violência Sexual: Lei do Minuto Seguinte (Lei 12.845/2013) Focada na saúde pública, essa lei garante atendimento imediato, integral e multidisciplinar. O Art. 1º obriga os hospitais a oferecer cuidados emergenciais para lidar com agravos físicos e psíquicos, incluindo profilaxia de doenças e suporte psicológico imediato após a agressão.

D) Dignidade nos Atos Processuais: Lei Mariana Ferrer (Lei 14.245/2021) Em resposta a abusos contra vítimas durante audiências, a lei mudou o Código de Processo Penal (Art. 400-A) e a Lei 9.099/95 para proteger a integridade da ofendida. Proíbe-se, sob pena de responsabiliza-

ção, o uso de linguagem ou material que ofenda a dignidade da vítima ou trate de questões não relacionadas aos fatos apurados.

E) Guarda e Violência Doméstica (Lei 14.713/2023) Essa legislação alterou o Código Civil para determinar que a guarda compartilhada não será aplicada quando houver "elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar" (Art. 1.584, § 2º). A norma prioriza o bem-estar da criança e exige que o juiz investigue riscos de violência antes de qualquer conciliação.

F) Dano Moral Presumido: Entendimento do STJ O Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, por meio de uma tese em recurso repetitivo, que: "Nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral [...] independentemente de instrução probatória (STJ, REsp 1.675.874/MS)".

Esse entendimento reconhece que a violação dos direitos da mulher gera um dano *in re ipsa* (presumido). Isso facilita o acesso à justiça e garante que a integridade moral e psicológica seja reparada sem a necessidade de uma prova exaustiva do sofrimento.

2.3 FORMAÇÃO DE UM MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA DA VÍTIMA

A Lei Maria da Penha estabeleceu o conceito de violência doméstica e familiar, inaugurando um microssistema de proteção às mulheres, e, reiterou que a vida e a integridade física das mulheres vitimadas é, nada menos, que uma questão de direitos humanos.

Dentre as conquistas, em matéria de direitos humanos, promovidas pela Lei 11.340/06, destacam-se a concessão das medidas protetivas de urgência, o acolhimento institucional das mulheres vítimas de violência, por meio da criação de uma rede de assistência que garante atendimento médico, manutenção do vínculo trabalhista, a implementação de atendimento policial especializado, entre tantos outros direitos.

Apesar dos inegáveis avanços trazidos pela norma, os números da violência doméstica continuaram a crescer, segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública. Razão pela qual o legislativo nacional, na busca por aprimorar a efetividade da norma e oferecer um melhor aparelhamento jurídico-protetivo às mulheres, preocupou-se em promover diversas alterações no texto original da norma ao longo dos anos, tendo em vista que a redação original da Lei Maria da Penha, nos moldes do que foi publicado no ano de 2006, não era suficiente para combater de maneira incisiva o problema de saúde pública que é a violência doméstica contra as mulheres.

A Lei 11.340 surgiu para tutelar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, após o esforço conjunto de entidades não governamentais, forças políticas nacionais e a influência da comunidade internacional, uma vez que o Estado brasileiro é signatário de diversos tratados que fitam a promoção dos direitos humanos, em especial, o das mulheres vítimas de violência.

3 EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS E APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL

Um dos instrumentos mais relevantes estabelecidos pela Lei Maria da Penha para garantir a integridade física, psicológica, moral e patrimonial das mulheres vítimas de violência doméstica são as Medidas Protetivas de Urgência. Sua principal função é interromper as agressões e assegurar proteção imediata à vítima em situação de risco.

No entanto, a eficácia dessas medidas depende não só da previsão legal, mas também da atuação eficaz do Poder Judiciário, das forças de segurança e da rede de assistência pública. Nesse contexto, a jurisprudência dos Tribunais Superiores desempenha um papel crucial na interpretação e implementação da Lei Maria da Penha, consolidando interpretações que visam fortalecer a proteção das mulheres.

3.1 NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS

A definição da natureza jurídica das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) é um dos temas mais debatidos na doutrina, dada a ausência de uma classificação expressa pelo legislador.

Nesse contexto, a discussão sobre a dependência dessas medidas em relação a um processo principal (cível ou penal) é considerada por muitos como um entrave à sua efetividade. Para Fausto Rodrigues de Lima (2011), tal debate é desnecessário, pois as medidas protetivas não são instrumentos para assegurar processos, mas sim para proteger pessoas. Nesse sentido, elas superam a lógica da instrumentalidade clássica.

Consolidando esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou o precedente de que as MPUs possuem natureza de cautelar cível satisfativa. No julgamento do REsp 1.419.421/GO, a Corte estabeleceu que:

> As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 [...] podem ser pleiteadas de forma autônoma [...], independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. [...] as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo (STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 2014).

Portanto, como salienta Maria Berenice Dias (2019), as MPUs assemelham-se a remédios constitucionais (writs), voltados diretamente à preservação de direitos fundamentais. Sua principal característica é a autonomia: elas não servem apenas para "guardar" um processo, mas para coibir a violência e garantir a dignidade da vítima de forma imediata e definitiva, enquanto persistir o risco.

3.2 CONCESSÃO, DURAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A Lei 11.340/06 estabelece, em seus artigos 22 a 24, um rol exemplificativo de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) voltadas à tutela

integral da mulher, estendendo-se, por via reflexa, aos seus familiares e testemunhas. O objetivo primordial dessas medidas transcende a mera punição, buscando assegurar o pleno exercício de direitos fundamentais como a vida, a dignidade, a segurança e a convivência familiar saudável.

A concessão das MPUs ocorre sempre que houver indícios de lesão ou ameaça às integridades física, moral, patrimonial, sexual ou psicológica da vítima ou de seus dependentes. Um ponto de extrema relevância jurídica é a autonomia da proteção: para o deferimento de uma medida protetiva, prescinde-se da tipicidade penal imediata.

Nos termos do Enunciado nº 37 do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), a concessão da medida protetiva de urgência não está condicionada à existência de fato que configure, em tese, ilícito penal (FONAVID, 2024).

Quanto à duração das medidas protetivas, o ordenamento jurídico brasileiro passou por uma evolução significativa para evitar a desproteção da mulher por decurso de prazo. Com o advento da Lei nº 14.550/2023, extinguiu-se qualquer discussão sobre a validade temporal pré-fixada das MPUs. Atualmente, a norma é clara: as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida e de seus dependentes.

Essa alteração legislativa reforça que a proteção não é um evento isolado, mas um estado de segurança que deve ser mantido pelo Judiciário. A revogação de uma medida só deve ocorrer após a constatação inequívoca de que o perigo cessou, garantindo-se à vítima o direito de ser ouvida antes de qualquer decisão que extinga a proteção.

No que tange à fiscalização, este é o pilar que define a eficácia real da Lei Maria da Penha. A mera existência da decisão judicial no papel não impede a reiteração delitiva se não houver um aparato estatal de controle. Para suprir essa lacuna, o sistema jurídico e administrativo consolidou três frentes de atuação:

A Patrulha Maria da Penha: Guarnições especializadas da Polícia Militar que realizam o acompanhamento preventivo das mulheres com medidas deferidas. Através de visitas periódicas e inesperadas, a Patrulha exerce um papel de dissuasão sobre o agressor e de acolhimento à vítima, servindo como os "olhos" do Judiciário no cotidiano dessas famílias.

Monitoramento Eletrônico: O uso de tornozeleiras eletrônicas em agressores e de dispositivos de alerta (Botão do Pânico) com a vítima permite o controle georreferenciado em tempo real. Caso o agressor rompa o perímetro de distância fixado pelo juiz, as autoridades são acionadas imediatamente, prevenindo o confronto físico.

Responsabilização Criminal (Art. 24-A): A tipificação do crime de descumprimento de medidas protetivas pela Lei nº 13.641/2018 conferiu maior rigor coercitivo. Diferente do crime de desobediência comum, o descumprimento no âmbito da Lei Maria da Penha impede o arbitramento de fiança pela autoridade policial, exigindo que o agressor seja submetido à audiência de custódia, onde o magistrado avaliará a necessidade de conversão da prisão em preventiva.

Assim, a fiscalização deixa de ser uma expectativa de conduta do agressor e passa a ser uma atividade proativa do Estado, essencial para que a medida protetiva não se torne uma previsão sem efetividade prática, mas um instrumento efetivo de salvaguarda da vida.

3.3 JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A interpretação conferida pelos Tribunais Superiores tem sido o principal motor de eficácia da Lei nº 11.340/2006, adaptando o texto legal às complexidades da realidade social. O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidaram entendimentos que impedem o retrocesso na proteção da mulher e garantem a especialidade do microssistema.

O STJ possui um entendimento rigoroso quanto à gravidade das agressões de gênero. Através da Súmula 589, o tribunal estabeleceu que é

inaplicável o princípio da insignificância (crime de bagatela) nos crimes e contravenções praticados contra a mulher no ambiente doméstico. O entendimento é de que qualquer agressão, por menor que seja o dano físico, atenta contra a dignidade da pessoa humana e a política pública de proteção à mulher, não podendo ser considerada irrelevante pelo Direito Penal.

Em uma decisão histórica para a reparação civil, o STJ fixou a tese de que, nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral presumido (*in re ipsa*).

> Para a fixação de valor mínimo indenizatório a título de danos morais, basta o pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, sendo desnecessária a instrução probatória específica sobre o sofrimento da vítima, uma vez que o dano é intrínseco à própria violação da dignidade (STJ, REsp 1.675.874/MS).

Outro precedente relevante é o REsp nº 2.009.402/GO, julgado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Na ocasião, a Corte analisou a natureza jurídica das medidas protetivas previstas no art. 22, incisos I, II e III, da Lei nº 11.340/2006, reconhecendo que tais providências possuem natureza de cautelares penais, por restringirem direitos do suposto agressor com o objetivo de prevenir novas práticas de violência e proteger a integridade da ofendida. O julgamento também contribuiu para diferenciar essas medidas das providências de natureza cível, evidenciando que a natureza jurídica das medidas protetivas deve ser analisada de acordo com seu conteúdo e finalidade.

Desse modo, o precedente reforça a importância da correta compreensão das MPUs para a definição do procedimento aplicável e para a efetividade da proteção conferida à mulher em situação de violência.

3.4 PROBLEMAS PRÁTICOS

A concessão da medida é um ato jurídico, mas sua execução depende da estrutura disponível para garantir seu cumprimento. Sem mecanis-

mos adequados de fiscalização, como o monitoramento eletrônico e o patrulhamento especializado, a medida protetiva pode apresentar eficácia limitada. Nesse sentido, Bianchini (2020) ressalta a importância da existência de mecanismos efetivos de fiscalização e acompanhamento das medidas protetivas, de modo que a proteção determinada judicialmente produza efeitos concretos na segurança da vítima.

Juridicamente, o crime de descumprimento previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/2006 depende da ciência do agressor acerca da medida imposta. Dessa forma, eventuais dificuldades na localização e na intimação podem comprometer a efetividade da proteção concedida. A atuação estatal deve, portanto, considerar a situação concreta de risco e assegurar que a medida protetiva não permaneça apenas como uma determinação formal, mas seja acompanhada de mecanismos capazes de garantir sua efetividade.

4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS

Embora tenham sido feitos progressos legislativos e institucionais nas últimas décadas, a proteção eficaz das vítimas de violência doméstica ainda se depara com uma série de desafios estruturais, sociais e culturais. A persistência da desigualdade de gênero, combinada com a insuficiência das políticas públicas e a fragilidade de certos serviços estatais, compromete a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher.

Ademais, o avanço tecnológico trouxe novas formas de agressão, principalmente no meio digital, o que exige do Direito respostas mais ágeis e condizentes com as mudanças sociais atuais. Além disso, há práticas de revitimização institucional, que afastam muitas mulheres do sistema de justiça.

4.1 SUBNOTIFICAÇÃO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Um dos principais desafios para a eficácia da lei é a subnotificação dos casos de violência doméstica. O medo, a dependência financeira e a

falta de confiança nas instituições fazem com que muitas mulheres deixem de denunciar seus agressores. Nesse contexto, Greco (2021) destaca que a subnotificação dificulta a compreensão da real dimensão da violência doméstica e prejudica a atuação das instituições responsáveis pelo enfrentamento do problema.

A morosidade do sistema judiciário brasileiro também constitui um fator que pode comprometer a efetividade das medidas protetivas e a responsabilização dos agressores. Nucci (2022) destaca a importância da estruturação adequada dos serviços destinados ao atendimento das vítimas, especialmente daqueles que dependem de atuação especializada e articulada. Da mesma forma, Pasinato (2015) aponta dificuldades na atuação das instituições responsáveis pelo enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente diante das limitações estruturais e da necessidade de maior articulação entre os serviços da rede de proteção. Frequentemente, essas dificuldades podem colocar a vítima em situação de vulnerabilidade mesmo após a formalização da denúncia.

A fragilidade estrutural do Estado também se configura como um obstáculo relevante. A insuficiência de delegacias especializadas, casas-abrigo e equipes multidisciplinares dificulta o atendimento adequado das vítimas e compromete a efetividade da rede de proteção.

A formação dos agentes públicos é outro ponto essencial para a eficácia da lei. A falta de capacitação de policiais, profissionais da saúde e operadores do Direito pode levar a atendimentos inadequados, revitimização e perda de confiança nas instituições.

No âmbito sociocultural, a manutenção de padrões patriarcais e machistas ainda representa um dos principais obstáculos. A sociedade brasileira ainda apresenta a naturalização da violência doméstica e a culpabilização da vítima. De acordo com Saffioti (2015, p. 95), "a violência de gênero é legitimada por valores culturais que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres, dificultando sua erradicação".

Outro ponto relevante refere-se à dependência financeira das vítimas, fator que frequentemente dificulta o rompimento do ciclo de violência. A ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas à promoção da independência econômica das mulheres pode limitar a efetividade das medidas protetivas, especialmente quando a vítima depende financeiramente do agressor para garantir sua própria subsistência e a de seus dependentes. Nesse contexto, a criação de mecanismos que favoreçam a autonomia financeira e a inserção das mulheres no mercado de trabalho mostra-se fundamental para que possam romper com relações abusivas e exercer, de forma efetiva, seus direitos e sua liberdade de escolha.

4.2 REVITIMIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A revitimização acontece quando a vítima opta por buscar ajuda fora do contexto familiar, uma vez que a fase de denunciar o agressor requer um sistema mais preparado, garantindo que a vítima se sinta acolhida e segura diante da situação delicada que está enfrentando. Às vezes, ao buscar ajuda, a pessoa se depara com frustrações, uma vez que o sistema é repleto de falhas e complicações, colocando a vítima em uma situação ainda mais vulnerável do que a anterior.

Parte-se do pressuposto de que a vitimização secundária é apenas uma nova ofensa sofrida pela vítima de crime. No entanto, nesse novo contexto de vitimização, o agressor que ocupa o polo passivo da ação é o Estado utilizando seu aparato técnico-jurídico. O processo penal e sua persecução frequentemente causam desconforto à vítima.

Essa modalidade de violência institucional, também conhecida como violência ou vitimização secundária, pode se apresentar de várias formas, desde o atendimento prestado à vítima pelos funcionários até a ausência de punição para os agressores. Naquela sala fria, ela começará a relatar todo o seu sofrimento, revivendo suas dores e traumas diante de uma pessoa desconhecida, muitas vezes incapaz de compreender, o que faz com que a vítima sofra ainda mais ao contar seu relato e não sentir a empatia do outro.

Após a ocorrência do evento vitimador (vitimização primária), a vítima ainda precisará interagir com diversas pessoas, como profissionais de saúde, incluindo enfermeiros, médicos, psicólogos e assistentes sociais, além de profissionais dos serviços judiciais e administrativos, como funcionários de órgãos burocráticos, policiais, advogados, promotores de justiça e juízes. Ainda pode ter que enfrentar o próprio agente agressor ou violador em procedimentos de identificação, depoimentos ou audiências (Trindade, 2007, p.158).

Quando uma mulher recorre ao judiciário para denunciar um caso de violência, ela precisa de todo o suporte necessário, e a situação deve ser tratada da melhor maneira possível para minimizar o desgaste emocional da vítima. Os ambientes designados devem possuir uma infraestrutura apropriada e recursos adequados para assegurar a proteção das denunciantes, além de contar com profissionais capacitados para manejar a situação de forma mais eficaz. Segundo Amanda Soares Gontijo de Loyola (2021, p.33), considerando-se o cenário atual, é importante questionar se os julgamentos e tratamentos inapropriados sofridos pelas vítimas são também fatores que ensejam a descrença no sistema judiciário, motivando, consequentemente, a retratação e, a longo prazo, a revitimização das mulheres que acessaram a justiça.

4.3 VIOLÊNCIA DIGITAL E NOVAS FORMAS DE AGRESSÃO

O avanço tecnológico, apesar de ser essencial para o progresso da comunicação e das relações sociais, criou um ambiente paralelo onde a violência contra a mulher encontrou um novo local de propagação. Ao se tornar uma ferramenta inseparável do dia a dia, a internet possibilitou que as agressões do mundo físico fossem transferidas para o ambiente virtual, colocando as mulheres em uma hierarquia de gênero que as transforma em alvos frequentes de crimes cibernéticos.

Entre as formas de violência praticadas no ambiente digital, destaca-se a divulgação não consentida de imagens ou vídeos de nudez ou de conteúdo sexual de caráter privado, também conhecida pela expressão in-

glesa revenge porn. A prática pode ocorrer como forma de violência psicológica e de controle, causando graves consequências à vítima, independentemente da existência de uma finalidade específica de vingança.

Ao contrário da agressão física, a violência no mundo da mídia tem efeitos difíceis de reverter, devido à rapidez com que as informações são compartilhadas, tornando-as incontroláveis socialmente. Além de sofrer danos à honra e à dignidade, a mulher é submetida ao julgamento de uma sociedade que, permeada por uma cultura machista, muitas vezes a responsabiliza pela exposição a que foi submetida, em vez de reprovar a atitude inadequada do agressor.

Nesse contexto, a legislação tem tentado acompanhar o desenvolvimento dessas práticas. A Lei n.º 13.641/2018, ao adicionar o Artigo 24-A à Lei Maria da Penha, tipificou o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, o que é fundamental para prevenir a perseguição digital. Além disso, a tipificação do feminicídio pela Lei n.º 13.104/2015 fortalece o enfrentamento de crimes motivados pelo desdém à condição feminina, que frequentemente utilizam instrumentos de violência psicológica, perseguição, controle e exposição da mulher, ampliando as formas pelas quais o agressor pode exercer violência no ambiente doméstico e familiar.

4.4 INTEGRAÇÃO DEFICIENTE ENTRE SISTEMA PENAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A efetividade da Lei Maria da Penha não se baseia apenas na rigidez das punições criminais ou na rapidez das decisões judiciais, mas na presença de uma rede de enfrentamento integrada e sólida. Um dos principais desafios atuais é a falta de integração entre o sistema de justiça criminal e as políticas públicas de apoio social, o que prejudica a proteção das vítimas e limita a eficácia das medidas protetivas.

Ao conceder uma medida protetiva, o Judiciário contribui para a contenção do perigo imediato; no entanto, não dispõe de recursos para lidar com a desassistência social, a falta de moradia ou a instabilidade

psicológica que afeta a mulher. Como argumenta Soraia da Rosa Mendes (2021, p. 110):

> A resposta penal isolada é insuficiente. Sem uma articulação entre o Poder Judiciário e a rede de assistência social, a sentença criminal torna-se um ato simbólico que não altera a realidade material da vítima. A proteção integral exige que o Direito dialogue com as políticas públicas de habitação, saúde e educação.

Essa falta de integração se reflete na escassez de equipamentos públicos, como Casas-Abrigo, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e delegacias especializadas que oferecem atendimento 24 horas. Ao restringir sua atuação ao âmbito penal, o Estado desconsidera que a violência doméstica é um fenômeno estrutural que demanda respostas de diversas dimensões. A ausência de comunicação entre o juiz responsável pela decisão e o assistente social que acompanha a família dificulta a garantia de uma proteção constante e personalizada.

Ademais, a falta de políticas públicas eficientes voltadas à geração de renda e à autonomia financeira feminina piora a situação. Na ausência de apoio material do Estado, o sistema penal atua apenas nas consequências da violência, sem abordar as causas que geralmente levam a vítima a voltar a conviver com o agressor por falta de opções de sobrevivência. A conclusão a ser tirada é que a segurança da mulher não se baseia apenas em um documento assinado, mas na habilidade do Estado de fornecer uma infraestrutura que converta a lei em um suporte social concreto.

5 PERSPECTIVAS DE APRIMORAMENTO

Combater a violência doméstica requer um aprimoramento contínuo nas esferas legislativa, institucional e social. Isso porque a proteção das vítimas não se baseia apenas na criação de leis, mas também na execução de políticas públicas eficientes e na colaboração entre os órgãos governamentais. Apesar de a Lei Maria da Penha ser um avanço significativo

no sistema de proteção às mulheres, ainda há deficiências estruturais que impedem a plena eficácia dos mecanismos de proteção.

Nesse contexto, é imprescindível debater ações que possam reforçar a rede de proteção, facilitar o acesso das vítimas à justiça e atualizar os mecanismos de fiscalização e prevenção da violência doméstica. A aplicação da tecnologia, a formação contínua dos profissionais do Direito e a colaboração entre instituições públicas destacam-se elementos fundamentais para a construção de uma política de proteção mais eficiente e humanizada.

5.1 FORTALECIMENTO DA REDE INTERINSTITUCIONAL

O Poder Judiciário não pode atuar isoladamente na proteção integral da mulher em situação de violência. Para fortalecer a rede de enfrentamento, é necessário estabelecer um fluxo de atendimento unificado e automático entre as diferentes instâncias do Estado. Na prática, isso implica que, assim que uma Medida Protetiva de Urgência (MPU) é aprovada, os órgãos de assistência social (CRAS e CREAS), saúde e habitação devem ser informadas de imediato para começar o suporte à vítima e seus dependentes. Como Soraia da Rosa Mendes (2021, p. 110) argumenta de forma convincente, a resposta penal isolada é inadequada e frequentemente se torna um gesto meramente simbólico se não houver um diálogo genuíno com as políticas públicas de subsistência.

A integração deve priorizar, acima de tudo, a garantia da independência financeira da mulher. Devido à falta de recursos para sustentar a si mesmas e a seus filhos, muitas vítimas acabam voltando ao ciclo de violência. Nesse contexto, a decisão judicial, representada por uma "folha de papel", torna-se ineficaz diante da fome e da falta de moradia. Assim, uma abordagem essencial para o aprimoramento é a interiorização dessa rede, assegurando que cidades menores e áreas rurais tenham centros de atendimento multidisciplinar e casas-abrigo, descentralizando o apoio que atualmente está concentrado nas grandes capitais. Ademais, a rede deve incorporar a exigência de programas de reabilitação e educação para os

agressores, abordando a origem do pensamento machista e visando diminuir a reincidência por meio da desconstrução da cultura de dominação.

5.2 AMPLIAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA (MONITORAMENTO ELETRÔNICO, APLICATIVOS DE DENÚNCIA)

O Estado deve utilizar a tecnologia como instrumento de proteção, especialmente diante da expansão das formas de violência praticadas no ambiente digital. A utilização de mecanismos de monitoramento eletrônico, dispositivos de alerta e aplicativos pode contribuir para uma fiscalização mais eficiente das medidas protetivas. Bianchini (2020) destaca a importância da atualização dos mecanismos de proteção e do aproveitamento das novas tecnologias para ampliar a fiscalização e reduzir o risco de novas agressões.

A situação é ainda mais complexa no âmbito da violência digital. A velocidade de disseminação de conteúdos e a dificuldade de controle dos dados disponibilizados na internet demandam respostas estatais igualmente rápidas. Nesse sentido, são necessários investimentos em estruturas especializadas para preservação de evidências digitais e enfrentamento de condutas que violem a intimidade e a dignidade das mulheres.

5.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE OPERADORES DO DIREITO

O último pilar de melhoria está no capital humano do sistema de justiça. Se o atendimento inicial for permeado por preconceitos e julgamentos morais, a infraestrutura tecnológica se torna ineficaz. A capacitação contínua dos profissionais do Direito — juízes, promotores, policiais e servidores — é fundamental para reduzir a revitimização institucional.

Viana (2020) explica que a vitimização secundária pode ocorrer quando a atuação das instituições responsáveis pelo atendimento e pela proteção da vítima reproduz preconceitos e desloca o foco da conduta do agressor para o comportamento da mulher. Esse processo pode fazer com que a vítima seja submetida novamente a situações de constrangimento

ou desqualificação, justamente por parte do sistema que deveria acolhê-la.

Assim, a melhoria do sistema exige a incorporação de uma perspectiva de gênero em todas as fases do processo, assegurando que o aparato estatal não se torne um segundo agente de violência. Isso abrange a capacitação para oitivas humanizadas e a observância de regras que impeçam a desqualificação da vítima durante as audiências. Apenas por meio de operadores habilitados para compreender as complexidades do ciclo da violência é que as Medidas Protetivas de Urgência poderão alcançar maior efetividade na proteção das vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra que o ordenamento jurídico brasileiro apresentou avanços significativos na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. A mudança de paradigma promovida pela Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a dignidade da pessoa humana, a igualdade entre homens e mulheres e o dever estatal de combater a violência nas relações familiares, constituiu fundamento essencial para a construção de um sistema jurídico de proteção. Somaram-se a esse processo os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente por meio da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção de Belém do Pará.

Nesse cenário, a Lei Maria da Penha consolidou-se como principal instrumento normativo brasileiro de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A criação das medidas protetivas de urgência, a estruturação de mecanismos de assistência, a responsabilização dos agressores e a incorporação de uma perspectiva de proteção integral representaram importantes mudanças na atuação estatal. A legislação também foi progressivamente aperfeiçoada por normas posteriores, que ampliaram a tutela jurídica em diferentes dimensões, incluindo a proteção

no ambiente digital, o atendimento às vítimas de violência sexual, a responsabilização financeira do agressor, a proteção da dignidade nos atos processuais e a prevenção de situações de violência relacionadas à guarda dos filhos.

A jurisprudência dos Tribunais Superiores igualmente contribuiu para o fortalecimento desse sistema. Os entendimentos relacionados à autonomia das medidas protetivas, à impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância em situações de violência doméstica, à reparação por dano moral e à natureza jurídica das medidas demonstram a preocupação em conferir efetividade aos instrumentos de proteção. Contudo, a evolução legislativa e jurisprudencial não elimina, por si só, os obstáculos existentes na realidade social.

Persistem desafios estruturais que comprometem a concretização dos direitos assegurados às vítimas. A subnotificação, a dependência econômica, a insuficiência de delegacias especializadas, casas-abrigo e equipes multidisciplinares, além da falta de capacitação dos agentes públicos, podem fazer com que a proteção jurídica permaneça limitada ao plano formal. Da mesma maneira, a revitimização institucional representa grave problema, pois submete a mulher a novas situações de sofrimento justamente nos espaços destinados a acolhê-la e protegê-la.

A violência digital acrescenta novos desafios ao sistema de proteção, sobretudo em razão da velocidade de disseminação de conteúdos e da dificuldade de controle das informações disponibilizadas na internet. Paralelamente, a insuficiente integração entre o sistema penal e as políticas públicas demonstra que a resposta repressiva isolada é incapaz de enfrentar todas as dimensões do fenômeno. A proteção efetiva exige assistência social, acesso à saúde, moradia, educação, geração de renda e fortalecimento da autonomia econômica das vítimas.

Dessa forma, conclui-se que o aprimoramento da proteção às vítimas depende de uma atuação estatal integrada e permanente. O fortalecimento da rede interinstitucional, a ampliação do uso de tecnologias de

monitoramento e denúncia, a interiorização dos serviços especializados e a formação continuada dos operadores do Direito constituem medidas fundamentais para reduzir as falhas existentes.

Portanto, o principal desafio contemporâneo não reside apenas na criação de novas normas, mas em assegurar que os direitos já reconhecidos sejam efetivamente concretizados. A proteção da mulher em situação de violência doméstica deve ultrapassar a mera concessão de uma medida judicial e alcançar condições materiais de segurança, autonomia e reconstrução da vida. Somente a articulação entre prevenção, responsabilização, assistência e políticas públicas permitirá que o microssistema jurídico brasileiro cumpra plenamente sua finalidade de proteger a mulher e romper, de maneira efetiva, o ciclo da violência.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais. 5. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. **Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW.** Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. **Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.** Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência pela autoridade judicial ou policial.** Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13827.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde.** Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13871.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. **Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.** Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14188.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. **Altera os Decretos-Leis nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo.** Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14245.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023. **Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre as medidas protetivas de urgência.** Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14550.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.713, de 30 de outubro de 2023. **Altera as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada.** Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14713.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.419.421/GO**. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgado em: 11 fev. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.675.874/MS** (Tema 983). Relator: Min. Rogerio Schietti Cruz. Terceira Seção. Julgado em: 28 fev. 2018. (Dano moral presumido).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2.009.402/GO.** Relator: Ministro Ribeiro Dantas. Relator para o acórdão: Ministro Joel Ilan Paciornik. Quinta Turma. Julgado em: 8 nov. 2022. DJe: 18 nov. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 536**. A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. Brasília, DF: STJ, 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 589**. É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes e contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas. Brasília, DF: STJ, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

CONTRA A MULHER (FONAVID). **Enunciados do FONAVID: atualizados até o XVI FONAVID**. Salvador: FONAVID, 2024. Disponível em: https://fonavid.amb.com.br/.

Acesso em: 25 ago. 2026. Acesso em: 25 ago. 2026.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 19. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.

LIMA, Fausto Rodrigues de. Lei Maria da Penha comentada. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2011.

LOYOLA, Amanda Soares Gontijo de. **Revitimização da mulher vítima de violência doméstica no sistema de justiça brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo Penal Feminista**. São Paulo: Atlas, 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório nº 54/01**, Caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes (Brasil). 16 de abril de 2001. Disponível em: http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm. Acesso em: 15 mai. 2024.

PASINATO, Wânia. **Violência contra a mulher no Brasil: acesso à justiça e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2015.

PIMENTEL, Sílvia. **A Convenção CEDAW e a proteção internacional dos direitos das mulheres**. São Paulo: Editora Direito GV, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

VIANA, Eduardo. **Criminologia e Vitimologia no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Direitos dos idosos em situações de saúde: acesso a tratamentos, cuidados e a efetividade da proteção jurídica

Elderly rights in healthcare situations: access to treatments, care, and the effectiveness of legal protection

Yasmin Barros Martins[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
MARTINS, Yasmin Barros; FACUNDES, Williane Tibúrcio. Direitos dos idosos em situações de saúde: acesso a tratamentos, cuidados e a efetividade da proteção jurídica. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 523-555.

RESUMO

O envelhecimento populacional brasileiro impõe desafios à efetivação dos direitos fundamentais das pessoas idosas, especialmente no campo da saúde, em que o acesso a tratamentos, medicamentos, cuidados continuados e serviços especializados nem sempre ocorre de maneira universal e igualitária. Este artigo analisa a proteção jurídica conferida à pessoa idosa em situações de saúde, considerando os fundamentos constitucionais, o Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional do Idoso e demais normas relacionadas à assistência e à proteção social. Examina-se, ainda, a vulnerabilidade associada ao envelhecimento, destacando a importância da dignidade, da autonomia, da solidariedade e da bioética na definição de práticas de cuidado humanizadas. A pesquisa aborda os obstáculos estruturais presentes no Sistema Único de Saúde, os conflitos relacionados aos planos de saúde, os tratamentos de alto custo, as tecnologias médicas e a necessidade de cuidados de longa duração. Também se discute a judicialização da saúde como mecanismo de

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

acesso a direitos fundamentais diante de omissões ou insuficiências das políticas públicas, bem como a atuação do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Ministério Público na proteção dos interesses da população idosa. Por fim, analisa-se a responsabilidade do Estado e dos entes privados pela efetividade das garantias legais. Conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro apresenta instrumentos relevantes de proteção, mas sua efetividade depende da implementação de políticas públicas adequadas, da qualificação dos serviços, da atuação integrada das instituições e do respeito à autonomia e à dignidade da pessoa idosa.

Palavras-chave: Pessoa idosa. Direito à saúde. Proteção jurídica. Judicialização da saúde. Dignidade humana.

ABSTRACT

Brazilian population aging poses challenges to the realization of the fundamental rights of older people, especially in healthcare, where access to treatments, medicines, continuing care, and specialized services does not always occur universally and equally. This article analyzes the legal protection afforded to older people in healthcare situations, considering constitutional foundations, the Older Persons Statute, the National Policy for Older Persons, and other rules related to assistance and social protection. It also examines vulnerability associated with aging, emphasizing the importance of dignity, autonomy, solidarity, and bioethics in defining humane care practices. The research addresses structural obstacles within the Brazilian Unified Health System, conflicts involving health insurance plans, high-cost treatments, medical technologies, and the need for long-term care. It also discusses health judicialization as a mechanism for accessing fundamental rights when public policies are omitted or insufficient, as well as the roles of the Federal Supreme Court, the Superior Court of Justice, and the Public Prosecutor's Office in protecting the interests of older people. Finally, the study analyzes the responsibility of the State and private entities for the effectiveness of legal guarantees. It concludes that the Brazilian legal system provides relevant protection mechanisms, but their effectiveness depends on adequate public policies, qualified services, integrated institutional action, and respect for the autonomy and dignity of older people.

Keywords: Older people. Right to health. Legal protection. Health judicialization. Human dignity.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos sociais mais relevantes da contemporaneidade e apresenta importantes repercussões jurídicas, econômicas e sanitárias. No Brasil, o aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidade têm contribuído para uma transformação progressiva da estrutura demográfica, produzindo novas demandas relacionadas à saúde, à assistência social, à proteção familiar e à participação da pessoa idosa na sociedade. Esse processo exige do Estado e da sociedade não apenas o reconhecimento formal dos direitos dessa população, mas também a adoção de medidas capazes de assegurar sua efetiva concretização. O próprio estudo destaca que o envelhecimento brasileiro ocorre de forma acelerada, em contexto que exige adaptação das políticas públicas e dos serviços destinados à população idosa.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu importante marco jurídico ao reconhecer a saúde como direito social e fundamental, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurar sua dignidade, bem-estar e direito à vida. Essa proteção constitucional é complementada pelo Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 10.741/2003 e posteriormente denominado Estatuto da Pessoa Idosa pela Lei nº 14.423/2022. A legislação assegura atenção integral à saúde, acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde, fornecimento de medicamentos, acompanhamento durante internações e respeito à autonomia do indivíduo na escolha de tratamentos.

Entretanto, a existência de normas protetivas não significa, por si só, que os direitos sejam plenamente concretizados. Persistem dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos humanos, à estrutura dos serviços públicos, à demora no atendimento, à necessidade de tratamentos especializados e aos cuidados de longa duração. Somam-se a esses obstáculos os conflitos envolvendo planos de saúde, especialmente diante de reajustes relacionados à faixa etária, além das dificuldades de acesso a

medicamentos e tratamentos de alto custo. Tais situações revelam a distância existente entre a proteção normativa e sua efetividade prática.

Nesse contexto, a dignidade da pessoa humana, a solidariedade, a autonomia e os princípios bioéticos assumem especial importância. A pessoa idosa não pode ser compreendida exclusivamente a partir de sua idade ou de eventual condição de vulnerabilidade. O envelhecimento é um processo multidimensional, e as políticas de saúde devem considerar as condições biológicas, psicológicas e sociais de cada indivíduo, preservando sua capacidade funcional, participação social e protagonismo no processo de cuidado.

Quando as políticas públicas e os serviços disponíveis não são suficientes para assegurar o direito constitucional à saúde, a judicialização surge como importante mecanismo de acesso à proteção jurídica. A busca do Poder Judiciário por medicamentos, tratamentos e serviços de saúde evidencia, simultaneamente, a relevância dos instrumentos jurídicos existentes e as limitações enfrentadas pelo sistema público. Nesse cenário, a atuação do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Ministério Público assume papel relevante na interpretação e concretização dos direitos da pessoa idosa.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar a proteção jurídica da pessoa idosa em situações de saúde, com ênfase no acesso a tratamentos, medicamentos e cuidados, bem como nos desafios à efetividade das garantias asseguradas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, são examinados os fundamentos constitucionais e legais dessa proteção, a vulnerabilidade associada ao envelhecimento, as barreiras existentes no sistema de saúde, a atuação judicial e a responsabilidade do Estado e dos entes privados. Busca-se, assim, demonstrar que a efetiva proteção da pessoa idosa exige a articulação entre legislação, políticas públicas, serviços de saúde e mecanismos de tutela jurídica, de modo a assegurar não apenas maior longevidade, mas um envelhecimento pautado pela dignidade, autonomia, cuidado e efetivo exercício da cidadania.

1 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA PROTEÇÃO À SAÚDE DO IDOSO

O texto constitucional dispõe somente a idade mínima permitida para a obtenção da gratuidade de transportes coletivos, conforme dispõe o art. 230, § 2º, da Constituição Federal: "Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos" (Brasil, 1988 apud Taquary, 2009, p. 55).

Na mesma esteira, o art. 6º da Constituição Federal de 1988 estabelece os direitos sociais: "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição" (Brasil, 1988).

Apesar disto, garante ao ser humano direitos fundamentais, cujo qual estão listados em seu art. 5°. Assim, podemos citar o inciso III do referido artigo que estabelece, respectivamente: ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. De modo semelhante, os arts. 229 e 230 da Carta Magna impõem deveres de amparo à família: "Art. 229. Os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas..." (Brasil, 1988).

> Art.229. Os filhos maiores tem o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Art.230. A família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (Brasil, 1988).

Ao dispor sobre a prestação da Assistência Social, o art. 203, I, da Constituição prevê: "a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice"

1.1 O DIREITO À SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A Constituição Federal de 1988 prevê a saúde na Seguridade Social de maneira geral. No Estatuto do Idoso, é possível ver a saúde mais direcionada, através dos artigos 15 a 19. O artigo 15 versa:

> Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. (Brasil, 2003).

O legislador também se preocupa na manutenção e prevenção da saúde, dispondo no §1º a importância do cadastramento da população idosa; do atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatório com pessoal especializado; que haja um atendimento domiciliar e, se necessária internação; e uma reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para diminuição das sequelas que podem vir a acontecer a partir do agravo da saúde.

Diante disso, é obrigação do Poder Público distribuir medicamentos para os idosos de maneira gratuita e sem discriminação no sistema de saúde (artigo 15, §2º e §3º). Além do direito assegurado de ter um acompanhante em caso e internação (art. 16) e poder optar por um tratamento de saúde ou não (art. 17), sendo que, se não estiver em plenas condições de proceder à opção, esta será feita como está disposto no parágrafo único do artigo 17:

> Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:
>
> I – pelo curador, quando o idoso for interditado;
>
> II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;
>
> III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

> IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público. (Brasil, 2003)

Nos termos deste parágrafo, Gabriel Filho (2005, p. 29) declara "justifica-se a intervenção de terceiras pessoas, porque o idoso não está em condições de decidir por si. Mas, se ele está lúcido, consciente é claro que é seu e de mais ninguém o direito de escolher o tratamento que lhe convém".

Para concluir, nos artigos 18 e 19 está desenhada a importância de profissionais capacitados para o atendimento dos idosos e a obrigação que estes têm, em casos de suspeita ou confirmação de violência contra o idoso, de informar a um dos órgãos competentes.

1.2 PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL ESPECÍFICA DA PESSOA IDOSA

Ao adotar o modelo de Estado Social e Democrático de Direito, a CF/88 a concedeu grande destaque aos direitos fundamentais de caráter social e criou um regime reforçado para garantir sua efetivação, reconhecendo sua aplicabilidade e proteção imediata (Böckenförde, 1993).

O princípio da solidariedade remete a cuidado, segundo Lôbo (2011), desenvolve em torno do Direito das Famílias estudos sobre o 'cuidado como valor jurídico'. Desta forma, esse princípio implica em respeito e consideração mútuos, entendendo-se a família como sociológica, por prevalecerem os laços afetivos independente de vínculo biológico entre os integrantes.

Este princípio é um dos principais norteadores das relações familiares e do ordenamento jurídico pátrio. Para Lôbo (2011, p.61):

> A Constituição, e, consequentemente, a ordem jurídica brasileira, é perpassada pela onipresença de dois princípios fundamentais e estruturantes: a dignidade da pessoa humana e a solidariedade. Sua presença no direito de família é também marcante, às vezes de modo explícito. (Lôbo, 2011, p. 61)

Conforme salienta, Dias (2016, p. 53), a solidariedade é o que cada membro do grupo familiar deve ao outro, a origem desse princípio está nos vínculos afetivos e éticos, traz em seu âmago a expressão solidariedade que traz a fraternidade e a reciprocidade consigo. Logo, é a partir deste princípio que advieram vários direitos e deveres em relação a família.

1.3 ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

São inúmeras as dificuldades que se levantam contra a vida do idoso, seja pela falta de estrutura adequada para atendê-los ou pelo desconhecimento da lei nº 10.741/03, ou seja, Estatuto do Idoso. Essa lei tem atuado como forma de resguardar os direitos dos idosos e se aplica em coibir as práticas que ferem com a liberdade, cidadania e a dignidade da pessoa humana, volta-se também a efetivar as políticas públicas adequadas a atender o público da terceira idade. O estatuto do idoso em seu Art. 2º diz que:

> O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (Brasil, 2003)

A legislação brasileira desempenha um papel crucial na proteção dos direitos dos idosos, reconhecendo a necessidade de políticas públicas que assegurem dignidade, respeito e qualidade de vida a essa parcela da população. O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei federal nº 10.741/2003, que no ano de 2022, por meio da Lei federal nº 14.423, teve alterada sua denominação para "Estatuto da Pessoa Idosa", estabelecendo direitos essenciais para pessoas com 60 anos ou mais, abrangendo áreas como saúde, transporte, educação e assistência social. (Brasil 2003).

A proteção à pessoa idosa é fortalecida por um microssistema de normas de apoio que complementam o Estatuto. Entre elas, destaca-se a

Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), que por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), assegura o mínimo existencial para a preservação da dignidade e da saúde do idoso vulnerável.

1.4 NORMATIVAS COMPLEMENTARES

Diante disso, envelhecer com qualidade de vida é uma preocupação que não pode estar voltada apenas à família, deve-se pensar a população idosa como composta por sujeitos dotados de direitos que continuam vivendo em sociedade. Para tanto, é imprescindível reconhecer que o processo de envelhecimento é um fenômeno mundial.

A PNI consiste em um conjunto de ações governamentais com o objetivo de assegurar os direitos sociais dos idosos, partindo do princípio fundamental de que "o idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas" (Camarano e Pasinato, 2004, p. 269).

Para a coordenação e gestão dessa política foi designada a Secretaria de Assistência Social do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Sem dúvida, a sua aprovação se constitui em um avanço sócio jurídico de grande importância na proteção social para a população idosa, conforme o art. 1o da Lei no 8.842/1994, "criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade" (Brasil, 1994).

2 VULNERABILIDADE, ENVELHECIMENTO E DIREITO À SAÚDE

A possibilidade de se tomar o envelhecimento como processo positivo e a velhice como etapa da vida que pode ser acrescida de bem-estar, prazer e qualidade de vida vem sendo objeto de pesquisadores e estudiosos interessados em compreender as condições associadas à saúde na última fase do ciclo de vida: a velhice (Lima; Silva; Galhardoni, 2008; Paz, Santos, Eidt, 2006; Glass, 2003).

Ancorando-se pela visão de que é possível manter o bem-estar e a qualidade de vida na velhice, os conceitos de envelhecimento ativo e bem-sucedido têm levantado discussões sobre o envelhecimento saudável, enfatizando que a velhice e o envelhecimento não são sinônimos de doença, inatividade e contração do desenvolvimento (Lima; Silva; Galhardoni, 2008; Neri, 2008).

Cabe destacar que a vulnerabilidade em saúde é um conceito apropriado para estimular respostas sociais e que não possui aplicação direta às questões que envolvem a saúde na velhice. Nesse sentido, pode-se indagar se o idoso é socialmente reconhecido como um cidadão de direitos e que, independentemente da condição social, possui o direito de alcançar o envelhecimento saudável e apresentar uma velhice bem-sucedida (Brasil, 2003).

2.1 O ENVELHECIMENTO COMO FENÔMENO DEMOGRÁFICO E JURÍDICO

O Brasil passou pela primeira transição demográfica no último século passado e tendências de envelhecimento têm sido observadas. Como bem destacado por Faria e Spode (2024), uma tendência que foi percebida desde o início do século XXI e sua intensidade vem aumentando nos últimos anos, como se observa entre 2022 e 2023. Ao longo de todo esse percurso histórico, os indicadores de longevidade, como a expectativa de vida, foram mantidos em uma trajetória ascendente, enquanto os nascimentos –mensurados pela taxa de fecundidade total –continuaram declinando.

Para Escorsim (2021), o envelhecimento populacional não é uma questão meramente biológica, mas possui determinações sociais, econômicas e políticas que afetam diretamente a implementação de políticas públicas e a prática dos direitos básicos. A população brasileira agora está mais envelhecida do que nunca (Fernandes e Queiroz, 2022), impactando em demandas críticas que devem ser consideradas nessa realidade contemporânea.

No que diz respeito às políticas públicas e leis, observou-se que persiste o predomínio do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) como principal instrumento legislativo para a proteção dessa população. No entanto, apesar dos avanços no reconhecimento dos direitos, ainda existiam grandes dificuldades em relação à implementação de garantias essenciais, incluindo a garantia de acesso universal à saúde, proteção social e segurança.

2.2 VULNERABILIDADE ESTRUTURAL DA PESSOA IDOSA

Fenômeno heterogêneo e múltiplo que atinge todos os seres humanos, o envelhecimento é caracterizado como um processo natural, progressivo e irreversível, ligado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais. Apresenta-se em cada indivíduo de modo singular, e produz efeitos estruturais e comportamentais que repercutem na qualidade de vida (Souza; Dias, 2015).

Embora o conceito de envelhecimento esteja claro, é um desafio determinar a idade biológica em que o evento se inicia, visto a inexistência de marcadores biofisiológicos eficazes e confiáveis. Ainda não há consenso se a senescência se inicia logo após a concepção, no final da terceira década de vida ou próximo do final da existência do indivíduo (Freitas *et al*., 2011).

Oportuno destacar a multidimensionalidade envolvida no processo de envelhecimento e, como as condutas de prevenção e manutenção de saúde devem ser pautadas nas condições biológicas e sociais de cada indivíduo, conforme preconiza a PNSI. O cuidado à pessoa idosa requer o conhecimento das suas necessidades e, a partir de então, a promoção de condutas de prevenção de morbidades, detecção precoce de doenças transmissíveis, identificação de perdas cognitivas, preservação e reabilitação da capacidade funcional, eliminação de comportamentos nocivos à saúde, atenção à saúde bucal e perdas dentárias, além de orientações domiciliares e prevenção do isolamento social. Todas essas medidas possuem como finalidade promover o envelhecimento saudável e fomentar, en-

tre as pessoas idosas, o protagonismo no processo do cuidar (Brasil, 2009).

2.3 BIOÉTICA, DIGNIDADE E AUTONOMIA NA VELHICE

O envelhecimento é uma condição intrínseca à existência humana, parte do ciclo vital que une o nascer e o morrer em uma mesma experiência de continuidade e transformação. No entanto, ao longo da história moderna, ele foi frequentemente interpretado sob a ótica da perda, da decadência e da improdutividade. Em sociedades que glorificam a juventude, a rapidez e o consumo, envelhecer parece uma afronta à lógica do progresso. A velhice tornou-se o "outro" que a modernidade recusa —um espelho do limite e da vulnerabilidade (Beauvoir, 1990).

As palavras de Gawande (2015) revelam uma verdade desconfortável: a medicina moderna, ao priorizar a sobrevivência biológica, negligencia a dimensão humana da finitude. O silêncio acadêmico sobre a morte produz profissionais que sabem prolongar a vida, mas não sabem acompanhar o morrer. A ausência de formação para lidar com o fim da existência gera práticas desumanizadas, que confundem responsabilidade com o dever de manter a vida a qualquer preço. Assim, a formação tecnicista contribui para uma cultura que teme a finitude, medicaliza o sofrimento e transforma a morte em fracasso quando, na verdade, ela é parte do próprio existir.

Introduzir o princípio do respeito aos vulneráveis, conforme o artigo 8º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO (2005), a bioética amplia o dever ético e político de reconhecer e mitigar as diversas formas de vulnerabilidade.

> Artigo 8º Respeito pela vulnerabilidade humana e integridade pessoa. Na aplicação e no avanço dos conhecimentos científicos, da prática médica e das tecnologias que lhes estão associadas, deve ser tomada em consideração a vulnerabilidade humana. Os indivíduos e grupos particularmente vulneráveis devem ser protegidos, e de ser respeitada a integridade pessoal dos indivíduos em causa (Unesco, 2005).

Essa orientação exige dos Estados e das instituições uma atuação que promova igualdade, equidade e justiça social, especialmente para a população idosa, ainda excluída de muitos espaços de decisão e de participação.

3 ACESSO A TRATAMENTOS E CUIDADOS: DESAFIOS PRÁTICOS

No Brasil, a partir da década de 1950, houve decréscimo da mortalidade, seguido por declínio da natalidade, a partir de meados da década de 1960. As maiores reduções da mortalidade e natalidade ocorreram a partir da década de 1980 quando o Brasil tornou se um dos países com envelhecimento acelerado, sem ter o tempo necessário para adaptar-se a essa nova condição. Por exemplo enquanto a França teve quase 150 anos para se adaptar a uma mudança de 10% para 20% na proporção da população com mais de 60 anos o Brasil terá pouco mais de 20 anos para fazer a mesma adaptação (Oms, 2015, p. 43; Vasconcelos, 2012).

O Brasil faz parte de um grupo de países em que coexiste o envelhecimento da população com aumento da prevalência de doenças crônicas, ao mesmo tempo que problemas de saúde típicas de populações jovens ainda persistem, como as doenças infecciosas-parasitárias, quando comparados aos países de maior renda (Araújo, 2012). Além disso, dentro do país existem diferentes momentos e perfis de transição devido às diferenças de desenvolvimento regional. (Borges, 2017)

A habilidade funcional, principal propriedade do envelhecimento saudável, refere-se aos "atributos relacionados à saúde que permitem que uma pessoa seja e faça o que é importante para ela". Determinar esses atributos permitiria reformular os sistemas com o objetivo de prestar atenção integral e centrada nas pessoas idosas. A capacidade intrínseca, por sua vez, refere-se à "combinação de todas as capacidades físicas e mentais de que dispõe uma pessoa" e, portanto, é parte fundamental da habilidade funcional, juntamente com os ambientes onde as pessoas idosas vivem (OMS, 2015).

3.1 BARREIRAS ESTRUTURAIS NO SUS

Em um cenário de aumento da longevidade, espera-se um número crescente de incapacidade e da necessidade de cuidados prolongados. O declínio funcional gera aumento das necessidades, tanto para o indivíduo e família, quanto para os serviços de saúde na avaliação, tratamento, reabilitação e suporte social (Veras, 2009).

Considerando a necessidade de mudança do paradigma do modelo de saúde vigente, emergiram no Brasil debates sobre a necessidade da implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Segundo Mendes (2011), as RAS são conjuntas de serviços de saúde, vinculados entre si por uma missão única e por uma ação cooperativa e interdependente, que permitem ofertar uma atenção contínua e integral a determinada população. Constituem-se de três elementos: a população, a estrutura operacional e o modelo de atenção à saúde (Mendes, 2010; 2011).

Um grande marco para o Sistema Único de Saúde (SUS) foi a Portaria 4.279/2010 (Brasil, 2010), que estabeleceu as diretrizes para a organização da RAS. Ela apregoa o papel central da Atenção Primária à Saúde (APS) como ponto de comunicação e ordenação do fluxo de usuários na rede, devendo ser estruturada de forma dispersa, a fim de que atinja toda a população definida. É nesse contexto que a Estratégia Saúde da Família (ESF) se destaca. Inserida no primeiro nível de atenção, a ESF assume o papel primordial na implementação das ações de saúde para essa população e na coordenação do fluxo de usuários idosos no sistema de saúde (Brasil, 2007).

Entretanto, apesar do avanço da legislação brasileira, a prática da assistência ao idoso ainda é insatisfatória (Brasil, 2006; Martins et al., 2014). Algumas características do sistema de saúde brasileiro dificultam a elaboração de um modelo mais coeso com as necessidades dessa população. A deficiência dos recursos humanos prejudica o planejamento do cui-

dado e o bom desempenho das ações de saúde para esse grupo etário (Motta; Aguiar, 2007).

3.2 PLANOS DE SAÚDE E DISCRIMINAÇÃO ETÁRIA

A dignidade da pessoa humana além de ser princípio, é também fundamento da república federativa do Brasil, e está inserida no art. 1º ´III`` da CF/88. Dessa forma, lembra Paulo Lobo que:

> A respeito da dignidade da pessoa humana, kant, em lição que continua atual, procurou distinguir aquilo que tem um preço, seja pecuniário, seja estimativo, do que é dotado de dignidade, a saber, do que é inestimável, do que é indisponível. Diz ele:´´ no reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se porem vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade (Almeida, 2021, p. 71).

Sendo assim, o princípio da dignidade da pessoa humana resta inobservado com a alteração da mensalidade do plano de saúde apenas pela mudança da faixa etária do idoso. Atualmente é fácil ver idosos que gozam de boa saúde. O fato de ser idoso não quer dizer necessariamente que deve arcar com um plano de saúde cuja mensalidade aumentou em cem por cento. Esse consumidor possui outros gastos além do plano de saúde e tal alteração unilateral muitas vezes, tem violados direitos básicos dos clientes idosos.

3.3 TRATAMENTOS DE ALTO CUSTO E TECNOLOGIAS MÉDICAS

As tecnologias estruturam-se num conjunto de saberes relacionados à produtos e materiais que definem terapêuticas e processos de trabalho. Constituem instrumentos que auxiliam as ações, dentre elas de saúde. Quando estas são educativas, mediam os processos de ensinar e aprender (Vasconcelos et al., 2018).

A educação em saúde é uma ferramenta utilizada para o desencadeamento de ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. As tec-

nologias aliadas a educação em saúde oferecem suporte necessários a discussão para o autocuidado de pacientes idosos com planejamento de alta hospitalar, visto que oferece conhecimento e empoderamento de suas capacidades afim de compreender as suas necessidades humanas básicas (Pinheiro et al.,2016).

Souza, (2014), relata que os idosos são os maiores usuários dos serviços de saúde e exibem maior frequência de internações hospitalares, bem como tempo de permanência mais prolongado. Eles utilizam os serviços hospitalares de maneira mais intensiva que os demais grupos etários, envolvendo elevados custos, implicando tratamento de duração mais prolongada e de recuperação mais lenta e complexa.

A continuidade do cuidado envolve ações de saúde planejadas, coordenadas e integradas, ao longo do tempo, em diferentes cenários de atenção à saúde. Para alcançar melhor qualidade de vida dos idosos exige envolvimento e comprometimento dos profissionais de saúde, gestores, usuários e familiares cuidadores, a julgar pela preservação da integralidade da assistência à saúde (Utzumi *et al*.,2018)

3.4 CUIDADOS DE LONGA DURAÇÃO

Uma das questões subjacentes aos cuidados com a população idosa é a definição de dependência. Perspectivas mais amplas sobre dependência referem-se à perda da capacidade funcional e de gerar renda. Mas, em geral, o debate sobre cuidado de longa duração atém-se mais à primeira noção, ou seja, a que diz respeito exclusivamente à perda gradativa da capacidade física e cognitiva devido à idade. É o grau de dependência que determina a melhor modalidade de cuidados que cada Indivíduo necessita. A dependência pode ser incapacitante ou não, bem como gradual, definitiva ou reversível. No setor público, os recursos são distribuídos o os benefícios concedidos a partir da definição do tipo e do grau de dependência. No setor privado, as atividades e a oferta dos serviços são mais bem planejadas. (Camarano, 2010, p. 24)

O Estatuto divide entre a família e o poder público a obrigação de assegurar aos idosos os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

No entanto, entre as prioridades estabelecidas, reafirma a tônica das legislações anteriores no que diz respeito ao cuidado do idoso, ao também priorizar o seu atendimento no interior da família, em detrimento do asilar. Apesar de tal indicação, o Estatuto prevê entre os direitos do idoso o amplo acesso à moradia, afirmando que este pode ocorrer na família de origem ou na substituta ou em uma instituição pública ou privada. Ele ressalta que "a assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa, abandono ou carência de recursos próprios ou da família". (Camarano, 2010, p. 25).

4 JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE ENVOLVENDO PESSOAS IDOSAS

Neste arranjo CRFB de 1988 em seu princípio preconiza, no artigo 196, impreterivelmente a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Concernindo um direito fundamental, constitucionalmente assegurado e visando proteger a dignidade da pessoa humana, neste cenário salientando a pessoa idosa (Melo, 2009).

Em linhas gerais o SUS, tal qual, princípios ideológicos, universalidade do acesso, a integralidade da assistência e equidade, positivadas respectivamente nos artigos 196, 198 e 1o, 3o, parágrafo enfatizam sua efetivação (Carvalho; David, 2014).

Denota nesta face à dificuldade do Poder Executivo no quesito saúde pública, em cumprir seu dever institucional, fazendo assim a discricionalidade do cidadão, atribuindo a uma nova forma de acesso, através dos processos judiciais. Este fenômeno, conhecido por "judicialização da saúde", compreende a efetivação da assistência médica e/ou farmacêutica

provocando repercussões tanto na política de saúde e nos cofres públicos (Silva *et al*., 2012; Petean, 2012; Gomes *et al*., 2014).

A demora no atendimento, o excesso de encaminhamento a outros serviços, a falta de médicos e as deficiências na estrutura física são aspectos apontados pelos usuários como desfavoráveis à utilização do sistema de saúde público (Schwartz *et al*., 2010; Dawalibi *et al*., 2013).

Contudo, fenômeno chamado de judicialização da saúde, consiste na reclamação por bens e serviços de saúde na justiça, por cidadãos brasileiros, definida como ativismo judicial, ou seja, quando o Poder Judiciário interfere nas opções políticas. É um fenômeno criticado, pois considera uma invasão do poder judiciário nos demais poderes, ferindo o princípio constitucional da separação dos poderes, porém em casos, é à única maneira de seguridade do direto a pessoa idosa (Silva *et al*., 2012; Gomes *et al*., 2014).

4.1 CRESCIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS

A análise da dimensão de uma norma jurídica se baseia no estudo de alguns de seus aspectos, entre eles o estudo da efetividade. A efetividade, para alguns autores, é também conhecida como eficácia social, ou seja, trata-se do reconhecimento e cumprimento de normas pela sociedade, e desta forma, sendo materializado na vida social. (Barroso LR.).

Embora o Estatuto do Idoso traga em seu texto esse direito de preferência, foi o Código de Processo Civil (CPC) que determinou como deve ser feito o pedido na prática, indicando que "A tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário (Brasil. Lei n° 13.105).

Alguns autores defendem não ser necessário deferimento acerca do pedido de tramitação, por qualquer autoridade ou funcionário judiciário, pois, trata de um direito criado especialmente para proteger as pessoas

idosas, os quais precisam de uma maior celeridade, ou seja, não deve falar de deferimento mais de acatamento de um direito. (Ferreira, 2014)

Em contrapartida, outros autores sustentam que não há como existir tramitação prioritária sem decisão judicial, pois sem essa determinação o cartório judicial não terá autonomia para estabelecer a prioridade. Discute-se até o deferimento, mesmo diante da apresentação documental comprovando a idade, que poderá ocorrer ou não de ofício, independentemente de requerimento pela parte, pois da forma que vem previsto no artigo, resta uma pequena aparência de que o deferimento depende de provocação, o que não parece ser o mais adequado. Insper (2019).

4.2 ARGUMENTOS JURÍDICOS PREDOMINANTES

A ética, moral e a justiça são o sustentáculo da sociedade e que vai transportando nos aos marcos civilizatórios até o desenvolvimento da Filosofia. Neste percurso conceitual, Telles Jr (2004, p. 220) ensina: o "termo ético, provindo do grego 'êthê', e o termo moral, provindo do latim 'mores', designam os usos e costumes, ou seja, os modos e maneiras com que as pessoas se comportam. Marques e Miragem (2014, p. 20) demonstram que há uma ordenação ética, bem como uma ordenação moral, tais termos são adjetivos, qualificando uma espécie certa de ordenação

Estas ordenações são compostas de juízos de valor. Isto significa que essa ordenação é feita por mandamentos para o comportamento humano, em razão de anteriores juízos de valor Telles Júnior (2004, p. 224) continua: "A ordenação ética surge de uma complexa operação, pela qual a inteligência confronta os fatos reais da vida com uma 'tábua' ideal do que deve ser feito".

Como resultado natural, a igualdade surge como uma das grandes metas narrativas da modernidade. Conforme Almeida (2021, p. 71), sugere:

> A humanidade tem passado nos últimos 50 anos por intensas mudanças na sua estrutura social, econômica, cultural e ambiental. Tais

> mudanças têm uma forte vinculação com a intensa evolução nas últimas décadas no campo científico e tecnológico, o que tem suscitado uma influência de tal modo, que fez com que alguns pesquisadores chamassem esse momento histórico de Pós-Modernidade.

Insta salientar, que o pós-modernismo é fenômeno de desconstrução, de desdogmatização do direito, para outros, é mais uma causa de pluralismo e relativismo cultural arrebatador a influenciar o direito, que aumenta a liberdade dos indivíduos, mas diminui o poder da crítica, da evolução histórica e da verdade no direito, fenômeno contemporâneo à globalização e à perda da individualidade moderna, mas que assegura novos direitos individuais à diferença e aumenta o radicalismo das linhas tradicionais. Marques (2014, p. 299) relata "a pós-modernidade como um jogo de palavras, um conceito aberto, para alguns até mesmo inexistente, uma moda, '*postis*' como afirma Habermas"

4.3 ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Efetividade das garantias legisladas no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) depende, em larga medida, da interpretação conferida pelas instâncias superiores. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) desempenham papéis complementares, mas distintos, na consolidação dessa rede de proteção jurídica.

Dentre as principais intervenções do STF, destacam-se o Benefício Assistencial (BPC/LOAS): O STF flexibilizou o critério de miserabilidade, permitindo que outros meios de prova, além da renda per capita, sejam utilizados para garantir o sustento do idoso em situação de vulnerabilidade.

Enquanto o STF cuida da Constituição, o STJ atua na linha de frente dos conflitos cotidianos, padronizando a aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa em todo o território nacional. Sua atuação é marcante na regulação das relações de consumo e saúde.

As principais teses do STJ incluem Tema Repetitivo 106: Estabeleceu os requisitos indispensáveis para que o Poder Público seja obrigado a fornecer medicamentos fora da lista do SUS (imprescindibilidade médica, incapacidade financeira e registro na ANVISA).

Reajustes de Planos de Saúde: O Tribunal impede reajustes por faixa etária que sejam desarrazoados ou aplicados sem base em cálculos atuariais, evitando a exclusão do idoso do sistema de saúde suplementar.

Solidariedade Alimentar O STJ fixou que a obrigação de prestar alimentos ao idoso é solidária, permitindo que esta escolha contra qual descendente deseja litigar, facilitando o acesso ao suporte financeiro familiar.

Convergência Jurisprudencial: A "Prioridade da Prioridade "Ambos os tribunais convergem na aplicação da Lei nº 13.466/2017, que estabelece a preferência especial aos maiores de 80 anos. Essa atuação conjunta visa mitigar os efeitos da morosidade processual, assegurando que o provimento jurisdicional não chegue de forma tardia, respeitando a especial condição de fragilidade da quarta idade.

4.4 IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO

Biehl (2016) entende que a judicialização no âmbito do cuidado é, sobretudo, um movimento pelo qual pessoas de baixa renda e pessoas idosas se fazem ouvidas pelo ato de entrar na justiça. O referido autor esclarece que, através da judicialização tais indivíduos agem com sujeitos políticos em face do Estado.

De acordo com Sant'ana (2018), judicializar o cuidado também se consubstancia em instrumento da proteção do regime democrático, que muitas vezes, se vê comprometido pelo bloqueio do efetivo exercício da cidadania. Conforme o referido autor, a judicialização do cuidado se desdobra em judicialização das políticas públicas e tem alcançado várias políticas sociais, indo além do cuidado, como, por exemplo, no âmbito da educação pública e da assistência social.

Por outro lado, o conceito de judicialização do cuidado proposto por Fávero et al. (2020), entende que diversas situações e expressões da questão social que afetam a vida de famílias vem sendo judicializadas, tanto para punir eventuais comportamentos, ações ou omissões, como para assegurar direitos legalmente dispostos.

Deste modo, Fávero *et al*. (2020) entende que existiria alta receptividade social para justificar a judicialização de situações consideradas conflitivas no seio de algumas famílias, irresponsabilidade ou negligência no âmbito de outras, e muitas vezes, para sancionar e punir pessoas nelas envolvidas. Da mesma forma, os referidos autores esclarecem que a judicialização também tem sido utilizada para acessar direitos fundamentais que, embora previstos constitucionalmente, não são assegurados por políticas públicas.

5 RESPONSABILIDADE DO ESTADO E DOS ENTES PRIVADOS

No referente à terminologia, Maria Sylvia Zanella Di Pietro argumenta que a expressão 'responsabilidade civil da Administração Pública' é tecnicamente inadequada, pois, enquanto conjunto de órgãos e agentes, não possui personalidade jurídica própria e, portanto, não pode ser titular de direitos e obrigações civis. (Di Pietro, 2022, p. 843).

Responsabilidade recai sobre o Estado e/ou sobre as entidades públicas ou privadas que o representam, uma vez que estas pessoas jurídicas possuem a capacidade de agirem no medo Estado e, consequentemente, de responder pelos danos causados. Essa distinção é fundamental para entender a dinâmica da responsabilidade estatal, especialmente e no que diz respeito à proteção dos direitos dos cidadãos, incluindo as pessoas idosas (Lago; Worm, 2021)

Ao se abordar a responsabilidade do Estado, frequentemente se faz referência às três funções que compõem o poder estatal: a administrativa, a jurisdicional e a legislativa. A abordagem realizada neste estudo diz respeito à responsabilidade decorrente das ações da Administração Públi-

ca em sentido estrito, o que implica analisar como os atos, omissões ou falhas na prestação de serviços públicos podem gerar danos aos indivíduos e, consequentemente, ensejar as obrigações do Estado em reparar tais danos. (Lago, Worm, 2021)

A discussão concentra-se nas implicações legais e nas obrigações que emergem especificamente da atuação da Administração Pública, destacando a importância de uma gestão responsável e eficaz (Lago, Worm, 2021).

5.1 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Sob esse aspecto, ainda no que tange à proteção constitucional aos idosos sob o espectro da proteção à dignidade, princípio este que se manifesta como fundamento da República Federativa do Brasil, expressamente previsto no texto constitucional12, infere-se que o constituinte originário, além do que já prevê no Capítulo VII, buscou amparar a população idosa com outros direitos e garantias. Nesse sentido, como um exemplo manifesto, nota-se a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso que comprovar não possuir meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, nos termos do art. 203, V, da CRFB/88

Nessa perspectiva, é importante realçar que a visão da atual Constituição sobre os direitos dos idosos sobrepassa uma análise simplificada de necessidade de ampliação da longevidade, ou seja, há uma real intenção de buscar assegurar que o processo de envelhecimento como um todo ocorra com integridade, apreço, amparo e, sobretudo, integração do idoso na sociedade. Sobre esse ponto, destaca Alexandre de Moraes:

> O reconhecimento àqueles que construíram com amor, trabalho e esperança a história de nosso país tem efeito multiplicador de cidadania, ensinando às novas gerações a importância de respeito permanente aos direitos fundamentais, desde o nascimento até a terceira idade (Moraes, 2017, p. 623).

Mostra-se válido destacar, também, que o momento de elaboração da Carta Maior de 1988 contou com diversas discussões acerca dos direitos sociais e, em muitos desses debates, notou-se o envolvimento de aposentados fortemente comprometidos no embate a fim de fazer valer suas reivindicações.

Nesse sentido, conforme narra Pérola Melissa Braga, pôde-se constatar um movimento explícito de grande parte da população idosa, baseado em uma ampla estruturação para reforçar a luta por direitos e garantias, o qual contou com generosa divulgação nos meios de comunicação à época, o que, de certa forma, ofertou considerável visibilidade social ao movimento (Braga, 2005, p. 108).

5.2 RESPONSABILIDADE DOS PLANOS DE SAÚDE

Ao chegar a certa idade a pessoa passa a ter vários problemas de saúde e por isso precisa ter uma assistência médica e o que tem acontecido de formar e corrente, é que os planos de saúde aumentam vultuosamente as mensalidades pelo fato da pessoa ter se tornado idosa. Muitas vezes o valor fica tão alto que se torna muito difícil para o idoso pagar o plano de saúde e as outras despesas, como moradia, transporte, remédios e contas da casa (Guerra, 2017)

O § 3º do art. 15 da Lei 10.741/03 que é o Estatuto do Idoso veda o aumento da mensalidade do plano de saúde pelo fato da pessoa ter se tornado idosa. Essa prática é vista pela doutrina e jurisprudência como discriminatória e contrária à dignidade da pessoa humana (Miragem, 2014, p. 434)

É também necessário lembrar que o reajuste unilateral das mensalidades dos planos de saúde pela mudança de faixa etária colide com o art. 51,´´IV``, da Lei8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e com os princípios do equilíbrio, da boa-fé, da equidade e da razoabilidade.

É obviamente possível o reajuste das mensalidades dos planos de saúde, porém cabe a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) fazer o devido controle (Galesco, 2017).

5.3 MINISTÉRIO PÚBLICO E TUTELA COLETIVA

No contexto da pessoa idosa, essa atribuição ganha contornos de urgência. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), em seu artigo 74, confere ao Ministério Público uma gama de atribuições específicas, incluindo a instauração de inquéritos civis e a propositura de Ações Civis Públicas (ACP) para a proteção de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Como bem observa Mazzilli (2021), a tutela coletiva é o instrumento processual que permite ao MP buscar soluções que beneficiem não apenas um indivíduo, mas toda uma coletividade de idosos que sofrem com a mesma privação de direitos.

A tutela coletiva exercida pelo Ministério Público atua diretamente no vácuo deixado pela ineficiência da Administração Pública. Quando Biehl (2016) discute a "judicialização como um movimento pelo qual pessoas de baixa renda se fazem ouvidas", o Ministério Público surge como a voz institucional dessas populações. Através da Ação Civil Pública, o MP pode obrigar o Estado a implementar políticas de saúde, fornecer tratamentos contínuos ou reformar instalações de acolhimento que se encontrem em condições precárias.

Diferente da responsabilidade civil individual, que busca a reparação de um dano específico, a tutela coletiva foca na prevenção e na correção estrutural. Sant'ana (2018) destaca que a judicialização do cuidado, quando provocada por órgãos de controle como o MP, consubstancia-se em um instrumento de proteção do regime democrático. Isso ocorre porque o MP atua para desbloquear o efetivo exercício da cidadania, garantindo que a "barbárie social" mencionada por Fávero et al. (2020) seja combatida por meio de ordens judiciais que forçam o Estado a cumprir sua obrigação de garantidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de um conjunto significativo de normas destinadas à proteção da pessoa idosa, especialmente no âmbito do direito à saúde. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu fundamentos essenciais ao reconhecer a saúde como direito de todos e dever do Estado, ao mesmo tempo em que atribuiu à família, à sociedade e ao Poder Público responsabilidades específicas relacionadas ao amparo, à dignidade, ao bem-estar e à vida da população idosa. Essa proteção foi posteriormente fortalecida pelo Estatuto da Pessoa Idosa e por outras normas destinadas à assistência social e à formulação de políticas públicas.

No campo específico da saúde, verifica-se que o Estatuto estabelece garantias relevantes, entre elas a atenção integral pelo Sistema Único de Saúde, o acesso universal e igualitário aos serviços, a disponibilização de medicamentos, o acompanhamento durante internações e o respeito à autonomia da pessoa idosa na escolha do tratamento. Tais garantias demonstram que a legislação brasileira adota uma perspectiva de proteção integral, reconhecendo a pessoa idosa como sujeito de direitos e não como mero destinatário de ações assistenciais.

Entretanto, a pesquisa evidencia que a efetividade desses direitos ainda enfrenta obstáculos importantes. O envelhecimento populacional ocorre de maneira acelerada, enquanto os serviços públicos e privados nem sempre conseguem acompanhar a complexidade e a diversidade das demandas dessa população. Deficiências estruturais no SUS, escassez de profissionais, dificuldades de acesso, demora no atendimento, necessidade de tratamentos prolongados e limitações relacionadas aos cuidados de longa duração demonstram que a proteção formal precisa ser acompanhada de políticas públicas efetivas e de planejamento adequado.

Também merece destaque a proteção contra práticas discriminatórias no âmbito dos planos de saúde. O estudo demonstra que a idade não

pode ser utilizada como fundamento para práticas que comprometam o acesso do consumidor idoso à assistência médica. A dignidade da pessoa humana, a boa-fé, o equilíbrio e a razoabilidade devem orientar as relações entre consumidores e operadoras, especialmente porque o aumento excessivo dos custos pode resultar, na prática, na exclusão do idoso da assistência suplementar.

A judicialização da saúde apresenta-se, nesse cenário, como instrumento importante para a concretização de direitos fundamentais que não foram adequadamente assegurados pelas políticas públicas. Embora o fenômeno suscite debates acerca da separação dos poderes e dos limites da atuação judicial, a procura pelo Poder Judiciário também revela a capacidade de indivíduos e instituições de reivindicarem direitos constitucionalmente assegurados. A atuação do STF, do STJ e do Ministério Público contribui para a construção de mecanismos de proteção, inclusive mediante a tutela individual e coletiva.

Por fim, conclui-se que a efetividade da proteção jurídica da pessoa idosa depende de uma atuação integrada entre Estado, família, sociedade, profissionais de saúde, instituições de justiça e entidades privadas. Não basta ampliar a quantidade de normas protetivas; é necessário garantir sua aplicação concreta, com serviços acessíveis, atendimento qualificado, políticas preventivas, continuidade do cuidado e mecanismos eficientes de responsabilização. A proteção da pessoa idosa deve, portanto, superar uma perspectiva meramente assistencialista e reconhecer sua autonomia, dignidade, capacidade de decisão e participação social. O verdadeiro desafio jurídico e social consiste em transformar as garantias normativas existentes em direitos efetivamente vivenciados, permitindo que o envelhecimento ocorra com saúde, segurança, respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. **A pós-modernidade e as transformações sociais**. São Paulo: Atlas, 2021.

ARAÚJO, José Duarte de. Polarização epidemiológica no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIEHL, João. Judicialização e o dever-Estado: utopia da sobrevivência e a política do cuidado no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n. 40, p. 15-41, 2016.

BORGES, Gabriel Mendes. A transição da saúde no Brasil: variações regionais e divergência/convergência na mortalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 8, e00080316, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-070720180004250016. Acesso em: 28 ago. 2026.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. Teoría e interpretación de los derechos fundamentales. *In*: **Escritos sobre derechos fundamentales**. Traducción de Juan Requejo Pagés e Ignacio Villaverde Menéndez. Baden-Baden: Nomos, 1993.

BRAGA, Pérola Melissa V. **Direitos do Idoso**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República,

[2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017. **Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017-2020/2017/lei/l13466.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. **Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir em todo o texto a expressão "Estatuto do Idoso" por "Estatuto da Pessoa Idosa".** Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14423.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica, n. 19:** envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006a. 192 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007. 68 p. (Série E. Legislação de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa**: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Teresa. A proteção social à população idosa brasileira. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, p. 253-276, 2004.

CARVALHO, E. C.; DAVID, H. M. S. O. L. Judicialização da saúde, problema e solução: questões para a enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 21, n. 4, p. 546-550, 2014.

DAWALIBI, N. W. *et al*. Acompanhamento de idosos na Atenção Primária à Saúde: perfil demográfico e demandas judiciais. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 6, p. 1120-1128, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ESCORSIM, S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.258. Acesso em: 20 ago. 2025.

FARIA, M. A.; SPODE, C. B. A segunda transição demográfica e o envelhecimento populacional no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 41, p. 1-22, 2024.

FÁVERO, Eunice Teresinha *et al*. (Org.). **Judicialização das expressões da questão social e da vida**: reflexões, proposições e resistências. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNANDES, F. A.; QUEIROZ, B. L. Envelhecimento e demandas por políticas públicas no Brasil do século XXI. **Textos para Discussão**, Cedeplar/UFMG, 2022.

FERREIRA, A. P.; TEIXEIRA, S. M. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 160-173, 2014.

FREITAS, E. V. *et al*. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GABRIEL FILHO, Agostinho. **Estatuto do Idoso comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GALESCO, Felipe. Operadoras não podem aumentar o valor do plano de saúde aos maiores de 60 anos de idade. **Migalhas**, 24 fev. 2014. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/196306/operadoras-nao-podem-aumentar-o-valor-do-plano-de-saude-aos-maiores. Acesso em: 3 nov. 2017.

GAWANDE, Atul. **Mortais**: o que importa no fim da vida. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

GLASS, T. A. Population aging and the future of healthy lifespan. **Journal of Aging and Health**, v. 15, n. 2, p. 340-358, 2003.

GOMES, F. M. *et al*. Acesso a medicamentos via judicial: impacto nas políticas públicas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 301-312, 2014.

GUERRA, Gabriela. **Reajuste por faixa etária dos Planos de Saúde após os 60 anos**: conduta abusiva. Jusbrasil, 2017. Disponível em: https://gabrielaguerra.jusbrasil.com.br/artigos/111826013/reajuste-por-faixa-etaria-dosplanos-de-saude-apos-os-60-anos-conduta-abusiva.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA (INSPER). **Judicialização da saúde no Brasil**: perfil das demandas, causas e propostas de solução. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2019. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/04/Relatorio-Resumido.pdf.

LAGO, Elísio Ferdinand Paranaguá e; WORM, Naíma. Efetividade da Tutela Jurídica da pessoa idosa e a Responsabilidade Civil do Estado. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins**, Palmas, n. 19, jul./dez. 2021.

LIMA, A. M. M.; SILVA, H. S.; GALHARDONI, R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 27, p. 795-807, 2008.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil: Parte Geral**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARQUES, S. B. A. Judicialização da política de assistência farmacêutica no Distrito Federal: diálogos entre a política e o direito. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 4, p. 20-299, 2014.

MARTINS, A. *et al*. Atenção Primária à Saúde voltada às necessidades dos idosos: da teoria à prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 3403-3416, 2014.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MELO, M. B. **O direito fundamental à saúde e a judicialização das políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MENDES, Eugênio Vilaça. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde**: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOTTA, L.; AGUIAR, A. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialiade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 363-372, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. **Atitudes em relação ao envelhecimento e à velhice**. Campinas: Papirus, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por. Acesso em: 20 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2015. 270 p. Disponível em: https://iris.who.int/handle/10665/186468. Acesso em: 20 ago. 2025.

PAZ, A. A.; SANTOS, B. R.; EIDT, O. R. Vulnerabilidade e envelhecimento: desafios para o cuidado em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 3, p. 342-347, 2006.

PETEAN, G. H. **Judicialização da saúde pública no Brasil**: aspectos jurídicos e econômicos. São Paulo: Atlas, 2012.

PINHEIRO, C. D. *et al*. Tecnologias educacionais no cuidado ao idoso hospitalizado: promoção do autocuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 4, p. 680-687, 2016.

SANT'ANA, Jarkas Nobre. **A judicialização das políticas públicas de cuidado**: uma análise sob a ótica do regime democrático. 2018.

SCHWARTZ, E. *et al*. Desafios do acesso aos serviços de saúde por idosos na atenção básica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 4, p. 675-681, 2010.

SILVA, R. C. *et al*. A judicialização da saúde e suas implicações na gestão pública. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 3, p. 731-750, 2012.

SOUZA, I. C. P. de *et al*. Perfil de pacientes dependentes hospitalizados e cuidadores familiares: conhecimento e preparo para as práticas do cuidado domiciliar. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 164-172, 2014. DOI: https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140013. Acesso em: 28 ago. 2026.

TAQUARY, Eneida Orbage de Brito. O direito fundamental ao envelhecimento. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 11, n. 93, p. 55-78, fev./maio 2009.

UTZUMI, F. C. *et al*. Continuidade do cuidado e o interacionismo simbólico: um entendimento possible. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e04250016, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-070720180004250016. Acesso em: 28 ago. 2026.

VASCONCELOS, M.; GRILLO, M. J. C.; SOARES, S. M. **Práticas educativas e tecnologias em saúde**. Belo Horizonte: NESCON/UFMG, 2018. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br. Acesso em: 28 ago. 2026.

VASCONCELOS, R. A. **Transição demográfica e epidemiológica**: os desafios da atenção ao idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

PARTE

V

PROPRIEDADE, REGULAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Moradia, apostas on-line e proteção dos animais

19 A função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro: tensões com o direito à moradia 557
Lucas Maia de Souza · Williane Tibúrcio Facundes

20 A juridicidade dos jogos de azar on-line: lacunas normativas, riscos sociais e a urgência regulatória 592
Analy Alves de Souza · Williane Tibúrcio Facundes

21 Tensões jurídicas entre proteção ao bem-estar animal e práticas culturais: análise da legislação brasileira e da jurisprudência sobre rodeios e vaquejadas 625
Ana Vitória Oriá da Fonseca · Williane Tibúrcio Facundes

A função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro: tensões com o direito à moradia

The social function of property in the Brazilian legal system: tensions with the right to housing

Lucas Maia de Souza[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
SOUZA, Lucas Maia de; FACUNDES, Williane Tibúrcio. A função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro: tensões com o direito à moradia. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 557-592.

RESUMO

O presente estudo analisa a função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro e suas tensões com o direito fundamental à moradia, examinando os limites constitucionais da propriedade privada diante das demandas por justiça social e inclusão urbana. A pesquisa possui natureza bibliográfica e documental, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, legislação infraconstitucional, doutrina civil-constitucional e jurisprudência dos tribunais superiores. Inicialmente, aborda-se a evolução histórica do direito de propriedade, demonstrando a superação da concepção liberal absolutista em direção a um modelo condicionado ao cumprimento de finalidades sociais. Em seguida, analisa-se a função social da propriedade urbana e rural, destacando instrumentos jurídicos como desapropriação, usucapião, regularização fundiária e mediação de conflitos coletivos. O estudo também examina o direito à moradia como direito fundamental vinculado à dignidade da pessoa humana, evidenciando os desafios relacionados ao déficit

[1] Discente do 9º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

habitacional, à segregação socioespacial e às ocupações urbanas informais. Nesse contexto, investigam-se os conflitos entre reintegração de posse e proteção da moradia digna, especialmente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Conclui-se que a Constituição de 1988 promoveu significativa transformação no conteúdo do direito de propriedade, subordinando-o à função social e à realização de direitos fundamentais. Contudo, persistem obstáculos estruturais e institucionais que dificultam a efetivação desse modelo constitucional, exigindo políticas públicas integradas, fortalecimento da regularização fundiária e adoção de soluções consensuais capazes de compatibilizar propriedade privada, direito à cidade e dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Função social da propriedade. Direito à moradia. Dignidade da pessoa humana. Regularização fundiária. Conflitos possessórios.

ABSTRACT

This study analyzes the social function of property within the Brazilian legal system and its tensions with the fundamental right to housing, examining the constitutional limits of private property in light of demands for social justice and urban inclusion. The research adopts a bibliographic and documentary approach, grounded in the Federal Constitution of 1988, infraconstitutional legislation, civil-constitutional doctrine, and the case law of higher courts. Initially, the study addresses the historical evolution of property rights, demonstrating the transition from the liberal and absolutist conception of ownership to a model conditioned upon the fulfillment of social purposes. Subsequently, it examines the social function of urban and rural property, highlighting legal instruments such as expropriation, adverse possession, land regularization, and mediation of collective conflicts. The study also analyzes housing as a fundamental right intrinsically linked to human dignity, emphasizing challenges related to the housing deficit, socio-spatial segregation, and informal urban occupations. In this context, conflicts between repossession actions and the protection of dignified housing are investigated, particularly in light of the jurisprudence of the Federal Supreme Court and the Superior Court of Justice. It is concluded that the 1988 Constitution significantly transformed the concept of property rights by subordinating them to their social function and to the realization of fundamental rights. Nevertheless, structural and institutional obstacles still hinder the effectiveness of this constitutional model, requiring integrated public policies, strengthened land regularization mechanisms, and consensual solutions capable of reconciling private property, the right to the city, and human dignity.

Keywords: Social function of property. Right to housing. Human dignity. Land regularization. Possessory conflicts.

INTRODUÇÃO

O direito de propriedade ocupa posição de destaque no ordenamento jurídico brasileiro, sendo historicamente reconhecido como um dos principais pilares das relações econômicas, sociais e patrimoniais. Durante longo período, predominou a concepção liberal clássica segundo a qual a propriedade constituía direito absoluto, individual e praticamente ilimitado, garantindo ao proprietário amplos poderes sobre o bem. Entretanto, as profundas transformações sociais, econômicas e urbanas ocorridas ao longo do século XX demonstraram a insuficiência desse modelo diante das desigualdades sociais e da necessidade de proteção de direitos fundamentais coletivos.

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 promoveu significativa reconfiguração do instituto da propriedade ao condicioná-lo ao cumprimento de sua função social. A partir dessa perspectiva, a propriedade deixa de ser compreendida exclusivamente como instrumento de proteção patrimonial para assumir também compromisso com a justiça social, a redução das desigualdades e a promoção da dignidade da pessoa humana. Paralelamente, a Constituição reconheceu a moradia como direito fundamental social, reforçando a necessidade de políticas públicas e mecanismos jurídicos capazes de assegurar condições mínimas de existência digna à população.

Contudo, apesar da ampla proteção constitucional conferida tanto à propriedade privada quanto ao direito à moradia, a realidade brasileira permanece marcada por intensos conflitos fundiários, elevado déficit habitacional, expansão de ocupações urbanas informais e forte concentração imobiliária. Tal cenário evidencia a tensão existente entre a proteção patrimonial individual e a efetivação dos direitos sociais, especialmente

em situações envolvendo imóveis abandonados, especulação imobiliária e ocupações coletivas realizadas por populações vulneráveis.

Diante dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo analisar a função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro e suas tensões com o direito fundamental à moradia, investigando os principais instrumentos jurídicos voltados à harmonização desses direitos. Busca-se compreender de que forma a Constituição Federal de 1988 transformou o conteúdo do direito de propriedade e quais desafios ainda dificultam a concretização de sua função social na realidade brasileira.

A pesquisa possui natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise da Constituição Federal, legislação infraconstitucional, doutrina especializada e jurisprudência dos tribunais superiores. O estudo pretende contribuir para a reflexão crítica acerca da necessidade de compatibilização entre propriedade privada, direito à cidade, justiça social e dignidade da pessoa humana em um cenário marcado por profundas desigualdades urbanas e sociais.

1 O DIREITO DE PROPRIEDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O direito de propriedade ocupa posição central no ordenamento jurídico brasileiro, sendo historicamente concebido como um dos pilares das relações econômicas e sociais. Contudo, sua configuração contemporânea afasta-se da visão clássica, marcada pelo caráter absoluto e individualista, passando a incorporar limites e finalidades sociais que dialogam com outros direitos fundamentais, especialmente o direito à moradia. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 promoveu uma inflexão relevante ao condicionar esse direito ao cumprimento de sua função social, evidenciando que a proteção da propriedade não pode se sobrepor, de forma irrestrita, às necessidades coletivas e à promoção da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, o direito de propriedade deixa de ser apenas instrumento de proteção patrimonial para assumir também uma dimensão social, voltada à realização do bem-estar coletivo. Tal transformação revela a tensão concreta entre a manutenção de interesses individuais e a efetivação de direitos sociais básicos, como o acesso à moradia digna, sobretudo em um cenário urbano marcado por desigualdade, exclusão e segregação socioespacial. Assim, a análise da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro exige uma abordagem crítica, que reconheça não apenas sua importância, mas também seus limites e seu papel na construção — ou na perpetuação — de uma realidade social profundamente desigual.

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DE PROPRIEDADE

O direito de propriedade passou por profundas transformações ao longo da história, refletindo mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas. No direito romano, era concebido como um direito absoluto, conferindo ao titular amplos poderes de usar, gozar e dispor da coisa, além de reavê-la de quem injustamente a possuísse, essa concepção, fortemente individualista, influenciou de maneira significativa os sistemas jurídicos ocidentais, inclusive o brasileiro.

Durante o período feudal, entretanto, a propriedade assumiu caráter fragmentado, estando vinculada a relações de poder, dominação e hierarquia social. A terra não era apenas um bem econômico, mas também um instrumento de controle político e social, evidenciando que a propriedade sempre esteve inserida em contextos de desigualdade.

Com o advento do Estado liberal, especialmente após a Revolução Francesa, consolidou-se a concepção de propriedade como direito natural, inviolável e absoluto, conforme a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Nesse contexto, a propriedade foi alçada à condição de garantia fundamental da liberdade individual e pilar do modelo capitalista emergente. No Brasil, essa tradição influenciou o Código Civil de 1916, que consagrou uma visão quase absoluta da propriedade, com reduzida

intervenção estatal. Contudo, tal modelo revelou-se insuficiente diante das desigualdades sociais e da intensificação da urbanização, exigindo a revisão do papel da propriedade na sociedade.

Ao longo do século XX, com o avanço das teorias sociais e a consolidação do Estado Social, iniciou-se a relativização desse caráter absoluto, passando-se a reconhecer que o exercício da propriedade deve considerar os interesses coletivos, especialmente em contextos de exclusão e déficit habitacional.

Nesse processo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco ao condicionar a propriedade ao cumprimento de sua função social, evidenciando uma mudança de paradigma que busca conciliar a proteção patrimonial com a promoção da justiça social e da dignidade humana.

Assim, a evolução do direito de propriedade aponta para a superação de seu caráter absoluto, em direção a um modelo que busca conciliar interesses individuais e coletivos. Ainda assim, essa transformação ocorre de forma conflituosa, especialmente em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, como a brasileira.

1.2 CONCEITO JURÍDICO DE PROPRIEDADE

No ordenamento jurídico brasileiro, o direito de propriedade é tradicionalmente definido como o poder jurídico exercido pelo titular sobre determinado bem, compreendendo as faculdades de usar, gozar, dispor e reaver a coisa. Trata-se de um dos principais direitos reais do Direito Civil, historicamente associado à autonomia privada e à proteção patrimonial.

A Lei nº 10.406/2002, ao disciplinar a propriedade no Livro III – Do Direito das Coisas, estabelece, em seu art. 1.228, que o proprietário possui as faculdades de usar, gozar e dispor da coisa, bem como o direito de reavê-la de quem injustamente a possua ou detenha. O dispositivo consa-

gra os elementos clássicos da propriedade, alinhados à tradição romanista.

Entretanto, o próprio Código Civil afasta a concepção absoluta desse direito ao prever, em seu §1º, que a propriedade deve ser exercida em consonância com suas finalidades econômicas e sociais, além do respeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Assim, o exercício da propriedade não pode ocorrer de forma dissociada do interesse coletivo.

Nessa perspectiva, a doutrina contemporânea reconhece que a propriedade possui dimensão individual e social. De um lado, assegura ao titular a proteção jurídica do patrimônio; de outro, impõe limites e deveres voltados à coletividade.

Conforme leciona Carlos Roberto Gonçalves, na obra Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas, a propriedade constitui o direito real por excelência, sendo o mais amplo e completo sobre um bem. Contudo, o autor ressalta que, na contemporaneidade, esse direito deve ser exercido em conformidade com os princípios constitucionais, especialmente a função social.

Sob esse enfoque, embora a propriedade apresente características como plenitude, exclusividade, perpetuidade e elasticidade, tais atributos não afastam a incidência de limitações jurídicas e sociais. Ao contrário, exigem compatibilização com valores igualmente protegidos pelo ordenamento, como a dignidade da pessoa humana e o direito à moradia.

Nesse sentido, mecanismos como a desapropriação, a requisição administrativa e a perda da propriedade pelo descumprimento da função social demonstram que o ordenamento jurídico brasileiro condiciona o exercício desse direito à observância dos interesses coletivos.

1.3 PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE PROPRIEDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o direito de propriedade como direito fundamental, conforme disposto em seu art. 5º, inciso XXII. Todavia, o próprio texto constitucional, ao

estabelecer no inciso XXIII que a propriedade deve atender à sua função social, afasta de maneira inequívoca a concepção tradicional de propriedade como direito absoluto e ilimitado.

Além disso, o inciso XXIV do art. 5º estabelece a possibilidade de intervenção estatal na propriedade privada por meio da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Tal previsão evidencia que o próprio texto constitucional admite a relativização do direito de propriedade sempre que sua manutenção se mostrar incompatível com o interesse público.

Portanto, observa-se que a Constituição de 1988 promove uma reconfiguração do direito de propriedade ao vinculá-lo expressamente à função social, impondo limites ao seu exercício e condicionando sua legitimidade ao atendimento de finalidades socialmente relevantes. Essa transformação reflete o reconhecimento de que, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, a proteção irrestrita da propriedade pode contribuir para a perpetuação de cenários de exclusão e concentração de riquezas.

Nesse contexto, a função social da propriedade emerge como elemento central para a interpretação constitucional do instituto, funcionando como critério de legitimação do próprio direito. Assim, a propriedade que não cumpre sua função social deixa de atender plenamente às exigências constitucionais, abrindo espaço para a atuação estatal e para a incidência de mecanismos jurídicos que visam reequilibrar interesses individuais e coletivos.

Dessa maneira, a Constituição de 1988 não apenas garante o direito de propriedade, mas também redefine seu conteúdo e alcance, subordinando-o a valores fundamentais que buscam assegurar uma ordem social mais equitativa. Assim, a propriedade, no contexto constitucional brasileiro, deixa de ser um direito meramente individual para se afirmar como

instituto jurídico condicionado ao interesse coletivo e à realização de direitos fundamentais.

1.4 LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE

O direito de propriedade, no ordenamento jurídico brasileiro, não possui caráter absoluto, estando sujeito a limitações destinadas à compatibilização entre interesses individuais e coletivos. Isso ocorre porque a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 condiciona o exercício da propriedade ao atendimento de sua função social, afastando a antiga concepção de propriedade entendida exclusivamente como expressão da vontade individual do proprietário.

Nesse cenário, as limitações urbanísticas assumem papel essencial na organização das cidades e na promoção do bem-estar coletivo. Instrumentos como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação-sanção procuram assegurar que os imóveis urbanos cumpram efetivamente sua função social, especialmente diante da permanência de áreas ociosas ou subutilizadas em centros urbanos marcados pela desigualdade social. Além disso, normas de zoneamento e uso do solo buscam disciplinar o crescimento urbano e evitar a ocupação desordenada das cidades, conforme previsto na Lei nº 10.257 de 2001.

A desapropriação constitui uma das formas mais expressivas de intervenção estatal na propriedade privada, permitindo a retirada compulsória do bem mediante indenização, nos termos do art. 5º, XXIV, da Constituição Federal. Embora represente limitação relevante ao direito de propriedade, sua existência demonstra que o interesse coletivo, em determinadas situações, pode prevalecer sobre interesses estritamente patrimoniais.

Da mesma forma, a usucapião revela importante dimensão social da propriedade ao reconhecer juridicamente situações em que a posse prolongada atende finalidades socialmente relevantes. Mais do que sim-

ples mecanismo de aquisição patrimonial, o instituto busca conferir proteção a quem efetivamente utiliza o bem, especialmente em contextos relacionados ao direito à moradia e à exclusão social.

Dessa maneira, as limitações impostas ao direito de propriedade não devem ser compreendidas como restrições arbitrárias, mas como instrumentos necessários para tornar esse direito compatível com os objetivos constitucionais de justiça social e redução das desigualdades. Em um país marcado pela concentração fundiária e pelo déficit habitacional, a defesa de uma concepção puramente individualista da propriedade mostra-se insuficiente diante das demandas sociais contemporâneas.

2 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

O princípio da função social da propriedade representa o rompimento definitivo com a visão oitocentista do domínio absoluto, transmutando a propriedade de um direito subjetivo egoístico para uma situação jurídica complexa, composta tanto por faculdades quanto por deveres. Sob essa ótica, o direito de propriedade deixa de encontrar sua legitimidade apenas no título de aquisição, passando a exigi-la no exercício de uma finalidade que harmonize os interesses do proprietário com as necessidades da coletividade.

Contudo, a efetivação desse princípio enfrenta desafios estruturais e dogmáticos, muitas vezes colidindo com uma cultura jurídica que ainda privilegia o caráter patrimonialista em detrimento do interesse social. A crítica reside no fato de que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha elevado a função social à categoria de princípio fundamental da ordem econômica, sua aplicação prática frequentemente esbarra em interpretações conservadoras que retardam a sanção ao uso inadequado da terra ou do imóvel urbano.

2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL

A compreensão contemporânea da função social da propriedade resulta de um processo histórico de superação da visão tradicional que concebia a propriedade como um direito essencialmente individual. Durante longo período, especialmente sob influência do Código Napoleônico, prevaleceu a ideia de que o proprietário poderia exercer amplos poderes sobre o bem, com reduzida interferência estatal ou social.

Entretanto, as transformações sociais e econômicas do século XX evidenciaram que o exercício irrestrito da propriedade contribuía para desigualdades sociais, concentração fundiária e exclusão econômica. Nesse contexto, destaca-se a contribuição do jurista francês Léon Duguit, que rompeu com a concepção clássica ao defender que a propriedade não deveria ser compreendida apenas como direito subjetivo, mas também como função social. Para o autor, o titular do bem possui deveres perante a coletividade, devendo utilizar a propriedade de forma socialmente útil.

Essa mudança de perspectiva encontrou importante respaldo na Constituição de Weimar, considerada marco na positivação da função social da propriedade ao estabelecer que "a propriedade obriga". A partir dessa formulação, consolidou-se a ideia de que o exercício da propriedade deveria estar vinculado a responsabilidades sociais, afastando a compreensão puramente patrimonial do instituto.

No Brasil, a incorporação da função social da propriedade ocorreu de forma gradual, alcançando sua consolidação com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O texto constitucional passou a condicionar a garantia do direito de propriedade ao cumprimento de sua função social, transformando esse princípio em elemento estruturante do ordenamento jurídico brasileiro.

Sob essa perspectiva, a evolução da função social da propriedade demonstra a transição de um modelo centrado exclusivamente na prote-

ção patrimonial para outro comprometido com a promoção da justiça social e com a realização de interesses coletivos.

2.2 PREVISÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o direito de propriedade como direito fundamental, ao mesmo tempo em que condiciona seu exercício ao cumprimento da função social. O art. 5º, XXII, garante o direito de propriedade, enquanto o inciso XXIII estabelece que a propriedade deve atender à sua função social. Dessa forma, o texto constitucional afasta a concepção de propriedade como direito ilimitado, vinculando sua proteção ao interesse coletivo.

Essa diretriz também se manifesta no âmbito da ordem econômica, conforme previsto no art. 170 da Constituição Federal, que reconhece a propriedade privada e sua função social como princípios estruturantes. Além disso, a Constituição prevê mecanismos de intervenção estatal, como a desapropriação por interesse social, evidenciando que a proteção da propriedade não subsiste quando o bem deixa de cumprir finalidade social relevante.

No plano infraconstitucional, a Lei nº 10.406 de 2002 estabelece, em seu art. 1.228, as faculdades clássicas do proprietário, mas impõe limites ao exercício desse direito, vinculando-o ao respeito ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e ao interesse coletivo. No âmbito urbano, a Lei nº 10.257 de 2001 institui instrumentos voltados ao combate da ociosidade e da subutilização de imóveis, buscando assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Apesar da ampla previsão normativa, a efetivação da função social da propriedade ainda enfrenta obstáculos na realidade brasileira. A permanência de imóveis urbanos vazios, a concentração fundiária e o déficit habitacional demonstram que a concretização desse princípio depende não apenas de previsão legal, mas também da atuação efetiva do poder público e da implementação de políticas sociais adequadas.

2.3 FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

A função social da propriedade urbana, no contexto brasileiro, não se limita a impor restrições ao direito de propriedade, mas redefine seu próprio conteúdo. Diferentemente da propriedade rural, vinculada principalmente à produtividade, a propriedade urbana é avaliada a partir do uso do espaço e de sua inserção na dinâmica da cidade. Assim, cumpre sua função social o imóvel que atende a finalidades concretas, como moradia, atividade econômica, preservação ambiental e proteção do patrimônio histórico, afastando práticas meramente especulativas.

Essa compreensão reflete uma mudança significativa na forma de enxergar a propriedade nas cidades. Em um cenário urbano marcado por profundas desigualdades, a existência de imóveis vazios ou subutilizados, especialmente em áreas dotadas de infraestrutura, evidencia a contradição entre a titularidade formal do bem e sua utilidade social. A cidade, enquanto espaço coletivo, não pode ser reduzida exclusivamente à lógica patrimonial, sob pena de intensificar processos de segregação socioespacial e dificultar o acesso à moradia digna.

Nessa linha, Carlos Roberto Gonçalves, na obra Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas, afirma que a propriedade passou a assumir finalidade social, exigindo do proprietário uma utilização compatível com os interesses coletivos. O domínio sobre o bem, portanto, traduz-se em verdadeiro poder-dever, vedado o exercício abusivo da propriedade, conforme previsto no art. 1.228, §2º, do Código Civil.

De modo complementar, Flávio Tartuce relaciona a função social da propriedade à personalização do Direito Civil e à centralidade da dignidade da pessoa humana. Para o autor, a função social produz efeitos diretos nas relações privadas, permitindo que a própria coletividade exija do proprietário uma atuação ética e socialmente responsável.

Apesar das diferenças de abordagem, ambos os autores convergem ao compreender a propriedade urbana como instrumento voltado à con-

cretização de direitos fundamentais. O imóvel deixa de representar apenas um bem econômico para assumir relevante dimensão social, relacionada ao direito à moradia, ao trabalho e ao próprio direito à cidade.

2.4 FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL

A função social da propriedade rural, no ordenamento jurídico brasileiro, representa um marco na superação da concepção individualista do direito de propriedade. Mais do que assegurar ao titular um poder sobre a terra, o sistema jurídico exige que esse domínio seja exercido de forma responsável, compatível com as necessidades da coletividade.

Dessa forma, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 186, estabelece que a propriedade rural somente cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, a requisitos relacionados ao aproveitamento racional da terra, à preservação ambiental, ao respeito às relações de trabalho e à promoção do bem-estar de proprietários e trabalhadores.

Essa previsão evidencia que a terra, no contexto rural, não pode ser compreendida apenas como um bem econômico ou objeto de exploração individual, a exigência de aproveitamento racional e adequado não se limita à geração de lucro, mas implica o uso eficiente da terra em consonância com sua função social. Da mesma forma, a proteção dos recursos naturais e o respeito às normas trabalhistas refletem a preocupação do ordenamento jurídico com a dignidade humana e com a preservação das condições de vida no campo.

Sob uma perspectiva doutrinária, Maria Helena Diniz analisa a função social da propriedade rural a partir do princípio da socialidade, um dos pilares do Código Civil de 2002. Para a autora, a função social não constitui um limite externo ao direito de propriedade, mas integra seu próprio conteúdo, configurando um verdadeiro poder-dever. Assim, o proprietário não apenas pode explorar a terra, mas deve fazê-lo de maneira socialmente útil, sob pena de incorrer em abuso de direito.

Nessa linha, a ausência de função social — seja pela improdutividade, pelo desrespeito ao meio ambiente ou pela violação de direitos trabalhistas — compromete a legitimidade do domínio e enfraquece sua proteção jurídica. A propriedade rural deixa, portanto, de ser um espaço de exercício exclusivo de interesses individuais para se afirmar como instrumento de realização de valores coletivos.

Portanto, trata-se de uma mudança significativa, que transforma o simples "ter" em um "fazer" comprometido com o bem comum, em um país marcado por histórica concentração fundiária, sua efetivação assume papel central na construção de um modelo de desenvolvimento que respeite tanto a dignidade dos trabalhadores quanto a sustentabilidade dos recursos naturais.

2.5 INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL

A efetivação da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro depende da aplicação de instrumentos concretos capazes de garantir que a propriedade atenda não apenas aos interesses individuais, mas também às necessidades coletivas. Nesse contexto, tanto no espaço urbano quanto no rural, o legislador criou mecanismos voltados à redução da concentração fundiária, ao combate da especulação imobiliária e à ampliação do acesso à moradia e à terra.

No âmbito urbano, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) prevê instrumentos destinados a enfrentar a retenção especulativa de imóveis e o déficit habitacional. Medidas como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC), o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação-sanção e a usucapião especial urbana buscam induzir o uso socialmente adequado da propriedade e fortalecer a atuação do poder público na organização das cidades. Tais mecanismos representam importante avanço na concretização do direito à moradia e da função social da cidade.

Entretanto, a aplicação desses instrumentos também gera debates. Se, por um lado, são essenciais para combater desigualdades urbanas e promover justiça social, por outro, surgem críticas relacionadas à possível insegurança jurídica e à ampliação da intervenção estatal sobre a propriedade privada. O desafio consiste, portanto, em equilibrar o direito individual de propriedade com o interesse coletivo e o direito à cidade.

No âmbito rural, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) condicionam a propriedade ao cumprimento de critérios como produtividade, preservação ambiental e respeito às relações de trabalho. Nesse cenário, a desapropriação para fins de reforma agrária, o Imposto Territorial Rural (ITR), a regularização fundiária e o crédito rural atuam como instrumentos voltados à democratização do acesso à terra e ao combate da improdutividade fundiária.

Ainda assim, o espaço rural também evidencia tensões entre a proteção da propriedade privada e a necessidade de reduzir desigualdades históricas relacionadas à concentração de terras. Dessa forma, a função social da propriedade permanece como importante mecanismo de equilíbrio entre interesses patrimoniais e demandas coletivas por inclusão social, moradia e justiça distributiva.

3 O DIREITO À MORADIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O direito à moradia ocupa posição central entre os direitos fundamentais, por sua relação direta com a dignidade da pessoa humana e com uma vida digna. Não se limita ao abrigo físico, mas envolve condições adequadas de existência, como segurança, privacidade e acesso a serviços essenciais. Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao reconhecê-lo como direito social, reafirma o compromisso estatal com sua efetivação, especialmente em um cenário de profundas desigualdades.

Entretanto, apesar de sua previsão normativa, o direito à moradia ainda enfrenta desafios significativos em sua concretização. A persistên-

cia do déficit habitacional, a expansão de ocupações informais e a segregação socioespacial evidenciam a distância entre o plano jurídico e a realidade social. Nesse cenário, o direito à moradia não pode ser analisado de forma isolada, devendo ser compreendido em diálogo com outros institutos, especialmente o direito de propriedade e sua função social. Assim, este capítulo propõe uma reflexão crítica sobre o papel da moradia como direito fundamental, considerando suas bases normativas e os obstáculos que ainda limitam sua plena efetividade.

3.1 CONCEITO E CONTEÚDO DO DIREITO À MORADIA

O direito à moradia constitui direito fundamental de natureza social, previsto no art. 6º da Constituição Federal, sendo indispensável para a concretização da dignidade da pessoa humana. Para Maria Helena Diniz, trata-se de direito de segunda geração que exige atuação positiva do Estado por meio de políticas públicas voltadas à garantia de condições mínimas de existência digna. Nesse contexto, a moradia ultrapassa a ideia de simples abrigo físico, relacionando-se diretamente ao mínimo existencial e à proteção da pessoa e da família.

Sob essa perspectiva, a tutela jurídica da moradia manifesta-se em instrumentos como a impenhorabilidade do bem de família, prevista na Lei nº 8.009/1990, destinada a assegurar estabilidade habitacional e impedir que a entidade familiar seja privada arbitrariamente de sua residência. Carlos Roberto Gonçalves, ao analisar a constitucionalização do Direito Civil, sustenta que a Constituição Federal passou a orientar a interpretação das relações privadas, aproximando o direito de propriedade de sua dimensão social.

Para o autor, a moradia também possui natureza ligada aos direitos da personalidade, pois se relaciona à privacidade, à integridade psíquica e ao desenvolvimento do indivíduo. Além disso, destaca a relevância da posse exercida para fins habitacionais, especialmente nas hipóteses de usucapião especial urbana, reconhecendo que a propriedade deve atender à sua função social. Dessa forma, questiona-se a legitimidade da manu-

tenção de imóveis sem utilidade social enquanto parcela significativa da população permanece sem acesso à habitação digna.

O conteúdo do direito à moradia não se limita à existência material de uma construção, exigindo condições mínimas de habitabilidade, segurança, saneamento básico e acesso a serviços essenciais. Também pressupõe proteção contra despejos arbitrários e remoções sem amparo legal, assegurando estabilidade mínima à vida familiar e social.

A proteção da moradia encontra fundamento central na Constituição Federal de 1988, especialmente nos arts. 1º, III, 5º, XXII e XXIII, e 6º, que consagram a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade e os direitos sociais. A inclusão da moradia no rol dos direitos fundamentais pela Emenda Constitucional nº 26/2000 reforçou a compreensão de que o acesso à habitação digna integra o mínimo existencial e deve orientar tanto a atuação estatal quanto as relações privadas.

No âmbito infraconstitucional, o Código Civil de 2002 fortaleceu essa proteção ao estabelecer princípios como a função social do contrato e a boa-fé objetiva, previstos nos arts. 421 e 422. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro busca compatibilizar a proteção da propriedade privada com os valores da justiça social e da dignidade da pessoa humana.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

A efetivação do direito à moradia depende diretamente da atuação do Estado por meio de políticas públicas habitacionais capazes de enfrentar desigualdades sociais historicamente presentes no Brasil. Ao longo do tempo, diferentes programas buscaram ampliar o acesso à habitação, destacando-se o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964, que, embora tenha contribuído para o crescimento da política habitacional, também favoreceu a expansão periférica das cidades e a segregação urbana.

Com a Constituição Federal de 1988, fortaleceu-se a compreensão de que a moradia e a função social da propriedade deveriam orientar a

política urbana brasileira. Posteriormente, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e programas como o Minha Casa, Minha Vida consolidaram instrumentos voltados à ampliação do acesso à habitação popular e à redução da exclusão urbana.

Apesar desses avanços, a realidade brasileira ainda revela obstáculos estruturais significativos. O elevado custo da moradia, a precariedade da infraestrutura urbana e a dificuldade de acesso a serviços essenciais demonstram que a garantia do direito à habitação não se resume à construção de unidades habitacionais. Em muitos casos, as políticas públicas acabaram deslocando populações de baixa renda para áreas periféricas, distantes de oportunidades de trabalho, transporte e equipamentos públicos, reforçando processos de segregação socioespacial.

Além disso, a valorização imobiliária e a especulação urbana contribuem para fenômenos como a gentrificação, que expulsa populações vulneráveis de regiões centrais e intensifica desigualdades no acesso à cidade. Assim, a efetivação do direito à moradia exige políticas urbanas integradas, capazes de compatibilizar habitação, inclusão social e cumprimento da função social da propriedade.

3.3 A MORADIA DIGNA COMO ELEMENTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, III, da Constituição Federal, constitui fundamento estruturante do ordenamento jurídico brasileiro e parâmetro interpretativo dos direitos fundamentais. Nesse contexto, a moradia não pode ser compreendida apenas como bem patrimonial ou necessidade material, mas como condição indispensável para que o indivíduo exerça plenamente sua cidadania e desenvolva sua personalidade. Falar em dignidade sem garantir condições mínimas de habitação significa esvaziar o próprio conteúdo desse princípio constitucional.

A moradia digna representa mais do que um teto físico. Trata-se de espaço de proteção, privacidade, convivência familiar e estabilidade

social. A ausência de condições adequadas de habitação compromete diretamente outros direitos fundamentais, como saúde, segurança, intimidade, educação e trabalho. Assim, o direito à moradia funciona como verdadeiro pressuposto para a efetivação de diversos outros direitos constitucionais.

Nessa perspectiva, Flávio Tartuce sustenta que o Direito Civil contemporâneo passou por um processo de repersonalização, no qual a proteção da pessoa humana prevalece sobre a lógica puramente patrimonialista do modelo clássico. Para o autor, os direitos fundamentais também produzem efeitos nas relações privadas, razão pela qual o exercício do direito de propriedade deve observar os limites impostos pela dignidade da pessoa humana.

Outro ponto relevante refere-se à teoria do patrimônio mínimo, desenvolvida por Luiz Edson Fachin e posteriormente difundida por diversos civilistas, entre eles Flávio Tartuce. Segundo Fachin (2006), o ordenamento jurídico deve assegurar ao indivíduo um núcleo patrimonial mínimo, capaz de garantir sua sobrevivência digna e o pleno desenvolvimento de sua personalidade. Nesse contexto, a moradia ocupa posição central nesse patrimônio existencial, razão pela qual a proteção do bem de família transcende interesses meramente econômicos e assume relevante dimensão constitucional.

Além disso, o Código Civil de 2002, ao incorporar princípios como a socialidade e a função social da propriedade, evidencia a valorização da proteção da pessoa humana e da utilização socialmente adequada da propriedade. A tutela jurídica da posse para fins de moradia demonstra que o ordenamento passou a considerar não apenas a titularidade formal do bem, mas também sua finalidade social e existencial.

Sob essa ótica, o direito à moradia deve ser interpretado como elemento essencial da própria dignidade da pessoa humana e não apenas como política pública assistencial. Garantir moradia digna significa assegurar pertencimento social, estabilidade e condições mínimas para o

exercício da liberdade e da cidadania, tornando a proteção habitacional instrumento indispensável para a concretização da justiça social.

4 CONFLITOS ENTRE O DIREITO DE PROPRIEDADE E O DIREITO À MORADIA

A relação entre o direito de propriedade e o direito à moradia representa uma das principais tensões do constitucionalismo contemporâneo brasileiro. Embora a Constituição Federal assegure a proteção da propriedade privada, também condiciona seu exercício ao cumprimento da função social e reconhece a moradia como direito fundamental indispensável à dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, surgem conflitos jurídicos e sociais que exigem constante ponderação entre interesses patrimoniais individuais e necessidades coletivas relacionadas ao acesso à habitação digna.

A complexidade dessa discussão revela que a propriedade não pode mais ser analisada sob perspectiva exclusivamente econômica ou individualista. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades urbanas e elevado déficit habitacional, torna-se inevitável questionar até que ponto o exercício absoluto do direito de propriedade se compatibiliza com os objetivos constitucionais de justiça social. Assim, o presente capítulo busca analisar os principais conflitos existentes entre a tutela da propriedade privada e a efetivação do direito à moradia, observando os limites constitucionais, sociais e jurídicos que permeiam essa relação.

4.1 NATUREZA DOS CONFLITOS POSSESSÓRIOS E FUNDIÁRIOS

Os conflitos possessórios e fundiários possuem natureza complexa, pois ultrapassam a simples discussão jurídica acerca da titularidade de um bem. Enquanto os conflitos possessórios se concentram na proteção da posse, entendida como situação de fato exercida sobre a coisa, os conflitos fundiários abrangem questões mais amplas relacionadas à regularização da terra, ao uso social da propriedade e ao acesso à moradia. Nesse contexto, tais conflitos deixam de representar apenas disputas patrimoni-

ais individuais e passam a envolver relevantes dimensões sociais, econômicas e constitucionais.

Diferentemente das ações possessórias tradicionais previstas no ordenamento jurídico, muitos conflitos fundiários contemporâneos envolvem grupos vulneráveis, famílias de baixa renda e movimentos sociais que buscam efetivar direitos fundamentais básicos, especialmente o direito à moradia. Em áreas urbanas, essas disputas geralmente decorrem do déficit habitacional e da ocupação de imóveis abandonados ou subutilizados. Já no âmbito rural, os conflitos frequentemente estão relacionados à concentração fundiária, à improdutividade da terra e às demandas por reforma agrária. Dessa forma, torna-se insuficiente analisar tais controvérsias apenas sob perspectiva formal da propriedade, ignorando as desigualdades estruturais que permeiam o acesso à terra no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 alterou significativamente a compreensão desses conflitos ao condicionar o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social. Assim, o Poder Judiciário passou a ser desafiado a equilibrar a tutela da propriedade privada com a proteção da dignidade da pessoa humana e do direito à moradia.

Nesse cenário, embora ações possessórias como a reintegração de posse permaneçam instrumentos legítimos de proteção jurídica, cresce a percepção de que soluções exclusivamente repressivas nem sempre resolvem a complexidade social dos conflitos fundiários.

Por essa razão, iniciativas como as Comissões de Soluções Fundiárias, instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça, buscam priorizar mecanismos de mediação e resolução pacífica, evitando despejos coletivos violentos e promovendo soluções mais compatíveis com os princípios constitucionais da justiça social e da função social da propriedade.

4.2 OCUPAÇÕES URBANAS E INFORMAIS

As ocupações urbanas e a informalidade habitacional constituem reflexos diretos da desigualdade social e da histórica exclusão do acesso à

cidade no Brasil. Mais do que simples irregularidades urbanísticas, tais fenômenos revelam a incapacidade do Estado e do mercado imobiliário de garantir moradia digna para significativa parcela da população. Nesse contexto, Guilherme Boulos em, Por que ocupamos? sustenta que as ocupações urbanas representam formas legítimas de resistência social diante da concentração imobiliária e da existência de imóveis abandonados que não cumprem sua função social.

Para Boulos, a ocupação surge como consequência da contradição entre milhares de famílias sem moradia e propriedades urbanas mantidas vazias para fins especulativos. Sob essa perspectiva, ocupar não significa apenas invadir um espaço, mas reivindicar o próprio direito à cidade e à dignidade humana. A ocupação passa, assim, a assumir caráter político e social, evidenciando a insuficiência das políticas habitacionais e a prevalência de interesses econômicos sobre necessidades fundamentais.

Raquel Rolnik em O que é a cidade? também analisa criticamente o processo de urbanização brasileiro, destacando que a informalidade tornou-se, para grande parte da população, o único meio possível de acesso à cidade. Segundo a autora, o planejamento urbano historicamente privilegiou setores economicamente favorecidos, empurrando populações vulneráveis para áreas periféricas e irregulares. Dessa forma, a cidade formal convive com uma cidade informal constantemente marginalizada, embora indispensável para o funcionamento da própria dinâmica urbana.

Nesse sentido, entende-se que as ocupações urbanas revelam não apenas conflitos possessórios, mas profundas falhas estruturais relacionadas à efetivação do direito à moradia e da função social da propriedade. Criminalizar automaticamente a informalidade urbana sem enfrentar suas causas históricas significa ignorar a desigualdade que marca o acesso à terra e à cidade no Brasil. Assim, o debate sobre ocupações urbanas exige análise que ultrapasse a proteção patrimonial isolada, incorporando os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da justiça social e da função social da propriedade.

4.3 REINTEGRAÇÃO DE POSSE VERSUS DIREITO À MORADIA

O conflito entre a reintegração de posse e o direito à moradia representa uma das maiores tensões jurídicas e sociais do cenário urbano brasileiro contemporâneo. De um lado, o ordenamento jurídico assegura ao possuidor o direito de recuperar judicialmente a posse de um imóvel em caso de esbulho, conforme prevê o artigo 560 do Código de Processo Civil. De outro, a Constituição Federal reconhece a moradia como direito social fundamental no artigo 6º, especialmente relevante em situações envolvendo famílias em condição de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o Judiciário frequentemente se vê diante da difícil tarefa de equilibrar a proteção da propriedade e da posse com a preservação da dignidade da pessoa humana.

Na prática, esse conflito revela problemas estruturais profundamente ligados ao déficit habitacional brasileiro e à desigualdade no acesso à terra urbana. Grande parte das ocupações coletivas ocorre em imóveis abandonados ou sem qualquer destinação social, enquanto milhares de famílias permanecem sem acesso à moradia digna. Surge, então, importante questionamento: é legítimo garantir proteção absoluta a propriedades que não cumprem função social enquanto pessoas utilizam esses espaços como única alternativa de sobrevivência? Essa realidade faz com que a discussão ultrapasse a análise puramente patrimonial e passe a envolver princípios constitucionais relacionados à justiça social e à função social da propriedade.

Embora o Código de Processo Civil permita a concessão liminar da reintegração de posse nos casos em que o esbulho tenha ocorrido há menos de ano e dia, a aplicação automática dessa medida em ocupações coletivas pode gerar graves impactos sociais. Desocupações forçadas frequentemente atingem famílias inteiras, incluindo crianças, idosos e pessoas em extrema vulnerabilidade, sem que exista qualquer política pública capaz de oferecer alternativa habitacional adequada. Dessa forma, o

cumprimento estritamente formal da tutela possessória pode acabar produzindo violação ainda maior à dignidade humana.

Por essa razão, os tribunais brasileiros, especialmente o Supremo Tribunal Federal, passaram a adotar postura mais cautelosa em conflitos fundiários coletivos. Cresce o entendimento de que a reintegração de posse deve observar critérios de proporcionalidade, planejamento e mediação, evitando remoções abruptas e violentas. Em muitos casos, juízes condicionam o cumprimento das ordens de despejo à concessão de prazo razoável para desocupação ou à atuação do poder público na oferta de soluções habitacionais.

Além disso, a função social da posse e da propriedade vem sendo utilizada como importante elemento de ponderação nessas controvérsias. Imóveis abandonados, utilizados apenas para especulação imobiliária, passam a ter proteção jurídica relativizada diante da necessidade de concretização do direito fundamental à moradia. Isso não significa negar o direito de propriedade, mas reconhecer que ele não possui caráter absoluto dentro da ordem constitucional inaugurada em 1988.

Assim, o conflito entre reintegração de posse e direito à moradia evidencia uma das maiores contradições sociais brasileiras: a coexistência entre imóveis vazios e milhões de pessoas sem habitação digna. A dificuldade de solução desses conflitos demonstra que o problema habitacional não pode ser tratado exclusivamente pelo Poder Judiciário, exigindo políticas públicas eficazes capazes de conciliar proteção possessória, função social da propriedade e garantia da dignidade da pessoa humana.

4.4 APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A aplicação do princípio da proporcionalidade tornou-se essencial nos conflitos entre reintegração de posse e direito à moradia, especialmente em ocupações coletivas urbanas e rurais envolvendo populações vulneráveis. Diante da colisão entre direitos fundamentais constitucionalmente protegidos, os tribunais superiores passaram a reconhecer que a

tutela possessória não pode ser executada de maneira automática e descontextualizada, exigindo análise concreta dos impactos sociais decorrentes das decisões judiciais.

Nesse cenário, destaca-se a ADPF 828, proposta durante a pandemia da COVID-19. Sob relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo Tribunal Federal suspendeu temporariamente remoções e despejos coletivos, reconhecendo que a retirada forçada de famílias em situação de vulnerabilidade poderia agravar violações aos direitos fundamentais relacionados à moradia, à saúde e à dignidade da pessoa humana.

Embora a suspensão das remoções tenha perdido vigência, a decisão produziu importantes reflexos permanentes na condução dos conflitos fundiários coletivos. O STF passou a exigir maior observância da proporcionalidade nas reintegrações de posse, recomendando medidas como audiências de mediação, inspeções judiciais e planejamento prévio das desocupações, além da participação do poder público na busca de soluções habitacionais para as famílias atingidas. Assim, a jurisprudência passou a afastar soluções possessórias estritamente patrimonialistas, exigindo compatibilização entre a proteção da propriedade e os direitos fundamentais sociais.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, também se observa interpretação voltada à proteção existencial da moradia. Destaca-se a Súmula 486 do STJ, segundo a qual o único imóvel residencial da entidade familiar permanece impenhorável mesmo quando alugado a terceiros, desde que a renda obtida seja revertida para a subsistência ou moradia da família. O entendimento demonstra que a tutela jurídica da moradia ultrapassa a simples ocupação física do imóvel, alcançando sua função social e sua relação direta com a dignidade humana.

Dessa forma, a jurisprudência contemporânea dos tribunais superiores evidencia um movimento de constitucionalização do Direito Civil e Processual Civil, no qual a proteção patrimonial deve coexistir com a efetivação dos direitos fundamentais, ais do que assegurar a propriedade

em sentido econômico, busca-se construir soluções compatíveis com a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade e a redução das desigualdades sociais.

5 INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE CONCILIAÇÃO ENTRE PROPRIEDADE E MORADIA

A Constituição Federal de 1988 passou a exigir que o direito de propriedade seja exercido em conformidade com sua função social, especialmente diante da necessidade de efetivação do direito fundamental à moradia. Nesse contexto, o ordenamento jurídico brasileiro desenvolveu diversos instrumentos destinados a equilibrar interesses patrimoniais e demandas sociais, buscando compatibilizar a proteção da propriedade privada com a dignidade da pessoa humana e a justiça social.

Assim, mecanismos como a regularização fundiária, a usucapião especial, a mediação de conflitos coletivos e a proteção do bem de família demonstram que a solução dos conflitos fundiários não pode ocorrer apenas sob perspectiva patrimonialista. Mais do que proteger a titularidade formal do imóvel, tais instrumentos procuram assegurar o cumprimento da função social da propriedade e garantir condições mínimas de moradia digna.

5.1 USUCAPIÃO

A usucapião constitui importante instrumento de concretização do direito à moradia e de valorização da posse socialmente útil. Por meio desse instituto, o ordenamento jurídico reconhece que a utilização efetiva do imóvel pode prevalecer sobre a simples titularidade formal, especialmente em situações marcadas pela ausência de destinação social da propriedade.

A usucapião especial urbana, prevista no art. 183 da Constituição Federal, no art. 1.240 do Código Civil e no art. 9º do Estatuto da Cidade, possui finalidade diretamente relacionada à proteção da moradia. O insti-

tuto busca regularizar situações consolidadas de ocupação urbana destinadas à habitação, permitindo que a posse exercida de forma contínua e pacífica produza efeitos jurídicos relevantes. Nesse contexto, imóveis abandonados ou mantidos apenas para fins especulativos podem perder proteção diante da utilização socialmente adequada do bem.

No âmbito rural, a usucapião especial rural, prevista no art. 191 da Constituição Federal e no art. 1.239 do Código Civil, apresenta enfoque voltado ao aproveitamento produtivo da terra e à valorização do trabalho rural. A modalidade procura combater a improdutividade fundiária e promover maior efetividade no acesso à terra, especialmente em um cenário historicamente marcado pela concentração agrária e pelos conflitos fundiários.

Além das modalidades individuais, o ordenamento jurídico prevê a usucapião especial coletiva urbana, disciplinada pelo art. 10 do Estatuto da Cidade. O instituto destina-se principalmente às comunidades de baixa renda estabelecidas em áreas urbanas ocupadas coletivamente, funcionando como relevante mecanismo de regularização fundiária e inclusão social em cidades marcadas pela informalidade habitacional.

Entretanto, a usucapião também desperta debates relevantes envolvendo a tensão entre segurança jurídica e efetivação do direito à moradia. Parte da doutrina entende que a ampliação excessiva do instituto pode gerar insegurança patrimonial, enquanto outra sustenta que a proteção constitucional da moradia e a necessidade de combater a ociosidade imobiliária justificam uma interpretação mais voltada à função social da propriedade. Nesse cenário, a usucapião revela-se importante instrumento de equilíbrio entre proteção patrimonial e justiça social.

5.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Regularização Fundiária Urbana (REURB), instituída pela Lei nº 13.465/2017, representa importante instrumento jurídico voltado à efetivação do direito à moradia e à inclusão urbana. Seu objetivo consiste na

regularização de núcleos urbanos informais por meio de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, permitindo que ocupações irregulares passem a integrar formalmente o espaço urbano. Nesse contexto, a REURB busca enfrentar a histórica informalidade habitacional presente nas cidades brasileiras.

A legislação prevê duas modalidades de regularização: a REURB-S, destinada à população de baixa renda, e a REURB-E, voltada a ocupações envolvendo pessoas com maior capacidade econômica. Enquanto a primeira possui caráter social e garante gratuidade de diversos atos administrativos e registrais, a segunda atribui aos beneficiários os custos da regularização. Tal divisão demonstra a preocupação do legislador em adaptar o procedimento às diferentes realidades sociais existentes no país.

Além da emissão do título de propriedade, a regularização fundiária proporciona maior segurança jurídica aos ocupantes e favorece a implementação de infraestrutura urbana básica. Dessa forma, contribui para a redução da informalidade e para a ampliação do acesso à moradia digna.

Entretanto, a efetivação da REURB ainda enfrenta dificuldades relacionadas à estrutura administrativa dos municípios e à implementação de políticas urbanas integradas. Assim, embora represente importante avanço na concretização do direito à moradia e da função social da propriedade, sua efetividade depende da atuação coordenada do poder público e dos demais agentes envolvidos no processo de regularização fundiária.

5.3 DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL

A desapropriação por interesse social constitui relevante instrumento de concretização da função social da propriedade e de efetivação do direito à moradia. Embora o direito de propriedade seja garantido constitucionalmente, a Constituição Federal admite a intervenção estatal mediante justa e prévia indenização quando o imóvel deixa de atender a finalidades socialmente relevantes.

Nesse contexto, Carlos Roberto Gonçalves sustenta que a propriedade deve coexistir com os interesses da coletividade, não podendo ser utilizada de forma abusiva ou improdutiva. A desapropriação, portanto, surge como mecanismo legítimo de atuação do poder público diante de imóveis abandonados, subutilizados ou mantidos apenas para fins especulativos.

No âmbito urbano, esse instrumento possui forte relação com a política habitacional e com o combate à exclusão social. A existência de imóveis vazios em áreas dotadas de infraestrutura contrasta com a permanência de elevado déficit habitacional e com o crescimento de ocupações informais, evidenciando a necessidade de compatibilizar propriedade privada e função social da cidade.

Dessa forma, a desapropriação por interesse social não representa eliminação do direito de propriedade, mas adequação de seu exercício aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da justiça social e do direito à moradia.

5.4 MEDIAÇÃO E SOLUÇÕES CONSENSUAIS

A mediação e as soluções consensuais passaram a ocupar papel relevante nos conflitos fundiários coletivos, especialmente diante da insuficiência das medidas puramente coercitivas para solucionar disputas envolvendo moradia e vulnerabilidade social. Em muitos casos, a simples execução de ordens de reintegração de posse não resolve o problema habitacional, apenas desloca famílias para novas situações de precariedade e exclusão urbana. Nesse contexto, cresce a compreensão de que os conflitos possessórios exigem tratamento mais humanizado e compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade.

Com essa finalidade, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e determinou, por meio da Resolução nº 510/2023, a criação de comissões regionais nos Tribunais de

Justiça e Tribunais Regionais Federais. O objetivo dessas comissões é promover a mediação em conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais, especialmente em áreas ocupadas por populações vulneráveis para fins de moradia ou trabalho, buscando alternativas à desocupação forçada.

A atuação dessas comissões demonstra mudança gradual na forma de tratamento dos conflitos possessórios no Brasil. A lógica tradicional, centrada exclusivamente na proteção patrimonial, passa a coexistir com mecanismos voltados à construção de soluções negociadas entre ocupantes, proprietários e poder público. Assim, busca-se priorizar medidas como regularização fundiária, reassentamento, planejamento das desocupações e garantia de alternativas habitacionais adequadas.

Apesar dos avanços, a efetividade da mediação ainda enfrenta desafios relacionados à ausência de políticas públicas estruturadas e à própria desigualdade social que marca o acesso à terra urbana. Ainda assim, as soluções consensuais representam importante instrumento de prevenção de despejos violentos e de concretização da justiça social nos conflitos fundiários coletivos.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A efetivação da função social da propriedade ainda representa importante desafio no cenário brasileiro, especialmente diante da permanência da desigualdade urbana, da especulação imobiliária e do déficit habitacional. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha condicionado o direito de propriedade ao atendimento de finalidades sociais, observa-se, na prática, a coexistência entre imóveis abandonados ou subutilizados e milhares de pessoas sem acesso à moradia digna. Além disso, dificuldades burocráticas, ausência de planejamento urbano eficiente e insuficiência de políticas públicas limitam a aplicação efetiva dos instrumentos previstos no ordenamento jurídico.

Por outro lado, percebe-se avanço gradual na construção de uma interpretação mais constitucionalizada da propriedade privada, especialmente por meio da atuação do Poder Judiciário, da regularização fundiária e dos mecanismos de mediação em conflitos coletivos. Nesse contexto, a efetivação da função social da propriedade depende não apenas da existência de normas jurídicas, mas também da atuação integrada entre Estado e sociedade para garantir cidades mais inclusivas, compatibilizando proteção patrimonial, direito à moradia e dignidade da pessoa humana.

6.1 LIMITAÇÕES PRÁTICAS E INSTITUCIONAIS E A INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A efetivação da função social da propriedade ainda enfrenta relevantes obstáculos no contexto brasileiro. Conforme sustenta David Harvey, na obra Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana, o espaço urbano historicamente foi organizado segundo a lógica da valorização imobiliária e da acumulação do capital, frequentemente afastando populações de baixa renda das áreas centrais e do acesso adequado à infraestrutura urbana.

Esse cenário evidencia a contradição entre a previsão constitucional da função social da propriedade e a realidade das cidades brasileiras, marcadas pela coexistência de imóveis vazios e déficit habitacional. Nessa perspectiva, Guilherme Boulos destaca que as ocupações urbanas surgem como manifestação concreta da desigualdade estrutural no acesso à terra e à moradia.

Além disso, muitas políticas habitacionais mostram-se insuficientes para promover efetiva inclusão urbana. Em diversos casos, empreendimentos habitacionais são implementados em regiões afastadas dos centros econômicos e carentes de serviços públicos essenciais, o que limita a concretização do próprio direito à cidade. Soma-se a isso a insuficiência de investimentos estatais e a elaboração de políticas públicas pouco integradas às necessidades reais das comunidades afetadas.

Outro aspecto relevante refere-se à crescente judicialização e criminalização dos conflitos fundiários urbanos. Frequentemente, ocupações coletivas são tratadas sob perspectiva predominantemente repressiva, priorizando remoções forçadas em vez de soluções estruturais voltadas à efetivação do direito à moradia. Dessa forma, percebe-se que a concretização da função social da propriedade depende não apenas de previsão normativa, mas também de políticas urbanas capazes de enfrentar as desigualdades históricas que estruturam o espaço urbano brasileiro.

6.2 CAMINHOS PARA A HARMONIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A harmonização entre o direito de propriedade e o direito à moradia exige interpretação constitucional capaz de compatibilizar proteção patrimonial e direitos fundamentais sociais. A Constituição Federal de 1988 assegura a propriedade privada, mas condiciona seu exercício ao cumprimento da função social e à observância da dignidade da pessoa humana. Assim, os conflitos fundiários devem ser solucionados por meio de ponderação proporcional, evitando tanto a proteção irrestrita da propriedade quanto a desconsideração da segurança jurídica.

Nesse contexto, o fortalecimento de políticas públicas habitacionais e de instrumentos de regularização fundiária revela-se essencial para reduzir conflitos possessórios e ampliar o acesso à moradia digna. Medidas como a REURB, a usucapião especial e os programas habitacionais demonstram que a efetivação do direito à moradia pode coexistir com a proteção da propriedade privada, desde que observada sua finalidade social. Além disso, mecanismos de mediação fundiária e iniciativas como as Comissões de Soluções Fundiárias do CNJ contribuem para soluções mais adequadas e menos repressivas nos conflitos coletivos.

Por fim, a efetivação da função social da propriedade depende não apenas de previsão normativa, mas também da atuação integrada entre Estado, Poder Judiciário e sociedade civil. Mais do que proteger interesses patrimoniais isolados, o ordenamento jurídico deve buscar a construção

de cidades mais inclusivas, democráticas e compatíveis com os objetivos constitucionais de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu constatar que a Constituição Federal de 1988 transformou o conteúdo do direito de propriedade no Brasil. Superada a concepção liberal que o tratava como direito absoluto e individual, a propriedade passou a ter seu exercício condicionado ao cumprimento da função social e à realização de direitos fundamentais, entre eles o direito à moradia, reconhecido como direito social vinculado à dignidade da pessoa humana.

A análise da propriedade urbana e rural mostrou que o ordenamento jurídico dispõe de instrumentos capazes de dar efetividade a esse modelo, como a desapropriação por interesse social, a usucapião, a regularização fundiária e a mediação de conflitos coletivos. Esses mecanismos demonstram que a proteção da propriedade privada e a garantia da moradia digna não são incompatíveis, desde que a propriedade atenda à sua finalidade social.

Verificou-se, contudo, que a previsão normativa não tem bastado para alterar a realidade das cidades brasileiras, marcadas pela coexistência de imóveis vazios ou subutilizados e de expressivo déficit habitacional. A especulação imobiliária, a segregação socioespacial, a insuficiência e a pouca integração das políticas habitacionais e o tratamento predominantemente repressivo dado às ocupações urbanas permanecem como obstáculos estruturais e institucionais à concretização da função social da propriedade.

Nos conflitos entre reintegração de posse e proteção da moradia, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça indica que a solução deve passar pela ponderação proporcional dos direitos envolvidos, evitando tanto a proteção irrestrita da propriedade quanto a desconsideração da segurança jurídica. Nessa

direção, as soluções consensuais e as Comissões de Soluções Fundiárias instituídas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça representam caminho mais adequado do que a remoção forçada.

Conclui-se que a harmonização entre o direito de propriedade e o direito à moradia depende menos de novas normas do que da efetivação das já existentes, por meio de políticas públicas integradas, do fortalecimento da regularização fundiária e da atuação conjunta do Estado, do Poder Judiciário e da sociedade civil. Somente assim a função social da propriedade deixará de ser apenas um comando constitucional para se traduzir em cidades mais inclusivas, democráticas e compatíveis com os objetivos de justiça social.

REFERÊNCIAS

BOULOS, Guilherme**. Por que ocupamos**? Uma introdução à luta dos sem-teto. 3ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

BRASIL**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL**. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Lei da Reforma Agrária** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990., **Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8009.htm

BRASIL**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana (REURB).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 486**. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2012. Disponível em: https://www.stj.jus.br. Acesso em: 26 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução n. 510, de 26 de junho de 2023**. Brasília,DF: CNJ, 2023. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5172

DINIZ, Maria Helena. **Manual de direito civil**. 5. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

DUGUIT, Léon. **Fundamentos do direito**. Martin Claret, 2009

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto jurídico do patrimônio mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** direito das coisas. Vol. 5. 20. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Nídia Nacib Pontuschka et al. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 828/DF**. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Medida cautelar referendada em 09 dez. 2021. Brasília, DF: STF, 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6155697. Acesso em: 09 mar. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil:** volume único. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025.

A juridicidade dos jogos de azar on-line: lacunas normativas, riscos sociais e a urgência regulatória

The legality of online gambling: regulatory gaps, social risks, and the urgency of regulation

Analy Alves de Souza[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
SOUZA, Analy Alves de; FACUNDES, Williane Tibúrcio. A juridicidade dos jogos de azar on-line: lacunas normativas, riscos sociais e a urgência regulatória. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 593-625.

RESUMO

O presente trabalho analisa a juridicidade dos jogos de azar on-line no Brasil, considerando as transformações tecnológicas, as lacunas normativas e os riscos sociais associados à expansão das plataformas digitais. O estudo parte da evolução histórica da regulação dos jogos de azar, marcada pela alternância entre períodos de proibição e permissividade, até a construção do atual modelo regulatório das apostas de quota fixa. Examina-se a relação entre o artigo 50 da Lei de Contravenções Penais e as Leis nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023, destacando-se a tensão entre legalidade, tipicidade penal, segurança jurídica e mutação tecnológica. Também são abordados os desafios relacionados à territorialidade e à jurisdição no ambiente virtual, à tributação, à lavagem de dinheiro, à publicidade realizada por influenciadores e à responsabilidade civil das plataformas. O trabalho dedica especial atenção à ludopatia, à vulnerabilidade digital e à proteção de crianças e adolescentes, ressaltando a necessidade de mecanismos de jogo responsável,

[1] Discente do 8º período do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

transparência e proteção do consumidor. A pesquisa ainda apresenta modelos regulatórios internacionais e discute a experiência brasileira, caracterizada pela combinação entre exploração econômica privada e controle estatal. Conclui-se que a regulação representa alternativa mais adequada que a proibição absoluta, desde que acompanhada de fiscalização efetiva, mecanismos de compliance, prevenção de ilícitos, proteção social e atualização normativa contínua. Assim, a consolidação do setor depende da capacidade estatal de equilibrar liberdade econômica, arrecadação, segurança jurídica e redução dos impactos sociais decorrentes das apostas digitais.

Palavras-chave: Jogos de azar. Apostas on-line. Regulação. Proteção do consumidor. Segurança jurídica.

ABSTRACT

This paper analyzes the legality of online gambling in Brazil, considering technological transformations, regulatory gaps, and social risks associated with the expansion of digital platforms. The study begins with the historical evolution of gambling regulation, marked by alternating periods of prohibition and permissiveness, until the construction of the current regulatory model for fixed-odds betting. It examines the relationship between Article 50 of the Criminal Misdemeanors Act and Laws No. 13,756/2018 and No. 14,790/2023, highlighting tensions involving legality, criminal typicity, legal certainty, and technological change. The paper also addresses challenges related to territoriality and jurisdiction in the virtual environment, taxation, money laundering, advertising by digital influencers, and the civil liability of platforms. Particular attention is given to gambling disorder, digital vulnerability, and the protection of children and adolescents, emphasizing the need for responsible gambling mechanisms, transparency, and consumer protection. The study further presents international regulatory models and discusses the Brazilian experience, characterized by a combination of private economic exploitation and state control. It concludes that regulation represents a more appropriate alternative than an absolute prohibition, provided that it is accompanied by effective oversight, compliance mechanisms, prevention of unlawful practices, social protection, and continuous regulatory updating. Therefore, consolidating the sector depends on the State's capacity to balance economic freedom, public revenue, legal certainty, and reduction of social impacts arising from digital betting.

Keywords: Gambling. Online betting. Regulation. Consumer protection. Legal certainty.

INTRODUÇÃO

O aumento significativo dos jogos de azar no ambiente digital tem se tornado bastante relevantes e levantado diversos debates no campo jurídico, especialmente no que se refere a evidente contradição dessas práticas com o ordenamento jurídico brasileiro e à necessidade de uma regulamentação adequada. Nesse contexto, o presente trabalho tem como tema a juridicidade dos jogos de azar on-line, com foco nas lacunas normativas existentes, nos riscos sociais decorrentes dessa atividade e na urgência de construção de um modelo regulatório eficaz. A ampliação do acesso à internet e o avanço das tecnologias digitais contribuíram para a popularização dessas práticas, muitas vezes operadas por plataformas estrangeiras, o que intensifica os desafios relacionados à fiscalização, à proteção dos usuários e ao combate a ilícitos.

Diante desse cenário, o estudo propõe inicialmente uma análise da evolução histórica da regulação dos jogos de azar, a fim de compreender como se estruturou o tratamento jurídico da matéria ao longo do tempo. Em seguida, analisa a relação entre os jogos de azar on-line e o ordenamento jurídico brasileiro, evidenciando as contradições normativas e os limites da legislação vigente. Por conseguinte, são abordados os principais desafios jurídicos decorrentes da exploração digital dessas atividades, com destaque para questões como a ausência de transparência, os riscos de dependência e a prática de crimes associados.

Assim, o trabalho apresenta uma análise dos modelos regulatórios internacionais, buscando identificar experiências que possam servir de referência e exemplo para o contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito à conciliação entre exploração econômica e controle estatal. Por fim, são discutidas as perspectivas normativas e os possíveis caminhos regulatórios, com o objetivo de contribuir para a construção de um sistema mais eficiente, capaz de garantir segurança jurídica, proteção social e

efetividade na atuação do Estado diante dessa realidade em constante transformação.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA REGULAÇÃO DOS JOGOS DE AZAR

As apostas em jogos de azar fazem parte da realidade brasileira há muitos anos, passando por períodos de proibição e de permissão, o que acompanha as mudanças sociais, culturais e econômicas do país. Os primeiros registros de jogos de aposta no país surgiram ainda no período colonial, no século XVI, trazidos pelos europeus como forma de entretenimento. Com isso, surgiram as primeiras casas de apostas, que se tornaram populares, especialmente entre as classes mais altas. Um exemplo marcante é o jogo do bicho, criado em 1892 por João Batista Viana Drummond, no Rio de Janeiro. Apesar de ser simples, sempre foi considerado ilegal, mas se espalhou por todo o país e continua existindo até hoje.

Entre 1930 e 1945, durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreu a chamada "era de ouro" dos cassinos, período em que os jogos foram permitidos. Isso trouxe crescimento econômico, aumento do turismo e geração de empregos. Jogos como blackjack e pôquer eram bastante populares, e os cassinos também ofereciam apresentações de artistas famosos, atraindo muitas pessoas influentes. No entanto, com o tempo, surgiram preocupações de ordem moral, o que levou à intervenção do Estado.

Assim, foi criado o Decreto-Lei nº 9.215, que proibiu a exploração dos jogos de azar no Brasil. Mesmo após essa proibição, houve várias tentativas de regulamentação ao longo dos anos, mas sem sucesso imediato. Apenas recentemente o tema voltou a ganhar força no cenário legislativo. Mesmo com restrições, o mercado continuou existindo de forma irregular, movimentando grandes valores e contando com a participação de figuras públicas na divulgação.

Por fim, a regulamentação mais recente, em vigor desde 2025, estabelece que apenas empresas autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) podem operar legalmente, desde que cumpram as exigên-

cias legais e paguem as taxas devidas. Além disso, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar o funcionamento do setor, fiscalizar as empresas e identificar possíveis irregularidades, como práticas ilegais e lavagem de dinheiro, contribuindo para um maior controle e organização desse mercado no Brasil.

1.1 PROIBIÇÃO TRADICIONAL E FUNDAMENTOS MORAIS DO DIREITO PENAL

A relação entre o Estado brasileiro e os jogos de azar revela uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que a exploração dessas atividades é tratada como contravenção penal pela Lei de Contravenções Penais, o próprio Estado passou a permitir e regulamentar práticas semelhantes, como as apostas online. Nesse contexto, conforme análise técnica do Banco Central do Brasil, é possível identificar três categorias principais: (I) as loterias, que operam sob monopólio estatal, com fiscalização oficial, sorteios públicos e regras previamente definidas; (II) as apostas esportivas, que envolvem riscos calculáveis com base em eventos reais e públicos, permitindo ao apostador acompanhar os resultados e entender os critérios utilizados; e (III) os jogos de azar em plataformas digitais, cuja dinâmica depende de algoritmos pouco transparentes e não verificáveis pelo usuário, como ocorre, por exemplo, com o chamado "jogo do tigrinho".

A criminalização tem como base o artigo 50 da Lei de Contravenções Penais, mas parte da doutrina entende que o uso do Direito Penal nesse caso pode ser excessivo, já que a atividade poderia ser regulada administrativamente. Ainda assim, há uma lacuna normativa, principalmente na proteção dos usuários, o que reforça a necessidade de atuação do Estado na fiscalização e no combate a práticas ilícitas, como lavagem de dinheiro e fraudes.

Nesse contexto, embora exista previsão penal vigente, ainda se identifica uma lacuna normativa relevante, especialmente quanto à proteção dos usuários, que muitas vezes são induzidos a permanecer nessas

práticas. Assim, destaca-se o papel fundamental do Estado na fiscalização e no controle do setor, atuando no combate a ilícitos como lavagem de dinheiro, fraudes e a atuação de organizações criminosas.

Além das dificuldades relacionadas à fiscalização, a dimensão econômica do mercado de apostas evidencia a relevância do tema para o Estado brasileiro. A expansão das plataformas digitais e a atuação de operadores não autorizados demonstram a necessidade de mecanismos mais eficientes de controle, fiscalização e prevenção de ilícitos, especialmente diante da possibilidade de circulação de elevados recursos financeiros fora do ambiente regulado.

1.2 TRANSIÇÃO PARA MODELOS REGULATÓRIOS INTERNACIONAIS

A evolução do tratamento jurídico dos jogos de azar em diversos países revela a superação de modelos puramente proibitivos, substituídos por sistemas regulatórios mais estruturados, em razão das novas dinâmicas econômicas e do avanço das plataformas digitais.

No cenário internacional, observa-se a adoção de modelos que equilibram a exploração econômica com o controle estatal, por meio de licenças, fiscalização contínua e regras de transparência, proteção ao consumidor e prevenção de crimes, como a lavagem de dinheiro. Países como Reino Unido, Malta e Espanha destacam-se por possuírem estruturas consolidadas, com exigências como identificação de usuários, limites de apostas, políticas de jogo responsável e auditorias frequentes.

A experiência internacional demonstra que os diferentes países têm adotado modelos regulatórios próprios para enfrentar a expansão das apostas no ambiente digital, combinando mecanismos de licenciamento, fiscalização estatal e medidas de proteção aos consumidores. Embora existam diferenças entre os sistemas adotados, observa-se uma tendência de superação dos modelos exclusivamente proibitivos em favor de estruturas regulatórias capazes de acompanhar as transformações tecnológicas e econômicas do setor (DEUTSCHE WELLE, 2024).

1.3 A DIGITALIZAÇÃO E O COLAPSO DO PARADIGMA PROIBICIONISTA

O avanço das tecnologias digitais tem provocado profundas mudanças no setor de jogos de azar, enfraquecendo o modelo tradicionalmente proibitivo adotado por países como o Brasil. A popularização da internet e o surgimento de plataformas online facilitaram o acesso a essas atividades, muitas vezes por meio de sites estrangeiros, o que dificulta a atuação do Estado no controle e na repressão.

Nesse contexto, o modelo baseado na proibição mostra-se cada vez menos eficaz, pois as normas existentes já não são suficientes para impedir a expansão dos jogos de azar no ambiente virtual. A digitalização também ampliou o alcance das apostas, tornando-as mais acessíveis e atrativas, especialmente por meio de aplicativos e estratégias de engajamento contínuo, como a divulgação por influenciadores digitais, que muitas vezes promovem uma imagem ilusória da atividade, sem garantias efetivas de proteção ao usuário.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de revisão das políticas públicas, com foco não apenas na repressão, mas também na regulamentação e no controle dessas práticas. Assim, o crescimento dos jogos de azar no meio digital demonstra a insuficiência do modelo proibitivo clássico, impulsionando a adoção de abordagens mais modernas, baseadas na regulação, fiscalização e proteção do consumidor.

2 JOGOS DE AZAR ON-LINE E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Em 2018, o Brasil passou a permitir as chamadas apostas de quota fixa em eventos esportivos, por meio da Lei nº 13.756/2018, que já previa a necessidade de regulamentação da atividade. No entanto, essa regulamentação não foi efetivamente implementada à época, sendo retomada apenas posteriormente pelo governo federal.

Em 2023, o tema voltou à pauta com o envio de medida provisória ao Congresso Nacional, que, após alterações legislativas, resultou na ampliação do modelo para incluir também os jogos online. Esse processo culminou na sanção da Lei nº 14.790/2023, que passou a disciplinar de forma mais abrangente o setor.

A competência regulatória foi atribuída ao Ministério da Fazenda, que criou, em 2024, a Secretaria de Prêmios e Apostas, responsável por estruturar e fiscalizar o mercado. Nesse mesmo período, foram editadas normas detalhadas para o funcionamento das plataformas e para a proteção dos usuários.

A evolução legislativa demonstra que o ordenamento jurídico brasileiro passou por um processo de transição normativa no tratamento das apostas, deslocando-se gradualmente de um cenário marcado predominantemente pela proibição para a construção de um modelo específico de regulamentação das apostas de quota fixa e dos jogos on-line. Essa transformação também trouxe novos desafios interpretativos, especialmente diante da necessidade de compatibilização entre normas tradicionais e as novas modalidades desenvolvidas no ambiente digital (MIGALHAS, 2026).

As empresas também passaram a ser obrigadas a adotar altos padrões de segurança da informação, incluindo proteção contra acessos indevidos, ataques cibernéticos e garantia de continuidade dos serviços. No âmbito da proteção de vulneráveis, a legislação proíbe a participação de menores de 18 anos e restringe apostas envolvendo exclusivamente esse público.

Por fim, a regulamentação determina que as operadoras atuem em parceria com instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, assegurando ao apostador o direito de resgatar seus valores, com prazo máximo de até 120 minutos para pagamento após a solicitação.

2.1 PANORAMA NORMATIVO ATUAL E LACUNAS LEGISLATIVAS

Historicamente, o ordenamento jurídico brasileiro adotou uma postura predominantemente restritiva em relação aos jogos de azar, especialmente a partir da previsão contida no Decreto-Lei nº 3.688/1941, que tipificou a exploração dessa atividade como contravenção penal. A análise da matéria deve considerar, contudo, a evolução da legislação e das transformações sociais e tecnológicas que passaram a influenciar novas modalidades de exploração dos jogos. Nesse contexto, a doutrina penal contribui para a compreensão da natureza das contravenções penais e da proteção dos bens jurídicos tutelados pelo ordenamento jurídico, especialmente diante das alterações promovidas no cenário normativo brasileiro. (Nucci,2022)

Entretanto, com as transformações tecnológicas e o crescimento das plataformas digitais, essa lógica passou a ser relativizada. A Lei nº 13.756/2018 marcou o início dessa flexibilização ao autorizar as apostas de quota fixa, ainda que dependentes de regulamentação. Posteriormente, a Lei nº 14.790/2023 ampliou esse avanço ao regulamentar de forma mais completa o setor, incluindo os jogos online e estabelecendo regras sobre autorização, tributação e fiscalização.

Apesar disso, o ordenamento jurídico ainda apresenta lacunas importantes, como a coexistência de normas conflitantes — de um lado, a criminalização prevista na Lei de Contravenções Penais e, de outro, a permissão de determinadas modalidades — o que gera insegurança jurídica. No ambiente digital, a fiscalização também enfrenta dificuldades, especialmente devido à atuação de plataformas estrangeiras, exigindo maior cooperação internacional.

Além disso, ainda são insuficientes os mecanismos de proteção aos usuários, sobretudo quanto à ludopatia, à publicidade abusiva e à proteção de grupos vulneráveis. Essas falhas impactam princípios constitucio-

nais como a segurança jurídica, a livre iniciativa e o papel regulador do Estado.

Por fim, observa-se uma integração ainda limitada entre os órgãos responsáveis pela regulação e fiscalização, o que compromete a eficácia no combate a ilícitos, como a lavagem de dinheiro, evidenciando a necessidade de aprimoramento do sistema normativo e institucional.

2.2 A TENSÃO ENTRE LEGALIDADE, TIPICIDADE E MUTAÇÃO TECNOLÓGICA

A análise dos jogos de azar no Brasil, especialmente no ambiente digital, revela uma tensão entre os princípios da legalidade e da tipicidade penal e os avanços tecnológicos, o que gera desafios na aplicação do Direito.

O princípio da legalidade, previsto no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal e no art. 1º do Código Penal, estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina. Nesse sentido, a tipicidade penal exige a correspondência exata entre a conduta praticada e a norma penal incriminadora.

Segundo Greco (2022), não é possível ampliar o alcance da norma penal por analogia em prejuízo do réu, o que se mostra particularmente relevante diante das novas modalidades digitais de apostas.

Assim, evidencia-se a necessidade de atualização normativa para compatibilizar os princípios penais com a realidade digital contemporânea.

Essa situação compromete a segurança jurídica e evidencia a dificuldade do Estado em acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas, conforme previsto em seu papel regulador (art. 174 da Constituição). Assim, o tema demonstra a necessidade de atualização do marco normativo, com regras mais claras e coerentes, capazes de conciliar os princípios penais com a realidade digital contemporânea.

2.3 DESAFIOS INTERPRETATIVOS E APLICAÇÃO DAS NORMAS AO AMBIENTE DIGITAL

A jurisprudência recente sobre jogos de azar no Brasil revela um cenário de interpretações divergentes, decorrente das lacunas legislativas e da coexistência entre normas proibitivas e regulatórias, refletindo um período de transição no Poder Judiciário. Tradicionalmente, prevaleceu o entendimento de que a exploração de jogos de azar configura contravenção penal, nos termos do art. 50 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, abrangendo práticas como o jogo do bicho e estabelecimentos não autorizados.

Com o avanço tecnológico e a edição das Leis nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023, surgiram novas complexidades, especialmente quanto às plataformas digitais. Nesse contexto, parte das decisões mantém interpretação restritiva da norma penal, enquanto outras adotam postura mais flexível, reconhecendo as dificuldades de enquadrar essas novas modalidades, sobretudo quando operadas por empresas estrangeiras.

Também há divergências quanto à competência e territorialidade, discutindo-se se a infração ocorre no local do servidor ou do usuário. Soma-se a isso a distinção entre jogos de azar e apostas de quota fixa, nem sempre clara, o que gera decisões conflitantes.

Nos tribunais superiores, ainda não há uniformização, embora o Superior Tribunal de Justiça demonstre tendência de adaptação às novas realidades. Essas divergências afetam a segurança jurídica e evidenciam a tensão entre a aplicação estrita da lei penal e a necessidade de atualização normativa.

Além disso, a jurisprudência tem avançado na aplicação do Código de Defesa do Consumidor às apostas online, reconhecendo a necessidade de transparência, informação adequada e proteção contra práticas abusivas. Assim, o cenário reforça a importância de aperfeiçoamento legislativo para garantir maior clareza e segurança jurídica.

3 DESAFIOS JURÍDICOS DA EXPLORAÇÃO DIGITAL DOS JOGOS DE AZAR

A análise da jurisprudência recente sobre jogos de azar no Brasil revela um cenário de divergências, decorrente das lacunas legislativas e da coexistência de normas proibitivas e regulatórias. Esse contexto demonstra a dificuldade do Poder Judiciário em aplicar o Direito de forma uniforme, especialmente em um período de transição normativa.

Tradicionalmente, prevaleceu o entendimento de que a exploração de jogos de azar configura contravenção penal, conforme o art. 50 do Decreto-Lei nº 3.688/1941. Contudo, com o avanço tecnológico e a edição das Leis nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023, surgiram situações mais complexas, sobretudo no ambiente digital, dificultando a aplicação das normas existentes.

Atualmente, observa-se diversidade de interpretações: enquanto algumas decisões mantêm a aplicação estrita da norma penal, inclusive para atividades online não autorizadas, outras adotam posição mais flexível, reconhecendo as limitações da legislação diante das novas modalidades digitais, especialmente quando envolvem plataformas estrangeiras. Também há controvérsias sobre a competência territorial e sobre a distinção entre jogos de azar e apostas de quota fixa, o que leva a decisões conflitantes.

Nos tribunais superiores, ainda não há entendimento totalmente consolidado, embora se perceba uma tendência de adaptação às novas realidades tecnológicas. Essa situação impacta o princípio da segurança jurídica, ao gerar incertezas quanto à legalidade das condutas.

Além disso, a jurisprudência tem avançado na aplicação do Código de Defesa do Consumidor às apostas online, reconhecendo a necessidade de garantir transparência, informação adequada e proteção contra práticas abusivas. Assim, o cenário atual reflete um momento de transição,

reforçando a necessidade de aprimoramento legislativo para assegurar maior uniformidade e efetividade na regulação do setor.

3.1 TERRITORIALIDADE E JURISDIÇÃO NO AMBIENTE VIRTUAL

A análise dos conceitos de jurisdição e territorialidade no ambiente digital apresenta como principal obstáculo a própria natureza global da internet, que não se limita a fronteiras físicas. Nesse cenário, conteúdos inseridos na rede tornam-se potencialmente acessíveis em qualquer parte do mundo, o que dificulta a identificação precisa do local onde determinado fato ocorreu.

Tal realidade repercute diretamente no âmbito do Direito Processual Penal, sobretudo na definição da competência para processar e julgar infrações cometidas no meio virtual. A internet, por configurar um espaço descentralizado e sem delimitação geográfica clara, torna mais complexa a tarefa de estabelecer qual jurisdição deve ser aplicada. Isso se deve ao fato de que os crimes cibernéticos, em sua maioria, assumem a forma de delitos à distância ou diversos locais, isto é, situações em que a conduta e o resultado podem ocorrer em locais distintos, inclusive em diferentes países.

Dessa forma, quando a prática delitiva ou seus efeitos ultrapassam os limites territoriais de um único Estado, caracteriza-se o chamado crime à distância, o que intensifica os conflitos de competência entre ordenamentos jurídicos diversos. Nesse contexto, a doutrina apresenta critérios distintos para a determinação do local do crime. A teoria do resultado considera como referência o local onde ocorre a consumação do delito, enquanto a teoria da atividade aponta como determinante o lugar em que se desenvolveu a conduta criminosa.

Assim, a aplicação dessas teorias ao ambiente virtual revela-se particularmente complexa, exigindo interpretações mais adaptáveis e, muitas vezes, a cooperação internacional, a fim de assegurar a efetividade da

persecução penal diante das especificidades dos crimes praticados na Internet.

3.2 TRIBUTAÇÃO E ECONOMIA DIGITAL

A tributação na economia digital é um dos grandes desafios do Direito contemporâneo, em razão da desmaterialização das atividades econômicas e da atuação de empresas em diversos países sem presença física relevante. Esse cenário exige a revisão dos modelos tradicionais de tributação, baseados em critérios como territorialidade e estabelecimento permanente.

No ambiente digital, empresas podem operar e gerar receitas em múltiplas jurisdições por meio de plataformas online, o que dificulta a definição do local do fato gerador e da competência tributária. No Brasil, isso se reflete, por exemplo, nos conflitos entre ICMS e ISS na tributação de atividades digitais, como streaming e softwares, gerando insegurança jurídica pela falta de critérios claros.

Além disso, a economia digital favorece práticas de evasão fiscal e planejamento tributário agressivo, possibilitando que empresas transfiram lucros para países com menor carga tributária. Diante desse cenário, torna-se necessária a adoção de medidas capazes de adequar a tributação à efetiva geração de valor econômico, de modo a garantir maior equidade e eficiência na arrecadação tributária.

No Brasil, há discussões sobre a modernização do sistema tributário para torná-lo mais compatível com a economia digital, buscando simplificação e redução de conflitos. Contudo, ainda existem desafios para a construção de um modelo eficiente e equilibrado.

Assim, a tributação na economia digital demanda soluções inovadoras e coordenadas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, para garantir segurança jurídica, justiça fiscal e equilíbrio no mercado globalizado.

3.3 LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIMES FINANCEIROS

A lavagem de dinheiro no contexto das apostas ocorre quando plataformas on-line são utilizadas para ocultar a origem ilícita de recursos, fazendo-os parecer ganhos legítimos. Esse problema cresce com a popularização das apostas digitais, como cassinos virtuais, jogos de mesa e apostas esportivas, favorecido pela rapidez das transações e, em alguns casos, pelo anonimato.

Essas plataformas podem ser usadas para inserir valores ilegais no sistema financeiro e dar aparência de legalidade por meio de práticas como apostas simuladas, uso de múltiplas contas e transferências entre usuários, dificultando o rastreamento. Diante disso, a atuação de órgãos como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é essencial no monitoramento de operações suspeitas, sendo indispensável a cooperação entre o setor público e as empresas.

Além disso, o uso de tecnologias como criptomoedas pode ampliar os riscos, ao dificultar a identificação das transações. Por isso, a adoção de programas rigorosos de compliance e o cumprimento das normas regulatórias são fundamentais para garantir a legalidade das operações.

Nesse contexto, a prevenção à lavagem de dinheiro exige a adoção de mecanismos de identificação, monitoramento e análise das operações realizadas pelos usuários das plataformas de apostas. A implementação de procedimentos de conformidade e de controle das movimentações financeiras constitui importante instrumento para reduzir a utilização do setor como meio de ocultação ou dissimulação de recursos de origem ilícita, especialmente diante da elevada circulação de valores no ambiente digital (SERASA EXPERIAN, 2024).

3.4 PUBLICIDADE, INFLUENCIADORES E RESPONSABILIDADE CIVIL

A publicidade nos jogos de azar on-line tem papel central na expansão do setor, especialmente com o uso de influenciadores digitais, que

ampliam o alcance e a credibilidade das campanhas. Contudo, essa prática levanta questões jurídicas relevantes, sobretudo quanto à responsabilidade civil, diante do risco de indução dos consumidores a comportamentos prejudiciais.

No Brasil, a atuação desses influenciadores gera debates sobre os limites da publicidade e a necessidade de respeito aos princípios da transparência e da boa-fé. Muitas divulgações apresentam as apostas como forma de ganho fácil, omitindo riscos, o que pode configurar publicidade enganosa ou abusiva nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), casos concretos já demonstram essa problemática, com ações judiciais envolvendo empresas, instituições financeiras e influenciadores, sob alegação de indução ao consumo e prejuízos financeiros.

Do ponto de vista jurídico, a relação entre consumidores e plataformas de apostas deve observar as normas do Código de Defesa do Consumidor. Conforme ensina Marques (2022), o consumidor é considerado parte vulnerável na relação de consumo, o que justifica a incidência de normas protetivas.

Nesse contexto, a atuação de influenciadores digitais pode configurar responsabilidade solidária quando contribui para induzir o consumidor ao erro, especialmente em casos de publicidade enganosa ou abusiva. Assim, a aplicação da teoria finalista mitigada permite ampliar a proteção ao consumidor, considerando sua vulnerabilidade técnica, econômica e informacional.

3.5 LUDOPATIA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

A chamada ludopatia caracterizada como a compulsão por jogos de azar é reconhecida como um transtorno pela Organização Mundial da Saúde. Trata-se de uma condição em que o indivíduo apresenta dificuldade de controlar o impulso de continuar jogando, mesmo diante de prejuízos evidentes. Ao realizar apostas, o indivíduo frequentemente desenvolve a percepção ilusória de que poderá obter ganhos financeiros rápidos e superiores ao valor investido. Nesse contexto, o apostador pode evoluir

para um quadro de aquisição de muitas dividas, cujos impactos não se restringem à esfera econômica, mas atingem também o convívio familiar e a saúde mental. Essa expectativa de lucro fácil, aliada à sensação de prazer proporcionada pelo jogo, torna as plataformas digitais altamente atrativas e potencialmente perigosas, aumentando o risco de desenvolvimento de comportamento compulsivo.

Sob a ótica jurídica, o apostador é considerado consumidor, estando, portanto, amparado pelas normas do Código de Defesa do Consumidor. Entre os direitos fundamentais, destaca-se o direito à informação, previsto no artigo 6º, que assegura ao consumidor o acesso a informações claras, adequadas e ostensivas sobre os serviços ofertados, incluindo suas características, custos, tributos e riscos envolvidos.

Nesse sentido, cabe aos fornecedores o dever de disponibilizar, de forma transparente, informações detalhadas acerca do funcionamento das apostas, valores envolvidos, probabilidades, incidência tributária e canais de atendimento. Ademais, quando demandados, devem prestar esclarecimentos de maneira eficiente, garantindo ao consumidor condições adequadas para a tomada de decisões conscientes e informadas.

3.6 VULNERABILIDADE DIGITAL E HIPERCONECTIVIDADE

A presença contínua de cassinos virtuais potencializa comportamentos compulsivos, contribuindo para a ampliação do vício em jogos de azar em escala significativa. Esse fenômeno, frequentemente descrito como "cassino no bolso", decorre da hiperconectividade, que eliminou as limitações físicas dos estabelecimentos tradicionais e passou a permitir apostas a qualquer momento e em qualquer lugar.

A disponibilidade ininterrupta das plataformas que funcionam 24 horas por dia facilita a prática reiterada do jogo, favorecendo o desenvolvimento de padrões compulsivos. Somando isso ao uso de mecanismos tecnológicos sofisticados, como algoritmos de engajamento e técnicas de "neurodesign", que utilizam recompensas variáveis e simulações para

manter o usuário constantemente estimulado, promovendo a liberação de dopamina e reforçando o ciclo de repetição do comportamento.

A Organização Mundial da Saúde, por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), reconhece o transtorno relacionado a jogos como uma condição caracterizada por comportamento persistente ou recorrente de jogo, marcado pela perda de controle sobre a atividade, pela priorização do jogo em detrimento de outras áreas da vida e pela continuidade da prática mesmo diante de consequências negativas. Esse reconhecimento reforça a necessidade de tratamento do tema não apenas sob a perspectiva econômica, mas também como questão de saúde pública.

A compulsão por apostas pode gerar impactos severos na vida pessoal, financeira e profissional do indivíduo. Em muitos casos, há isolamento social, conflitos familiares e comprometimento econômico, sendo comum que a gravidade da situação só seja percebida quando já existem dívidas expressivas. Ademais, os efeitos sobre a saúde mental são relevantes, com aumento de quadros de estresse, ansiedade e depressão, além de elevação do risco de comportamentos autodestrutivos. O sedentarismo também pode surgir como consequência, uma vez que o tempo dedicado às apostas tende a substituir atividades físicas e sociais.

3.7 PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O ordenamento jurídico brasileiro, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, consagra o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta às crianças e adolescentes, estabelecendo limites rigorosos às práticas comerciais que possam explorar a vulnerabilidade. Nesse contexto, a exposição de menores a conteúdos e ambientes que incentivam apostas e jogos de azar pode configurar violação de direitos fundamentais, sujeitando os responsáveis a sanções administrativas e penais, conforme previsto no artigo 243.

Diante desse cenário, é fundamental que profissionais de saúde, especialmente pediatras, orientem pais e responsáveis quanto aos riscos

associados ao uso precoce, prolongado e excessivo de jogos on-line. Mesmo em modalidades aparentemente inofensivas, como palpites, apostas simuladas ou torneios, a ausência de regras claras de segurança e controle pode favorecer o desenvolvimento de comportamentos compulsivos e prejudiciais à saúde.

A Sociedade Brasileira de Pediatria reforça que crianças e adolescentes não devem ser tratados como instrumentos de lucro, destacando que a prioridade deve ser a proteção integral da saúde física e mental desse público, inclusive no ambiente digital. Nesse sentido, a utilização de plataformas de apostas por menores de idade é expressamente proibida pela legislação brasileira, devendo ser coibida tanto pelo poder público quanto pelos agentes privados envolvidos no setor.

Além das disposições já previstas no ECA, tais restrições foram reforçadas pela Lei nº 14.790/2023 e por atos normativos complementares, como a Portaria SPA/MF nº 722/2024 de 2 de maio de 2024, e a Portaria SPA/MF nº 1.233/2024 de 31 de julho de 2024. Esta última, inclusive, prevê o agravamento das penalidades, com aplicação em dobro, nos casos em que a infração envolver a participação de menores de 18 anos em apostas de quota fixa, evidenciando o rigor do legislador na proteção desse grupo vulnerável.

4 MODELOS REGULATÓRIOS INTERNACIONAIS E A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO NO BRASIL

A regulação dos jogos de azar no Brasil passou por relevante transformação com a Lei nº 14.790/2023, que estabeleceu um marco normativo para as apostas de quota fixa e jogos online, com foco em segurança jurídica, arrecadação tributária e prevenção à lavagem de dinheiro. Inspirada em modelos internacionais, a legislação passou a exigir licenciamento, políticas de jogo responsável e sistemas de monitoramento das operações.

No plano internacional, destacam-se diferentes modelos: o Reino Unido, com forte proteção ao consumidor e regulação rigorosa; os Estados Unidos, com sistema descentralizado por estados; e Macau, com foco em cassinos físicos e alta arrecadação. Esses exemplos demonstram alternativas regulatórias aplicáveis ao contexto brasileiro.

No Brasil, a regulamentação busca combater a ilegalidade, reduzir o mercado clandestino e prevenir fraudes, além de contribuir para o aumento da arrecadação e geração de empregos. Também estabelece medidas de proteção ao consumidor, como restrição de acesso a menores, proteção de dados e mecanismos de controle do comportamento compulsivo, além de exigir sistemas de integridade para evitar manipulação de resultados.

Por fim, o país vive um momento de transição, saindo de um modelo historicamente proibitivo para um ambiente regulado no meio digital, ao mesmo tempo em que avançam debates sobre a possível legalização de cassinos físicos, evidenciando a necessidade de um sistema regulatório mais completo e eficaz.

4.1 REGULAÇÃO LIBERAL COM CONTROLE ESTATAL

O modelo regulatório brasileiro das apostas de quota fixa, estruturado pela Lei nº 14.790/2023, caracteriza-se pela abertura da exploração econômica da atividade à iniciativa privada, condicionada ao cumprimento de requisitos legais e regulamentares e submetida à fiscalização estatal. As empresas interessadas na exploração da atividade devem obter autorização do Poder Público e observar exigências relacionadas à integridade, à segurança das operações, à proteção dos apostadores e à prevenção da lavagem de dinheiro.

A fiscalização do setor é exercida pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Prêmios e Apostas, responsável pela regulamentação, autorização e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos agentes operadores. O modelo regulatório também prevê mecanis-

mos destinados à proteção dos usuários, incluindo políticas de jogo responsável, restrições à participação de menores de 18 anos e medidas de identificação e controle das operações.

No campo tributário, a Lei nº 14.790/2023 estabeleceu regras específicas para a tributação dos resultados obtidos pelos apostadores. Nos termos do art. 31 da referida legislação, os prêmios líquidos obtidos em apostas de quota fixa estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, à alíquota de 15%, observada a incidência sobre os valores que excedam a primeira faixa da tabela progressiva anual do IRPF. Considera-se prêmio líquido o resultado positivo obtido após a dedução das perdas incorridas em apostas da mesma natureza, sendo a apuração realizada anualmente.

Paralelamente, permanecem em debate no Congresso Nacional propostas relacionadas à ampliação ou à alteração do regime jurídico aplicável a outras modalidades de jogos de azar, como cassinos físicos, bingos e outras atividades ainda submetidas a tratamento jurídico distinto.

O modelo apresenta potencial para ampliar a arrecadação estatal e fortalecer a proteção dos consumidores e a integridade das atividades econômicas relacionadas às apostas. Contudo, ainda enfrenta desafios relevantes, especialmente quanto ao combate à atuação de operadores ilegais, à fiscalização do ambiente digital e à prevenção dos impactos sociais relacionados ao jogo problemático. Dessa forma, busca-se equilibrar a liberdade econômica, a intervenção estatal e a proteção dos interesses sociais envolvidos.

4.2 SISTEMAS HÍBRIDOS DE LICENCIAMENTO

Os sistemas híbridos de licenciamento no setor de jogos de azar representam um modelo regulatório que busca equilibrar a exploração econômica da atividade pela iniciativa privada com a supervisão rigorosa do poder público. No contexto brasileiro, especialmente após a promulgação

da Lei nº 14.790/2023, observa-se a adoção de elementos típicos desse modelo híbrido. Por um lado, há a abertura do mercado para empresas privadas nacionais e estrangeiras, mediante o cumprimento de requisitos rigorosos, como capacidade financeira, idoneidade e estrutura tecnológica adequada. Por outro, o Estado mantém papel central na regulação, exigindo autorização prévia, pagamento de outorga e submissão a regras estritas de funcionamento, o que aproxima o sistema de um regime de controle mais restritivo.

Esse modelo híbrido permite maior flexibilidade regulatória, pois não limita completamente o número de operadores, mas também não estabelece uma liberalização irrestrita. Em vez disso, cria-se um ambiente competitivo controlado, no qual apenas empresas que atendam a padrões elevados de conformidade podem atuar legalmente. Além disso, esse sistema facilita a adaptação a novas tecnologias e dinâmicas do mercado digital, aspecto essencial no caso das apostas online.

Entretanto, esse modelo também apresenta desafios. A complexidade regulatória pode aumentar custos operacionais e dificultar a entrada de novos agentes, favorecendo a concentração de mercado. Além disso, a eficácia do sistema depende diretamente da capacidade de fiscalização do Estado, o que exige investimentos constantes em tecnologia e estrutura administrativa.

Em síntese, os sistemas híbridos de licenciamento configuram uma solução intermediária e estratégica para a regulação dos jogos de azar, especialmente em ambientes digitais. Ao combinar abertura econômica com controle estatal, esse modelo busca garantir que a atividade se desenvolva de forma segura, transparente e alinhada ao interesse público, ao mesmo tempo em que aproveita seu potencial econômico.

4.3 REGULAÇÃO RESTRITIVA E SEUS EFEITOS

A regulação restritiva dos jogos de azar caracteriza-se pela adoção de regras rigorosas, elevada carga tributária, limitações à publicidade e

exigências técnicas severas impostas às operadoras, com o objetivo de reduzir riscos sociais e econômicos associados à atividade. Embora essa abordagem tenha como finalidade principal a proteção do consumidor e a prevenção de práticas ilícitas, seus efeitos indiretos podem gerar distorções relevantes no funcionamento do mercado, entre esses efeitos, destaca-se a expansão do mercado clandestino. Como consequência, ocorre a fuga de divisas e a redução da arrecadação estatal, uma vez que esses agentes, frequentemente sediados no exterior, não recolhem tributos nem contribuem para a economia nacional.

No campo da publicidade, as restrições também são significativas, muitas vezes limitando patrocínios esportivos e a divulgação de marcas, o que reduz a competitividade das empresas legalizadas frente ao mercado ilegal. Como exemplos de medidas restritivas, podem ser citadas a exigência de altas taxas de licenciamento como previsto na Lei nº 14.790/2023, a proibição de apostas em determinadas categorias, a tributação elevada e a obrigatoriedade de cumprimento de requisitos técnicos e operacionais específicos.

Nesse contexto, surge o chamado "paradoxo da regulação". Estudos indicam que o cenário mais eficaz para combater atividades criminosas e proteger jogadores em situação de vulnerabilidade não é a proibição total, mas sim a adoção de uma regulação equilibrada e eficiente. Isso porque a proibição não elimina a prática dos jogos de azar; ao contrário, apenas a desloca para a clandestinidade, onde há menor controle estatal e maiores riscos ao consumidor. Assim, um modelo regulatório moderado tende a ser mais eficaz ao conciliar liberdade econômica com proteção social, reduzindo os impactos negativos e promovendo maior segurança no setor.

4.4 SEGURANÇA JURÍDICA E PREVISIBILIDADE ECONÔMICA

A regulamentação dos jogos de azar no Brasil, consolidada pela Lei nº 14.790/2023 ("Lei das *Bets*"), representou um avanço ao trazer maior segurança jurídica e previsibilidade a um setor antes marcado pela infor-

malidade. A legislação, juntamente com normas do Ministério da Fazenda, passou a exigir requisitos técnicos e operacionais, como certificação de sistemas, regularidade fiscal e adoção de políticas de jogo responsável.

Além disso, apenas empresas autorizadas podem atuar no país, o que reduz riscos, fortalece a confiança dos consumidores e auxilia no combate à ilegalidade, inclusive à lavagem de dinheiro, por meio de mecanismos de monitoramento financeiro. Apesar disso, ainda existem desafios, como a possível elevação da carga tributária, que pode gerar insegurança e incentivar a migração para o mercado ilegal, evidenciando a necessidade de maior estabilidade normativa.

Do ponto de vista econômico, a regulamentação ampliou a arrecadação e atraiu investimentos, com potencial de crescimento do setor. Contudo, fatores como alta tributação e instabilidade regulatória podem dificultar o planejamento das empresas. Soma-se a isso o impacto social das apostas online, que pode afetar a renda das famílias e gerar custos sociais.

Assim, o modelo brasileiro busca equilibrar arrecadação e controle dos riscos, promovendo um ambiente mais seguro e transparente, embora ainda dependa de aperfeiçoamento para garantir maior estabilidade e previsibilidade.

4.5 REGULAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL

A regulação dos jogos de azar, no contexto atual, exerce papel fundamental como instrumento de proteção social, especialmente diante da expansão das apostas online e do fácil acesso a essas plataformas. Além de organizar a atividade econômica, o Estado busca estabelecer limites e mecanismos de controle para proteger indivíduos, principalmente os mais vulneráveis.

Nesse sentido, a atuação estatal visa reduzir riscos como a ludopatia, o endividamento excessivo e a exposição de crianças e adolescentes. Para isso, são exigidas medidas como políticas de jogo responsável, limi-

tes de apostas, mecanismos de exclusão e monitoramento do comportamento dos usuários.

A regulação também atua no controle da publicidade, restringindo práticas enganosas que associam o jogo a ganhos fáceis, garantindo maior transparência e conscientização sobre os riscos. Além disso, contribui para o combate a ilícitos, como lavagem de dinheiro e fraudes, por meio da identificação de usuários, monitoramento financeiro e autorização das operadoras.

Por fim, a regulação também possui função social indireta, ao permitir que a arrecadação do setor seja destinada a políticas públicas, inclusive na área de saúde. Assim, não se limita à organização do mercado, mas atua como instrumento de proteção social e promoção de um ambiente mais seguro e equilibrado.

4.6 EQUILÍBRIO ENTRE LIBERDADE ECONÔMICA E INTERVENÇÃO ESTATAL

O debate sobre o equilíbrio entre liberdade econômica e intervenção estatal é central na regulação dos jogos de azar. De acordo com Moraes (2023), o Estado exerce função normativa e reguladora da atividade econômica, nos termos do art. 174 da Constituição Federal, devendo atuar para garantir o interesse público.
No caso dos jogos de azar, esse equilíbrio é delicado, pois a atividade gera empregos, investimentos e arrecadação, mas também envolve riscos como dependência, endividamento e vulnerabilidade social.

Assim, a atuação estatal deve funcionar como instrumento de equilíbrio, e não como obstáculo à livre iniciativa. Essa intervenção ocorre por meio de exigências como licenciamento, cumprimento de obrigações fiscais, adoção de políticas de jogo responsável e controle da publicidade. No entanto, é essencial que seja proporcional, pois o excesso de regulação pode incentivar a informalidade, enquanto a ausência de controle amplia danos sociais.

Nesse sentido, a intervenção estatal não deve inviabilizar a atividade econômica, mas sim estabelecer limites proporcionais, capazes de reduzir riscos sociais sem comprometer o desenvolvimento do setor.

5 PERSPECTIVAS NORMATIVAS E CAMINHOS REGULATÓRIOS

O cenário dos jogos de azar no Brasil, em 2026, evidencia uma significativa transformação normativa, marcada pela passagem de um contexto de indefinição jurídica para um mercado estruturado sob rigorosos mecanismos de regulação e fiscalização. O eixo central dessa mudança reside na substituição de práticas não regulamentadas por um ambiente controlado, voltado à segurança jurídica, à arrecadação estatal e à proteção dos consumidores.

Em abril de 2026, foram ampliadas as medidas de controle sobre modalidades de apostas não autorizadas no Brasil. Em 24 de abril de 2026, a Agência Nacional de Telecomunicações iniciou o processo de bloqueio de plataformas que operavam no denominado mercado preditivo, em atendimento à determinação do Ministério da Fazenda. A medida alcançou plataformas que ofereciam apostas relacionadas, entre outros temas, a eventos políticos e de entretenimento, modalidades que não se enquadravam nas hipóteses autorizadas pela legislação brasileira (ANATEL, 2026).

Conjuntamente, mostra-se essencial que o modelo regulatório integre mecanismos sólidos de proteção ao consumidor, sobretudo no que se refere à prevenção do jogo problemático. A implementação de políticas de jogo responsável como a fixação de limites de apostas, a criação de sistemas de exclusão e a promoção de campanhas educativas constitui medida indispensável para reduzir os impactos sociais adversos da atividade. Nesse contexto, o ordenamento jurídico deve atuar de maneira interdisciplinar, dialogando com a saúde pública e a psicologia, a fim de reconhecer e enfrentar os riscos associados ao desenvolvimento de dependência.

5.1 REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA E AGÊNCIAS REGULADORAS

No âmbito da regulação administrativa dos jogos de azar no Brasil, o governo federal, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), vinculada ao Ministério da Fazenda, exerce papel central na autorização, supervisão e fiscalização do setor. Criada pelo Decreto nº 11.907/2024, a SPA atua na estruturação do mercado, no combate à lavagem de dinheiro, na prevenção da ludopatia e no bloqueio de plataformas ilegais. Como suporte, utiliza-se o SIGAP, sistema tecnológico que permite o monitoramento das operações e a gestão das autorizações, além da atuação integrada com órgãos como o COAF para análise de transações suspeitas.

A regulação impõe elevado nível de conformidade às operadoras, exigindo autorização estatal e funcionamento regular no país. Também estabelece medidas de proteção ao usuário, como políticas de jogo responsável, prevenção de comportamentos compulsivos e proibição de participação de menores de 18 anos.

No campo da transparência, as empresas devem informar claramente as condições das apostas, como probabilidades, valores e limites. Apesar dos avanços, permanecem proibidas modalidades como cassinos físicos, bingos e o jogo do bicho, embora existam discussões legislativas sobre sua possível legalização.

Além disso, a norma fixa parâmetros econômicos, como a taxa mínima de retorno ao jogador de 85%, e distingue as apostas de quota fixa regulamentadas de outras modalidades ainda não autorizadas. Assim, a regulação busca garantir segurança jurídica, aumentar a arrecadação e combater práticas ilícitas, promovendo um ambiente mais seguro e transparente.

5.2 TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO PÚBLICA

A tributação dos jogos de azar no Brasil, especialmente nas apostas esportivas e plataformas online, passou por significativa reestruturação

entre 2024 e 2026, com o objetivo de formalizar o setor, ampliar a arrecadação e promover o jogo responsável. Nesse contexto, a Lei nº 14.790/2023 consolidou-se como o principal marco regulatório das apostas de quota fixa.

Quanto aos apostadores, os ganhos líquidos são tributados pelo Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) à alíquota de 15% sobre valores que excedam a faixa de isenção anual, sendo obrigatória a declaração, mesmo com retenção na fonte. Já as empresas operadoras estão sujeitas a diversos encargos, como o GGR (sobre a receita após pagamento de prêmios), além de tributos como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e o pagamento de outorga para funcionamento.

A partir de 2025, intensificou-se o combate à ilegalidade, com a proibição de atuação de empresas não autorizadas e a limitação das apostas a eventos esportivos e jogos virtuais regulamentados. Apesar disso, o tema ainda gera debates, com propostas legislativas que sugerem maior restrição ou até a proibição das apostas online.

Assim, o modelo tributário busca equilibrar a formalização do mercado com o controle estatal, garantindo arrecadação e reduzindo riscos associados à atividade.

5.3 MECANISMOS DE COMPLIANCE E GOVERNANÇA DIGITAL

A regulamentação dos jogos de azar e das apostas esportivas no Brasil, estruturada pela Lei nº 14.790/2023 e aprimorada por normas vigentes desde 2026, instituiu um modelo rigoroso de *compliance* e governança digital para as operadoras. Nesse contexto, a tecnologia assume papel central, permitindo o monitoramento contínuo por sistemas como o SIGAP, além da adoção de mecanismos de identificação, como reconhecimento facial, e da exigência de sede e infraestrutura no país.

No âmbito do *compliance*, especialmente na prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, as empresas devem adotar controles rigorosos, como o modelo KYC, que exige identificação docu-

mental e biométrica dos usuários, evitando fraudes e o acesso de menores. Essas práticas são supervisionadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas.

Quanto à governança digital, a regulação impõe altos padrões de segurança da informação, incluindo certificações como a ISO 27001 e o cumprimento da LGPD, além da exigência de armazenamento de dados no Brasil ou em países com cooperação jurídica. Também são obrigatórias auditorias dos sistemas, especialmente dos geradores aleatórios, para garantir transparência e confiabilidade.

A governança corporativa exige transparência e rastreabilidade, com monitoramento de transações inclusive via PIX e uso de tecnologia para prevenir fraudes e manipulação de resultados esportivos. No campo da proteção ao consumidor, destacam-se medidas de jogo responsável, como limites de uso, autoexclusão e monitoramento por inteligência artificial.

Por fim, as regras de 2026 ampliaram o controle estatal, proibindo apostas não esportivas, reforçando a proteção de menores e intensificando o combate a plataformas ilegais, com atuação de órgãos como ANATEL e Banco Central. O descumprimento pode gerar multas elevadas e até o bloqueio das atividades, evidenciando o rigor do modelo regulatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a juridicidade dos jogos de azar on-line no Brasil, a partir da identificação de lacunas normativas, dos riscos sociais inerentes à atividade e da crescente necessidade de construção de um modelo regulatório eficiente e compatível com a realidade digital contemporânea. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que o tratamento jurídico conferido aos jogos de azar no ordenamento brasileiro passou por um processo histórico marcado por oscilações entre proibição e permissividade, refletindo transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

No exame da evolução histórica da regulação, constatou-se que o modelo tradicional, fortemente restritivo, mostrou-se insuficiente para lidar com a complexidade dos jogos de azar em ambiente virtual, sobretudo diante da globalização e da expansão das plataformas digitais. Nesse sentido, a análise do enquadramento dos jogos de azar on-line no ordenamento jurídico brasileiro revelou a existência de um cenário de transição, no qual normas recentes buscaram conferir maior segurança jurídica ao setor, embora ainda persistam ambiguidades e limitações quanto à abrangência regulatória.

Os desafios jurídicos decorrentes da exploração digital dos jogos de azar demonstram que a ausência ou insuficiência de regulamentação adequada potencializa riscos relevantes, como a prática de ilícitos financeiros, a vulnerabilidade do consumidor e o agravamento de problemas relacionados à dependência. Tais aspectos reforçam a necessidade de uma atuação estatal que vá além da simples repressão, adotando mecanismos preventivos e estruturais de controle.

A análise comparada de modelos regulatórios internacionais evidenciou que experiências estrangeiras bem-sucedidas adotam uma abordagem equilibrada, baseada na combinação entre regulação rigorosa, fiscalização eficiente e políticas de proteção ao usuário. Esses modelos servem como referência para o aprimoramento do sistema brasileiro, demonstrando que a regulamentação, quando bem estruturada, pode conciliar interesses econômicos com a mitigação de impactos sociais negativos.

Diante disso, conclui-se que a juridicidade dos jogos de azar online no Brasil está em processo de consolidação, exigindo constante adaptação às inovações tecnológicas e às demandas sociais. A urgência regulatória, portanto, não se limita à criação de normas, mas envolve a construção de um sistema integrado, capaz de assegurar segurança jurídica, desenvolvimento econômico e proteção social, em consonância com os princípios constitucionais que regem a ordem econômica e a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. **Lei de Contravenções Penais. Brasília**, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946. **Proíbe a exploração de jogos de azar no Brasil. Brasília**, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre apostas de quota fixa**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13756.htm

BRASIL. Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a **regulamentação das apostas de quota fixa**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Secretaria de Prêmios e Apostas**. *Legislação e diretrizes sobre apostas de quota fixa*. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudosespeciais.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Nota de alerta***:* saúde de crianças e adolescentes na era digital e os riscos das apostas online. 2024. Disponível em: https://www.sbp.com.br. Acesso em: 04 maio 2026.

SERASA EXPERIAN. **Prevenção à lavagem de dinheiro no mercado de apostas**. Disponível em: https://www.serasaexperian.com.br. Acesso em: 04 maio 2026.

DEUTSCHE WELLE. **Como países regulamentam o mercado de apostas online**. 2024. Disponível em: https://www.dw.com. Acesso em: 04 maio 2026.

MIGALHAS. **Regulação de apostas no Brasil: transição normativa e interpretação jurídica**. Disponível em: https://www.migalhas.com.br. Acesso em: 04 maio 2026.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2022.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Doenças** – CID-11. Genebra*:* OMS*,* 2019. Disponível em*:* https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases. Acesso em: 6 setembro 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Secretaria de Prêmios e Apostas**. Portaria SPA/MF nº 722, de 2 de maio de 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-spa/mf-n-722-de-2-de--maio-de-2024-557715851. Acesso em: 6 setembro 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Secretaria de Prêmios e Apostas**. Portaria SPA/MF nº 1.233, de 31 de julho de 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-spa/mf-n-1.233-de-31-de-julho-de-2024-575659805. Acesso em: 6 setembro 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos**. Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11907.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 6 setembro 2026.

BRASIL. **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)**. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Brasília, DF: Coaf, [s.d.]. Disponível em: https://

www.gov.br/pt-br/orgaos/conselho-de-controle-de-atividades-financeiras. Acesso em: 6 setembro 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)**. Brasília, DF: Governo Federal, [s.d.]. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/anatel-divulga-lista-com-2027-paginas-de-bets-serem-bloqueadas. Acesso em: 6 setembro 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14790.htm. Acesso em: 6 set. 2026.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: Forense, 2023.

Tensões jurídicas entre proteção ao bem-estar animal e práticas culturais: análise da legislação brasileira e da jurisprudência sobre rodeios e vaquejadas

Legal tensions between animal welfare protection and cultural practices: analysis of Brazilian legislation and jurisprudence on rodeos and vaquejadas

Ana Vitória Oriá da Fonseca[1]
Williane Tibúrcio Facundes[2]

COMO CITAR
FONSECA, Ana Vitória Oriá da; FACUNDES, Williane Tibúrcio. Tensões jurídicas entre proteção ao bem-estar animal e práticas culturais: análise da legislação brasileira e da jurisprudência sobre rodeios e vaquejadas. In: OLIVEIRA, Emanuelle Góes (org.). **Desafios do Direito Contemporâneo**: volume 15. Rio Branco: Momento Jurídico, 2026. p. 626-657.

RESUMO

O presente estudo analisa as tensões jurídicas entre a proteção constitucional ao bem-estar animal e o reconhecimento das manifestações culturais que envolvem o uso de animais, com ênfase nas práticas de rodeios e vaquejadas no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 estabelece, simultaneamente, a proteção da fauna, vedando práticas que submetam os animais à crueldade (art. 225), e a valorização das manifestações culturais (arts. 215 e 216), criando potencial conflito entre direitos fundamentais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise legislativa e exame da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especialmente no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE, que declarou a inconstitucionalidade da vaquejada em razão do sofrimento imposto aos animais. Em resposta,

[1] Discente do 8º período do curso de bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Uninorte.
[2] Docente do Centro Universitário Uninorte. Graduada em Direito pela U:VERSE. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Várzea-grandense e em Direito Digital e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Metropolitana. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão da Uninorte.

foi promulgada a Emenda Constitucional nº 96/2017, que instituiu disciplina constitucional específica para determinadas práticas desportivas que utilizam animais, condicionando seu reconhecimento como manifestações culturais à observância de requisitos voltados à proteção do bem-estar animal. Os resultados evidenciam a existência de uma tensão normativa permanente entre valores constitucionais igualmente protegidos, exigindo a aplicação da técnica da ponderação. A evolução do Direito Animal e o debate doutrinário em torno de categorias como dignidade animal e valor intrínseco dos animais ampliam a complexidade da matéria, impondo a necessidade de delimitação das diferentes perspectivas jurídicas sobre sua proteção. Conclui-se que a harmonização entre proteção ambiental e direitos culturais demanda interpretação sistemática da Constituição, capaz de equilibrar tradição e proteção da vida animal, garantindo segurança jurídica e efetividade dos direitos fundamentais envolvidos.

Palavras-chave: Direito animal. Bem-estar animal. Direitos culturais. Vaquejada. Constitucionalismo ambiental.

ABSTRACT

This study analyzes the legal tensions between constitutional protection of animal welfare and the recognition of cultural practices involving the use of animals, with emphasis on rodeos and vaquejadas within the Brazilian legal system. The Federal Constitution of 1988 simultaneously establishes the protection of fauna, prohibiting practices that subject animals to cruelty (Article 225), and the promotion of cultural manifestations (Articles 215 and 216), creating a potential conflict between fundamental rights. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic review, legislative analysis, and examination of case law from the Brazilian Supreme Federal Court, particularly the judgment of Direct Action of Unconstitutionality No. 4.983, which declared the practice of vaquejada unconstitutional due to the suffering imposed on animals. In response, Constitutional Amendment No. 96/2017 established a specific constitutional framework for certain animal-based sporting practices, conditioning their recognition as cultural expressions on compliance with animal welfare requirements. The findings reveal a persistent normative tension between constitutionally protected values, requiring the application of balancing techniques to resolve conflicts. Furthermore, the development of Animal Law and the incorporation of principles such as animal dignity have increased the complexity of the debate, imposing ethical and legal limits on traditional cultural practices. It is concluded that harmonizing environmental protection and cultural rights requires a system-

atic interpretation of the Constitution, capable of balancing tradition and animal protection while ensuring legal certainty and the effective protection of fundamental rights.

Keywords: Animal law. Animal welfare. Cultural rights. Vaquejada. Environmental constitutionalism.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inaugurou um novo paradigma no ordenamento jurídico ao reconhecer, simultaneamente, a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a valorização das manifestações culturais como direitos fundamentais. De um lado, o art. 225 estabelece o dever do Estado e da coletividade de proteger a fauna, vedando práticas que submetam os animais à crueldade; de outro, os arts. 215 e 216 asseguram a preservação das expressões culturais que integram a identidade social brasileira. Essa coexistência normativa revela um cenário complexo, no qual valores constitucionais igualmente relevantes podem entrar em tensão, especialmente quando determinadas práticas culturais envolvem a utilização de animais.

Atividades como rodeios e vaquejadas assumem posição central no debate jurídico contemporâneo, uma vez que são defendidas como manifestações culturais tradicionais em diversas regiões do país, ao mesmo tempo em que são questionadas sob a ótica da proteção ao bem-estar animal. A controvérsia evidencia a necessidade de se analisar os limites constitucionais dessas práticas, bem como os critérios jurídicos aplicáveis à solução de conflitos entre direitos fundamentais.

A discussão ganhou maior relevância a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE, no qual o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Lei nº 15.299/2013 do Estado do Ceará ao reconhecer que a vaquejada, conforme regulamentada pela norma estadual, submetia os animais a sofrimento incompatível com a Constituição (Brasil, 2016b).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar as tensões jurídicas entre a proteção ao bem-estar animal e o reconhecimento das práticas culturais no Brasil, examinando a legislação aplicável e a evolução da jurisprudência constitucional sobre o tema. Busca-se compreender de que forma o ordenamento jurídico brasileiro tem enfrentado esse conflito e quais critérios podem ser utilizados para harmonizar os valores constitucionais em jogo.

A pesquisa justifica-se pela relevância jurídica, social e ambiental do tema, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre os limites das práticas culturais e a consolidação de uma interpretação constitucional comprometida com a proteção da vida em todas as suas formas, sem desconsiderar a diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

1 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA PROTEÇÃO AO BEM-ESTAR ANIMAL

1.1 MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu um novo paradigma de proteção ambiental no ordenamento jurídico brasileiro ao assegurar, no art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. O dispositivo constitucional também impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, configurando uma responsabilidade compartilhada pela tutela ambiental (Brasil, 1988; Antunes, 2025).

Nesse contexto, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado integra o conjunto dos direitos fundamentais de terceira dimensão, também denominados direitos de solidariedade, caracterizados por sua titularidade coletiva e pela necessidade de cooperação entre Estado e socie-

dade para sua efetivação. A Constituição também atribui ao meio ambiente a natureza jurídica de bem de uso comum, estabelecendo mecanismos de responsabilização administrativa, civil e penal destinados à prevenção e repressão de danos ambientais (Antunes, 2025).

A proteção ambiental garantida pela Constituição também inclui a proteção da fauna, considerada um componente fundamental para o equilíbrio ecológico. O art. 225, § 1º, VII, da Constituição estabelece que é dever do Poder Público salvaguardar a fauna e a flora, proibindo atividades que comprometam sua função ecológica ou que submetam os animais à crueldade. Essa previsão demonstra que a proteção dos animais faz parte do sistema constitucional de tutela ambiental, enfatizando a obrigação do Estado e da sociedade em promover a preservação da biodiversidade e a proteção das diversas formas de vida (Sarlet; Fensterseifer; Machado, 2015).

1.2 PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL DE PRÁTICAS QUE SUBMETAM ANIMAIS À CRUELDADE

A vedação de práticas que submetam os animais à crueldade, prevista no art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal, constitui um dos fundamentos centrais da tutela constitucional da fauna. Diferentemente da proteção voltada exclusivamente à manutenção das espécies e dos processos ecológicos, essa disposição também permite considerar os efeitos das ações humanas sobre a integridade dos animais individualmente considerados (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 também impõe deveres de proteção ambiental tanto ao Estado quanto aos particulares, configurando um verdadeiro regime jurídico de direito-dever fundamental em matéria ambiental. Nesse contexto, a proteção da fauna e da flora assume papel central na preservação dos processos ecológicos essenciais e na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, reforçando a dimensão objetiva da tutela ambiental prevista no art. 225 da Constituição (Sarlet; Fensterseifer; Machado, 2015, p. 157).

Na perspectiva defendida por Sarlet, Fensterseifer e Machado (2015, p. 160), a vedação constitucional da crueldade permite reconhecer uma dimensão da tutela da fauna que ultrapassa a simples conservação das espécies. Essa interpretação considera tanto a função ecológica dos animais quanto a necessidade de impedir sofrimento e maus-tratos, sem dissociar essa proteção da preservação do equilíbrio ambiental.

1.3 EMERGÊNCIA DO DIREITO ANIMAL E O DEBATE SOBRE SUA AUTONOMIA

O crescimento das preocupações éticas, ambientais e jurídicas relacionadas à proteção da fauna tem impulsionado o desenvolvimento do Direito Animal, área do conhecimento jurídico dedicada à análise das normas e princípios voltados à proteção da vida animal. Historicamente, os animais foram tratados pelo ordenamento jurídico sob uma perspectiva predominantemente patrimonial ou utilitarista. Contudo, a ampliação das discussões acerca do bem-estar animal e da preservação da biodiversidade contribuiu para o reconhecimento da necessidade de uma proteção jurídica mais abrangente aos seres vivos não humanos.

Neste estudo, utiliza-se como referencial a visão animalista constitucional proposta por Ataíde Júnior (2020). De acordo com essa perspectiva, a proibição da crueldade estabelecida no art. 225, § 1º, VII, da Constituição fornece a base para uma proteção legal dos animais que vai além da conservação ambiental das espécies. No entanto, é importante ressaltar que a autonomia do Direito Animal, a concessão de dignidade aos animais e sua possível condição de sujeitos de direitos não são compreensões consensuais na doutrina brasileira.

A doutrina ambiental destaca que a tutela da fauna passou a integrar de forma mais ampla o sistema de proteção ambiental, reconhecendo não apenas a importância ecológica das espécies, mas também a necessidade de considerar o sofrimento e o bem-estar dos animais individualmente considerados. Conforme observa Fiorillo (2024, p. 306), a evolução das normas ambientais revela uma crescente preocupação em harmonizar

práticas sociais e culturais com os princípios constitucionais de proteção ambiental.

1.4 A NATUREZA JURÍDICA DA TUTELA DO BEM-ESTAR ANIMAL

A partir dos fundamentos constitucionais e infraconstitucionais apresentados, verifica-se que a proteção jurídica dos animais não possui interpretação uniforme na doutrina brasileira. Há perspectivas que enfatizam sua dimensão ambiental e coletiva, enquanto parte da doutrina contemporânea do Direito Animal sustenta a existência de uma tutela voltada também aos interesses dos próprios animais. Apesar dessas diferenças teóricas, essas correntes convergem quanto à necessidade de prevenir sofrimentos desnecessários e proteger a integridade física e comportamental dos animais.

A doutrina ambiental brasileira enfatiza que a proteção da fauna faz parte dos instrumentos jurídicos voltados à preservação do equilíbrio ecológico e da biodiversidade. Fiorillo (2024, p. 280) aponta que a evolução das normas ambientais no Brasil demonstra a preocupação do legislador em conciliar as atividades humanas com a preservação da fauna e a manutenção do equilíbrio ambiental.

2 PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

2.1 DIREITOS CULTURAIS NO TEXTO CONSTITUCIONAL

O sistema jurídico brasileiro reconhece a relevância da preservação e valorização das expressões culturais que constituem a identidade e a pluralidade da sociedade brasileira. O art. 215 da Constituição da República de 1988 determina que o Estado deve assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais, além de apoiar e promover a valorização e a difusão das manifestações culturais. Esse dispositivo destaca a importância que o constituinte deu à preservação do patrimônio cultural brasileiro,

visto como um componente fundamental para a construção da identidade social e histórica do país (Brasil, 1988).

Os direitos culturais podem ser entendidos como um conjunto de garantias asseguradas pela Constituição para proteger as diversas formas de expressão, criação e vivência que caracterizam os diferentes grupos da sociedade brasileira. Ao reconhecer a diversidade cultural como um componente essencial da identidade nacional e ao designar ao Estado a responsabilidade de fomentar e salvaguardar essas expressões, a Constituição de 1988 expandiu consideravelmente o escopo da proteção cultural (Silva, 2014).

A Constituição Federal também define o conceito de patrimônio cultural brasileiro. De acordo com o art. 216, constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial que representam referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Entre esses elementos encontram-se as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, bem como as manifestações artísticas, culturais e tradicionais. Essa previsão constitucional demonstra a preocupação do legislador em assegurar a preservação da diversidade cultural e da identidade social do país (Brasil, 1988).

A tutela constitucional da cultura, contudo, não possui caráter absoluto e deve ser interpretada em conjunto com os demais valores protegidos pela Constituição. Os limites aplicáveis às manifestações culturais que utilizam animais serão examinados nas seções seguintes.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE REGIONAL

O patrimônio cultural constitui elemento essencial para a compreensão da identidade histórica e social dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. As manifestações culturais, os costumes e as tradições regionais representam formas de expressão coletiva que revelam valores, práticas e modos de vida transmitidos ao longo das gerações. Nesse sentido, a Constituição Federal reconhece que o patrimônio

cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial que servem como referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais, incluindo formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, bem como manifestações artísticas, culturais e tradicionais (Brasil, 1988).

A proteção do patrimônio cultural, portanto, não se limita à preservação de bens materiais ou monumentos históricos, abrangendo também práticas culturais e tradições que expressam a diversidade cultural do país. Conforme destacam Silva, Gurgel e Thamay (2023, p. 88), a Constituição atribuiu às entidades públicas e à comunidade o dever de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo uma relação estreita entre a tutela cultural e a proteção ambiental. Nesse contexto, Fiorillo (2024, p. 263) observa que o meio ambiente cultural compreende os bens e valores que refletem a memória e a identidade dos diferentes grupos sociais, sendo indispensável para a preservação da diversidade cultural e da história coletiva.

Dessa forma, a proteção do patrimônio cultural exige a atuação conjunta do Estado e da sociedade na preservação de bens e manifestações culturais que possuem relevância histórica, social e simbólica para diferentes comunidades. Nesse cenário, o reconhecimento e a valorização das identidades regionais contribuem para a manutenção da diversidade cultural brasileira e para a proteção das tradições que compõem a memória coletiva dos grupos sociais.

2.3 PLURALISMO CULTURAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS

O modelo de Estado Democrático de Direito, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, considera a pluralidade cultural um dos componentes fundamentais da sociedade brasileira. Nesse cenário, a ordem constitucional visa assegurar a coexistência de diversas manifestações culturais, garantindo a proteção das identidades coletivas e das variadas formas de expressão social. Essa visão está ligada ao princípio do

pluralismo cultural, que admite a presença de diversos valores, tradições e modos de vida no mesmo sistema jurídico.

A preservação da cultura, estabelecida nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, evidencia a intenção do legislador em valorizar a pluralidade cultural do país, reconhecendo que a cultura brasileira é resultado da contribuição de diversos grupos sociais. O patrimônio cultural inclui tanto bens materiais, como monumentos e obras de arte, quanto manifestações imateriais, como tradições, práticas sociais e estilos de vida que refletem a identidade de certas comunidades (Brasil, 1988).

Entretanto, o reconhecimento do pluralismo cultural não significa que todas as práticas culturais possam ser executadas sem limitações. No atual Estado constitucional, os direitos fundamentais coexistem em um sistema interdependente, de modo que o exercício de um direito não pode levar à violação de outros direitos igualmente garantidos pelo ordenamento jurídico. Assim, é imprescindível examinar as expressões culturais à luz dos valores constitucionais, especialmente quando elas entram em desacordo com princípios que garantem a dignidade humana, a proteção ambiental e a proibição de práticas cruéis contra animais.

A teoria atual dos direitos fundamentais também auxilia na compreensão das restrições ao exercício das manifestações culturais. Segundo Alexy (2008), os direitos fundamentais têm uma estrutura baseada em princípios, o que implica que eles frequentemente entram em conflito com outros direitos ou disposições constitucionais. Nesses casos, é preciso fazer um processo de ponderação para identificar qual princípio é mais relevante nas circunstâncias apresentadas.

A aplicação desses limites às práticas culturais e desportivas que utilizam animais conduziu ao debate constitucional que resultou na Emenda Constitucional nº 96/2017, examinada na seção seguinte.

2.4 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96/2017 E A CONTROVÉRSIA NORMATIVA

A tensão entre proteção cultural e tutela animal, examinada nas seções anteriores, tornou-se especialmente relevante no debate sobre a vaquejada. A controvérsia decorre da necessidade de compatibilizar a proteção conferida às manifestações culturais pelos arts. 215 e 216 da Constituição com a vedação de práticas cruéis prevista no art. 225, § 1º, VII.

A controvérsia alcançou o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 4.983, cujo resultado provocou significativa reação política e legislativa. Os fundamentos e os efeitos dessa decisão serão examinados especificamente no capítulo 4.

A decisão do Supremo Tribunal Federal gerou intensa repercussão política e social, especialmente entre os grupos que defendiam a vaquejada como expressão cultural tradicional. Em resposta a esse contexto, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 96/2017, que acrescentou o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal. O novo dispositivo estabeleceu disciplina específica segundo a qual determinadas práticas desportivas que utilizem animais não serão juridicamente consideradas cruéis quando constituírem manifestações culturais, nos termos do art. 215, § 1º, estiverem registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e forem regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos (Brasil, 2017).

No entanto, a previsão constitucional não concedeu permissão irrestrita para o uso de animais em atividades culturais ou esportivas. O próprio § 7º condiciona sua aplicação ao atendimento simultâneo dos requisitos constitucionais e à implementação de medidas eficazes para a proteção do bem-estar animal. Assim, a EC nº 96/2017 não anulou a proibição geral da crueldade estabelecida no art. 225, § 1º, VII. Em vez disso, ela introduziu uma norma específica cuja aplicação depende da compatibilidade da atividade com a obrigação de proteger a fauna.

A inclusão do §7º ao art. 225 da Constituição Federal deu início a uma importante controvérsia normativa no direito constitucional brasileiro. Por um lado, defende-se que a emenda visa equilibrar a salvaguarda das manifestações culturais com a exigência de regulamentação das atividades que envolvem animais, reconhecendo o valor histórico e social de certas práticas tradicionais. Por outro lado, alguns doutrinadores argumentam que a mudança na Constituição pode levar a uma relativização do princípio da proibição de crueldade contra animais, permitindo que determinadas práticas sejam legitimadas a partir de seu reconhecimento cultural, ainda que permaneçam questionamentos sobre a efetividade das medidas destinadas a impedir o sofrimento animal.

Dessa forma, a Emenda Constitucional nº 96/2017 passou a ser um dos principais exemplos contemporâneos das tensões entre os diversos valores constitucionais. O desafio jurídico reside em definir critérios interpretativos que permitam conciliar a preservação das manifestações culturais com a proteção da fauna e com os princípios constitucionais que norteiam a proteção ambiental no Brasil.

A controvérsia demonstra que a EC nº 96/2017 não encerrou o conflito constitucional, mas modificou os critérios utilizados em sua análise. A interpretação e os efeitos dessa alteração sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal serão examinados no capítulo 4.

3 MARCO INFRACONSTITUCIONAL SOBRE RODEIOS E VAQUEJADAS

3.1 A DISCIPLINA LEGAL DOS RODEIOS

A regulamentação jurídica das práticas envolvendo animais no Brasil não se limita ao âmbito constitucional, sendo complementada por normas infraconstitucionais que buscam disciplinar atividades tradicionais e estabelecer limites para sua realização. Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeios,

estabelecendo regras destinadas à proteção dos animais e à organização dessas atividades.

A norma mencionada caracteriza rodeio como as atividades de montaria ou cronometragem e provas de laço em que se avaliam tanto a destreza do competidor quanto o rendimento do animal, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 10.519/2002 (Brasil, 2002). A lei determina que a realização desses eventos depende do cumprimento de vários requisitos que visam proteger os participantes e garantir a integridade física dos animais envolvidos nas competições.

Uma das principais exigências da Lei nº 10.519/2002 é a presença obrigatória de um médico veterinário responsável, encarregado de monitorar o estado físico e sanitário dos animais utilizados nas provas. Além disso, a lei estabelece que o transporte, a acomodação e a alimentação dos animais devem ser feitas de maneira apropriada, assegurando condições que mantenham sua integridade física e previnam maus-tratos.

A legislação também determina que as arenas e bretes sejam construídos com materiais adequados e resistentes, estabelecendo regras sobre a infraestrutura dos eventos. O piso deve ser capaz de amortecer quedas e reduzir riscos para competidores e animais. Além disso, a lei regula o uso de equipamentos empregados nas montarias, proibindo claramente o uso de instrumentos que possam causar danos ou sofrimento aos animais.

3.2 REGULAMENTAÇÃO DA VAQUEJADA

A vaquejada é uma prática tradicional encontrada em várias partes do Brasil, com destaque para o Nordeste, e tem uma ligação histórica com as atividades de manejo de gado no campo. Com o passar do tempo, a atividade deixou de ser apenas funcional no que diz respeito à pecuária e começou a ter também uma dimensão esportiva, cultural e econômica, sendo incluída no calendário de eventos de várias cidades. Nesse cenário, o ordenamento jurídico brasileiro começou a regulamentar essa atividade

por meio de normas específicas que visam equilibrar a preservação das manifestações culturais com a proteção da fauna e o bem-estar animal.

A regulamentação dessas atividades deve ser analisada no âmbito do Direito Ambiental, área responsável por disciplinar as relações entre a sociedade e o meio ambiente, bem como estabelecer mecanismos jurídicos destinados à proteção dos recursos naturais e da fauna (Sirvinskas, 2010).

No âmbito infraconstitucional, a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, que reconheceu o rodeio, a vaquejada e outras práticas equestres tradicionais como expressões da cultura nacional e patrimônio cultural imaterial brasileiro, trouxe destaque à regulamentação da vaquejada. Essa lei determina que essas atividades estão ligadas à identidade cultural e às tradições de certos grupos sociais, principalmente nas áreas rurais do país, dando-lhes reconhecimento jurídico como expressões culturais que fazem parte do patrimônio imaterial brasileiro (Brasil, 2016a).

A Lei nº 13.873, de 17 de setembro de 2019, que modificou dispositivos da Lei nº 13.364/2016, ampliou a regulamentação da atividade. Ao mesmo tempo, reafirmou seu caráter cultural e reconheceu expressamente o rodeio, a vaquejada e o laço como modalidades esportivas equestres tradicionais. Além disso, a lei começou a exigir o cumprimento de normas voltadas à proteção do bem-estar dos animais empregados nessas atividades, estipulando requisitos referentes às condições de manejo, infraestrutura e assistência veterinária durante a execução dos eventos (Brasil, 2019).

O debate acerca da regulamentação da vaquejada também abrange o princípio jurídico do bem-estar animal, principalmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 96/2017, que adicionou o §7º ao art. 225 da Constituição Federal.

O dispositivo mencionado determina que determinadas práticas desportivas que utilizem animais não serão juridicamente consideradas cruéis quando configurarem manifestações culturais registradas como pa-

trimônio cultural imaterial brasileiro e forem regulamentadas por lei específica que assegure a proteção e o bem-estar dos animais envolvidos.

Segundo Fiorillo (2024, p. 302), o conceito de bem-estar animal abrange a análise das condições físicas e comportamentais dos animais em relação ao ambiente em que vivem, levando em conta fatores como segurança, saúde, conforto, nutrição adequada e eliminação de sofrimento desnecessário. Nesse contexto, o autor ressalta que o conceito de bem-estar animal foi progressivamente integrado ao direito ambiental atual, sendo moldado por critérios científicos e éticos destinados a garantir condições mínimas de vida para os animais.

No âmbito da proteção animal, destaca-se o conceito das chamadas Cinco Liberdades do Bem-Estar Animal, formulado a partir do relatório Brambell (1965), que estabelece parâmetros mínimos para garantir condições adequadas de vida aos animais, incluindo a ausência de fome, dor, sofrimento e estresse, bem como a possibilidade de expressar comportamentos naturais (Fiorillo, 2024).

3.3 NORMAS DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL

A proteção legal dos animais no Brasil vai além das disposições constitucionais estabelecidas no art. 225 da Constituição Federal, sendo reforçada por um conjunto de normas infraconstitucionais que visam prevenir danos ambientais e garantir a proteção da fauna. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, também conhecida como Lei de Crimes Ambientais, é um dos principais instrumentos normativos. Essa lei estabelece sanções penais e administrativas para condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente (Sirvinskas, 2010, p. 139).

Essa lei foi um passo significativo para fortalecer a proteção ambiental no Brasil, pois organizou a responsabilização administrativa, civil e penal por danos ambientais, de acordo com o art. 225, §3º, da Constituição Federal. Nesse contexto, a Lei nº 9.605/1998 instituiu mecanismos jurídicos destinados à proteção do meio ambiente em suas várias dimen-

sões, incluindo a fauna, reconhecendo a necessidade de coibir práticas que causem degradação ambiental ou sofrimento aos animais (Sirvinskas, 2010, p. 139).

O art. 32 da Lei nº 9.605/1998 é fundamental na proteção dos animais, considerando como crime o abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilações contra animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Esse dispositivo demonstra o empenho do legislador em prevenir práticas que comprometam a integridade física e o bem-estar dos animais, fortalecendo a proteção jurídica da fauna estabelecida na Constituição Federal (Brasil, 1998).

Além da Lei nº 9.605/1998, a proteção legal dos animais no Brasil também se baseia em normas anteriores, como o Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, que instituiu medidas para prevenir maus-tratos a animais. Este decreto estabelece uma lista detalhada de comportamentos considerados abusivos ou cruéis, incluindo práticas como abandono de animais feridos, uso de animais em condições de trabalho inadequadas, privação de alimentação ou descanso e outras formas de exploração que causem sofrimento desnecessário (Sirvinskas, 2010, p. 887-891).

Segundo Sirvinskas (2010), a lista de práticas mencionadas no Decreto nº 24.645/1934 é meramente exemplificativa, não abrangendo todas as formas de maus-tratos a animais. Assim, a partir da análise do caso concreto, outras ações igualmente prejudiciais podem ser identificadas como atos de crueldade, permitindo uma interpretação mais abrangente das leis de proteção animal.

3.4 TENSÕES NORMATIVAS E POSSÍVEIS ANTINOMIAS

As normas infraconstitucionais examinadas neste capítulo devem ser interpretadas à luz da tensão constitucional já apresentada entre proteção da fauna e tutela das manifestações culturais. O reconhecimento legal de rodeios e vaquejadas não afasta, por si só, a necessidade de

verificar se as condições concretas de realização dessas atividades são compatíveis com a vedação da crueldade.

A coexistência dessas normas não configura necessariamente uma antinomia clássica, pois o reconhecimento legal de determinada prática cultural não elimina a incidência das normas de proteção animal. O aparente conflito deve ser solucionado mediante a interpretação das condições estabelecidas pelo ordenamento, especialmente a vedação da crueldade e as exigências de bem-estar aplicáveis aos eventos.

A tensão entre o marco infraconstitucional e a vedação constitucional da crueldade foi submetida ao Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.983, examinada no capítulo seguinte.

4 A JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL SOBRE VAQUEJADA E RODEIO

4.1 O JULGAMENTO PARADIGMÁTICO DA VAQUEJADA

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983 pelo Supremo Tribunal Federal representou um marco no debate constitucional brasileiro acerca das práticas culturais que envolvem o uso de animais, especialmente no que se refere à compatibilidade entre a proteção da fauna e o reconhecimento de manifestações culturais tradicionais (Brasil, 2016b).

De acordo com os argumentos expostos na ação, a lei estadual permitiria a execução de uma atividade que causaria sofrimento e maus-tratos aos animais, infringindo o que estabelece o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal. Esse art. determina que o Poder Público deve proteger a fauna e proíbe práticas que submetam os animais à crueldade (Brasil, 1988). Nesse contexto, argumentou-se que a regulamentação da vaquejada não poderia comprometer a proibição constitucional de práticas cruéis contra animais, mesmo que essas atividades fossem consideradas manifestações culturais.

Durante o julgamento da ADI nº 4.983, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a vaquejada, conforme disciplinada pela Lei nº 15.299/2013 do Estado do Ceará, submetia os animais a situações de dor, estresse e risco de lesões incompatíveis com a vedação constitucional da crueldade (Brasil, 2016b).

A decisão do STF também destacou a complexidade da discussão sobre práticas culturais que envolvem o uso de animais. Apesar de se reconhecer a relevância histórica e cultural de certas tradições regionais, a Corte concluiu que o reconhecimento cultural dessas práticas não pode servir como justificativa para a realização de atividades que vão contra os princípios constitucionais de proteção ambiental.

Nesse contexto, Gordilho e Borges (2018) destacam que o julgamento da ADI nº 4.983 foi um marco importante para a consolidação da proteção jurídica dos animais no Brasil, pois reafirmou a vedação constitucional de práticas que submetam os animais à crueldade (Gordilho; Borges, 2018).

A decisão teve significativa repercussão política e social, especialmente em regiões onde a vaquejada possui relevância cultural e econômica, desencadeando reação legislativa que culminou na aprovação da Emenda Constitucional nº 96/2017. (Brasil, 2017).

4.2 A RESPOSTA LEGISLATIVA E A EC Nº 96/2017

Após o julgamento da ADI nº 4.983, verificou-se uma reação legislativa voltada à preservação jurídica da vaquejada. Esse movimento resultou na edição de normas que reconheceram determinadas práticas desportivas com animais como manifestações culturais, culminando na promulgação da Emenda Constitucional nº 96/2017, fenômeno interpretado por parte da doutrina como resposta institucional à orientação adotada pelo Supremo Tribunal Federal (Gordilho; Borges, 2018).

A resposta legislativa resultou na promulgação da Emenda Constitucional nº 96, em 6 de junho de 2017, que acrescentou o § 7º ao art. 225

da Constituição da República. O dispositivo instituiu disciplina constitucional específica para determinadas práticas desportivas que utilizam animais, estabelecendo que não serão juridicamente consideradas cruéis quando constituírem manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro e forem regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos (Brasil, 2017).

A alteração, portanto, não suprimiu o dever geral de proteção da fauna, pois a aplicação da disciplina específica permanece condicionada à observância de requisitos destinados a impedir práticas cruéis.

Na perspectiva defendida por Ataíde Júnior (2020), os animais possuem valor intrínseco e dignidade própria, o que justificaria seu reconhecimento como sujeitos de proteção jurídica, independentemente de sua função ecológica ou utilidade econômica. Sob esse entendimento, a vedação constitucional da crueldade não se restringe à proteção ambiental, pois também considera o sofrimento animal como elemento juridicamente relevante. Essa interpretação, contudo, não é uniforme na doutrina brasileira.

A análise do art. 225 da Constituição demonstra que a proteção da fauna é uma responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade, devendo guiar a criação e a implementação das leis relacionadas ao uso de animais em atividades humanas. Assim, mesmo com a Emenda Constitucional nº 96/2017 buscando harmonizar a preservação cultural e a proteção ambiental, ainda existe o desafio de interpretar essa emenda de forma coerente com os princípios constitucionais que fundamentam a proteção da fauna no Brasil (Sarlet; Fensterseifer; Machado, 2015).

4.3 O JULGAMENTO DAS ADIS Nº 5.728 E Nº 5.772 E A REDEFINIÇÃO DO DEBATE

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 96/2017, o debate jurídico sobre as práticas culturais que envolvem animais assumiu novos contornos no direito constitucional brasileiro. A alteração do art. 225 da Constituição não encerrou as controvérsias iniciadas com o julgamento

da ADI nº 4.983. Ao contrário, provocou novos questionamentos doutrinários e judiciais sobre os limites da proteção constitucional da fauna, posteriormente examinados pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs nº 5.728 e nº 5.772.

A controvérsia foi levada novamente ao Supremo Tribunal Federal nas ADIs nº 5.728 e nº 5.772. A primeira questionou diretamente a validade da EC nº 96/2017, enquanto a segunda impugnou, além da emenda constitucional, dispositivos da Lei nº 13.364/2016 e da Lei nº 10.220/2001 relacionados ao reconhecimento e à regulamentação da vaquejada. As ações sustentavam, em síntese, que essas normas teriam reduzido a proteção conferida aos animais e contornado o entendimento anteriormente firmado na ADI nº 4.983.

A controvérsia foi examinada pelo Supremo Tribunal Federal em dois momentos. Na ADI nº 5.728/DF, a Corte reconheceu a constitucionalidade da EC nº 96/2017, afastando a alegação de que a alteração constitucional violaria o núcleo essencial da proteção ambiental (Brasil, 2025). Posteriormente, no julgamento da ADI nº 5.772/DF, concluído em 5 de março de 2026, o STF reconheceu a constitucionalidade das normas legais que autorizam a vaquejada, desde que sejam observados critérios mínimos de proteção ao bem-estar animal e outras medidas necessárias diante das circunstâncias concretas (Brasil, 2026).

Apesar da modificação do parâmetro constitucional, permanece a necessidade de harmonizar os valores envolvidos. A Constituição reconhece a diversidade cultural do país e protege manifestações culturais tradicionais, mas essa tutela não é incondicional, devendo ser compatibilizada com a proteção ambiental e com a vedação de práticas que submetam os animais à crueldade (Bechara, 2017).

A comparação entre a ADI nº 4.983 e os julgamentos posteriores das ADIs nº 5.728/DF e nº 5.772/DF demonstra uma redefinição do tratamento constitucional da vaquejada. Enquanto a decisão de 2016 reconheceu a incompatibilidade da legislação cearense com a vedação da cruelda-

de, a ADI nº 5.728/DF reconheceu a constitucionalidade da EC nº 96/2017 (Brasil, 2025).

As decisões posteriores não anularam o julgamento da ADI nº 4.983, que permanece válido quanto à legislação cearense então examinada. O que ocorreu foi a modificação do parâmetro constitucional após a EC nº 96/2017, permitindo que as normas posteriores fossem analisadas sob a condição de cumprimento efetivo das exigências de bem-estar animal.

4.4 ARGUMENTOS CENTRAIS UTILIZADOS PELA CORTE

No julgamento da ADI nº 4.983, o Supremo Tribunal Federal examinou se a proteção constitucional conferida às manifestações culturais poderia legitimar a vaquejada diante da vedação de práticas que submetam os animais à crueldade. A discussão envolveu, portanto, a relação entre os direitos culturais, assegurados pelos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, e a proteção da fauna estabelecida pelo art. 225, § 1º, VII (Brasil, 2016b).

Embora tenha reconhecido a relevância cultural e histórica da vaquejada em determinadas regiões do país, a maioria dos ministros concluiu que esse reconhecimento não seria suficiente para afastar a incidência da vedação constitucional da crueldade. As provas consideradas no julgamento indicaram que a prática, tal como disciplinada pela legislação cearense, submetia os animais a riscos de lesões, dor e sofrimento. Por essa razão, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da lei estadual, entendendo que sua regulamentação não eliminava os efeitos incompatíveis com o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal (Brasil, 2016b).

Diante da tensão entre valores constitucionalmente protegidos, o Supremo Tribunal Federal confrontou a tutela das manifestações culturais com o dever de proteção da fauna e a vedação de práticas cruéis, considerando as circunstâncias demonstradas no caso concreto.

Em relação à vaquejada, o Supremo Tribunal Federal considerou que o nível de sofrimento infligido aos animais ultrapassava os argumentos voltados à preservação cultural da atividade. Dessa forma, no contexto analisado, a proteção da fauna foi considerada juridicamente mais importante, o que levou à conclusão de que a lei estadual em questão era incompatível com a Constituição.

Essa compreensão fortaleceu a interpretação de que a proibição da crueldade contra animais estabelece um limite material para as atividades humanas que envolvem animais em espetáculos ou competições (Sarlet; Fensterseifer; Machado, 2015).

O raciocínio adotado no julgamento pode ser interpretado à luz da ponderação de princípios, pois a Corte confrontou a proteção das manifestações culturais com a vedação constitucional da crueldade. Entretanto, o resultado não decorreu de uma preferência abstrata e definitiva pela proteção da fauna, mas das circunstâncias da atividade examinada e das evidências de sofrimento animal.

No caso concreto, o STF entendeu que os danos provocados pela vaquejada não poderiam ser justificados apenas por sua relevância cultural, reconhecendo a vedação da crueldade como limite material ao exercício dos direitos culturais (Sarlet; Fensterseifer; Machado, 2015).

Desse modo, o argumento central do julgamento não foi o de que os direitos culturais possuem menor importância constitucional, mas o de que sua proteção não alcança automaticamente todas as atividades apresentadas como tradicionais. A decisão evidenciou que a qualificação cultural da prática não dispensa a avaliação de seus efeitos concretos sobre os animais. Assim, no contexto anterior à EC nº 96/2017, a presença comprovada de crueldade foi considerada suficiente para afastar a validade da legislação estadual que regulamentava a vaquejada.

5 ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DECISÓRIO

Com base nos fundamentos constitucionais, legislativos e jurisprudenciais apresentados nos capítulos anteriores, este capítulo desenvolve uma análise crítica do tratamento jurídico conferido às práticas culturais que utilizam animais. O objetivo não é retomar a descrição das normas e dos julgamentos, mas avaliar a coerência das decisões examinadas, a efetividade das medidas de bem-estar animal, os limites da atuação legislativa e os critérios necessários para proporcionar maior segurança jurídica.

5.1 OSCILAÇÕES JURISPRUDENCIAIS

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre práticas culturais e desportivas com animais pode ser dividida em dois momentos. No primeiro, anterior à EC nº 96/2017, a Corte declarou inconstitucionais práticas nas quais reconheceu a existência de crueldade, ainda que apresentadas como manifestações culturais. No segundo, posterior à alteração constitucional, o Tribunal passou a examinar a validade dessas atividades considerando também a existência e a efetividade das medidas destinadas à proteção do bem-estar animal.

No Recurso Extraordinário nº 153.531/SC, relativo à denominada farra do boi, o Supremo Tribunal Federal concluiu que o caráter tradicional da atividade não afastava a vedação constitucional da crueldade. Diante dos maus-tratos constatados, a Corte reconheceu a incompatibilidade da prática com a proteção da fauna estabelecida pelo art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal (Brasil, 1997).

Orientação semelhante foi adotada na ADI nº 1.856, na qual o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional uma lei do Estado do Rio de Janeiro que regulamentava competições entre galos combatentes. A Corte concluiu que a regulamentação legislativa não eliminava a crueldade inerente à atividade e, por isso, não era suficiente para torná-la constitucionalmente legítima (Brasil, 2011).

Esse entendimento também orientou o julgamento da ADI nº 4.983, no qual o STF declarou inconstitucional a Lei nº 15.299/2013 do Estado do Ceará. A maioria dos ministros considerou que a regulamentação estadual não afastava o sofrimento e os riscos de lesões decorrentes da vaquejada, razão pela qual seu caráter cultural não foi considerado suficiente para justificar a atividade (Brasil, 2016b).

Após a promulgação da EC nº 96/2017, sua validade foi questionada na ADI nº 5.728, proposta pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. A entidade sustentou que a alteração constitucional teria reduzido a proteção da fauna e representado uma reação ao entendimento firmado na ADI nº 4.983. Em março de 2025, entretanto, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente o pedido e reconheceu a constitucionalidade da emenda (Brasil, 2025).

Posteriormente, na ADI nº 5.772, o Supremo Tribunal Federal examinou dispositivos da Lei nº 13.364/2016, com a redação conferida pela Lei nº 13.873/2019, e da Lei nº 10.220/2001 relacionados à vaquejada. No julgamento concluído em 5 de março de 2026, a Corte reconheceu a constitucionalidade das normas, desde que fossem observados os critérios legais de proteção ao bem-estar animal e outras medidas necessárias diante das circunstâncias concretas, sob pena de responsabilização administrativa ou penal (Brasil, 2026).

A comparação desses julgados não revela necessariamente o abandono da vedação constitucional da crueldade, mas uma alteração do parâmetro utilizado pelo STF para examinar a vaquejada após a EC nº 96/2017. Nos precedentes relativos à farra do boi, às rinhas de galo e à legislação cearense sobre a vaquejada, a constatação de sofrimento animal conduziu ao reconhecimento da inconstitucionalidade. Nos julgamentos posteriores à emenda, a validade normativa da vaquejada passou a depender da adoção de medidas efetivas de bem-estar. A coerência entre essas decisões, portanto, dependerá da fiscalização concreta das condições em que os eventos são realizados, pois o cumprimento apenas formal das exigên-

cias legais não seria suficiente para assegurar a proteção prevista no art. 225 da Constituição Federal.

5.2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA OU PROTEÇÃO EFETIVA?

A constitucionalização simbólica pode ser compreendida como a incorporação de valores e compromissos ao texto normativo sem que existam condições institucionais suficientes para sua concretização na realidade social. Nessa perspectiva, a previsão constitucional da proteção da fauna não garante, isoladamente, a prevenção de maus-tratos, pois sua efetividade depende da regulamentação, da fiscalização e da aplicação de consequências jurídicas diante do descumprimento das normas protetivas (Neves, 2008).

No caso da vaquejada, a distinção entre proteção simbólica e proteção efetiva depende da maneira como as exigências de bem-estar animal são implementadas. O reconhecimento normativo da atividade não pode ser considerado suficiente quando desacompanhado de protocolos técnicos, assistência veterinária, fiscalização dos eventos e responsabilização dos organizadores. Desse modo, a eficácia da proteção constitucional deve ser avaliada a partir dos resultados concretos produzidos pelas medidas preventivas, e não apenas pela existência formal de normas que declaram a necessidade de preservar o bem-estar dos animais.

Parte da doutrina contemporânea, representada por Ataíde Júnior (2020), sustenta que o Direito Animal vem se consolidando como campo jurídico autônomo e que o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal permite reconhecer relevância jurídica própria aos animais. Nessa perspectiva, a vedação da crueldade não teria como finalidade exclusiva a preservação do equilíbrio ambiental, pois também protegeria os animais individualmente considerados contra práticas capazes de lhes causar sofrimento.

Na perspectiva defendida por Gordilho e Borges (2018), essa interpretação pode ser complementada pelo princípio da dignidade animal,

fundamentado no reconhecimento dos animais como seres sencientes, capazes de experimentar dor e sofrimento. Para essa corrente doutrinária, a proteção jurídica dos animais não deve depender exclusivamente de sua utilidade ambiental, cultural ou econômica. Embora essa concepção ainda seja objeto de controvérsia na doutrina brasileira, ela oferece um parâmetro crítico para avaliar se as medidas de bem-estar previstas na legislação proporcionam proteção concreta aos animais envolvidos.

Considerando os limites desta pesquisa, não é possível afirmar de maneira definitiva que a proteção conferida aos animais utilizados na vaquejada seja exclusivamente simbólica, pois essa conclusão exigiria dados empíricos sobre fiscalização, lesões, condições dos eventos e aplicação de sanções.

Entretanto, a análise normativa permite identificar o risco de uma proteção apenas formal quando o reconhecimento cultural da atividade não é acompanhado de mecanismos capazes de comprovar e assegurar o cumprimento das exigências de bem-estar animal. Portanto, a efetividade do modelo instituído após a EC nº 96/2017 dependerá da atuação coordenada do legislador, dos órgãos fiscalizadores, dos organizadores dos eventos e do Poder Judiciário.

5.3 O PAPEL DO LEGISLADOR NA REDEFINIÇÃO DOS LIMITES

A promulgação da EC nº 96/2017 representou uma resposta do Poder Legislativo ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.983. Ao inserir o § 7º no art. 225 da Constituição Federal, o Congresso Nacional modificou o parâmetro constitucional aplicável a determinadas práticas desportivas com animais reconhecidas como manifestações culturais. Essa alteração, contudo, não eliminou a vedação da crueldade nem afastou o dever de proteção da fauna, pois a própria norma constitucional condicionou essas atividades à existência de regulamentação específica destinada a assegurar o bem-estar animal (Brasil, 2017).

O episódio evidencia uma interação institucional entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Enquanto o STF interpretou o texto constitucional então vigente e declarou a inconstitucionalidade da legislação cearense, o Poder Legislativo alterou posteriormente o próprio parâmetro constitucional utilizado naquele julgamento. A atuação legislativa não anulou a decisão proferida na ADI nº 4.983, que permanece válida em relação à lei examinada, mas estabeleceu uma nova disciplina constitucional para a apreciação das práticas alcançadas pelo art. 225, § 7º.

A possibilidade de alteração do texto constitucional, entretanto, não significa que o legislador possa eliminar, por meio de uma classificação normativa, os efeitos concretos de determinada atividade sobre os animais. Declarar que uma prática não é considerada cruel não impede que, em sua realização, sejam constatados maus-tratos, lesões ou sofrimento evitável.

A legitimidade da redefinição promovida pela EC nº 96/2017 depende da existência de normas adequadas de proteção, de mecanismos de fiscalização e da responsabilização dos agentes que descumprirem as exigências de bem-estar animal. Sem esses instrumentos, o reconhecimento cultural pode funcionar como forma de legitimação apenas formal da atividade, esvaziando materialmente a proteção assegurada pelo art. 225 da Constituição Federal.

5.4 SEGURANÇA JURÍDICA E PREVISIBILIDADE DECISÓRIA

A alteração do tratamento jurídico conferido à vaquejada produz efeitos relevantes sobre a segurança jurídica. Organizadores, órgãos fiscalizadores e demais agentes envolvidos precisam conhecer previamente quais medidas são obrigatórias e quais circunstâncias podem tornar a atividade incompatível com a Constituição. A previsibilidade, nesse contexto, não depende apenas da existência de autorização normativa, mas da definição de parâmetros objetivos para avaliar o cumprimento das exigências de bem-estar animal.

A incerteza decorre, sobretudo, da mudança do parâmetro constitucional após o julgamento da ADI nº 4.983. Se, inicialmente, a constatação de sofrimento conduziu à declaração de inconstitucionalidade da legislação cearense, os julgamentos posteriores à EC nº 96/2017 admitiram a validade das normas relativas à vaquejada sob a condição de que fossem adotadas medidas efetivas de proteção animal. Essa orientação exige que se esclareça como a efetividade dessas medidas será demonstrada e fiscalizada.

Para conferir maior previsibilidade às decisões, é necessário estabelecer critérios verificáveis, como a presença de assistência veterinária, as condições de transporte e permanência dos animais, a adequação das instalações, a ocorrência de lesões, o emprego de instrumentos capazes de provocar dor, a atuação dos órgãos fiscalizadores e a aplicação de sanções. A fundamentação judicial também deve indicar quais provas foram consideradas e por que as medidas adotadas foram consideradas suficientes ou insuficientes para prevenir a crueldade.

A análise desenvolvida permite sustentar que o reconhecimento legislativo de uma prática como manifestação cultural não constitui fundamento suficiente para presumir sua compatibilidade com a Constituição. A validade normativa deve ser acompanhada da comprovação de que as medidas previstas são capazes de prevenir sofrimento e maus-tratos. Por isso, o controle jurídico dessas atividades deve considerar não apenas sua classificação formal, mas principalmente as condições concretas de sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou as tensões jurídicas entre a proteção do bem-estar animal e o reconhecimento das manifestações culturais que utilizam animais, com ênfase nos rodeios e nas vaquejadas no ordenamento jurídico brasileiro. A análise constitucional, legislativa e jurisprudencial demonstrou que o reconhecimento cultural dessas atividades não

afasta o dever de proteção da fauna, mas exige a avaliação das condições concretas em que são realizadas e da efetividade das medidas destinadas a prevenir crueldade, lesões e sofrimento animal.

No plano normativo, verificou-se que a Constituição Federal protege simultaneamente a fauna e as manifestações culturais, sem conferir caráter absoluto a nenhuma dessas disposições. A legislação infraconstitucional, especialmente as Leis nº 10.519/2002 e nº 13.364/2016, procurou disciplinar rodeios e vaquejadas mediante requisitos relacionados à organização dos eventos e ao bem-estar animal. A existência formal dessas normas, contudo, não garante proteção efetiva, pois sua concretização depende da fiscalização e do cumprimento das medidas preventivas.

No âmbito jurisprudencial, a ADI nº 4.983 reafirmou a vedação da crueldade como limite ao reconhecimento cultural da vaquejada nas condições então examinadas. A EC nº 96/2017 modificou posteriormente o parâmetro constitucional aplicável a determinadas práticas desportivas com animais, sem eliminar o dever de proteção da fauna. As decisões proferidas nas ADIs nº 5.728 e nº 5.772 demonstram que a validade dessas atividades passou a ser condicionada à adoção de medidas efetivas de bem-estar animal, cuja implementação deverá ser verificada nas circunstâncias concretas.

Conclui-se que o reconhecimento legislativo de uma prática como manifestação cultural não é suficiente para assegurar sua compatibilidade com a Constituição. A proteção efetiva dos animais depende da adoção de critérios técnicos, fiscalização permanente e responsabilização diante de maus-tratos ou do descumprimento das exigências legais. Portanto, a preservação das tradições somente poderá ser juridicamente legitimada quando as condições concretas de sua realização forem compatíveis com a vedação constitucional da crueldade.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777433/. Acesso em: 14 mar. 2026.

ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. Direito animal e Constituição. **Revista Brasileira de Direito e Justiça**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 13–67, jan./dez. 2020. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/direito/article/view/16269. Acesso em: 4 mar. 2026.

BECHARA, Erika. A crueldade contra os animais em manifestações culturais e esportivas: as implicações constitucionais da vaquejada e da caça esportiva. **Revista do Advogado,** São Paulo, ano 37, n. 133, p. 67–73, mar. 2017. Disponível em: https://institutopiracema.com.br/wp-content/uploads/2021/10/AASP_Artigo-crueldade-contra-os-animais-em-manifestac%CC%A7o%CC%83es-cultur.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026.

BRAMBELL, Roger. **Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems.** London: Her Majesty's Stationery Office, 1965.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002**. Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10519.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017**. Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc96.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.** Brasília, DF: Presidência da República,1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016**. Eleva o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13364.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.873, de 17 de setembro de 2019**. Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13873.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.856/RJ.** Relator: Ministro Celso de Mello. Tribunal Pleno. Julgada em 26 maio 2011. Diário da Justiça Eletrônico: Brasília, DF, 14 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983/CE.** Relator: Ministro Marco Aurélio. Tribunal Pleno. Julgada em 6 out. 2016. Diário da Justiça Eletrônico: Brasília, DF, 27 fev. 2017. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2016b.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.728/DF.** Relator: Ministro Dias Toffoli. Tribunal Pleno. Julgada em 14 mar. 2025. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2025. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5208901. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.772/DF.** Relator: Ministro Dias Toffoli. Tribunal Pleno. Julgada em 5 mar. 2026. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2026. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5259991. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 153.531/SC**. Relator: Ministro Francisco Rezek. Relator para o acórdão: Ministro Marco Aurélio. Segunda Turma. Julgado em 3 jun. 1997. Diário da Justiça: Brasília, DF, 13 mar. 1998.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 25. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553626472. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626472/. Acesso em: 3 mar. 2026.

GORDILHO, Heron José de Santana; BORGES, Daniel Moura. **Direito animal e a inconstitucionalidade da 96ª emenda à Constituição brasileira.** Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, n. 78, p. 199-218, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/seq/a/mwNKJN6jJd5Dnbv8wm8TGJz/. Acesso em: 3 mar. 2026.

NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã**: uma relação difícil: o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang; MACHADO, Paulo Affonso Leme; FENSTERSEIFER, Tiago. **Constituição e legislação ambiental comentadas.** Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. ISBN 9788502626492. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626492/. Acesso em: 26 fev. 2026.

SILVA, Bruno C.; GURGEL, Carlos S.; THAMAY, Rennan. **Direito e Política ambiental no Brasil:** Estudos em Homenagem ao Professor José Afonso da Silva. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* ISBN 9786556279312. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279312/. Acesso em: 1 mar. 2026.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Este livro foi composto em PT Serif, corpo 10/14,8,
no formato A5, para leitura em tela.
Desafios do Direito Contemporâneo — Volume 15
1ª edição digital · Rio Branco — Acre · 2026

EDITORA
MOMENTO
JURÍDICO

EDITORA
MOMENTO
JURÍDICO